

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

O EXCEDENTE ECONÔMICO

Luís Fernando Alcoba de Freitas

Porto Alegre

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

O EXCEDENTE ECONÔMICO

Luís Fernando Alcoba de Freitas

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra da Fonseca

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Economia.

Porto Alegre

2006

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

F866e

Freitas, Luís Fernando Alcoba de

O excedente econômico / Luís Fernando Alcoba de Freitas. – Porto Alegre, 2006.
372 f.

Orientador: Pedro Cezar Dutra da Fonseca.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2006.

1. Acumulação de capital. 2. Lucro : Teoria econômica.
3. Capitalismo. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 330.146

O EXCEDENTE ECONÔMICO

Luís Fernando Alcoba de Freitas

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 06 de Novembro de 2006.

Prof. Dr. Gentil Corazza

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Vizentini

Para meus avós, Othon, Maria, Sillas e Zuleika (in memoriam)

Para meu Pai, Luís Carlos

Para minha mãe, Lúcia

Para minha esposa, Rosângela

Para meus filhos, Clara, Antônio e Ana

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de modo especial, ao meu orientador Professor Pedro Cezar Dutra da Fonseca, pela orientação e pelas inúmeras e úteis sugestões recebidas. Sua atuação e estímulo foram fundamentais para a elaboração e término da presente Dissertação.

A convivência que tive durante o período de estudo com os professores e com os alunos do Programa de Pós-Graduação foram momentos de estímulo intelectual e que favoreceram a compreensão das idéias aqui expostas. Expresso meu reconhecimento aos professores e aos colegas.

Agradeço às Secretárias do Programa de Pós-Graduação Iara, Raquel, Cláudia, Maria de Lourdes e Aline pela permanente atenção recebida.

Agradeço às Bibliotecárias Fátima Isabel Soares, Miriam Fernandes pelo auxílio dispensado, e, em especial, à Eliane Gonçalves pela revisão das normas da ABNT.

Agradeço o apoio recebido da família. O esforço considerável para elaboração dessa Dissertação não teria sido possível sem ele. Agradeço de modo especial à minha esposa, Rosângela.

Os méritos do presente trabalho devo dividir com todos. Naturalmente, as falhas existentes são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

Este trabalho procura mostrar a evolução do conceito de excedente na história do pensamento econômico. Busca expor como variados autores, através do uso do conceito de excedente e de valor excedente, pretendem explicar aspectos característicos e essenciais da economia capitalista em épocas específicas da história. Isto é feito, visto a enorme extensão possível de pesquisa, pela seleção de um conjunto de autores, em que se pode constatar as primeiras formulações do conceito, seu desenvolvimento e até a utilização dos conceitos de excedente e de valor excedente para mostrar aspectos característicos da época dos autores, da economia capitalista, e da sua evolução, tais como: a acumulação do capital, a grande empresa, o crescimento do setor serviços, o caráter rentista, a dimensão financeira do capitalismo contemporâneo, dentre outros aspectos. Assim, desde a origem com os fisiocratas, passando pelos economistas clássicos, por Marx, pelos denominados autores Marxistas, até autores contemporâneos como Sraffa, Kalecki e Robinson se busca verificar como o excedente e o valor excedente estão inseridos nas concepções teóricas desses autores, para análise do capitalismo. Esse trabalho procura mostrar, portanto, que, dentro dessa diversidade o excedente e o valor excedente constituem-se em categorias fundamentais para a análise da economia capitalista.

Palavras-chave: Excedente, Valor excedente, Lucro, Acumulação, Economia Capitalista.

ABSTRACT

The objective of this work is to show the evolution of the concept of surplus in the history of the Economic thought. It tries to show how different authors, through the use of the concepts of surplus and surplus value, intend to explain essential and particular features of the capitalist economy in specific times of history.

Taking into account the enormous range of possible research, this is done through a selection of a group of authors, from which it is possible to find the first formulations of the concept, its development and the use of the concepts of surplus and surplus value to show specific features from the period of time the authors belong to, of the capitalist economy and its evolution, such as: the accumulation of capital, the big company, the growth of the retailing sector, the renting character, and the financial dimension of the contemporary capitalism among other aspects.

Therefore, since its origins with the physiocrats, going from the classic economists, such as Marx, and the so called Marxist authors, to the contemporary authors such as Sraffa, Kalecki e Robinson this work aims at examining how the surplus concept and the surplus value are embedded in the theoretical conceptualizations of these authors, to analyze the capitalism.

This work intends to show, therefore, that among this diversity of approaches, the surplus concept and the surplus value, are fundamental categories to the analysis of the capitalist economy.

Keywords: Surplus, Surplus Value, Profit, Accumulation of Capital, Capitalist Economy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OS FISIOCRATAS E O EXCEDENTE.....	16
2.1 O EXCEDENTE E OS ANTECESSORES DOS FISIOCRATAS.....	16
2.2 O EXCEDENTE E OS FISIOCRATAS.....	18
3 OS CLÁSSICOS E O EXCEDENTE.....	27
3.1 SMITH E O EXCEDENTE.....	27
3.2 RICARDO E O EXCEDENTE.....	43
4 MARX E O VALOR EXCEDENTE.....	55
5 O EXCEDENTE E OS MARXISTAS.....	129
5.1 O EXCEDENTE ECONÔMICO E A IDENTIFICAÇÃO DAS DIFICULDADES DO CAPITALISMO: O PENSAMENTO DE ROSA DE LUXEMBURG E LÊNIN.....	131
5.1.1 Rosa de Luxemburg e as dificuldades do Capitalismo.....	131
5.1.2 Lênin e a Realização da Produção e do Valor Excedente.....	152
5.2 O EXCEDENTE E O CAPITAL FINANCEIRO: O PENSAMENTO DE HILFERDING.....	155
5.3 O CAPITALISMO MONOPOLISTA, O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O EXCEDENTE: PAUL BARAN, CHARLES BETTELHEIM, PAUL SWEEZZY E HARRY BRAVERMAN.....	169
5.3.1 O Excedente Econômico e o Desenvolvimento: Paul Baran e Charles Bettelheim.....	169
5.3.2 O Excedente e o Capitalismo Monopolista: Paul Baran, Paul Sweezy e Harry Braverman.....	180
5.4 O EXCEDENTE, A NATUREZA E A LÓGICA DO CAPITAL E O CAPITALISMO TARDIO: ROBERT HEILBRONER E ERNEST MANDEL.....	214
5.4.1 O Excedente e a lógica do Capitalismo: Robert Heilbroner.....	214
5.4.2 O Excedente e o Capitalismo Tardio.....	220

6 O EXCEDENTE, A DEMANDA EFETIVA E OS ECONOMISTAS DE CAMBRIDGE.....	254
6.1 A CRÍTICA A TEORIA ECONÔMICA E O NÚCLEO DAS TEORIAS DO EXCEDENTE.....	256
6.1.1 Piero Sraffa.....	257
6.1.2 Pierangelo Garegnani.....	273
6.2 O EXCEDENTE, A DEMANDA EFETIVA E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: PIERANGELO GAREGNANI, MICHAL KALECKI E JOAN ROBINSON.....	285
6.2.1 O Excedente e a Demanda Efetiva em Garegnani.....	289
6.2.2 O Excedente e a Demanda efetiva: Michal Kalecki.....	295
6.2.3 Excedente, Demanda Efetiva e Acumulação em Joan Robinson.....	305
7 CONCLUSÃO.....	346
REFERÊNCIAS.....	367

1 INTRODUÇÃO

O objetivo central desta dissertação é analisar a importância do conceito de excedente, examinar sua evolução no pensamento de um conjunto de economistas. Trata-se, portanto, de um trabalho no âmbito da história do pensamento econômico. Parte-se do entendimento de que o excedente (e o valor excedente) constitui-se em categoria central para a análise e compreensão da sociedade capitalista, de seu desenvolvimento, e até mesmo para a análise das sociedades pré-capitalistas ou mesmo pós-capitalistas (embora a análise dessas sociedades, pré e pós-capitalistas, não representem o foco central do presente trabalho). Este conceito permeia a obra de grandes economistas e escolas em uma longa tradição; dos Fisiocratas aos clássicos e alcançando seu apogeu com Marx, quando o valor excedente e o excedente tornaram-se categorias centrais. A partir da hegemonia da teoria marginalista, o excedente e o valor excedente, como categorias de análise, ficaram circunscritos a um grupo restrito. Posteriormente, no século XX, a partir da obra de Keynes e de Sraffa, tem-se uma retomada da importância do excedente e do valor excedente para análise da economia capitalista.

A apropriação do produto excedente nas formações sociais pré-capitalistas se revelava de forma clara ao observador. Na sociedade feudal, a fonte de riqueza da aristocracia - das exibições suntuosas das casas feudais, torneios e festivais extravagantes, das despesas militares, dos investimentos generosos das ordens monásticas e da Igreja - é bastante clara. Ela consistia no trabalho obrigatório dos servos, ou seja, era fruto do trabalho excedente, além do que lhes era necessário para prover sua própria subsistência, de uma classe servil cujos encargos eram numerosos e pesados e cujo padrão de vida era extraordinariamente baixo. Maurice Dobb (1983, p.64) questiona sobre qual seria a origem da riqueza e da acumulação da burguesia inicial, dos séculos XIV e XV, que não tinha servos trabalhando para si e não investira ainda no emprego de um proletariado industrial. Entende que a falta de desenvolvimento do mercado, a incapacidade dos produtores para efetuar uma troca de seus produtos em escala mais do que regional, foi o que deu ao capital mercantil sua grande oportunidade. Foi a separação entre a matéria-prima e o artesão, e entre este e o consumidor, além do fato de que os recursos em mãos do produtor eram tão escassos e de que sua escassez estreitava tanto seu horizonte no espaço e tempo, o que formou a fonte do lucro comercial.

Era através da própria coexistência da superabundância e da fome locais que o capital mercantil prosperava.

No período absolutista da história européia, o dinheiro financiava a expansão territorial e política dos Estados Nacionais nascentes, ampliando assim suas bases de extração e apropriação do excedente - através da pilhagem ou dos impostos - e retornava na forma de juros aos prestamistas do príncipe.

A ampliação do espaço estava então sujeita a uma lógica de acumulação de poder proporcionada pela conquista de mais território. A própria noção de geografia econômica não fazia sentido mais que descritivo do espaço das atividades produtivas, pois os limites geográficos eram as fronteiras do poder político, e a expansão econômica, a acumulação de riquezas, surgia como resultante da expansão territorial. O capitalismo modifica essa situação. Sob sua égide, a ampliação do espaço vai ser resultado do desenvolvimento do mercado, de seu crescimento. O ponto em destaque é a existência de um excedente, de um valor excedente, originário das trocas. Através de um lucro relativo, o ganho de um seria a perda de outro. Esse entendimento é examinado na primeira seção do capítulo 2, por meio da análise dos antecessores dos fisiocratas.

A noção de excedente econômico aparece ao mesmo tempo em que surge o pensamento econômico sistemático, com os fisiocratas ao final do século XVII. Os fisiocratas percebem a correspondência entre a forma de apropriação do excedente e a estrutura de classes da sociedade, revelando uma visão acabada do processo capitalista. Os fisiocratas concebem o excedente como uma dádiva da natureza. A origem do excedente estava baseada somente na produção agrícola, conforme abordagem do capítulo 2, na segunda seção.

Adam Smith amplia o conceito de excedente mostrando que este se origina na produção em geral, e não somente na produção agrícola, faz com que o lucro surja como um segundo componente deste, ao lado da renda da terra.

David Ricardo entende que é necessário o crescimento da produção e que, portanto, o empresário se aproprie do excedente para reinvestir. A dinâmica do crescimento está condicionada, por conseguinte, pela ampliação do excedente para reinvestir. Sua defesa da liberdade de importação de cereais é coerente com esta posição, pois ao diminuir o custo dos alimentos diminui os salários, que tendem ao nível de subsistência, aumentando o excedente para reinvestir. Para Ricardo, embora possa se vislumbrar em alguns momentos a contradição entre a burguesia e o proletariado, a grande disputa ocorre entre proprietários de

terras (renda) e proprietários de capital (lucros). Os salários tendem ao nível de subsistência e, portanto, a disputa ocorre entre renda e lucros, sobre parcelas do excedente econômico (do valor excedente). No capítulo 3 examina-se a contribuição de Smith e Ricardo, sob o título o excedente e os clássicos.

Karl Marx, em uma perspectiva histórica, conforme abordagem do capítulo 4, procura demonstrar que a forma concreta tomada pelo excedente, sua dimensão, sua forma de apropriação e seu modo de uso, corresponde sempre a um estado definido do desenvolvimento do trabalho e de sua produtividade. Para Marx existem características da produção que são comuns a todos os modos de produção (ocorridos na História) e as que são específicas do capitalismo.

Marx analisará as leis que, no regime capitalista, determinam a distribuição do produto social entre o excedente (onde, em suas palavras, se “encontra a mais-valia”) e o produto necessário (que é a contrapartida do que Marx chama de trabalho necessário).

No capítulo 5, procura-se, mediante a análise de um conjunto de autores marxistas, examinar como, através do conceito de excedente e valor excedente, eles compreendem a economia capitalista contemporânea, seus aspectos característicos essenciais como a grande empresa monopolística, a financeirização da riqueza ou a grande dimensão da esfera financeira, além do crescimento do setor serviços em geral, entre outros. Examina-se ainda, o debate sobre o capitalismo e suas possibilidades, em que o excedente é ponto central na análise sobre a possibilidade de reprodução ampliada da economia capitalista.

Para tal, inicia-se o capítulo, na primeira seção, com a análise do exposto por Rosa de Luxemburg. Essa autora procura, por meio do exame de autores que a antecederam, Sismondi, Bulkarov, Tugan, entre outros, identificar as dificuldades do capitalismo, sendo que conclui, após o exame da obra desses autores, que a realização do excedente é a questão fundamental. Embora as deficiências das proposições da autora, sua obra ajudou a ampliar o entendimento dos economistas que a sucederam. Vladimir Ilitch Lênin complementa a primeira seção ao apresentar a sua contribuição ao debate. Conclui que, a extensão do mercado interno para o capitalismo é até certo ponto independente do crescimento do consumo individual, destinando-se ao consumo produtivo. Considerando, no entanto, que essa independência não se constitui em uma separação total entre o consumo produtivo e o consumo individual. O debate nessa seção acaba por mostrar que o entendimento, que parece ser o mais pertinente após a longa discussão travada sobre a questão da realização do produto e do excedente, é que

no capitalismo a reprodução ampliada não é impossível, mas também não pode prosseguir até o infinito, visto que deve reproduzir suas contradições. A contradição fundamental decorre do fato que o caráter mais saliente do sistema econômico é o seu desejo de lucros sempre crescentes, sendo que as necessidades humanas materiais só são satisfeitas na medida em que esta satisfação pareça imprescindível para a elevação do valor excedente.

Rudolf Hilferding mostra como a dimensão financeira do capitalismo pode ser explicada através do valor excedente: a bolsa de valores, o crédito, a sociedade anônima, o papel dos bancos, o capital fictício.

Paul A. Baran e Charles Bettelheim se dedicam a examinar a importância do excedente para o desenvolvimento ou mesmo como categoria para explicar o subdesenvolvimento. Bettelheim, por exemplo, mostra que é somente graças à destinação de uma fração suficiente do excedente econômico a outros fins, que não os de investimentos, que os próprios investimentos podem contribuir de maneira durável para o crescimento da produtividade do trabalho e para um aumento regular do nível de vida.

Paul Sweezy, Paul Baran e Harry Braverman procuram realizar uma análise do capitalismo monopolista. Baran e Sweezy organizam sua avaliação em torno da criação e absorção de um excedente em uma economia capitalista monopolista. Braverman destacou que a necessidade de gerar um excedente ensejou uma forma nova de administrar. Entende que cada avanço na produtividade reduz o número dos trabalhadores realmente produtivos, amplia o número dos trabalhadores que ficam disponíveis para serem utilizados nas lutas entre empresas pela distribuição do excedente, aumenta a utilização do trabalho em empregos ociosos ou nenhum emprego.

Robert Heilbroner afirma que, nas ordens pré-capitalistas, não se encontra algo parecido com uma “esfera econômica”. Observa que, em todas as sociedades, existem empreendimentos materiais e sociais necessários à sobrevivência material. Para que surja uma esfera econômica, é necessário que aquele governo, que tudo permeia e que ninguém contesta, renuncie a parte de sua soberania, reconhecendo, por assim dizer, a existência de uma república autônoma de comércio e produção dentro de seu próprio território. Ao surgimento de uma esfera econômica contrapõe-se à perda gradual pelo Estado de seus direitos de acesso direto ao excedente. O Estado tornou-se dependente do funcionamento da esfera econômica para o provimento de recursos. Este aspecto destacado por Heilbroner constitui-se em um

aspecto importante da característica do Estado em uma sociedade capitalista. Ou seja, o crescimento do Estado e seu financiamento passam a depender de sua capacidade de acessar o excedente econômico de forma indireta, através da tributação e canalização de recursos da esfera econômica.

Ernest Mandel procura identificar as dificuldades do capitalismo na trajetória de sua evolução. Para Mandel, o valor excedente (e o excedente) é a variável-chave para o exame da evolução do sistema, e, embora não considere que as dificuldades do capitalismo decorram de um único fator, tem-se entre os fatores principais destacados os diretamente relacionados com o valor excedente, tais como: a composição orgânica do capital, o desenvolvimento da taxa de mais-valia, a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente. O lucro, para o autor, constitui o sismógrafo na medida em que expressa a relação entre as diversas variáveis. Ou seja, as variações do valor excedente, da taxa de mais-valia juntamente com outras variáveis, como a composição orgânica do capital, explicam a variação da taxa de lucro. Mandel, procurando atualizar o pensamento de Marx, inclui as grandes empresas em sua análise de forma particular e específica. Acredita que as grandes empresas (monopólios e oligopólios) obtêm uma participação extremamente favorável no valor excedente gerado no sistema. Para Mandel, a restrição do consumo projeta não uma impossibilidade do capitalismo. Esse se desenvolve, progride. Mas, ao mesmo tempo, não se tem a possibilidade de um desenvolvimento contínuo, sem percalços, em decorrência da restrição do consumo.

Posteriormente à obra de Ricardo e Marx, tem-se o desenvolvimento de uma teoria alternativa que se estabelece como hegemônica, sendo relegadas a um segundo plano as teorias em que o excedente e o valor excedente possuem relevância. No entanto, a partir de desenvolvimentos teóricos que se mantêm dentro da tradição clássica e marxista, as análises centradas na categoria excedente perduraram, permitindo que o debate chegasse ao século XX. A crítica de Keynes, que permite a transição do pensamento micro (neoclássico) para o macro (keynesiano), não deixa de ser uma forma de abordar o debate (Keynes se preocupa com as variações da renda no curto prazo e Ricardo, por exemplo, se preocupa com as variações no longo prazo). Esta modificação do enfoque facilita o retorno ao conceito de excedente, pois se é verdade que a poupança não decorre do excedente de uma classe em

particular, decorre da renda excedente de todas as classes (não utilizadas no consumo) ¹. Os conceitos de poupança, investimento, ou seja, a demanda efetiva, passam a ser objeto das análises keynesianas em que as expectativas, visto a incerteza relacionada à decisão de investir, passam a ser importantes. A partir desse ambiente, posteriormente, tem-se um forte debate sobre a agregação do capital sob a forma de um bem homogêneo único na função de produção macroeconômica. Estes movimentos, acrescidos à contribuição de Piero Sraffa na obra *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, que mostra como alterações nas participações relativas dos salários e lucros afetam os preços relativos das mercadorias, evidenciando que não se pode conceber uma medida do capital como uma quantidade independente da distribuição e dos preços, acabaram produzindo uma crítica vigorosa sobre a teoria neoclássica. A crítica à teoria neoclássica e os resultados da obra de Sraffa são examinados no capítulo 6, em sua primeira seção, para ainda nesse capítulo, na segunda seção, se examinar a importância da influência de Keynes para o retorno do conceito de excedente.

A crítica efetuada levou à inexistência de dogmas estabelecidos e, como consequência, abriu espaço para a existência, ou a convivência, de propostas teóricas alternativas. Em consequência, tem-se um retorno ao excedente (e ao valor excedente) como conceitos centrais de análise. Assim, as concepções alternativas elaboradas a partir dos clássicos, de Marx, passam a se articular com as proposições de Keynes, ou de teóricos da demanda efetiva, aumentando o poder de explicação destas teorias e que, no limite, poderão vir, talvez, a instituir uma nova abordagem de análise da economia capitalista, ou um enfoque modificado, em que o excedente e o valor excedente nestas se constituirão em categoria central; no capítulo 6, em sua segunda seção, se passa a examinar parte da obra de dois autores: Michal Kalecki e Joan Robinson, em que a demanda efetiva e o excedente são essenciais para a análise da acumulação do capital e o crescimento econômico.

Por fim no capítulo sete apresentam-se as conclusões.

¹ E, como ver-se-á, para Keynes como para Kalecki, a renda efetiva e, portanto, o excedente, depende do nível da demanda efetiva.

2 OS FISIOCRATAS E O EXCEDENTE

No presente capítulo procura-se mostrar a evolução do pensamento dos fisiocratas em relação aos seus antecessores. Assim, inicialmente, em 2.1, procura-se examinar os antecessores dos fisiocratas para, na seção 2.2, se examinar a contribuição específica desses autores.

2.1 O EXCEDENTE E OS ANTECESSORES DOS FISIOCRATAS.

O Excedente (Produto Líquido) passa a se constituir em um conceito central com os fisiocratas. Mas antes desses diversos autores consideraram em sua análise o conceito de excedente. James Steuart, por exemplo, explicava o lucro (valor excedente) apenas pela troca, pela venda da mercadoria acima do valor. Assim Steuart considera duas coisas diversas entre si: o valor real das mercadorias e o lucro de alienação. Steuart apregoa:

O ‘valor real’, diz ele, é determinado, primeiro, pela ‘quantidade’ de trabalho que ‘em média um trabalhador do País pode geralmente efetuar[...]num dia, numa semana, num mês, etc.’

Segundo: ‘pelo valor das despesas de subsistência e necessárias do trabalhador, tanto para satisfazer suas necessidades pessoais, quanto [...] para obter os instrumentos próprios de sua profissão, o que se deve considerar em média, como acima [...]’

Terceiro: ‘pelo valor dos materiais’. Conhecidos esses três elementos, fica determinado o preço do produto. O valor real não pode ser mais baixo que o montante dos três; o que ultrapassa constitui o lucro do manufator. Esse lucro será proporcional a procura e por isso variará segundo as circunstâncias [...] (STEUART, 1767 apud MARX, 1980, p.16-17).

Steuart concebe o lucro do capitalista individual como um excesso do preço sobre o valor, o lucro decorrente da alienação. Seria um lucro relativo, pois se compensaria o ganho de um com a perda de outro. O lucro é relativo e reduz-se a “oscilação, para as partes interessadas, na balança da riqueza.” (STEUART, 1767 apud MARX, 1980, p.17).

Em William Petty já se pode ver o conceito de excedente presente. Ele assinalou:

Suponhamos que alguém pudesse, com suas próprias mãos, plantar trigo em certo pedaço de terra, ou seja, que pudesse cavar ou arar, gradar, limpar, colher, armazenar, debulhar e joeirar da maneira exigida para o cultivo de sua terra, e que possuísse, além disso, semente com que semeá-la. Digo que, após esse homem subtrair as sementes do produto de sua colheita, e também o que ele próprio houvesse comido e dado a outros em troca de roupas e de outros bens de primeira necessidade, o que restasse do trigo seria a renda verdadeira e natural da terra naquele ano; a média de sete anos, ou melhor, do número de anos que constituísse o

ciclo da revolução da privação e da abundância, nos daria a renda ordinária da terra em trigo. (PETTY, 1983, p.32).

Em Richard Cantillon pode-se verificar a importância dada à agricultura. O autor vincula o sustento do trabalhador ou demais componentes da sociedade de sua época à produção de um determinado *quantum* de terra. Assim:

En algunas provincias meridionales de Francia, el aldeano se mantiene con el producto de un acre y medio de tierra, pudiendo estimarse su trabajo como equivalente al producto de tres acres. Pero en el condado de Middlesex, el aldeano gasta ordinariamente el producto de cinco a ocho acres de tierra, y su trabajo puede estimarse, también, en el doble. (CANTILLON, 1755).

A Importância do proprietário da terra e do excedente dela já pode ser vislumbrada pela seguinte passagem:

Si el príncipe y los propietarios de las tierras cercaran sus haciendas, y no quisieran dejar de trabajar a nadie en ellas, es evidente que no habría alimento ni vestido para ninguno de los habitantes del Estado: por consiguiente no sólo todos los habitantes del Estado subsisten a base del producto de la tierra que por cuenta de los propietarios se cultiva, sino también a expensas de los mismos propietarios de las fincas de las cuales derivan todos sus haberes. Los granjeros retienen ordinariamente los dos tercios del producto de la tierra, uno para los gastos y sustento de quienes los ayudan, y otro como beneficio de su empresa: de estos dos tercios el granjero sustenta generalmente a todos cuantos viven en el campo, directa o indirectamente, e incluso a muchos artesanos o empresarios de la ciudad, proveedores de las mercancías de la ciudad que en el campo consumen. El propietario recibe ordinariamente el tercio del producto de su tierra, y a base de ese tercio no solamente procura sustento a todos los artesanos y otras personas a las que da empleo en la ciudad, sino también a los carreteros que llevan los productos del campo de las ciudades. **En resumen, todos los habitantes de un Estado derivan su sustento y sus ventajas del fondo de los propietarios de tierras, y son dependientes.** (CANTILLON, 1755, grifo nosso).

Mas é com os fisiocratas que esse conceito passa a ser central para uma análise sistemática da economia. Os Fisiocratas deslocaram a pesquisa sobre a origem do valor excedente, da esfera da circulação, como considerado por Steuart, para o da produção imediata.

2.2 O EXCEDENTE E OS FISIOCRATAS

Os Fisiocratas dirigem sua atenção para a estrutura ou sistema de relações comerciais, para uma fisiologia da sociedade econômica, e para processos e regras próprias às quais a política governamental deve adaptar-se, quando não se subordina. Fisiocracia, nome escolhido por Dupont de Nemours para indicar o ideal político da escola, “O governo da natureza”, pela submissão consciente a princípios necessários da ordem mais perfeita.

Os Fisiocratas pretendiam conhecer as leis econômicas objetivas que funcionavam independentes da vontade do homem e podiam ser racionalmente conhecidas. Partiam, portanto, da hipótese de que o sistema de trocas através do mercado estava sujeita a essas leis econômicas objetivas. Os fenômenos econômicos são, para eles, manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis mediante um sistema coordenado de relações causais.

Os fisiocratas centram a sua análise em torno do produto líquido ou excedente. O excedente (*Surplus*) ou produto líquido é a parte da produção social total que excede à reconstituição dos meios de produção e dos meios de subsistência necessários àqueles que, com o seu trabalho, criaram a própria produção social. Para os fisiocratas, o produto líquido (excedente) se forma apenas na agricultura. Determinam esse excedente em termos materiais, comparam diretamente as coisas produzidas com as coisas utilizadas. Esse confronto só se torna possível, sem uma teoria de valor, porque as coisas produzidas e as coisas utilizadas são as mesmas. Essa condição só pode ser considerada na agricultura. O acréscimo material, portanto, só pode ocorrer na agricultura. Ferdinando Paoletti, citado por Napoleoni como um defensor italiano da fisiocracia, escreveu:

Dai ao cozinheiro uma medida de ervilhas, para que vô-las prepare para o jantar; ele manda-la-á para a mesa bem cozidas e temperadas; pelo contrário, dai esta mesma medida ao hortelão, para que as confie a terra; ele vos devolverá, em devido tempo, pelo menos o quádruplo da medida recebida. Eis a verdadeira e única produção. (PAOLETI, 1772 apud NAPOLEONI, 1980, p. 12).

Para os Fisiocratas, portanto, somente o trabalho agrícola é produtivo, pois somente ele gera excedente (produto líquido).

A teoria fisiocrática revela uma visão importante, pois se mostra bastante aproximada da do processo capitalista. Restrita, é verdade, a uma limitação setorial, ou seja, à agricultura.

Tal limitação é decorrente do objeto de exame dos fisiocratas, a economia francesa em que a agricultura ou os interesses relacionados com esta possuem papel proeminente. Napoleoni destaca a situação de transição que começava a se fazer sentir na sociedade capitalista ou na economia francesa nessa época:

É, portanto, peculiar a atitude dos fisiocratas para com a produção capitalista: por um lado, compreendem a grande força de desenvolvimento do capital, ao ponto de desejarem o seu alargamento a todo o setor do qual ele havia já começado a se apoderar, ou seja, a agricultura; por outro lado, parece que a estrutura econômica particular perante a qual se encontravam impedia os fisiocratas de verem como eram exatamente as atividades manufatureiras, industriais, aquelas em que eram máximas as possibilidades de desenvolvimento da relação social capitalista. (NAPOLEONI, 1980, p.11).

Na verdade, de todos os ramos da produção, é a agricultura aquele onde se manifesta de maneira mais tangível a existência de um excedente. A soma dos meios de subsistência que o trabalhador consome todo o ano, ou a massa de matéria que absorve, é menor que a soma dos meios de subsistência que produz. Na manufatura não se vê o trabalhador produzir seus meios de subsistência nem o excedente sobre eles. O processo tem a intervenção da compra e venda, dos diversos atos de circulação e requer, para ser compreendido, a análise do valor em geral.

Para os fisiocratas, o trabalho agrícola é o único produtivo, porque o consideram o único trabalho que gera excedente (valor excedente), e a renda fundiária é a única forma deste excedente (valor) que conhecem. Assim não existe o lucro propriamente dito. Este consiste em uma espécie de salário superior pago pelos proprietários de terras, consumidos pelos capitalistas como renda. Marx em *Teorias da Mais-Valia* na parte que dedica aos fisiocratas expõe que para estes:

O trabalho agrícola é o único produtivo, o único trabalho que gera mais-valia, e por isso a forma de mais-valia que distingue o trabalho agrícola de todos os outros ramos de trabalho, a renda fundiária, é a forma geral da mais-valia. Lucro industrial e juro de dinheiro são apenas rubricas em que a renda fundiária se reparte e passa em porções determinadas das mãos dos donos das terras para as de outras classes. (MARX, 1980, p.23).

E adiante:

Quarto: a fisiocracia, cuja contribuição importante e específica é a de ter derivado o valor e a mais-valia não da circulação e sim da produção, começa necessariamente, ao contrário do sistema monetário e do mercantilista, com o ramo da produção que se pode considerar isolado e independente da circulação, da troca, e pressupõe não o intercâmbio entre homem e o homem, mas apenas entre o homem e a natureza. (MARX, 1980, p. 24).

O trabalhador agrícola reproduz mais do que o estritamente necessário, e esse excedente é a renda fundiária, de que se apropriam os donos da condição fundamental do trabalho, a natureza. Ou seja, a soma dos valores de uso que consome durante a produção é menor que a soma dos valores de uso que gera, e assim sobra um excedente de valores de uso. A mais-valia é derivada da natureza e não da Sociedade, das relações com a terra e não das relações sociais.

A origem do excedente foi descrita por Anne Robert Jacques Turgot como uma dádiva da natureza da seguinte forma:

Uma vez que seu trabalho produz além das suas necessidades, pode o agricultor, com esse excedente que a natureza lhe concede como simples dádiva afora o salário de seu labor, comprar o trabalho dos outros membros da sociedade. Estes só ganham a subsistência vendendo-lhe o trabalho; ele, ao contrário, obtém, junto com a subsistência, uma riqueza independente e disponível, que não **comprou, mas vende**. É portanto a única fonte das riquezas que, calculando, animam todos os trabalhos da sociedade, pois ele é a única pessoa cujo trabalho produz mais que o salário do trabalho. (TURGOT, 1766 apud MARX, 1980, p. 30, grifo nosso).

O valor, excedente, se realiza na venda sem o vendedor ter dado equivalente em troca ou tê-lo comprado. O trabalhador, que Turgot retrata, ainda se apropria do produto global. Esse produto global se divide em 2 partes. A primeira parte constitui-se a necessária para a subsistência. A segunda parte, que ultrapassa a primeira, é a dádiva da natureza e constitui-se no produto excedente. Turgot afirma nesse sentido:

O produto do solo se divide em 2 partes: uma abrange a subsistência e os ganhos do lavrador, que recompensam o trabalho e constituem a condição para que ele se encarregue de cultivar a terra do proprietário; o resto é a parte independente e disponível, mero presente que a terra dá a quem a cultiva e que ultrapassa os adiantamentos e o salário do próprio esforço; essa dádiva constitui a participação do proprietário ou a renda com que este pode viver sem trabalho e que emprega como quer. (TURGOT, 1766 apud MARX, 1980, p. 32).

Rolf Kuntz destaca uma outra passagem de Turgot:

[...]embora o cultivador e o artesão não ganhem mais que a retribuição de seu salário, o cultivador faz renascer, além desta retribuição, o rendimento do proprietário: e o artesão não faz nascer nenhum rendimento, nem para si nem para os outros” (TURGOT, 1766 apud KUNTZ, 1982, p. 39).

Kuntz adverte que aqui se encontra nitidamente uma diferença entre produto necessário e produto excedente. Mas que não se vê uma equivalente distinção entre duas grandezas de trabalho, entre duas quantidades de esforço necessárias para produzir a subsistência e algo além dela. Este excedente é algo que a natureza oferece como um dom puro. Kuntz chama a

atenção que não se trata efetivamente de um sobretrabalho, embora a leitura marxiana de Turgot possa induzir a essa interpretação, ao apontar, em sua teoria, a noção de trabalho não pago.

Para os fins que se pretende neste trabalho selecionam-se as principais contribuições dos fisiocratas, das quais François Quesnay constitui-se o principal representante. Seu Quadro econômico representa uma construção intelectual importante que tem por objetivo, segundo o autor, formar uma clara opinião sobre os arranjos e desarranjos que o governo pode ocasionar. A apresentação do Quadro e a distribuição do produto líquido entre as classes é pré-requisito, passo necessário, para se chegar ao conceito de excedente Fisiocrata.

Quesnay inicia a análise do Quadro econômico afirmando que a nação se reduz a três classes de cidadãos: a classe produtiva, a proprietária e a estéril. Conceitua estas três classes:

A classe produtiva é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários das terras. Englobam-se no âmbito dessa classe todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura, até a venda dos produtos em primeira mão; por essa venda conhece-se o valor da reprodução anual das riquezas da nação.

A classe dos proprietários compreende o soberano, os possuidores de terra e os dizimeiros. Essa classe subsiste pela renda ou produto líquido do cultivo da terra, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta descontou, da reprodução que faz renascer cada ano, as riquezas necessárias ao reembolso de seus adiantamentos anuais e à manutenção de suas riquezas de exploração.

A classe estéril é formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura, e cujas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, os quais, por sua vez, tiram suas rendas da classe produtiva. (QUESNAY, 1983, p. 257-258).

Vê-se, então, que a classe produtiva é formada por pessoas diretamente ligadas a agricultura, sem distinção entre empregados e empregadores. A segunda classe corresponde aos receptores da renda fundiária, dos impostos e dos dízimos. Estes itens são englobados numa categoria, o rendimento (*revenu*), e têm como fonte exclusiva a agricultura. Seus beneficiários diretos são a Coroa, a aristocracia, o clero. A terceira classe inclui os agentes urbanos - comerciantes, artesãos, serviçais, dentre outros. Esta classe, a estéril, constitui o ponto mais polêmico. Note-se, no entanto, que estéril não é sinônimo de inútil (posteriormente retornar-se-á a este ponto, após exposição do quadro).

Os adiantamentos anuais, outro ponto que se deve destacar antes de se examinar o Quadro, representam o que dispõem os rendeiros e os artesões no início do período e que servirá para pagar as despesas de exploração no decurso do ano considerado. É, portanto,

unicamente, o adiantamento¹ que permite a compra de matérias-primas e o pagamento de salários. Os rendeiros fizeram adiantamentos iniciais bem como os proprietários fizeram adiantamentos para a preparação das terras, mas estes capitais não são lançados no quadro (adiantamentos fundiários).

Quesnay percebe a importância do adiantamento (do capital) no crescimento do rendimento Nacional:

Vimos, nas contas precedentes, que as despesas de 30 milhões de arapenes de terras tratados pelo pequeno cultivo não passam de 285 milhões e que as que faríamos em 30 milhões de arapenes bem tratados pelo grande cultivo seriam de 710 milhões; mas no primeiro caso o produto não passa de 390 milhões e no segundo caso seria de 1,378 bilhão. Maiores despesas produziram lucros ainda maiores; a despesa e os homens exigidos a mais no bom cultivo, para a compra e o governo dos animais, oferecem por seu lado um produto que não deixa de ser menos considerável que o produto das colheitas. (QUESNAY, 1983, p. 339).

Dito isto, passa-se ao Quadro de Quesnay. No início do ano, toda a produção agrícola do ano anterior encontra-se na mão da classe produtiva (trabalhador agrícola e rendeiro) e toda a produção das manufaturas encontra-se nas mãos da classe estéril (comerciantes, artesãos). Imagine-se, na mesma grandeza do exemplo de Quesnay, que a produção agrícola tinha um valor de 5 milhões, sendo composta por três milhões em alimentos e por 2 milhões de matérias-primas. Nessa produção foram necessários custos no montante de 3 milhões. Esses custos tinham a seguinte composição: 2 milhões para a subsistência dos trabalhadores (um milhão para alimentos e um milhão para produtos manufaturados) e um milhão para matérias-primas. O Excedente (produto líquido) é a diferença entre 5 milhões de produto e 3 milhões de gastos, ou seja, 2 milhões.

Por sua vez, a produção de manufaturas tinha um valor de 2 milhões. Os custos seriam também de 2 milhões, visto que, por se tratar de atividade improdutivo, não há excedente, compostos da seguinte forma: um milhão para o consumo dos trabalhadores improdutivos e um milhão para as matérias-primas.

Necessário agora examinar a circulação das mercadorias e da moeda para se completar a exposição de Quesnay, aqui resumida e simplificada.

Inicialmente ocorre a transferência de 2 milhões de moeda da classe produtiva para a classe proprietária para o pagamento da renda. Esses proprietários, de posse dessa renda, que representa o valor do produto líquido anual, despenderão um milhão na compra de alimentos da classe produtiva. O outro um milhão será despendido pelos proprietários na aquisição de

¹ O que posteriormente se denominará capital circulante.

produtos manufaturados junto à classe estéril. A classe estéril, por sua vez, gasta esta soma na aquisição de alimentos junto à classe produtiva.

A situação até o momento é a seguinte: os proprietários terão transformado em bens de consumo a renda que lhes cabe, bem como a classe estéril terá reconstituído metade dos meios necessários para recomeçar o seu processo produtivo. A classe produtiva estará de novo de posse de toda a moeda que tinha inicialmente.

Em seqüência, deve-se descrever as trocas que ocorrem entre a classe produtiva e a classe estéril. A classe produtiva despense um milhão com a classe estéril para a aquisição de produtos manufaturados destinados à subsistência dos trabalhadores produtivos. A classe estéril, em seqüência, recebendo esse um milhão gasta-o com a classe produtiva na aquisição de matérias-primas. Assim, chega a termo o processo de circulação entre as classes, pois:

- 1) A classe estéril terá obtido a outra metade dos meios que lhe são necessários;
- 2) A classe produtiva terá obtido a parte dos meios que ela não produz e que adquire junto à classe estéril, tendo obtido da sua própria produção um milhão para alimentos e um milhão para matérias-primas de que necessita para recomeçar a produzir;
- 3) Toda a moeda se encontra de novo na posse da classe produtiva.

A relação entre a produção e a circulação fica evidenciada, ou seja, a existência de um sistema de trocas que desloca os produtos dos processos em que foram obtidos para os processos em que são necessários para fazer circular a produção (ocorre a circulação de mercadorias e de moeda em sentido inverso de uma classe para a outra). A circulação exige a produção, por outro lado, é a produção que exige a circulação, pois se assim não fosse não seria possível reconstituir as condições materiais para que possa prosseguir².

Deve-se agora qualificar este esquema de forma a trazer aspectos relevantes da sociedade que retrata e pretende influir. Para tal, atem-se num primeiro momento na importância de 2 classes: os arrendatários e os proprietários de terra. Segundo o modelo, o arrendatário é o principal agente da produção. É em benefício desse personagem que se deve mudar as leis e os costumes econômicos. Quesnay, no artigo *Cereais* na seção sobre as necessidades das riquezas para o cultivo dos cereais afirma:

² Hunt (1989) destaca da contribuição dos fisiocratas três pontos: “(1) A noção de trabalho produtivo e improdutivo e de excedente econômico; (2) a interdependência mútua dos processos de produção; (3) os Fluxos circulares da moeda e das mercadorias e as crises que podem ser causadas pelo entesouramento do dinheiro.” (HUNT, 1989, cap.2, p.57). Hunt consolida as opiniões de Marx e Schumpeter sobre a contribuição dos Fisiocratas.

É aumentando as rendas dos proprietários e os lucros dos arrendatários que o grande cultivo propicia ganhos a todas as outras categorias e mantém um consumo e despesas que o sustentam. Mas, se os impostos do soberano recaem sobre o **próprio cultivador**, se lhe tiram seus lucros, o cultivo definha, as rendas dos proprietários diminuem; donde resulta uma economia inevitável que influi sobre os estipendiados, os mercadores, os operários, os empregados domésticos: todo o sistema de despesas, de trabalhos, de ganhos e de consumo é perturbado; o Estado se enfraquece; o imposto torna-se cada vez mais destrutivo. Um reino só pode ser florescente e formidável pelos produtos, renovados e renascentes, da própria riqueza de um povo numeroso e ativo, cuja operosidade é sustentada e animada pelo governo.

Imaginou-se que a perturbação que o governo pode causar na fortuna dos particulares fosse indiferente para o Estado, porque, diz-se, se uns tornam-se ricos em detrimento de outros, a riqueza, de igual modo, existindo no reino. Essa idéia é falsa e absurda; porque as riquezas de um Estado só se sustentam por si próprias, só se conservam e aumentam na medida em que se renovam por meio de sua utilização orientada com inteligência. **Se o cultivador** é arruinado pelo financista, as rendas do reino são aniquiladas, o comércio e a indústria definham: o operário fica sem trabalho; o soberano, os proprietários, o clero, são privados das rendas; as despesas e os ganhos são abolidos; as riquezas fechadas nos cofres do financista são infrutíferas ou, se forem colocadas a juros, sobrecarregam o Estado. (QUESNAY, 1983, p.339-340, grifo nosso).

Passa-se agora a examinar a importância dos proprietários ou senhores da terra neste sistema ou em terminologia mais apropriada à época: a importância dos primeiros preparadores e conservadores da cultura e proprietários dispensadores do produto líquido (excedente). Esta classe ocupa uma importância estratégica, pois, receptora do excedente (produto líquido) faz por meio de suas despesas circular o produto líquido pelo organismo econômico. Em outras palavras: de sua sabedoria no uso do excedente, acaba dependendo a capacidade nacional de produzir maior ou menor excedente nos períodos seguintes. Observe-se que os valores adiantados pelo arrendatário são repostos a cada ano para que ele reinicie o processo produtivo, sendo o valor do lucro do arrendatário modesto ou até mesmo desconsiderado como ver-se-á adiante. Por isto que a capacidade de produzir maior excedente e aumentar a renda nacional depende do uso e do destino do produto líquido.

Napoleoni (1980) assinala que em Quesnay a noção de lucro está mal esclarecida. Também se tem a existência de um capital fundiário, mas este não circula e nenhuma renda lhe é atribuída. O lucro do capital fixo e do capital circulante dos produtores não aparece no quadro, bem como os adiantamentos dos artífices, que apesar de tudo são capital, não correspondem a nenhum lucro.

Discutem-se agora duas questões adicionais com a finalidade de complementar a exposição aqui proposta. Primeiro, a questão da dependência de todas as atividades da

agricultura defendida pelos fisiocratas, segundo, a questão do conceito de classe estéril, que inclusive repercute no significado do lucro para os fisiocratas.

Kuntz (1982) ressalta que a dependência da agricultura pode ser entendida em dois sentidos: o primeiro e mais óbvio, é que só pode haver um setor não agrícola se houver um excedente agrícola, isto é, se os agricultores produzirem mais que o necessário à sua vida e à manutenção de sua atividade. Assim, quanto maior a produtividade rural, ou seja, quanto maior o produto por trabalhador empregado no campo, tanto mais poderá desenvolver-se a economia urbana. O segundo sentido, o propriamente fisiocrático, como bem chama a atenção Kuntz, decorre que somente neste o setor rural é capaz de gerar um produto líquido (*produit net*). Este sobreproduto, transferido aos proprietários da terra, sob a forma de rendimentos (*revenu*), é a fonte primária de animação de todo o sistema, o fundamento de toda a atividade não agrícola.

Quanto ao lucro industrial e comercial, deve-se considerar que para Quesnay, de modo geral, a indústria e o comércio eram formados por pequenos agentes - artesão e mercadores - dedicados apenas a ganhar a subsistência. O lucro, quando é citado, aparece ou como resultante de situação excepcional ou como simples remuneração do empresário - uma espécie de salário superior, destinado a cobrir seu risco e seu esforço na condução do negócio. No entanto, deve-se destacar que Quesnay mais de uma vez se refere à agricultura como atividade lucrativa, entendendo-se lucro, neste caso, como ganho anterior à renda do proprietário. Na verdade, os fisiocratas não consideram os rendeiros como os capitalistas. Identificam de fato o capitalista com o proprietário fundiário e o rendeiro como um trabalhador assalariado. Deste modo, o produto líquido identifica-se com a renda do proprietário fundiário.

Cláudio Napoleoni (1980) afirma que para os fisiocratas toda a agricultura é considerada capitalista, isto é todos os trabalhadores agrícolas são considerados assalariados, e como para os fisiocratas o produto líquido identifica-se com a renda da terra, e não com o rendeiro, tem-se que isso significa que eles dão da produção capitalista uma imagem não liberta ainda de um invólucro de tipo feudal.

Esta posição pode ser reforçada pela seguinte afirmação de Turgot:

Tudo isto tem de ser previamente deduzido do preço dos produtos da terra; o que sobra serve ao agricultor para pagar ao proprietário, por este lhe permitir a utilização da terra em que estabelece sua empresa. É o juro do arrendamento, a renda do proprietário, o produto líquido; pois tudo o que a terra produz, até o montante que

recupera os adiantamentos de toda a espécie e o lucro de quem os fez não pode ser considerado renda, mas apenas recuperação dos custos agrícolas; e o agricultor, se não os recuperasse, evitaria empregar seus recursos e seu labor no cultivo da terra de outrem. (TURGOT, 1766 apud MARX, 1980, p. 34).

Pode-se observar no Quadro de Quesnay a formação da idéia de que o poder de compra dos consumidores nasce dos adiantamentos (gasto de capital) e da realização dos lucros (no último sentido acima exposto). O papel passivo e subordinado dos assalariados pode ser vislumbrado. Quesnay, deve-se ressaltar, considera que a remuneração dos trabalhadores corresponde sempre àquilo a que é necessário para subsistir.

Por fim, cabe reforçar que Quesnay observou que, se o produto social que era constituído inteiramente de mercadorias agrícolas deve ser obtido ano após ano sem aumento ou diminuição, uma parte dele teria de ser reempregado na produção. Além do necessário à produção dos meios de produção, esta parte incluía a subsistência dos trabalhadores agrícolas: o que restasse do produto anual constituiria um *excedente ou produit net* do qual a sociedade poderia dispor sem prejuízo de suas condições de sobrevivência. Os fisiocratas refletiram sobre o desenvolvimento do capital em uma sociedade predominantemente agrícola, a francesa. Estes compreendiam que os adiantamentos, as despesas realizadas, aumentavam a produtividade, propiciando um excedente, concebido como uma dádiva da natureza. No entanto, permanecem vinculados à estrutura econômica de sua época. Com Smith e Ricardo, como poder-se-á ver na seqüência, esta análise evolui com as modificações da estrutura econômica sob exame (onde o objeto de análise é a economia capitalista sob a hegemonia inglesa).

3 OS CLÁSSICOS E O EXCEDENTE

No presente capítulo pretende-se examinar como o excedente e o valor excedente são concebidos por dois autores clássicos, Smith e Ricardo, analisando a importância do conceito para suas análises.

3.1 SMITH E O EXCEDENTE

Smith possuía uma fé na ordem natural. Como os fisiocratas, apesar das diferenças importantes, acredita que os fenômenos econômicos são manifestações de uma ordem natural, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relação causais. Existe a crença na existência de uma ordem natural superior a qualquer ordem artificial criada pelo homem. Quesnay, como se viu, concebeu um fluxo ou circuito de trocas que reproduziam continuamente a sociedade, enquanto Smith tem a idéia da existência de forças de mercado, estabelecendo valores naturais pela ação da concorrência na oferta e na procura. Smith entende que essa ordem natural requer, para sua operação eficiente, a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas.

Smith, como os fisiocratas, adere ao naturalismo e ao interesse pelo excedente. A importante contribuição dos fisiocratas em relação aos mercantilistas é o entendimento de que a fonte da riqueza encontra-se na esfera da produção e não na esfera da troca. Porém, para estes, a origem do excedente estava baseada somente na produção agrícola. Smith amplia este entendimento: a fonte da riqueza não se encontra somente na agricultura, mas, de uma forma geral, em toda a produção.

Os fisiocratas, como se viu, não consideram o lucro como um rendimento específico. O rendimento do reideiro é uma espécie de salário mais elevado, constituindo-se este em um trabalhador produtivo com maiores possibilidades do que os outros trabalhadores. Smith, no entanto, observa que:

Poder-se-ia talvez pensar que os lucros do patrimônio não passam de uma designação diferente para os salários de um tipo especial de trabalho, isto é, o trabalho de inspecionar, e dirigir as empresas. No entanto, trata-se de duas coisas bem diferentes; o lucro é regulado por princípios totalmente distintos, não tendo nenhuma proporção com a quantidade, a dureza ou o engenho deste suposto trabalho de inspecionar e dirigir. É totalmente regulado pelo valor do capital ou patrimônio

empregado, sendo o lucro maior ou menor em proporção com a extensão desse patrimônio. (SMITH, 1983a, p. 78).

Assim, avança Smith, em relação aos fisiocratas, ao analisar uma economia capitalista, em plena expansão em sua época, ao considerar não somente o trabalho agrícola como produtivo e ao conceber o lucro como proporcional ao capital. O desenvolvimento teórico de Smith acompanha as modificações da economia capitalista. Meek (1971), neste sentido, destaca que se está de tal modo acostumado à postulação da estrutura social básica como constituída de senhores de terra, trabalhadores e capitalistas, a tirar sustento, respectivamente, de aluguéis, salários e lucros que é difícil, às vezes, imaginar que ela data de aproximadamente dois séculos. Não obstante, ressalta, parece ter sido Adam Smith o primeiro, se não a discernir a existência dessa estrutura na sociedade do seu tempo, pelo menos a compreender-lhe a enorme significação. Os antecessores de Smith, observa, contribuíram com vários elementos para o quadro, mas parece ter sido ele o primeiro a compreendê-lo em todos os seus pormenores e a tentar, conscientemente, analisar-lhes as complexas relações internas. A interpretação do lucro sobre o capital, no sentido clássico, como nova categoria de renda, constituiu, segundo ele, não somente fenômeno conceptual, mas também histórico. Afirma:

O lucro sobre o capital e as classes econômicas para as quais se encaminhava esse tipo de renda constituíam, evidentemente, produtos finais de diversos séculos de desenvolvimento econômico. Mas, aparentemente, somente no terceiro quartel do século XVIII, o lucro sobre o capital, encarado como novo tipo genérico de classe de renda, diferenciou-se tão claramente de outros tipos que os economistas puderam enfim aperceber-se da importância que revestiam e descrever-lhes as características básicas. Certo número de obstáculos, todavia, precisava ser superado antes de se poder chegar a esse ponto. Em primeiro lugar, havia certas dificuldades no tocante à diferenciação entre lucro, aluguel da terra e juros sobre dinheiro. Aparentemente, o lucro guardava semelhança com tais tipos de renda na medida em que todos pareciam estar em proporção mais ou menos regular com a soma dos capitais - o aluguel em relação com a soma de dinheiro investida na compra da terra, o juro com a soma emprestada, e o lucro com a soma investida direta ou indiretamente na contratação de empregados. (MEEK, 1971, p. 33).

Assinala que no século anterior à publicação da *Riqueza das Nações*, a distinção básica entre moeda (moeda entesourada) e capital (moeda utilizada com o fim de obter renda) começou a ser reconhecida por um certo número de economistas. Destaca que North, em 1691, escreveu:

Nenhum homem se tornará mais rico se mantiver ociosas todas as suas propriedades tais como a moeda, metais preciosos etc., mas, pelo contrário, por esse motivo será mais pobre. É mais rico o homem cujas propriedades crescem, seja como terra usada na agricultura, seja como moeda produtora de juros, ou como mercadorias vendidas no comércio. (NORTH, 1691 apud MEEK, 1971, p. 33).

Smith expõe que simultaneamente se estabeleceu distinção entre capital utilizado mais ou menos passivamente (como no caso de terra usada na agricultura ou de moeda produtora de juros) e capital utilizado mais ativamente (como o caso de mercadorias vendidas no comércio). Passou a ser perceptível que os que usavam os capitais passivamente receberam normalmente como renda apenas a taxa comum de juro, ou seu equivalente, e que os que empregavam ativamente no comércio habitualmente obtinham um ganho líquido, ou lucro, além da taxa comum de juro.

A questão central, para o referido autor, é que à medida que o capitalismo se firmava na indústria e agricultura, criavam-se gradualmente condições objetivas para o reconhecimento do fato de que um aspecto essencial e comum a todos os empregos ativos dos capitais consistia na sua utilização na contratação de mão-de-obra assalariada e, assim, para a postulação do lucro como nova classe de renda, nascida das relações entre capitais e mão-de-obra. Portanto, a interpretação do lucro sobre o capital, no sentido clássico, como nova categoria de renda, constitui não somente fenômeno conceptual, mas também histórico. Antes de se prosseguir, é conveniente que se veja em que momentos Smith discute o excedente em sua principal obra.

Smith trata de vários temas na *Riqueza das Nações*, e ocupa-se do excedente em vários momentos: quando trata da divisão do trabalho, do comércio internacional, das colônias, do comércio entre as cidades e o campo. Para se avaliar a contribuição do pensamento de Smith vale a pena destacar, preliminarmente, partes do pensamento do autor em algumas passagens.

Smith, no capítulo III - *A Divisão do Trabalho Limitada pela Extensão do Mercado* -, expõe que, quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode se sentir estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade. Afirma que, quando a divisão do trabalho estava em seu início, a troca dos produtos excedentes de cada produtor deve ter se deparado com grandes dificuldades. Isto porque, se um indivíduo possui uma mercadoria em quantidade superior àquela de que precisa, ao passo que outro têm menos, então o primeiro teria interesse em vender uma parte do seu supérfluo, e o segundo em comprá-la. Todavia, se esta segunda pessoa não possuir nada daquilo de que a primeira necessita, não poderá haver nenhuma troca entre as duas. Portanto, assinala que, a fim de evitar o inconveniente de tais situações, toda pessoa prudente, em qualquer sociedade e em qualquer período da história, depois de adotar pela primeira vez a

divisão do trabalho, deve naturalmente ter se empenhado em conduzir seus negócios de tal forma, que a cada momento tivesse consigo, além dos produtos diretos de seu próprio trabalho, certa quantidade de alguma(s) outra(s) mercadoria(s) que em seu entender poucas pessoas recusariam a receber em troca do produto de seus próprios trabalhos¹. Smith afirma que, na origem da divisão do trabalho, se registra uma tendência própria da natureza humana para a troca: em virtude dessa inclinação humana, os homens tendem a distribuir-se nas atividades produtivas segundo uma estrutura de relações que, por intermédio da especialização da atividade individual, implica a formação de excedentes, cada vez mais amplos, passíveis de trocas entre indivíduos. É importante levar em consideração que a tese smithiana segundo a qual a obtenção do interesse pessoal na produção da riqueza gera vantagens para todos decorre primeiro do fato que a especialização da própria atividade aumenta a capacidade produtiva e transforma esse aumento da capacidade em incrementos da riqueza pessoal através da permuta de excedentes cada vez mais amplos do próprio produto, ocasionando esse processo uma ampliação da disponibilidade de bens.

Smith destaca no livro III, capítulo IV – *De que maneira o Comércio das Cidades contribuiu para o Progresso do Campo* –, a situação de um proprietário de terra em um país que não tem comércio exterior e nem manufaturas:

Em um país que não tem comércio exterior nem manufaturas mais aperfeiçoadas, um grande proprietário de terras, por não ter nada pelo que possa trocar a maior parte da produção de sua terra que vá além do necessário para a manutenção dos agricultores, consome com seus hóspedes na casa de campo. (SMITH, 1983a, p.346).

Note-se que o excedente típico na sociedade medieval ou na sociedade simplificada descrita por Smith é um excedente perecível, não existindo outra possibilidade de utilização a não ser o consumo. Smith ao analisar a maneira como o comércio das cidades contribuiu para o progresso do campo, no referido capítulo assinala:

Com o decorrer do tempo, o comércio exterior e a manufatura foram fornecendo aos grandes proprietários rurais alguma coisa graças à qual podiam trocar todo o excedente da produção de suas terras, produtos esses que podiam eles mesmos consumir, sem terem de partilhá-los com seus rendeiros ou clientes. Tudo para nós, e nada para os outros - essa parece ter sido, em todas as épocas do mundo, a máxima vil dos senhores da humanidade. Eis por que, tão logo os grandes proprietários conseguiram encontrar um modo de consumir eles mesmos o valor total das rendas

¹ Aqui Smith relata o excedente do produtor, pressupõe que este é proprietário do pleno produto de seu trabalho.

das suas terras, não tiveram mais propensão a partilhá-las com outras pessoas. Por um par de fivelas de diamante, ou talvez por alguma outra coisa igualmente frívola e inútil, trocavam o sustento ou, o que é a mesma coisa, o preço do sustento anual de 1.000 homens e, com isso, todo o peso e autoridade que esse poderio era capaz de assegurar-lhes. Todavia, as fivelas deveriam pertencer-lhes com exclusividade, e nenhuma outra criatura teria parte nelas, ao passo que, no sistema mais antigo, os senhores feudais tinham que partilhar sua renda no mínimo com 1.000 pessoas. Essa diferença era decisiva para os avaliadores que deveriam determinar a preferência e que, em troca da satisfação da mais infantil, da mais mesquinha e mais sórdida de todas as vaidades, negociavam gradualmente todo o poder e toda a autoridade que possuíam.

[.....]

Afastando as bocas desnecessárias, e exigindo do agricultor o valor pleno que podia ser auferido da terra, o proprietário conseguiu obter um excedente maior da produção - vale dizer, o preço de um excedente maior - e, para gastar a renda equivalente desse novo acréscimo de produção, os comerciantes e fabricantes passaram a fornecer novos produtos ao proprietário. (SMITH, 1983a, p. 348-349, 350).

Nessas passagens, Smith discorre de que maneira a modificação no destino ou uso do excedente levou à dissolução das instituições feudais (“os grandes proprietários negociaram seu poder e autoridade por um par de fivelas de diamante ou alguma outra mercadoria frívola.”).

A existência de um excedente agrícola é condição para o desenvolvimento das cidades. Smith reforça, no entanto, a importância de cidades (do mercado) para o crescimento do excedente: “Assim é que na maior parte da Europa, o comércio e as manufaturas das cidades, ao invés de serem o efeito do aprimoramento e do cultivo do campo, foram sua causa.” (SMITH, 1983a, v.I, l.III, cap. IV, p. 351).

Em diversas outras oportunidades, Smith descreve a importância do excedente do **campo** e do mercado da **cidade** para o incremento da produção:

A cidade proporciona um mercado para o excedente de produção do campo, vale dizer, para aquilo que ultrapassa o necessário à manutenção dos agricultores, sendo na cidade que os habitantes do campo trocam esse excedente por coisas que lhes fazem falta.

[...]

É somente o excedente da produção do campo, isto é, o que vai além do necessário para a manutenção do pessoal do campo, que constitui a subsistência da cidade, a qual, pois, só pode crescer na medida em que aumentar o excedente de produção do campo. A cidade nem sempre consegue obter tudo o que é necessário para sua subsistência das propriedades rurais localizadas em sua redondeza; muitas vezes, nem sequer é suficiente a produção vinda do país ao qual pertence, havendo necessidade de recorrer a países muito distantes[...] (SMITH, 1983a, p.321,322).

Smith expõe também a importância do excedente para o comércio externo e a sociedade:

Com efeito em todas as épocas em qualquer sociedade, o excedente da produção bruta ou da **produção manufaturada**, isto é, aquela parte para a qual há mais

demanda no país, deve ser exportado para ser trocado por algum produto que esteja em falta no país. Muito pouco importa se o capital que transporta essa produção excedente ao exterior é estrangeiro ou nacional. (SMITH, 1983a , v. I , l. III, cap.I, p.324, grifo nosso).

Ou, ainda, quando comenta a influência do excedente da produção da América :

O excedente de produção da América, importado pela Europa, fornece aos habitantes desse grande continente uma variedade de mercadorias que, de outra forma, não poderiam ter possuído: algumas para seu conforto e utilidade, algumas para seu prazer, e outras como ornamento, contribuindo assim para aumentar suas satisfações. (SMITH, 1983b, p. 75).

Assim, a descoberta e a colonização da América contribuíram para incrementar a atividade; primeiro, de todos os países que mantêm comércio direto com ela, e segundo, de todos os países que, embora não mantivessem comércio direto com ela, enviaram à América, por intermédio de outros países, mercadorias de sua produção própria. Assim todos esses países ganharam um mercado mais amplo para sua produção excedente e, conseqüentemente, devem ter sido, à época, estimulados a aumentar a quantidade dessa produção.

Já em outra parte, livro II, capítulo IV - *O Dinheiro Emprestado a Juros* -, Smith relata que a renda de todos os habitantes do país é necessariamente proporcional ao valor anual da produção anual de sua terra e de seu trabalho.

Na seqüência, no mesmo livro, no capítulo V - *Os Diversos Empregos de Capitais*-, Smith expõe explicitamente que, quando a produção de determinado setor ultrapassa a demanda do próprio país, o excedente deve ser exportado e trocado por algo que esteja em falta no país. Sem essa exportação, cessará necessariamente uma parte do trabalho produtivo do país diminuindo o valor de sua produção anual.

Assim relata:

A terra e o trabalho na Grã-Bretanha costumam produzir mais trigo, mais lã e ferragens do que o exigido pela demanda interna. Portanto, o excedente desses produtos deve ser exportado e trocado por algo que esteja em falta no país. Somente mediante essa exportação, o excedente pode adquirir um valor para compensar o trabalho e as despesas necessárias para produzi-lo. A proximidade das costas marítimas e de todos os rios navegáveis constitui localização vantajosa para a indústria, somente porque facilita a exportação e a troca de tais produtos excedentes por alguma outra mercadoria que esteja mais em falta no respectivo país. (SMITH, 1983a, p. 316).

Ou ainda:

Tenham as mercadorias sido compradas com o ouro do Brasil ou com a prata do Peru, esse ouro e essa prata, como o fumo da Virgínia, devem, por sua vez, ter sido

comprados com um produto interno do país ou com alguma outra coisa anteriormente comprada com produtos do país. (SMITH, 1983a, p. 314).

Pode-se observar pelas passagens anteriormente transcritas que Smith considera a existência de um produto excedente quando a produção está acima da demanda interna do país. Esse excedente será trocado por um equivalente de origem externa ao país. Desta forma internamente será recomposto o “valor do excedente” no referido País. Smith descreveu nas passagens acima uma sociedade mercantil em que cada um coloca no mercado as mercadorias que produziu para obter em troca as mercadorias dos outros. A riqueza é a soma dos valores de uso que estão à disposição. Como se trata de uma economia mercantil, a riqueza depende, em geral, do trabalho executado pelos outros, ou seja, do trabalho contido nas mercadorias produzidas pelos outros e que pode ser obtida trocando por elas as suas próprias mercadorias (O sujeito ou o País).

Para Smith, o valor de troca é a capacidade de obter riqueza, isto é, valor de uso; decorre daí que o valor de uma mercadoria para quem a possui e não tenciona usá-la diretamente em seu consumo é constituído pelo trabalho alheio que é capaz de comandar, visto que é trocada por mercadorias que contêm trabalho de outros. Nas palavras de Smith:

O preço real de cada coisa - ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la - é o trabalho e o incômodo que custa a sua aquisição. O valor real de cada coisa, para a pessoa que a adquiriu e deseja vendê-la ou trocá-la por qualquer outra coisa, é o trabalho e o incômodo que pessoa pode poupar a si mesma e pode impor a outros. O que é comprado com dinheiro ou com bens, é adquirido pelo trabalho, tanto quanto aquilo que adquirimos com o nosso próprio trabalho. Aquele dinheiro ou aqueles bens na realidade nos poupam este trabalho. Eles contêm o valor de uma certa quantidade de trabalho que permutamos por aquilo que, na ocasião, supomos conter o valor de uma quantidade igual. O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas. (SMITH, 1983a, p.63).

Não se encontra neste ponto o entendimento sobre a origem do excedente em uma sociedade capitalista. Note-se que o equivalente de origem externa, ao excedente exportado por um determinado país, pode servir inclusive como valor destinado ao consumo das classes trabalhadoras (numa sociedade de classes), e, portanto o valor do excedente exportado não correspondente necessariamente, e exatamente, ao valor excedente originado na produção².

² O fato de produzir mais trigo, mais lã e ferragens do que o exigido pela demanda interna não significa, numa sociedade em que os produtores não possuem o pleno produto do trabalho, que esse produto excedente corresponde exatamente ao valor excedente no sentido de um valor acima das necessidades dos produtores, pois estas mercadorias ou parte delas podem estar sendo trocadas por mercadorias que entram no sustento dos produtores (da classe trabalhadora). O valor (troca) de parte das mercadorias abundantes, neste caso, se destinaria, através da troca, ao consumo necessário dos produtores (trabalhadores); estas mercadorias têm valor de uso no exterior, motivo pela qual serão intercambiadas por mercadorias que possuem valor de uso internamente.

Este ponto ficará mais claro em Marx. Antes de se examinar a origem do lucro em Smith, pode-se indagar do que depende a capacidade de produzir um excedente (a produtividade).

Para Smith, essa capacidade depende da divisão do trabalho. A divisão do trabalho aumenta a produtividade porque a capacidade do trabalhador aumenta se ele puder dedicar-se a um número pequeno de operações, ocasionando economia de tempo, além disso, quanto mais restrito a certas operações, mais fácil será conceber máquinas destinadas a substituir trabalho. A divisão do trabalho para o autor não tem origem nas aptidões e sim na tendência da natureza humana para a troca.

Assim, a troca está na origem da divisão do trabalho, sem esta não se verificaria a tendência para a especialização individual. E é a amplitude do sistema de trocas (mercado) que permite que a divisão do trabalho se encaminhe cada vez mais para a especialização individual. Portanto, como expõe Napoleoni, as trocas estão na origem da divisão do trabalho e, ao mesmo tempo, restabelecem a ligação entre os trabalhadores individuais reintegrando os homens na sociedade apesar do isolamento de cada um em sua especialização produtiva. A dimensão do excedente está vinculada, embora não exclusivamente, à divisão do trabalho e à especialização que a economia de trocas viabiliza.

Smith (1983a, p.94) destaca as idéias de Cantillon em *Essai sur la nature de commerce* em que esse afirma que o trabalho de um escravo fisicamente capacitado é calculado para valer o dobro de sua manutenção, e o de um trabalhador livre de nível mais baixo não pode valer menos do que o de um escravo sadio. Smith acreditava que o mecanismo de mercado fixava um salário para o trabalhador abaixo do valor do produto do trabalhador de tal modo que ficasse disponível uma margem para o capitalista: “[...] o valor que os trabalhadores acrescentam ao material desdobra-se, pois, em duas partes ou componentes, sendo que a primeira paga os salários dos trabalhadores, e a outra, os lucros do empresário, por todo o capital e os salários que ele adianta no negócio.” (SMITH, 1983a, p. 78). Pode-se ver em Smith o princípio de que na origem do lucro como no do salário se encontra o trabalho. O trabalhador produtivo dá lugar a um valor global que se divide em salário e lucro, o valor acrescentado aos materiais provém da mesma fonte. Por esta perspectiva, a forma como o valor se distribui entre as classes não tem a ver com o modo como se forma o próprio valor. Adam Smith expõe que só a parte do trabalho (valor) a qual o trabalhador de novo acrescenta ao material se reduz a salário e a lucro, e por isso, em si, a nova mais-valia criada

nada a tem a ver com a parte que o capital adiantou. Veja-se com mais detalhe como Smith considera a origem do salário e do lucro.

Smith considera inicialmente uma sociedade primitiva aquela em que todo o produto pertence ao trabalhador. Nesse caso, o valor de troca de uma mercadoria para quem a possui e não pretende usá-la para seu consumo é constituída pelo trabalho de outro que a mercadoria em questão pode lhe proporcionar, na medida em que é trocada por produtos que contêm precisamente trabalho de outrem. Ou seja, numa sociedade em que os trabalhadores são produtores de mercadorias e produzem e vendem as próprias mercadorias, o valor do trabalho é igual ao valor do produto do trabalho.

No entanto, quando Smith deixa de considerar a hipotética sociedade com o surgimento de novas categorias de renda como o lucro e a renda fundiária, a situação se altera. Entende Smith que o lucro não é a remuneração de uma espécie de trabalho porque se regula pelo valor do capital utilizado e assim são os lucros mais ou menos elevados na proporção da dimensão desse capital. Neste caso, a quantidade de trabalho que uma mercadoria pode dispor, é, em equilíbrio, maior que a quantidade de trabalho nelas contida, uma vez que na quantidade de trabalho adquirida por aquela parte do valor da mercadoria que corresponde aos salários, achar-se-á, inclusive, a quantidade de trabalho adquirida por aquela parte do valor da mercadoria que corresponde ao lucro e à renda da terra, ou seja, o excedente. Em conseqüência, tomando-se por base a economia primitiva, não se pode afirmar que o *labour commanded* acha-se determinado pelo trabalho contido. Sua conclusão é que não existem relações precisas entre os preços naturais das mercadorias e os seus custos em trabalho. Por esta razão, não sustenta que os valores de troca dos produtos sejam determinados pelos seus custos em trabalho.

Em outra passagem Smith comenta (1983a, p.80-81): “Salários, lucro e renda do solo, eis as três fontes originais de toda receita a renda, e de todo valor de troca.” Ou seja, aqui afirma que o salário, lucro e renda são as fontes de todo o valor e antes, como se viu, adotou a posição de que são as três partes em que se distribui um valor que se formou antes de sua distribuição nas três formas de rendimento.

A questão posta, em outros termos, é que, na medida em que o preço de uma mercadoria consista de salário, lucro e da renda e que o valor real de todas as diferentes partes que compõem o preço é mensurado pela quantidade de trabalho que cada uma dessas três

parcelas dispõe ou adquire, depreende-se que a quantidade de *labour commanded* acha-se determinada pelo nível do salário, do lucro e da renda fundiária. Como as taxas naturais de salário, do lucro e da renda da terra são igualmente valores, seria necessário precisar o que os determina. Ricardo, como ver-se-á adiante, entendeu como círculo vicioso esta concepção de que o valor é resultante da soma dos três componentes, adota a posição de que o valor se forma antes de sua distribuição.

Marx, em *Teorias da mais-valia*, notara que o salário, o lucro e a renda fundiária são as três fontes de renda, mas não são a fonte do valor de troca. E que capital e terra constituem fonte de renda para os respectivos proprietários ao representarem direito a certa quantidade de trabalho excedente. A propriedade fundiária e o capital por constituírem fontes de renda para seus donos, isto é, por lhes darem o poder de se apropriarem de parte dos valores criados pelo trabalho, não se tornam fonte do valor que eles se apropriam. O que cria o valor é o trabalho e não o salário; este não passa de valor já existente, ou considerando-se a produção toda, a parte do valor criado pelo trabalhador da qual ele mesmo se apropria, mas essa apropriação não cria valor.

Smith afirma, ainda:

Em toda sociedade, o preço de qualquer mercadoria, em última análise, se desdobra em um ou outro desses fatores³, ou então nos três conjuntamente; e em toda sociedade mais evoluída, os três componentes integram, em medida maior ou menor, o preço da grande maioria das mercadorias. (SMITH, 1983a, p.79).

Vê-se assim que os preços das mercadorias (valor-mercadoria) desdobram-se em salário, lucro e renda e, como conseqüência, pode-se concluir que, também, o valor do produto social anual, o valor da produção total, seria composto de salários e lucros. Mas, se assim fosse, todo o produto anual poderia ser consumido⁴. Esquece Smith que é necessária a reposição dos meios de produção. Ou seja, o valor da produção, ou do preço, não é composto somente por lucros, salários e renda, pois é necessário incluir a reposição dos meios de produção (a depreciação). Smith confirma este entendimento:

Essas três partes⁵ perfazem, diretamente ou em última análise, o preço total do trigo. Poder-se-ia talvez pensar que é necessária uma quarta parte, para substituir o capital do responsável direto pela exploração da terra, ou para compensar o desgaste

³ Refere-se aos lucros e aos salários.

⁴ Os meios de produção que são também produzidos não podem ser destinados ao consumo humano. Os meios de produção só podem ser consumidos no processo produtivo.

⁵ Refere-se a salários, lucro, renda fundiária.

do gado empregado no cultivo e o desgaste de outros equipamentos agrícolas. Todavia, deve-se considerar que o próprio preço e qualquer equipamento ou instrumento agrícola, como por exemplo de um cavalo utilizado no trabalho, se compõe também ele dos mesmos três itens enumerados: a renda da terra na qual o cavalo é criado, o trabalho despendido em criá-lo e cuidar dele, e os lucros do responsável pela exploração da terra, que adianta tanto a renda da terra como os salários do trabalho. Eis por que, embora o preço do trigo possa pagar o preço e a manutenção do cavalo, o preço continua a desdobrar-se, diretamente ou em última análise, nos três componentes: renda da terra, trabalho e lucros. (SMITH, 1983a, p.79).

Portanto, o valor de cada mercadoria isolada se reduz a renda, então é decorrência que a soma deles, o produto anual do trabalho, a renda bruta, seja consumível todo ano nessa forma. Smith considera que, se isso acontece com qualquer mercadoria considerada isoladamente, tem de ocorrer também com todas as mercadorias que formam o produto anual global da terra e do trabalho de todo país, tomadas em sua totalidade. Ou seja, o preço global ou o valor de troca desse produto anual tem de reduzir-se àqueles três componentes e repartir-se entre os diferentes habitantes do país, como salário do trabalho ou como lucro do capital ou como renda da terra.

Mas em outro momento, alternativamente, considera a reposição dos meios de produção quando diferencia a renda bruta da líquida:

A renda Bruta de todos os habitantes de um grande país compreende a produção anual total de sua terra e de seu trabalho; a renda líquida engloba o que lhes resta livre, após deduzir a despesa necessária à manutenção: primeiro, seu capital fixo; segundo, seu capital circulante; ou seja, aquilo que, sem interferir em seu capital, conseguem incorporar a seu capital reservado para consumo imediato, ou gastar em sua subsistência, em sua comodidades e divertimentos. Também aqui, sua riqueza real está em proporção à sua renda líquida, e não à sua renda bruta. (SMITH, 1983a, p.252).

Assim, parte do valor do produto, tanto individual como social, não se dissolve em salário, nem em lucro ou renda do solo. A renda líquida é igual à parte do produto anual, seja da sociedade, seja do capitalista individual, que pode entrar no “fundo do consumo”, mas o volume desse fundo não deve afetar o capital em funcionamento (Smith refere-se à reprodução simples). Smith afirmará também: “As máquinas e instrumentos etc. que formam o capital fixo de um indivíduo ou de uma sociedade não fazem parte da renda bruta nem da líquida de nenhum dos dois; do mesmo modo o dinheiro.” (SMITH, 1776 apud Marx, 1980, p.81).

A Posição de Say e Storch são importantes para evidenciar as contradições de Smith. Say dirá:

Uma nação, considerada na totalidade, não tem produto líquido; pois, sendo o valor dos produtos igual aos custos de sua produção, extrai-se o valor inteiro dos produtos quando se deduzem esses custos [...] A renda anual é a renda bruta. (SAY, 1817 apud MARX, 1980, p.82).

Mas o ponto essencial Storch destacará, ao questionar o entendimento de Say de que o produto é a renda da sociedade; e portanto a sociedade pode consumir valor igual a esse produto, ao expor:

A renda (líquida) de uma nação não é o excedente dos valores produzidos sobre a totalidade dos valores consumidos, como Say imagina, mas sobre os valores consumidos para produzir. Assim, uma nação, se consome no ano esse excesso todo, consome a renda (líquida) toda (l.c.p.146). Se se admite que a renda de uma nação iguala o produto bruto, isto é, sem haver capital para dele deduzir, não se pode deixar de admitir também que uma nação pode consumir improdutivamente o valor todo do produto anual, sem causar a menor prejuízo à renda futura (l.c., p.147) não são consumíveis os produtos que constituem o capital [constante] de uma nação (l.c., p.150). (STORCH, 1824 apud MARX, 1980, p. 83).

Marx, como ver-se-á, vai se ater à questão de como será possível ao lucro e ao salário anuais comprarem as mercadorias anuais que, além do lucro e salário, contêm capital constante. Assinalará em *Teorias da Mais-Valia* que as contradições de Smith são importantes por conterem problemas que ele, embora não resolva, expressa por meio de suas contradições. As contradições de Smith permitem que se visualize que os preços das mercadorias não são desdobrados somente em salários, lucros e renda. Além disso, essas contradições estimularam reflexões posteriores, como a de Storch exposta acima, que evidenciaram que o produto excedente não é composto somente de bens de consumo.

No Livro II, capítulo III - *A acumulação do Capital, ou o trabalho Produtivo e o Improdutivo* - é discutido o conceito de trabalho produtivo e articulada a proposição de que é o volume de poupanças, **limitado pelo volume do excedente** gerado acima das necessidades de auto-reprodução do sistema econômico e determinado pela parcimônia dos agentes produtivos, a causa imediata do aumento do estoque do capital⁶.

Deve-se destacar, ainda, que a riqueza das nações, ou melhor, o produto anual per capita, dada sua constelação de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho útil ou produtivo - que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre o seu custo de reprodução - e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total. Veja-se com mais detalhe, pois ao se examinar a

⁶ Como Smith sugere implicitamente que a cada ato de poupança está associada uma decisão de investimento, os problemas de insuficiência de demanda são ignorados.

distinção entre trabalho produtivo e improdutivo de Smith pode-se com mais facilidade aprender, pois intimamente relacionada com essa distinção, à definição de rendimento líquido em oposição a rendimento bruto. Smith expõe:

Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. Assim, o trabalho de um manufator geralmente acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro do seu patrão. (SMITH, 1983a, p.285).

E acrescenta mais adiante:

O trabalho destes últimos [refere-se aos empregos domésticos] não deixa de ter o seu valor, merecendo sua remuneração tanto quanto o dos primeiros. Mas o trabalho do manufator fixa-se e realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no máximo, algum tempo depois de encerrado o trabalho. (SMITH, 1983a, p.285).

Dobb expõe que Smith ao rejeitar inicialmente a afirmação fisiocrata de que o trabalho na indústria era estéril ou improdutivo pretendia reservar a designação improdutivo para servos domésticos e servidores (quer de casas aristocrática, quer do governo) que prestavam os seus serviços diretamente ao seu senhor ou patrão. Mas que, ao explicar em que consistia a diferença entre artífices, manufatureiros e mercadores, por um lado, e servos domésticos, por outro, está longe de ser claro.

Introduz aqui duas definições distintas que envolvem certas contradições ou, pelo menos, não comportam qualquer delimitação clara entre os produtivos e improdutivos. Smith argumenta que é trabalho produtivo aquele que não só substitui as despesas diretas de produção, incluindo os seus próprios salários, como produz um lucro ou excedente acima dessas despesas. Em seguida também define como produtivo aquele que se fixa e se incorpora a algum objeto particular ou mercadoria vendável. Exclui nesta definição os serviços. Dobb (1977a) ressalta que é razoável supor que Adam Smith não encontrou contradição entre as

duas definições, porque não considerava possível existir lucro ou mais-valia a não ser quando o trabalho em questão produzisse um bem vendável.⁷

Smith deu ênfase à distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, contra-argumentando a tese dos fisiocratas de que o trabalho incorporado à indústria era estéril.

A ênfase de Smith é de que a acumulação do capital é a principal fonte de progresso econômico e os lucros terão sido a fonte do novo capital. Nas palavras de Smith:

A parte da produção anual da terra e do trabalho de qualquer país que repõe um capital, nunca é imediatamente empregada para outra finalidade que não seja a manutenção de pessoas produtivas. Essa parte paga exclusivamente os salários do trabalho produtivo. A parte que se destina imediatamente a constituir uma renda, como lucro ou renda da terra, pode ser empregada para manter, indiferentemente, pessoas produtivas e improdutivas.

[...]

Donde se infere que a proporção entre pessoas produtivas e improdutivas depende muitíssimo, em todo o país, da proporção entre aquela parte da produção anual que, tão logo sai do solo ou das mãos dos trabalhadores produtivos, se destina a repor um capital, e aquela que se destina a constituir uma renda, como renda da terra ou como lucro. Essa proporção difere muito, conforme o país for rico ou pobre. (SMITH, 1983a, p. 286-288).

Deve-se anotar, diante do foco deste trabalho, que o trabalho produtivo promovia a acumulação do capital. E o novo capital aumentava a produtividade do trabalho e, por consequência, a Riqueza da nação, ou seja, o excedente.

Smith considera a natureza do lucro e da renda da propriedade, quando define estas, como deduções do produto do trabalho. A importância dessa definição reside no fato de que ela antecipa a teoria mais tarde desenvolvida por Marx, segundo a qual o excedente constitui decorrência do trabalho excedente, isto é, da quantidade de trabalho extraída aos trabalhadores além daquela que serve para reconstituir os meios de subsistência dos próprios trabalhadores.

Smith altera o conceito de produtividade, ou seja, da capacidade de produzir produto líquido (excedente). Aceita a definição fisiocrática da produtividade como a capacidade para a geração de “produto líquido”, mas afirma que essa capacidade encontra-se no trabalho. Para Smith inexistem circunstâncias externas ou precedentes ao trabalho às quais possa ser

⁷ Marx, como ver-se-á, observa que os atores, músicos, cozinheiros podem criar um excedente ou lucro para um patrão se forem empregados por um empresário de teatro, restaurante, etc. Pode-se observar, por outro lado, que Marx não considera o trabalho dos vendedores de lojas e dos funcionários de lojas, organizado numa empresa comercial capitalista, como trabalho produtivo. Essa contradição será examinada quando se examinar Marx no capítulo 4.

atribuída alguma produtividade originária. A cada circunstância, porém (entre elas a fertilidade da terra), deve-se reconhecer a capacidade de dar uma contribuição ao desenvolvimento do produto líquido; essa contribuição pode ser dada na medida em que é levada pelo trabalho para o âmbito da própria operação. Como a capacidade de criar “produto líquido” é atribuída ao trabalho, é possível então se reconhecer o produto líquido junto a cada ramo da atividade econômica. Smith considera o produto líquido como um fenômeno tão geral como o trabalho; a partir desse ponto de vista, nenhum setor é privilegiado, porque em todos os setores o trabalho pode levar a cabo sua produtividade. Isso, porém, também significa que o produto líquido não pode ser constituído exclusivamente pela renda já que não é mais possível, como ocorreu no esquema fisiocrático, que a totalidade do produto líquido seja considerada como pertencente ao proprietário da terra.

Como conseqüência, o produto global, na medida em que consubstancia o resultado da atividade do trabalho produtivo, contém uma primeira parte (salário) que reintegra a manutenção e reprodução do próprio trabalho, e outras duas partes, do excedente, que são definidas por Smith como deduções do produto do trabalho.

No que se refere aos salários, Smith vislumbrava um relacionamento entre o salário “natural” e uma sociedade em progresso onde, por causa da “escassez de trabalhadores”, os empregadores quebrariam seu acordo natural. Admitia, por outro lado, que numa sociedade em declínio o salário poderá descer abaixo da subsistência⁸.

Importante registrar, ainda, a passagem de Smith sobre os trabalhadores improdutivos e os que não trabalham:

Os trabalhadores improdutivos, e os que não trabalham, são todos mantidos por uma renda: primeiramente, por aquela parte da produção anual, originalmente destinado a constituir uma renda para determinadas pessoas, seja como renda da terra ou como lucros do capital do capital; ou, em segundo lugar, por aquela parte da produção que, embora originalmente destinada a repor um capital ou a manter trabalhadores produtivos, não obstante isso, quando chega às suas mãos, **toda porção dela que ultrapassar sua própria manutenção** pode ser empregada para manter, indiferentemente, pessoas produtivas ou pessoas improdutivas. (SMITH, 1983a, p.287, grifo nosso).

⁸ Smith admite uma tendência do salário para o nível de subsistência mas a explicava pela vantagem de que dispunham os patrões nas disputas por salário e não por uma relação entre salário e população (como em Malthus e Ricardo).

Smith realça a importância do excedente para a acumulação, como se viu, e o incremento de atividades, rendas e da própria atividade estatal em decorrência da ampliação do excedente econômico, oriundo da acumulação do capital, e da produtividade do trabalho.

Napoleoni (1980) pergunta em que sentido se pode analisar o conceito smithiano de *labour commanded* e sua importância em face da teoria do desenvolvimento. Smith considera produtivo aquele trabalho que não apenas reproduz o valor dos próprios meios de subsistência, como também é capaz de produzir um valor adicional. O trabalho produtivo é aquele que gera um produto correspondente a um *labour commanded* que mensura a contribuição que a produção de mercadorias em questão pode dar para que o processo produtivo se amplie através do aumento da ocupação.

Existe, portanto, a possibilidade, visto que o *labour commanded* é maior que o contido, de que o trabalho adicional capaz de ser posto em movimento seja um trabalho produtivo. Smith argumenta que para que essa possibilidade se concretize torna-se necessário que a “renda percebida pelos capitalistas e pelos proprietários fundiários seja transformada em capital”. Smith afirma:

A parte da renda do rico que este gasta anualmente, na maioria dos casos, é consumida por hóspedes ociosos e criados domésticos, que nada deixam atrás de si em troca de seu consumo. Aquela parte da renda que ele economiza anualmente, já que é imediatamente empregada como capital em função do lucro é igualmente consumida, e quase simultaneamente, mas por uma categoria diferente de pessoas: trabalhadores, fabricantes e artífices, que reproduzem com lucro o valor que consomem anualmente. (SMITH, 1983a, p. 290-291).

O consumo é o mesmo, diferente são os consumidores. Percebe-se aqui um ponto de vista semelhante ou de acordo com a idéia de que o valor é desdobrado nas três formas de renda, sem considerar o valor dos meios de produção, como ver-se-á em Marx. Assim, se o trabalho social decorre do exercício de um trabalho produtivo e se a renda líquida (ou excedente) que deriva desse trabalho é poupada e retransformada em capital, então a troca entre produto social e trabalho comporta um crescimento sistemático da quantidade de trabalho lançado no sistema econômico. Este crescimento representa para Smith o índice de positividade do processo econômico. Ou seja, a transformação do excedente em fundo para a manutenção dos trabalhadores produtivos, ampliando sistematicamente o valor (precisamente no sentido de *labour commanded*) do produto anual da sociedade.

3.2 RICARDO E O EXCEDENTE

O final do século XVIII e início do século XIX, época em que viveu Ricardo, constitui-se em um período de amplas transformações econômicas, sociais e políticas. Primeiro, a Revolução Francesa, que derrubou o absolutismo real e posteriormente a monarquia, acabando com os privilégios da nobreza, do clero, abolindo a servidão e dividindo a terra entre os camponeses. Esta revolução propiciou, ainda, a separação entre o Estado e a Igreja, entre o poder temporal e o poder espiritual. A dessacralização da vida social possibilitou o desenvolvimento de teorias científicas, visto que a verdade revelada passou a ser substituída pela pretensão da busca da verdade através da razão.

Mas o momento vivido por Ricardo é também o da Revolução Industrial. Esta leva a uma radical transformação da estrutura e da organização da indústria. Diversos estudos e registros fatuais destacaram as modificações ocorridas nesse período, em especial referente às diversas invenções e aperfeiçoamentos na indústria têxtil britânica, mineradora de carvão e de produção de ferro, ou seja, de uma era de transformação técnica que aumentou a produtividade do trabalho e levou a um aumento do proletariado, concomitantemente a um aumento simultâneo das possibilidades de investimento e do mercado de bens de consumo. Ricardo, sintonizado com sua época, se preocupa com o crescimento do excedente e com seu aproveitamento. Entende que é necessário o crescimento da produção e que, portanto, o empresário se aproprie do excedente para reinvestir. A dinâmica do crescimento está condicionada, portanto, pela ampliação do excedente para reinvestir. Argumenta, coerentemente com este entendimento, a favor de um salário mais baixo possível.

Se a obra de Smith, em especial *A Riqueza das Nações*, pode ser considerada como um produto dessa época, pois elabora um conjunto de idéias que se baseia na observação do real e que passa a justificar o liberalismo no plano econômico em nome de princípios universais que se originam na natureza humana, Ricardo, mais que Smith, procurou se ater aos imperativos da construção de um discurso científico na área da Economia Política nascente. A teoria do valor de Ricardo começa pela crítica à concepção de Smith de que na economia capitalista o trabalho contido não determina os valores de troca.

Ricardo expõe nos *Princípios de Economia Política e Tributação* (1982) que:

Não é correto, portanto, dizer como Adam Smith, que, como o trabalho muitas vezes poderá comprar maior quantidade e outras vezes menor quantidade de bens o que varia é o valor deles e não o do trabalho que os adquire; e que, portanto, o trabalho,

não variando jamais de valor, é o único e definitivo padrão real pelo qual o valor de todas as mercadorias pode ser comparado e estimado em todos os tempos e em todos os lugares. Mas é correto dizer, como dissera anteriormente Adam Smith, 'que a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos parece ser a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocá-los uns pelos outros' [...] (RICARDO, 1982, p.46).

Ricardo argumenta que, se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria seriam iguais.

A diferença entre a troca simples e a troca em condições capitalistas é que, no primeiro caso, todo o valor que se forma na troca é recebido pelos trabalhadores; no segundo caso, este valor subdivide-se pelas três classes da sociedade capitalista. A tese central de Ricardo é que o modo como o valor uma vez formado se distribui nada tem a ver com o modo como ele se forma. Nas palavras de Ricardo:

[...] a quantidade comparativa de mercadoria que o trabalho produzirá é que determina o valor relativo delas, presente ou passado, e não as quantidades comparativas de mercadorias que são entregues ao trabalhador em troca de seu trabalho. (RICARDO, 1982, p. 46).

Ricardo assinalará que não é correto, afirmar, como Adam Smith, que, como o trabalho muitas vezes poderá comprar maior quantidade e outras vezes menor quantidade de bens, o que varia é o valor desses bens e não o do trabalho que os adquire, mas sim que esta variação nas quantidades adquiridas decorre da modificação da proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para a produção desses bens. Para Ricardo a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos parece ser a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocá-los uns pelos outros. Ricardo entende que o que determina o valor relativo presente e passado das mercadorias é a quantidade de trabalho nelas contido, e não as quantidades relativas de mercadoria que se dão ao trabalhador em troca do seu trabalho.

Para Ricardo, a quantidade de trabalho contido na mercadoria não pode ser posta em confronto com a quantidade de "trabalho vivo" que, como capital, essa mercadoria poderá demandar. A troca real se verifica entre o capital e a força de trabalho (expressão posteriormente cunhada por Marx) e, nessa troca, tem-se que a quantidade de trabalho contido na mercadoria, no capital e a quantidade de trabalho contida na força de trabalho são iguais. Ricardo se atém, conforme expõe Napoleoni, a esta observação. E, neste caso, perde de vista

o fato de que o trabalho contido (na força de trabalho) dá origem a um trabalho vivo maior que o trabalho contido naquela força - e, portanto, a possibilidade de determinar a origem do lucro e da renda.

Ricardo, como se viu acima, afasta a objeção assinalada por Smith de que não haveria equivalência entre a quantidade de trabalho empregada na produção de cada objeto e a quantidade de trabalho que este objeto, uma vez produzido, pode comprar no mercado (labour comanded, na expressão de Smith). Tendo afastado a objeção de Smith à teoria do trabalho contido, mesmo assim observa que a troca de mercadorias torna-se incompatível com a realidade do mercado concorrencial. A falta de coincidência entre as relações de troca e as relações entre as quantidades de trabalho contido nas mercadorias passa, então, a ser analisada por Ricardo.

A dificuldade que Ricardo encontra é a seguinte: o trabalho contido numa mercadoria é a soma de dois componentes: (a) o trabalho prestado no processo produtivo e que teve como produto a mercadoria e o trabalho indireto, constituído pelo trabalho contido nos meios de produção necessários para produzir essa mercadoria; (b) e pelo trabalho contido nos meios de produção que produziram aqueles meios de produção, e assim sucessivamente. Como a relação entre trabalho direto e trabalho indireto é diferente de mercadoria para mercadoria, uma modificação de salários provoca uma modificação nas relações de troca das mercadorias, mesmo se as quantidades de trabalho que as mercadorias contêm permanecerem invariáveis.

A formulação central de Ricardo, na verdade, era de que o trabalho incorporado às mercadorias era o determinante dos preços. As modificações em relação à regra de que os preços eram proporcionais ao volume de trabalho incorporado devido às diferentes razões capital/trabalho era somente um fator modificador de importância secundária. Dentro desta perspectiva, pode-se argumentar que a qualidade de um conceito e de uma teoria se refere ao poder de explicação desta. E de que não se rejeita uma teoria somente porque existem fatos ou fenômenos não totalmente redutíveis à teoria. Assim um pedaço de papel pode ao ser lançado de uma determinada altura juntamente com uma pedra e alcançar o solo posteriormente à pedra devido a diferentes velocidades, sem isso significar que a velocidade prevista pela lei da gravidade para corpos em queda livre seja cientificamente inválida. No exame do caso concreto, deve-se considerar a existência do atrito.

Para Ricardo, a modificação ocorria da seguinte forma: se as mercadorias são produzidas segundo uma razão capital/trabalho inferior/superior à média, seus preços são menos/mais que proporcionais ao volume de trabalho a elas incorporados. Quando se produz mercadorias em que a razão capital/trabalho é a socialmente média, seus preços são proporcionais ao volume de trabalho a elas incorporado.

Ricardo revela que é desejo de todo capitalista transferir seus fundos de uma atividade menos lucrativa para uma mais lucrativa, o que impede o preço das mercadorias de permanecer por algum tempo muito acima ou muito abaixo do preço natural. Essa **concorrência** ajusta o valor de troca das mercadorias de tal forma que, depois de pago os salários pelo trabalho necessário⁹, a produção, e após todas as outras despesas necessárias para colocar o capital empregado em seu estado original de eficiência, o valor restante ou excedente será, em cada atividade, proporcional ao valor do capital empregado, levando, nestes casos, aos desvios acima expostos (quando a razão não é a socialmente média).

Ricardo entendia que as ferramentas e as máquinas eram produtos intermediários do trabalho, que só eram criados porque contribuíam para o fim último de produção de uma mercadoria para consumo. A produção era uma série de trabalhos que introduzia uma transformação nos recursos naturais, que passavam de formas que não podiam ser usadas, sob a qual existiam antes da ação humana, a formas que tinham valor de uso.

Ricardo tinha uma visão de que a contribuição das máquinas para a produção era a contribuição do trabalho passado. Para ele, o conceito de capital era idêntico ao de ferramentas e máquinas bem como aos de outros meios de produção. O capital, para o autor, é a parte da riqueza empregada na produção e consiste em alimentos, roupas, matérias-primas e máquinas, como apregoado no capítulo V- *Sobre os Salários- dos Princípios*:

O capital é a parte da riqueza de um país empregada na produção, e consiste em alimentos, roupas, ferramentas, matérias-primas, maquinaria etc., necessários à realização do trabalho.

[...]

A quantidade de capital pode aumentar sem que a totalidade ou alguma fração dele tenha maior valor do que antes, podendo inclusive ter um valor ainda menor. (RICARDO, 1982, p. 82).

Complementa no capítulo sobre o valor e a riqueza:

O capital é aquela parte da riqueza de um país que é empregada visando a produção futura, e pode ser aumentado da mesma forma que a riqueza. Um capital

⁹ A concorrência tende a estabelecer uma taxa uniforme de lucros, mas os lucros variarão inversamente aos salários. Os salários (reais) por sua vez estarão fundamentalmente ligados às condições da agricultura.

adicional será igualmente eficaz na produção futura de riqueza, quer seja obtido de melhoramentos na habilidade manual e na maquinaria, quer utilizando-se para a reprodução um maior montante do rendimento, pois a riqueza depende sempre da quantidade de mercadorias produzidas, independentemente da facilidade com que obtiveram os instrumentos utilizados na produção. (RICARDO, 1982, p.192).

Ricardo, no capítulo XXXI sobre a maquinaria, revela que seu entendimento anterior, de que a introdução da maquinaria é benéfica para a todas as diferentes classes da sociedade, era um equívoco, pois o excedente (o produto líquido) pode aumentar enquanto declina o rendimento da classe trabalhadora, a saber:

Meu erro consistia em supor que sempre que o rendimento líquido da sociedade aumentava o seu rendimento bruto também aumentava. Agora, no entanto, tenho razões para pensar que o fundo do qual os proprietários de terra e os capitalistas obtêm o seu rendimento pode aumentar, enquanto o outro, do qual depende principalmente a classe trabalhadora, pode diminuir. Conseqüentemente, se estou certo, a mesma causa que pode aumentar o rendimento líquido do País, pode ao mesmo tempo tornar a população excedente e deteriorar as condições de vida dos trabalhadores. (RICARDO, 1982, p. 262).

Observe-se que no capítulo sobre o valor já havia dito: “Assim, portanto, o público é beneficiado pela maquinaria: estes seres mudos resultam sempre de um trabalho muito menor do que aquele que substituem, mesmo quando têm o mesmo valor monetário.” (RICARDO, 1982, p. 58).

Ricardo argumenta que a introdução da maquinaria produz modificações entre a proporção entre trabalho direto e indireto. Ricardo assinalará as repercussões causadas (Seção V):

Veremos mais adiante, que nos estágios primitivos da sociedade, antes da utilização de muita maquinaria ou de muito capital durável, as mercadorias produzidas com capitais iguais terão aproximadamente o mesmo valor, e umas em relação às outras diminuirão ou aumentarão segundo mais ou menos trabalho seja necessários para produzi-las. Mas, depois da introdução desses instrumentos dispendiosos e duráveis, as mercadorias produzidas com o emprego de capitais iguais terão valores desiguais e, embora umas em relação às outras ainda possam aumentar ou diminuir na medida em que mais ou menos trabalho seja necessário para sua produção, elas estarão também sujeitas a uma outra variação, embora menor, causadas pelo aumento ou pela diminuição dos salários e dos lucros. (RICARDO, 1982, p.58).

Na passagem acima, pode-se observar que Ricardo considera que variações nos salários e lucros farão que capitais iguais tenham valores desiguais. Marx observará que a lei de valor trabalho é modificada pela formação de uma taxa geral de lucro, independente destas variações, como ver-se-á. Dentro dos pressupostos de Ricardo, basta que o valor do capital constante e do variável dos respectivos capitais não sejam idênticos para que não exista a correspondência. Nas palavras de Marx:

Se Ricardo tivesse examinado mais a fundo a matéria, teria visto que a mera existência de uma taxa geral de lucro [...] tem por conseqüência: preços de custos [preços de produção] diferentes dos valores - mesmo supondo-se salário constante -, uma diferença, portanto que em nada depende da alta ou queda do salário [...] (MARX, 1983b, p.608).

Ricardo procura encontrar uma mercadoria ou uma medida invariável de valor. Pois com esta medida seria possível verificar se a variação do valor de troca de uma mercadoria decorre das variações das dificuldades de produção, ou melhor, das condições em que ela é produzida. Seria possível realizar comparações com a garantia de que modificações aparentes não estariam sendo consideradas em decorrência de variações na quantidade de trabalho contida na unidade de medida. Ricardo visava identificar uma mercadoria que exigisse sempre a mesma quantidade de trabalho, que servisse de unidade de medida.

No entanto, hoje pode-se compreender, com mais clareza a partir da contribuição de Sraffa, examinada no capítulo V, que essa mercadoria não poderia produzir a necessária unidade de medida, já que os valores das demais mercadorias não poderiam estar em relação com a referida mercadoria de forma independente da distribuição.

Viu-se como a modificação na distribuição pode levar a uma modificação das relações de troca das mercadorias, embora as quantidades de trabalho sejam as mesmas. A intenção de Ricardo de medir com o valor de uma mercadoria produzida em condições médias decorre do fato de que, em se medindo com esta mercadoria, uma modificação do salário pode redistribuir entre as várias mercadorias o valor global já existente, mas não pode modificar o montante do valor existente.

Pode-se observar que, em se relaxando a hipótese de Ricardo de um salário de subsistência, que ao se medir com este padrão invariável, uma modificação, por exemplo, um aumento nos salários (ou diminuição nos lucros), implica a apropriação de uma maior parcela do **excedente** alterando os valores de troca das mercadorias, mas não alterando o valor do Produto Global. Assim, fica claro que, para Ricardo, dado um produto global, os salários e os lucros estão em relação inversa. Mas afinal o que regula os lucros?

A taxa de lucro é analisada por Ricardo nos *Ensaio Acerca da Influência de um Baixo Preço para os Cereais*, de 1815, e nos *Princípios de Economia Política e Tributação*, de 1817. Para Ricardo, a evolução da taxa geral de lucro depende da taxa de lucro da agricultura.

Assim, em determinado momento histórico de um país, a demanda de alimentos é suprida pelo cultivo de determinada extensão de terra (suposta como as mais férteis e melhor localizadas). Nesse momento, a venda do produto propicia ao capitalista que investiu nessa terra um lucro. À medida que ocorre a expansão do cultivo, esta expansão ocorre em terras cada vez menos produtivas. Esta expansão no uso das terras, menos produtivas, provoca um aumento do preço do cereal, visto que o preço no mercado é fixado por este preço¹⁰. As terras mais férteis passam a produzir um diferencial de rendimento, no caso dos ensaios, um diferencial em cereal, à medida que aumenta o preço do cereal (pelo uso de terras menos férteis).

O aumento do custo do cereal leva a um aumento dos salários. Este aumento dos salários leva a um aumento do custo do capital adiantado em salários que não é acompanhado por um aumento dos preços industriais, levando a que a taxa de lucro na indústria caia. Como Marx, notará, que essa queda da taxa de lucro industrial propiciará que os capitais sejam investidos em terras ruins, o que não poderia ocorrer com a antiga taxa de lucro na indústria. Ricardo expõe claramente a sua idéia sobre o que regula os lucros:

Portanto, chegamos novamente à mesma conclusão que já havíamos antes tentado estabelecer: - que em todos os países e em todas as épocas, os lucros dependem da quantidade de trabalho exigida para prover os trabalhadores com gêneros de primeira necessidade, naquela terra ou com aquele capital que não proporciona renda. (RICARDO, 1982, Cap. VI, p.100).

A renda é simplesmente uma renda diferencial, que não entra nos custos de produção da terra marginal, portanto não influenciando na definição dos preços. Ricardo argumenta que a elevação do valor dos bens da agricultura resulta numa elevação do valor dos salários e, conseqüentemente, numa queda da taxa de lucros.

No entanto, essa elevação dos salários poderia com a ocorrência de uma elevação dos preços industriais levar a que não ocorresse uma queda de lucro? Ricardo entende que não. Precisa demonstrar. A importância, portanto, para Ricardo de uma medida de valor, capaz de auferi-lo, é demonstrar a estabilidade do produto sob condições de alteração da distribuição da renda (dependente, como se viu, das condições de produção da agricultura).

Dos *Ensaio*s para os *Princípios* verifica-se que Ricardo substituiu cereais por trabalho, como a quantidade que expressava, como uma coisa só, o produto, os salários e o excedente.

¹⁰ Se assim não fosse, o produto da terra menos fértil não poderia ser regularmente cultivado e posto a venda.

A taxa de lucro para Ricardo se constituía em uma relação entre o trabalho contido nas mercadorias que constituem o excedente e o trabalho nas mercadorias que constituem o capital (adiantadas no processo de produção). Sraffa destaca que Ricardo substituiu cereal por trabalho em decorrência de argumentos da seguinte ordem que, ao que parece, Ricardo tomou conhecimento, por meio de Malthus :

Em nenhum caso de produção o produto é exatamente da mesma natureza que o capital adiantado. Portanto, nunca podemos nos referir a uma taxa material de produção. [...] Não são os lucros particulares ou a taxa do produto da terra que determinam os lucros gerais do capital nem os juros do dinheiro. (RICARDO, 1814 apud SRAFFA, 1982, p. 14).

Assim, se o consumo necessário¹¹ adiantado ao início do ano se reproduziu, e o lucro agregado foi obtido em termos físicos como um produto excedente, seria impossível uma avaliação física das magnitudes, pois o produto excedente e o consumo necessário consistiriam geralmente de mercadorias diferentes ou tomadas em proporções diferentes (a questão defendida por Malthus). A razão entre as duas magnitudes poderia, portanto, mostrar a quantidade de produto excedente (uma mercadoria composta) pela quantidade de consumo necessário (outra mercadoria composta), mas não dará a taxa de lucro, isto é, a razão entre os valores das duas magnitudes. Mas como se pode medir estas magnitudes? Pelo valor? Mas se as magnitudes do valor forem dependentes da taxa de lucros, a determinação dos lucros fica ameaçada por um raciocínio circular.

O desvio dos valores de troca dos valores em trabalho leva que Ricardo se volte para a procura de uma medida invariável de valor. Neste caso, a taxa de lucro seria efetivamente uma relação entre duas quantidades de trabalho. Na verdade seria a relação entre a quantidade de trabalho contida na parte da mercadoria **média** que vai para o lucro e a quantidade de trabalho contida na mercadoria **média** que se troca pelos meios de produção (capital) que são necessários para a produção¹². Esta questão será retomada na ocasião em que se examinará Sraffa no capítulo 6.

¹¹ Ricardo identifica o capital social com os salários adiantados anualmente.

¹² Como ver-se-á em Sraffa é necessário para determinar uma mercadoria média considerar que uma variação do salário leva não só a uma variação dos produtos, como em Ricardo, mas a uma variação nos valores dos produtos que compõem o capital.

A riqueza, o crescimento e o desenvolvimento são considerados por Ricardo a partir da capacidade de gerar e utilizar o Produto líquido, os rendimentos (o excedente). A Riqueza de um País para Ricardo é destacada no Capítulo XX – Valor e Riqueza:

De tudo que foi dito resulta que a riqueza de um país pode ser aumentada de duas maneiras: pela utilização de uma parte maior dos rendimentos na manutenção do trabalho produtivo, o que não aumentará somente a quantidade como o valor do volume total de mercadorias; ou, sem empregar nenhuma quantidade adicional de trabalho, fazendo com que a mesma quantidade, seja mais produtiva - o que contribuirá para a **abundância** mas não para aumentar o **valor** das mercadorias. (RICARDO, 1982, P. 191-192, grifo nosso).

No capítulo XXVI - Sobre o rendimento bruto e o rendimento líquido o autor propõe, ao contrário de Smith, a tese de que o que importa para o aumento do poder de uma nação não é o produto bruto, mas sim o excedente (o produto líquido):

Se 5 milhões de homens pudessem produzir alimentos e roupas necessários a 10 milhões, o rendimento líquido seria equivalente a alimentos e roupas para 5 milhões. Teria alguma vantagem para o país que, para produzir o mesmo rendimento líquido fossem necessários 7 milhões, isto é, que 7 milhões devessem ser empregados para produzir alimentos e roupas suficientes para 12 milhões? O rendimento líquido continuaria sendo alimentos e roupas para 5 milhões. O emprego de um número maior de homens não permitiria nem incorporar um homem a mais no exército ou na marinha, nem contribuir com um guinéu a mais para os impostos.

[...]

É evidente, no entanto, que a capacidade para pagar impostos é proporcional ao rendimento líquido e não do rendimento bruto. (RICARDO, 1982, p.236).

Para Ricardo, o crescimento econômico (a “Riqueza” das nações) dependerá da evolução da taxa de lucro. Esta, por sua vez, dependerá, como se viu, dos preços agrícolas: à medida que terras menos férteis são necessárias para a produção, o seu custo (em trabalho) se eleva e, com isto, haverá um aumento dos preços agrícolas e um aumento da renda da terra, visto que nas terras mais férteis, em decorrência da uniformidade das taxas de lucros, se estabelecerá o pagamento de um diferencial aos proprietários de terra em decorrência da diferença da produtividade do trabalho nas diferentes terras¹³. O aumento dos preços agrícolas levará a um declínio da taxa de lucro, visto que Ricardo considera que os vencimentos dos salários constituem-se principalmente de produtos agrícolas, portanto em diminuição da taxa de lucro em toda a economia (o maior custo em trabalho para a produção dos produtos agrícolas na

¹³ Embora Ricardo não considere somente a atividade agrícola como produtiva, como os Fisiocratas, pode-se observar que a produtividade na agricultura tem, como nestes, importância primordial no seu sistema na formação do excedente, forma material do valor excedente, e, como diria Marx mais tarde, na forma lucro e renda.

terra marginal leva a um aumento do custo dos produtos agrícolas). Ricardo deixa claro esse entendimento, no Capítulo XXI- *efeitos da acumulação sobre os lucros e o juro* :

Dessas afirmações deduz-se que não existem limites para a demanda ou para o emprego de capital, enquanto este proporcionar lucros, e que, por mais abundante que o capital se torne, não há outra razão para a redução dos lucros a não ser o aumento dos salários. E, podemos acrescentar ainda, que a única causa real e permanente da elevação dos salários é a crescente dificuldade na obtenção de alimentos e de gêneros de primeira necessidade para um numero crescente de trabalhadores. (RICARDO, 1982, p. 201).

Ricardo argumenta, coerentemente com seu entendimento exposto na passagem acima, pela necessidade de abolição da restrição das importações de cereais¹⁴, mesmo em oposição aos interesses dos proprietários de terra que ainda controlavam a estrutura legislativa. Ricardo analisa as opiniões de Malthus sobre a renda da terra e expõe: “[...] Pois podemos estabelecer o principio geral e verdadeiro que o único grande estímulo ao aumento da produção de uma mercadoria é o excedente do seu valor de mercado sobre o seu valor natural ou necessário.” (RICARDO, 1982, cap. 33, p. 277).

Ricardo adota a concepção de Say de que não existe capital que não possa ser empregado, pois a procura dos produtos só é limitada pela produção, ou seja, à medida que ocorre a formação do produto abre, desde esse instante, um mercado a outros produtos. A evolução da taxa de lucro está ligada à evolução da parte dos capitalistas no rendimento nacional. Ricardo acreditava que esta parcela deveria declinar, pois à medida que a população e a procura de alimentos aumentassem, seria necessário cultivar terras menos férteis, com decorrente aumento dos preços dos alimentos (devido à perda da produtividade ocorre o aumento do valor da mercadoria agrícola). Os salários nominais aumentariam para manter o custo de subsistência, mesmo para manter os salários reais. A renda, por sua vez, subiria constantemente, e os lucros baixariam de igual maneira. Ricardo preocupou-se com o crescimento econômico. Para Ricardo o crescimento do excedente e sua aplicação é a causa do crescimento econômico. A condição necessária e suficiente é a existência de uma taxa média de lucro suficientemente elevada. O capital se valorizando (ou rendendo) o necessário haverá poupanças abundantes, e o desenvolvimento econômico estará assegurado pelo aumento do emprego e pelas melhorias das técnicas de produção.

¹⁴Também no capítulo VI- Dos lucros Ricardo destaca este ponto: “ Supondo, contudo, que o preço da seda, do veludo, do mobiliário e de outras mercadorias não exigidas pelo trabalhador, aumentasse em consequência de mais trabalho ser necessário para sua produção, isso não afetaria os lucros? Certamente não, pois nada afeta, salvo o aumento dos salários. Sedas e veludos não são consumidos pelo trabalhador, logo não podem elevar o salário.” (RICARDO , 1982, Cap. VI, p.96). Sraffa adotará, nesta linha, o conceito de mercadorias básicas e não básicas.

Ricardo como é bem conhecido na literatura, efetua uma discussão com Malthus sobre a causa dos excessos e a possibilidade de sobreprodução geral. A utilização do excedente nessa é ponto central. Para os fins pretendidos, basta que se defina os termos da questão proposta por Malthus. Em *Principles of Political Economy* expõe o caso em que uma parcimônia por parte dos capitalistas é utilizada para empregar trabalhadores adicionais (considera o capital circulante - salários e matérias primas). Afirma que o consumo e a procura ocasionada pelas pessoas empregadas no trabalho produtivo nunca podem, por si só, constituir um motivo para a acumulação e a aplicação de capital. Questiona, portanto, como é possível que a quantidade de bens obtida com um maior número de trabalhadores encontre compradores se os próprios capitalistas e proprietários de terras e outras pessoas ricas forem parcimoniosas e privarem-se das suas conveniências e luxos¹⁵?

Para Ricardo, no entanto, vale reafirmar que a taxa de lucro tem papel primordial. A acumulação consiste em reinversão de lucros, e a acumulação tem por objetivo o lucro. Ninguém acumula a não ser com o propósito de tornar sua acumulação produtiva, e é somente quando é assim empregada que ela opera com lucro.

O motivo para acumulação declinará com a diminuição dos lucros e cessará a um determinado nível. A redução da acumulação seria resultado da exaustão dos recursos naturais, que coloca um limite ao crescimento da população. O progresso técnico, bem como o comércio internacional, permite produzir mais com menos trabalho, ampliar o excedente, reduzindo o custo e o valor dos produtos. Esta redução do valor, ao atingir os produtos da agricultura, reduz os salários e a renda e aumenta o lucro.

Para Ricardo, embora possa se vislumbrar em alguns momentos a contradição entre a burguesia e o proletariado, a grande disputa ocorre entre proprietários de terras (renda) e proprietários de capital (lucros).

Ricardo não possui uma teoria sobre a origem do lucro, embora possua uma explicação da origem da renda, como se viu. Pode-se verificar na obra de Ricardo as causas

¹⁵ O excedente, seu uso e sua constituição material, passará a ter papel importante em discussões posteriores em especial para as possibilidades de reprodução (desenvolvimento) do capitalismo na qual a idéia do subconsumo e o conceito de demanda efetiva terão um papel destacado. O argumento do subconsumo resultou em amplo debate no âmbito marxista: Rosa Luxemburg, Hilderfing, Lênin e outros. O conceito de demanda efetiva traz um elemento novo até então não considerado pelos clássicos, como nos revela Joan Robinson: “A razão de exploração determina o excedente potencial do sistema, mas serão necessárias decisões de investimento tomadas por capitalistas ativos para que esse excedente seja transformado em lucros.” (ROBINSON, 1988, p.97).

da variação do lucro, da renda e dos salários. Para ele, os salários tendem ao nível de subsistência. Os lucros e a renda se definem pela disputa sobre parcelas do excedente econômico. Além disso, pode-se concluir que, por ser o *labour commanded*, maior que o contido, ao ser posto em movimento trabalho adicional, tem-se como resultado o crescimento econômico. Ou seja, pode-se visualizar a noção de que a causa do crescimento é a existência de um excedente econômico bem como a noção, posteriormente desenvolvida por Marx, que o crescimento e os lucros são decorrentes do trabalho excedente.

4 MARX E O VALOR EXCEDENTE

Marx vivenciou uma época em que o capitalismo já se encontrava consolidado, mas com períodos de efervescência política em que eclodiu uma série de revoluções no continente europeu. Vivenciou uma época de grande expansão econômica, quando a quase totalidade das restrições à disseminação das relações de mercado foram removidas. Mas esta época caracteriza-se, também, por um período em que a situação da classe operária era especialmente adversa, visto duração da jornada de trabalho e condições de trabalho.

A influência, intelectual e filosófica que recebeu também é produto de sua época. Embora não seja objetivo do presente trabalho reconstituí-la, far-se-á um breve relato do pensamento de alguns filósofos/pensadores que influenciaram Marx, com a finalidade de contextualizar seu pensamento e facilitar o entendimento de vários aspectos; em especial ao relacionado com o assunto aqui tratado.

Em sua crítica ao conhecimento, Kant limitara as pretensões humanas ao conhecimento científico, ao domínio da aparência, dizendo que o conhecimento só pode resultar da ação combinada de formas de intuição e de categorias imanentes ao sujeito que conhece, de um lado, e de dados sensórios produzidos externamente, de outro. O que o ser humano pode conhecer é apenas a aparência. Hegel, contrariando Kant asseverava que a aparência e a essência estão necessariamente juntas e que a mais íntima estrutura da realidade corresponde à do espírito humano que se autoconhece. Assim, interpreta a história como progresso na consciência da liberdade. Marx vale-se da dialética de Hegel, que afirma ter colocado de pé, no sentido de apresentar a dinâmica interna e a estrutura sistêmica da produção capitalista. O sistema capitalista de relações de produção constitui uma totalidade, isto é, uma unidade abrangente e que, por isso mesmo, deve ser examinada e apresentada como um todo interligado. A pesquisa empírica deve preceder a apresentação da totalidade. O movimento dialético próprio das categorias, ao mesmo tempo objetivas e subjetivas do valor, dinheiro e capital, deve ser uma característica do objeto sob investigação e não resultado de um esquema metodológico imposto aprioristicamente. Marx chega à concepção histórico-sociológica do materialismo histórico que se contrapõe à tese de que as idéias modelam a vida material, concreta, dos homens, em momento anterior ao seu estudo da Economia Política. Ao

contrário, postula que é o modo de produção da vida material que condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral. Marx em *A Contribuição a Crítica da Economia Política*, obra conhecida pelo seu prefácio, resume a teoria do materialismo histórico. Em determinada passagem expõe:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida [...] mas que a anatomia da sociedade burguesa (bürgerliche Gesellschaft) deve ser procurada na economia política. (MARX, 1982a, p.25).

Conforme Marx, ao tratar de produção, considera-se a produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais. A produção em geral é uma abstração, na medida em que, ao se efetivamente sublinhar e precisar os traços comuns, poupa a repetição. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outros são apenas comuns a poucas. Para Marx existiriam características da produção que eram comum a todos os modos de produção e as que são específicas do capitalismo. Marx afirma:

Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se as linguagens mais desenvolvidas têm leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que as diferencia desses elementos gerais e comuns. As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito- a humanidade- e o objeto- a natureza- são os mesmos. Esse esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo. Por exemplo, não há produção possível sem um instrumento de produção; seja esse instrumento apenas a mão. Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é **também** um instrumento de produção, é **também** trabalho passado e objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna. Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma o “instrumento de produção” “trabalho acumulado” em capital. (MARX, 1982a, p. 4-5, grifo nosso).

Marx defende que o capital na sociedade capitalista tem uma qualidade específica que é o poder de gerar lucros por uma classe social. No capitalismo, o que o distingue dos demais modos de produção, os instrumentos de trabalho e o trabalho acumulado são a fonte de renda e do poder da classe social dominante. Marx argumenta que o excedente, e o trabalho excedente, não é uma característica exclusiva do capitalismo. Afirma:

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao

tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário o nobre ateniense, teocrata etrusco, o cidadão romano, o barão normando, o escravocrata americano, o boiardo da valáquia, o moderno senhor de terras ou o capitalista. (MARX, 1983a, p.190).

A grande interrogação que surge é indagar como ocorre à apropriação desse excedente, pois enquanto nas sociedades que precederam o capitalismo esta ocorria mediante um ato de domínio ligado à posição social entre usufrutuários e usufruídos, na sociedade capitalista todos os sujeitos apresentam-se como trocadores.

Como se viu anteriormente, Smith e Ricardo superaram a concepção fisiocrata do excedente em termos de produto físico. O excedente devia ser compreendido antes de tudo, em termos de valor, ou seja, devia ser apreciado enquanto trabalho transferido ao produto. Mas a idéia de valor implica a troca de equivalentes, pois, se assim não fosse, as diferenças para cima e para baixo dos reais valores se anulariam, não podendo estar na esfera da circulação a fonte de mais-valia. A questão que se apresenta, então, é a de se verificar a essência do fenômeno, ou seja, como na troca entre equivalentes ocorre a apropriação de excedente pelo proprietário do capital. Em que momento Marx explicita sua teoria do valor e do valor excedente?

Gorender (1983) afirma que a evolução do pensamento econômico de Marx é inseparável da elaboração da teoria do materialismo histórico e da colaboração de Engels. Engels em um *Esboço de uma crítica da Economia Política* apresenta uma crítica à ciência social até então constituída. Esta obra estimula, inspira Marx a efetuar uma crítica à ciência social. Engels em *A situação da Classe Operária na Inglaterra* inseriu na lógica das necessidades do sistema capitalista o que designou de exército de reserva de operários desempregados, contribuição que em *O Capital* se constituirá em um conceito essencial, em especial para Marx expor a lei geral de acumulação capitalista, como ver-se-á adiante.

Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, o princípio explicativo central é a alienação. A alienação torna-se o processo por meio do qual a criação da riqueza pelos operários é deles expropriada e transformada em capital (em instrumento de continuada expropriação).

É em *Miséria da Filosofia*, publicada em 1847, que Marx incorpora a teoria do valor trabalho e a tese Ricardiana segundo a qual o modo como o valor se distribui entre as classes não é determinante do modo como ele se forma (ou, em outras palavras, que o valor é determinado pelo tempo de trabalho e não pelo “valor do trabalho”). Marx destaca na referida obra a importância de Hodgskin, Thompson e outros.

A obra *Trabalho Assalariado e Capital* compilada a partir de conferências proferidas por Marx apóia-se, conforme expõe Gorender, nos princípios teóricos dos Ricardianos de esquerda. A partir dessas análises procura orientar os operários na luta por suas reivindicações.

Por outro lado, Mandel (1980) assinala que, nas obras a *Miséria da Filosofia*, o *Manifesto Comunista*, e o *Trabalho Assalariado*, Marx não tinha elucidado definitivamente o segredo do valor de troca das mercadorias. Não tinha ainda apreendido a distinguir o valor de troca dos preços de produção, nem estes dos preços de mercado. Nessas obras não existe a noção de mais-valia. No entanto, é em *Trabalho Assalariado*, conforme Mandel, que Marx pressentiu o essencial de sua teoria da mais-valia sem se expressar de forma precisa. A seguinte passagem de Marx assim evidencia:

O capital [...] se conserva e aumenta por sua troca com o trabalho imediato vivo [...] O operário recebe meios de subsistência em troca de seu trabalho, mas o capitalista, em troca de seus meios de subsistência, recebe trabalho, atividade produtiva do operário não somente restitui o que ele consome, mas dá ao trabalho acumulado um valor maior do que aquele que ele possuía antes. (MARX, 1849 apud MANDEL, 1980, p.56).

Observa-se pela exposição de Mandel e de Gorender que a época de elaboração do conteúdo de *Trabalho Assalariado* Marx estava ciente da teoria de Ricardo e dos socialistas Ricardianos, tendo incorporado a teoria do valor trabalho e estando provavelmente formulando sua crítica e análise dessas concepções para formular uma concepção própria.

Marx, posteriormente, 1857/58, efetuou a redação de um rascunho sob o título *Fundamentos para a Crítica da Economia Política (Grundrisse)* que foi publicado somente em 1939, constituindo-se no nascimento do sistema econômico marxiano. Posteriormente à redação dos Grundrisse, em 1859, publica *Contribuição à Crítica da Economia Política* onde aperfeiçoará sua teoria do valor e, ao mesmo tempo, a teoria do valor-trabalho em geral, formulando sua teoria do trabalho abstrato, criador de valor de troca. Ele distingue as duas formas de trabalho, o “trabalho concreto” que cria o valor de uso, e o “trabalho abstrato”, isto é, a fração do tempo de trabalho social globalmente disponível numa sociedade de produtores de mercadorias, separados uns dos outros pela divisão social do trabalho, que é produtor de valor de troca.

Essa obra é constituída de 2 capítulos: *A mercadoria* (cap. I) e *O dinheiro ou a circulação simples* (capítulo II). O conteúdo desses 2 capítulos serão analisados adiante, no aspecto pertinente, no exame de *O Capital* visto terem sido ali retomados.

Marx finaliza o capítulo sobre a mercadoria (em a *Crítica*) explicitando a polêmica concentrada sobre Ricardo, visto ele ter sido o finalizador da economia política clássica e ter desenvolvido a determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho em sua forma mais pura. Marx sintetiza esta polêmica em quatro pontos, dos quais se reproduzimos dois:

Primeiro: O próprio trabalho tem valor de troca e trabalhos diferentes têm valores de troca diferentes. É um círculo vicioso fazer o valor de troca medida do valor de troca, já que o valor de troca medidor carece também de medida. Essa objeção se resolve no seguinte problema: dado o tempo de trabalho, enquanto medida imanente de valor de troca, como desenvolver o salário sobre essa base? A doutrina do trabalho assalariado dá a resposta a essa questão.

Segundo: Se o valor de troca de um produto é igual ao tempo de trabalho contido nele, o valor de troca de um dia de trabalho é igual a seu produto. Ou então o salário tem que ser igual ao produto do trabalho. No entanto, acontece o contrário. Ergo. Essa objeção se resolve no problema: como chega a produção, baseada na determinação do valor de troca meramente pelo tempo de trabalho, ao resultado de que o valor de troca do trabalho é inferior ao valor de troca de seu produto? Esse problema nós o resolveremos na consideração do capital. (MARX, 1982a, p. 53).

Marx declara que no capítulo III irá estudar a transformação do dinheiro em capital, sendo, no entanto, este assunto somente explicitado em *O Capital*, no Livro Primeiro, publicado em 1867.

Em *Salário, Preço e Lucro*, edição póstuma de uma conferência realizada no conselho geral da Associação Internacional de Trabalhadores proferida em 1864 (antes da publicação de *O Capital*), apresenta os conceitos de valor do trabalho e valor da força de trabalho. O que o salário paga não é o valor do trabalho mas o valor da força de trabalho.

O Capital representa a explanação de conceitos anteriormente desenvolvidos por Marx e a elaboração de sua obra mais acabada. Por este motivo, pretende-se na seqüência examinar mais cuidadosamente esta obra.

Smith e Ricardo discorreram sobre valor e valor de troca sem estabelecer uma distinção entre ambos os conceitos, pois estavam preocupados com o problema da medida do valor. Marx, por sua vez, em *O Capital* na análise da Mercadoria (seção I) destaca a substância do valor (trabalho abstrato), a forma (que se manifesta na relação entre mercadorias) e a grandeza (tempo de trabalho abstrato). Para Smith e Ricardo, o valor não era uma qualidade social dos produtos, mas algo natural como o peso ou a consistência. Para

Marx, o valor é uma substância sócio-histórica. Marx entende que a concepção de valor de troca não pode ser compreendida se esse não for reduzido a algum elemento comum, ou seja, o valor. Assim, uma mesa pode ser trocada por uma cadeira e, posteriormente, por duas cadeiras. O que mudou? O preço da cadeira, ou da mesa, ou os dois? O valor de troca constituir-se-ia nisso. Isaac Rubin (1980) assinala que Marx evoluiu para a diferenciação entre valor e valor de troca (substância e forma de valor) provavelmente em decorrência dos questionamentos de Samuel Bailey a Ricardo, dos quais Marx estava ciente, em que Bailey sustentava não existir nada além dos valores de troca relativos.

Marx distinguiu duas maneiras diferentes de ver o trabalho e o processo de trabalhar. A primeira, é que qualquer ato de trabalho é uma atividade produtiva de um determinado tipo que visa a um determinado objetivo; assim considerado, é trabalho útil ou trabalho concreto, cujo produto é um valor de uso. A segunda, é que qualquer ato de trabalho pode ser considerado separadamente de suas características específicas, simplesmente como dispêndio de força de trabalho humano, o trabalho humano puro e simples, o dispêndio do trabalho humano em geral. O dispêndio do trabalho humano considerado sob esse aspecto cria valor e é chamado de trabalho abstrato.

Marx assevera:

Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca.

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria [...], portanto uma *contradictio in adjecto*.

[...]

Como valores de uso, as mercadorias são antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa de ser mesa ou casa ou fio. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1983a, p. 46-47).

Marx fez uma qualificação importante quando afirmou que o trabalho abstrato determinava o valor, conceituou o tempo de trabalho socialmente necessário:

Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.

[...]

É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. (MARX, 1983a, p. 48).

Os produtos do trabalho humano só se transformam em mercadorias quando são produzidos apenas com o fito de serem trocados por dinheiro no mercado, e não para uso ou gozo imediato pelos produtores ou por outras pessoas diretamente associadas a eles. Para os clássicos, o fato de o trabalho nascer como trabalho privado tornando-se trabalho social através da troca constituiu o modo natural de formação da sociedade. Para Marx, a formação da sociedade mediante a troca de produtos obtidos de uma forma privada não só não é um processo natural, como é a consequência da perda do caráter originariamente social próprio do trabalho humano. Se bem que, na relação de troca, os indivíduos, enquanto produtores de mercadorias, produzam uma coisa social que é a manifestação de uma divisão social do trabalho, no exercício do seu próprio trabalho encontram-se isolados, separados uns dos outros, reciprocamente indiferentes, não imediatamente sociais: donde se conclui que a sociedade só se estabelece depois de o trabalho se ter desenvolvido mediante a troca das coisas: a relação social baseada na troca é, para Marx, uma espécie de recuperação da dimensão social, depois de esta ser negada onde deveria ser imediatamente afirmada, ou seja, no processo de produção, no trabalho.

Conforme Marx:

Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas. (MARX, 1983a, p. 71).

Marx no Volume I, no capítulo II – *Processo de Troca* assinala que a mercadoria para o seu dono não tem valor de uso direto. Do contrário não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para os outros; tem diretamente apenas o valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca. Portanto, todas as mercadorias são não valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não possuidores. Marx afirmará que o primeiro modo, pelo qual um objeto de uso é possivelmente valor de troca, é sua existência como não valor de uso, como *quantum* de valor de uso que ultrapassa as necessidades diretas de seu possuidor.

A mercadoria é essencialmente poder de compra. Na sua função social, a mercadoria, além de ser valor de uso, é valor e, como tal, equivalente a todas as outras mercadorias. Pode-se antever da própria natureza da mercadoria o surgimento do dinheiro cujo valor de uso consiste precisamente em ser valor de troca. Dinheiro é um valor de troca tornado autônomo.

Marx defende:

Uma circulação em que possuidores de mercadorias trocam e comparam seus artigos com outros artigos diferentes jamais se realiza sem que diferentes mercadorias de diferentes possuidores de mercadorias em sua circulação sejam trocadas e comparadas como valores com uma terceira mercadoria, sempre a mesma. Tal terceira mercadoria, ao se tornar equivalente de outras mercadorias diferentes, recebe diretamente, ainda que em limites estreitos, a forma de equivalente geral ou social [...] Com o desenvolvimento da troca de mercadorias ela se fixa exclusivamente em espécimes particulares de mercadorias ou se cristaliza na forma dinheiro. (MARX, 1983a, p. 82).

Marx, no capítulo III, seção I, declara ainda que no começo da circulação de mercadorias, apenas o excesso de valores de uso, em relação ao consumo de seus produtores, converte-se em dinheiro. Ouro e prata tornam-se, assim, por si mesmo, expressões sociais do excedente ou da riqueza. Para Marx, essa forma ingênua de entesouramento eterniza-se naqueles povos em que o modo de produção tradicional e orientado a auto-subsistência corresponde a um círculo de necessidades fortemente delimitado. Com a ampliação da circulação de mercadorias, aumenta o poder do dinheiro, de forma sempre disponível e absolutamente social da riqueza.

A seção II - *A Transformação do Dinheiro em Capital* - constitui-se em importante capítulo para se apreender as principais características do circuito geral do capital (D - M - M'), e qual é o pressuposto básico para a existência do capital. Marx explicita de que forma o surgimento do valor excedente e o incessante ganho passam a se constituir em meta objetiva para o capitalista. Discorre que, na circulação M-D-M, o dinheiro é transformado em mercadoria que serve de valor de uso. O dinheiro está definitivamente gasto. Na forma D-M-D, o comprador gasta dinheiro para como vendedor receber dinheiro. Com a compra, conforme Marx, ele põe o dinheiro na circulação, para posteriormente retirá-lo de circulação com a venda da mesma mercadoria. Ele libera o dinheiro “só com a astuciosa intenção de apoderar-se dele novamente”. Ele é, portanto, apenas adiantado.

Marx destaca que na circulação simples de Mercadoria M-D-M ambos os extremos têm a mesma forma econômica: são mercadorias; Mas são qualitativamente valores de uso diferentes (couro e sapato). De outro modo na circulação D-M-D, ela aparece sem conteúdo porque tautológica, ambos os extremos são dinheiro. Trocar, por exemplo, 100 libras

esterlinas por algodão e, então, trocar novamente o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, portanto, intercambiar por meio de um rodeio, dinheiro por dinheiro, parece uma operação sem finalidade.

Uma soma de dinheiro diferencia-se de uma outra soma de dinheiro tão-somente pela sua grandeza. Portanto, o processo D-M-D não decorre de nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, ambos são dinheiro, mas apenas a diferença quantitativa.

Marx argumenta:

A forma direta de circulação de mercadorias é M-D-M, transformação de mercadorias em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma D-M-D, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital. (MARX, 1983a, p. 125-126).

E adiante:

O algodão comprado por 100 libras é, por exemplo, revendido a 100 + 10 libras esterlinas, ou 110 libras esterlinas. A forma completa desse processo é, portanto, D-M-D', em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valia (surplus value). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital. (MARX, 1983a, p. 128).

Marx destaca que a circulação de mercadorias - a venda para a compra - serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor existe dentro desse movimento sempre renovado. Marx argumenta que para o capitalista:

[...] - a valorização do valor - é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante ganho. (MARX, 1983a, p. 129).

Em seqüência assinala:

Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia. A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor. (MARX, 1983a, p.136).

Marx conduz à seguinte problemática: a transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. O possuidor de dinheiro tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que nele lançou. A modificação do valor de dinheiro, que deve transformar-se em capital, não pode ocorrer nesse mesmo dinheiro, pois como meio de compra e como meio de pagamento ele só realiza o preço da mercadoria que ele compra ou paga. A modificação precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato D-M, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só pode originar-se, portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, o possuidor do dinheiro precisaria descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica de ser a fonte do valor. Marx expõe que o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica, ou seja, a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. A força de trabalho é uma mercadoria específica cujo valor de uso tem a propriedade de criar mais valor do que ela tem. A força de trabalho só pode ser uma mercadoria se os trabalhadores tiverem liberdade de vender sua capacidade de trabalhar, e para que isto ocorra as restrições feudais a mobilidade da força de trabalho devem ser removidas, os trabalhadores devem ser separados dos meios de produção (propriedade). Ou seja, o possuidor da força de trabalho, ao invés de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precisa oferecer a venda como mercadoria sua própria força de trabalho. Marx na referido seção salienta:

Uma coisa, no entanto, é clara. A natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesmo é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social. (MARX, 1983a, p.140).

Ao contrário do salário que é um gasto em mercadorias que são consumidas e desaparecem totalmente, o dinheiro do capitalista é apenas adiantado para reaparecer em maior quantidade. O dinheiro é transformado em capital com base no processo histórico pelo qual a força de trabalho se transforma em mercadoria. A origem da mais-valia (e do excedente) também nesse momento é explicitada, ou seja, é que entre os insumos produtivos existe uma mercadoria particular, nos seus termos:

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução deste artigo específico [...] Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência [...] A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal.

[...]

As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um nú de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa *race* de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias. (MARX, 1983a, p.141,142).

Marx na seção 3, que trata sobre a produção da Mais-Valia Absoluta, no capítulo V - expõe sobre o processo de trabalho e o processo de valorização. Assevera que a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. Marx utiliza a expressão consumir a força de trabalho num sentido preciso, pois entende que a força de trabalho constitui-se em uma mercadoria. É um valor de uso particular para o capitalista que faz o trabalhador produzir. A produção dos valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto.

No processo de trabalho, a atividade do homem efetua, mediante o meio trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, como pretendido desde o início. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso. Seu trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado, e o objeto está trabalhado. Considerando o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção e o trabalho mesmo como trabalho produtivo. Marx nota que, enquanto um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram neles como meio de produção. Produtos são, por isso, não só resultados, como ao mesmo tempo condições do processo de trabalho, mas é o seu contato com trabalho vivo, o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valores de uso. Afirma Marx que o trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seu meio, os “devora” e é, portanto, processo de consumo. Diferencia este consumo, que denomina produtivo, do consumo individual.

O processo de trabalho em seus elementos simples e abstratos é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, independente de qualquer forma dessa vida, sendo comum a todas as formas sociais. Marx irá mostrar que, no processo de produção de mercadorias, existe um outro lado que é o processo de valorização. Considerando o processo de trabalho, tem-se que, para o capitalista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. Marx afirma que o capitalista não produz o produto por causa de seu valor de uso, produz valores de uso somente porque se constituem no substrato do valor de troca. Ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu dinheiro. Deseja produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só de valor de uso, mas valor e não só valor, mas também valor excedente.

Marx convida que se olhe para o trabalho de forma diferente da que se observa no processo de trabalho, como o descrito acima. Antes, tratava-se, utilizando-se o exemplo de Marx, da atividade orientada ao fim de transformar algodão em fio. Algodão e fuso servem de meios de subsistência do trabalho de fiar, mas não se pode com ele fazer canhões. Mas, na medida em que o trabalho do fiandeiro é, pelo contrário, formador de valor, isto é, fonte de valor, não se distingue em nada do trabalho necessário para fazer canhões, ou dos trabalhos do plantador de algodão e do produtor de fusos, realizados nos meios de produção de fio. Assim, plantar algodão, fazer fusos e fiar podem formar partes apenas quantitativamente diferentes do mesmo valor do fio.

Por causa dessa identidade, plantar algodão, fazer fusos e fiar podem formar partes apenas quantitativamente diferentes do mesmo valor total, do valor do fio. Portanto, não se trata da natureza do trabalho, mas de sua quantidade. O dispêndio da força vital do fiandeiro vale enquanto dispêndio da força de trabalho e não enquanto trabalho específico de fiação. No processo de valorização, o próprio trabalho, a matéria-prima e o produto aparecem sob uma luz diferente da decorrente do processo de trabalho. A matéria-prima funciona aqui apenas como algo que absorve determinado *quantum* de trabalho. Que seja trabalho de fiar, seu material o algodão e seu produto o fio, pouco importa.

Marx supõe que, no valor diário da força de trabalho, esteja incorporado determinado *quantum* de trabalho, para produzir a soma média dos meios diários de subsistência do

trabalhador. Marx descreve a formação do valor, exemplificando com a produção de fio. Supõe inicialmente a situação em que o valor do fio é a soma dos valores que antes se distribuíram entre algodão, fuso e força de trabalho. A título de exemplo, fixa que em uma determinada quantidade de fio (10 libras) se objetivam 2,5 dias de trabalho, sendo 2 dias contidos no algodão e na massa de fusos, e 0,5 dia absorvidos durante o processo de fiação (posteriormente, ver-se-á mais de perto esta transferência do valor do algodão e do fuso para o fio). Como o *quantum* de trabalho, incorporado a força de trabalho, é de 0,5 dia (½ jornada de 12 horas) não existe valorização. O valor novo acrescido é de 6 horas. Marx mostra que o valor da força de trabalho está objetivada em 6 horas de trabalho porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam 6 horas (meia jornada). Irá argumentar que o trabalho passado que a força de trabalho contém e o trabalho vivo que ela pode prestar são duas grandezas diferentes. Pois:

O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. (MARX, 1983a, p. 159).

O trabalhador acrescenta ao objeto do trabalho novo valor, por meio do acréscimo de determinado *quantum* de trabalho (novo valor criado). Por outro lado, reencontram-se os valores dos meios de produção consumidos como partes integrantes do valor do produto. O valor dos meios de produção conserva-se por transferência ao produto.

Marx afirma que os meios de produção não perdem simultaneamente com seu valor de uso, seu valor, porque de fato só perdem a figura originária de seu valor de uso, por meio do processo de trabalho, para ganhar no produto a figura de outro valor de uso.

O que se consome dos meios de produção é seu valor de uso, pelo consumo do qual o trabalhador forma produtos. Seu valor não é, de fato, consumido, nem pode, portanto, ser reproduzido. Ele é conservado, não porque uma operação ocorre com ele mesmo no processo de trabalho, mas porque o valor de uso, em que existia originalmente, na verdade desaparece, mas desaparece apenas em outro valor de uso. O valor dos meios de produção reaparece, por isso no valor do produto, mas ele não é reproduzido. O que é produzido é o novo valor de uso, em que reaparece o antigo valor de troca.

Alerta, no entanto, que é diferente com a força de trabalho em ação. Enquanto o trabalho transfere o valor dos meios de produção ao produto e o conserva, cada momento de seu movimento cria valor adicional, novo valor. Se o processo de produção se interrompe, por

exemplo, no ponto em que o trabalhador tenha produzido um equivalente do valor de sua própria força de trabalho, mediante trabalho de x horas, este é o valor novo.

Marx assinala que este é o único valor que surgiu dentro desse processo produtivo, a única parte do valor do produto que é produzida pelo seu processo. No caso, exemplificado, esse valor novo apenas substituiu o dinheiro adiantado pelo capitalista na compra da força de trabalho. Como o processo de trabalho perdura além do ponto em que seria produzido um equivalente da força de trabalho, tem-se que o novo valor criado, dentro do processo produtivo, é maior do que o necessário para reproduzir essa força de trabalho. Marx considera que a força de trabalho em sua atividade reproduz não só o equivalente ao valor da força de trabalho mas um valor adicional. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho. Portanto, nesse caso, tem-se um processo de valorização.

O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos constituintes é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente adiantado, meios de produção e força de trabalho são as formas de existência que o valor do capital originário assumiu ao desfazer-se de sua forma dinheiro e ao transformar-se nos fatores do processo do trabalho. Marx argumenta:

A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente capital constante.

A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente, e, além disso, produz um excedente uma mais-valia que ela mesmo pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável. As mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e subjetivos como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante ou capital variável. (MARX, 1983a, p. 171).

O valor de uso do capital variável é que este é composto pela força de trabalho que transmite além do seu valor, que coincide com o valor dos meios de subsistência, a mais-valia.

Marx no capítulo VII - *A Taxa de Mais-Valia* - dedica sua primeira seção ao grau de exploração da força de trabalho para, na seção seguinte, discorrer sobre a representação do valor do produto em partes proporcionais do produto. Na primeira seção assinala que o trabalhador produz o valor de sua força de trabalho, ou seja, o valor dos meios de subsistência

de que necessita. Ressalta que produzindo num contexto de divisão social de trabalho, ele não produz seus meios de subsistência diretamente, mas sob uma forma particular, exemplifica com o fio, um valor igual ao valor de seus meios de subsistência, ou ao dinheiro com a qual compra. Para tal, ele necessita somente de uma parte da jornada. Nesta parte da jornada, o trabalhador repõe o valor diário da força de trabalho, produz um equivalente ao valor dela já pago, repõe o capital variável com o valor novo criado. A essa parte da jornada Marx chama de tempo de trabalho necessário e de trabalho necessário, o trabalho despendido durante esse tempo. O Trabalho é necessário, bem como o tempo, no sentido de ser necessário ao trabalhador e também ao capital, por ser existência continua do trabalhador a base do “capital e seu mundo”. Em seus termos:

Mas, como na parte da jornada de trabalho em que produz o valor diário da força de trabalho, digamos 3 xelins, ele produz apenas um equivalente ao valor dela já pago pelo capitalista e, portanto, repõe apenas o valor adiantado do capital variável pelo novo valor criado, aparece essa produção de valor como mera reprodução. A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de trabalho necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. (MARX, 1983a, 176).

O período do processo de trabalho em que o trabalhador exerce suas atividades além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, não cria para ele nenhum valor. Como Marx declara, essas atividades geram: “A mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais trabalho.” (MARX, 1983a, 176).

Como o valor era uma cristalização de um determinado número de horas de trabalho, a mais-valia é a cristalização do tempo de trabalho excedente, ou seja, trabalho excedente materializado. Marx então definiu a taxa de mais-valia:

Como o valor do capital variável = ao valor da força de trabalho comprada por ele, como o valor dessa força de trabalho determina a parte necessária da jornada de trabalho, enquanto a mais-valia, por seu lado, é determinada pela parte excedente da jornada de trabalho, segue-se: a mais-valia está para o capital variável como o mais-trabalho para o necessário, ou a taxa da mais-valia $m/v = \text{mais-trabalho} / \text{trabalho necessário}$. Ambas as proporções expressam a mesma relação de forma diferente, uma vez na forma de trabalho objetivado, outra vez na forma de trabalho em fluxo. A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista. (MARX, 1983a, p.177).

Nas formas pré-capitalistas, a apropriação do excedente não é mediada pela troca. A apropriação por parte do usufruidor (ou melhor, do não produtor) de uma parte do produto do trabalhador processa-se de forma direta, ou seja, pela apropriação de uma parte dos bens

produzidos. Nestas condições, a determinação do sobretrabalho é imediata e processa-se diretamente em termos de valores de uso.

No capitalismo, a relação é mediada pela troca. O operário tem uma relação livre. Na esfera da circulação são dois trocadores relacionados entre si na medida em que são, respectivamente, vendedor e comprador de uma mercadoria determinada. A apropriação por parte do capitalista não consiste em retirar valores de uso do conjunto de valores de uso produzidos pelo operário, pois só pode ser processada após a produção ter sido realizada como valor no mercado. Mas como ocorre no capitalismo a apropriação do valor excedente, e do excedente?

Marx, na seção que trata sobre a representação do valor em partes do produto, assevera que se se considerar certa quantidade do produto, 20 libras de fio no seu exemplo, tem-se que a parte do valor constante está contido no produto (em 16 libras). Parte ($13 \frac{1}{3}$) deste representa o valor da matéria-prima, do algodão elaborado na fiação, e parte ($2 \frac{1}{3}$) o valor das matérias-primas e meios de trabalho consumidos (fusos).

Marx expõe que $\frac{8}{10}$ do produto, ou seja, 16 libras de fio, apesar de serem fisicamente vistos como valor de uso, como fio, são produtos do trabalho de fiação como as demais partes do produto, mas, neste caso, não contêm nenhum trabalho de fiação, nenhum trabalho absorvido durante o próprio processo de fiação. Mas, quando o capitalista os vende por determinada quantia de dinheiro e compra de volta os meios de produção, vê-se que as 16 libras de fio não são nada mais que algodão, fuso, carvão, etc., disfarçados.

Em 4 libras de fio se encontra o produto de valor do processo diário de fiação, parte representa o valor de reposição da força de trabalho (2 libras no exemplo de Marx) e parte representa a mais-valia (2 libras). Em resumo: das 20 libras de fio, 16 representam a parte do valor constante, 2 libras, a parte do valor da força de trabalho e 2 libras, a mais-valia.

Se se considerar a jornada de trabalho poder-se-á imaginar que o fiandeiro nas 12 horas de trabalho repõe nas 8 primeiras horas o algodão ($13 \frac{1}{3}$ libras), na 1 hora e 36 minutos seguintes, o valor dos meios de trabalho consumidos ($2 \frac{2}{3}$ libras), na 1 hora e 36 minutos seguintes, o valor do salário e, por fim, a mais-valia na última hora. Sobre a parte do produto em que se representa a mais-valia Marx revela:

A parte do produto em que se representa a mais-valia [...] chamamos de mais produto (surplus produce, produit net). Como a taxa de mais-valia determina-se pela sua relação não com a soma total, mas com a parte do capital variável, assim a grandeza do mais produto determina-se pela sua relação não com o resto do produto total, mas com aquela parte do produto em que se representa o trabalho necessário. Como a **produção de mais-valia é o objetivo determinante da produção**

capitalista, não é a grandeza absoluta do produto mas a grandeza relativa do mais produto que mede o grau de riqueza. (MARX, 1983a, p. 184-185, grifo nosso).

Assim, não se pode dizer que a mais-valia é a forma particular assumida pelo produto excedente quando a produção se destina ao mercado; pelo contrário, o sobretrabalho e o excedente correspondente têm origem na forma social específica do processo produtivo, ou seja, no fato de o processo produtivo se destinar à produção de valor e da mais-valia e de o trabalho assumir a forma social de trabalho assalariado.

Marx no capítulo VIII - *A Jornada de Trabalho* - afirma que em uma sociedade onde não predomina o valor de troca mas o valor de uso, o trabalho excedente é limitado, pois não existe uma necessidade ilimitada de trabalho excedente (mais-trabalho). Em suas palavras:

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção seja esse proprietário *χαλὸς χαλαρός* ateniense¹, teocrata etrusco, *civis romanus*, barão normando, escravocrata americano, boiardo da valáquia, *landlord* moderno ou capitalista. É claro, entretanto, que se numa formação sócio-econômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho do próprio caráter da produção. (MARX, 1983a, p. 190).

Para Marx, a produção capitalista é essencialmente produção de valor excedente, absorção de trabalho excedente, portanto sem uma limitação legal da jornada de trabalho o capital tende a prolongar a jornada de trabalho ao máximo, prolongando o tempo de produção mediante o encurtamento do tempo de vida do trabalhador. Expõe que a definição de uma limitação da jornada de trabalho é um acontecimento histórico, fruto da luta de classes.

Marx, ao colocar a força de trabalho no lugar do trabalho, como a geradora de valor, resolveu uma das dificuldades com que havia se deparado a escola ricardiana: a impossibilidade de conciliar o intercâmbio recíproco de capital e trabalho com a determinação do valor pelo trabalho. O capital evolui para uma relação coercitiva que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que exigia o estreito círculo de suas próprias necessidades vitais. Marx argumenta que, como “produtor de laboriosidade alheia, extrator de trabalho excedente e explorador da força de trabalho”, o capital supera em energia, exorbitamento e eficácia todos os sistemas de produção anteriores baseados em trabalho forçado direto.

¹ Refere-se ao aristocrata ateniense.

Encarado o processo de produção do ponto de vista do processo de trabalho, o trabalhador se comportava para com os meios de produção não como capital, mas como simples meio material para sua atividade produtiva racional. Num curtume, exemplifica Marx, tratam as peles como mero objeto de seu trabalho. Tudo é diferente quando se observa o processo de produção do ponto de vista do processo de valorização. Os meios de produção transformam-se imediatamente em meios para a absorção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem, como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital consiste apenas em seu movimento como valor que se valoriza a si mesmo. O motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de valor excedente e de excedente, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho capitalista.

Marx no Capítulo X conceitua mais-valia absoluta e mais-valia relativa: A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chama de absoluta, e a que ocorre pela redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chama de mais-valia relativa.

Para aumento da mais-valia relativa, considerando a jornada de trabalho dada, é necessário, portanto, a redução do tempo de trabalho necessário. Essa redução pode ocorrer pela redução da quantidade de valores de uso consumidos pelo trabalhador ou pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção destes valores de uso, pela inovação e progresso técnico. Ou seja, o aumento da força produtiva tem que atingir os ramos industriais que produzem bens que diretamente ou indiretamente fazem parte do consumo dos trabalhadores. Assim, o aumento da força produtiva e conseqüente barateamento das mercadorias nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, os meios de trabalho e o material de trabalho também reduzem o valor da força de trabalho (aumentando o valor excedente). Marx entende como aumento da força produtiva do trabalho uma alteração no processo de trabalho pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, ou seja, menor *quantum* de trabalho adquire a força para produzir um maior *quantum* de produto. O aumento da força produtiva do trabalho, ao reduzir o valor da força de trabalho, encurta a parte da jornada necessária para a reprodução

desse valor. Assim, para que uma difusão de nova tecnologia leve a um aumento da taxa global, é necessário que atinjam estes setores.

Mas por que então o capitalista tem interesse sempre em aumentar a produtividade do trabalho independente do setor, se existem setores que não afetam o valor da força de trabalho e a taxa global de mais-valia?

Porque, como exemplifica no capítulo X, com o acréscimo da força produtiva, o valor individual de uma determinada mercadoria fica abaixo de seu valor social, fazendo com que o capitalista obtenha uma mais-valia extra. Sendo que essa elevação da mais-valia se realiza para o capitalista independente de sua mercadoria pertencer à esfera dos meios de subsistência necessários e que entram na determinação do valor geral da força de trabalho. Mas, se o aumento da força produtiva do trabalho leva a um barateamento da mercadoria, diminuindo seu valor de troca, por qual razão existe uma tendência constante do capital em aumentar essa força produtiva? Marx responde que é tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho, pois esta, ao baratear a mercadoria, barateia o próprio trabalhador. Um ponto ressaltado por Marx no referido capítulo e que se encontra bem desenvolvido nos *Grundrisse* é que a economia do trabalho que ocorre por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho não objetiva na produção capitalista a redução da jornada de trabalho e a criação de tempo excedente para o produtor.

Marx assegura no capítulo XIII de *O Capital* que, de modo algum, a finalidade da maquinaria é aliviar o trabalho de qualquer ser humano. Ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de aumentar a outra parte de sua jornada de trabalho que ele dá de graça ao capitalista. A maquinaria é meio de produção do valor excedente.

Marx argumenta que a revolução do modo de produção adota, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho. Expõe no referido capítulo sobre as diferenças decorrentes da transformação da ferramenta em máquina, a qual não se examinará mais detidamente aqui. Registra no referido capítulo os efeitos da produção mecanizada sobre o trabalhador. Expõe que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular, mas com membros de maior flexibilidade. Com isso, o trabalho da mulher e das crianças passa a ser utilizado com mais intensidade, tornando-se um poderoso instrumento para aumentar o número de trabalhadores, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo, nem idade,

sob o comando imediato do capital. Afirma que o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho reparte o valor da força de trabalho do homem por toda a sua família. Ela desvaloriza sua força de trabalho. A maquinaria, segundo Marx, por um lado, produz novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho, e produz, por outro lado, mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, uma população operária excedente (afetando por essa via, também, as relações familiares). Marx mostra que este processo amplia o produto excedente e seu valor.

Marx, ao discorrer sobre a maquinaria e ao destacar que, ao generalizar-se seu uso num mesmo ramo de produção, cai o valor social ao valor individual, mostra que o valor excedente surge da força de trabalho ocupada e não da força de trabalho substituída. Em suas palavras:

Com a generalização da maquinaria num mesmo ramo de produção, cai o valor social do produto da máquina para seu valor individual e se impõe a lei de que a mais-valia não se origina das forças de trabalho que o capitalista substituir pela máquina, mas pelo contrário, das forças de trabalho que ocupa com ela. A mais-valia só se origina da parte variável do capital [...] (MARX, 1984a, p. 31).

Marx ressalta que o método de produção de mais-valia relativa, lembrando que incluiu na seção sobre a mais-valia relativa o capítulo sobre a maquinaria, consiste em capacitar o trabalhador, mediante maior força produtiva do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho continua a adicionar o mesmo valor ao produto global, embora esse valor de troca inalterado se apresente agora em mais valores de uso e, por isso, caia o valor da mercadoria individual. Afirma:

O resultado mais próximo da maquinaria é aumentar a mais-valia e, ao mesmo tempo, a massa de produtos em que ela se representa, portanto a substância de que a classe dos capitalistas e seu cortejo se cevam, fazendo crescer essas camadas sociais. Sua riqueza crescente e a diminuição relativamente constante dos trabalhadores exigidos para a produção de gêneros de primeira necessidade geram, além de novas necessidades de luxo, simultaneamente novos meios para sua satisfação. Uma maior parte do produto social transforma-se em produto excedente e uma parte maior do produto excedente é reproduzida e consumida em formas mais refinadas e variadas. Em outras palavras: cresce a produção de luxo. O refinamento e a diversificação dos produtos brotam igualmente das novas relações de mercado mundial, criadas pela grande indústria. (MARX, 1984a, p. 59).

Marx mostra que pela introdução da maquinaria no mesmo tempo de trabalho é produzida uma quantidade maior de valores de uso. Se a consequência for a redução do tempo de trabalho, ou de trabalhadores, para a produção de gêneros para os trabalhadores (valores de uso) tem-se uma ampliação do tempo de trabalho destinado à produção de valores de uso para os capitalistas, ou seja, um aumento do valor excedente e do produto excedente. A rigor, no entanto, com a introdução da maquinaria, o produto excedente pode aumentar, mesmo não havendo ampliação do valor excedente (bem como os valores de uso consumidos pelos trabalhadores com o valor da força de trabalho constante). No entanto, tendo em vista as características da economia capitalista, a situação mais provável seria o valor excedente e o excedente serem ampliados (aumento da mais-valia relativa) e o valor da força de trabalho diminuído (a participação no produto dos trabalhadores seria reduzida), embora os valores de uso dos trabalhadores se mantivessem constantes ou até mesmo aumentassem.

No capítulo XIV - *Mais-Valia Absoluta e Relativa* - em que inicia a seção V de mesmo título, Marx afirma que ao se considerar o processo inteiro de trabalho do ponto de vista de seu resultado, então aparecem o meio e o objeto de trabalho como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo. Mas que essa determinação do trabalho produtivo, que resulta do ponto de vista do processo simples, não basta para o processo de produção capitalista.

Inicia expondo que o trabalhador, na apropriação individual de objetos naturais para sobreviver, controla a si mesmo. Mas, mais tarde, ele será controlado. Discorre que o homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle do seu próprio cérebro. Como no sistema natural, por suas palavras, “cabeça e mãos estão interligados”, o processo de trabalho, neste momento, une o trabalho intelectual com o trabalho manual, assinalando que mais tarde irão se opor. No entanto, afirma que, saindo da produção individual, o produto transforma-se de produto individual em produto social, em produto comum do pessoal combinado para a execução do trabalho. Com o caráter cooperativo do processo de trabalho, amplia-se o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. Afirma que para trabalhar produtivamente já não é necessário pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. Por outro lado, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Não basta produzir. Tem que produzir valor excedente. Marx afirma nesse sentido:

Se o trabalhador precisa de todo seu tempo para produzir os meios de subsistência necessários ao sustento de si mesmo e de sua *race*, não lhe resta tempo algum para trabalhar gratuitamente para uma terceira pessoa. Sem certo grau de produtividade do trabalho não há tal tempo disponível para o trabalhador, e sem tal tempo excedente, nenhum mais-trabalho e, portanto, nenhum capitalista, mas também nenhum senhor de escravos, nenhum barão feudal, em uma palavra, nenhuma classe de grandes proprietários.

[...]

Só depois que a humanidade superou pelo trabalho suas condições primitivas de animalidade e seu trabalho, portanto, já está até certo grau socializado, surgem condições em que o mais trabalho de um torna-se a condição de existência de outro. (MARX, 1984a, p. 107).

De acordo com Marx, a existência de condições naturais favoráveis possibilitam o surgimento do trabalho excedente, do excedente, do valor excedente. As diferentes condições naturais do trabalho fazem com que a mesma quantidade de trabalho em países diferentes satisfaça a diferentes massas de necessidades, ou seja, o tempo de trabalho necessário é diferente. Atuam sobre o trabalho excedente como barreira natural, mediante a determinação do ponto em que pode começar o trabalho para os outros. Afirma que, na medida em que a indústria avança, essa barreira recua.

Assinala Marx que na sociedade européia, de sua época, o trabalhador adquire a permissão para trabalhar para seu próprio sustento, apenas em troca do trabalho excedente. E, portanto, imagina-se facilmente que seja uma qualidade inata do trabalho humano o de fornecer um excedente. Mas entende que isto não é uma qualidade inata. Exemplifica com a situação em que os habitantes de uma ilha, arquipélago asiático, necessitem somente de um dia da semana para obter sua subsistência, suas necessidades. Marx afirma que a natureza por sua graça dá muito tempo de ócio a esses habitantes. Assinala que para que esses habitantes utilizem essas horas de ócio para aumentar a produção e o nível de consumo toda uma série de circunstâncias são necessárias e, para que despendam com a realização de trabalho excedente, para estranhos, faz-se necessária coação externa.

Com a introdução do capitalismo, esse hipotético habitante das ilhas, teria que trabalhar 6 dias por semana para apropriar-se do produto de um dia. Assinala Marx que a graça da natureza não explica por que ele trabalha 6 dias, ou seja, por que fornece 5 dias de trabalho excedente. A graça da natureza explica somente por que o tempo de trabalho necessário se limita a um dia. Pode-se aqui antecipar a idéia que Marx tem sobre riqueza, sobre a participação do tempo livre nessa definição, como ver-se-á adiante.

No capítulo XV - *Variação de Grandeza do Preço da Força de Trabalho e da Mais-Valia* -, da Seção V, Marx supõe que as mercadorias são vendidas pelo seu valor e que o preço da força de trabalho suba ocasionalmente acima de seu valor, mas não caia abaixo dele. Com base nestas suposições verifica que as grandezas relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia são condicionadas por três circunstâncias: 1) a extensão da jornada de trabalho 2) a intensidade normal do trabalho ou sua grandeza intensiva 3) a força produtiva do trabalho. A grandeza relativa do preço da força de trabalho e da mais-valia são condicionadas por uma combinação dessas três circunstâncias. Apresenta 3 combinações:

1) Grandeza da jornada de trabalho e intensidade do trabalho constantes, força produtiva variável.

Como a grandeza de trabalho é uma grandeza constante, se representa numa grandeza de valor constante, portanto a cada variação da grandeza da mais-valia corresponde uma variação de grandeza inversa do valor da força de trabalho. O valor da força de trabalho somente pode variar variando a força produtiva do trabalho.

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor de determinado *quantum* de meios de subsistência. O que muda com a força produtiva do trabalho é o valor desses meios de subsistência, não sua massa. Assim, o preço da força de trabalho pode cair continuamente, ao crescer a força produtiva do trabalho, com crescimento simultâneo contínuo da massa dos meios de subsistência do trabalhador.

2) Jornada de trabalho constante, força produtiva do trabalho constante, intensidade do trabalho variável.

Intensidade crescente de trabalho supõe maior dispêndio de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva, com força produtivas constante, resulta em mais produtos do que uma menos intensiva. A diferença em relação a quando ocorre o aumento da força produtiva é que o valor unitário do produto permanece constante enquanto, com aumento da produtividade, o valor unitário diminui. Ou seja, para a produção de uma quantidade maior de produtos tem-se, agora, um maior *quantum* de trabalho.

3) Força produtiva e intensidade do trabalho constantes. Jornada de trabalho variável. A jornada de trabalho pode ser reduzida ou prolongada. A redução da jornada de trabalho reduz o trabalho excedente e o valor excedente. O prolongamento da jornada de trabalho com o preço da força de trabalho inalterada leva a que cresça a grandeza relativa da mais-valia. Como o produto-valor cresce com o prolongamento da jornada, o preço da força de trabalho e

a mais-valia podem crescer simultaneamente com incremento igual ou desigual. Marx assinala, ainda, que com o crescimento do período da jornada de trabalho, o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor, embora nominalmente permaneça inalterado ou suba. É que o menor tempo de vida do trabalhador leva à diminuição deste valor que é calculado sobre sua duração média.

Marx prevê variações simultâneas dessas circunstâncias. Destaca-se a hipótese de intensidade e força produtiva crescentes com simultânea redução da jornada de trabalho. Segundo o autor a força produtiva do trabalho aumentada e sua crescente intensidade atuam uniformemente em um mesmo sentido, ampliam a massa de produtos elaborada em cada período de tempo. E, em consequência desse aumento da força produtiva e da intensidade do trabalho, reduzem a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para a produção de seus meios de subsistência aumentando o produto excedente e o valor excedente.

Marx assinala que, se toda a jornada de trabalho se atrofiasse até esse limite, desapareceria o trabalho excedente, o que, sob o regime capitalista, é impossível. A supressão da forma de produção capitalista, no entendimento de Marx, permitiria limitar a jornada de trabalho ao trabalho necessário. Entretanto, este último ampliaria seu espaço; primeiro, porque as condições de vida do trabalhador tornar-se-iam mais ricas e suas exigências vitais maiores; segundo, porque parte do atual trabalho excedente contaria como trabalho necessário, para a criação de um fundo social de reserva e acumulação.

Marx afirma que, quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, tanto mais pode ser reduzida a jornada de trabalho, e, quanto mais reduzida a jornada de trabalho, mais pode crescer a intensidade do trabalho. Ressalta, em reforço a sua imagem de uma sociedade por vir, que tendo em vista a intensidade e a força produtiva do trabalho, a parte da jornada de trabalho necessária para a produção material será tanto mais curta e, portanto, tanto mais longa a parte do tempo conquistada para a livre atividade espiritual e social dos indivíduos, quanto mais equitativamente for distribuído o trabalho entre todos os membros capacitados da sociedade. O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, por esse lado, a generalização do trabalho. Marx ressalta que, na sociedade capitalista, tempo livre é produzido para uma classe mediante a transformação de todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho.

Marx ressalta um ponto importante: o excedente (valor excedente) configura as condições materiais para que uma classe tenha tempo livre. Essa afirmativa exposta em uma

dimensão que retrate a sociedade contemporânea, em que se constata o surgimento das grandes corporações, seus acionistas, a presença do Estado e um forte componente rentista, teria que considerar o trabalho excedente (produto excedente) como a condição material para o ócio (tempo livre) de um agrupamento bem mais diverso, em que se poderia constatar a existência de jornadas de trabalhos diferenciadas entre trabalhadores, o crescimento das atividades denominadas improdutivas (serviços, comércio, finanças) e a generalização do ócio entre os capitalistas rentistas (fenômeno incipiente à época de Marx). Ou seja, o produto excedente é a substância de que se nutrem um conjunto bem maior de camadas sociais do que no capitalismo da época de Marx.

Marx na seção VI, no capítulo XVII - *Transformação do Valor, Respectivamente do Preço da Força de Trabalho, em Salário* -, expõe como o valor e os preços da força de trabalho apresentam-se em sua forma transformada, como salário. O valor diário da força de trabalho é calculado tomando-se por base certa duração de vida do trabalhador, a qual corresponde a certa duração da jornada de trabalho. Marx exemplifica supondo que a jornada de trabalho habitual fosse de 12 horas e o valor diário da força de trabalho de 3 xelins, expressão monetária de um valor em que se representam 6 horas de trabalho. Se o trabalhador recebe 3 xelins, recebe o valor de sua força de trabalho em funcionamento durante 12 horas. Se esse valor diário da força de trabalho é expresso, então, como valor do trabalho de uma jornada, chega-se à fórmula: o trabalho de 12 horas tem um valor de 3 xelins. O valor da força de trabalho determina, assim, o valor do trabalho ou, expresso em dinheiro, seu preço necessário. Vê-se, assim, que o valor de 3 xelins que representa a parte paga da jornada de trabalho, isto é, um trabalho de 6 horas, aparece como o valor ou preço da jornada total de trabalho de 12 horas, que contém 6 horas não pagas. A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Marx expõe que no capitalismo todo o trabalho aparece como pago (e não é, como mostra) ao contrário do trabalho escravo que aparece como sendo totalmente de graça, ocultando a parte que o escravo trabalha para si mesmo.

Com a importante Seção VII - *O Processo de Acumulação do Capital*-, Marx encerra o volume I, único volume publicado em vida. Marx introduz essa seção afirmando que a transformação de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento pelo qual passa um *quantum* de valor que deve funcionar como capital.

A transformação tem lugar na esfera da circulação. O processo de produção encerra-se tão logo os meios de produção estejam transformados em mercadorias, cujo valor supera o valor de seus componentes, e que, além do capital adiantado (capital constante e variável), contenha um valor excedente, tendo essas mercadorias que ser novamente, na expressão de Marx, lançadas de novo na esfera da circulação.

Marx assinala que o capitalista que produz a mais-valia extrai trabalho não pago, é o primeiro apropriador, mas, de maneira alguma, o último proprietário dessa mais-valia, e do respectivo produto excedente. Tem de dividi-la mais tarde, com capitalistas que realizam outras funções na produção social como um todo, com o proprietário fundiário, etc. Poderia-se acrescentar, como breve desvio, que na sociedade contemporânea a participação na mais-valia apresenta um conjunto bem mais diversificado de participantes: Estado, empresários rentistas, trabalhadores improdutivos, etc. Além disso, a figura do empresário em grandes segmentos da indústria, nas empresas transnacionais em especial, foi substituída pela do administrador. No entanto, a hipótese adotada por Marx, nessa seção, é que o produtor capitalista é proprietário da mais-valia inteira, ou o representante de todos os participantes. O objetivo, conforme explicita, é examinar a acumulação em abstrato, como um mero momento do processo direto de produção.

Marx inicia a seção com a reprodução simples. Uma sociedade não pode parar de consumir, tão pouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução. As condições de produção são ao mesmo tempo as condições de reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem retransformar continuamente parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção. Ela só pode reproduzir ou manter sua riqueza na mesma escala substituindo os meios de produção, isto é, meios de trabalho, matérias primas e matérias auxiliares, consumidos, por exemplo, durante o ano, *in natura*, por um *quantum* igual de novos exemplares, separados da massa anual de produtos e incorporados de novo ao processo de produção.

O processo de produção é iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse início se renova constantemente, tão logo o prazo de venda do trabalho esteja vencido, tendo decorrido determinado período de produção. O trabalhador, porém, só é pago depois de sua força de trabalho ter se efetivado e realizado tanto seu próprio valor como a

mais-valia em mercadorias. Ele (o trabalhador) produziu, dessa forma, tanto a mais-valia, que na reprodução simples é apenas um excedente destinado ao fundo de consumo do capitalista, quanto o fundo de seu próprio pagamento, o capital variável, antes que este retorne a ele sob a forma de salário. O salário é uma participação no próprio produto. É uma parte do produto reproduzido continuamente pelo trabalhador, que reflui constantemente para ele na forma de salário. O capitalista lhe paga, contudo, o valor das mercadorias em dinheiro. Mas o dinheiro nada mais é que a forma transformada do produto do trabalho. Enquanto o trabalhador transforma parte dos meios de produção em produto, retransforma-se parte de seu produto anterior em dinheiro. É com seu trabalho da semana anterior ou do último meio ano que seu trabalho de hoje ou do próximo meio ano será pago. A ilusão, gerada pela forma monetária, desaparece imediatamente tão logo sejam consideradas a classe capitalista e a classe trabalhadora em vez do capitalista individual e do trabalhador individual. A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob a forma monetária, títulos sobre parte do produto produzido por esta e apropriado por aquela. Esses títulos, o trabalhador os restitui, do mesmo modo constante, à classe capitalista e retira-lhe, com isso, aquela parte de seu próprio produto que é atribuída a ele. A forma mercadoria do produto e a forma monetária da mercadoria disfarçam a transação. Enfim, Marx mostra que são os trabalhadores que produzem tanto os próprios valores de uso que consomem como o excedente, ou seja, os valores de uso destinados à classe capitalista (na reprodução simples).

O capital variável só perde o significado de um valor adiantado a partir do fundo próprio do capitalista se se considerar o processo de produção capitalista no fluxo contínuo de sua renovação. Mas ele tem de começar em algum lugar e em algum momento. Marx inicialmente, a título de exposição, admite que alguma vez o capitalista se tornou possuidor de dinheiro, em virtude de uma acumulação primitiva, independente de trabalho alheio não pago, e por isso pode “pisar no mercado como comprador de força de trabalho”. Assim o faz para mostrar que a mera continuação do processo de produção capitalista ou a reprodução leva a mudanças que atingem não somente o capital variável, mas também o capital global. Marx irá mostrar que o capital global passa a ser originado fundamentalmente do trabalho não pago, do valor excedente e do excedente. A constatação de Marx pode ser esclarecida através de um hipotético exemplo:

O capital é R\$ 1.000,00 e a mais-valia é R\$ 200,00

Supondo que a mais-valia foi consumida inteiramente durante 5 anos então a mais-valia consumida nesse período será = R\$ 1.000,00. Acontece que ao final de 5 anos o aplicador continuará proprietário do capital inicialmente avançado de R\$ 1.000,00.

Marx, portanto, assinalará que, abstraindo toda acumulação, a mera continuidade do processo de produção ou a reprodução simples transforma, após um período mais ou menos longo, necessariamente todo capital em capital acumulado ou mais-valia capitalizada. Pois mesmo, se se considerar que o capital, ao entrar no processo de produção, seja propriedade pessoal adquirida mediante trabalho de seu aplicador, ter-se-á que, mais cedo ou mais tarde, torna-se valor apropriado sem equivalente ou materialização, seja em forma monetária ou outra, de trabalho alheio não pago (como demonstrado no exemplo acima).

Marx mostra, portanto, que o capital não se origina de uma contribuição contínua da classe capitalista. O capital se origina da mais-valia, do produto excedente produzido pelos trabalhadores.

Ainda, no capítulo dedicado à reprodução simples, Marx anotará que o consumo do trabalhador é de dupla espécie. Na própria produção, ele consome meios de produção, mediante seu trabalho, e os transforma em produtos de valor mais elevado que o do capital adiantado. Esse é o seu consumo produtivo. Adverte que esse consumo produtivo é simultaneamente consumo de sua força de trabalho pelo capitalista que a comprou.

Por outro lado, o trabalhador utiliza o dinheiro pago pela compra da força de trabalho em meios de subsistência: esse é seu consumo individual. O consumo produtivo e o individual do trabalhador são, portanto, inteiramente diferentes. No primeiro, atua como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, pertence a si mesmo e executa funções vitais fora do processo de produção. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora é, portanto, retransformação dos meios de subsistência, alienados pelo capital por força de trabalho, em força de trabalho novamente explorável pelo capital.

O consumo individual do trabalhador continua sendo, pois, um momento da produção e reprodução do capital, quer ocorra dentro, quer fora da oficina, da fábrica. Marx expõe que assim como o consumo do animal de carga não deixa de ser um momento necessário do processo de produção, por que o animal se satisfaz com o que come, o capitalista pode deixar esta atribuição a cargo do impulso de autopreservação do capitalista. O consumo individual do trabalhador, dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do

capital, do mesmo modo que o instrumento de trabalho. O processo de produção capitalista reproduz mediante seu próprio procedimento a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para enriquecer. Marx expõe que isto é a armadilha do próprio processo que lança o trabalhador constantemente de novo ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma seu próprio produto no meio de compra do capitalista. O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz tanto o capitalista como o trabalhador assalariado. Ou seja, o processo de produção capitalista reproduz as condições para a extração do valor excedente na forma especificamente capitalista.

No capítulo XXII - *A Transformação de Mais-Valia em Capital* -, Marx inicia analisando o processo de produção capitalista em escala ampliada. Adverte que anteriormente considerou como a mais-valia se originava do capital e que nesse capítulo investigará como o capital se origina do valor excedente. A retransformação da mais-valia e do correspondente produto excedente chama de acumulação de capital.

Marx assinala que o capital utilizado em um determinado processo produtivo é originalmente adiantado sob a forma de dinheiro, sendo que com esse é adquirido os meios de produção e pago os salários. Como resultado tem-se uma certa quantidade de produto (no exemplo de Marx fio de algodão). Neste produto tem-se a mais-valia que está representada no produto excedente.

Marx argumenta, portanto, que o capital originalmente adiantado sob a forma dinheiro e a mais-valia se encontram como valor de determinada parte do produto, no produto excedente (existem agora na forma produto). Sendo que esse produto, posteriormente é vendido e transformado em dinheiro. Em decorrência, o valor do capital readquire sua forma primitiva, mas a mais-valia muda seu modo de existência. No entanto, a partir desse momento, valor do capital e valor excedente são ambos soma de dinheiro e são retransformados por igual em capital. O capitalista aplica tanto um (o capital) como o outro (valor excedente) na compra de mercadoria, podendo recomeçar a fabricação de seu artigo, mas desta vez em escala ampliada.

No entanto, segundo Marx, para comprar essas mercadorias, precisa encontrá-las prontas no mercado. Antes de essas mercadorias chegarem ao mercado, já devem fazer parte

do fundo de produção anual, isto é, da massa global de objetos em que se transformam, no decorrer do ano, a soma total dos capitais individuais ou o capital social global, do qual cada capitalista tem nas mãos apenas uma fração. As operações no mercado efetivam apenas a venda das partes componentes individuais da produção anual, enviam-nas, nas palavras de Marx, de umas mãos às outras, mas não podem aumentar a produção anual conjunta nem modificar a natureza dos objetos produzidos. O ponto ressaltado por Marx aqui é de que o uso que poderá ser feito do produto anual total, depende de sua própria composição, de nenhum modo, porém, da circulação.

A produção anual tem de fornecer todos os objetos (valores de uso) com os quais têm de ser repostos os componentes materiais do capital consumidos no decorrer do ano. Deduzidos esses, resta o produto líquido ou o excedente, no qual se encontra a mais-valia. E de que se compõe esse excedente?

Marx notará que no excedente devem estar contidas as mercadorias destinadas a satisfazer às necessidades da classe capitalista. Se no excedente existissem somente essas mercadorias, teria-se somente a reprodução simples. Expõe que, para acumular, se precisa transformar parte do excedente em capital. No entanto, só se pode transformar em capital coisas que são utilizáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção e, além dessas, coisas com as quais o trabalhador pode manter-se, isto é, meios de subsistência. Por conseguinte, parte do trabalho excedente anual tem de ser empregado na fabricação de meios adicionais de produção e de subsistência, acima do *quantum* que foi necessário para a reposição do capital adiantado. Afirmar Marx: a mais-valia só é transformável em capital porque o excedente, do qual é o valor, já contém os componentes materiais de um novo capital. Ou seja, o excedente deve ser composto de mercadorias, meios de produção e de subsistência, produzidas em quantidade e proporção que permitam a reprodução do sistema.

Marx considera a seqüência de fases cujo término é a acumulação capitalista. Para visualizar os pontos essenciais que se quer destacar, observe-se a seguinte seqüência:

Um capital de R\$ 100.000,00 produz uma mais-valia de 20.000,00. Este capital reaplicado, por sua vez, produz uma mais-valia de R\$ 4.000,00². Pode-se observar que o capital original ao lado dos novos capitais continua a se reproduzir e a produzir mais-valia. O capital original formou-se pelo adiantamento de R\$ 100.000,00. A questão que se formula é a seguinte: de onde provém esse adiantamento inicial (o primeiro adiantamento)? Esta questão Marx

² Desconsideram-se o consumo da mais-valia e se os capitais são juntados ao original ou se são separados.

analisará de forma mais detalhada no capítulo XXIV, onde trata da chamada acumulação primitiva.

Jean Charles Simonde de Sismondi, por exemplo, a esse respeito já afirmara:

Entre aqueles que repartem entre si a renda nacional, uns (trabalhadores) adquirem a cada ano um novo direito a esta por meio de novo trabalho, outros (os capitalistas) já adquiriram anteriormente um direito permanente por meio de um trabalho primitivo. (SISMONDI, 1819 apud MARX, 1984a, p.168).

Marx, no entanto, ao desenvolver sua exposição, deixa até o capítulo sobre a acumulação primitiva o assunto sem um tratamento mais detalhado, assinalando, é verdade, que os economistas burgueses entendem que o capital é originário do trabalho do capitalista e de seus antepassados. Esta suspensão do exame decorre da forma de exposição de Marx, pois pretende, neste momento, demonstrar que mesmo que se aceite que o capital original é decorrente de um trabalho original, o que ele não aceita, pode-se mostrar que a evolução da acumulação do capital ocorre através do trabalho não pago (da mais-valia capitalizada).

Seguindo, com o exemplo, tem-se que o pressuposto do capital de R\$ 4.000,00 (mais-valia capitalizada) é a acumulação prévia dos R\$ 20.000, que é a mais-valia capitalizada dos R\$ 100.000,00. O que Marx expõe, e que o exemplo acima ajuda a visualizar, é que em relação ao capital adicional de R\$ 4.000,00 não se pode falar em trabalho original, pois este é a mais-valia capitalizada. Desde a origem, como expõe, “ele não contém nenhum átomo de valor que não derive de trabalho alheio não-pago”. Por sua vez, os meios de produção, aos quais a força de trabalho adicional é incorporada, assim como os meios de subsistência, com os quais ela se mantém, não são mais do que componentes integrantes do excedente.

Marx ressalta que mesmo quando a classe capitalista compra a força de trabalho adicional, por seu preço integral, de modo que se troque equivalente por equivalente permanece sempre o velho procedimento do conquistador, que compra as mercadorias dos vencidos com seu próprio dinheiro roubado. Assim, a classe trabalhadora cria com o seu trabalho excedente do ano o capital, excedente convertido em capital que, no ano seguinte, ocupará trabalho adicional. Marx irá expor que o trabalho passado não pago, e o respectivo excedente, aparece como a única condição para a apropriação presente do trabalho vivo não pago. Quanto mais o capitalista houver acumulado, mais poderá acumular.

Assim, mostra como todo capital originalmente adiantado torna-se uma grandeza evanescente comparado com o capital diretamente acumulado, isto é, a mais-valia e o

excedente transformado em capital. Para Marx, portanto, independente da origem do capital, a acumulação decorre do trabalho não pago e do correspondente excedente. O capitalista passa a trocar parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um *quantum* maior de trabalho vivo alheio.

Marx passa a considerar a repartição da mais-valia, do excedente. Assim, parte do excedente é composta de mercadorias destinadas ao fundo de consumo individual dos capitalistas e parte para o fundo de acumulação.

Com uma massa de mais-valia dada, uma dessas partes é tanto maior quanto menor for a outra. Assim, permanecendo iguais as demais circunstâncias, é a proporção em que se realiza essa partilha que determina a grandeza da acumulação. Marx expõe que da parte que o capitalista acumula diz-se que poupa porque não a consome, isto é, porque exerce a sua função de capitalista, a função de enriquecer.

Afirma que não é do valor de uso que advém a satisfação do capitalista, mas do valor de troca. Como fanático da valorização do valor, ele força a humanidade à produção pela produção e, portanto, ao desenvolvimento das forças produtivas sociais.

Apenas como personificação do capital, o capitalista é responsável. Como tal, ele partilha com o entesourador o instinto absoluto do enriquecimento. O que neste aparece como mania individual é no capitalista efeito do mecanismo social, do qual ele é apenas uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital para conservá-lo, sendo que essa ampliação só pode ocorrer mediante acumulação progressiva.

Marx afirma que, na medida em que sua ação e omissão são apenas funções do capital que nele é dotado de vontade e consciência, seu próprio consumo privado representa para ele um roubo contra a acumulação de seu capital. A acumulação é conquista da riqueza social. Ela estende ao mesmo tempo a massa de material humano explorado e o domínio direto e indireto do capitalista. Com o desenrolar da acumulação e a introdução de máquinas aumenta o consumo. Posteriormente é possível aumentar o luxo e ampliar o negócio

Marx analisa a proposta de Nassau Sênior que pretende substituir a palavra capital, considerada como instrumento de produção, pela palavra abstinência. Nessa análise utiliza a ironia: entende que é preciso libertar o capitalista desse martírio. Da mesma forma que o

senhor de escravo da Geórgia foi libertado, pela abolição da escravatura, do doloroso dilema em que: “não sabe se dissipa em champagne todo o mais produto extraído a chicotes dos escravos ou retransforma em mais negros e terras”, o capitalista deve ser libertado. Marx afirma que nas mais diversas formações socioeconômicas produzem-se progressivamente mais e se consome mais e, portanto, o excedente é transformado em meios de produção. Mas esse processo não se apresenta como acumulação de capital e, por conseguinte, também não como função do capitalista, enquanto os meios de produção do trabalhador, seu produto, e seus meios de subsistência, não o confrontam como capital.

Marx passa a examinar as circunstâncias que, independente da divisão proporcional da mais-valia em capital e renda, determinam o volume de acumulação.

Assim, a grandeza do capital dependerá da grandeza absoluta da mais-valia. Todas as circunstâncias que determinam a massa de mais-valia participam na determinação da grandeza da acumulação: rebaixamento da força de trabalho, aumento da jornada de trabalho, aumento da produtividade do trabalho.

Em relação ao aumento da produtividade é necessário alguns comentários. Com a força produtiva do trabalho cresce a massa de produtos na qual se representa determinado valor e, por conseguinte, também a massa de produtos que se representa na mais-valia de dada grandeza, o produto excedente. Com a taxa de mais-valia constante, e mesmo decrescente na medida em que ela decresça mais lentamente do que aumenta a força produtiva do trabalho, a massa do excedente cresce. Permanecendo, nesta situação, constante a divisão da mais-valia em renda e capital adicional pode, portanto, o consumo do capitalista crescer sem diminuição do fundo de acumulação.

Contudo, com a crescente produtividade do trabalho, com o barateamento do trabalhador, tem-se uma crescente taxa de mais-valia, mesmo se o salário real aumenta. Ele não sobe proporcionalmente com a produtividade do trabalho. O mesmo valor em capital variável coloca mais força de trabalho e, portanto, mais trabalho em movimento. O mesmo valor em capital constante representa-se em mais meios de produção. Amplia-se materialmente a escala de reprodução. Se o aumento da força produtiva ocorreu na produção nos meios de trabalho, máquinas, ferramentas, etc., então o capital antigo é produzido de forma mais produtiva. Marx afirma que a introdução de melhores métodos tem um efeito simultâneo sobre o capital adicional e o em funcionamento. Ressalta que:

Assim como a exploração aumentada das riquezas naturais mediante mera tensão mais alta da força de trabalho, ciência e técnica constituem uma potência

independente da grandeza dada do capital em funcionamento para sua expansão. Ela reage, ao mesmo tempo, sobre a parte do capital original que entrou em seu estágio de renovação. Em sua nova forma o capital incorpora gratuitamente o progresso social realizado atrás do pano de sua forma antiga. (MARX, 1984a, p. 182).

O trabalho transfere ao produto o valor dos meios de produção por ele consumidos. Por outro lado, o valor e a massa dos meios de produção postos em movimento por dada quantidade de trabalho crescem na proporção em que o trabalho torna-se mais produtivo. Mas o valor novo é o mesmo, ou seja, a quantidade de trabalho realizada durante a jornada de trabalho não se modifica. Mas com o crescimento da eficiência, do volume e do valor de seus meios de produção, com a acumulação que acompanha o desenvolvimento de sua força produtiva, o trabalho mantém e perpetua um valor-capital constantemente crescente, mesmo sem alteração do valor novo. Marx afirma que o trabalho passado se disfarça de capital, isto é, o passivo do trabalho de A, B, C torna-se o ativo do não trabalhador.

Marx no importante capítulo XXIII trata sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Para se chegar a uma percepção de como entende esta lei, deve-se seguir, abreviadamente, sua exposição.

Inicia afirmando que o objeto do capítulo é investigar a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora. Para ele, a questão central mais importante é a composição do capital e as modificações que ela sofre no processo de acumulação. Antes de iniciar sua análise propriamente dita expõe que a composição tem um duplo sentido:

1)Da perspectiva do valor: determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção ou capital variável ou valor da força de trabalho. Esta perspectiva chama de composição valor;

2)Da perspectiva da matéria, como funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva. Essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Esta perspectiva chama composição técnica.

Entre ambas as composições existe correlação. Para expressar essa correlação Marx utiliza o conceito de composição orgânica do capital para definir a composição-valor do capital que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações. A composição orgânica pode ser definida como:

$$C/v = \varepsilon P_i. MP_i/W_t = \varepsilon P_i/V . MP_i/T_i$$

Onde:

$\epsilon P_i/V$ = composição valor
 $M P_i/T_i$ = Composição técnica

Marx afirma que os numerosos capitais individuais têm composição orgânica mais ou menos diferenciada. A média de suas composições individuais é a composição do capital global desse ramo de produção. A média global das composições médias dos ramos é a composição do capital social de um país. Marx define essa composição, pois no desenvolvimento do capítulo recorrerá a esta para sua exposição. Inicia sua exposição examinando a situação em que a acumulação ocorre com demanda crescente de mão-de-obra, com composição constante do capital. Utiliza esse recurso, em grande parte, para fins expositivos. Assim, determinada massa de meios de produção ou de capital constante requer sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento. Então cresce proporcionalmente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente como cresce o capital. A multiplicação do capital é a multiplicação do proletariado. A cada ano mais trabalhadores, com a acumulação, são ocupados em relação ao ano anterior.

Marx expõe que o processo de acumulação multiplica, com o capital, a massa dos pobres laboriosos, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital e, por isso mesmo, precisam perpetuar sua relação de dependência para com o próprio produto, personificado no capitalista. De seu próprio excedente em expansão, com aumento da parte transformada em capital adicional, flui de volta para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis, etc.

Todavia esta melhora das condições do trabalhador não supera a relação de dependência. É necessário ter em mente a diferença específica da produção capitalista. Força de trabalho é comprada não para satisfazer às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, a produção do valor excedente. Só na medida em que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital, e que fornece trabalho não pago (a fonte do capital adicional), é que a força de trabalho é vendável.

O aumento do salário significa, no melhor dos casos (para o trabalhador), apenas a diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição nunca pode ir até o ponto de ameaçar o sistema.

Se a acumulação leva a um crescente aumento do preço do trabalho, a acumulação arrefece. Com o decréscimo da acumulação, o preço do trabalho cai de novo para um nível correspondente às necessidades de valorização do capital. Marx, em determinado momento, se dirige aos teóricos da população, a La Malthus, ou seja, entende que o sentido da acumulação não deve ser procurado da população para o capital; ou seja, não é a diminuição da população ou seu aumento que leva à diminuição ou ao crescimento da acumulação. É a diminuição de capital que torna excessiva a força de trabalho explorável, ou antes, seu preço. Enfim, a acumulação é a variável independente, e a grandeza do salário, a variável dependente.

A relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. Não é uma relação entre duas grandezas independentes: por um lado o capital e, por outro, o tamanho da população trabalhadora; é isto sim, uma relação entre o trabalho pago e não pago da mesma classe trabalhadora.

Marx observa que o salário sobe com a acumulação, mas que seus limites estão dados:

Se cresce a quantidade de trabalho não pago fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido para só com um acréscimo extraordinário de trabalho pago poder transformar-se em capital, então o salário sobe, e permanecendo tudo mais constante, o trabalho não-pago diminui proporcionalmente. Mas, assim que essa diminuição atinge o ponto em que mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal então ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe. (MARX, 1984a, p.193).

Ou seja, a elevação do preço do trabalho esta condicionada a limites, pois o trabalhador existe para as necessidades de valorização dos valores existentes, ao invés de a riqueza (material) existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.

Após ter examinado a acumulação que ocorre com composição constante do capital e demanda crescente da força de trabalho, Marx passa a examinar a acumulação que ocorre com decréscimo relativo da sua parte variável. Assinala que a produtividade do trabalho se expressa no volume dos meios de produção que um trabalhador, durante um determinado tempo, transforma em produto. Argumenta que os meios de produção desempenham um duplo papel. O crescimento de uns é conseqüência; de outros, é condição da crescente produtividade do trabalho (dependendo de ser insumo ou produto). Segundo Marx:

Por exemplo, com a divisão manufatureira do trabalho e a utilização da maquinaria, no mesmo espaço de tempo mais matéria-prima é processada, portanto uma massa maior de matéria-prima e de materiais auxiliares entra no processo de trabalho. Essa é a conseqüência da crescente produtividade do trabalho. Por outro lado, a massa de maquinaria utilizada, [...], das tubulações de drenagem etc., é condição da crescente produtividade do trabalho. (MARX, 1984a, p.194).

Independente de ser condição ou causa, o fato é que a crescente produtividade do trabalho se evidencia pela existência de um crescente volume de meios de produção em relação à força de trabalho. O acréscimo da produtividade se evidencia com o decréscimo proporcional da massa de trabalho em relação à massa de meios de produção por ela operada.

Essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho, reflete-se em sua composição do valor, no acréscimo do componente constante do valor do capital a custa do componente variável. A grandeza relativa do elemento preço, que representa o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital, estará na razão direta com o aumento da produtividade. A grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará geralmente na razão inversa do progresso da acumulação. Marx mostra que o decréscimo da parte variável do capital em confronto com a constante reflete de modo aproximado à mudança na composição de seus elementos materiais.

A quantidade que determinado *quantum* de trabalho processa, de matéria-prima e meios de trabalho, é muito maior com o progresso da acumulação. Eleva-se não só o volume dos meios de produção, mas cai o valor com a crescente produtividade (em todas as indústrias). No entanto, embora o processo de acumulação diminua a grandeza relativa da parte variável, não exclui o crescimento de sua grandeza absoluta.

Para Marx, certa acumulação de capital constitui o pressuposto do modo de produção capitalista, tema este, que tratará no capítulo referente à acumulação primitiva. Constitui o ponto de partida. Mas os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho, surgidos sobre esse fundamento, são ao mesmo tempo métodos de elevar a mais-valia ou o excedente que é o elemento constitutivo da acumulação. A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de

mais-valia. Portanto, para Marx, o valor excedente e o respectivo excedente, são por um lado, o objetivo da acumulação (valorização) e, por outro, o meio para esta (através da contínua transformação em capital).

Marx distingue o processo de centralização do processo de concentração. A centralização é a concentração de capitais já constituídos, a supressão de sua autonomia individual. A centralização não está limitada pelo crescimento da riqueza ou pelos limites da acumulação. Marx afirma:

A luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. A barateza das mercadorias depende, caeteris paribus, da produtividade do trabalho, esta porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam portanto os menores. Recorde-se ainda que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais. (MARX, 1984a, p.196).

Marx lembra que à medida que se desenvolvem a produção e a acumulação, também se desenvolvem a concorrência e o crédito, duas poderosas alavancas da centralização. Ressalta que a acumulação é um processo bem lento se comparado à centralização. Expõe que o mundo, em sua época, estaria sem estradas de ferro se ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. A centralização mediante a sociedade por ações, menciona, chegou a este resultado rapidamente. Afirma que a acumulação no seu curso serve para a exploração de novas invenções e aperfeiçoamentos industriais. O velho capital também, no momento de sua renovação renasce com uma configuração técnica aperfeiçoada. Como resultado, ocorre uma diminuição absoluta de demanda de trabalho, quanto mais este é renovado. O capital novo decorrente da evolução da acumulação atrai em proporção ao seu tamanho menos e menos trabalhadores. O velho capital reproduzido com nova composição desemprega trabalhadores.

Marx expõe que a acumulação que originalmente era só ampliação quantitativa passa a realizar-se com uma alteração qualitativa da sua composição, com acréscimo permanente de seu componente constante à custa do variável. Ou seja, com o avanço da acumulação modifica-se a proporção entre capital constante e variável. A demanda do trabalho cai progressivamente. Cai em relação à grandeza do capital global, pois, com o crescimento do capital global, na verdade, cresce também seu componente variável, mas em proporção continuamente decrescente. Os períodos sobre uma base técnica dada são cada vez mais curtos. Requer-se uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza, ou mesmo, por causa da

constante metamorfose do capital antigo, para ocupar os já em funcionamento. A acumulação crescente e a centralização contínua levam a um reiterado decréscimo do seu componente variável se comparado com o componente constante. A acumulação produz constantemente uma população trabalhadora adicional, supérflua ou subsidiária, em relação às necessidades de aproveitamento do capital.

Com a acumulação e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha, cresce a súbita força de expansão do capital, afirma Marx. As condições técnicas do próprio processo de produção, como maquinaria e meios de transporte, possibilitam, em maior escala, a transformação mais rápida do excedente em meios de produção adicionais.

De acordo com Marx, toda a forma de movimento da indústria moderna decorre da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados. Afirma que não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, que o crescimento natural da população fornece. É necessário a existência de um exército industrial de reserva. Argumenta que o transcurso da acumulação só é possível com material humano independente do crescimento da população. Portanto, a multiplicação dos trabalhadores é criada pelo simples processo de liberar constantemente parte dos trabalhadores por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Marx entende a superpopulação não como uma consequência do excessivo crescimento da população, mas por ela ter sido tornada relativamente redundante.

O desenvolvimento do modo capitalista e da força produtiva do trabalho capacita o capitalista a pôr em ação com o mesmo dispêndio de capital variável uma maior quantidade de trabalho, mediante exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individual. Com capital de mesmo valor, ele compra mais forças de trabalho ao deslocar progressivamente força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, adulta por adolescente, etc. (devido à simplificação do trabalho). Além disso, mais capital variável põe mais trabalho em ação sem utilizar mais trabalhadores, ou o mesmo capital variável, de mesma grandeza, põe mais trabalho em ação com a mesma quantidade de força de trabalho. Assim ocorre, porque o capital variável pode crescer, com número igual ou decrescente de trabalhadores, devido ao aumento de salários, só que com um aumento menor que o acréscimo da massa de trabalho decorrente da atividade dos trabalhadores. O acréscimo do capital variável torna-se índice de trabalho excedente, valor excedente, mas não de mais trabalhadores ocupados.

Marx mostra como se reforça no capitalismo as possibilidades de exploração do trabalhador pela sua própria atuação, por sua própria atividade, pois discorre:

Se os meios de produção, ao crescer em volume e eficiência, se tornam meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada de novo pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. (MARX, 1984a, cap. 23, p.203).

Marx entende que o movimento dos salários, grosso modo, é regido pela movimentação desse exército industrial de reserva (e não pelo número absoluto da população trabalhadora). O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução.

A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora. O capital age em ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda por trabalho, por outro, multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua liberalização, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. Marx assinalará que, quanto maior a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. Quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, maior é população em situação de miséria, em relação inversa ao suplício do exército ativo. Para Marx *“Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista”*.

Segundo Marx, os métodos de produção da mais-valia, do excedente, são, simultaneamente, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se reciprocamente, meios de desenvolver os métodos de produção da mais-valia. Em torno da produção do valor excedente, da eficácia da produção para atingir esse objetivo, gira o sistema. O desenvolvimento das forças produtivas, que leva à acumulação da riqueza, torna

crescentemente desnecessário o emprego da força de trabalho. Existe uma liberalização do trabalho, mas no capitalismo esta liberalização assume a forma de desemprego estrutural (o exército de reserva).

O que Marx irá dizer, e muitas vezes dá a entender, é que o excedente criado, através do aumento da força produtiva do trabalho, abre a possibilidade do homem, como espécie, tornar-se verdadeiramente rico. Rico por ter tempo e condições materiais de poder desenvolver todo o seu potencial, de se realizar plenamente³. Esta possibilidade passa a existir. Assim, o conjunto das atividades necessárias para a plena operação do aparato produtivo, realizadas através de rodízio, visto sua pequena dimensão, permitem a ampliação e generalização do tempo livre. As condições materiais, por sua vez, decorrem da elevada produtividade, e da possibilidade de canalizar o produto excedente para tal fim. Marx argumenta que, pela primeira vez na história, estão postas estas condições para o pleno desenvolvimento das potencialidades Humanas. O aumento da produtividade e a dimensão do excedente são condições essenciais para a transição para a sociedade que Marx almejava.

A situação idealizada por Marx como causa, ou melhor, como condição para uma nova sociedade pode ser mais detalhada. Para tal, pode-se transcrever a seguinte passagem de Sismondi citada por Marx.

Graças ao progresso da indústria e da ciência [...] cada trabalhador pode produzir a cada dia muito mais do que precisa para seu consumo. Mas, ao mesmo tempo, embora seu trabalho produza a riqueza, caso ele fosse chamado a consumi-la, torná-lo-ia pouco apto para o trabalho”. Segundo ele ,”os homens” (isto é, os não trabalhadores) “renunciariam provavelmente a todo o aperfeiçoamento das artes e também a todas as satisfações que a indústria nos proporciona caso tivessem de adquiri-los por meio de continuo trabalho como o do trabalhador.[...]os esforços serão hoje dissociados de sua recompensa; não é o mesmo homem que primeiro trabalha e depois descansa; pelo contrário, exatamente porque um trabalha é que o outro tem de descansar [...] A infinita multiplicação das forças produtivas do trabalho não pode, portanto, ter outro resultado que não o aumento do luxo e das satisfações dos ricos ociosos. (SISMONDI, 1819 apud MARX, 1984a, p. 211-212).

O texto de Sismondi pode servir de apoio para se mostrar o destacado por Marx. Sismondi defende que “os homens (não trabalhadores) renunciariam a todo o aperfeiçoamento das artes e também a todas as satisfações da indústria” se tivessem que trabalhar para adquiri-los, portanto o avanço das artes e da indústria decorre do fato de que “um trabalha e outro “descansa”. Portanto, a infinita multiplicação da força produtiva não poderia ocorrer se seus

³ Sismondi em *Nouveaux principes d'économie politique ou De la richesse dans ses rapports avec la population* entende que riqueza não é só produção, mas sim felicidade.

beneficiários tivessem que trabalhar (portanto, a existência dos ricos ociosos e os que não trabalham é inevitável).

Marx argumenta que, com o desenvolvimento da acumulação (do capitalismo), essa contradição passa a não se pôr de forma tão vigorosa, pois, tendo ocorrido a elevação da produtividade, do produto excedente em escala incomparável com outro período histórico e tendo sido reduzido o tempo de trabalho necessário a uma parcela mínima, os beneficiários da produção necessitam despende um reduzido tempo e esforço no trabalho e, portanto, não tem sentido afirmar que os beneficiários renunciariam a "todo o aperfeiçoamento das artes e também a todas as satisfações da indústria" visto a penosidade para realizá-las. O custo seria pequeno, ainda mais se o trabalho total para a efetivação da produção, que é reduzido, fosse distribuído, através de rodízio, para o conjunto da população.

Por outro ângulo, pode-se afirmar que, com a elevação da produção e com a redução do tempo de trabalho para a produção, bem como com a significativa ampliação do produto excedente, estão dadas as condições para a generalização do tempo livre para o conjunto da população, pela a realização de um *quantum* de trabalho individual e coletivo reduzido.

Para Marx, o ócio e o luxo não necessitariam ser o produto do suplício de uma parte da população (os trabalhadores). Este parece ser o sentido exposto por Marx ao afirmar de que, pela primeira vez na história, estas condições estão dadas.

Embora os pressupostos existentes, ressaltados por Marx, não ocorreu uma modificação radical do sistema, em sua lógica (é verdade que uma modificação desta ordem envolve também questões políticas). Mas também deve-se observar que o sistema modificou-se, a participação no excedente se amplia para um segmento maior com ampliação de Homens livres do trabalho e com remuneração: ampliam-se os trabalhadores improdutivos, o seguimento rentista, etc. O tempo se tornou livre para um conjunto maior de pessoas, e o excedente foi distribuído para um grupo mais amplo, embora não proporcional ao crescimento da riqueza. Ou seja, ocorreu uma evolução "limitada", mas que obteve o apoio necessário para não ocorrer as modificações que Marx desejava, e foi levado, pela análise teórica do capitalismo de sua época. O pensamento de Marx se ergue muito adiante de sua época, pois os temas por ele levantados mostram a contemporaneidade de seu pensamento.

Para Marx, a finalidade vital do processo produtivo é a produção e realização do valor excedente (valorização do capital). No livro II, Marx se ocupa do processo de circulação do capital. Nesse livro irá mostrar que, no processo de circulação, o capital atravessa as fases de

capital dinheiro, capital produtivo e capital Mercadoria. E que, a fim de retornar à configuração inicial de capital dinheiro, é necessário a realização do capital mercadoria (e implicitamente do valor excedente e excedente).

O exposto por Marx mostra que a reprodução ocorre com especialização de funções entre o capital produtivo, o capital comercial e o capital bancário. Cada um desses capitais com ciclo próprio, com uma função na reprodução. A forma que a reprodução ocorre, e mesmo o seu êxito, depende do ciclo do capital produtivo, comercial e bancário. A finalidade vital consiste na valorização do capital, na reprodução do capital adiantado e na realização do valor excedente.

Marx, tendo discorrido nesse Livro sobre as funções do capital bancário e monetário, poderá mostrar no livro III que os capitalistas utilizam trabalhadores nessas atividades, mas estas não geram o valor excedente (e o excedente), mas participam na divisão deste valor excedente (excedente). Ou seja, o trabalho nessas atividades é improdutivo.

O esquema de reprodução ampliada desenvolvido por Marx será importante para discussões posteriores sobre a possibilidade de realização do excedente e da produção, bem como para subsidiar as análises posteriores, mesmo entre autores não marxistas, sobre o que se passou a denominar crescimento e ciclos econômicos. O exposto pelo autor no livro II e ao longo de *O Capital* mostra que este entendia que a causa cíclica do movimento de reprodução tem sua causa no impulso à valorização, ou seja, na reprodução do valor adiantado com um valor excedente e nas barreiras do capital que leva a este periodicamente confrontar-se com as barreiras que a própria valorização cria para o desenvolvimento das forças produtivas.

Os esquemas de reprodução, embora apresentados pressupondo que a reprodução ocorra, permitem que se visualize, ou se discuta a partir de seus termos, algumas das principais barreiras que o próprio capital põe a sua expansão, ou seja, a desproporcionalidade do crescimento dos vários ramos de produção e a produção de um excedente decorrente da exploração dos trabalhadores, conjugado com a redução do consumo das massas, que impede que este consumo acompanhe a elevação da oferta (a realização do excedente).

O processo de circulação do capital interessa para os fins deste trabalho, pois facilita a compreensão de como surge a institucionalização de atividades autônomas características do capitalismo e como ocorre a participação no valor excedente (lucro comercial e juro) e no excedente pelo exercício de funções específicas pelo capital comercial e bancário, assunto que

Marx desenvolverá com mais detalhe no Livro III. Expõe que o processo de circulação do capital ocorre em 3 estágios na seguinte seqüência:

Primeiro estágio - O capitalista aparece como comprador no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho; seu dinheiro é convertido em mercadoria ou passa pelo ato de circulação D-M.

Segundo estágio - Consumo produtivo das mercadorias compradas pelo capitalista. Ele atua como produtor capitalista de mercadorias; seu capital percorre o processo de produção. O resultado é: mercadoria de maior valor do que seus elementos de produção.

Terceiro estágio: O Capitalista retorna ao mercado como vendedor; sua mercadoria é convertida em dinheiro ou passa pelo ato de circulação M-D.

O primeiro e o segundo estágios passam a ser examinados por Marx, visto que, no volume I, a análise se cingiu ao segundo estágio. A fórmula para o ciclo do capital monetário é: D-M...P...M' - D' na qual os pontos indicam que o processo de circulação está interrompido e tanto M' quanto D' indicam uma mais-valia acrescida. Marx passa a analisar o 1º e 3º estágios que não foram analisados no volume I.

No primeiro estágio:

$$D - M < \begin{matrix} FT \\ MP \end{matrix}$$

Ou, de acordo com a fórmula geral D-M, expressa a transformação do valor capital de sua forma dinheiro em sua forma produtiva, transformação do capital monetário em capital produtivo. Expressa, portanto, não só a relação qualitativa que determinada soma de dinheiro é convertida em meios de produção e força de trabalho mutuamente correspondentes, mas também uma relação quantitativa entre as partes do dinheiro despendidas em força de trabalho FT e em meios de produção MP. Marx afirma que a relação de antemão é determinada pela soma de trabalho excedente a ser despendido por determinado número de trabalhadores. O valor adiantado em forma-dinheiro encontra-se, pois, agora, sob uma forma natural, em que pode ser realizado como valor que gera mais-valia (na figura de mercadorias).

O processo de circulação, depois de concluída sua primeira fase, como exposto acima, é interrompido no P, onde as mercadorias força de trabalho e matérias-primas são consumidas no processo. O produto desse consumo é uma nova mercadoria M' alterada no valor e na matéria.

Marx nota que a transformação D-M e a transformação M' - D' têm em comum o fato de que, na primeira fase, o dinheiro é transformado em mercadoria e, na segunda, a mercadoria em dinheiro, o dinheiro gasto na primeira fase retorna na segunda. Além desse retorno do dinheiro gasto na primeira fase, há um excedente em dinheiro acima do adiantado. Expõe:

Daí resulta, além disso, que nas duas metamorfoses pertencentes à circulação, D-M e M'-D', de cada vez se defrontam e se substituem reciprocamente existências de valor de igual magnitude e simultaneamente disponíveis. A mudança de valor pertence exclusivamente à metamorfose P, ao processo de produção, que aparece como metamorfose real do capital, em face das metamorfoses meramente formais da circulação. (MARX, 1984b, p. 40-41).

Marx assinala que o capital aparece como um valor que percorre uma seqüência de transformações, metamorfoses, interligadas, que constituem estágios de um processo global. Em cada uma dessas fases, o valor capital assume uma figura ou função diferente. Dentro desse movimento, o valor adiantado se conserva e cresce. No estágio final, retorna à mesma forma em que apareceu no início do processo. A forma não se altera mas apenas a grandeza do valor adiantado é modificada no fim. A esse processo Marx denomina circulação.

Capital monetário, capital mercadoria e capital produtivo designam formas funcionais específicas do capital industrial que assume todas as três, uma após a outra. O ciclo do capital só se realiza normalmente quando as diferentes fases se desenvolvem sem paralisações. Se o ciclo se interrompe na primeira fase, D-M, então o capital monetário se fixa em tesouro; mas caso isto ocorra na fase de produção, então os meios de produção ficam sem utilidade e a força de trabalho fica desocupada. Na última fase, M'-D', as mercadorias não vendidas obstruem o fluxo de circulação.

Assim, as duas formas que o valor capital adota dentro de suas fases de circulação são a de capital monetário e a de capital-mercadoria; sua forma correspondente à fase de produção é a de capital produtivo. O capital, que no transcurso de seu ciclo global adota e volta a abandonar essas formas e em cada uma cumpre a função que lhe corresponde, é o que Marx chama capital industrial. Capital industrial, aqui, no sentido que abarca todo ramo da produção conduzido de modo capitalista. Argumenta que M' e D' são apenas formas distintas, forma mercantil e forma dinheiro, do valor capital valorizado. O ciclo global pode ser representado como:

D-M....P.....M' - D'

Marx afirma que as funções que o capital industrial adota, dentro da esfera da circulação, podem gerar negócios específicos, atividades próprias:

Capital monetário e capital mercadoria, na medida em que aparecem em suas funções de portadores de ramos próprios de negócios, ao lado do capital industrial são somente modos de existência, automatizados e desenvolvidos unilateralmente pela divisão social do trabalho, das diferentes formas de função que, dentro da esfera da circulação, o capital industrial ora adota, ora abandona. (MARX, 1984b, p. 43).

O capital monetário constitui o ponto de partida e o ponto de retorno do processo global. O dinheiro não é aqui dispendido como dinheiro, mas só adiantado, é apenas a forma dinheiro do capital, capital monetário. Além disso, lembra Marx, expressa que o valor de troca, não o valor de uso, é o fim último e determinante do movimento.

O processo de produção aparece como meio de valorização do valor adiantado (produção deste acrescido de um excedente), ou seja, o enriquecimento enquanto tal é um fim em si mesmo da produção. Tem-se como ponto partida D e como ponto de chegada D' (a forma dinheiro).

Conforme Marx a circulação geral de mercadorias serve no primeiro estágio, D-M, para assumir a configuração para funcionar como capital produtivo; no segundo estágio, M'-D', para desfazer-se da função de mercadoria com a qual não pode renovar seu ciclo (os valores de uso são diferentes); e ao mesmo tempo, para possibilitar que separe seu próprio ciclo do capital da circulação da mais-valia que lhe foi acrescida. O ciclo do capital monetário é a mais unilateral e a mais contundente e característica forma de manifestação do ciclo do capital industrial, cuja meta é a valorização do valor, “fazer dinheiro”.

No capítulo II do livro II, Marx expõe que o ciclo do capital produtivo pode ser expresso com a fórmula geral $P...M'-D'-M....P$. Considera inicialmente a reprodução simples, de onde retiraram-se as seguintes passagens:

Em nosso exemplo, tínhamos um capital-mercadoria M' de 10 mil libras de fio no valor de 500 libras esterlinas; destas, 422 libras esterlinas são o valor do capital produtivo e continuam, como forma-dinheiro de 8.440 libras de fio, a circulação de capital iniciada por M' , enquanto a mais-valia de 78 libras esterlinas, forma-dinheiro de 1.560 libras de fio, a parte excedente do produto mercadoria, sai dessa circulação e descreve uma órbita própria dentro da circulação geral de mercadorias. (MARX, 1984b, p. 50).

Mais adiante:

Em nosso exemplo, onde temos a ver com um produto-mercadoria discreto, a mais-valia existe na forma de 1.560 libras de fio; do mesmo modo que, calculada para 1

libra de fio, ela existe na forma de 2,496 onças de fio. Se, pelo contrário, o produto mercadoria fosse, por exemplo, uma máquina de 500 libras esterlinas e que tivesse a mesma composição de valor, então parte do valor dessa máquina certamente seria = 78 libras esterlinas de mais-valia, mas essas 78 libras esterlinas só existem na máquina global; ela não é divisível em valor-capital e mais-valia, sem que seja rebentada em pedaços, aniquilando, assim, com seu valor de uso, seu valor. (MARX, 1984b, p.51).

E ainda:

No entanto, quando o capitalista vende 8440 libras, a venda das outras 1560 libras representaria uma circulação de mais-valia totalmente separada na forma m (1.560 libras de fio) - d (78 libras esterlinas) = m (artigos de consumo). Mas os elementos de valor de cada cota individual do produto em fio de 10 mil libras podem ser representados em partes do produto, da mesma maneira que no produto total. (MARX, 1984b, p.51).

Mas nem na forma M' , nem na forma D' , a valorização ocorrida é propriamente uma função, seja do capital monetário, seja do capital mercadoria. Marx defende que é um erro querer derivar as propriedades e as funções específicas que caracterizam o dinheiro enquanto dinheiro e a mercadoria enquanto mercadoria de seu caráter de capital, e é igualmente errôneo derivar inversamente as propriedades do capital produtivo de seu modo de existência em meios de produção.

Assim que D' ou M' sejam fixados como $D+d$, $M+m$, ou seja, como relação do valor de capital para com a mais-valia, essa relação está expressa em ambos, uma vez em forma-dinheiro, outra vez em forma-mercadoria, o que em nada altera a própria essência. Essa relação não surge, por isso, nem de propriedades e funções que advenham do dinheiro enquanto tal, nem da mercadoria enquanto tal. M' é sempre o produto da função de P , e D' é sempre apenas a forma de M' transformada no ciclo do capital industrial.

Marx assinala que, o dinheiro só pode ser gasto dessa maneira porque a força de trabalho se encontra num estado de separação de seus meios de produção (inclusive os meios de subsistência como meios de produção da própria força de trabalho); porque essa separação só se supera pela venda da força de trabalho ao possuidor dos meios de produção; e porque, portanto, também a ativação da força de trabalho, cujos limites não coincidem de nenhum modo com os da massa de trabalho necessária à reprodução de seu próprio preço, pertence ao comprador. A relação não é dada pela natureza do dinheiro; é antes a existência dessa relação que pode transformar a mera função monetária em função de capital.

O autor observa que, no capitalismo, à medida que a realização da mais-valia é mais freqüente e cresce a escala em que é produzida, cresce a proporção em que novo capital monetário ou dinheiro como capital é lançado no mercado de dinheiro. Ressalvando que em

grande parte é absorvido para a reprodução ampliada. Ao expor sobre o ciclo do capital mercadoria, considerando as mercadorias em sua forma M' , afirma que se M' é o ponto de partida, então, só pode ocorrer reprodução em escala ampliada com produtividade constante se, no produto excedente a ser capitalizado, encontrarem-se os elementos materiais do capital produtivo adicional.

Com utilização do esquema teórico, que denominou esquema de reprodução, Marx mostra, ainda, que o processo capitalista é possível, mas demonstra que esse processo se desenvolve através de crise, não estando garantido, como propunham Say e Ricardo, que a produção, qualquer que seja seu volume, encontrará sempre um mercado capaz de a realizar pelo seu valor. Neste esquema, Marx supõe a existência de dois setores: um produtor dos meios de produção e outro produtor de bens de consumo. O mercado se divide, também, no mercado de meios de produção e o mercado dos meios de consumo. A oferta dos meios de produção é constituída pelo valor das mercadorias produzidas pelo setor produtor destas mercadorias. A demanda por meio de produção, por sua vez, decorre da demanda por meios de produção do próprio setor, necessidade de reposição, e pela demanda por meios de produção, também para reposição, do setor produtor de meios de consumo. Ou seja, a necessidade de reposição dos meios de produção consumidos nos dois setores. A demanda decorre também da parcela da mais-valia do setor I e II que é reconvertida em capital constante adicional (reprodução ampliada).

Em relação aos meios de consumo, a oferta é determinada pela produção do setor produtor de bens de consumo. A demanda é constituída pelos meios de consumo consumidos pelos trabalhadores da seção I e II, pela parcela da mais-valia que é reconvertida em capital variável adicional, tanto no setor I como no II (reprodução ampliada). E ainda pela parcela da mais-valia convertida, tanto no setor I como no II, em consumo dos capitalistas.

Tem-se assim que a procura dos meios de produção decorre da reconstituição e do acréscimo do capital constante, e a procura dos meios de consumo decorre da reconstituição e acréscimo do capital variável e pelo consumo dos capitalistas. O esquema estabelece o seu prosseguimento em escala sempre ampliada, pois o processo de acumulação de período para período ocorre a níveis sempre crescentes de produção e de realização.

No entanto, o que o esquema mostra é que, se as grandezas das equações adquirem determinados valores, a reprodução é possível. Esta conclusão, embora pudesse ser desenvolvida a partir dos esquemas de Marx, somente ficou verdadeiramente clara a partir de

um longo debate que se inicia com os escritos dos teóricos russos, passa por Rosa de Luxemburg, Tugan e, em Kalecki, encontra talvez sua exposição mais acabada. O esquema de Marx serve de ponto inicial para a discussão das necessidades e dificuldades da reprodução do sistema, que pode ser considerado por marxistas e não marxistas⁴. Servirá de ponto de partida para a compreensão e análise efetuada por diversos autores que consideram diretamente os esquemas ou mesmo de autores que não os consideram. No Capítulo 4, embora não seja este o tema específico, poder-se-á ver que o esquema demonstra é a possibilidade de equilíbrio e não a sua realidade. As relações entre as várias grandezas do esquema não se realizam a priori.

Marx, no Livro Terceiro, procura se aproximar, passo a passo, das formas concretas que as configurações do capital assumem. Dentro desse objetivo declarado, na seção I, expõe a transformação da mais-valia em lucro e a transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro, para, na seção II, examinar a transformação do lucro em lucro médio. Na seção III, trata sobre a lei da queda da taxa de lucro. Ou seja, mostra como com o desenvolvimento progressivo das forças produtivas existe uma tendência progressiva de a taxa de lucro cair. Na seção IV, Marx mostra que surge um grupo especial de capitalistas em decorrência da necessidade de efetuar a transformação em dinheiro do capital mercadoria do produtor. A dimensão e o crescimento desse capital, destinado a viabilizar a transformação do capital mercadoria em dinheiro, está condicionado ao crescimento do capital produtivo e do capital mercadoria, ou seja, às condições da valorização e, portanto, à produção e realização do valor excedente. Mostra que o capital industrial produz a mais-valia mediante apropriação do trabalho não pago, mas que o capital comercial se apropria de parte desta. Na seção V, Marx irá argumentar que o dinheiro pode se transformar em capital e que este, como meio de produção de lucro, torna-se uma mercadoria, mostrando o surgimento do juro e do lucro da empresa. Ou seja, para Marx, é a possibilidade do dinheiro ser transformado em capital, e este poder gerar, em primeira instância, determinado valor excedente (e respectivo excedente) além do seu valor original que possibilita o seu empréstimo a juros.

⁴ Joan Robinson (1979a) cita em *Contribuições à Economia Moderna* no ensaio *reminiscências* à seguinte passagem que demonstra a validade do esquema de reprodução para a percepção das condições e dificuldades de reprodução: “Kahn reforçou esse argumento (seguindo involuntariamente o esquema marxista da reprodução aumentada) imaginando cordões colocados em torno das indústrias de investimento e bens de consumo, e estudando as transações entre elas. O excesso da renda do setor de consumo sobre seu próprio consumo, isto é, a poupança, é igual ao dispêndio sobre consumo do setor de investimento. Assim, a soma das poupanças do setor de consumo e do setor de investimento é igual ao valor do investimento.”

Na seção VI, após ter se ocupado nas seções anteriores a demonstrar o surgimento do lucro e do juro a partir do valor excedente, Marx dirige sua atenção à renda fundiária mostrando como esta surge após ter ocorrido a compensação da mais-valia entre os diversos capitais, após formar o lucro médio, conforme suas grandezas proporcionais. Ou seja, como ocorre o pagamento de uma renda após o estabelecimento de uma taxa de lucro. Por fim, Marx na seção VII trata sobre o rendimento e suas fontes.

Portanto, nesta aproximação das formas concretas, o valor excedente e o excedente são essenciais para esse objetivo. Procura-se, portanto, na seqüência caracterizar aspectos essenciais examinados por Marx, em que o excedente e o valor excedente constituem-se em categorias que são centrais para a sua análise.

Marx define que a parte do valor que repõe o preço dos meios de produção consumidos e o preço da força de trabalho empregada, ou seja, o que repõe o que a mercadoria custa para o capitalista, constitui o preço de custo da mercadoria. Salienta, preliminarmente, que o que a mercadoria custa ao capitalista e o que realmente custa são grandezas diferentes. A parte de valor da mercadoria que consiste na mais-valia não custa nada ao capitalista, exatamente porque custa trabalho não pago ao trabalhador. Mas como na produção capitalista o trabalhador constitui um insumo do capital produtivo, em funcionamento, decorre que o verdadeiro produtor da mercadoria é o capitalista. Então, o preço de custo da mercadoria aparece para o capitalista como o verdadeiro custo (C+V). O custo da mercadoria no capitalismo C+V designa por P. Assim: M (valor da mercadoria) = P (preço de custo) + M (mais-valia).

Marx ressalta que o preço de custo não tem, de modo algum, nada a ver com o processo de valorização do capital (com a reprodução do capital com um excedente). Enfatiza que o preço de custo na economia capitalista recebe a falsa aparência de uma categoria da própria produção de valor. Assim, se tem que o valor de um produto novo de R\$ 100.000,00, por exemplo, se compõe de um valor que reaparece do capital constante de R\$ 60.000,00 e de um novo valor de R\$ 40.000,00 tem-se que o preço de custo da mercadoria compreende os R\$ 60.000,00, do capital constante, e parte dos 40.000,00 correspondente ao valor da força de trabalho, diga-se 20.000,00. Marx assinala que, em relação a sua origem, esses dois elementos são completamente diferentes. Marx explora essa diferença.

Se no exemplo acima, adaptado de Marx, a parte do capital constante sobe de 60 mil reais para 70 mil reais, tem-se que sobe o preço de custo da mercadoria, de $(60C + 20V)$ para

($70C + 20V$). Neste caso, tem-se a modificação do próprio valor da mercadoria, de ($60C + 20V + 20M$) = 100 para ($70C + 20V + 20M$) = 110. Analogamente, se ocorrer uma diminuição do valor do capital constante tem-se uma diminuição do preço de custo e do valor das mercadorias. Assim ocorre, porque o capital constante transfere seu próprio valor para o produto, o valor produto aumenta ou diminui com a grandeza do capital constante.

Em relação ao capital variável é diferente. Se se aumenta capital variável de 20 para 30, no exemplo acima, tem-se que o preço de custo aumenta de ($60C + 20V$) para ($60c + 30v$), mas o valor das mercadorias permanece inalterado (de $60C + 20V + 20M$) para ($60C + 30V + 10M$). Assim ocorre, porque o capital variável adiantado não agrega seu próprio valor ao produto. No lugar de seu valor surge no produto um valor novo criado pelo trabalho. Uma modificação do preço do trabalho não modifica a grandeza do valor mercadoria, pois não modifica o valor novo, que foi gerado pela força de trabalho mobilizada, em ação. No preço de custo das mercadorias só se vêem valores prontos - as partes de valor do capital adiantado que entram na formação do valor-produto, mas nenhum elemento gerador de valor novo.

Marx assevera que a diferença entre capital constante e variável desaparece. Ressalta que, embora a mais-valia só se origine de uma alteração do capital variável, ela constitui, uma vez concluído o processo de produção, igualmente em um acréscimo de valor de $C+V$ do capital global despendido. A mais-valia, no entanto, constitui um acréscimo não só da parte adiantada que entra no processo de valorização, mas da parte que não entra nele. Marx refere-se ao fato de que somente a parte desgastada do capital constante transfere o valor. O acréscimo, no entanto, ocorre tanto sobre o valor das mercadorias como sobre o capital total. No exemplo acima:

($60C + 20V + 20M$) mas $60C$ corresponde somente à parte desgastada de um capital constante de 600. O que Marx expõe propõe é que se se considerar o capital total adiantado ($660 + 20$), tem-se um capital de 680, após o processo de valorização se ampliará para um capital de 700. Se se considerar em termos do valor das mercadorias tem-se ($60c + 20V$) o capital gasto, e como resultado um valor de $60c + 20V + 20M$. Em ambos os cálculos, a valorização é de 20. Marx expõe que o capital adiantado não pode fazer a mais-valia cair do céu, portanto o capital gasto, ($60C + 20V$), por se constituir em um preço de custo da mercadoria, não constitui mais-valia, mas um equivalente, um valor de reposição do capital despendido. Segundo o autor, a diferença entre preço de custo (depreciação mais capital

circulante) da mercadoria e capital adiantado (capital variável mais capital permanente) confirma que o preço de custo da mercadoria é constituído exclusivamente pelo capital despendido na produção.

Marx afirma que:

Como tal descendente imaginário do capital global adiantado, a mais-valia recebe a forma transmutada de lucro. Uma soma de valor é, portanto, capital porque é gasta para produzir lucro ou o lucro surge porque uma soma de valor é aplicada como capital. Se denominamos l o lucro, então a fórmula $M = c + v + m = p = m$ se transforma na fórmula $M = p + l$ ou valor mercadoria = preço de custo + lucro.

O lucro, tal como o temos inicialmente ante nós, é, portanto, o mesmo que a mais-valia, apenas numa forma mistificada, que, no entanto, brota necessariamente do modo de produção capitalista. (MARX, 1984c, p.29).

Como Marx já afirmara desde as próprias iniciais de *O Capital*, o capitalista não produz a mercadoria pelo seu valor de uso, o que interessa é o excedente do valor do produto sobre o valor do capital nele consumido. O capitalista adianta o capital global sem levar em conta os diferentes papéis que seus componentes desempenham na produção de mais-valia. Ele só pode aumentar o valor do capital variável, mediante exploração do trabalho vivo. Mas ele só pode explorar o trabalho ao adiantar as condições para a realização desse trabalho. Marx expõe que como o capitalista só pode explorar o trabalho por meio de adiantamento do capital constante e só pode valorizar o capital constante mediante adiantamento do variável, ambos os capitais coincidem por igual em sua imaginação.

O valor contido na mercadoria é igual à soma do trabalho pago e não pago. Para o capitalista, os custos da mercadoria consistem na parte do trabalho que ele pagou. O trabalho excedente, como se viu, não custa nada ao capitalista, embora custe ao trabalhador. O lucro do capitalista provém de que ele tem algo para vender que não pagou. Para o capitalista a mais-valia qualquer que seja sua origem, é um excedente sobre o capital global adiantado. Este excedente está numa relação com o capital global que Marx expressa em M/C , onde C representa o capital global. A taxa de lucro assim é M/C ou $M/C+V$. Marx mostra que, supondo constante a taxa de mais-valia, a taxa de lucro que determinado capital proporciona pode subir ou cair em conseqüência de circunstâncias que aumentam ou diminuem o valor desta ou daquela parte do capital constante.

Marx argumenta que o capital global entra materialmente no processo de trabalho, ainda que só parte dele entre no processo de valorização. E como: “descendente imaginário do capital global adiantado, a mais-valia recebe a forma transmutada do lucro”. Marx afirma que,

na verdade, embora só a parte variável do capital produza mais-valia, só a produz se as outras partes forem adiantadas as condições de produção para o trabalho.

Marx, na Seção II do Livro terceiro, aborda nos capítulos VIII a XII a transformação do lucro em lucro médio. Para tal, inicia analisando o resultado da composição diferente dos capitais sobre as taxas de lucro. Supõe que o grau de exploração do trabalho, expresso pela taxa de mais-valia e pela duração da jornada de trabalho, em todas as esferas da produção tem a mesma grandeza e o mesmo nível. Marx irá mostrar, sob estas hipóteses, de que iguais montantes de capital levam a diferentes taxas de lucro. Isto ocorre porque igual taxa de mais-valia produz, em decorrência da diferente massa de trabalho vivo posta em movimento, diferentes massas de mais-valia. Assim, dado dois setores, supondo a taxa de mais-valia constante de 100%, tem-se:

Setor A: 60 C + 20 V + 20 M

Setor B: 50 C + 30 V + 30 M

A taxa de mais-valia = $20/20$ e $30/30 = 100\%$, mas a taxa de lucro em A = $20/80 = 25\%$ enquanto em B = $30/80 = 37,5\%$.

Pode-se observar acima que, em B, o trabalho vivo posto em movimento é maior, 30 V em vez de 20 V, portanto a massa de mais-valia é maior. Marx mostra que capitais de igual grandeza e que se dividem de forma desigual em elementos constantes e variáveis, composição orgânica diferente, movimentam quantidade diferente de trabalho vivo e, com a taxa de mais-valia suposta constante, produzem quantidades diferentes de mais-valia. Em conseqüência, a taxa de lucro é diferente entre esses setores, pois esta é a massa de mais-valia dividida pelo capital global de cada setor. Tem-se, então, que capitais de igual grandeza (80 C nos dois casos) produzem valores diferentes:

A = 60 c + 20 v + mais-valia de 20 = Valor 100

B = 50 c + 30 v + mais-valia de 30 = Valor 110

Pode-se observar que, se se considerar os capitais (os valores) de igual grandeza estes produzem diferentes massas de mais-valia e valor diferente das mercadorias. Ter-se-ia, também, a situação paradoxal de que a produção levada a efeito com uma tecnologia, mais intensiva em capital, seria menos lucrativa. Marx mostra que, para o cálculo do preço de custo e dos valores, o capital constante deve entrar pelo seu desgaste. Passa a calcular uma taxa geral de lucro. Para tal, divide o total do valor excedente gerado no sistema pelo total do capital adiantado. Mas note bem, em seu procedimento, Marx efetua o cálculo da taxa Geral

(média) de lucro, considerando o capital total adiantado e não o efetivamente gasto na produção (depreciado).

Marx em sua transformação acresce a mais-valia média aos preços de custo. E, portanto, os preços não serão iguais aos valores. Mas os desvios dos preços acima do valor se anulam com os desvios de preços abaixo do valor. Ou seja, os desvios de preços ocasionados pela distribuição uniforme da mais-valia aos preços de custo se anulam reciprocamente. Os preços que seguem esse procedimento, Marx chama de preço de produção.

O autor considera para o cálculo da taxa global de lucro o capital total adiantado, e não só o empregue na produção, em decorrência de seu entendimento sobre a origem do excedente e do lucro. Se Marx, por hipótese, tivesse adotado para efeito de cálculo de taxa média o capital efetivamente empregue (capital variável mais capital efetivamente desgastado) teria que, efetivamente, os preços médios das mercadorias individuais seriam determinados de acordo com a lei do valor. Mas esse procedimento, de considerar o capital efetivamente utilizado, não é um imperativo porque entende que a distribuição do valor excedente em proporção ao capital efetivamente empregue (desgastado) é uma operação sem sentido, pois a fonte do valor excedente e do lucro é o trabalho vivo. Em outras palavras, como o trabalho pretérito (desgaste do capital) não é fonte de valor, não existe a necessidade de distribuir o valor excedente considerando-o para manter a lei do valor. O valor excedente não precisa ser distribuído proporcionalmente, como seria o caso se o capital desgastado participasse na formação do valor excedente⁵.

Marx, na verdade, procura mostrar que os preços se desviam dos valores, sem que, no entanto, a lei do valor perca a utilidade (pois os desvios são sistemáticos). Marx discorre:

Embora, portanto, os capitalistas das diversas esferas da produção, ao vender suas mercadorias, recuperem os valores-capital consumidos na produção dessas mercadorias, não resgatam a mais-valia, nem portanto o lucro, produzida em sua própria esfera na produção dessas mercadorias, mas apenas tanta mais-valia, e portanto lucro, quanto mais-valia global, ou lucro global, produzida em todas as esferas da produção em conjunto, em dado espaço de tempo, pelo capital social global, que cabe, com repartição igual, a cada parte alíquota do capital global. (MARX, 1984c, p. 124).

⁵ A procura de derivar diretamente dos valores os preços não tem sentido, pois a tentativa de distribuir a mais-valia em proporção ao capital efetivamente utilizado mostra o entendimento, diverso do de Marx, de que esta se origina também do capital constante.

O lucro que é adicionado ao preço de custo não se rege pela massa de lucro que é produzida em determinada esfera de produção, mas pela massa de lucro que cabe em média a cada capital aplicado, como parte do capital global empregado na produção. Marx assinalará uma imprecisão em seu procedimento para demonstrar que o movimento de capitais entre diferentes setores resulta na conversão dos valores em preços de produção, levando a identidade entre as somas dos valores e preços e entre a massa de mais-valia e o lucro (o problema da transformação). Ou seja, o capital constante entra no cálculo por seu valor e não por seu preço de produção. Mas o capital constante também é uma mercadoria produzida em um processo de produção anterior. Nesse caso, o preço do capital constante é também um preço de produção, que acresce ao preço de custo o lucro médio global, e assim sucessivamente. Segundo Marx:

Mas a diferença é a seguinte: o preço do produto do capital B, por exemplo, se desvia de seu valor porque a mais-valia realizada em B pode ser maior ou menor do que o lucro adicionado ao preço de produtos de B, e essa mesma circunstância vale também para as mercadorias que por sua vez constituem a parte constante do capital e para as que constituem indiretamente, como meios de subsistência dos trabalhadores, sua parte variável. No que tange à parte constante, ela mesma é igual ao preço de custo *plus* mais-valia, portanto agora igual ao preço de custo *plus* lucro, e esse lucro, por sua vez, pode ser maior ou menor do que a mais-valia cujo lugar ocupa. No que tange ao capital variável, é certo que o salário diário médio é sempre igual ao produto-valor do número de horas que o trabalhador tem de trabalhar para produzir os meios de subsistência necessários; mas esse número de horas, por sua vez, está falsificado por se desviarem de seus valores os preços de produção dos meios de subsistência necessários. Não obstante, isso se resolve sempre no fato de a mais-valia, quando entra numa mercadoria a mais, em outra entra a menos, e por isso também os desvios do valor que se encontram nos preços de produção das mercadorias se anulam mutuamente. (MARX, 1984c, p.125-126).

Não se entra no problema da transformação que constitui uma questão com contribuições específicas, com literatura própria, e fugindo do fim aqui pretendido. Mas deve-se observar que Marx tinha consciência do sentido das modificações que a consideração do capital constante como um preço de produção trazia. Deve-se notar, pela análise da transcrição acima, que o número de horas que o trabalhador tem de trabalhar para produzir os meios de subsistência está falsificado. O capital constante, também, por ser um preço de produção pode estar falsificado, em relação aos valores, mas não exige horas de trabalho no processo produtivo em andamento. O ponto central em relação ao excedente e o valor excedente, então, é que o número de horas trabalhadas deve ser maior que o necessário para a formação do valor da força de trabalho (ou maior do que as necessárias para a produção desses bens, considerando os preços de produção), estando este falsificado ou não. Este ponto, exposto matematicamente, tem sido denominado como teorema marxista fundamental

(Morishima). A origem do lucro está condicionada à exploração da força de trabalho vivo, única fonte de valor.

Deve-se ainda mencionar para completar a exposição acima, que a forma como ocorre a equalização da taxa geral de lucro, anteriormente suposta, é através da concorrência. Assim, se as mercadorias são vendidas por seus valores, surgem taxas de lucros muito diferentes nas diferentes esferas de produção. O capital retira-se de uma esfera com baixa taxa de lucro e se lança em outra que proporciona lucro mais elevado. Os capitais individuais disputam parcelas do valor excedente Global, com mais intensidade nas esferas onde este excedente é maior, levando à equalização da taxa de lucro.

Marx, tendo efetuado a transformação dos valores em preços e assinalando que a concorrência por parcelas do excedente tende a equalizar a taxa de lucro, passa a examinar a tendência à queda da taxa de lucro. Afirma que, com desenvolvimento do modo de produção capitalista, ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global. O mesmo número de trabalhadores põe em movimento, processa, consome produtivamente, uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria, matérias-primas, materiais auxiliares, etc., ou seja, um capital constante sempre crescente. Assim, pelo uso crescente da maquinaria e de capital fixo, uma quantidade crescente de matérias-primas e auxiliares são transformadas em produto. Ao crescente volume do valor do capital constante corresponde um barateamento das mercadorias. Cai o valor individual das mercadorias, em relação a estágios inferiores de produção, pois estas exigem um *quantum* menor de trabalho para sua produção. Nos estágios inferiores, tem-se que o capital destinado ao trabalho é relativamente maior em relação ao destinado aos meios de produção.

O progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante tem como conseqüência imediata que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua. Ou seja, com o desenvolvimento progressivo das forças produtivas existe uma tendência progressiva de a taxa de lucro cair, pois a taxa de lucros, como se viu, é calculada em relação ao capital total, incluído neste total o capital constante. Marx observa que a queda na relação entre o capital variável e o capital global ocorre não porque a massa de trabalho vivo cai, mas porque a massa de trabalho já objetivada (capital constante) que ela põe em movimento sobe. Ou seja, a diminuição é relativa. Assim, a queda da taxa de lucro não decorre de uma

diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente variável do capital global. Marx mostra, portanto, que, embora cresça progressivamente a massa de mais-valia, a taxa de lucro diminui também progressivamente. Isto ocorre porque a massa de valor que precisa ser reproduzida, conservada, aumenta com a elevação da produtividade do trabalho, mesmo com força de trabalho constante.

Por outro lado, com o crescimento dos meios de produção está implícito o crescimento da população trabalhadora. No entanto, o desenrolar do processo de produção e da acumulação eleva o valor do capital constante mais rápido do que o valor do capital variável. O resultado, a lei, é que se tem uma massa crescente de lucro e uma taxa de lucro decrescente. Dentro deste argumento, como observado acima, o mesmo número de trabalhadores processa uma massa muito maior de capital constante (fixo e circulante). Marx notará, como fizera no Livro I, que esse processo produzirá uma massa trabalhadora redundante:

Aqui se mostra a lei já desenvolvida anteriormente segundo a qual, com o decréscimo relativo do capital variável, portanto com o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, é necessária uma massa cada vez maior do capital global para pôr a mesma quantidade de força de trabalho em movimento e absorver a mesma massa de mais-trabalho. Por isso, na mesma proporção em que se desenvolve a produção capitalista, desenvolve-se a possibilidade de uma população trabalhadora relativamente redundante, não porque a força produtiva de trabalho social diminui, mas porque ela aumenta, portanto não por uma desproporção absoluta entre trabalho e meios de subsistência ou meios para a produção de tais meios de subsistência, senão por uma desproporção que se origina da exploração capitalista do trabalho, pela desproporção entre o crescimento cada vez maior do capital e sua necessidade relativamente decrescente de uma população crescente. (MARX, 1984c, p.170).

O desenvolvimento das forças produtivas se expressa, por um lado, na tendência à queda da taxa de lucro; por outro, no crescimento constante da massa de mais-valia (lucro). As mesmas causas que produzem uma tendência à queda da taxa geral de lucro condicionam uma acumulação acelerada do capital, crescimento do tamanho absoluto, da massa global de trabalho excedente por ele apropriado. Marx questiona, como é bem conhecido pela literatura, por que a queda da taxa de lucro não é maior. Expõe que existem influências contraditórias em jogo, que atenuam ou superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência. Apresenta as seguintes causas: elevação do grau de exploração do trabalho, compressão do salário abaixo de seu valor, barateamento dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior.

Sweezy (1983) notará que as causas contrabalanceadoras expostas por Marx não são sistemáticas e nem exaustivas, provavelmente devido ao volume III ser uma obra inacabada em que o autor não chegou a publicar em vida. Logicamente, no entanto, o ponto central que decorre da apresentação de Marx é que a taxa de lucro cairá se o aumento percentual na taxa de mais-valia for inferior ao decréscimo na proporção do capital variável em relação ao total. Adicionalmente, pode-se tecer alguns comentários. Geralmente uma crescente composição orgânica do capital acontece juntamente com a crescente produtividade do trabalho. Ou seja, o excedente sobre a parcela dos meios de produção utilizados (matérias-primas, uso de equipamentos, auxiliares) na produção se amplia. Ou, nos termos de Marx, o novo valor criado no processo produtivo se amplia. Assim ocorrendo, pode, mesmo com o aumento dos salários, não ocorrer um declínio da taxa de lucro.

Outra possibilidade é que o aumento desse excedente ocorra sem o aumento da composição orgânica, neste caso não ocorrendo a queda da taxa de lucro. Pode-se acreditar que, no tempo de Marx, a acumulação estava associada ao contínuo aumento da composição orgânica. Em contraste, no capitalismo contemporâneo, poder-se-ia argumentar que, pela diversificação da produção, não ocorre à intensificação da composição orgânica do capital no mesmo grau. Esta situação consistiria em que a própria acumulação do capital geraria de forma recorrente, pela diversificação contínua, a produção sem elevação da composição orgânica. No entanto, a questão posta por Marx permanece. Se a composição orgânica aumentar indefinidamente, a taxa de exploração não poderá aumentar indefinidamente. Pode-se conceber também que a tendência à queda da taxa de lucro não era uma previsão empírica, mas uma caracterização de elementos opostos na definição histórica da taxa de lucro.

Marx, na seção IV e V, mostra gradativamente que todas as formas de capital que não empregam trabalhadores, que geram mais-valia somente dividem o valor excedente já criado no processo produtivo. Inicia com o Capítulo XVI, onde expõe que o capital de comércio de mercadorias é apenas o capital-mercadoria do produtor, que tem de efetuar o processo de sua transformação em dinheiro, executar sua função de capital-mercadoria no mercado, só que essa função, em vez de aparecer como operação secundária do produtor, aparece como operação exclusiva de um grupo especial de capitalistas, o comerciante de mercadorias, tornando-se um negócio autônomo de um investimento de capital.

Marx argumenta que na circulação de mercadorias, como ela aparece enquanto processo de circulação do capital industrial, tem-se, por exemplo, que o produtor de linho vende sua mercadoria, o linho transforma-se em dinheiro, o dinheiro do comprador passa para suas mãos. Com esse mesmo dinheiro compra fio, carvão, trabalho, gasta novamente o mesmo dinheiro para retransformar o valor do linho nas mercadorias que constituem os elementos de produção do linho. Assinala, no entanto, que o movimento do capital comercial é diferente. O comerciante de linho compra determinada quantidade de linho e vende a mesma quantidade de linho para retirar de circulação o capital monetário. As mercadorias mudam de mãos duas vezes: passam das mãos do vendedor para as do comprador e das mãos do comprador, que se tornou vendedor, para as de outro comprador. É vendida duas vezes e pode ser vendida mais vezes. $D-M-D'$, a dupla mudança de lugar da mesma mercadoria, intermedeia o fato de que o dinheiro adiantado é novamente retirado de volta da circulação. A mercadoria não está definitivamente vendida, assim que passa das mãos do produtor para as do comerciante ($D-M$). Marx expõe que a venda, $M-D'$ é para o capital produtivo mera função de seu capital em sua figura transitória de capital mercadoria, para o comerciante é $D-M-D'$, uma valorização específica do capital monetário por ele adiantado. Uma fase da metamorfose da mercadoria se revela aqui, com relação ao comerciante, como $D-M-D'$, portanto, como evolução de uma espécie própria de capital.

O capital mercadoria assume, portanto, no capital de comércio de mercadorias, a figura de uma espécie autônoma de capital, pelo fato de o comerciante adiantar capital monetário que se valoriza como capital, só funciona como capital, ao se ocupar exclusivamente em mediar a metamorfose do capital-mercadoria. Marx entende, no entanto, que o capital comercial não gera mais-valia. Questiona como o capital comercial se apodera da parte que lhe cabe da mais-valia ou do lucro gerado pelo capital produtivo. Entende que o comerciante só pode tirar seu lucro do preço das mercadorias que vende, ou seja, do excedente do preço de venda sobre o preço de compra. Observa que toda a concepção da origem do lucro, a partir da elevação nominal do preço das mercadorias, pela venda das mesmas acima de seu valor, surgiu da observação do capital mercantil. Mas que, no modo capitalista de produção, o lucro comercial não se realiza desta forma.

Expõe que, se o preço de compra pago pelos comerciantes for igual aos preços de produção, igual aos valores, então, em consequência, o excedente sobre o preço de compra tem que ser um excedente sobre os valores das mercadorias. Mas afirma que as coisas não ocorrem assim,

pois ao se considerar o capital comercial, faz-se necessário considerar que este participa do lucro sem participar da formação deste.

Marx supõe um capital adiantado de $720c + 180v$ e considera uma taxa de mais-valia de 100%. O produto é então $= 720 c + 180 v + 180m$ e, a taxa de lucro é, portanto, 20%. Marx passa a supor que, se além dos 900 do capital industrial se adicionam 100 de capital comercial, tem-se um capital de 1000. Os 100 do capital comercial participam com 10% do capital e, portanto, com 10 % da mais-valia, no valor de 180, ou seja, 18. Estes 18 significam uma taxa de lucro de 18%. Na formação da taxa geral de lucro, o capital comercial entra, como parte do capital global.

O preço de produção pode ser definido de forma mais precisa. Preço de produção = Custos + lucro médio. Mas o lucro médio é calculado agora de outro modo. É determinado pelo lucro global sobre o capital produtivo total + capital comercial. No exemplo acima, de Marx, $180/ 1000 = 18\%$. Marx defende que o capital industrial só realiza lucro que já está contido no valor da mercadoria como mais-valia e, o capital comercial apenas o realiza porque toda a mais-valia ou o lucro ainda não está realizado no preço da mercadoria realizado pelo capital industrial.

O capital comercial entra, portanto, na equalização da mais-valia de acordo com o lucro médio, mas não na geração da mais-valia. A taxa geral de lucro já contém a dedução da mais-valia que cabe ao capital comercial, ou seja, a dedução do lucro do capital industrial. Assim, o acréscimo do preço, mediante o qual o comerciante faz seu lucro, é parte do valor da mercadoria que o capital produtivo não calculou.

Marx expõe que a transformação de mercadoria (produto) em dinheiro e de dinheiro em mercadoria (meios de produção) é função necessária do capital industrial. Mas essas funções não aumentam o valor nem geram mais-valia. O comerciante, ao efetuar essas operações ou ao continuar mediando as funções do capital na esfera da circulação, depois de o capitalista produtivo ter deixado de fazer isso, apenas substitui o capitalista industrial. Essas operações são necessárias ao processo de reprodução do capital, mas o tempo de trabalho que essas operações custam não agrega valor.

Em vez de o capitalista industrial adiantar capital adicional para o processo de circulação, o comerciante adianta. Ou seja, parte do capital global da sociedade é exigido para operações secundárias que não entram no processo de valorização, e essa parte do capital social tem de ser constantemente reproduzida para essas finalidades.

O capital industrial faz lucro ao vender o trabalho contido nas mercadorias, pelo qual não pagou nenhum equivalente. O capital mercantil, por sua vez, faz lucro ao não pagar inteiramente ao capital produtivo o trabalho não pago (aos trabalhadores), que está contido na mercadoria e, ao vender a mercadoria, exige o pagamento dessa parte contida na mercadoria, e que ele não pagou ao capitalista industrial. O capital industrial produz a mais-valia mediante apropriação de trabalho não pago. O capital comercial se apropria de parte dessa mais-valia ao fazer com que essa parte seja transferida pelo capital industrial a ele.

Marx assinala que uma outra forma que o capital comercial se deriva é o capital de comércio de dinheiro. Argumenta que os movimentos, que o dinheiro realiza no processo de circulação do capital industrial bem como no processo de circulação do capital de comércio de mercadorias, através de um capital específico e operações peculiares, transformam esse capital em capital de comércio de dinheiro. Afirma que o capitalista precisa pagar dinheiro e receber dinheiro em pagamento de muitas pessoas. Essa operação de pagar e receber constitui um trabalho em si, na medida em que o dinheiro funciona como meio de pagamento, tornam-se necessários atos de compensação, cálculos, etc.

Esse trabalho é um custo de circulação, não um trabalho criador de valor. Marx afirma que o capital dos comerciantes de dinheiro é o capital monetário do comerciantes e dos industriais que se encontra em circulação. As operações que efetuam são as operações daqueles a quem servem de intermediários. O lucro dos comerciantes é, portanto, uma dedução da mais-valia.

Marx mostra como a função específica do capital comercial passa a se constituir função adjudicada a um grupo de capitalistas. Ou seja, mostra como passa a existir um conjunto de atividades próprias, um negócio. O surgimento do capital comercial, de comércio de mercadorias e de dinheiro, pressupõe circulação de mercadorias e, portanto, circulação monetária. A amplitude da circulação, o volume de mercadorias, depende do processo de produção. Como o processo de produção capitalista é voltado para a valorização do capital (a produção do capital com um valor excedente), tem-se que a dimensão e crescimento do capital comercial está condicionado e restringido pela dimensão do valor excedente e do excedente e a possibilidade de ampliação do sistema. A valorização do capital aplicado nestas atividades, deve-se lembrar, só se torna possível pela existência do valor excedente gerado na esfera da produção. Ou seja, Marx mostra como estas atividades, que são características do capitalismo, podem ter sua origem explicada bem como sua dimensão condicionada pelo valor excedente e o excedente gerado no processo produtivo.

Marx, na Seção V no capítulo XXI a XXIII de *O Capital*, mostra como, a partir da possibilidade de se gerar um valor excedente e um excedente, surge a categoria juros. Explicita que o dinheiro pode se transformar em capital, tanto industrial como comercial, e, como se viu, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado *quantum* de trabalho não pago, excedente e valor excedente, e apropriar-se dele. O dinheiro, além do valor de uso que possui como dinheiro, possui um valor de uso adicional de funcionar como capital. O capital, como meio de produção de lucro, torna-se uma mercadoria. Acaba se tornando uma mercadoria, aparece como capital de empréstimo.

No ato de circulação, o capital monetário funciona como dinheiro. O capital existe como capital em seu movimento real, ou seja, no processo de produção e não no de circulação. Contudo Marx demonstra que com o capital a juros é diferente. O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação. Torna-o mercadoria como capital. Capital não só para si mas para os outros. Não é capital somente para quem o aliena, mas é entregue a terceiro como valor que possui o valor de uso de criar mais-valia.

O capitalista prestamista entrega seu capital, transfere-o ao capitalista individual sem receber equivalente. Sua entrega não constitui ato algum do processo real de circulação do capital, apenas encaminha esse ciclo a ser realizado pelo capitalista industrial. O empréstimo do dinheiro como capital será entregue sob a condição de ser restituído após certo tempo e tem como pressuposto que o dinheiro seja realmente empregado como capital.

Qual o valor de uso que o capitalista monetário aliena durante o prazo de um empréstimo e cede ao capitalista produtivo? É o valor de uso que o dinheiro adquire pelo fato de poder ser transformado em capital, de poder funcionar e produzir determinado valor excedente, lucro médio, mais o seu valor original (na esfera real). Mas expõe que o lucro não se duplica pela dupla existência da mesma soma de dinheiro como capital para duas pessoas. Esta só pode funcionar como capital para ambos, mediante repartição do lucro. A parte que cabe ao prestamista chama-se juro.

Em relação ao juro monetário, não existe lei de definição. Como o juro é simplesmente a parte do lucro que tem de ser pago pelo capitalista industrial ao capitalista monetário, aparece como limite máximo o lucro por inteiro e o limite mínimo como indeterminado. A proporção entre lucro da empresa (como definir-se-á na seqüência) e juro (parte do lucro) depende da concorrência entre prestamista e mutuários do capital. Essa concorrência é

influenciada, mas não regulada exclusivamente pela taxa de lucro (muitos tomam emprestado sem qualquer intenção de investir, por exemplo). Se o capitalista emprega capital próprio não há repartição do lucro. À medida que os proprietários do capital o empregam, eles mesmos, no processo de reprodução, não participam na determinação da taxa de juros. Como explicar que o capitalista que emprega apenas capital próprio e não emprestado classifique a parte de seu lucro bruto na categoria juro e o calcule separadamente: Ou seja, todo o capital, emprestado ou não, é portador de juros. O ponto de destaque é o fato de que os capitalistas produtivo e monetário se confrontam como figuras que desempenham papéis diferentes no processo de reprodução, um apenas empresta o outro emprega produtivamente. Para o capitalista produtivo, que trabalha com o capital emprestado, o lucro bruto se decompõe em duas partes: o juro que tem de pagar ao prestamista e o excedente sobre os juros que constitui sua própria participação no lucro. Portanto, para o capitalista que trabalha com capital emprestado não é o lucro, mas o lucro menos o juro a parte que lhe cabe. Esta parte do lucro aparece para o capitalista como produto do capital à medida que este é utilizado pelo capitalista na indústria e no comércio. Esta parte Marx denomina lucro da empresa. A parte do lucro bruto que o capitalista ativo paga aparece como a parte que cabe à propriedade do capital como tal.

Assim, para o capitalista ativo, pressupondo que este não é o proprietário do capital e existe um capitalista monetário, tem-se que:

[...] o juro aparece portanto, como mero fruto da propriedade do capital, do capital em si, abstraído o processo de reprodução do capital, a medida que ele “trabalha”, não funciona; enquanto o ganho empresarial lhe aparece como fruto exclusivo das funções que ele desempenha com o capital, fruto do movimento e do processamento do capital, o que lhe aparece agora como sua própria atividade, em oposição à inatividade e à não participação do capitalista no processo de produção. (MARX, 1984c, p.280).

Tem-se uma divisão qualitativa. Parte do lucro aparece como fruto que, em si, e para si, cabe ao capital como juro. Outro como lucro da empresa. Essa separação e autonomização das duas partes do lucro bruto, como se originassem de duas fontes diversas, se consolidam para a classe capitalista inteira e para o capital global. O aplicador de capital, mesmo que trabalhe com capital próprio, se decompõe em duas pessoas: o mero proprietário e o aplicador de capital.

Em resumo, o capital portador de juros é capital enquanto propriedade em confronto com o capital enquanto função. O juro para o capitalista ativo aparece como mero fruto da propriedade do capital, na medida em que não “trabalha”, enquanto o ganho empresarial

aparece para ele como fruto de suas funções, em oposição a não participação do capitalista monetário no processo de produção.

Marx advoga que é somente a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que converte parte do lucro em juros, e cria, em geral, a categoria do juro, e é a concorrência entre essas duas espécies de capitalistas que cria a taxa de juros. Pelo exposto, fica claro que, se todo o capital estivesse nas mãos dos capitalistas industriais, não existiriam juros. Ou seja, o capital não poderia proporcionar juros sem funcionar como capital produtivo (e nem lucro). Ou melhor, sem a existência de um excedente, e respectivo valor, não poderiam existir juros.

Portanto, a partir da existência do valor excedente, Marx explica o surgimento da categoria juros. A dimensão dos juros está condicionada à dimensão do valor excedente gerado no sistema. Pode-se visualizar que a institucionalização das atividades dedicadas ao “comércio de capital”, com trabalhadores específicos para o exercício das tarefas, depende da existência de um excedente econômico.

No entanto, embora em Marx os juros estejam condicionados à dimensão do valor excedente, deve-se notar que assinala que, enquanto o valor excedente está restrito à dimensão do trabalho excedente realizado no processo produtivo, os juros estão condicionados ao trabalho excedente presente ou futuro (o valor excedente presente ou futuro). Esta observação, junto com o desenvolvimento de uma certa noção de capital fictício, que posteriormente será desenvolvida por Hilferding, como ver-se-á no próximo capítulo, mostra a possibilidade da existência de um certo deslocamento entre a esfera financeira e a real.

Com o capital portador de juros, D-D', tem-se que dinheiro gera dinheiro, sem o processo que intermedeia os extremos. Marx expõe que, mesmo no capital Comercial, D-M-D', existe pelo menos a forma geral do movimento capitalista, o lucro aparece como lucro de alienação, mas apresenta-se como produto de uma relação social e não como produto de uma mera coisa. No capital comercial, tem-se dois procedimentos opostos, compra e venda. Na forma do capital portador de juros D-D' isto não aparece. Se o capitalista empresta R\$ 1.000,00 e a taxa de juro é 10% a.a, então o valor do capital de R\$ 1.000, por 1 ano é de R\$ 1.100,00. Marx explica que, em D-D', tem-se o ponto de partida original do capital, o dinheiro da formula D-M-D' reduzida aos dois extremos D-D', em que $D = D + \Delta D$, dinheiro que cria mais dinheiro. Marx revela que isto é o capital acabado, unidade do processo de produção e do processo de circulação, proporcionando determinada mais-valia em

determinado tempo. Com o capital portador de juros, a valorização parece não ser mediada pelo processo de produção e reprodução. O capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento. O juro aparece como fruto do próprio capital, como o original, e o lucro como mero acessório ao juro que advém no processo de reprodução. Marx mostra que é somente no capital monetário que o capital se tornou mercadoria, cuja qualidade de se valorizar a si mesmo tem um preço fixo, cotado na taxa de juros de cada momento.

Com o capital portador de juros, o movimento do capital é contraído; o processo intermediário é omitido e assim um capital = R\$ 1.000 é fixado como uma coisa que em si = R\$ 1.000e, em determinado período, se transforma em R\$ 1.100,00. Marx argumenta que a acumulação do capital possui um limite que é dado pela identidade entre a mais-valia com o trabalho excedente (dada a limitação da jornada de trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e da população). No capital portador de juros esse limite não existe. No capital portador de juros, tem-se a ilusão de que o produto do trabalho passado está, nas palavras de Marx, prenhe de uma porção de mais-trabalho vivo, presente ou futuro.

O desenvolvimento do comércio de dinheiro acompanha o desenvolvimento do comércio de mercadorias, ou seja, concentram-se nas atividades desenvolvidas pelos comerciantes de dinheiro: a guarda das reservas dos negociantes, as operações de cobrança e pagamento, os de pagamentos internacionais (câmbio), etc. Junto com o comércio de dinheiro e em decorrência do desenvolvimento do sistema de crédito, passa a ser uma função particular do comerciante do dinheiro a administração do capital portador de juros, o capital monetário. Marx assinala que tomar emprestado e emprestar torna-se um negócio especial (dos bancos). Além disso, observa que, com o desenvolvimento do sistema bancário, os bancos passam a pagar juros pelos depósitos e, portanto, a poupança e o dinheiro inativo de todas as classes passam a ser depositados neles.

Marx afirma que, com o crédito, tem-se uma diminuição dos custos de circulação e a formação de sociedade por ações. Afirma que um dos principais custos de circulação é o dinheiro. Ele é economizado mediante o crédito de três maneiras: ao sair totalmente fora de grande parte das transações, ao acelerar a circulação do meio circulante, pela substituição de dinheiro de ouro por papel. Os custos de circulação podem ser diminuídos ainda porque o crédito acelera as distintas fases da circulação ou da metamorfose do capital.

Marx descreve como o crédito acelera as fases de circulação. Após ter explicado, especialmente no livro II, a retransformação do capital mercadoria em dinheiro (D-M-D'- ou D-M...P...M-D') afirma agora:

O crédito torna o refluxo em forma-dinheiro independente do momento do refluxo real, seja para o capitalista industrial, seja para o comerciante. Cada um deles vende a crédito; sua mercadoria é alienada, portanto, antes de retransformar-se para eles em dinheiro, portanto antes de ter refluído para ele mesmo em forma dinheiro. Por outro lado, ele compra a crédito e assim o valor de sua mercadoria se retransformou para ele, seja em capital produtivo, seja em capital-mercadoria, ainda antes de esse valor ter sido realmente transformado em dinheiro, antes de o preço da mercadoria vencer e ser pago. (MARX, 1984c, p.341).

De acordo com Marx, com a formação da sociedade por ações, passa a existir uma enorme expansão da escala de produção e das empresas, o que era impossível para capitais isolados.

Marx (1984c, p.333) afirma que esta, a sociedade por ações, é: “[...] a abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista.”

Com o advento dessa sociedade, tem-se a transformação do capitalista ativo em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários do capital em meros proprietários, capitalistas monetários. Neste caso, não se tem o surgimento definitivo de um novo tipo de rendimento a ser distribuído a partir do lucro e, portanto, do excedente e seu valor, como ver-se-á no capítulo IV.

Marx no capítulo XXIX, *Partes Constitutivas do Capital Bancário*, mostra como a partir do excedente e do valor excedente, especialmente em sua forma juro, se desenvolve ou se institucionaliza títulos de valor que compõem parte do que denomina de capital bancário e que hoje, tendo em vista a criação de novos instrumentos de crédito e inovações, por instituições financeiras e não financeiras, poder-se-ia chamar de capital financeiro (ou termo similar). Marx argumenta que o capital Bancário é composto:

- a) dinheiro em espécie, ouro ou notas;
- b) títulos de valor.

Dá-se atenção aos títulos de valor, tendo em vista os fins pretendidos.

Marx assinala que o capital portador de juros faz com que cada rendimento monetário determinado e regular apareça como juro do capital, quer provenha de um capital ou não. Marx revela que o rendimento monetário é convertido em juro e com o juro se acha então o capital que se origina. O que Marx afirma é que, por exemplo, uma soma de R\$ 10.000,00, se transformada em capital portador de juros, proporciona um rendimento de R\$ 1.000,00 a uma

taxa de 10% a.a. Por isso considera-se que toda a receita fixa de R\$ 1.000,00 como um juro de um capital de R\$ 10.000,00.

Marx (1985, p.11) chama a formação desse capital fictício de capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada em se calculando na base da taxa média de juros como importância que um capital emprestado a essa taxa de juros proporcionaria. “Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida.” (MARX, 1985, p.11).

O Estado, conforme Marx, tem de pagar anualmente a seus credores certo *quantum* de juros pelo capital emprestado. O credor, nesse caso, não pode pedir ao devedor o reembolso, mas apenas vender o crédito, ou seja, o título de propriedade sobre ele. O capital foi despendido pelo Estado e o que o credor possui é um direito, através de títulos, sobre as rendas anuais do Estado, impostos. Ou melhor, pela parcela do valor excedente apropriada pelo Estado.

As ações, por exemplo, representam capital real, a saber, o capital investido e que funciona nessas empresas, ou a soma de dinheiro que é adiantada pelos sócios para ser despendida em tais empresas como capital. Marx expõe que o capital não existe duplamente, uma vez como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e outra vez como capital realmente investido ou a investir naquelas empresas. Existe somente na última forma. A ação para Marx é um título de propriedade sobre o valor excedente a ser realizado pelo capital. Todavia, tem-se um movimento autônomo do valor dos títulos de propriedade, pois estes se tornam mercadorias cujo preço tem um movimento e uma fixação própria. O valor de mercado obtém uma determinação diferente de seu valor nominal sem que o valor do capital real se altere. O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade confirma a aparência de que eles constituem capital real ou o direito na qual dão título. Marx discorre que os títulos representam direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura. A acumulação de capital monetário, portanto, em grande parte, deve ser entendida apenas como a acumulação desses direitos sobre a produção, acumulação de preço de mercado, do valor ilusório desses direitos. O valor do mercado desses papéis é em parte especulação, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação.

A importância da “riqueza” monetária para a apropriação do excedente (ou do valor excedente) foi já retratada por William Thompson, conforme citado por Marx no livro II, em uma fase em que a “riqueza financeira”, não havia alcançado a extensão atual:

A massa de riqueza realmente acumulada, do ponto de vista de sua grandeza, [...] é tão insignificante se comparada com as forças produtivas da sociedade a que ela pertence, qualquer que seja seu nível de civilização; ou também apenas comparada com o consumo real dessa mesma sociedade durante uns poucos anos, tão insignificante que a atenção maior dos legisladores e economistas políticos deveria dirigir-se para as forças produtivas e seu desenvolvimento livre futuro, não porém, como até agora, para a mera riqueza acumulada que salta à vista. Daquilo que é chamado de riqueza acumulada, de longe a maior parte é apenas nominal, não consistindo em quaisquer objetos reais como navios, casas, mercadorias de algodão, melhorias da terra, mas de meros títulos jurídicos, direitos sobre as futuras forças produtivas anuais da sociedade, títulos jurídicos engendrados e perpetuados pelos expedientes ou instituições de insegurança. [...] O uso de tais artigos (acumulação de coisas físicas ou riqueza real) como mero meio de apropriação para seus possuidores da riqueza que as futuras forças produtivas da sociedade ainda terão de criar, esse uso ser-lhes-ia tirado pouco a pouco pelas leis naturais da distribuição, sem recurso a violência; apoiadas por trabalho cooperativo (co-operative labour), ele ser-lhe-ia tirado em poucos anos. (THOMPSON, 1850 apud MARX, 1984b, p. 239).

A esfera financeira tem, desde a época de Marx, sido enriquecida com o lançamento de novos instrumentos de crédito que, em grande parte, são decorrentes de inovações (financeiras) de instituições financeiras não-bancárias. O termo utilizado nos meios financeiros atuais é securitizar uma renda futura. Praticamente todas as formas de capital fictício têm por objetivo tornar os direitos de pagamento (dívidas) transferíveis, muitas vezes em mercados mais ou menos estruturados. A maior parte do capital fictício é representada por títulos transferíveis que permitem a transferência também dos créditos que eles prometem. E devido a essa propriedade de representar créditos transferíveis, os títulos são comerciáveis, em troca de um preço de mercado: os valores de mercado de títulos de crédito e de ações. No entanto, deve-se observar que os lançamentos de títulos de capital fictício só são aceitos quando os rendimentos prometidos não estão em perigo.

A “financeirização” das empresas industriais e a proliferação de instituições financeiras não-bancárias é um fenômeno da época presente e pode ser explicada pela evolução histórica da conjuntura nos principais países capitalistas. O ponto essencial, no entanto, é que paralelamente a uma valorização produtiva, tem-se uma valorização fictícia como bem nota Marx. Mas embora essa valorização (capital) fictícia tenha uma autonomia própria, dentro de limites mais ou menos estreitos, a questão essencial posta por Marx permanece. Esta valorização está condicionada à geração do valor excedente, do excedente.

Marx, como se pode observar ao longo do texto, procura mostrar que no capitalismo o excedente não é simplesmente um resíduo físico, mas trabalho excedente que assume a forma de trabalho não pago, a mais-valia. As rendas que derivam da venda do produto excedente pelo capitalista originam-se do trabalho excedente, isto é, do trabalho não pago. A acumulação produtiva pode ser condicionada pela distribuição do valor excedente, pois, como se viu, somente a retransformação do valor excedente (do excedente) em capital leva ao incremento desta acumulação, e, portanto, as modificações no acesso a este, onde a riqueza financeira é um importante instrumento de acesso, terão importância para delimitar as características do capitalismo e o desenvolvimento da acumulação.

O valor excedente e o excedente são conceitos que permitem que se mostre a correspondência entre os fenômenos reais e financeiros. Embora não exista uma correspondência imediata e perfeita entre a valorização de títulos e os fenômenos reais da produção existe uma relação em termos mais ou menos estreitos. A geração de um valor excedente no sistema é uma pré-condição para a valorização dos títulos. Portanto, o conceito de valor excedente e excedente permite que se racionalize uma explicação para aspectos característicos da economia capitalista tanto da esfera financeira como real.

Marx, na seção VII, trata dos *rendimentos e suas fontes*. Sobre o que denomina a fórmula trinitária: 1) Capital-lucro, 2) Terra-renda fundiária, 3) Trabalho-salário. Substitui o lucro pelos juros, pois este constituiria o produto autêntico do capital, visto que o ganho empresarial constituiria o produto autêntico do capital, visto que o ganho empresarial constituiria como uma espécie de “salário”. Assim ter-se-ia capital-juro, terra-renda, trabalho-salário.

Marx inicia expondo que o capital não é uma coisa, não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital. São os meios de produção monopolizados por determinadas partes da sociedade, os produtos automatizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade dessa força.

Argumenta que, ao lado do capital, elemento de produção pertencente a determinado modo de produção, o capitalista, aparece a terra e o trabalho, dois elementos do real processo de trabalho que são comuns a todos os modos de produção, e que nada tem a ver com a forma social do processo de produção.

Marx mostra como o capital extrai determinado *quantum* de trabalho excedente dos produtores imediatos (trabalhadores). Esse trabalho excedente se representa numa mais-valia

e essa mais-valia num produto excedente. Marx entende que sempre necessita haver trabalho excedente enquanto trabalho que vá além da medida das necessidades dadas (imediatas). Mas no sistema capitalista, assim como no sistema escravista, ele assume uma forma antagônica e é complementado por puro ócio de uma parte da sociedade.

Marx, como se viu, mostra que um dos aspectos civilizadores do capital é que ele extrai o trabalho excedente de uma maneira e sob tais condições que são mais vantajosas para o desenvolvimento das forças produtivas. Marx lembra que a riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não dependem do trabalho excedente, mas da sua produtividade e das condições mais ou menos ricas em que acontece. Ou seja, é da produtividade do trabalho que depende quanto valor de uso é produzido em determinado tempo, e, portanto, também no tempo de trabalho excedente. A dimensão deste excedente e do produto, os valores de uso, é que determinam a riqueza e as possibilidades de expansão.

Marx argumenta que lucro de capital e renda fundiária não são nada mais que componentes específicos da mais-valia, categorias em que esta é distinguida conforme ela recaia no capital ou na propriedade fundiária, rubricas que, no entanto, não alteram em nada em sua essência. Somados, constituem o total da mais-valia. O capital suga o trabalho excedente representado na mais-valia e no excedente, diretamente dos trabalhadores. É neste sentido que o capital pode ser considerado como fonte de mais-valia. A propriedade fundiária, por sua vez, não tem nada a ver com o real processo de produção. O papel se restringe a fazer que parte da mais-valia produzida passe do bolso do capital para o do proprietário da terra. Marx assinala que não considerando a acumulação, as três partes do valor global anualmente produzidos e as partes que lhe correspondem do produto produzido podem ser consumidas anualmente por seus respectivos donos, sem prejuízo para a fonte de sua reprodução.

Conforme Marx, a parte do valor do produto que o trabalhador cria durante o ano se expressa na soma do valor dos três rendimentos: o valor do salário, do lucro e da renda. Nota que uma parte do valor do produto, a do capital constante, não é criada durante o ano. O valor novo é igual ao valor da força de trabalho mais o valor excedente. O valor da produção, por sua vez, não é o resultado somente do trabalho realizado no ano, existe a parte do trabalho contido nos meios de produção que são transferidos ao produto no processo produtivo. Marx argumenta que, se o capital é compreendido como certa soma de valor, então é bobagem que um valor deva ter mais valor do que tem. Como explicar o excedente e o valor excedente?

Durante o processo de produção, o trabalhador agrega aos meios de produção um novo valor que se transforma em produto. Marx irá mostrar que o trabalho pretérito dos meios de produção somente transmitem seu valor ao produto (para o novo valor de uso). Então somente no processo produtivo atual, pelo trabalho vivo, este valor excedente e este excedente podem ser gerados.

Marx distingue rendimento bruto e rendimento líquido de receita bruta e receita líquida onde se pode visualizar, além da mais-valia, como o autor utiliza-se do conceito de excedente para as suas definições, a saber:

O rendimento bruto ou o produto bruto é todo o produto reproduzido. Com exclusão da parte do capital empregada, mas não consumida, o valor do rendimento bruto ou do produto bruto é igual ao valor do capital adiantado e consumido na produção, do capital constante e variável, mais a mais-valia, que se divide em lucro e renda. Ou, quando não se considera o produto do capital individual, mas do capital social global, o rendimento bruto é igual aos elementos materiais que constituem o capital constante e o capital variável, mais os elementos materiais do mais-produto, em que lucro e renda se representam.

A receita bruta é a parte do valor e a parte do produto bruto medida por ele que resta depois de deduzir a parte do valor e a parte dos produtos por ele medida da produção global, que repõe o capital constante adiantado e consumido na produção. A receita bruta é, portanto, igual ao salário (ou a parte do produto que tem a destinação de se tornar novamente na receita do trabalhador) + o lucro + a renda. A receita líquida é, pelo contrário, a mais-valia e, daí, o mais-produto que, depois de deduzido o salário, ainda resta e que, portanto, representa de fato a mais-valia, realizada pelo capital e a ser dividida com os proprietários de terra, e o mais-produto por ela medido. (MARX, 1985, p. 286).

Marx introduz uma questão por ele anteriormente tratada no livro II. Como se pode repor o antigo capital, se o valor de todo o produto é consumido na forma de rendimento? No livro II, seção III, cap. XX, mostra que, considerando a reprodução simples, a reprodução do capital constante desgastado é reposta pelo intercâmbio dos produtores de capital constante com um processo com o qual os consumidores não têm nada a ver. Resumidamente pode ser retratado o exposto por Marx ao se considerar dois setores (utilizando seu exemplo):

$$1- \text{Produção de meios de produção} \quad MP = 4.000c + 1.000 v + 1.000m$$

$$2- \text{Produção de meios de consumo} \quad MC = 2.000c + 500 v + 500 v$$

Tem-se que a produção do setor de meios de consumo possui uma forma material específica (alimentos, tecidos, etc.). No entanto, uma parte do valor das mercadorias produzidas é transferida do capital constante utilizado para produzir essas mercadorias. Essa parte do valor é transferida pela máquina e outros insumos utilizados para produzir essas mercadorias, como se pode ver em (2), no valor de 2.000c.

A produção do setor de meios de produção possui também uma forma material específica (máquinas, insumos industriais, etc.). Os trabalhadores desse setor e os capitalistas consomem as mercadorias do setor de bens de consumo, visto que, pela forma material do produto do departamento (I), esses consumidores individuais não podem consumir o produto do próprio departamento. Mas, para tal, necessitam fornecer os meios de produção que produzem ao setor de bens de consumo, para este repor o capital constante utilizado para a produção de bens de consumo. Tem-se o intercâmbio de bens de consumo no valor 2.000 (1.000 v +1.000m) por bens de produção no valor de 2000c para repor o capital constante do departamento de bens de consumo.

Assim, do total do valor produto do departamento I, tem-se que 2.000 foram transferidos ao departamento de bens de consumo (II) e os restantes 4.000 são utilizados no próprio departamento I, para repor o seu capital constante, pelo intercâmbio mútuo entre os capitalista do próprio setor.

Marx mostra que o valor total dos meios de produção (dep. I) é igual à soma do valor capital constante que reaparece na forma de meios de produção (I) e do que reaparece na forma de meios de consumo. Igual, portanto, à soma do valor capital constante que reaparece no produto. Portanto, desta forma, não aparece nenhum rendimento.

O capital novo, por sua vez, para a acumulação (reprodução ampliada) se origina do lucro, da renda ou outras formas de rendimento, isto é, do trabalho excedente. Marx afirma que este fato leva à falsa concepção de que todo valor das mercadorias se origina de um rendimento. A retransformação do lucro em capital, pelo contrário, mostra que o trabalho adicional - que sempre se representa em forma de rendimento - não serve para a manutenção ou para a reprodução do antigo valor-capital, mas, à medida que não é consumido, serve para a criação de novo capital.

Para Marx a transformação de mais-valia em capital significa apenas que a mais-valia e o excedente não são individualmente consumidos pelo capitalista como rendimento. Mas o que é realmente assim transformado é valor, trabalho objetivado, respectivamente o produto que esse valor se representa imediatamente ou pelo qual ele é trocado depois de uma anterior transformação em dinheiro. Marx afirma:

Mesmo quando o lucro é retransformado em capital, essa forma determinada de mais-valia, o lucro, não constitui a fonte do novo capital. Nisso, a mais-valia só é convertida de uma forma a outra. Mas não é essa alteração da forma que faz dela capital. É a mercadoria e seu valor que funcionam como capital. (MARX, 1985, p. 292).

Marx assegura que é o produto excedente, um conjunto de mercadorias, que é usado no processo produtivo com a finalidade, também, de valorização que constitui o capital. Para tal, as condições que caracterizam uma economia capitalista precisam estar presentes, como anteriormente se observou. Marx argumenta que o valor novo decompõe-se em formas de rendimento: salário, lucro e renda são regulados por leis próprias, como se viu anteriormente. Mas entende que não é correto dizer que o salário, a taxa de lucro e a taxa de renda constituem elementos de valor autônomo. A separação do valor novo nas diferentes formas de rendimento ou uma alteração nas proporções das partes individuais (salário, lucro, renda) não pode alterar o valor. Por sua vez o valor dos rendimentos, excluído o salário “[...] é sempre igual ao valor em que a jornada global de trabalho se corporifica, menos a parte do mesmo que se corporifica em salário.” (MARX, 1985, p.299).

O valor dos rendimentos excluído o salário é dado, portanto, pelo limite do valor em que o trabalho não pago se expressa. Por sua vez, a divisão do valor novo é reduzido a rendimentos (salário, lucro e renda) e encontra na relação entre trabalho necessário e trabalho excedente seus limites. Já a divisão do valor excedente em lucro e renda encontra seus limites nas leis que regulam a equalização da taxa de lucro.

Marx assinala que o valor novo, representado em mercadorias, é tudo o que está disponível para a distribuição entre as três formas de rendimento. Mas na idéia dos industriais, comerciantes e banqueiros é o preço da mercadoria que se compõe em salário, lucro e renda determinados à margem do valor. Marx assinala que é a propriedade da força de trabalho, do capital e da terra que é a coisa que faz com que esses componentes do valor das mercadorias recaiam sobre esses proprietários e se constituam em rendimentos para eles. Entende que: “[...] o valor não se origina de uma transformação em rendimento: ele tem de existir antes de poder ser transformado em rendimento e assumir essa configuração.” (MARX, 1985, p.305).

Marx afirma que o segredo pelos quais esses produtos da fragmentação do valor mercadoria aparecem constantemente como os pressupostos da formação do próprio valor é simplesmente o de que o modo de produção capitalista, como qualquer outro, não só reproduz constantemente o produto material, mas também as relações sócioeconômicas, as categorias econômicas sob as quais se cria esse produto. Seu resultado aparece, por isso, constantemente como sua precondição, assim como suas precondições aparecem como seus resultados. Marx afirma que existem dois traços característicos que distinguem o modo de produção capitalista: primeiro ele reproduz seus produtos como mercadoria. A mercadoria é o caráter dominante e

determinante do produto; segundo, o motivo determinante e a finalidade da produção capitalista é a produção da mais-valia. Marx afirma que só porque o trabalho é pressuposto na forma de trabalho assalariado e os meios de produção na forma de capital é que uma parte do valor se apresenta como valor excedente e essa mais-valia como lucro (ou renda).

5 O EXCEDENTE E OS MARXISTAS

Desde a época quando Marx escreveu a sua principal obra ocorreram significativas mudanças no capitalismo. Uma mudança importante que aconteceu no do final do século XIX e início do século XX é que, pelo crescimento das empresas, passa a existir na economia capitalista grandes empresas oligopolísticas, e, em conseqüência, o pensamento econômico, marxista e não marxista, passa gradativamente a considerar tais transformações. Chandler Júnior (1990), analisando a economia americana, diz que, embora as grandes inovações tecnológicas que acompanharam o desenvolvimento da eletricidade, do motor a explosão e da indústria química remontem ao final do século XIX, o impacto sobre a economia empresarial só se fez sentir realmente depois de 1900. Afirma que a grande empresa moderna, executora dos principais processos industriais, a saber, a aquisição e geralmente a produção de matérias-primas e componentes, a manufatura, a comercialização e as finanças, tudo isso numa mesma estrutura organizacional, teve origem nessa época. Argumenta que, à exceção das ferrovias, tais organizações praticamente não existiam antes da década de 1880. No entanto, por volta de 1900, elas se tornaram a unidade empresarial básica da indústria norte-americana. Hilferding em um texto publicado pela primeira vez em 1910, como ver-se-á na seqüência, já considerava a sociedade anônima e as modificações decorrentes no capitalismo de sua época. Verifica-se que gradativamente passa a ocorrer um ataque ao pensamento econômico hegemônico, que considerava que a única função da firma era transformar insumos em produtos. Também, a natureza das variáveis que a firma manipula, nesta teoria, não é determinada endogenamente, mas sim pela estrutura de mercado que se impõe a ela. É pressuposto que as empresas possuem uma dimensão limitada, concorrência perfeita (mais de acordo com o observado no capitalismo sob a hegemonia inglesa).

No entanto, no capitalismo sob a hegemonia americana, a característica é a existência de grandes empresas oligopolísticas. Em conseqüência, tem-se como resultado que gradativamente o pensamento econômico passa a retratar esta modificação. Sraffa, por exemplo, já no início do século XX chama a atenção para o absurdo da idéia de que cada produtor em concorrência produziria normalmente em circunstâncias de custos individuais crescentes, pois, em desacordo com a realidade observável, onde as grandes empresas estão presentes (como destacado por Chandler Júnior) e, onde dever-se-ia esperar custos constantes

ou decrescentes de produção. Sraffa sustenta que, com a presença de retornos constantes ou crescentes à escala, não existe limite para o crescimento da empresa pelo lado da oferta. Ou seja, contrariamente a Marshall, vê limitações ao tamanho da firma apenas pelo lado da demanda. Sraffa afirma que o principal obstáculo com que às empresas se deparam ao tentarem aumentar gradualmente suas produções não reside no custo de produção - o qual, na realidade, geralmente os favorece, mas sim na dificuldade de vender quantidade maior dos bens sem reduzir o preço, ou sem terem de incorrer em despesas maiores de comercialização. Desta observação, pode-se inferir que se encontra já implícito a noção de que os lucros (e o excedente) constituem a origem, a fonte do crescimento da empresa e das modificações das estruturas de mercado, como será destacado por autores posteriores. Estando implícito, também, que o excedente pode ser utilizado para viabilizar as vendas e a realização do excedente, como será destacado por autores posteriores, como Swezzy e Baran, Robinson e outros.

No âmbito Marxista, assunto tratado no presente capítulo, essas modificações na escala das empresas passam a influenciar e a estimular a atualização do pensamento marxista, de forma a retratar a nova realidade. Tem-se mesmo uma redescoberta da obra de Marx em decorrência da crise da teoria hegemônica em retratar as modificações do objeto de análise, no caso a grande empresa capitalista. Clifton (1977), por exemplo, conclui que não é a habilidade da firma de manter a parcela da produção em determinadas indústrias que é central a sua competitividade em relação a outras firmas. Mas é a habilidade de manter a participação no valor do excedente econômico e, conseqüentemente, de conduzir a sua própria taxa de expansão em relação às outras firmas que é o critério da competitividade. A competição é orientada conseqüentemente em torno do comportamento do investimento e não do comportamento de mercado por si mesmo. Outra questão que passa a ser objeto de ampla discussão é a do desenvolvimento econômico. Em parte em decorrência da emergência de novos Estados Nacionais, e em decorrência da crise da teoria hegemônica, onde o automatismo de mercado estava assegurado. Na órbita marxista esta questão passa a ser examinada e o conceito de excedente econômico passa a se constituir em um importante instrumento da análise de diversos autores marxistas.

No presente capítulo procura-se, mediante o exame de um conjunto de autores, avaliar a contribuição dos autores marxistas na análise do capitalismo e suas possibilidades, na qual o debate sobre a realização do excedente e da produção constituiu-se em um importante

instrumento. Tal análise é realizada na seção 5.1. Na seção 5.2, verifica-se como Hilferding estrutura uma análise das causas do desenvolvimento da dimensão financeira do capitalismo, tendo por base a existência de um valor excedente ou excedente. Aborda-se, na seção 5.3 e 5.4 do presente capítulo, como as modificações no capitalismo, tais como o surgimento das grandes empresas, o grande desenvolvimento do setor de serviços, bem como outras características do capitalismo contemporâneo podem ser analisadas a partir do excedente e do valor excedente. Assim, na seção 5.3, apresenta-se o exame de economistas em que a ênfase de suas análises se dirigiram ao Desenvolvimento Econômico e ao Capitalismo Monopolista, de forma especial a grande empresa e as modificações institucionais no ambiente de trabalho. Na seção 5.4, considera-se o pensamento de dois autores, Heilbroner e Mandel, que complementam as análises efetuadas nas seções 5.1, 5. 2, 5. 3.

5.1 O EXCEDENTE ECONÔMICO E A IDENTIFICAÇÃO DAS DIFICULDADES DO CAPITALISMO: O PENSAMENTO DE ROSA DE LUXEMBURG E LÊNIN

Na presente seção se pretende analisar o pensamento de dois importantes autores, Rosa de Luxemburg e Lênin, que consideram o excedente e o valor excedente como categorias centrais para o entendimento do capitalismo e suas dificuldades.

5.1.1 Rosa de Luxemburg e as dificuldades do Capitalismo

Durante as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, foi amplamente debatido o problema da realização da produção (e do excedente). Rosa de Luxemburg sintetiza as principais posições de significativa parte deste conjunto de autores. Assim, ao se examinar o pensamento da autora e seu desenvolvimento, pode-se vislumbrar o debate sobre a realização do excedente, pela avaliação dos economistas que a antecederam, tais como Sismondi, Tugan, Bulgarov, dentre outros analisados em sua obra. Além disso, pode-se, por meio da crítica posterior aos seus escritos, visto sua insuficiência teórica, analisar a importância do excedente na explicação sobre a possibilidade da reprodução ampliada da economia capitalista. Até-se aqui à obra *Acumulação de Capital* que é seu principal livro, embora esta apresente conhecidas imperfeições, uma vez que se constitui em uma das mais significativas obras no campo da economia Política Marxista.

Para Rosa, a realização da mais-valia é, com efeito, a questão vital da acumulação capitalista. Entende que o objetivo e mola propulsora da produção capitalista não é

simplesmente a obtenção de mais-valia, em qualquer quantidade, em uma única apropriação, mas a obtenção ilimitada de mais-valia, em um crescimento incessante, em quantidades sempre maiores. Afirma que, em qualquer outra forma histórica de economia, são as incessantes necessidades de consumo da sociedade que constituem a causa determinante da reprodução; quer sejam essas necessidades determinadas de forma democrática e referente à totalidade dos trabalhadores de uma cooperativa de produção agrária comunista, quer sejam necessidades determinadas de forma despótica, como as de uma sociedade de classes antagônicas, de uma economia escravista, de um feudo ou de coisa semelhante. No modo de produção capitalista, as necessidades de consumo da sociedade não constituem o motivo propulsor da produção, para o produtor privado. Para esse produtor, existe apenas a demanda solvente, e esta também somente como meio inevitável para a realização da mais-valia. A fabricação de produtos para o consumo, que satisfaçam as necessidades sociais solventes, constitui, portanto, um imperativo para o capitalista individual, mas igualmente significa um desvio de seu motivo propulsor real: a apropriação do valor excedente.

Rosa afirma que, em qualquer modo de produção pertinente a uma economia de ordem pura ou predominantemente natural, seja em uma aldeia indiana na qual o comunismo agrário se prática, seja em uma vila romana servida de trabalho escravo, ou numa propriedade agrícola feudal da idade média, o conceito e a finalidade da reprodução mais ampla apenas se referem à quantidade do produto, ao volume dos objetos de consumo produzidos. O consumo como objetivo domina as proporções e o caráter tanto do processo de trabalho em particular, como da reprodução no geral.

Na forma econômica capitalista é diferente. A produção capitalista não é uma produção voltada para fins de consumo, mas para a produção de valor. As relações de valor dominam totalmente o processo de produção, assim como o de reprodução. Produção capitalista não é produção de objetos de consumo, nem de mercadorias simplesmente, mas uma produção de valor excedente. Em termos capitalistas, a reprodução ampliada significa, portanto, incremento de produção de mais-valia.

De acordo com a autora, a mais-valia - M- representa a soma ou total das mais-valias isoladas obtidas por todos os capitalistas individuais. Em qualquer sociedade, enfatiza, se realiza trabalho excedente, e mesmo na assim chamada sociedade socialista o mesmo terá que ser realizado. E isso num tríptico sentido: 1) como quantidade de trabalho para a manutenção dos não trabalhadores (incapacitados para o trabalho, crianças, idosos, defeituosos,

funcionários públicos e as assim chamadas profissões liberais, que não participam diretamente do trabalho produtivo); 2) como fundo securitário da sociedade para a cobertura de acidentes por fatores naturais que possam ameaçar o resultado anual da massa de produtos (más colheitas, incêndios florestais, enchentes); 3) como fundo de reserva para a ampliação da produção, seja em função do aumento da população, seja em consequência da maior demanda em função da elevação do nível cultural. A forma capitalista se expressa sob dois aspectos:

- 1) O trabalho excedente se apresenta realizável em mais-valia, ou sob a forma de mercadoria (excedente) realizável em dinheiro.
- 2) O trabalho excedente se apresenta como propriedade dos donos dos meios de produção, de não-trabalhadores.

Na reprodução ampliada parte da mais-valia é subtraída do consumo pessoal de seus proprietários não para ser entesourada, mas para ser acrescentada ao capital ativo, capitalizada. A fim de que essa capitalização se realize efetivamente é necessário, no entanto, que o novo capital adicional também encontre as condições materiais prévias para seu funcionamento, no produto excedente. O pressuposto geral da reprodução ampliada é o seguinte: quanto ao valor, o produto do departamento I é maior do que o capital constante dos dois departamentos juntos; o produto do departamento II, também quanto ao valor, é menor do que a soma dos capitais variáveis e da mais-valia dos dois departamentos.

Rosa, no capítulo VI, após ter exposto as condições da reprodução ampliada através de exemplos, afirma que o complicado problema da acumulação transformou-se em uma progressão esquemática de impressionante simplicidade, onde se pode continuar indefinidamente a cadeia de equações (nos moldes do livro II de Marx). É necessário apenas observar as seguintes regras:

Que ao aumento do capital constante do Departamento I corresponda determinado aumento de seu capital variável; este determina, por sua vez, de quanto é possível o aumento do capital constante do departamento II. Este último exige, por sua vez, que se lhe atribua um aumento correspondente do capital variável. Para finalizar, uma vez dada a dimensão do capital variável nos dois departamentos, sabe-se também quanto resta da quantia total de meios de consumo pessoal para o consumo da classe capitalista. É necessário, ainda, que a quantidade restante dos meios de consumo pessoal dos capitalistas coincida em valor com a parte da mais-valia não capitalizada nos dois departamentos.

Rosa a esta altura pergunta e conclui:

Não seria devido à facilidade de preencher o papel com equações matemáticas que o processo de acumulação pôde se apresentar isento de problemas indefinidamente? Em outras palavras, já é tempo de ir em busca das condições sociais concretas da acumulação. (LUXEMBURG, 1984a, p.67).

Por intermédio de exemplos, Rosa mostra que é o Departamento I que dirige o movimento cumulativo em seu todo, e que aí ele funciona ativamente, enquanto o Departamento II participa de modo passivo. Essa dependência encontra expressão na seguinte regra exata: a acumulação só pode ocorrer em ambos os departamentos ao mesmo tempo sob a condição de o departamento dos meios de consumo pessoal ampliar seu capital constante na medida exata e igual à da ampliação promovida pelos capitalistas do departamento dos meios de produção em seu capital variável e no respectivo fundo de consumo pessoal. Essa proporção é a base matemática do esquema de acumulação de Marx.

Rosa convida para que se teste a validade do esquema para a economia capitalista. Inicialmente coloca a questão: O que constitui o ponto de partida da acumulação?

Expõe que, sob esse ponto de vista, tem-se de analisar a dependência recíproca de ambos os departamentos de produção no processo da acumulação. O departamento II depende do departamento I, na medida em que sua acumulação se encontra ligada a uma quantidade correspondente de meios de produção adicionais disponíveis. Inversamente, a acumulação no departamento I está ligada a uma quantidade adicional correspondente de meios de consumo pessoal para mão-de-obra adicional. Mas daí não se conclui absolutamente que basta manter ambas as condições para que a acumulação nos dois departamentos possa processar-se de fato e completar-se, de ano para ano, de forma totalmente automática, como sugere o esquema de Marx. Assinala que na economia mercantil capitalista a intenção e os pré-requisitos técnicos não são suficientes por si. Para que efetivamente haja acumulação, ou seja, para que a produção se amplie, existe mais uma condição, a ampliação da demanda real e solvente de mercadorias. A que atribuir, então, essa demanda crescente e constante, sobre a qual se apóia a ampliação progressiva da produção no esquema de Marx?

Rosa afirma que a demanda crescente não pode provir dos próprios capitalistas dos Departamentos I e II, isto é, de seu consumo pessoal. Assinala que a base da acumulação é precisamente o não consumo da mais-valia por parte dos capitalistas. E questiona: Para quem é produzida essa outra parte acumulada da mais-valia? Segundo o esquema de Marx, o movimento parte do Departamento I, da produção dos meios de produção. Quem necessita de maior número desses meios de produção? Resposta do esquema: o Departamento II necessita

deles para poder fabricar maior número de meios de consumo pessoal. Mas quem precisa desses meios de subsistência adicionais? O esquema responde: o próprio departamento I, por empregar agora uma quantidade maior de trabalhadores. Entende que obviamente se está em um círculo vicioso. Elaborar uma maior quantidade de meios de consumo exclusivamente para sustentar um maior número de trabalhadores e fabricar mais meios de produção somente para empregar uma maior quantidade de trabalhadores é algo absurdo do ponto de vista do capitalista.

Segundo Rosa, a classe capitalista repassa ao conjunto da classe operária apenas um vale sobre uma parte bem limitada do produto total, no montante do capital variável. Quando, portanto, os trabalhadores compram meios de consumo pessoal, devolvem à classe capitalista somente a importância recebida dos salários, o vale, no valor do capital variável recebido (talvez um pouco menos, caso consigam poupar).

Parte da mais-valia, a própria classe capitalista consome sob a forma de meios de consumo pessoal e conserva no bolso o dinheiro trocado entre si para esse fim. Indaga Rosa novamente: Quem lhe compra, porém, a outra parte de seus produtos, na qual se corporifica a parte capitalizada da mais-valia? Responde o esquema: em parte são os próprios capitalistas, na medida em que fabricam novos meios de produção com vistas à ampliação da produção; em parte são os novos trabalhadores, que são necessários para o emprego daqueles meios de produção novos. Mas para que os novos trabalhadores possam trabalhar com novos meios de produção, é necessário que, do ponto de vista capitalista, haja de antemão uma razão para ampliar a produção, uma nova demanda de produtos que se deva elaborar.

Rosa examina se o crescimento da demanda não poderia vir do crescimento natural da população. Descarta esta possibilidade, pois na sociedade capitalista o problema é diferente. De que população se trata quando se fala de seu aumento? Segundo o esquema de Marx só conhecemos duas classes, os capitalistas e os operários. O crescimento da classe capitalista está incluído na grandeza absoluta crescente da parcela da mais-valia consumida. Esta classe não pode consumir a mais-valia totalmente, pois senão voltaria-se à reprodução simples. Restam os operários, mas o crescimento desta classe não significa nada para a economia capitalista.

Rosa afirma que, mesmo sob o domínio do capitalismo, a sociedade não se compõe apenas de capitalistas e de operários assalariados. Além dessas duas classes ainda existe uma grande massa populacional composta de proprietários fundiários, empregados, profissionais

liberais (médicos, advogados, artistas, cientistas); existe ainda a Igreja e seus servidores, o clero e, finalmente, o Estado, com os respectivos funcionários e os militares. Nenhuma dessas camadas da população pode ser incluída na categoria dos capitalistas ou dos operários assalariados. Elas, no entanto, têm de ser alimentadas e mantidas pela sociedade. Rosa questiona, então, se não deve ser dessas camadas a demanda que torna necessária a ampliação da produção. Entende que não. Os proprietários fundiários como consumidores de parte da mais-valia devem ser incluídos aparentemente na classe capitalista. Como a mais-valia é considerada aqui em sua forma primária indivisa, o consumo desses proprietários já é previsto e se encontra incluso no da classe capitalista. As profissões liberais recebem na maioria das vezes seus meios monetários, isto é, seus créditos sobre parte do produto social, direta ou indiretamente das mãos dos capitalistas, que os contemplam com pequenas parcelas da mais-valia. Dessa forma, como consumidores de mais-valia devem ser incluídos pelo consumo na classe capitalista. O mesmo vale para o clero, só que este retira parte dos seus meios também dos operários.

O Estado com seus funcionários e seus militares mantém-se pelos impostos, os quais se baseiam em mais-valia ou em salários. Assim, dentro dos limites impostos pelo esquema marxista só se conhecem duas fontes de renda: Salários e Mais-Valia. Para Rosa não se encontram na sociedade capitalista quaisquer prováveis compradores para as mercadorias que constituem o produto excedente, na qual a parte acumulada da mais-valia se encontra, resta somente um último recurso: o comércio exterior. Mas o comércio exterior, segundo Rosa, constituiria somente um subterfúgio, no sentido de transferir de um país para o outro a dificuldade sem, no entanto, resolvê-la.

Rosa lembra que a mais-valia tem, em qualquer caso, de passar para forma de dinheiro; tem de se desfazer primeiro da forma de mais produto (excedente) antes de aceitá-la novamente para fins de acumulação. Mas o que são e quem são os compradores do excedente de I e II? Para que a mais-valia de I e II se realize, é preciso que exista um mercado fora de I e II. Assim a mais-valia se encontraria convertida primeiramente apenas em dinheiro. Para que essa mais-valia realizada possa ser empregada ainda na ampliação da produção para a acumulação, é necessário que haja a perspectiva de um mercado futuro ainda maior e igualmente situado fora de I e de II. Esse mercado para o excedente (mais-produto) tem de crescer a cada ano acompanhando a taxa acumulada de mais-valia. Ou ao contrário, a acumulação só pode efetivar-se na medida em que o mercado cresce fora dos departamentos I e II.

Rosa no capítulo VII analisa as tentativas de solução das dificuldades propostas por Marx, anteriores a sua obra. Expõe que Marx analisou a fonte do dinheiro, em vista da demanda monetária necessária para transacionar o acréscimo do valor do produto, encontrando esta no processo de entesouramento e desentesouramento. Para que uns possam acumular é necessário que os tesouros de outro grupo sejam postos à disposição.

Conforme Rosa, é correto afirmar que os capitalistas A e B acumulam aos poucos um tesouro em dinheiro para poder renovar periodicamente seu capital constante (fixo) e que assim colaboram um com o outro na realização de seu produto. Mas esse tesouro que se acumula não cai do céu. Ele se constitui pela simples transferência gradual do valor do capital fixo para os produtos, transferência que se realiza unitariamente pela venda dos produtos. Dessa maneira, o tesouro acumulado será sempre apenas suficiente para a renovação de seu antigo capital, não podendo servir, em nenhuma hipótese, para adquirir capital constante adicional. Conclui que o entesouramento não ajuda a superar essa dificuldade, pois a colocação do problema não é correta. Uma vez que no problema da acumulação não se trata de saber de onde vem o dinheiro, mas de saber de onde vem a demanda do produto adicional resultante da mais-valia capitalizada. Na seção II passa à exposição histórica do problema da acumulação ou da realização da mais-valia que, segundo seu entendimento, ficou relegado a um segundo plano por Marx. Expõe o que denomina de três confrontos: o primeiro, as controvérsias entre Sismondi-Malthus e Say-Ricardo-MacCulloch; o segundo, a controvérsia entre Rodbertus e Von Kirchmann; e o terceiro o confronto entre Struve- Bulgakov-Tugan Baranovski contra Vorontsov e Nikolai-on. Não se analisa detidamente o pensamento dos autores avaliados por Rosa, mas alguns aspectos entendidos por eles como necessários para retratar o pensamento da autora.

Rosa inicialmente cita a seguinte crítica de Sismondi à sociedade capitalista em sua época:

A concorrência generalizada ou o desejo de produzir cada vez mais e por preços cada vez mais baixos é o sistema predominantemente na Inglaterra há muito tempo. Ataquei como perigoso esse sistema, um sistema que permitiu à Inglaterra fazer progressos enormes na indústria, no entanto, em seu curso, atirou os operários na mais terrível miséria.

[...]

Nesse País surpreendente e detentor de uma experiência que serve de modelo ao resto do mundo assisti ao crescimento da produção e à diminuição do consumo. Aí, parece que a massa do povo assim como os filósofos se esqueceram de que o aumento da riqueza não é o fim da Economia Política, senão o meio, da qual esta se utiliza para promover a felicidade de todos. Procurei essa felicidade em todas as classes, mas não consegui encontrá-la em nenhum lugar. De fato, a alta aristocracia inglesa alcançou um grau de riqueza e luxo que ultrapassa tudo o que já se viu entre

os outros povos. No entanto, ela não parece tirar proveito dessa abundância aparentemente adquirida à custa das outras classes. Falta-lhe a segurança: e essa privação é mais marcante em cada lar que a abundância.

[...]

Por outro lado, apesar de sua gigantesca expansão, esse comércio não se encontra em situação de oferecer trabalho para os jovens, todos os postos estão ocupados; tanto nas camadas altas da sociedade quanto nas baixas, a maior parte se oferece inutilmente para trabalhar, sem conseguir o trabalho desejado. (SISMONDI, 1819 apud LUXEMBURG, 1984a, p.110-111).

Rosa diz que, para Sismondi, os males de sua época estavam na desproporção entre a produção capitalista e a distribuição de renda que ela determina, pois segundo o autor:

Como no patrimônio público o capital de um se transforma em renda de outro, os economistas encontram dificuldades em decidir o que seria capital e o que seria renda. Por isso, acharam mais fácil deixar fora de seus cálculos por completo a renda. Deixando de determinar uma quantidade tão importante, Say e Ricardo passaram a crer que o consumo constitui um poder ilimitado ou, pelo menos, que seus limites são determinados exclusivamente pela produção, quando, na verdade, o consumo é limitado pela renda. Eles achavam que qualquer riqueza produzida encontraria sempre compradores e incentivaram os produtores a abarrotarem os mercados com a super oferta que hoje constitui a miséria do mundo civilizado, em vez de adverti-los de que só poderiam contar com os consumidores que tivessem renda. (SISMONDI, 1819 apud LUXEMBURG, 1984a, p.113).

Sismondi se dedicará a distinguir o que é renda e o que é capital. Explicará que toda a riqueza é produto do trabalho. Como a renda é parte da riqueza deve ter a mesma origem. No entanto existiria o costume de reconhecer a existência de três tipos de renda que se denominam renda da terra, do capital acumulado e do trabalho. Rosa, no mesmo sentido do exposto por Marx (na crítica ao programa de Ghotá, por exemplo), lembra que nem toda a riqueza é simples produto do trabalho, mas também é fruto da natureza que fornece a matéria e o apoio para o trabalho humano. A renda, ao contrário, constitui um conceito de valor, a dimensão da disponibilidade ou do acesso, por parte dos indivíduos, com referência a sua parte da riqueza ou do produto social total.

Sismondi considera a origem do excedente e dos três tipos de renda a partir da produtividade:

Graças ao progresso da indústria e da ciência, que submeteu as forças da natureza ao homem, todo o operário pode produzir a cada dia cada vez mais do que necessita para seu consumo. (SISMONDI, 1819 apud LUXEMBURG, 1984a, p.114).

Sismondi após ter destacado a origem do excedente ressalta a verdadeira razão da exploração:

Em geral o trabalhador não pode conservar a propriedade da terra; a terra tem, no entanto, uma força produtiva que o trabalho humano contentou-se em regular segundo as necessidades do homem. Quem possui a terra na qual o trabalho se realiza retém, para si, como gratificação pelas vantagens que são devidas a essas forças produtivas, parte dos frutos do trabalho em cuja produção sua terra participou.

[...]

No atual estado da civilização, o operário não teve condições de garantir em sua posse uma reserva satisfatória dos objetos de consumo de que necessita no período que se estende entre o momento no qual termina a execução de seu trabalho e o momento em que ele encontra um comprador para o objeto feito. Ele já não possui as matérias-primas necessárias a execução de seu trabalho, vindas de muito longe. Menos ainda ele possui as máquinas tão preciosas que facilitaram seu trabalho e o tornaram infinitivamente mais produtivo. O rico que possui esses alimentos, as matérias-primas e as máquinas, pode abster-se de trabalhar, já que em determinado sentido ele é o senhor do trabalho ao qual oferece os meios de execução. Em troca dessas vantagens que coloca à disposição do operário, ele cobra antecipadamente a parte maior dos frutos do trabalho. (SISMONDI, 1819 apud LUXEMBURG, 1984a, p. 114).

Rosa considera que a análise de Sismondi leva a que se destaque três pontos. Primeiro, que a produtividade do trabalho permite a exploração do trabalhador pelo não trabalhador; segundo, que a dissociação do trabalhador dos meios de produção faz da exploração dos operários o fundamento objetivo da distribuição de renda; e terceiro, que quando procura explicar o que é renda e o que é capital Sismondi se perde, pois identifica os meios de produção com o capital. Rosa assinala que os meios de produção não são em si mesmos capitais; só podem sê-lo sob condições históricas bem determinadas; e ainda, que os meios de produção não esgotam o conceito de capital. Na sociedade capitalista, os meios de produção apenas constituem parte do capital, a saber, o capital constante.

Assim, segundo Rosa, Sismondi ao pressentir que os meios de produção sozinhos não garantem nem a produção, nem a exploração, percebe que a exploração decorre da troca que se estabelece com o trabalho vivo. E, tendo antes reduzido o capital a capital constante, vai reduzi-lo imediatamente, a seguir, a capital variável. Assim, a parte capitalizada da mais-valia é integralmente transformada em salários para novos trabalhadores. Rosa transcreve a parte onde Sismondi deixa claro esta visão:

O rico cuida do bem-estar do pobre quando poupa sua renda e a acrescenta ao próprio capital, pois, encarregando-se da divisão do produto anual, ele guarda para seu consumo tudo aquilo que chama de renda e deixa para os pobres, ao contrário, tudo que chama de capital. (SISMONDI, 1819 apud LUXEMBURG, 1984a, p.116).

Rosa afirma que Sismondi não escapa ao dogma Smithiano segundo o qual os preços das mercadorias se decompõem em $V+M$ ou, em outras palavras, o produto total é constituído exclusivamente de meios de consumo (para operários e capitalistas):

A produção anual total é consumida anualmente, mas como isso, em parte, se processa por meio do operário, que dá seu trabalho em troca, ela se transforma em capital (variável) e volta a produzir; a outra parte é gasta pelos capitalistas, que dão em troca sua renda [...] A totalidade da renda anual é destinada à troca pela totalidade da produção anual. (SISMONDI, 1819 apud LUXEMBURG, 1984a, p.118-119).

Rosa então pergunta: Como pode a acumulação ocorrer sob esses pressupostos? Quem vai comprar o produto excedente no caso de uma reprodução, uma vez que a demanda social total representa a soma de salários dos operários e do consumo pessoal dos capitalistas?

Sismondi formula a impossibilidade da acumulação nos seguintes termos:

Depois de tudo isso, é necessário que se diga que nunca é possível trocar a totalidade da produção de um ano (na reprodução ampliada) pela totalidade da do ano anterior. Quando a produção cresce gradativamente e progressivamente, todo o ano a troca deve causar uma pequena perda, prejuízo que simultaneamente representa um abono para o futuro. (SISMONDI, 1819 apud LUXEMBURG, 1984a p. 119).

Como diz Rosa, todo o ano a acumulação deve produzir um excedente invendável. Sismondi discute a questão se, na sociedade, a capacidade de consumir cresce juntamente com a capacidade de produzir. Destaca a depressão geral que se faz sentir em sua época. E que existem duas explicações diametralmente opostas:

Vocês trabalham demais, dizem uns; não trabalham o suficiente, dizem outros. Segundo os primeiros o equilíbrio só se restabelece e a paz e o bem-estar só voltarão quando vocês tiverem utilizado o excedente todo, o excedente encalhado que preocupa o mercado; dizem os outros que, quando no futuro vocês se orientarem pela demanda dos compradores, o equilíbrio só se dará se vocês duplicarem seus esforços no armazenamento e na reprodução. Vocês se equivocam quando pensam que nossos mercados estão saturados. Somente metade das lojas estão cheias, lotemos a outra metade; essas novas riquezas serão trocadas uma pelas outras, injetando nova vida ao mercado. (SISMONDI, 1819 apud LUXEMBURG, 1984a, p.122).

Rosa expõe que a terceira controvérsia sobre a questão da acumulação se desenrolou na Rússia dos anos de 1880 a meados de 1890. Assinala que a situação da Rússia era diferente do quadro que se configurava na Europa Ocidental. Enquanto na Europa Ocidental havia uma tendência ascensional e promissora da classe operária em sua ação sindical e política, a Rússia vivia um período de crise interna. A grande indústria só instala-se na Rússia em consequência da alta proteção alfandegária.

Rosa afirma que já era de domínio público na Rússia culta a análise marxista (inclusive circulava o volume II de *O Capital*), e o problema das crises já não se sobrepunha como nos casos anteriores, ao que entende como o centro da questão. Diz que pela primeira vez a questão da reprodução do capital total se colocara em sua forma pura no centro da discussão. Essa análise não se perdia como antes em tentativas isoladas de recorrência aos conceitos de renda e capital, de capital individual e total. Ela se apoiava neste momento no esquema

marxista da reprodução total. Nessa época, nessas condições, há o confronto entre os populistas russos e os marxistas sobre a possibilidade do capitalismo na Rússia. Rosa se interessa sobre as possibilidades gerais do desenvolvimento do capitalismo e passa a analisar o debate que se travou nesse torneio.

Rosa, no capítulo XIX - O “Excedente do Sr. Vorontsov”, analisa a obra do referido autor; expõe que Vorontsov duvida que o modo capitalista possa se apoderar de toda a produção russa. Vorontsov acredita que os produtos da indústria capitalista vêm ao mercado com o objetivo de realizar a mais-valia que neles existe, se pergunta, que mais-valia é essa que só interessa ao capitalista? E responde:

Do ponto de vista que nós focalizamos o problema, a referida mais-valia é o excesso da produção em relação ao consumo interno do país. O trabalhador produz tanto mais quanto mais ele mesmo consome; e todo esse excedente se acumula em poucas mãos; os donos desses excedentes os consomem pessoalmente, ou os trocam, quaisquer que sejam suas finalidades, por diferentes meios de consumo no país e no exterior; mas por mais que comam, bebam e dancem - não conseguem dilapidar inteiramente toda a mais-valia; sobra um resto considerável, que não podendo ser trocado por outros produtos, precisa, no entanto, ser passado adiante, transformado em dinheiro, caso contrário terá sido desperdiçado. E já que ninguém mais no país existe que possa absorver esse resto, é necessário exportá-lo e essa é a razão por que qualquer país que se capitaliza não pode subsistir sem mercado externo. (VORONTSOV, 1893 apud LUXEMBURG, 1984a, p.186).

Vorontsov discorre sobre o excedente, expondo o que Rosa entende como a raiz do problema:

Verifica-se dessa maneira que na base de um rígido desenvolvimento lógico das idéias da Economia Política burguesa o destino do excedente de mercadorias no mercado é o mesmo do lucro capitalista. Essa circunstância nos autoriza concluir que os dois fenômenos se encontram em mútua dependência, ou que a possibilidade de um é determinada pela existência de outro. De fato: enquanto não existe lucro, também não existe excedente de mercadorias- a situação é outra quando no país se formam lucros. Estes não se encontram em correlação orgânica nenhuma com a produção; são um fenômeno que não se liga à última pelas condições técnico-naturais, mas por sua forma externa, social. Para que possa continuar, a produção só necessita de matérias-primas, de ferramentas e de meios de consumo para os trabalhadores; por isso consome apenas a parte correspondente do produto; o excedente, no entanto, que constitui o lucro e que não encontra, para si, nenhum lugar no elemento constante da vida industrial (na produção), tem de sair em busca de outros consumidores que não estejam ligados organicamente à produção, consumidores que até certo ponto são puramente ocasionais. É possível que esse excedente encontre os referidos consumidores, mas também é possível que não os encontre em quantidade necessária; teremos, então, no mercado, um excedente de mercadorias. (VORONTSOV, 1895 apud LUXEMBURG, 1984a, p.188).

No capítulo XX de *A Acumulação*, Rosa analisa o pensamento de Nikolai-on. O referido autor destacará que, para o modo de produção capitalista, o mercado de venda tem

importância decisiva. Por isso toda nação capitalista procura assegurar o maior mercado para si. Naturalmente ela recorre antes de tudo ao próprio mercado interno. Mas, ao alcançar certo grau de desenvolvimento, o mercado interno já não bastará à nação capitalista pelos seguintes motivos: o novo produto anual total pode ser dividido em duas partes - uma parte que os operários recebem sob a forma de salários e a outra da qual os capitalistas se apropriam. A primeira parte só consegue retirar de circulação determinada quantidade de gêneros de primeira necessidade, que corresponde, em termos de valor, à soma dos salários pagos no país. A classe dos capitalistas também não consegue realizar integralmente o novo produto produzido. Por maiores que sejam as necessidades de consumo dessa classe, ela não pode consumir pessoalmente todo o excedente anual pelas razões seguintes: primeiro porque parte dele tem de ser empregada na ampliação da produção para o aperfeiçoamento técnico, o que se impõe a todo empresário isolado em virtude da concorrência, como condição de sua existência; segundo, porque com o crescimento da população capitalista também cresce o ramo que cuida da produção dos meios de produção, como mineração, a indústria mecânica etc., cujos produtos excluem de antemão o consumo pessoal por sua forma; terceiro, porque a maior produtividade do trabalho e a economia de capital, possível de se obter na produção em massa de mercadorias baratas, orientam a produção cada vez mais para esses produtos de massa que não podem ser consumidos pelos capitalistas apenas. Nikolai-on adverte:

:

Dessa forma vemos que, assim como o produto de qualquer fábrica ultrapassa as necessidades do empresário e dos operários empregados, assim também o produto total de uma nação capitalista ultrapassa de longe as necessidades de toda a população industrial ativa, isso porque se trata exatamente de uma nação capitalista, ou seja, porque a distribuição de suas forças sociais não visa à satisfação das necessidades reais da população, mas simplesmente à satisfação das necessidades remuneráveis. Assim como um fabricante isolado também não pode existir, sequer um dia, como capitalista (caso seu mercado se limitasse exclusivamente às necessidades de seus operários e às próprias), uma nação capitalista desenvolvida da mesma forma não poderia satisfazer-se com seu mercado interno. (NIKOLAI-ON, 1891 apud LUXEMBURG, 1984a, p.192).

Nikolai-on defende que, uma vez satisfeito o mercado interno, o país deverá se voltar para o mercado externo, mas como este já está tomado pelas nações capitalistas desenvolvidas, o capitalismo no caso da Rússia não teria futuro (o que se aplicaria a qualquer país que tendo se desenvolvido tardiamente encontre o mercado externo dominado por outros países).

Rosa, no capítulo XXI - As terceiras Pessoas e os três reinos de Struve -, assinala que este autor procura demonstrar em relação à Vorontsov e Nikolai-on que o capitalismo não reduz, pelo contrário amplia seu mercado interno.

Struve (1894) apud Rosa (1984a) afirma que o erro que Nikolai-on assume com Sismondi é que ambos descrevem tão-somente um único aspecto do processo capitalista de destruição das tradicionais formas de produção da pequena empresa. Ou seja, eles só viam o rebaixamento do padrão de vida resultante do processo, o empobrecimento de largas faixas populacionais. Não percebiam o significado do outro aspecto, do aspecto econômico desse processo: a eliminação da economia natural, substituída, no campo, pela economia mercantil. Isso quer dizer, por sua vez, que, mediante a inclusão progressiva de novos círculos de produtores antes isolados e independentes em seu domínio, o capitalismo transforma novas camadas em compradores de suas mercadorias, que antes não eram. A marcha do desenvolvimento capitalista, portanto, é diametralmente oposta ao quadro descrito pelos populistas que seguem o modelo de Sismondi. O capitalismo não destrói seu mercado interno; ele o cria pela expansão da economia monetária.

Struve rejeita a teoria de Vorontsov de que uma sociedade capitalista desenvolvida compõe-se exclusivamente de empresários e de operários. Rejeita, também, a teoria de Nikolai-on, pois este opera com a mesma hipótese. Struve entende que, sob este ponto de vista, a realização do produto total capitalista não pode ser compreendida. Não existe nenhuma sociedade capitalista, por mais desenvolvida que seja, que se constitua somente de empresários e de operários. Portanto as “terceiras pessoas” auxiliam por meio de seu consumo na realização da mais-valia na medida em que esta não é consumida pelos empresários. Segundo Rosa, Struve deixa em aberto se o consumo destas terceiras pessoas basta para a realização da mais-valia. Rosa afirma que as terceiras pessoas não serviriam para nada, pois essas terceiras pessoas, que certamente existem em qualquer sociedade capitalista, são economicamente, no geral, co-participantes do consumo da mais-valia ou co-participantes no consumo do salário.

Rosa, no capítulo XXIII A “desproporcionalidade” do Sr. Tugan – Baranovski, expõe que a principal conclusão geral a que chegou este autor, com base nas teses de Marx, é a de que a acumulação capitalista - ao contrário do que supunham os cétricos - não seria apenas possível, sob as formas capitalistas da renda e de consumo; seria inclusive absolutamente independente da renda e do consumo. O melhor mercado da produção não é o consumo, mas a própria produção. Por isso, a produção e o mercado se identificam. Como a ampliação da produção é, em si mesma, ilimitada, a capacidade de absorção de seus produtos, o mercado,

também não teria limites. Rosa cita diversas passagens dos ensaios sobre *Teoria e História das Crises Comerciais na Inglaterra de Tugan-Baranovski*, a saber:

A evidência dos esquemas apresentados [...] teria de ser comprovado pelo princípio básico e muito simples de que a produção capitalista cria um mercado para si mesma, princípio que é facilmente posto em dúvida quando não tem uma compreensão satisfatória do processo de reprodução do capital social. Sendo possível ampliar a produção social e havendo as forças produtivas necessárias para garanti-la, então, no caso de existir uma divisão proporcional da produção social, a demanda deverá experimentar também uma ampliação correspondente, pois nessas circunstâncias **cada nova mercadoria** que é produzida representa **novo poder de compra** para a aquisição de novas mercadorias. Comparando-se a reprodução simples do capital social com a respectiva reprodução ampliada pode-se tirar a importantíssima conclusão de que, na economia capitalista, a demanda de mercadorias independe, em certo sentido, do volume total do consumo social: O volume total do consumo social pode diminuir enquanto, ao mesmo tempo, cresce a demanda social total por mercadorias, por mais absurdo que isso possa parecer ao senso comum. (BARANOVSKI, 1901 apud LUXEMBURG, 1984a, p. 211, grifo nosso).

E prossegue:

É falsa a opinião corrente compartilhada por Marx (até certo ponto), de que a miséria dos trabalhadores, ou seja, da grande maioria da população, torna impossível uma realização dos produtos da produção capitalista, dessa produção em expansão constante, por falta de demanda. Vimos que a **produção capitalista** cria um mercado para si mesma; mas o consumo é somente um aspecto dessa produção. Se a produção social fosse organizada e obedecesse a um plano, ou se os dirigentes da produção tivessem um conhecimento perfeito da demanda e tivessem o poder de transferir livremente o trabalho e o capital de um ramo de produção para outro, a oferta de mercadorias não ultrapassaria a demanda, por menor que fosse o consumo social. (BARANOVSKI, 1901 apud LUXEMBURG, 1984a, p. 212).

Por fim transcreve a marcha da acumulação capitalista descrita por Tugan:

Que produziriam [...] os operários [...] em uma divisão proporcional da produção? Produziriam evidentemente os próprios meios de subsistência e de produção. Para que serviriam? Para a ampliação da produção no segundo ano. Para a produção de que produtos? Novamente para a produção de meios de produção e de subsistência dos operários - e assim ad infinitum. (BARANOVSKI, 1901 apud LUXEMBURG, 1984a, p. 212).

Rosa diz que a demonstração de Tugan consiste exclusivamente no esquema marxista de reprodução ampliada. No esquema de Marx, a acumulação, a produção, a realização, a troca e a reprodução se desenvolvem em perfeita ordem.

Na seção III, após examinar o exposto por seus antecessores sobre o problema da realização, Rosa passa a analisar as contradições do esquema de reprodução ampliada. Afirma que o esquema de acumulação de Marx não oferece nenhuma resposta à questão do

destinatário, ou seja, da pessoa para quem se realiza efetivamente a acumulação. A questão que se coloca é a seguinte: Para quem produzem os capitalistas quando não consomem ou se abstêm, ou seja, quando acumulam? Não existe razão para afirmar que o objetivo da acumulação ininterrupta seja a manutenção de um contingente maior de operários. O consumo dos operários é uma consequência da acumulação, jamais seu fim ou pressuposto.

Os operários, de qualquer forma, não podem consumir acima do capital variável. Quem realiza a mais-valia que cresce sem parar? O esquema responde: são os capitalistas. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: usam-na para ampliar sua produção cada vez mais. Esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à própria ampliação da produção. Rosa afirma que nos esquemas de Marx a ampliação da produção só pode e só deve ser compreendida com fundamento em uma base técnica, na qual toda a mais-valia produzida nos dois departamentos encontra aplicação, devendo-se ter em mira, ainda, que os dois departamentos só podem ter acesso aos respectivos elementos de produção por troca recíproca. Dessa forma, a respectiva distribuição da mais-valia capitalizável entre capital constante e variável, assim como a distribuição dos meios adicionais de produção e de consumo (dos trabalhadores) entre os departamentos I e II já são predeterminadas pelas relações materiais e de valor entre ambos os departamentos do esquema.

Rosa afirma que o esquema nega a concepção marxista do processo global capitalista bem como a forma de seu desenvolvimento que Marx descreve no Volume III de *O Capital*. A idéia básica dessa concepção é a contradição imanente que existe entre a capacidade de expansão limitada do consumo social, dentro das condições capitalistas de distribuição.

Pois, Marx havia exposto:

As condições da exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Elas não coincidem espacial e temporalmente, nem conceitualmente. Umas são limitadas apenas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos vários ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, porém, determinada pela capacidade absoluta de produção, nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo que existe com base em condições antagônicas de distribuição, as quais reduzem o consumo da grande massa social a um mínimo entre limites de variação mais ou menos restritos.

[...]

A contradição interna procura equacionar-se mediante a ampliação do campo externo de produção. Mas, quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em contradição com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo. Sobre essa base contraditória, não constitui nenhuma contradição associar excesso de capital com excesso crescente de população, pois, se a junção de ambos aumentaria a massa de mais-valia produzida, dessa maneira iria crescer também, a contradição entre as condições de produção da mais-valia e as de sua realização. (MARX, 1894 apud LUXEMBURG, 1984b, p. 14-15).

Mas, conforme identifica Rosa, no esquema não existe nenhuma contradição imanente, mas, pelo contrário, existe uma identidade imanente. No esquema, a mais-valia vem ao mundo de antemão, em sua forma natural (o excedente) e adequada exclusivamente às necessidades da acumulação. Ela já sai do local de produção como capital adicional. Com isso impõe-se a possibilidade de sua realização, que é inerente ao próprio impulso de acumulação dos capitalistas. A realização da mais-valia e sua acumulação constituem, no caso, aspectos de um mesmo processo; são conceitualmente idênticas. Para o processo de reprodução, tal qual o esquema o descreve, a capacidade de consumo da sociedade não constitui, portanto, nenhum limite imposto à produção. Nele a ampliação da produção prossegue automaticamente, ano após ano, sem que a capacidade de consumo da sociedade supere suas “condições antagônicas de distribuição”.

A autora acredita que, de acordo com o esquema do volume II, a qual se limita Tugan, o mercado é evidentemente idêntico à produção. Ampliar o mercado significa, nesse particular, o mesmo que ampliar a produção, uma vez que a produção aqui revela constituir seu próprio mercado exclusivo. Quanto mais mais-valia em sua forma natural de capital é extraída, mais se pode acumular, e quanto mais se acumula, mais mais-valia pode assumir a forma de capital - sua forma natural - e realizar-se. O esquema exclui, porém, a contradição entre as capacidades de produção e de consumo da sociedade capitalista.

Rosa afirma que o esquema marxista da reprodução ampliada não consegue explicar o processo de acumulação da maneira como ele realmente ocorre e como se impõe historicamente. Qual a razão? Devido justamente aos próprios pressupostos do esquema. Esse esquema procura descrever o processo de acumulação partindo do pressuposto de que os capitalistas e operários são os únicos representantes do consumo social. Rosa acredita que Marx pressupõe em sua análise duas classes sociais, a dos capitalistas e a dos trabalhadores, sendo que todas as “terceiras pessoas” da sociedade capitalista (funcionários, profissionais liberais, clérigos) devem ser acrescentadas, como consumidores, a essas duas classes, de preferência a dos capitalistas. Como se configura a reprodução quando uma parte crescente da mais-valia não é consumida pelos capitalistas, mas é empregada na ampliação da produção? Exclui-se o consumo do produto social por parte dos operários e dos capitalistas. Os operários e os capitalistas apenas podem realizar o capital variável, a parte gasta do capital constante e a parte consumida da mais-valia, mas, ao fazê-lo, só asseguram as condições para a renovação da produção dentro das dimensões anteriores. A realização de mais-valia para fins de

acumulação em uma sociedade composta só por operários e capitalistas é, portanto, um problema sem solução.

Para Rosa é a análise global da reprodução simples em Marx, com suas contradições internas e a evolução das mesmas, que contém uma solução para o problema da acumulação, oferecendo, assim, a possibilidade de se complementarem as insuficiências do esquema. Afirma Rosa:

O próprio esquema da reprodução ampliada, depois de examinado mais de perto, nos aponta em todos os sentidos, e transcendendo as próprias relações, para relações que se situam fora da produção capitalista e da acumulação. Até agora só consideramos a reprodução ampliada de um único ponto de vista, ou seja, a partir desta pergunta: como se realiza a mais-valia? Foi essa a dificuldade com a qual unicamente se ocuparam os cétricos até o momento. A realização da mais-valia é, de fato, a questão vital da acumulação capitalista. Prescindindo-se do fundo de consumo dos capitalistas, por uma questão de simplicidade, a realização da mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista. Referimo-nos a compradores, não a consumidores. (LUXEMBURG, 1994b, p.19).

Para Rosa, o aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista. Afirma que a mais-valia, o excedente, conforme o esquema de Marx, vem ao mundo, de imediato, já dividida em elementos materiais destinados à capitalização, segundo a divisão proporcional em meios de produção e meios de subsistência para os trabalhadores, correspondendo à ampliação da produção em determinada base técnica. Afirma que essa concepção se estrutura dentro de uma visão de auto-suficiência e de isolamento da produção capitalista; falha, na realização da mais-valia.

Se se considera, de acordo com Rosa, que a mais-valia se realiza fora da produção capitalista, poder-se-á deduzir daí que sua forma material não tem nada a ver com as necessidades da produção capitalista em si mesma. Sua forma material corresponderá às necessidades daqueles círculos não capitalistas, que auxiliam na realização desta. O excedente (a mais-valia) capitalista pode vir ao mundo, então, sob a forma de meios de consumo, por exemplo, tecidos de algodão, ou sob a forma de meios de produção, material ferroviário. Assinala que a mais-valia realizada sob a forma de produtos de um departamento auxilia a realização da mais-valia de outro departamento (devido à ampliação daí resultante) e isto não modifica em nada o fato de a mais-valia social, como um todo, realizar-se em parte diretamente, em parte indiretamente, fora de ambos os departamentos. Esse fato é semelhante

àquele em que um capitalista individual, ao realizar toda a sua mais-valia, apenas repõe o capital variável ou o capital constante de outro capitalista.

Rosa acredita, no entanto, que a reprodução da mais-valia não é o único elemento que importa na reprodução. Supõe, além disso, que o capitalista tem em vista nova ampliação do mercado externo naqueles círculos. Afirma que existe uma segunda condição da acumulação, ou seja, a necessidade de encontrar os elementos materiais correspondentes e necessários à ampliação da produção. Neste momento destacará que não existe nada que obrigue a admitir que todos os meios de produção exigidos e os meios de consumo resultantes devam ser fabricados de modo capitalista. Conforme relata, essa hipótese existe de fato e serve de base ao esquema de acumulação de Marx, mas não corresponde nem a práxis cotidiana, nem a história do capital, nem mesmo ao caráter específico desse modo de produção. Exemplifica afirmando que na primeira metade do século XIX a maior parte do excedente (da mais-valia) surgiu na Inglaterra, do processo de produção e sob a forma de tecidos de algodão. Os elementos materiais de sua capitalização eram representados, porém, pelo algodão que vinha dos estados escravistas da América ou dos cereais (meios de subsistência para os operários ingleses) vindos dos campos da Rússia feudal, cereais que eram excedentes, mas de maneira alguma mais-valia capitalista.

Segundo Rosa, nada impede de supor também que uma parte do capital constante e uma do capital variável dos respectivos departamentos se realizem fora de círculos capitalistas. A ampliação da produção assim como, em parte, a própria renovação dos elementos produtivos gastos podem realizar-se em sua forma material, por meio de produtos oriundos de círculos não capitalistas.

Rosa mostra, no entanto, que pelo menos a mais-valia a capitalizar e a respectiva parte que lhe corresponde na massa de produtos de cunho capitalista (no excedente) não podem ser realizadas no âmbito capitalista, tendo forçosamente de buscar seus compradores fora dessa área, em camadas sociais e formas de sociedade que produzam utilizando métodos não capitalistas. Assim, existem, entre cada período produtivo (quando a mais-valia é produzida) e a acumulação que o sucede (na qual a mais-valia é capitalizada), duas transações distintas, ou seja, a transformação da mais-valia em sua forma pura de valor e a realização e a transformação dessa forma pura de valor em forma produtiva de capital, transações que ocorrem entre a produção capitalista e o mundo não capitalista que a circunda.

Rosa afirma que o capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda a parte, para o desenvolvimento pleno da acumulação. Afirma que existe a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades, mas que em si a produção capitalista já estaria bem-servida de meios de produção. Com a realização da mais-valia o caso é diferente. Esta se encontra ligada, de antemão, a produtores e consumidores não capitalistas. A existência de compradores não capitalistas da mais-valia é, portanto, a condição vital para o capital e para sua acumulação e constitui, dessa forma o aspecto decisivo do problema da acumulação do capital.

Rosa pondera que, do ponto de vista da produção capitalista, o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. Argumenta que no intercâmbio capitalista interno pode-se, no melhor dos casos, realizar apenas determinadas partes do produto social total: o capital constante utilizado, o capital variável e a parte consumida da mais-valia. Em contrapartida, a parte da mais-valia que é destinada à capitalização tem de ser realizada “externamente”. Apesar de a capitalização da mais-valia ser o objetivo específico e a mola propulsora da produção, a renovação dos capitais constante e variável (assim como da parte consumível da mais-valia) constitui a base ampla e pré-condição da produção.

Rosa acredita que o capitalismo para existir e poder desenvolver-se necessita de um meio ambiente constituído de formas não capitalistas de produção. Mas não de qualquer forma. Ele necessita de camadas sociais não capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. Discorre que as formas de produção da economia natural de nada servem, no entanto, ao capital para a realização de qualquer um desses fins. Afirma que o capitalismo procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a deparar-se: luta contra a escravidão, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e contra a economia camponesa patriarcal. Os métodos da luta são a violência, a pressão fiscal do estado e o barateamento das mercadorias, que ora caminham juntas, ora se sucedem ou se apóiam reciprocamente.

O capitalismo combate e suprime, onde pode, a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada da agricultura com o artesanato; implanta em seu lugar a economia mercantil para vender sua própria mais-valia. A produção mercantil é a forma geral, que permite ao capitalismo desenvolver-se. Uma vez expandida a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, inicia-se a luta do capital contra esta última. O capitalismo passa a concorrer com a economia mercantil; após dar-lhe vida, disputa seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado. Seu objetivo inicial, conforme Rosa, era isolar os produtores, desligá-los da proteção da comunidade, separar, depois, a agricultura do artesanato, e separar, por fim, os pequenos produtores mercantis de seus meios de produção. O resultado geral da luta entre o capitalismo e economia mercantil simples é o seguinte: depois de o capital ter substituído a economia natural pela economia mercantil simples, ele mesmo vai tomar o lugar desta última. Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas; necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção.

O processo de acumulação tende sempre, como se ressaltou, a substituir a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista, como modo único e exclusivo de produção, ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final, que continua sendo uma simples construção teórica, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista.

Exposto o pensamento de Rosa, examinam-se as inconsistências e as deficiências teóricas apresentadas. Rosa não percebe que, para vender mais e aumentar seu lucro, um capitalista não precisa vender suas mercadorias para terceiros pessoas, ele pode conseguir seu objetivo vendendo suas mercadorias para outros capitalistas. Ou colocando a questão em termos globais, os capitalistas podem realizar um volume crescente de mais-valia vendendo entre si suas mercadorias e, deste modo, eles mesmos criam uma demanda crescente para seus produtos e estimulam a acumulação de capital.

Outro aspecto a considerar é que o papel dos mercados externos na realização da mais-valia é muito menos importante do que pensava Rosa, porque o que conta não é o valor total das vendas para estes mercados, mas sim o saldo das vendas em relação às compras. Ou seja, quando um país exporta mercadorias para outro país, ele está realizando, no exterior, uma parte de sua produção interna que corresponde também a uma parcela da mais-valia criada. Quando um país importa mercadorias, tem-se uma situação inversa; isto significa que esse país está utilizando uma parte de seu poder de compra, criado internamente, para a aquisição de produtos do exterior; ou seja, o valor total da importação é igual ao valor que o país importador deixa de realizar de sua própria produção, de sua própria mais-valia. Assim, considerando as duas direções do fluxo total de comércio exterior, um país só realiza externamente uma parte de sua mais-valia se o valor total de suas exportações for superior ao valor total de suas importações; em suma, se houver um saldo de exportação¹.

Rosa, além disso, considera de forma estática, como se fosse reprodução simples, a desproporção entre a magnitude do valor novo criado pelos operários e o total, quando, na verdade, à medida que acumulação progride uma parte da mais-valia acumulada é empregada para ocupar força de trabalho adicional. Os novos operários ajudarão a realizar, com os gastos em salários, a mais-valia criada no período anterior.

O mérito de Rosa, no âmbito do pensamento marxista, embora suas imprecisões, foi ter defendido firmemente a idéia fundamental de Marx, da existência de um limite econômico absoluto para o posterior avanço do modo de produção capitalista. Rosa se opõe ao entendimento neo-harmonicista, decorrente de determinada interpretação dos esquemas de reprodução de Marx, e suas conseqüências políticas. Ou seja, de que o capitalismo poderia prosperar sem percalços.

Na verdade Rosa entendia que o esquema de reprodução de Marx resulta na possibilidade ilimitada *ad infinitum*, que Tugan e Hilferding deduziram a partir do esquema. E, portanto, ao procurar se colocar contra a interpretação harmonicista a partir do esquema de reprodução de Marx comete diversos equívocos, pois o esquema trata de condições hipotéticas do equilíbrio da reprodução ampliada, mantendo constantes as condições de

¹ A venda ao exterior pode viabilizar o pagamento dos meios de subsistência aos operários, pois o excesso de mercadorias do mercado interno ao ser comercializado adquire uma nova forma, dinheiro que pode ser utilizado, por exemplo, na importação de meios de subsistência, sendo que seu possuidor pode colocá-lo à disposição do consumo dos trabalhadores, com a transformação simultânea em capital. Para que a exportação ajude a realizar a mais-valia necessita, então, que as exportações sejam maiores que as importações.

produção. No mundo capitalista real, tem-se que a acumulação e a reprodução são realizadas com o aumento da composição orgânica e com o aumento da taxa de mais-valia relativa, sendo que os esquemas de reprodução consideram a composição orgânica e a mais-valia constantes. Ou seja, os esquemas retratam uma expansão quantitativa com base técnica dada (intervalos nas qual a acumulação opera como mero alargamento da produção).

5.1.2 Lênin e a Realização da Produção e do Valor Excedente.

Lênin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* questiona: Como se realiza a mais-valia? Afirma que os economistas (populistas na Rússia) chegam à conclusão de que, para resolver a dificuldade posta pela realização da mais-valia, é necessário a conquista de um mercado externo. Assim, para estes, teria-se a redução do mercado interno como resultado da ruína do campesinato, e como o mercado externo é inacessível a um país jovem que entra demasiado tarde na via do desenvolvimento capitalista resulta a inviabilidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

Lênin para expor o seu entendimento retorna a Adam Smith e a Marx. Expõe que Adam Smith, como se viu anteriormente, omitiu o capital constante; supôs que a parte da mais-valia acumulada, transformada em capital, era inteiramente consumida pelos operários, quando na verdade é transformada em capital constante. Adam Smith confundiu o valor do produto ($C + v + m$) com o valor recriado ($C + V$).

Lênin afirma que Marx corrigiu essa deficiência e mostrou a necessidade de se distinguir dois tipos de trabalho: o que fornece artigos de consumo que podem entrar na renda líquida (consumo Individual) e o que proporciona “máquinas, instrumentos industriais, instalações”, produtos que nunca entram no consumo individual.

A questão consiste em saber onde os operários e capitalistas compram os objetos necessários ao seu consumo, onde os capitalistas compram meios de produção e, ainda, como o produto obtido poderá atender a todas as demandas e permitir ampliar a produção.

Lênin acredita que se está diante não só de uma reposição de valor, mas de matéria. Exemplifica com a reprodução simples. O capital variável e a mais-valia da seção II (existentes sob a forma de bens de consumo) se realizam pelo consumo dos operários e capitalistas para os produtos da própria seção. O capital variável e a mais-valia da seção I (existentes sob a forma de meios de produção), para serem realizados, devem ser trocados por

artigos de consumo para os capitalistas e operários dessa seção. Por sua vez, o capital constante que existe na forma de artigos de consumo (da produção da seção II) só pode realizar-se pela troca por meios de produção, para ser reconvertido em produção no ano seguinte. Assim, a soma do capital variável e da mais-valia existentes nos meios de produção deve ser igual ao capital constante existente nos artigos de consumo. Além disso, lembra Lênin, tem-se uma parte do produto social irrealizada, ou seja, o capital constante existente nos meios de produção. Este é realizado através da troca entre capitalistas do mesmo setor e através da utilização direta do produto na própria produção (tipo semente na própria agricultura).

A acumulação encontra-se no excedente dos meios de produção, proveniente da mais-valia dos capitalistas dessa seção, que exige a transformação em capital de uma parte da mais-valia existente nos artigos de consumo. Em relação ao mercado interno, a conclusão a extrair da teoria da realização de Marx é que o crescimento da produção capitalista, portanto do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo.

Lênin observa o seguinte:

De fato, já observamos que o capital constante existente nos artigos de consumo (seção II) é trocado pelo capital variável + a mais-valia existente nos meios de produção (seção I). Contudo, segunda a lei geral da produção capitalista, o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável. Por isso, o capital constante existente nos artigos de consumo deve crescer mais rapidamente que o capital variável e a mais-valia existentes nestes artigos, e o capital constante existente nos meios de produção deve crescer mais rapidamente ainda, ultrapassando o crescimento tanto do capital variável (+ a mais-valia) existente nos meios de produção como do capital constante existente nos artigos de consumo. A seção da produção social que fabrica meios de produção deve, portanto, crescer mais rapidamente do que aquela que fabrica artigos de consumo. (LÊNIN, 1988, p.23).

Lênin conclui que, portanto, a extensão do mercado interno para o capitalismo é até certo ponto independente do crescimento do consumo individual, destinando-se ao consumo produtivo. Considerando, no entanto, que essa independência não se constitui em uma separação total entre o consumo produtivo e o consumo individual. O consumo produtivo pode e deve crescer mais do que o consumo individual. Nota que a isso se reduz a “independência”. Mas é evidente, afirma Lênin, que o consumo produtivo sempre se liga ao consumo individual.

Seguindo Marx, conclui que o desenvolvimento da produção e do mercado interno, voltado predominante para os meios de produção, parece paradoxal, pois se trata de uma produção pela produção. Mas é essa ampliação da produção sem a respectiva ampliação do consumo que corresponde à missão histórica do capitalismo e à sua estrutura social específica,

ou seja, desenvolver as forças produtivas da sociedade e excluir a massa da população do benefício das conquistas técnicas. Lênin nota que Marx inúmeras vezes ressaltou a contradição entre a ilimitada tendência a ampliar a produção e o consumo limitado. Mas a partir daí, não se pode concluir que Marx não admitia a possibilidade de realização da mais-valia, de que ele explicava a crise pelo subconsumo.

A empresa capitalista ultrapassa os limites da cidade, do mercado local, da região, do país. A necessidade do mercado externo não prova a inconsistência do capitalismo. É precisamente o contrário. Essa necessidade revela claramente o histórico papel progressista do capitalismo.

Conforme Lênin, Marx assinalou de modo completo o processo de realização do produto em geral, e da mais-valia em particular, dentro da produção capitalista. No entanto, pode-se registrar que a análise desenvolvida no tomo II não contempla o crescimento da composição orgânica do capital e o aumento da mais-valia relativa, fatores que, ao perturbar o equilíbrio entre a produção e o consumo expostos no esquema, dificultam a realização do produto. Nos exemplos do tomo II, tem-se que o departamento I e o departamento II se desenvolvem na mesma velocidade. Por isto, a tese de Lênin só pode ser demonstrada ao se combinar a análise de reprodução do tomo II com a lei posteriormente desenvolvida no tomo III da crescente composição orgânica do capital.

Lênin destaca o crescimento da composição orgânica. Uma questão que surge a partir desta combinação dos Tomos II e III de Marx, realizada por Lênin - e diversos outros autores tais como Bulkarov e Tugan,- é se esse (Lênin) a partir da vivência de uma situação histórica particular, no caso o capitalismo russo, não estaria generalizando esta situação para todas as fases do capitalismo. Concluída a industrialização onde foi crescente a quantidade de fábricas, máquinas, ferrovias instalações portuárias, etc., o parque industrial criado não terá que produzir bens de consumo individual? O problema do poder aquisitivo das massas passa ao primeiro plano? Ou o entendimento de Tugan é o correto, e esta questão não é pertinente?

Essa questão e de certa maneira a forma de estruturação do capitalismo contemporâneo serão analisadas de forma conjunta nas próximas seções deste capítulo, onde o excedente e o valor excedente constituem categorias centrais da análise. Deve-se, para não deixar incompleta a exposição da presente seção, assinalar o entendimento que parece ser o mais pertinente desta longa discussão travada sobre a questão da realização do produto e do excedente: no capitalismo a reprodução ampliada não é impossível, mas também não pode

prosseguir até o infinito, visto que deve reproduzir suas contradições. A Contradição fundamental decorre do fato que o caráter mais saliente do sistema econômico é o seu desejo de lucros sempre crescentes sendo que as necessidades humanas materiais só são satisfeitas na medida em que esta satisfação pareça imprescindível para a elevação do valor excedente.

5.2 O EXCEDENTE E O CAPITAL FINANCEIRO: O PENSAMENTO DE HILFERDING

Hilferding está incluído entre os autores marxistas analisados no presente capítulo, pois irá mostrar, como poucos, como a existência de um valor excedente propiciará que o capitalismo desenvolva uma dimensão financeira ou mesmo fictícia de forma tão característica. Embora Hilferding tenha escrito no início do século passado, as características por ele destacadas e a dimensão financeira do capitalismo somente se acentuaram.²

Hilferding no capítulo II de *O Capital Financeiro* discorre sobre o dinheiro como meio de pagamento, a moeda fiduciária. Conforme Hilferding, a mercadoria pode ser vendida e paga só mais tarde. Ela pode ser transferida para outro dono antes mesmo que seu valor seja convertido em dinheiro. Assim, o vendedor transforma-se em credor e o comprador em devedor. Em decorrência desse hiato introduzido entre a venda e o pagamento, o dinheiro adquire uma nova função: torna-se um meio de pagamento.

O dinheiro deixa de ser um intermediário do processo para encerrá-lo de modo independente. Se o comprador devedor não tiver dinheiro terá que vender mercadorias para poder pagar. Se não pagar, seus bens serão leiloados. A forma de valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se então o fim em si da venda por necessidade social decorrente das condições do próprio processo de circulação. Enquanto o dinheiro como meio de circulação estabelece uma correlação social entre o vendedor e o comprador, sendo que esta correlação só se estabelece pela mediação do dinheiro, esse mesmo dinheiro, como meio, expressa uma relação social que já se formara antes de o dinheiro ter assumido sua função. A mercadoria encontra-se alienada, talvez até mesmo tenha sido consumida faz tempo, antes de seu valor ser substituído por dinheiro. A data de pagamento difere totalmente daquela em que a obrigação foi contraída.

A função do dinheiro como meio de pagamento pressupõe, portanto, o acordo recíproco entre o comprador e o vendedor em adiar o pagamento. Aqui, a relação econômica decorre, pois, de

² A globalização, a financeirização da riqueza são temas presentes nas discussões atuais. Embora o conceito de predomínio do capital bancário sobre o industrial não tenha se confirmado na forma proposta por Hilferding,

um ato privado. Ao lado da compra e da venda estabelece-se a segunda relação entre o credor e o devedor, um compromisso entre duas pessoas particulares.

Por outro lado, o dinheiro usado como meio de pagamento representa apenas uma venda e compra consumada. O dinheiro funciona, nominalmente, apenas como parâmetro ideal de valor. O pagamento só ocorre depois. Por exemplo, quando o dinheiro funciona como meio de pagamento, a substituição de um valor por outro é abolida. O vendedor terá entregado a mercadoria sem ter conseguido o equivalente social válido, o dinheiro, nem outra mercadoria de mesmo valor que tornasse o dinheiro supérfluo nesse ato de troca. Ele só tem uma promessa de pagamento por parte do comprador, não apoiada por nenhuma garantia, a não ser a garantia particular do comprador. O fato de entregar a mercadoria em troca de uma promessa é assunto particular do vendedor. Quanto vale essa promessa, isso só se revela no dia do pagamento, quando ela é realmente convertida em dinheiro. O vendedor deu a sua mercadoria em troca de um compromisso de pagamento, de uma letra de câmbio. Essa letra de câmbio pode ser considerada segura por outros que, por sua vez, venderão mercadorias ao proprietário das mesmas. A letra de câmbio serve, pois, de meio de circulação ou como meio de pagamento entre aqueles que aceitam tais letras pelo valor nominal, ligadas que se encontram, essas pessoas, pela confiança de que será levada a sério a promessa de pagamento. A letra de câmbio funciona como moeda fiduciária. Todos estes atos de troca só se encontram definitivamente consumados para esse círculo de pessoas, quando o dinheiro creditício for transformado em dinheiro real.

Hilferding nota que, em contraposição ao papel-moeda estatal de curso forçado, que resulta da circulação como produto social, a moeda fiduciária é garantida de forma privada e não socialmente; por isso tem de ser sempre transformável ou conversível em dinheiro. Caso essa conversibilidade seja duvidosa, seu valor como substituto do meio de pagamento deixa de existir. A maior parte de todas as compras e vendas se processam por meio dessa moeda fiduciária privada, mediante títulos de dívida e de cheques, que se compensam mutuamente. A razão da prevalência do meio de pagamento sobre o meio de circulação é a seguinte: com a evolução da produção capitalista, as condições de circulação tornam-se mais complicadas, as oportunidades apropriadas de compra e venda deixam de coincidir e deixa de existir a ligação obrigatória entre os atos de compra e venda que determinam a simultaneidade de ambos. Com o desenvolvimento do capitalismo, cresceu também rapidamente o volume de mercadorias em

tem-se um predomínio de uma lógica financeira mesmo para aqueles grupos considerados predominantemente

circulação e, com isso, o valor da circulação socialmente necessária. Cresce também o espaço que o papel-moeda estatal de curso obrigatório pode ocupar. Com a expansão do volume de produção (e com a conversão de todas as obrigações monetárias, especialmente, em face do crescimento do capital fictício), cresce o circuito em que se consumam as transações por meio da moeda fiduciária.

Hilferding assinala a liberação e ociosidade periódica do capital monetário. Supõe, a título de exemplo, que o tempo de rotação de determinado capital seja de nove semanas: seis semanas o tempo de produção e três semanas o tempo de circulação, e que a produção semanal exija um dispêndio de 1.000 marcos. Para que, ao término da produção, esta não seja interrompida por três semanas (após a sexta semana), o capitalista terá de adiantar um novo capital de 3.000 marcos para continuar ininterrupta a produção, pois durante as três semanas em que o capital estiver em circulação, ele não existirá para a produção. O capitalista terá de dispor de 9.000 marcos em vez de 6.000 a fim de que a produção não pare por três semanas. Esses 3.000 adicionais entram em ação somente com o início da circulação, ou seja, na sétima semana, ficando, pois ociosos durante as primeiras seis semanas. Essa liberação e ociosidade periódicas de 3.000 repete-se incessantemente.

Hilferding mostra que uma parte do capital global social destinado à produção encontra-se sempre ociosa sob a forma de capital monetário, e que a magnitude desse capital monetário ocioso está sujeita a fortes variações. A ociosidade do capital, segundo Hilferding, está em contradição com a função do capital que é a de produzir um valor excedente (lucros). Portanto existe a necessidade de reduzir ao mínimo essa ociosidade. Esta meta constitui, por sua vez, uma nova função do crédito.

Hilferding expõe que o capital monetário que é liberado periodicamente do processo cíclico do capital pode atuar como capital monetário, do ciclo de outro capital, desde que colocado à disposição de outros capitalistas sob a forma de crédito. Todas as razões que contribuíram para a ociosidade do capital tornam-se, então, razões para a emergência de relações de crédito, e todos os fatores que atuam sobre a quantidade do capital ocioso passam a determinar a expansão e a contração desse crédito. Acredita que o juro não decorre do fato de que existem proprietários dos meios de produção e trabalhadores, mas pelo fato de que não são somente os capitalistas produtivos que dispõem de dinheiro. Em vista disso, não é necessário que o capital monetário entre integralmente, a toda hora, no ciclo do capital individual; de vez em quando ele pode permanecer ocioso. A parte do valor excedente (lucro) da qual os capitalistas

prestamistas podem se apropriar dependerá das variações observadas na relação de demanda desse capital monetário por parte da produção. O juro depende da oferta e da procura. Mas do que depende a oferta e a procura? Hilferding responde que ela depende, por um lado, do capital momentaneamente ocioso, mas à procura de valorização, por outro, da demanda dos capitalistas por dinheiro, que querem transformá-lo de capital monetário em produtivo. A demanda capitalista para transformá-lo em capital produtivo depende das possibilidades de valorização do capital, ou seja, de produção e realização do valor do capital adiantado e da mais-valia.

No capítulo sobre a Sociedade Anônima, Hilferding argumenta que essa instituição libera o capitalista industrial de suas funções de empresário industrial. Para o capitalista, esta alteração de função atribui ao capital investido na sociedade anônima a função de puro capital monetário. Afirma que o capitalista monetário, enquanto credor, nada tem a ver com o que é feito com seu capital no processo de produção, embora esse emprego seja, em realidade, a condição necessária da relação de empréstimo. Ou seja, afirma, em outras palavras, que o processo de valorização, de criação de valor excedente, é condição necessária da relação de empréstimo.

Hilferding, ao comparar o capitalista monetário com o acionista, assinala que a função do primeiro é apenas ceder seu capital monetário e recuperá-lo com os juros depois de certo tempo, resumindo-se, pois, sua função numa transação jurídica; assim também o acionista atua como simples capitalista monetário. Ele fornece o dinheiro para receber um rendimento. Assim como o capitalista monetário só arrisca determinada soma cujo montante ele mesmo estabelece, o acionista também pode optar pelo montante que deseja aplicar e não responde por mais que esse total. A diferença é que a taxa de juros para o capital monetário, que é posto à disposição em forma de ações, não é, enquanto tal, determinada previamente. No caso só existe o direito de participação no rendimento (ou seja, no valor excedente em sua forma de lucro) de determinada empresa. Além disso, o retorno do capital monetário não é garantido. Diferente, portanto, do capital de empréstimo.

Hilferding entende que o acionista não é nenhum empresário industrial (capitalista). É um simples capitalista monetário. O capitalista industrial, como tal, investe todo o seu capital em determinada empresa. O acionista, em compensação, apenas tem de dispor de um capital pequeno. O empresário industrial prende seu capital, atua na empresa apenas produtivamente e liga-se a ela de forma permanente. Ele não pode retirá-lo, salvo mediante a venda de toda a empresa. Cabe ao capitalista todo o rendimento da empresa, o lucro industrial. Considerado,

porém, o acionista, como simples capitalista monetário, então a renda de juro sobre seu capital bastaria para que ele colocasse o seu capital monetário à disposição da empresa. Para que o acionista se torne um capitalista monetário, é necessário que ele possa recuperar a qualquer momento seu capital sob a forma de capital monetário. No entanto seu capital está preso à empresa. Seu dinheiro foi aplicado em máquinas, matéria-prima, no pagamento dos trabalhadores. Ou seja, o capital monetário transforma-se em capital produtivo. Uma vez entregue o capital, a empresa não pode mais recuperá-lo. Não tem direito sobre ele, só tem direito a uma parte do rendimento. Mas o acionista pode recuperar o seu capital em decorrência das peculiaridades da economia capitalista que se passa a examinar.

Hilferding adverte, no entanto, que na sociedade capitalista toda soma de dinheiro adquire a capacidade de render juro; inversamente, todo rendimento periódico transferível é considerado juro do capital e recebe um preço igual ao montante capitalizado, à taxa de juros corrente. Este resultado, como se observou em Marx, decorre da capacidade de o sistema produtivo gerar um valor excedente: o capitalista prestamista cede o capital ao capitalista produtivo visto que pode participar, além do retorno do seu capital, no valor excedente produzido (resultado para Marx da exploração da classe trabalhadora). Por sua vez, o capitalista produtivo utiliza o recurso, pois pode produzir um valor excedente sobre o capital utilizado no processo produtivo. Marx mostra no livro III, então, de que forma a categoria juro e lucro do empresário acaba se consolidando e se constituindo em uma categoria própria. Ou seja, mostra como o juro passa a existir mesmo onde não existe o capital de empréstimo.

A explicação de Hilferding, desenvolvida a partir de Marx, é que existem sempre grandes somas de dinheiro disponíveis para serem utilizadas, encontrando sua utilização no direito ao rendimento (a participação no valor excedente em sua forma lucro). Por isso, o acionista está sempre em condições de poder recuperar seu capital por meio da venda de suas ações, do seu direito a participar no valor excedente (no lucro) e, nessa medida, encontra-se nas mesmas condições do capitalista monetário. Essa possibilidade de venda é criada mediante um mercado próprio, a bolsa de valores.

Segundo Hilferding, com a transformação da empresa de propriedade individual em sociedade anônima parece ter ocorrido uma duplicação do capital. O capital original adiantado pelos acionistas acabou por transformar-se definitivamente em capital industrial, passando a existir, na realidade, apenas este. Somente após a transformação dos meios de produção em mercadorias (pela produção) que a venda dessas mercadorias vai permitir ao dinheiro retornar

a circulação. O dinheiro obtido em vendas posteriores de ações, não é de modo algum idêntico ao dinheiro originalmente fornecido pelos acionistas e que, a essa altura, já foi gasto; não é nenhum componente do capital da sociedade anônima, ou seja, do capital da empresa. Esse dinheiro é adicional e necessário para a circulação dos títulos de rendimentos capitalizados. O preço da ação não é também, da mesma forma, determinado como se fora parte do capital da empresa, é muito mais uma cota capitalizada de participação do rendimento. Assim, o preço da ação não depende do valor (ou seja, o preço) do capital industrial realmente ativo, pois a ação não é um título de uma parte do capital efetivamente ativo na empresa, mas sim um título com direito a uma parte do rendimento; por isso, depende, primeiro, da magnitude do lucro (portanto, de uma magnitude muito mais variável do que seria o preço dos elementos de produção do próprio capital industrial) e, em segundo lugar, da taxa de juros vigente.

Hilferding afirma:

A ação é pois, sem dúvida, um título de rendimento, um título de dívida sobre a futura produção, uma ordem de pagamento de lucros. Uma vez que o lucro é capitalizado e a soma capitalizada constitui o preço da ação, o preço da ação parece conter um segundo capital. Mas é ilusão. O que existe, de fato, é o capital industrial e o respectivo lucro. Isso não impede, todavia, que esse “capital” fictício exista para fins de cálculo e que seja tratado como “capital acionário”. Em realidade não é capital, mas apenas o preço de um rendimento - um preço que só é possível porque, na sociedade capitalista, toda soma de dinheiro produz alguma renda e, por conseguinte, toda renda se apresenta como produto de uma soma de dinheiro. (HILFERDING, 1985, p. 114).

O movimento de ações não é movimento de capital, é apenas uma compra e venda de títulos de renda; as oscilações de seus preços não afetam diretamente o capital industrial realmente ativo, cujo rendimento elas representam. De acordo com Hilferding o preço das ações, além de depender do rendimento, depende também do nível da taxa de juros pela qual são capitalizados. Portanto, não tem sentido considerar o preço das ações como parte da alíquota do capital industrial.

O autor mostra como a soma dos preços dos títulos capitalizados não coincide com o capital financeiro transformado em capital industrial. Exemplifica considerando um capital de um milhão de marcos, supondo que o lucro médio seja de 15% a.a., a taxa de juros de 5% a.a. A empresa, portanto, produz um lucro de 150 mil marcos. Os 150.000 marcos capitalizados como uma renda anual a 5% têm um preço de três milhões de marcos. Assinala que se deve considerar um prêmio de risco de 2% (acima do juro) e se deva ponderar que dos 150.000 do lucro deve-se descontar as despesas administrativas e participação de lucros, etc. no valor de,

por hipótese, 20.000 marcos. Assim, pode-se distribuir 130.000 marcos que devem oferecer aos acionistas um rendimento de 7% (5% +2%). Capitalizando esse rendimento (130.000) como renda anual a 7% resulta como preço das ações o montante aproximado de um milhão e novecentos mil marcos. No entanto, para produzir um lucro de 150.000 marcos, como expôs Hilferding, é necessário somente um capital de um milhão de marcos (a taxa de lucro média é de 15% como se verificou). Assim, 900 mil marcos são liberados. Esses 900 mil marcos provêm da transformação do capital gerador de lucros em capital gerador produtor de juros (produtor de dividendos). Demonstra que os novecentos mil marcos, desconsiderando os custos administrativos, representam a diferença entre a quantia capitalizada a 15% e a mesma quantia capitalizada a 7%, ou seja, entre o capital que produz a taxa de lucro médio e o capital que rende o juro médio. Essa diferença aparece como o lucro do fundador.

O lucro do fundador tem sua origem na transformação do capital produtor de lucro em capital que rende juros. Hilferding observa, ao criticar Rodbertus, que o essencial é a forma em que a conversão se processa, permitindo ao capital monetário tornar-se ao capital fictício, conservando, ao mesmo tempo, para seus proprietários, a aparência de capital monetário. Explicita que, uma vez criada, a ação nada mais tem a ver com o giro real do capital industrial que representa. Os sucessos e os acidentes que a aguardam no decorrer de sua circulação não afetam diretamente o ciclo do capital produtivo. Hilferding expõe que o comércio de ações, o de títulos de capital fictício, exige novo dinheiro, tanto moeda corrente, como fiduciária, a exemplo da letra de câmbio. Observa, no entanto, que, enquanto a letra era coberta pelo valor da mercadoria, agora é coberta pelo “valor do capital” da ação, que depende do rendimento (do valor excedente), como se observou. Esse depende, por outro lado, da realização dos produtos, da venda destes (valor e preço de produção). O volume de pagamentos no comércio é determinado pelo volume de mercadorias, no comércio de ações ele é determinado pelo montante capitalizado do rendimento líquido (do valor excedente capitalizado por essas empresas, nesse mercado).

Hilferding ressalta a transformação do capitalista industrial em acionista, em um tipo especial de capitalista monetário, de modo a firmar-se a tendência de o acionista tornar-se cada vez mais um simples capitalista monetário. Essa tendência é reforçada pelo fato de as ações poderem ser vendidas prontamente na bolsa. Diz que a sociedade anônima é uma sociedade de capitalistas. Ela é sempre constituída por meio de inversão de capital em ações; o grau de participação de cada capitalista na organização é proporcional ao capital investido;

seu direito de voto e sua influência naturalmente se regulam, por isso, pelo tamanho de seu investimento. O capitalista só é capitalista na medida em que dispõe de capital e só se diferencia dos outros capitalistas em termos quantitativos. Em tais condições, todo o poder de mando se concentra em mãos do acionista majoritário. Para exercer o controle da sociedade anônima é necessário ser proprietário de apenas metade do capital e não da totalidade como acontece na empresa individual. Afirmo o autor que o poder de controle sobre o capital alheio e o domínio da empresa é importantíssimo para influenciar o movimento de compra e venda das ações na bolsa. Segundo Hilferding, o capital do grande acionista pode controlar o capital de outros acionistas e, em troca, o capital total da empresa passa a atrair o capital de fora sob a forma de empréstimo em disponibilidade que a empresa toma. O grande capital que domina a sociedade anônima torna-se mais poderoso quando não se trata de uma simples sociedade anônima isolada, mas de um sistema de sociedades independentes. Afirmo que, com o desenvolvimento do sistema acionário, se acaba formando uma técnica financeira própria, cuja missão é a de assegurar ao menor capital próprio possível o domínio sobre o maior capital alheio possível.

Hilferding assinala que é insignificante a distinção de que na sociedade individual existiria um empresário independente, interessado, responsável e de que na sociedade anônima existiria uma multidão de empresários (acionistas) pouco interessados e sem influência, que estariam interessados somente em parte da empresa e não entenderiam nada de administração. Isto porque as sociedades anônimas são dominadas por uma oligarquia, ou mesmo apenas por um grande capitalista (ou banco) que também está perfeitamente interessado e independe da grande massa dos pequenos acionistas. Além disso, os diretores, vanguarda da burocracia industrial, têm interesse na empresa, tanto por meio de suas cotas de participação nos lucros, como em função do grande número de ações que eles possuem. Para Hilferding, a diferença mais importante é a atração que a grande empresa, a sociedade anônima, exerce sobre o mercado monetário, a atração geral que exerce sobre todos os que têm dinheiro, dinheiro aqui tomado inclusive no sentido de crédito disponível. Hilferding expõe que se torna assim muito mais fácil fundar uma sociedade anônima do que uma empresa individual, e às existentes se confere um poder de expansão muito maior.

Na empresa individual, a acumulação tem que sair do lucro. Da parte do lucro não consumido. O capital monetário latente é acumulado até que seu volume seja suficientemente grande para um novo investimento ou uma ampliação da empresa. Em contrapartida, a sociedade anônima primeiro paga os dividendos aos acionistas. Pode acumular parte do lucro

quando os dividendos são elevados ou muito superiores à taxa média de juro. A ampliação torna-se independente da acumulação propriamente dita e pode ser completada diretamente, por intermédio de aumento do capital. A magnitude do lucro gerado pela própria empresa deixa de ser o limitador imediato ao crescimento da empresa. A sociedade anônima não cresce apenas por acumulação do seu próprio lucro. O capital monetário acumulado por inteiro passa a poder ser utilizado. A sociedade anônima recorre diretamente ao capital conjunto da classe capitalista.

Com a transformação da propriedade material em propriedade de ações, o proprietário passa à condição de proprietário com menos direitos. Como proprietário de ações, ele depende da decisão dos demais proprietários de ações; torna-se um simples membro de um conjunto. Com a expansão do sistema acionário, a propriedade capitalista cada vez mais se converte em uma propriedade limitada que confere ao capitalista um simples título de mais-valia, que não lhe permite intervir decididamente no andamento da produção. Os capitalistas constituem, assim, uma sociedade em cuja direção a maioria não se intromete. Os proprietários dos meios de produção já não existem individualmente, mas formam uma sociedade na qual o indivíduo só tem o direito a uma alíquota do rendimento.

Hilferding, como bem sabido, acreditava na preponderância dos bancos na etapa do capitalismo que analisava. No, entanto, pode-se considerar a atuação dos intermediários financeiros, nas suas diversas formas, em vez de somente, ou preponderantemente, a atuação dos bancos. Além disso, embora não se possa concordar com uma preponderância do capital bancário ou mesmo das instituições financeiras no capitalismo contemporâneo, nos termos expostos por Hilferding, sem dúvida tem-se como característica atual a preponderância de uma lógica financeira mesmo para os grupos predominantemente industriais. A análise de Hilferding, feita esta ressalva, constitui-se, dentro do pensamento marxista, em uma importante contribuição, em especial para a compreensão da dimensão financeira do capitalismo contemporâneo, em que o conceito de capital fictício, e a sua formação a partir da existência de um valor excedente, apresenta-se como uma categoria importante de análise.

Hilferding demonstra que os bancos transformam o capital monetário em capital industrial e fictício. Essa evolução leva cada vez mais o dinheiro todo a fluir para os bancos de modo que só possa ser transformado em capital monetário através de sua mediação.

Inicialmente expõe que, em vista da transformação do capital bancário em capital industrial, o capital deixa de existir em forma de dinheiro, e assim deixa de ser um componente

adequado do capital bancário. Mas essa contradição é resolvida, por sua transformação, em capital fictício, ou seja, em títulos de renda capitalizada. Como essa transformação é acompanhada de um desenvolvimento simultâneo do mercado desses títulos, que se tornam conversíveis a qualquer instante em dinheiro, eles podem vir a constituir componentes do próprio capital bancário. O banco apenas coloca à disposição do mercado, sob a forma de capital fictício, o capital monetário destinado à transformação em capital industrial. Neste momento, ou a partir daí, se vende o capital fictício, e o banco realiza seu lucro de fundador, lucro que se origina da transformação do capital industrial em fictício. Hilferding ressalta, é bom lembrar, que o lucro do fundador não se concretiza apenas por ocasião da fundação, nem no caso de novas fundações, nem da transformação de empresas individuais já existentes em sociedades anônimas. O lucro do fundador, no sentido econômico da palavra, pode ser igualmente obtido com qualquer ampliação de capital das sociedades existentes, contanto que seu rendimento produza mais que os simples juros.

No capítulo VIII, ao examinar a Bolsa de Valores, Hilferding afirma que a bolsa é um mercado para títulos. Divide em dois grupos principais: ordens de pagamento que representam nada mais do que títulos de dívidas, ou seja, títulos de crédito que estão em lugar de quantias de dinheiro pelas quais foram emitidos; seu principal expoente é a letra de câmbio. O segundo grupo é representado por títulos que significam não uma quantia em dinheiro, mas sim seu rendimento. Este se divide, por sua vez, em subgrupos: títulos de juro fixo, títulos da dívida pública e obrigações e títulos de dividendos, ações. Lembra que na sociedade capitalista todo rendimento periódico é, porém, considerado rendimento cuja magnitude é igual ao rendimento capitalizado pela taxa de juros dominante. Dessa forma, esses títulos representam, igualmente, quantias de dinheiro.

A diferença em relação ao primeiro grupo é que nos títulos de crédito a quantia de dinheiro é essencial; dinheiro ou valor da mesma magnitude foi realmente emprestado e rende juros. Esses títulos circulam somente durante um tempo determinado. Eles encontram seu término quando o capital é reembolsado. A permanente circulação de letras de câmbio não impede que as letras de câmbio individuais caduquem constantemente e, assim, o capital emprestado reflui ao prestamista. O segundo grupo é diferente, expõe Hilferding. O dinheiro é entregue definitivamente; nas obrigações do tesouro ele pode ter sido consumido há tempo, improdutivamente, ou seja, pode ter desaparecido por completo; nos títulos industriais, é gasto na compra de capital constante e variável, serviu como meio de compra, seu valor existe agora nos elementos do capital produtivo, a quantia de dinheiro encontra-se agora nas mãos

dos vendedores e não retorna ao seu ponto de partida. As ações não podem representar mais esse dinheiro, porque esse dinheiro passou para as mãos dos vendedores de mercadorias tornando-se sua propriedade. Mas também não representam, de modo algum, o próprio capital produtivo. Pois, em primeiro lugar, os proprietários de ações não têm direito a parte alguma do capital produtivo, mas apenas ao rendimento.

Segundo o autor, o preço dos títulos do segundo grupo depende do rendimento e da taxa de juros, e como o nível do rendimento é submetido a alterações nem sempre calculáveis, que provocam fortes oscilações nos preços existentes, decorre que estes preços são objeto de especulação. Hilferding assinala que a atividade da bolsa é o mercado de títulos de juro ou de capital fictício. O investimento do dinheiro como capital monetário deve transformar-se em capital produtivo. O dinheiro é gasto na compra de títulos de juro e não retorna mais. Reflui à bolsa anualmente apenas o juro alcançado. Sendo, portanto, diferente do investimento monetário em títulos de crédito, onde o próprio capital também retorna.

Hilferding expõe que a atividade específica da bolsa é a especulação. A especulação apresenta-se, em princípio, como compra e venda. Não é, contudo, compra de mercadorias, mas de títulos de juros. Assinala a diferença em relação à compra e venda de mercadorias. Nesta situação, para que o capitalista produtor realize seu lucro, seu capital de mercadorias deve ser transformado em dinheiro, isto é, sua mercadoria vendida. Se outro capitalista assume sua função da venda, então o industrial deve transferir uma parte do seu lucro (como Marx bem demonstrou, o comerciante não cria valor excedente). Todo o lucro contido na mercadoria só se realiza definitivamente com sua venda aos consumidores. A mercadoria, finalmente, passa para o consumo e assim desaparece do mercado. Em contrapartida, o título de juro é perene, de acordo com a sua natureza. Nesse sentido, jamais sai da circulação, como acontece com a mercadoria. Mesmo se for retirado momentaneamente do mercado para fins de investimento, pode retornar a cada momento ao mercado. Acaba, na verdade, retornando, depois de lapso maior ou menor de tempo, em quantidade maior ou menor. A compra e venda de mercadorias é um processo socialmente necessário. Por meio desse processo se satisfaz a condição vital da sociedade na economia capitalista, é uma *conditio sine qua non* dessa sociedade. Por sua vez, a especulação, de maneira diversa, não afeta a empresa capitalista.

Hilferding afirma:

A troca da propriedade, a contínua circulação, não tem influência na empresa, uma vez fundada. A produção e seu rendimento não são afetados pelo fato de os títulos de rendimento trocarem de mãos; as alterações de preço das ações tampouco

modificam o valor do rendimento. Ao contrário, é, em paridade de condições, o valor do rendimento que determina essas variações de preço. A compra e venda desses títulos de juro é, portanto, um fenómeno puramente económico, uma mera transposição na distribuição da propriedade privada, não exercendo influência alguma na produção ou na realização do lucro (como é o caso da venda de mercadorias). Os lucros ou prejuízos da especulação surgem, portanto, apenas das diferenças das valorizações correspondentes dos títulos de juro. **Elas não são lucros, nem participação da mais-valia**, mas nascem tão-somente **das oscilações das valorizações da participação da mais-valia** que sai da empresa e cabe aos proprietários de ações, oscilações que como ainda veremos, não precisam surgir da variação do lucro verdadeiramente realizado. São puros lucros diferenciais. Enquanto a classe capitalista como tal se apropria, sem compensação, de uma parte do trabalho do proletariado, obtendo dessa forma seu lucro, os especuladores ganham apenas uns dos outros. O prejuízo de uns é o lucro dos outros. (HILFERDING, 1985, p.139, grifo nosso).

Hilferding deixa claro, como se pode notar pela transcrição acima, que as diferenças das valorizações dos títulos não são lucros nem participação na mais-valia. Essas diferenças são, em suas palavras, decorrentes da oscilação das valorizações da participação da mais-valia que sai da empresa, e cabe aos proprietários de ações. Neste caso, a diferença vale ser esclarecida. O capitalista não conserva os títulos na esperança de auferir lucros elevados, mas procura ganhar mediante a compra e venda de seus títulos. Seu ganho não consiste na participação do lucro ou na mais-valia. Pode mesmo até ganhar com o lucro em baixa, com a variação dos preços: num dado momento pode comprar mais barato do que vender, ou vender mais caro do que pagara. Os lucros ocorrem porque se formam avaliações opostas, dos quais apenas uma pode se evidenciar correta. Neste sentido é que Hilferding afirma que as valorizações dos títulos decorrem das valorizações das participações da mais-valia, ou melhor, que os lucros e os prejuízos surgem das oscilações das valorizações (pelos agentes) da participação da mais-valia. Em outras palavras, a participação no lucro e no valor excedente ocorre através dos dividendos, o ganho com a especulação ocorre em decorrência das oscilações das valorizações dos preços dos títulos (e as perdas também). Os preços dos títulos, como se sabe, decorrem da capitalização do rendimento, dos dividendos, aí sim dependente do lucro e da mais-valia. Mas o ganho (e a perda) decorre da oscilação da valorização da participação da mais-valia, do lucro (dividendo), e não do lucro realmente realizado.

Hilferding afirma que as variações de preço dependem de dois fatores: do nível do lucro e do nível da taxa de juros. O lucro, na verdade, é dado teoricamente pelo nível médio da taxa de lucro. Porém o lucro individual é incognoscível para quem está fora da empresa. A taxa de juro, por sua vez, é um fator mais seguro do que a previsão do lucro. Para a especulação é impossível qualquer previsão segura. A especulação na bolsa tem carácter de jogo e aposta. A especulação tem como pressuposto, portanto, a criação do valor excedente,

sob a forma de dividendos que Hilferding descreve como nova forma de acesso à renda que surge como forma preponderante com a sociedade anônima. Além disso, os lucros e os prejuízos nascem das oscilações das valorizações da participação no valor excedente que cabe aos proprietários das ações. Questiona o caráter produtivo da especulação:

Em geral, é um artifício apologético dizer que tudo o que é necessário para a sociedade capitalista é produtivo; pelo contrário, a produção capitalista, em consequência da sua anarquia, do antagonismo entre os proprietários dos meios de produção e de seus aplicadores, encerra, de antemão, no tipo de sua distribuição, uma grande soma de gastos e dispêndios que não significam nenhum aumento de riqueza, que seriam suprimidos numa sociedade organizada e, nesse sentido, seriam improdutos. Sua necessidade para a sociedade capitalista não engendra sua produtividade, mas apenas testemunha contra a organização dessa sociedade. Mas a especulação é necessária para o cumprimento das funções da bolsa[...] (HILFERDING, 1985, p.142).

Hilferding registra que a função da bolsa variou no transcurso do desenvolvimento capitalista. Primeiro a bolsa servia para a transação de diferentes tipos de dinheiro e letras de câmbio. Para isso, era só necessária a reunião de capitais monetários livres que fossem investidos nestes títulos. Mais tarde ela se tornou um mercado de capital fictício. Este evolui, em primeiro lugar, com a evolução do crédito público. A bolsa se converte em mercado dos empréstimos públicos. Mas a transformação de capital industrial em capital fictício, ou seja, a penetração cada vez maior da sociedade anônima na indústria provocou uma mudança significativa. Por um lado, se expande com isso rápida e ilimitadamente o material à disposição da bolsa; por outro lado, a existência da bolsa como mercado sempre acolhedor é o pressuposto para a transformação de capital industrial em fictício e da redução dos dividendos em juros. A bolsa tornou possível a mobilização do capital. Esta mobilização juridicamente falando, nada mais é do que a transformação do capital industrial em fictício e, ao mesmo tempo a duplicação do direito de propriedade. A pessoa individual tem direito somente ao rendimento; sua propriedade, que antes significava a efetiva disposição dos meios de produção e, com isso, a gerência da produção, transformou-se agora num simples título de rendimento e lhe tirou a disponibilidade da produção. Economicamente, porém, a mobilização consiste na possibilidade que tem os capitalistas de, a todo o momento, poder retirar seu capital investido na forma de dinheiro e transferi-lo para outras esferas.

A mobilização do capital transforma, em proporções crescentes, a propriedade capitalista em títulos de rendimento, de participação no valor excedente e, com isso, torna o processo de produção capitalista, em volume crescente, independente do movimento da propriedade capitalista. Pois o negócio com esses títulos de rendimento que se dá na bolsa

significa um movimento de propriedade. Mas essa transferência de propriedade pode suceder agora independentemente do movimento de produção e sem influência nesta, enquanto anteriormente o movimento de propriedade significava, ao mesmo tempo, transferência da função capitalista de empresário.

De acordo com Hilferding, na circulação capitalista de mercadorias, a circulação de bens significa a realização de lucro que nasceu na produção e constitui o móbil do comércio econômico. Dentro da sociedade capitalista, a transferência ao capitalista da mercadoria força de trabalho significa, além da transferência, aumento da propriedade capitalista por meio da produção de mais-valia. Mas, na circulação de títulos, se trata de transferência de propriedade, circulação de meros títulos de propriedade, sem transferência simultânea de mercadorias. O movimento de propriedade tem lugar sem movimento simultâneo de bens. Aqui, a propriedade capitalista perdeu toda conexão direta com o valor de uso. O mercado para esta circulação da propriedade é a bolsa. A própria mobilização, a criação do capital fictício, já é propriamente uma causa importante do surgimento da propriedade capitalista, fora do processo de produção.

Hilferding mostra que a sociedade anônima por sua capacidade de mobilizar recursos possui uma capacidade incrementada de aumentar o valor excedente. Além disso, a participação na mais-valia e no lucro é ampliada para um conjunto de capitalistas monetários. Neste sentido cabe lembrar que Marx havia afirmado que com a sociedade anônima verificasse : [...] a supressão do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista.” (*MARX, 1984c, p.332*). Hilferding, por sua vez, destaca que Marx ainda não concebia os dividendos como categoria distinta e, por isso, deixa de analisar o lucro do fundador.

Deve-se ressaltar, ainda, que a bolsa constitui-se um lugar para ganhos e perdas. A dimensão destes ganhos e perdas (que soma zero, pois a mais-valia não é criada na bolsa) decorre da capacidade do sistema em gerar valor excedente. Que como se viu aumenta com o advento das sociedades anônimas. As oscilações dos ganhos e perdas decorrem das oscilações das valorizações do valor excedente (lucro) efetuada pelos “especuladores”.

Por fim, deve-se observar que Hilferding deduz dos esquemas de reprodução de Marx o seguinte: para que a reprodução do capital ocorra normalmente é necessário que os departamentos I e II guardem determinadas proporções entre si. Além disso, observa que a reprodução capitalista pode se viabilizar tanto em escala simples como em escala ampliada,

somente mantendo essas proporções. Para Hilferding, portanto, as crises são meras crises de desproporcionalidade. Hilferding escrevera anteriormente à Rosa de Luxemburg, sendo que sua obra, bem como a de Tugan e a dos Marxistas russos, que apresentaram uma interpretação harmônica da doutrina de Marx, inspirou Rosa a se posicionar de forma diversa, no sentido de defender a idéia do colapso e do núcleo revolucionário do Marxismo.

5.3 O CAPITALISMO MONOPOLISTA, O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O EXCEDENTE: PAUL BARAN, CHARLES BETTELHEIM, PAUL SWEEZY E HARRY BRAVERMAN

Na presente seção apresenta-se o pensamento de economistas em que a ênfase de suas análises se dirigem ao desenvolvimento econômico e ao capitalismo monopolista.

Assim, na seção 5.3.1 a ênfase é o excedente econômico e o desenvolvimento por meio da análise de Baran e Bettelheim. Na seção 5.3.2 a ênfase, através das análises de Baran e Sweezy e Braverman, é o capitalismo monopolista, a grande empresa e as modificações institucionais no mercado de trabalho.

5.3.1 O Excedente Econômico e o Desenvolvimento: Paul Baran e Charles Bettelheim

Paul Baran no prefácio à Edição Norte Americana de sua obra *A Economia Política do Desenvolvimento* (1984) procura explicitar ou tornar mais claro o que considera a chave dos princípios práticos gerais do capitalismo: O conceito de excedente econômico. Entende que diversos autores se prendem nas aparências superficiais e insistem em identificar o excedente econômico com os lucros observáveis estatisticamente. Afirma:

Se tal identificação fosse legítima, não haveria necessidade de usar a expressão ‘excedente econômico’ e – o que é evidentemente mais importante – não haveria justificativa para falar de excedentes em crescimento. O essencial, porém, é que os lucros não são a mesma coisa que o excedente econômico, mas constituem – para usarmos o que se tornou uma metáfora já gasta – apenas a parte visível do iceberg, estando o resto oculto a olho nu. Lembremos que numa fase inicial do desenvolvimento da Economia Política (e do capitalismo) as relações relevantes eram vistas com muito mais clareza do que no momento. Uma intensa luta teórica foi travada, na realidade, para firmar-se o princípio de que o arrendamento da terra (e os juros do capital) não são necessariamente custos de produção, mas componentes do excedente econômico. Numa fase posterior, porém, quando o proprietário e o usuário feudal foram substituídos pelo empregador capitalista e pelo banqueiro, seus lucros foram ‘purgados’ do ‘estigma’ do excedente e promovidos à condição de preços necessários de recursos escassos, ou de recompensas indispensáveis pela ‘espera’, ‘abstinência’ ou ‘risco’. (BARAN, 1984, p.17).

Baran classifica, em a *Economia Política do Desenvolvimento*, o excedente econômico em Efetivo, Potencial e Planejado.

Assim:

Excedente econômico efetivo, isto é, diferença entre o produto social efetivo de uma comunidade e o seu efetivo consumo. É idêntico, por conseguinte, à poupança ou acumulação e se materializa em ativos de várias espécies, que se adicionam à riqueza da sociedade durante o período que se esteja considerando: equipamentos e unidades produtivas, estoques, divisas e ouro entesourado. (BARAN, 1984, p.51, grifo nosso).

O excedente econômico efetivo de Baran abrange apenas a parte da mais-valia, na noção marxista, que é acumulada; ou seja, não inclui o consumo da classe capitalista, os dispêndios governamentais com a máquina administrativa, as forças armadas, etc.

O Excedente Potencial, por sua vez, para Baran, é:

[...] a diferença entre o produto social que **poderia ser obtido** em um dado meio natural e tecnológico, com o auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o que se poderia considerar como **consumo indispensável**. (BARAN, 1984, p.52, grifo nosso).

Baran assinala que é facilmente perceptível que a decisão sobre o que constitui o excedente econômico potencial, sobre a natureza do consumo supérfluo do desperdício e do trabalho improdutivo, diz respeito às próprias fundações da economia burguesa e, em particular, ao ramo desta que se tornou conhecido pelo nome de economia de Bem-Estar. Assevera que, desde que a economia capitalista se tornou vitoriosa e que se passou a admitir que o pronunciamento do mercado desempenha o papel de único critério de racionalidade e eficiência, a economia nega qualquer respeitabilidade à distinção entre consumo indispensável e supérfluo, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entre excedente efetivo e excedente potencial. O consumo supérfluo é justificado como provedor de indispensáveis incentivos; o trabalho improdutivo é glorificado por contribuir indiretamente para a produção; as depressões e o desemprego são defendidos como o preço que se tem de pagar pelo progresso; o desperdício é perdoado por constituir um pré-requisito da liberdade.

Baran, nessa altura de sua argumentação, questiona: se a situação efetiva e observável do indivíduo no mercado não é aceita como o teste último do que se constitui o seu bem estar, que outro teste usaremos? E responde:

Ei-la: a razão objetiva é o único critério pelo qual é possível julgar a natureza de uma organização sócio-econômica, sua capacidade em contribuir para a manifestação geral das potencialidades humanas e para seu crescimento. Foi a razão objetiva que norteou a crítica, empreendida por homens como Maquiavel e Hobbes, da sociedade então existente; foi a razão objetiva que levou Smith e Ricardo a chamarem os senhores feudais, os cortesãos e o clero de seu tempo de parasitas, pois eles não somente não contribuíram para o progresso da sociedade, mas tiravam-lhe todas as possibilidades de crescimento. (BARAN, 1984, p. 55).

Baran destaca quatro formas em que o excedente potencial aparece: a) o consumo supérfluo da sociedade; b) a produção que deixa de ser realizada pela existência de trabalhadores improdutivos; c) a produção que se perde em virtude da organização irracional e propensa ao desperdício, do aparelho produtivo existente; d) a produção que não se obtém devido à existência de desemprego originado da anarquia da produção capitalista e pela deficiência da demanda efetiva. Examina-se o segundo item, pois exige mais esclarecimentos. Para Baran, não se pode dizer o que é trabalho produtivo ou improdutivo numa sociedade capitalista, mediante simples referências a práticas diárias do capitalismo. Baran afirma:

O trabalho improdutivo representa parcela não insignificante **da produção de bens e serviços** comercializados, produção que é, por conseguinte, considerada nas estatísticas de renda nacional dos países capitalistas. Sejam claros sobre esse ponto: O trabalho improdutivo é plenamente produtivo ou útil dentro da estrutura da ordem capitalista e pode ser, na verdade, indispensável à preservação desta. (BARAN, 1984, p. 58, grifo nosso).

Entende que a participação, e a medida, da parcela improdutivo do esforço econômico não é simples:

Esta parcela consiste – para falar em termos gerais – em todo o trabalho empregado na produção de bens e serviços cuja procura pode ser atribuída às condições e relações peculiares ao sistema capitalista, procura esta que não se verificaria numa sociedade racionalmente organizada. Parte apreciável desses trabalhadores improdutivos encontra-se, portanto, ocupada na produção de armamentos, de artigos de luxo de toda espécie, de objetos de ostentação e indicativos de posição social. Outros são funcionários governamentais, membros das forças armadas e do clero, advogados especialistas em fraudes fiscais, técnicos em relações públicas. Outros grupos de trabalhadores improdutivos são constituídos por agentes de publicidade, intermediários, comerciantes, especuladores etc. (BARAN, 1984, p. 58).

Baran ressalta que o trabalho improdutivo, como definido na citação, não se relaciona diretamente ao processo de produção indispensável, e é mantido por uma parte do excedente econômico da sociedade. Entende que os cientistas, médicos, artistas, professores e pessoas com profissões semelhantes às indicadas vivem do excedente econômico, mas exercem uma atividade cuja procura, numa sociedade racionalmente organizada, longe de desaparecer, seria multiplicada e intensificada de maneira sem precedente². Entende que estas profissões não são improdutivas, mas que devem ser tratadas separadamente. Assim estas pessoas vivem do excedente econômico, mas os recursos utilizados para sua manutenção não podem ser considerados como pertencentes ao fundo potencialmente disponível para propósitos de desenvolvimento econômico.

² Baran (1984, p. 59) cita Marx: “o trabalho pode ser necessário sem ser produtivo.”

Por sua vez, o **excedente econômico planejado** de Baran é aplicável somente ao planejamento de uma economia socialista. Tal excedente é a diferença entre o produto social ótimo que a sociedade pode realizar e um volume ótimo previamente escolhido de consumo. O significado e conteúdo dos ótimos a que se refere diferem do sentido que adota a economia burguesa. Representam o julgamento ponderado de uma comunidade socialista orientada pela razão e pela ciência.

Baran ressalta que, do mesmo modo que a transição do feudalismo para o capitalismo competitivo determinou não apenas uma grande expansão do excedente econômico, mas também a transferência de grande parte dele do senhor feudal para o empreendedor capitalista, a transição do capitalismo competitivo para o monopolista ocasionou enorme aumento do volume absoluto do excedente econômico e a passagem de seu controle das mãos dos pequenos capitalistas para umas poucas empresas gigantes³.

Baran discute as inovações tecnológicas e o investimento, cita Steindl:

“As inovações [...] afetam a forma que o investimento líquido assume. [...] As inovações tecnológicas acompanham o processo de investimento como uma sombra, eles não agem sobre ele como força propulsora.” (STEINDL, 1952 apud BARAN, 1984, p. 85).

Baran questiona: o que faz com que as inovações técnicas atraiam investimentos? Após afirmar que, no mundo antigo, assim como na Idade Média, inúmeros inventos engenhosos não foram utilizados, porque não existiam condições socioeconômicas para sua aplicação, passa a expor que, para se explicar a inadequação do investimento privado ao volume do excedente econômico gerado em condições de pleno emprego não é necessário solicitar o auxílio de fatores externos aos princípios motores da economia capitalista, tais como erros governamentais ou de imprevisíveis adversidades do destino. Essa inadequação pode ser explicada por um processo profundamente enraizado na estrutura básica do capitalismo e originado por seu desenvolvimento: o crescimento da grande empresa, do monopólio e do oligopólio e o domínio sempre crescente que tais organizações exercem sobre todos os setores do sistema capitalista. Destaca as transformações profundas ocorridas na estrutura da empresa capitalista e nas alterações decorrentes na distribuição e no modo de utilização do excedente econômico. Pródigos Salários e gratificações para os gerentes de sociedades anônimas; generosos honorários para advogados, peritos em relações públicas, especialistas em

³ Pode-se aqui antecipar parte do que será exposto na obra que Baran elaborará junto com Sweezy, como ver-se-á na seqüência.

propaganda, analistas de mercado e advogados administrativos, dispêndios significativos com burocracia e representação – que eram desconhecidos à época do capitalismo competitivo (e que nas palavras de Baran continuam, ainda hoje, fora do alcance das pequenas empresas que operam na periferia competitiva da economia capitalista adiantada).

Para Baran, os dispêndios das grandes empresas em finalidade improdutivas, embora sejam ponderáveis, estão longe de absorver o excedente econômico superabundante ou de fornecer estímulos adequados, pela expansão da procura global, para investimentos adicionais. Afirmo que a maior parte do que essas empresas pagam a trabalhadores improdutivos passou a ser considerado despesa necessária à operação de grandes empreendimentos, e é tratada como parte dos custos fixos que têm que ser cobertos pelo preço do produto. Assim, o custo da manutenção dos trabalhadores improdutivos não é suportado pelos lucros das grandes empresas, e sim transferido aos compradores de seus produtos. Baran expõe que, embora o mecanismo automático de funcionamento do capitalismo monopolista tenha aumentado a parcela do produto social utilizada improdutivamente, esse aumento não é suficiente para reduzir adequadamente o volume do excedente econômico disponível para investimento em condições de pleno emprego ou para determinar uma expansão conveniente das oportunidades de investimento. Esta conclusão poderá ser encontrada em sua posterior obra realizada em conjunto com Sweezy, *capitalismo monopolista*, que se vê na seqüência.

Baran, em a *Economia Política do Desenvolvimento* (1984), dedica os capítulos V, VI, VII à questão do subdesenvolvimento. O excedente econômico constitui-se uma categoria central de análise da situação do subdesenvolvimento. Relata que, enquanto uma parte do excedente econômico que os consórcios monopolistas se apropriam é gasta, localmente, no pagamento, por exemplo, de administradores altamente remunerados, outra parte, justamente a de maior vulto (inclusive as poupanças pessoais desses administradores) é transferida para o exterior. A contribuição desse tipo de empresa à formação de capital nos países subdesenvolvidos é, portanto, menor do que a das firmas nacionais. E mais importante é o papel desempenhado pelas grandes empresas estrangeiras radicadas em países subdesenvolvidos que produzem mercadorias para exportação. Representam elas não apenas a quase totalidade dos interesses estrangeiros nas áreas atrasadas, envolvendo grandes inversões de capital, como também são responsáveis por parcela substancial da produção (tanto nacional como mundial) de tais mercadorias. Destaca que o aumento dos ativos dos países capitalistas ocidentais no mundo subdesenvolvido decorre, portanto, apenas parcialmente da exportação

de capitais (no sentido exato do termo) sendo de fato resultado principalmente da reinversão no exterior de parte do excedente econômico aí conseguido.

Segundo Baran a importância dos pagamentos externos dos países subdesenvolvidos para o seu desenvolvimento econômico não pode ser medida adequadamente por qualquer proporção que tais pagamentos representem em relação à renda nacional desses países. “A importância fundamental de tais transferências somente se torna clara quando se compreende que proporção do excedente econômico das nações pobres é removida para o exterior por esse processo.” (BARAN, 1984, Cap. 7, p. 206).

Bettelheim, em *Planificação e Crescimento Acelerado (1988)*, assinala que a história mostra que o desenvolvimento do excedente agrícola é a base primeira do desenvolvimento dos ofícios, das diferenciações sociais, do aparecimento das classes, do Estado, do Comércio, da Moeda, etc. E que a observação mostra também que o nascimento dos diferentes ofícios está subordinado à existência de um excedente alimentar regular ou de um nível suficientemente elevado da produtividade do trabalho agrícola. Ressalta, no entanto, que a condição de existência de um excedente agrícola não garante a industrialização. Neste sentido afirma:

É evidente que a existência de um excedente agrícola não é suficiente para que um desenvolvimento industrial possa ter lugar. Para que tal desenvolvimento possa ter lugar, é preciso, ao mesmo tempo, que existam condições sociais e técnicas favoráveis fora da agricultura e que a agricultura forneça um excedente cuja natureza física corresponda às exigências do desenvolvimento industrial. (BETTELHEIM, 1988, p. 118).

Aponta para a possibilidade de utilização do excedente no seguinte sentido:

Durante séculos um excedente agrícola considerável foi esbanjado por diversas classes dominantes sem que houvesse industrialização. As pirâmides, as catedrais, os palácios são o que subsiste dessas utilizações do excedente agrícola.
[...]
Vê-se que, se a existência de um excedente é uma condição necessária ao crescimento, não é uma condição suficiente. (BETTELHEIM, 1988, p. 119).

Bettelheim ressalta que a noção do excedente aparece ao mesmo tempo em que o pensamento econômico sistemático. A produtividade do trabalho agrícola é ressaltada, sendo que o que caracteriza essa produtividade é que o trabalho agrícola forneceria um excedente (cita os Fisiocratas). Bettelheim, em retrospectiva lembra Smith, Ricardo e Marx.

Smith e Ricardo preocupam-se com o crescimento do excedente e com sua utilização produtiva. Lembra que os ataques de Smith ao desperdício do excedente pelo estado feudal ou monárquico são bem-conhecidos. Ricardo entendia como necessário para o progresso

econômico o crescimento ao máximo da produção e que a maior parte possível formasse o excedente apropriado pelo empresário, visto que este o reinvestirá. Por isso, deseja o salário tão baixo quanto possível e que também sejam as mais baixas possíveis as rendas dos proprietários de terra. Marx mostrou que a forma concreta assumida pelo excedente econômico, a sua dimensão, o seu modo de apropriação e o seu modo de utilização, correspondem sempre a um estágio definido do desenvolvimento do trabalho e da sua produtividade social. Insistiu sobre as formas históricas assumidas pelo excedente e sobre o papel dessas diversas formas na história econômica.

Bettelheim ressalta que o entendimento de que a grandeza econômica mais importante para o crescimento é o investimento e não o excedente econômico tem sua origem na análise dos economistas da segunda metade do século XIX. Sobre isto expõe:

A sua análise se situava no nível da empresa e do consumidor. Nesse nível o investimento não aparece ter sua origem em um excedente social, mas numa decisão de poupança essencialmente individual.

[...]

A noção de excedente econômico foi, desde então, parcialmente substituída pelas noções de investimento e de poupança. Infelizmente essas noções não são tão ricas. Não permitem explicar de modo satisfatório a origem social da poupança e do investimento. Não permitem que se esclareçam os vínculos existentes entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas, por um lado, e a amplitude e as formas de utilização do fundo de investimento, por outro. (BETTELHEIM, 1988, p. 121-122).

Bettelheim expõe que o excedente econômico, como o define Marx, é constituído pela parcela do produto social líquido apropriada pelas classes não trabalhadoras, qualquer que seja a forma pelas quais essas classes utilizam o excedente: consumo pessoal, acumulação produtiva ou acumulação improdutiva, transferência aos que fornecem os serviços não-produtivos. Observe-se que a utilização do excedente para financiar as classes trabalhadoras que vivem deste esta incluída no modelo através do uso que a classe não trabalhadora faz do excedente.

Bettelheim classifica o excedente econômico em:

- 1) Excedente econômico corrente;
- 2) Excedente corrente disponível para o desenvolvimento;
- 3) Excedente utilizado no desenvolvimento.

O Excedente Econômico corrente é definido como o excedente do produto social disponível, definido como o produto social bruto menos a reposição, sobre a soma do consumo dos produtores e das famílias. Bettelheim entende como Produto Social Bruto:

[...] o produto social bruto corresponde apenas à soma dos produtos dos ramos que fornecem os materiais ou que fornecem serviços ligados diretamente à produção material como, por exemplo, os transportes e o comércio. Isso exclui do produto social bruto os serviços fornecidos pelo exército, a polícia, a justiça ou a administração geral, a educação nacional ou os serviços de saúde. (BETTELHEIM, 1988, p. 127).

Retirando desse produto social bruto o gasto com reposição, encontra-se o que define como produto social disponível. O excedente do produto social disponível sobre a soma do consumo dos produtores (trabalhadores) e das famílias (CP) define como o excedente econômico corrente. Corresponde ao excedente econômico tal como definido por Marx.

Toda a atividade e consumo situados fora da esfera da produção material aparecem como dependentes do excedente econômico fornecido pelos trabalhadores envolvidos na produção material.

Bettelheim afirma:

É importante notar que o excedente econômico corrente não “financia” somente as atividades e os consumos situados **fora da esfera da produção material**. É também a fonte do financiamento dos **investimentos**. Esse financiamento pode vir igualmente, pelo menos em parte, da poupança individual dos trabalhadores da esfera produtiva. Não obstante, essa poupança representa uma pequena fração do investimento total.

Por isso é que tem sido, freqüentemente, defendida a idéia de que, para maximizar a taxa de investimentos (com o fito de maximizar a taxa de crescimento da renda nacional), seria necessário maximizar a taxa de formação do excedente econômico corrente. (BETTELHEIM, 1988, p. 128, grifo nosso).

A taxa de formação do excedente econômico *corrente* pode ser incrementada pela baixa dos salários reais. Mas também pode ser obtida sem a baixa dos rendimentos dos trabalhadores. Isso pode ocorrer com o crescimento da produtividade do trabalho acima do crescimento dos salários. Assim, pode se ter o crescimento da taxa de formação do excedente econômico e a elevação do nível de vida dos trabalhadores.

Dentro desta perspectiva, teria-se como necessidade para o desenvolvimento o crescimento do excedente econômico através do progresso técnico. Lembrando, no entanto, que o crescimento do excedente é uma parte da questão, a outra é de se o excedente econômico adicional será efetivamente utilizado para o investimento produtivo. Bettelheim observa que,

em certas circunstâncias, o excedente pode ser totalmente ou parcialmente desperdiçado do ponto de vista do desenvolvimento.

O excedente econômico disponível para o desenvolvimento pode ser calculado deduzindo-se do excedente econômico corrente o que Bettelheim chama de despesas sociais gerais, isto é, as despesas que estão ligadas ao funcionamento da sociedade nas mesmas condições e no mesmo nível que anteriormente. Assim, consideram-se todos os consumos que asseguram a manutenção da sociedade e da economia no nível anteriormente atingido (inclusive a manutenção das classes ociosas).

O excedente utilizado no desenvolvimento, por sua vez, é o excedente que é utilizado no desenvolvimento quando se refere às despesas destinadas a aumentar a capacidade de produção da sociedade. Segundo Bettelheim, os empregos do excedente utilizado no desenvolvimento podem ser os seguintes: 1) investimentos produtivos novos; 2) investimentos improdutivo novos que servem indiretamente ao desenvolvimento; 3) despesas de Desenvolvimento; 4) aumento no montante total dos ganhos individuais dos produtores, trabalhadores, quando esses aumentos são seguidos de um aumento de produção; 5) crescimento das “despesas sociais gerais”, que permitem aumentar o volume de serviços socialmente úteis de tal maneira que esse aumento tenha um efeito positivo sobre a produção.

Os investimentos produtivos servem diretamente para o aumento da produção ou da produtividade do trabalho ou para a redução dos custos de produção nos ramos da economia que fornecem a produção **material**; os investimentos improdutivo são constituídos por todos os outros investimentos.

O aumento dos investimentos produtivos torna necessária uma outra categoria de **utilização do excedente** econômico, que constitui uma das formas de emprego do excedente no desenvolvimento. Bettelheim refere-se às **despesas de desenvolvimento**, ou seja, todas as despesas que não sejam de investimento e que visem assegurar diretamente o aumento dos conhecimentos ou o aumento da difusão ou da utilização dos conhecimentos.

Assinala o autor no capítulo 6 de *Planificação e Crescimento Acelerado*, pág 134, que, nas formações sociais pré-capitalistas, uma parte das rendas das classes ditas ociosas era utilizada

direta ou indiretamente no desenvolvimento dos conhecimentos científicos ou técnicos ou na difusão desses conhecimentos⁴.

Dessa maneira, numerosos físicos, matemáticos ou químicos foram membros dessas classes ociosas. A possibilidade de um crescimento autônomo dos conhecimentos explica que esse crescimento foi, com muita frequência, considerado como dado e gratuito. Sendo esta a razão pela qual o investimento era o fator estratégico do crescimento e não o progresso dos conhecimentos científicos e técnicos.

O crescimento econômico sempre depende, segundo Bettelheim, do progresso dos conhecimentos científicos e técnicos. Se a humanidade tivesse sido capaz de investir em instrumentos, tais como aqueles que eram conhecidos na idade da pedra, não teria havido Progresso Econômico mesmo havendo uma taxa de investimentos relativamente elevada. Assim, a progressão do saber científico e técnico é necessária para permitir um determinado nível de crescimento. E a progressão autônoma do saber é insuficiente para permitir uma taxa elevada de crescimento. Portanto, as despesas de desenvolvimento tendem a representar uma parte crescente do excedente utilizado no desenvolvimento.

Bettelheim destaca que:

Tudo nos permite pensar que as despesas de desenvolvimento são chamadas a representar uma parcela crescente do EUD [refere-se ao excedente utilizado no desenvolvimento] em comparação com o lugar ocupado pelos investimentos materiais. (BETTELHEIM, 1988, p. 135-136).

Um quarto emprego do excedente utilizado no desenvolvimento é o destinado ao aumento no montante total dos ganhos individuais dos produtores.

Bettelheim expõe que há três grandes categorias de aumento do volume dos ganhos (utilização do excedente):

1) aumento no total dos ganhos individuais dos produtores que são o resultado de um aumento do emprego produtivo 2) aumentos dos ganhos individuais dos produtores que resultem das mudanças na estrutura profissional do setor produtivo 3) aumentos nos ganhos individuais que levem a um aumento da produtividade do trabalho.

A quinta forma de utilização do excedente utilizado para o desenvolvimento é constituída pelo crescimento das “despesas sociais gerais” que permitem aumentar o volume

⁴ Bettelheim assinala que a existência de um “crescimento autônomo” dos conhecimentos explica por que esse conhecimento foi considerado com muita frequência como “gratuito”. Segundo o autor esse é um motivo pela qual o fator estratégico do crescimento era, até época recente, o investimento e não o progresso técnico dos conhecimentos técnicos científicos.

dos serviços socialmente úteis⁵ de tal maneira que esse aumento tenha um efeito positivo sobre a produção. Bettelheim passa a ver o que acontece à grandeza total do excedente disponível para o desenvolvimento. Distingue dois casos:

No primeiro, as despesas para as quais foi dirigido o excedente corrente disponível para o desenvolvimento não foram transformadas em despesas correntes para assegurar a reprodução simples. O excedente que existia no período inicial reaparece no produto dos períodos posteriores. Bettelheim discorre:

Um exemplo típico desse caso corresponde às despesas dirigidas à pesquisa técnica. Quando essas despesas são corretamente utilizadas, permitem aumentar o produto social disponível graças aos aumentos da produtividade do trabalho ou graças a uma utilização mais eficiente dos recursos. (BETTELHEIM, 1988, p.147).

No segundo caso, o excedente inicial desaparece, como tal, do produto social posterior embora tenha sido utilizado no desenvolvimento.

Assim, as despesas a que é destinado o excedente devem ser renovadas a fim de assegurar a simples manutenção da produção no nível atingido. O aumento do produto social disponível, produto este acima definido, não resulta apenas do investimento do período passado, mas também do conjunto dos progressos técnicos e das despesas de desenvolvimento e de investimento **não produtivos** que puderam suscitá-lo.

Bettelheim enfatiza:

Quando reconhecemos que certas despesas de consumo podem ter um “efeito no desenvolvimento” (como ocorre com certos aumentos dos gastos gerais da reprodução simples), reconhecemos, ao mesmo tempo, que o aumento do **excedente utilizado no desenvolvimento** não se identifica necessariamente com uma queda do consumo, nem mesmo com uma queda da parte do consumo final no produto total. (BETTELHEIM, 1988, p. 153, grifo nosso).

O crescimento econômico e social, segundo o autor, depende sempre de dois fatores: um fator material, representado pelos investimentos (eles próprios considerados como o que se acresce à riqueza existente), e um fator puramente econômico representado pelo excedente econômico e as suas diferentes utilizações possíveis, sendo uma delas a de financiar o processo de investimento e outra a de assegurar as outras despesas de desenvolvimento. Em última análise, é somente graças à destinação de uma fração suficiente do excedente econômico a outros fins, que não os de investimentos, que os próprios investimentos podem contribuir de maneira durável para o crescimento da produtividade do trabalho e para um aumento regular do nível de vida.

⁵ Isaak Rubin (1980) considera que para Marx é produtivo o trabalho que atende dois critérios: produz valor de uso e produz mais-valia.

5.3.2 O Excedente e o Capitalismo Monopolista: Paul Baran, Paul Sweezy e Harry Braverman

Sweezy e Baran em *O Capitalismo Monopolista* esclarecem que o objetivo do livro é iniciar o processo de análise sistemática do capitalismo monopolista pela mais desenvolvida sociedade capitalista monopolista, os EUA. Para esse objetivo, o livro está organizado em torno do tema central do qual extrai a sua unidade essencial: a criação e absorção do excedente, num regime de capitalismo monopolista.

Os autores acreditam que os modos de utilização do excedente constituem o indispensável mecanismo que liga a base econômica da sociedade com o que os marxistas chamam de sua superestrutura política, cultural e ideológica. Ressaltam que, ao se aterem à criação do excedente e sua absorção, não estão dando um quadro completo da sociedade capitalista ou de qualquer sociedade; afirmam ter consciência de que esta abordagem resultou na negligência de um assunto que ocupa lugar central no estudo de Marx: O processo de trabalho. Com base nesta afirmação, procurou-se analisar o trabalho de Braverman; na seqüência a análise do capitalismo monopolista de Baran e Sweezy

Baran e Sweezy afirmam que o excedente econômico, na definição mais breve possível, é a diferença entre o que a sociedade produz e os custos de produção. O volume do excedente é um índice de produtividade e riqueza, da margem de liberdade que a sociedade tem para atingir metas a que se proponha a chegar. A composição do excedente mostra como é utilizada tal liberdade: quanto é investido na expansão de sua capacidade de produção, quanto é consumido de várias formas, quanto é desperdiçado e de que modo. Asseguram que, numa sociedade onde impera o regime do capitalismo monopolista altamente desenvolvido, o excedente assume muitas formas e disfarces. Afirmam que por esta razão preferem:

[...] o conceito de 'excedente' à tradicional 'mais-valia' marxista, que provavelmente se identifica para a maioria das pessoas conhecedoras da teoria econômica marxista como igual à soma de lucros+ juro + renda. É certo que Marx demonstra - em passagens esparsas de *O Capital e Teorias da Mais-valia* - que a mais-valia também compreende outros itens, como as receitas do Estado e Igreja, as despesas de transformação das mercadorias em dinheiro e os salários dos trabalhadores improdutivos. Em geral, porém, tratou-os como fatores secundários, excluindo-os de seu esquema teórico básico. Afirmamos que sob o capitalismo monopolista este procedimento já não se justifica, e esperamos que uma modificação de terminologia ajude a efetuar as modificações necessárias na posição teórica. (BARAN; SWEEZY, 1974, p.19-20).

Neste ponto, pode-se verificar, sem entrar no mérito da substituição do conceito de mais-valia para o de excedente, que os autores procuram ressaltar que na fase do capitalismo

monopolista diversos itens da mais-valia adquirem importância em relação à época de Marx. Verificou-se, anteriormente, que Hilferding destaca os dividendos como nova forma de rendimento (de acesso ao valor excedente).

No capítulo 2, Baran e Sweezy (1974) procuram focalizar sua atenção sobre a sociedade anônima. Ressaltam diversos aspectos dessas sociedades: 1) O controle fica na mão da administração, ou seja, a junta de diretores e os principais funcionários executivos. Interesses externos estão frequentemente representados na junta, para facilitar a harmonização de interesses e políticas da empresa com os dos clientes, fornecedores, banqueiros. 2) A administração se faz por um grupo que se autoperpetua, sendo que cada geração de administradores recruta seus sucessores, treinando-os, encaminhando-os e promovendo-os de acordo com os padrões e valores vigentes, 3) Cada empresa visa atingir, e normalmente atinge, a independência financeira através da criação interna de fundos que permanecem à disposição da administração.

Baran e Sweezy destacam que a propriedade de ações, riqueza, ligações, etc., em geral, não permitem a uma pessoa controlar ou exercer grande influência numa empresa gigante, partindo de fora. São, antes, os bilhetes de entrada para o interior da empresa, de onde é exercido o verdadeiro poder empresarial. Como causa apontam uma série de fatos que afrouxaram ou romperam os laços que ligavam antigamente os grandes grupos de interesses. O declínio da necessidade de recursos do banqueiro e do financista ocorre à medida que as empresas, obtendo grandes lucros monopolistas, puderam atender a suas necessidades financeiras com fundos criados internamente. Ao mesmo tempo desapareceram os homens de espírito dominador que fundaram as fortunas familiares, deixando suas ações a numerosos herdeiros, fundações, instituições, etc. Assinalam que não desapareceram os grupos de interesse, mas que declinou a importância desses na economia americana.

Pode-se observar o contraste da posição dos autores em relação à exposta por Hilferding, como se viu, pois Baran e Sweezy registram a queda de importância do capital bancário e a importância da acumulação interna de fundos (lembrando que o foco de análise dos autores é o capitalismo americano enquanto o de Hilferding é o capitalismo alemão).

Baran e Sweezy registram que a grande sociedade anônima começou a surgir na segunda metade do século XIX, primeiro nos campos das finanças e ferrovias, estendendo-se à indústria, na passagem do século, e expandindo-se mais tarde para outros setores da economia nacional. O centro do mundo econômico naquela época não era a empresa, mas o

magnata, que controlava, tipicamente, uma série de companhias, em vários ramos de atividades. Os bens da empresa representavam, em sua maioria, dinheiro de outras pessoas, manejado pelo magnata. Afirmam que o dirigente empresarial atual é um tipo muito diferente do magnata descrito. Sua principal preocupação é a vigilância e regulamentação de um determinado processo industrial ao qual sua sobrevivência está ligada. Ele é a espécie principal de um gênero conhecido como “homem de organização”.

Afirmam que essa camada administrativa é a parte mais ativa e influente da classe dos proprietários que, com poucas e insignificantes exceções, são homens ricos, independente das grandes rendas e amplos privilégios obtidos de suas ligações empresariais. Entendem, é verdade, que a administração não está sujeita ao controle do acionista, ou seja, existe uma separação entre propriedade e controle. Mas, a partir disto, não se pode concluir que a administração em geral está divorciada da propriedade em geral. Asseguram:

Pelo contrário, os dirigentes estão entre os maiores donos; e, devido às posições estratégicas que ocupam, funcionam como os protetores e porta-vozes de toda a propriedade em grande escala. Longe de serem uma classe à parte, constituem na realidade o principal escalão da classe dos proprietários. (BARAN; SWEEZY, 1974, p.44).

Baran e Sweezy entendem que a divergência entre os dirigentes e os grandes proprietários são bem menores do que entre os dirigentes e os pequenos proprietários. Exemplificam com os dividendos. Afirmam que a maioria dos dirigentes é proprietária de ações e como tal tem pelos dividendos o mesmo interesse que outros grandes acionistas. Tal interesse não está em uma taxa mínima ou máxima de dividendos pagos, mas num ponto intermediário. Ou seja, a propriedade de ações deve proporcionar uma razoável renda (dividendos), mas por outro lado devem ter uma valorização certa (reinvestimento dos lucros).

Os autores afirmam que o interesse em uma baixa taxa de dividendos torna os dirigentes aliados dos grandes proprietários. O motivo seria de que os muito ricos poupam de qualquer modo e é mais interessante, portanto, que as empresas em que possuem ações realizem diretamente a poupança, ao invés de receber dividendos, dos quais teriam de fazer a poupança. A poupança empresarial resulta num aumento no valor de suas ações⁶. Afirmam que os grandes acionistas e os administradores se precisarem de dinheiro poderão, em geral, vender suas ações com ganho de capital e serem tributados de forma mais tênue de que se

⁶ Deve-se observar que Hilferding também supunha que os fundos de depreciação, reservas não distribuídas, lucros acumulados levam à oscilação positiva do preço da ação. Além disso, os lucros acumulados poderão gerar bonificações que poderão gerar para os acionistas lucros no momento da venda desses títulos.

recebessem dividendos e tivessem de pagar os impostos normais previstos. As pressões para dividendos mais altos vêm dos pequenos acionistas, sendo que consideram que estes não são uma força desprezível. Como resultado concluem que na prática as políticas de dividendos são resultado de uma concessão mútua entre o desejo dos dirigentes e dos grandes acionistas de terem uma baixa taxa de dividendos e o desejo dos pequenos acionistas de uma taxa elevada.

Para Baran e Sweezy, os objetivos primordiais de uma política empresarial, que são ao mesmo tempo os objetivos pessoais dos dirigentes da empresa, são a taxa de crescimento e o tamanho da empresa. Asseveram:

Os lucros proporcionam os fundos internos para a expansão. Os lucros são os nervos e os músculos da força, que por sua vez dá acesso aos fundos externos se e quando estes se fizerem necessários. A expansão interna, a aquisição e a fusão são as formas pelas quais as empresas crescem, e o crescimento acaba por torná-las grandes. Assim os lucros, embora, não sendo o objetivo final, constituem os meios necessários a todos os objetivos finais. (BARAN; SWEEZY, 1974, p.48).

Observa-se que os autores salientam que a participação no valor excedente, através da forma lucro, constitui-se no meio necessário de sua expansão. Posteriormente está constatação, com outra terminologia, será ressaltada por autores Pós-keynesianos e por autores preocupados em estudar as causas do crescimento das empresas (economia industrial).

Baran e Sweezy acreditam que se percorreu um longo caminho desde o alvorecer histórico da produção capitalista, e mesmo desde a época quando Karl Marx escreveu *O Capital*. O capitalista avarento, que poupa cada centavo e fiscaliza ansiosamente sua fortuna crescente, parece um personagem de romance do século XIX. O homem da empresa de hoje tem uma atitude diferente. Na verdade, gosta de ganhar o máximo possível de dinheiro, mas o gasta livremente, e os benefícios de aposentadoria e outra vantagens que obtém de sua companhia lhe permitem adotar uma atitude bastante indiferente em relação à poupança pessoal. Observam que o contraste entre o homem de negócios moderno e o antigo poderia levar à conclusão que o velho impulso para acumulação do capitalismo desapareceu do sistema. Entendem que se trata de uma visão superficial, pois o verdadeiro capitalista de hoje não é o empresário individual, mas a empresa. O que o homem de negócios faz em sua vida privada, sua atitude para com a obtenção e o gasto de sua renda pessoal são essencialmente irrelevantes para o funcionamento do sistema. O que conta é sua atuação na vida de sua companhia e sua atitude para a obtenção e o gasto da renda da companhia. E, sob este aspecto,

não pode haver dúvida de que a obtenção e acumulação dos lucros ocupam hoje uma posição mais dominante do que nunca.

A substituição do capitalista individual pelo capitalista da sociedade anônima constitui uma institucionalização da função capitalista. A essência e o coração da função capitalista é a acumulação: esta foi sempre o primeiro motivo do sistema, o centro de seus conflitos, a fonte de seus triunfos e desastres. Os autores citam Marx:

Ao se alcançar uma certa fase de desenvolvimento, um grau convencional de prodigalidade, que é também uma exibição da riqueza, e conseqüentemente uma fonte de crédito, torna-se uma necessidade econômica para o capitalista “infeliz”. O luxo faz parte das despesas de representação do capital. (MARX, 1867 apud BARAN; SWEEZY, 1974, p.52).

As despesas de representação tomaram a forma do desperdício ostensivo, de um lado, e da filantropia, do outro. Ambos sempre tiveram a finalidade de relações públicas. Entendem os autores que uma das modificações mais notáveis foi o acentuado declínio de ambos os tipos de despesas pela aristocracia do mundo dos negócios.

Afirmam, no entanto, que tais despesas de representação do capital não foram abolidas. A responsabilidade no atendimento das despesas de representação do capital foi institucionalizada, sendo a própria empresa que mantém um alto padrão de vida perante o público, e o faz construindo sedes grandiosas, proporcionando gabinetes aos funcionários, transportando-os em frotas de aviões da empresa, em automóveis da empresa, e assim por diante. A filantropia também é cada vez mais institucionalizada, destacando-se o papel cada vez mais importante no apoio a instituições de ensino privado. Entendem, por fim, que essa tendência à institucionalização deve se manter e, portanto, o custo de quase toda a filantropia privada recairá diretamente sobre as grandes companhias.

Assim, a companhia gigante é uma máquina de maximização de lucros e acumulação do capital, pelo menos nas mesmas proporções em que o era a empresa individual de um período anterior. Mas ela não constitui apenas uma versão ampliada e institucionalizada do capitalista pessoal. Existem grandes diferenças, sendo que duas delas se destacam: a grande companhia tem um horizonte temporal maior do que o capitalista individual, e apresenta uma maior racionalidade. Conforme Baran e Sweezy, o capitalismo monopolista é um sistema constituído de empresas gigantes. Não significando, alertam os autores, que é útil estudar o capitalismo monopolista com abstração de tudo, exceto dessas empresas. Fazer abstração das empresas menores seria excluir do campo de investigação alguns dos determinantes do

comportamento da grande empresa. No entanto, alertam, não se deve supor que a grande empresa e as empresas menores são qualitativamente iguais, ou de importância correspondente para o *modus operandi* do sistema. O elemento dominante, o principal móvel, é o mundo dos grandes negócios organizado em empresas gigantes, que se empenham em maximizar o lucro e acumular capital. São administradas por homens de empresa cuja sorte está identificada com o êxito ou fracasso da companhia.

Mas mesmo as maiores empresas não produzem mais do que uma fração muito pequena da produção total da sociedade, portanto o capitalismo monopolista é tão sem planificação como o seu predecessor, o capitalismo competitivo. As grandes empresas se relacionam mutuamente, relacionam-se com os consumidores, os empregados e as empresas menores principalmente através do mercado. A forma pela qual o sistema funciona é ainda o resultado não intencional de atos de interesse próprio das numerosas unidades que o compõe. E como as relações de mercado são essencialmente relações de preço, o estudo do capitalismo monopolista, como o capitalismo competitivo, deve começar com o funcionamento do mecanismo de preços. No capitalismo competitivo, a empresa industrial aceita os preços, ao passo que, no capitalismo monopolista, a grande empresa é quem faz o preço.

Para Baran e Sweezy, a concorrência de preços não encampa todas as formas de competição. A competição, por exemplo, através da campanha de vendas é uma outra forma de concorrência. Mas inicialmente restringem-se, para efeito de análise, a formas de concorrência que tem uma influência direta sobre os custos de produção e, portanto, sobre a magnitude do excedente. Os autores afirmam que, se o oligopolista consegue alcançar uma aproximação grande do preço do monopólio teórico e se seus esforços têm êxito em reduzir o custo, tem-se que o excedente terá uma forte tendência a elevar-se.

Baran e Sweezy afirmam que as firmas com menores custos e maiores lucros desfrutam de uma variedade de vantagens sobre os rivais que têm custos mais elevados na luta pelas parcelas de mercado. Assinalam que a firma com menores custos leva a melhor, pode ser agressiva, mesmo a ponto de ameaçar e, no caso limite, precipitar uma guerra de preços. Pode arcar com a publicidade, pesquisa, aperfeiçoamento de novas variedades de produtos, serviços extras, e assim por diante, que são os meios habituais de luta pelo mercado e que tendem a produzir resultados na proporção das quantias investidas nesses itens. Outros fatores menos concretos adquirem importância, exemplificam que uma empresa de menor custo e maiores lucros adquire uma reputação especial que lhe permite atrair clientes, roubar pessoal

dirigente. Por esses motivos, os autores afirmam que existe um forte incentivo para que a grande empresa busque continuamente reduzir seus custos.

Assinalam uma outra razão para que a tendência a queda dos custos de produção seja endêmica a toda a economia capitalista monopolista. Decorre das exigências da concorrência extrapreço na indústria de bens de produção. Nela, como nas indústrias que produzem bens de consumo, os vendedores devem procurar sempre colocar algo de novo no mercado. Mas as indústrias de bens de produção, em suas compras, não tratam com compradores cujo interesse primordial seja a última moda ou imitação aos vizinhos. Suas transações se fazem com compradores mais complexos, cujo interesse primordial é aumentar os lucros. Os novos produtos oferecidos aos compradores em perspectiva devem ser planejados para ajudá-los a aumentar os lucros e isso significa geralmente ajudá-los a reduzir os custos. Os fabricantes de bens de produção obtêm mais lucros ajudando os outros a também a obter mais lucros. Concluem, portanto, que existe uma tendência decrescente de custos no capitalismo monopolista.

Baran e Sweezy afirmam que por esse motivo o capitalismo monopolista poderia ser considerado como um sistema racional e progressista. Afirmam que se esta tendência a redução do preço pudesse ser separada da fixação monopolista de preços e se pudesse encontrar uma forma de utilizar os frutos da produtividade crescente em benefício da sociedade como um todo, o argumento seria realmente poderoso. Mas isso não ocorre porque toda a motivação da redução de custo é aumentar os lucros. A redução dos custos representa um aumento das margens de lucro. E isto significa lucros globais que não só se elevam de forma absoluta, mas também como parcela do produto nacional. Os autores igualam, provisoriamente, os lucros globais com o excedente econômico da sociedade e formulam como lei geral do capitalismo monopolista o fato de que o excedente tende a elevar-se tanto absolutamente como relativamente, à medida que o sistema se desenvolve.

Baran e Sweezy após terem concluído que existe uma forte e sistemática tendência de ascensão do excedente, tanto em termos absolutos como na forma de parcela do produto total, afirmam que este pode ser absorvido das seguintes formas: a) pode ser consumido; b) pode ser investido; c) pode ser desperdiçado.

No capítulo quatro do *Capitalismo Monopolista*, os autores voltam sua atenção para a absorção do excedente através do consumo e do investimento privado. Afirmam que, à

medida que o excedente é consumido pelos capitalistas, o volume disponível para investimento sofre uma redução correspondente. Afirmam:

Sem entrarmos na aritmética desta questão, podemos dizer, com segurança, que nenhuma solução poderá ser encontrada dentro dessas linhas, se o volume de excedente não consumido pelos capitalistas (e, portanto, um excedente que exige investimento) se elevar relativamente à renda total. Já vimos que o excedente na realidade tende a elevar-se em relação à renda total. A questão se reduz, portanto, ao seguinte: tende o consumo capitalista a se elevar como parcela do excedente? Se não, a parte do Excedente que busca investimento deve elevar-se em relação à renda total, e a possibilidade de que o consumo capitalista possa proporcionar uma solução para o problema fica excluída. (BARAN; SWEEZY, 1974, p.86).

Os autores supõem que o capitalista consuma a totalidade dos lucros distribuídos. A finalidade é verificar se, mesmo nesse caso, o consumo capitalista não tende a elevar-se como parcela do excedente. O problema é agora simplesmente de saber se há, na verdade, uma tendência para que se eleve a parcela distribuída do excedente (dividendos), ou permaneça constante, ou caia à medida que o excedente se expande. Entendem que existe uma tendência para que a parcela distribuída decline, concorrendo para isto as grandes empresas que adotam uma de distribuição de dividendos que não acompanha a elevação dos lucros. Os autores asseveram que o consumo capitalista aumenta de forma absoluta, mas declina como proporção do excedente, e ainda mais como uma proporção da renda total. Não só o excedente, portanto, mas também a parte dele que busca investimento, tende a elevar-se em proporção a renda total. Se essa tendência será realizada, porém, é outra questão. A lógica da situação, para Baran e Sweezy, é a seguinte:

[...] se a renda total crescer num ritmo acelerado, então uma parcela cada vez maior terá de ser destinada ao investimento; inversamente, se uma parcela cada vez maior for destinada ao investimento, a renda total deve crescer num ritmo acelerante. (BARAN; SWEEZY, 1974, p.87).

Para os autores, esta conclusão constitui-se em um absurdo, visto que um volume cada vez maior de bens de produção terá de ser fabricado com a única finalidade de criar um volume cada vez maior de bens de produção no futuro. O consumo constituiria uma parte decrescente da produção, e o crescimento do estoque de capital não teria relação com a expansão, real ou potencial, do consumo (nos moldes previstos por Tugan Baranovski).

Baran e Sweezy entendem essa situação como totalmente irrealista e se incorporam aos autores que entendem que o investimento real de um volume de excedente que se eleva em relação à renda deve significar que a capacidade de produção da economia cresce mais rapidamente que o seu produto. Ressaltam que o padrão de crescimento nos moldes acima não

é impossível. Mas os autores advertem, no entanto, que é impossível que esse padrão persista indefinidamente.

Mais cedo ou mais tarde, a capacidade excedente torna-se tão grande que desestimula qualquer novo investimento. Quando este declina, o mesmo ocorre com a renda e o emprego e, portanto, também com o próprio excedente.

A tendência à elevação do excedente está arraigada nas políticas monopolistas de preços e custos, e não em qualquer variação do produto em relação à capacidade. Mas, ressaltam os autores, há uma íntima relação entre os lucros e a taxa de operação, sendo esta última definida como a relação entre a produção real e a capacidade de produção. Enfatizam que qualquer declínio na taxa de operação, seja através de uma redução na produção ou de um aumento da capacidade, ou uma combinação dos dois, resultará num declínio dos lucros. A queda dos lucros será mais que proporcional ao declínio na produção de forma que os lucros desaparecerão totalmente a uma determinada taxa de produção, em decorrência do fato, em particular para a grande empresa, de que os custos gerais não variam com a produção. Por outro lado, os custos gerais por unidade caem à medida que a produção aumenta. Se os preços permanecem os mesmos e os custos variáveis por unidade forem constantes durante o período em questão, os lucros por unidade se elevarão, tal como o lucro total como parcela do produto.

Baran e Sweezy trazem dados da economia americana para evidenciar que o excedente cresce quando a capacidade é plenamente utilizada; e se reduz rapidamente quando a procura global declina. Com a redução do excedente, a sua parte que busca investimento se reduz de forma mais do que proporcional (nessa queda a relação entre o consumo, por um lado, e o excedente e o produto, por outro, se eleva e isso acaba dando fim a contração). O ponto inferior é alcançado quando o volume de excedente que busca investimento é exatamente absorvido pelas possibilidades de investimento existentes. Uma elevação iniciada cria um aumento rápido absoluto do excedente, e tão logo a parte deste que busca investimento ultrapassa as possibilidades de investimento existentes, a expansão chega ao fim. Baran e Sweezy lembram que esse ponto crítico superior de expansão pode ser alcançado muito antes de a plena utilização da capacidade ou o pleno emprego do trabalho serem alcançados.

Entendem Baran e Sweezy que, se todo o investimento fosse endógeno, ou seja, canalizado para oportunidades surgidas dos mecanismos internos do sistema, esses mecanismos tenderiam a gerar uma oferta sempre crescente de excedente que busca

investimento, mas que, pela natureza do caso, não podem criar um aumento correspondente na magnitude das possibilidades de investimento. No entanto, concluem que nem todo o investimento é endógeno. Há também o investimento exógeno, ou seja, aquele que pode ocorrer independentemente dos fatores de procura criados pelo funcionamento normal do sistema. Ressaltam que na literatura econômica três tipos de investimentos exógenos têm sido ressaltados: 1) investimento para atender às necessidades de uma população em crescimento; 2) Investimento em novos métodos de produção e novos produtos; 3) investimento no exterior.

Assim, embora não haja razão para negar que o crescimento demográfico em si crie certas possibilidades de investimento, também não se deve atribuir grande importância a esse fator. A tese de que o investimento exógeno provocado pelo crescimento demográfico pode ser uma contribuição considerável, ou mesmo decisiva, para a solução do problema da absorção do excedente, pode ser rejeitada seguramente, como destituída de base. Lembrem Kalecky ao afirmar que o que conta é a capacidade aquisitiva da população.

Baran e Sweezy efetuam os seguintes questionamentos: O progresso tecnológico proporciona automaticamente possibilidades ao excedente que busca investimento? Qualquer diminuição dessas possibilidades pode, em princípio, ser superada por um aumento adequado na taxa de progresso tecnológico?

Assinalam que, os efeitos favoráveis da transformação técnica mais rápida sobre o funcionamento da economia têm sua origem na análise tradicional de um sistema competitivo. Nessa análise, algumas firmas especialmente empreendedoras investem em inovações e, por algum tempo, desfrutam lucros extras. Outras firmas as imitam, a oferta se expande em proporção significativa e os preços começam a cair. As firmas que não conseguem reagir à competição terão seu equipamento encaminhado, nas palavras dos autores, para o ferro velho. Assim, no decorrer do processo, grande parte do capital é investido e grande parte do capital antigo é destruído.

No capitalismo monopolista esse modelo perde sentido, pois as inovações são introduzidas tipicamente pelas empresas gigantes, que não agem sob a compulsão do processo competitivo⁷, mas de acordo com cálculos cuidadosos sobre o curso da maximização dos lucros. No caso competitivo ninguém, nem mesmo as próprias firmas inovadoras, podem controlar as taxas pelas quais as novas tecnologias são geralmente adotadas, mas, isto,

⁷ Baran e Sweezy adotam um conceito de competição que hoje muitos autores entenderiam como fortemente influenciado pelo paradigma que prevê que a competição ocorra dentro da estrutura de mercado (neoclássico).

conforme os autores, deixa de ser verdadeiro no caso dos monopólios, pois essas empresas gigantes podem controlar a adoção de novas tecnologias.

O desuso do equipamento antigo para dar lugar ao novo só passa a ser vantajoso para o monopolista se a diferença entre o lucro a ser obtido com o equipamento novo e o lucro obtido com o antigo for maior do que o lucro a ser obtido por qualquer investimento alternativo. Assim, para o monopolista, a adoção de novas técnicas será normalmente evitada. Ele preferirá esperar até que seu capital existente esteja necessitando de reposição, antes de instalar o equipamento novo. Não significa isto uma redução no ritmo de descobertas de novas técnicas. A grande empresa tem um forte incentivo para descobrir novas técnicas que reduzam os custos, e como a sua capacidade de usar os recursos da ciência e da tecnologia é muito maior que a da pequena firma que lhe faz concorrência, deve-se esperar que o capitalismo monopolista intensifique o ritmo das descobertas.

Como em qualquer grande empresa, uma parte do equipamento estará sempre alcançando o término de sua vida útil normal, sendo substituído por novo que incorpore as mais modernas e lucrativas técnicas existentes. Portanto, no capitalismo monopolista, deve-se esperar ao mesmo tempo uma rápida taxa de progresso técnico e a conservação em uso de um considerável volume de equipamento tecnologicamente obsoleto.

Segundo Baran e Sweezy algumas das técnicas novas exigem pouco investimento em instalações e equipamentos novos, e não há razão pela qual sua adoção necessite ser determinada em função do equipamento antigo. Esses investimentos serão bem recebidos pelo monopolista, mas, no que se refere à adequação do investimento para o sistema como um todo, as inovações desse tipo se constituem um mal irremediável. Aumentam a capacidade das instalações e dos equipamentos existentes, desestimulando novos investimentos. Ao reduzir custos, eles aumentam os lucros e, portanto, o volume de excedente em busca de investimento. Para Baran e Sweezy:

[...] no capitalismo monopolista não há correlação necessária, como ocorre no sistema competitivo, entre a taxa de progresso tecnológico e o volume de oportunidade de investimento. O progresso tecnológico tende a determinar a forma que o investimento toma a qualquer momento, e não o seu volume. (BARAN; SWEEZY, 1974, p.103).

Essa regra admite exceções, particularmente no caso dos produtos novos, diferentemente de novas versões dos produtos existentes. Entendem, no entanto, que tanto os produtos novos como os processos novos tendem a ser adotados de forma controlada e a determinar a forma que o investimento toma, e não a sua magnitude. Ressaltam:

O novo produto substitui o antigo, tal como o novo processo toma lugar do anterior; há muito pouco da “destruição criadora” que Schumpeter considerou a principal força da economia capitalista. (BARAN; SWEEZY, 1974, p. 104).

Baran e Sweezy chamam a atenção para o fato de que a previsão de uma margem de depreciação é um outro motivo para se duvidar da capacidade de absorção do excedente pela inovação tecnológica, pois entre os custos de produção socialmente necessários deve ser incluída uma margem para depreciação em decorrência do desgaste sofrido pelo estoque de capital. Numa economia caracterizada pela transformação tecnológica e pelo monopólio não há como conhecer qual será a vida útil de um equipamento de capital, nem há pressões competitivas que forcem as empresas gigantes a cuidadosas estimativas para orientá-las na formulação de suas taxas de depreciação. Existe, portanto, um forte incentivo para que as empresas fixem margens de depreciação tão elevadas quanto o permitam as autoridades tributárias, já que a receita oriunda da depreciação está isenta de impostos sobre os lucros das empresas e fica à disposição, sem ônus para a empresa, para os objetivos que desejar, da mesma forma que os lucros retidos. Em teoria, parte deste fluxo deve ser considerada como custo de produção e parte como lucro disfarçado.

Deve-se ter em mente esta situação, afirmam os autores, pois, em qualquer nível de renda, as possibilidades totais de investimento devem ser suficientes para absorver não só a parte do excedente que não é consumida, mas também toda a soma de margens de depreciação. Isso não significa que as direções das empresas sejam obrigadas a investir as margens de depreciação que possam fixar, podem usá-las para qualquer finalidade. Significa realmente que, para o sistema como um todo, o investimento deve ser pelo menos tão grande quanto a depreciação, antes que se possa começar a falar mesmo da absorção do excedente⁸.

Além disso, não se deve supor, segundo Baran e Sweezy, que a necessidade de substituir equipamento e instalações desgastadas proporcionará automaticamente um escoadouro para as margens de depreciação, deixando o excedente para cobrir as exigências de novo investimento. Isto somente ocorreria numa economia na qual os métodos de produção e os gostos dos consumidores permanecessem inalterados, e as oportunidades de investimentos novos estivessem relacionadas, em sua totalidade, com uma população em crescimento e/ou com uma renda *per capita* em crescimento. Assinalam:

⁸ Se se considerar parte do lucro na depreciação (lucro disfarçado), se está diminuindo o excedente ou lucro, portanto é lógica a afirmação dos autores. Assim a absorção desse excedente diminuído só ocorrerá após o investimento ser tão grande quanto a depreciação. Na verdade, o que os autores estão afirmando nada mais é de que somente o investimento líquido absorverá o excedente.

Na economia capitalista real as técnicas de produção e os gostos dos consumidores modificam-se continuamente (ou são modificados), e nessas condições a distinção entre investimento de “reposição” e investimento “novo” torna-se sem sentido.” O velho capital está sempre se desgastando e o novo capital está sempre sendo investido, mas não há relação necessária entre os dois processos. (BARAN; SWEEZY, 1974, cap.42, p.106 - 107).

Afirmam, considerando a grande empresa:

Só podemos dizer, a qualquer momento, que há um volume total definido de investimento que deve encontrar escoadouros, para que se mantenha o nível existente de produção e emprego, e que esse total é igual ao total da depreciação mais o volume de excedente criado naquele nível de produção menos a parte do excedente que está sendo consumida.

Ora, o que desejamos ressaltar é apenas isso: quando o volume de depreciação é muito grande, como no capitalismo monopolista de hoje, é possível que as empresas possam financiar, apenas com essa fonte, todo o investimento que considerem lucrativo para as inovações (tanto em produtos novos como em processos novos) não deixando possibilidades inovacionais para ajudar a absorver o excedente que busca investimento. Em outras palavras, o progresso tecnológico pouco mais pode fazer do que modelar os usos mais lucrativos para os fundos que as direções das empresas criaram através de suas políticas de depreciação generosas. Na medida em que assim é, o progresso tecnológico não traz qualquer contribuição para a solução do problema dos escoadouros para a parte “visível” do excedente que busca investimento: qualquer que seja o investimento necessário para materializar as inovações existentes, ele bem poderá ser inferior ao que se faria necessário para absorver a maré crescente das margens de depreciação. (BARAN; SWEEZY, 1974, p.107, grifo nosso).

O aspecto que Baran e Sweezy consideram relevante sobre o investimento no exterior como forma de absorção do excedente é que entendem que, salvo os breves períodos em que as exportações de capital dos países adiantados são altas, o investimento no exterior deve ser visto como um método de drenar o excedente das áreas subdesenvolvidas, e não um canal pelo qual o excedente seja dirigido para elas. Assim, mesmo nos casos em que somas substanciais de capital são exportadas, a expansão subsequente ocorre, comumente, pelo reinvestimento dos lucros. Baran, como se viu em *Economia Política do Desenvolvimento*, já havia ressaltado esse ponto. O investimento no exterior, longe de ser um escoadouro para excedente criado internamente, é um recurso dos mais eficientes para a transferência do excedente gerado no exterior para o país investidor, sendo que, assim, o investimento no exterior agrava ao invés de ajudar a resolver o problema de absorção do excedente.

Portanto, o capitalismo monopolista é um sistema autocontraditório ao máximo, que tende a criar um excedente cada vez maior, embora não consiga proporcionar o consumo e o investimento para a absorção do excedente crescente e, portanto, para o funcionamento tranquilo do sistema. Na seqüência destacam um ponto importante do modelo por eles formulado: “Como excedente que não pode **ser absorvido** não será **produzido**, segue-se que

o estado normal da economia capitalista é a estagnação.” (BARAN; SWEEZY, 1974, p.113, grifo nosso).

Baran e Sweezy na passagem acima introduzem um aspecto importante que é a esterilização do excedente ou a não utilização do excedente potencial. Se se levar em conta a trajetória dinâmica da economia considerada, implicará no não aproveitamento máximo das possibilidades de crescimento do sistema. No entanto, a conclusão de que a não utilização das potencialidades máximas do sistema implica necessariamente que o estado normal da economia capitalista é a estagnação parece ser exagerada e não confirmada pelos fatos.⁹

Assim com um dado estoque de capital e um dado custo e estrutura de preço, o ritmo de operação do sistema não se pode elevar acima do ponto em que o volume de excedente produzido pode encontrar o uso necessário. Ressaltam o caráter autocontraditório do capitalismo monopolista, ou seja, sua incapacidade crônica de absorver o máximo de excedente capaz de ser produzido. Afirmam os autores que, para o trabalhador, o fato mais evidente é o desemprego, que mostra que a oferta de trabalho é maior que a demanda. O agricultor se depara com um mar de excedentes. O homem de negócios constata que suas vendas ficam sempre aquém do que ele poderia produzir com lucro. Há sempre excesso, e não falta. (Pode-se aqui lembrar de Sismondi?).

Baran e Sweezy entendem que o capitalismo monopolista entregue a si mesmo, na ausência de forças neutralizantes, se afundaria cada vez mais na depressão crônica. Passam a analisar estas forças neutralizantes. Notam que a teoria econômica tradicionalmente concentrou sua atenção sobre o consumo capitalista e o investimento privado, mas que não foram ignorados outros modos de utilização do excedente: O Estado e a Igreja foram sempre reconhecidos como co-consumidores do excedente e tanto os clássicos, como Marx, consideraram que, além dos funcionários públicos e do clero, havia uma categoria importante de trabalhadores improdutivos (como viu-se ao longo do presente texto). Além disso, citam a seguinte passagem de Marx em que trata sobre as **despesas de circulação**:

A lei geral é que todas as despesas de circulação, provocadas apenas pelas modificações de forma, não acrescentam qualquer valor às mercadorias. São simplesmente despesas exigidas para a realização do valor, ou para a sua conversão de uma forma em outra. O capital investido nessas despesas (inclusive o trabalho

⁹ O crescimento econômico pode ser concebido como positivo embora não esteja ocorrendo no ritmo e velocidade possíveis em decorrência da absorção, nos termos de Baran e Sweezy, de somente parte do excedente possível (potencial). Portanto, se foi realizado um volume de investimento líquido positivo, ter-se-á como possível uma situação de crescimento positivo embora uma parte do excedente não tenha sido produzido por não poder ser realizado (existindo, então, margens de ociosidade da capacidade instalada).

empregado por ele) pertence às despesas mortas da produção capitalista. Devem ser cobertas pelo produto excedente e são, do ponto-de-vista de toda a classe capitalista, uma dedução da mais-valia ou do produto excedente. (MARX, 1885 apud BARAN; SWEEZY, 1974, p.117).

A campanha das vendas, ou seja, todo o esforço de publicidade constitui-se, conforme expõe no capítulo 5 de o *Capitalismo Monopolista*, uma forma de utilização do excedente econômico. No entanto, este fato fica obscurecido porque essas despesas são consideradas como custo de produção.

Tanto os clássicos, como Marx, não se preocuparam mais, entendem os autores, com os modos de absorção do excedente porque entendiam que as barreiras à expansão capitalista pareciam estar mais na escassez de excedente para manter o impulso de acumulação do que em qualquer insuficiência nos modos característicos da utilização do excedente. Assim, se efetuando a substituição da lei da tendência decrescente da taxa de lucro pela lei do excedente crescente, e sendo os modos normais de utilização do excedente incapazes de absorver um excedente em crescimento, a questão sobre a existência de outros modos de utilização deste excedente assumem importância crucial.

Para os autores, a importância da publicidade não está no fato de causar uma redistribuição das despesas dos consumidores entre diferentes mercadorias, mas sim em seu **efeito sobre a magnitude da procura global efetiva** e, portanto, sobre o nível de renda e emprego.

Baran e Sweezy indicam que a chamada pesquisa do produto é na realidade uma despesa com promoção de vendas empreendida para proporcionar uma lucrativa combinação de produtos. O esforço multibilionário em pesquisa e desenvolvimento estaria muito mais relacionado com a produção de artigos vendáveis do que com a missão de fazer progredir a ciência e a tecnologia. Para os autores a estratégia de comercialização se baseia em freqüentes modificações de estilo. E que numa sociedade, no caso os Estados Unidos, que possui um grande estoque de produtos duráveis, a necessidade de substituir parte desse estoque pelo desgaste ou pela obsolescência pré-fabricada torna-se um componente importante da procura total de bens. A obsolescência pré-fabricada aumenta a taxa de desgaste, e freqüentes modificações do modelo aumentam a taxa de substituição. O resultado líquido é uma intensificação na taxa de procura de reposição e um surto geral na renda e no emprego.

A imputação de custos adicionais aos custos socialmente necessários à produção é uma característica que se acerba no capitalismo monopolista. Conforme Baran e Sweezy, os custos socialmente necessários são aqueles gastos indispensáveis à produção e entrega de um artigo útil – dado o estado que tenham atingido as forças produtivas e a correspondente produtividade do trabalho. O excedente social seria identificável a partir daí. Os autores ressaltam que os métodos contábeis capitalistas consideram a renda e o juro como custos e se os custos totais da produção social forem calculados pela soma dos custos dos produtores individuais a renda e o juro serão incluídos como custos e excluídos do excedente. No entanto, advertem que os clássicos, como Marx, não tiveram dificuldades em demonstrar que a renda e o juros fazem parte do excedente. Entendem que fenômeno análogo ocorre em relação à promoção das vendas e à imputação como custo de parcelas do excedente. Citam Veblen:

Os produtores deram cada vez mais atenção à vendabilidade de seu produto, de forma que muito do que se apresenta nos livros como custos de produção deveria ser lançado à conta de aparências vendáveis. A distinção entre técnica de produção e técnica de venda foi confundida, dessa forma, sendo hoje indubitável que o custo de produção de muitos artigos fabricados para o mercado é atribuível, principalmente, à produção das aparências vendáveis, ordinariamente meretrícias. (VEBLEN, 1930 apud BARAN; SWEEZY, 1974, p.137).

Assim sendo, os custos de vendas seriam inseparáveis, indistinguíveis, dos custos de produção.

Baran e Sweezy assinalam que as teorias Marxista, Clássica e Neoclássica, aceitavam normalmente que a economia estivesse operando suas instalações e equipamentos a plena capacidade de forma que qualquer coisa que o governo pudesse tomar à produção total da sociedade se faria, necessariamente, a expensas de algum ou de todos os seus membros. Quando se acrescentava a suposição de que os salários reais seriam fixados a um mínimo de subsistência convencional e seriam, portanto, irredutíveis, seguia-se que o peso do financiamento do governo deveria recair sobre as classes que recebem excedente.

No entanto, quando se considera que a situação normal é a produção inferior à capacidade, ou seja, que o sistema não cria bastante procura efetiva para garantir a plena utilização, seja do trabalho seja da capacidade produtiva a situação é diferente. Se o governo criar mais procura efetiva, poderá aumentar seu controle sobre os bens e serviços sem interferir nas rendas de seus cidadãos, pois os recursos ociosos postos em atividade produzirão não só os meios necessários de subsistência para os produtores, mas também volumes adicionais de excedente. E esta situação não ocorre somente na situação em que o governo gasta mais do que arrecada.

O governo pode, quando existe trabalho desempregado e instalações não utilizadas, criar uma procura adicional até com o orçamento equilibrado.

A estrutura da economia capitalista monopolista é tal que um volume continuamente crescente do excedente simplesmente não poderia ser absorvido pelos canais privados: se não houvesse outros escoadouros, ele não seria produzido. O que o governo absorve é um acréscimo e não uma subtração do excedente privado. Como um maior volume de dispêndio governamental leva a economia mais para perto de sua capacidade de operação, e como até esse ponto o excedente cresce mais depressa que a procura efetiva como um todo se segue que tanto a parcela do governo como a do setor privado, no excedente, pode crescer simultaneamente. Somente quando a absorção governamental continua a expandir-se mesmo depois de alcançada a plena utilização é que o excedente privado sofre interferência.

Baran e Sweezy destacam que a construção de uma estrutura militar não cria e nem encerra uma concorrência com a iniciativa privada. No entanto, mesmo esses gastos que não encontram o mesmo grau de limitações dos demais gastos civis encontram um limite. Esse limite nasce da natureza dos novos armamentos. Primeiro porque a nova tecnologia de guerra reduziu o poder que tinham os gastos em armamentos de estimular a economia. Assim, a modificação na composição da procura militar leva a que um determinado volume de despesas militares empregue um número menor de pessoas hoje do que no passado. As despesas militares terão um efeito relativamente pequeno sobre o investimento e o emprego.

Os autores, assim, que as crescentes despesas com publicidade e promoção de vendas bem como a diferenciação do produto têm contribuído para a redução do excedente via desperdícios e via trabalho não produtivo. No entanto, nem esses gastos, nem o militarismo apresentam um crescimento capaz de acompanhar o crescimento do excedente econômico.

Nenhuma das forças neutralizantes é capaz de solucionar de forma definitiva a contradição entre a produção do excedente e o consumo deste.

Braverman (1974) em *Trabalho e Capital Monopolista* assinala que Baran e Sweezy preocuparam-se, como se viu, em analisar como o excedente econômico é utilizado no capitalismo monopolista, visto essa sociedade ser produtora de um crescente excedente econômico. A sua preocupação, no entanto, é diversa, ou seja, é verificar como o excedente de trabalho distribuído em novas formas de produção ou de não produção foi realizado, visto que foi desse modo que a estrutura ocupacional e, portanto, a classe trabalhadora foi transformada.

Segundo o autor, é sabido que o trabalho humano é capaz de produzir mais do que consome, e esta capacidade de “trabalho excedente” é por vezes tratada como um dote especial e místico da humanidade ou de seu trabalho. Na verdade, não é nada disso, mas tão somente um prolongamento do tempo de trabalho para além do ponto em que ele se reproduziu ou, em outras palavras, produziu seus próprios meios de subsistência ou equivalente. É, portanto, a extensão do tempo de trabalho para além do ponto em que ele poderia ter parado. Braverman afirma que um boi tem também essa capacidade, e moerá mais trigo do que come se mantido no serviço por adestramento e compulsão. O que distingue a força de trabalho humana é, portanto, não sua capacidade de produzir um excedente, mas seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado.

Para Braverman, tão logo os produtores foram reunidos, surgiu o problema da gerência em forma rudimentar. Em primeiro lugar, surgiram funções de gerência pelo próprio exercício do trabalho cooperativo. Conforme Braverman, as funções de concepção e de coordenação assumiram na indústria capitalista a forma de gerência, sendo que os capitalistas assumiram as funções de gerente em virtude de sua propriedade do capital.

O controle de turmas grandes de trabalhadores antecede em muito a época burguesa. A prova disso são as Pirâmides, a Muralha da China, as extensas redes de estradas, aquedutos e canais de irrigação, os grandes edifícios, arenas, monumentos, catedrais, etc. que datam da Antigüidade e dos tempos medievais. Encontra-se uma divisão elementar do trabalho nas oficinas que produziam armas para os exércitos romanos, e os exércitos das épocas pré-capitalistas exibem formas primitivas das práticas capitalistas posteriores. Esses predecessores, todavia, empreendiam, sob condições escravistas ou outras formas de trabalho cativo, tecnologia estacionária e ausência da necessidade capitalista de expandir cada unidade do capital empregado, e, deste modo, eram marcadamente diferentes da administração capitalista. As Pirâmides foram construídas com o trabalho excedente de uma população escrava, sem outro objetivo a não ser a glória dos faraós daquela época e seus sucessores.

Estradas, aquedutos e canais foram construídos por sua utilidade militar ou civil e não, em geral, para obtenção de lucro. As manufaturas subsidiadas pelo Estado produziam armas ou artigos de luxo e gozavam de um monopólio real ou legal, e recebiam grandes encomendas de compradores não comerciais, tribunais ou exércitos. A administração exigida era elementar.

O capitalista, lidando com o trabalho assalariado, que representa um custo para toda hora não produtiva, numa seqüência de tecnologia rapidamente revolucionadora, para a qual seus próprios esforços necessariamente contribuíram, e instigado pela necessidade de exibir um excedente e acumular capital, ensejou uma arte inteiramente nova de administrar, que mesmo em suas primitivas manifestações era muito mais completa, autoconsciente, esmerada e calculista do que qualquer coisa anterior.

Braverman afirma que o mais antigo princípio inovador do modo capitalista de produção foi a divisão manufatureira do trabalho, e, de uma forma ou de outra, a divisão do trabalho permaneceu o princípio fundamental da organização industrial. Observa que a divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade. Ou seja, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas.

Braverman ressalta as conclusões de Taylor: o controle sobre o processo de trabalho deve passar às mãos da gerência, não apenas num sentido formal, mas pelo controle e fixação de cada fase do processo, inclusive seu modo de execução. Taylor ilustra o eixo sobre o qual gira toda a gerência moderna, ou seja, o controle sobre o trabalho através do controle das decisões que são tomadas no curso do trabalho. Braverman assinala os princípios expostos por Taylor:

- 1) O administrador assume o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda de classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas.
- 2) Todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto.

No ser humano, o aspecto essencial que torna a capacidade de trabalho superior à do animal é a combinação da execução com a concepção da coisa a ser feita. Mas, à medida que o trabalho se torna um fenômeno social mais que individual, é possível, diferentemente do caso de animais, em que o instinto como força motivadora é inseparável da ação, separar concepção e execução.

O conceito de controle adotado pela gerência moderna exige que cada atividade na produção tenha suas diversas atividades paralelas no centro gerencial: cada uma delas deve ser prevista, pré-calculada, experimentada, comunicada, atribuída, ordenada, conferida, inspecionada, registrada através de toda a sua duração e após conclusão. O resultado é que o processo de produção é reproduzido em papel antes e depois que adquire forma concreta.

Braverman afirma que a separação da execução da concepção é a mais decisiva medida simples na divisão do trabalho, tomada pelo modo capitalista de produção. Argumenta que essa separação é inerente a esse modo de produção desde o início, e se desenvolve, sob a gerência capitalista, por toda a história do capitalismo. Mas só no último século a escala de produção, os recursos tornados disponíveis à empresa moderna pela rápida acumulação de capital, e o aparelho conceptual e pessoal preparado tornaram possível institucionalizar essa separação de um modo sistemático e formal.

Braverman expõe que, antes da confirmação pela gerência de seu monopólio sobre a ciência, a profissão era o principal repositório da produção técnico-científica na sua forma então existente, e os textos de história acentuam as origens da ciência na técnica profissional. O profissional estava vinculado ao conhecimento técnico e científico de seu tempo, na prática diária de seu ofício. Assinala que as duas últimas décadas do século XIX constituem um divisor de águas assinalando a mudança no papel da ciência na produção. A ciência é a última e, depois do trabalho, a mais importante propriedade social a se converter num auxiliar do capital. A sua conversão da esfera dos amadores, filósofos, ferreiros e pesquisadores de conhecimento para seu estado atual altamente organizado e prodigamente financiado é amplamente a história de sua incorporação às firmas capitalistas e organizações subsidiárias. A princípio a ciência nada custa ao capitalista, visto que ele tão-somente explora o conhecimento acumulado das ciências físicas, mas depois o capitalista organiza sistematicamente e ornamenta a ciência, custeando a educação científica, a pesquisa, os laboratórios, etc. com o imenso excedente do produto social que ou pertence diretamente a ele ou que o capitalista dispõe como um domínio total na forma de rendas de tributos. Um esforço social que antigamente era relativamente livre é integrado na produção e no mercado.

Até o fim do século XIX não existia uma base social firmemente estabelecida para grande número de cientistas nas universidades, indústrias e governos da sociedade ocidental. A velha época da indústria ensejou a nova durante as últimas décadas do século XIX, sobretudo como consequência do avanço em quatro campos: eletricidade, aço, petróleo e

motor de explosão. A pesquisa científica teórica influía bastante nesses setores para demonstrar à classe capitalista e, especialmente, às entidades empresariais gigantes, então surgindo, sua importância como um meio de estimular ainda mais a acumulação do capital. Isto era verdade, sobretudo quanto às indústrias elétricas, que eram totalmente o produto da ciência do século XIX, e na Química dos produtos sintéticos do carvão e do óleo.

A nova revolução técnico-científica que reabasteceu o acervo de possibilidades tecnológicas tinha um caráter consciente e proposital amplamente ausente na antiga revolução científica (da revolução industrial). Em vez de inovação espontânea, indiretamente suscitada pelos processos sociais de produção, veio o progresso planejado da tecnologia e projeto de produção. Isto foi realizado por meio da transformação da ciência numa mercadoria comprada e vendida como outros implementos e trabalhos de produção.

Braverman afirma que a revolução técnico-científica não pode ser compreendida em termos de inovações específicas - como no caso da revolução industrial, que pode ser caracterizada por um punhado de invenções básicas -, mas deve ser compreendida mais em sua totalidade como um modo de produção no qual a ciência e investigações exaustivas da engenharia foram integradas como parte de um funcionamento normal. A inovação-chave não deve ser encontrada na química, na eletrônica, na maquinaria automática, na aeronáutica, na Física nuclear, ou em qualquer dos produtos dessas tecnologias científicas, mas antes na transformação da própria ciência em capital.

Braverman assevera, lembrando Marx, que no primeiro estágio do capitalismo o trabalho tradicional do artesão é subdividido em suas tarefas constituintes e executado em série por uma cadeia de trabalhadores que executam partes do trabalho total, de modo que o processo muda pouco; o que mudou foi a organização do trabalho. Mas, no estágio seguinte, com a produção manufatureira, o instrumento de trabalho é retirado das mãos do trabalhador e transferido para um mecanismo acionado por energia da natureza captada para esse fim que, transmitida à ferramenta, atua sobre o material para produzir o resultado desejado; assim, a mudança no modo de produção, neste caso, advém de uma mudança nos instrumentos de trabalho. Braverman questiona como o processo de trabalho é transformado pela revolução técnico-científica. Entende que, para esta questão, não existe nenhuma resposta unitária, pois o ataque científico e gerencial sobre os processos de trabalho durante o século passado abrange todos os seus aspectos: força de trabalho, instrumentos de trabalho, materiais de trabalho e os produtos do trabalho.

A evolução da maquinaria, a partir de suas formas primitivas até os complexos modernos no qual todo o processo é guiado do início ao fim por forças não somente mecânicas, mas também elétricas, químicas e outras forças, pode ser relatada como um aumento no controle humano sobre a ação de ferramentas. Essa proeza é realizada por uma compreensão humana cada vez maior das propriedades da matéria, em outras palavras, pelo aumento do controle científico dos princípios físicos. Tem-se o controle crescente pelos seres humanos dos processos de trabalho por meio de máquinas e sistemas de máquinas. Mas afirma que o controle sobre o processo de trabalho compreendido desse modo nada mais é do que uma abstração. Pois a capacidade humana para controlar o processo de trabalho mediante maquinaria é dimensionada pelo gerenciamento desde o início do capitalismo, como o meio principal pelo qual a produção pode ser controlada não pelo produtor imediato (os trabalhadores), mas pelos proprietários e representantes do capital. Assim, além de sua função técnica de aumentar a produtividade do trabalho, que seria uma característica da maquinaria em qualquer sistema social, a maquinaria tem também no sistema capitalista a função de destituir a massa de trabalhadores de seu controle sobre o próprio trabalho.

A evolução da maquinaria representa uma expansão das capacidades humanas, um aumento do controle humano sobre o meio ambiente, através da capacidade de retirar dos instrumentos de produção uma gama crescente de produtos. Mas como o controle da máquina não necessita mais pertencer ao seu operador imediato, esta possibilidade é aproveitada pelo modo capitalista de produção. A maquinaria oferece a gerência a oportunidade de fazer por meios inteiramente mecânicos aquilo que ela anteriormente pretendia fazer pelos meios organizacionais e disciplinares. Enquanto as formas de utilização da maquinaria, a maneira pela qual o trabalho é organizado e disposto em torno dela, são ditadas pelas tendências do modo capitalista de produção, o impulso a mecanizar, por sua vez, é ditado pelo esforço no sentido de aumentar a produtividade do trabalho. Mas a produtividade crescente do trabalho não é buscada nem utilizada pelo capitalista do ponto de vista da satisfação das necessidades humanas. Pelo contrário, acionada pelas necessidades do processo de acumulação do capital, torna-se um impulso frenético que se assemelha a uma insanidade social generalizada. O impulso no sentido de produtividade crescente é inerente a cada empresa capitalista, em virtude de seu propósito como organização para expansão do capital; e é, além disso, imposto aos retardatários pelas ameaças de concorrência nacional e internacional. Cada avanço na produtividade reduz o número dos trabalhadores realmente produtivos, amplia o número dos trabalhadores que fica disponível para ser utilizado nas lutas entre empresas pela distribuição

do excedente, aumenta a utilização do trabalho em empregos ociosos ou nenhum emprego, e dá a toda sociedade a forma de uma pirâmide invertida que repousa em uma base cada vez menor de trabalho útil.

Braverman afirma que o modelo atomizado e concorrencial do capitalismo, no qual o proprietário individual do capital (ou grupo familiar, ou pequeno grupo de sócios) e a firma capitalista eram idênticos, e a produção em cada indústria era realizada por um número razoavelmente grande de firmas, já não é mais o modelo de capitalismo atualmente. Discorre que, no final do século XIX, com a centralização e concentração de capital, começou a tomar forma a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas.

Assinala que o desenvolvimento decisivo no processo de produção data precisamente do mesmo período que o capitalismo monopolista. A gerência científica e todo o “movimento” para a organização da produção em sua base moderna tem seu início nas últimas duas décadas do século passado. E a revolução técnico-científica começa também, como já se viu, ao mesmo tempo.

De acordo com Braverman (1977, p.220-221) na fase do capitalismo monopolista “A empresa como uma forma desfaz o vínculo direto entre o capital e seu proprietário individual [...] Imensos agregados de capital podem ser reunidos, que ultrapassam de longe a soma de riqueza daqueles diretamente associados com a empresa.” Expõe que o controle operacional recai cada vez mais sobre um funcionalismo gerencial para cada empresa. Afirma que em geral os altos administradores não são indivíduos destituídos de capital, nem são os proprietários de capital necessariamente inativos na administração, mas, em cada empresa a unidade pessoal entre os dois é rompida. O capital ultrapassou sua forma pessoal e limitada e limitadora e passou a uma forma institucional.

Braverman afirma que, para pertencer à classe capitalista, em virtude da propriedade do capital, deve-se tão-somente possuir riqueza adequada; esta é a única exigência para a participação. Pertencer à classe capitalista como organizador e administrador de uma empresa capitalista é outra coisa. Assim, embora a camada gerencial continue a ser retirada dentre os dotados de capital, família, relação e outros vínculos na rede da classe como um todo, ela não está vedada a alguns que podem ascender de outras classes sociais, mediante cooptação de seu talento por parte da organização capitalista a que servem. Mas isto é excepcional.

A institucionalização do capital e a atribuição do controle a uma camada especializada da classe capitalista corresponde, cronologicamente, a um imenso crescimento na escala de

operações gerenciais. A importância da divisão técnica, em seguida, foi superada pela importância do aparelho de vendas e comercialização. Assim, o mercadejar passou a ser objeto de uma subdivisão importante na empresa subdividida em: vendas, publicidade, promoção, correspondência, pedidos, comissões, análise de vendas, etc. Braverman assinala que a divisão financeira converteu-se no centro cerebral de todo o organismo, por que nela centralizava-se a função de vigiar o capital, conferir e controlar o processo de seu crescimento.

O autor registra a importância das considerações da subdivisão de vendas e comercialização. A própria divisão de engenharia sofre influência dela e não raro está subordinado a ela. O estímulo, o desenho e a embalagem representam imposições da seção de vendas, comercialização, negócios ou outro nome que represente as atividades de mercadejar a seção de engenharia. O cliente, como se diria hoje, tem importância primordial.

Ocorre uma mudança em toda a estrutura da administração. Correspondendo às funções administrativas do capitalista do passado, existe agora um complexo de departamentos, cada um dos quais assumiu, em forma ampliada, uma única função que ele efetuava com um mínimo de pessoal no passado. Correspondendo a cada uma dessas funções já não há mais um único gerente, mas um departamento inteiro que imita em sua organização e em seu funcionamento a fábrica de onde ele brotou. A função especial de administração é exercida não mais por um único gerente, nem mesmo por uma equipe de gerentes, mas por uma organização de trabalhadores sob o controle de gerentes, assistente de gerentes, supervisores, etc. Assim, as relações de compra e venda da força de trabalho, e, em consequência, de trabalho alienado, tornou-se parte do trabalho gerencial em si mesmo. Em resumo, isso se converte no aparelho administrativo da empresa. A gerência veio a ser administração, que é um processo de trabalho efetuado para fins de controle no seio da empresa, e efetuado, além do mais, como um processo de trabalho rigorosamente análogo ao processo de produção, embora ele não produza artigo algum que não seja a operação e coordenação da empresa.

Braverman afirma que é somente na era do monopólio que o modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-los ao mercado, também os remodela para servirem às necessidades do capital. Assim é impossível compreender a nova estrutura ocupacional e, em consequência, a moderna classe trabalhadora, sem compreender este fato. O capitalismo transformou toda a sociedade em um gigantesco mercado.

Assinala Braverman, que no estágio mais primitivo do capitalismo industrial, o papel da família permanecia fundamental nos processos produtivos da sociedade. O capitalismo não havia ainda penetrado na vida diária da família e da comunidade. No capitalismo em estágio anterior, por exemplo, o processamento de alimentos era atribuição da granja familiar e, em seguida, da dona de casa. O papel do capital industrial era mínimo, exceto no transporte. A industrialização do alimento e outros utensílios domésticos elementares é apenas o primeiro passo num processo que leva à dependência de toda a vida social e, de fato, a todas as inter-relações da humanidade com o mercado. Assim, a população não conta mais com a organização social sob a forma de família, amigos, vizinhos, comunidade, velhos, crianças, mas, com poucas exceções, deve ir ao mercado e apenas ao mercado, não apenas para adquirir alimento, vestuário e habitação, como também para recreação, divertimento, segurança, assistência aos jovens, velhos, doentes e excepcionais.

Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob a forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; o terceiro é um “ciclo de produto”, que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais se tornam indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam.

Braverman afirma que é característico da maioria das funções criadas no setor de serviços, pela natureza dos processos de trabalho, que estas sejam menos suscetíveis a mudança tecnológica do que os processos da maioria das indústrias produtoras de bens. Assim, enquanto o trabalho tende a estagnar ou encolher no setor fabril, ele aumenta nos serviços e encontra uma renovação das formas tradicionais de concorrência anterior ao monopólio entre as muitas firmas que proliferam em campos que exigem pequeno capital inicial.

O desenvolvimento do capital nas diversas atividades: fábrica, comércio, bancos, transformou a função operante do capitalista de uma atividade pessoal a um trabalho de uma multidão de pessoas. A função do capitalista é representar o capital e ampliá-lo. Isso é feito ou pelo controle da produção do valor excedente nas indústrias e atividades produtivas ou pela apropriação do valor excedente fora dessas indústrias e atividades.

Bravemann explica que, à medida que o capitalismo torna-se mais complexo e se desenvolve no sentido do estágio monopolista, a contabilidade do valor torna-se infinitamente mais complexa. O número de intermediários entre a produção e o consumo aumenta, de modo que o cálculo do valor da mercadoria é duplicado por certo número de etapas. A batalha para

concretizar valores, transformá-los em dinheiro, exige contabilidade própria. Assim como em algumas indústrias, o trabalho despendido em mercadejamento começa a aproximar-se do montante gasto na produção de mercadorias, em algumas indústrias o trabalho despendido na mera transformação da forma do valor (da forma de mercadoria na forma de moeda ou crédito), incluindo vigilância, caixa e cobrança, registros e contabilidade, começa a aproximar-se ou ultrapassar o trabalho utilizado na produção da mercadoria ou serviço subjacente. Discorre que a forma de valor das mercadorias separa-se da forma física como um vasto império de papel, que sob o capitalismo, torna-se tão real quanto o mundo físico, e que engole crescentes quantidades de trabalho. É o mundo no qual o valor é canalizado e no qual o excedente é transferido, disputado e distribuído. Argumenta que é provável que o rápido aumento do trabalho em escritórios deva-se a isto.

Conforme Braverman, as funções de pensamento e planejamento tornam-se concentradas em grupos cada vez menores dentro do escritório, ao passo que, para a massa dos demais empregados, o escritório passou a ser o lugar do trabalho manual exatamente como o piso da fábrica. Com a transformação da gerência em processo de trabalho administrativo, o trabalho manual estendeu-se ao escritório e logo se tornou característica das tarefas da massa de funcionários. Assinala que, enquanto a classe trabalhadora na produção é resultado de vários séculos de desenvolvimento capitalista, o trabalho em escritório é amplamente produto da fase do capitalismo monopolista. Os primeiros intentos depois de Marx, no sentido de analisar esse fenômeno, foram gravemente prejudicados pelo fato de que o trabalho em escritório era ainda pouco desenvolvido como um processo do trabalho capitalista. Dessa forma, a expectativa geral, era de um rápido aumento de funcionários de escritório nas variedades então dominantes. Nesta base, a conclusão era que surgiria uma grande e nova classe média. No entanto, isso não ocorreu porque o emprego de sistemas automáticos e semi-automáticos no escritório teve o efeito de inverter completamente o perfil tradicional dos custos do escritório.

Uma situação na qual o custo operacional de um escritório grande consistia quase que inteiramente na folha de pagamento dos empregados passou àquela em que grande parcela do dinheiro investido volta-se agora para a compra (ou aluguel mensal) de equipamento. O trabalho passado ou “morto” na forma de maquinaria possuída pelo capital, agora emprega trabalho vivo, tanto no escritório quanto na fábrica. Mas, para o capitalista, a rentabilidade desse emprego é muito mais uma questão de tempo, de rapidez com que o trabalho morto absorve o vivo.

Braverman afirma que o problema do chamado funcionário ou trabalhador engravatado, que tanto incomodava as primeiras gerações de marxistas, foi assim inequivocamente esclarecido. Ocorreu, na verdade, a criação de um vasto proletariado sob forma nova. Em suas condições de emprego, essa população trabalhadora perdeu todas as antigas superioridades sobre os trabalhadores fabris, e seu nível de salário desceu quase que no nível mais baixo.

Outra imensa concentração de trabalhadores, cuja característica é a falta de qualificação, os baixos salários e a intercambialidade de pessoas e função, encontra-se nas ocupações voltadas para as prestações de serviços, que o autor denomina de comércio menor. A razão para o aumento das prestações de serviços, tanto no setor público como na empresa privada, decorre da conquista completa das atividades industriais, a acumulação e a decorrente utilização das reservas de capital e mão-de-obra no terreno de novas indústrias, e o inexorável crescimento dos serviços à medida que a nova forma de sociedade destrói as antigas formas de cooperação mútua social, comunitária e familiar.

Braverman examina o processo de trabalho quanto à prestação de serviços, observando que, para Marx, este nada mais é que o efeito útil de um valor de uso seja ele mercadoria ou trabalho. O trabalhador empregado na produção de bens presta um serviço ao capitalista, e é como resultado desse serviço que toma forma um objeto tangível e vendável como mercadoria. Mas, o que acontece se os efeitos úteis do trabalho são de modo a que não tomem forma um objeto? Trabalho desse tipo deve ser oferecido diretamente ao consumidor, uma vez que produção e consumo são simultâneos.

Os efeitos úteis do trabalho, em tais casos, não servem para constituir um objeto vendável que encerre seus efeitos úteis como parte de sua existência na forma de mercadoria. Ao contrário, os próprios efeitos do trabalho transformam-se em mercadoria. Quando o trabalhador não oferece esse trabalho diretamente ao usuário de seus efeitos, mas, ao invés, vende-o ao capitalista, que o revende no mercado de bens, tem-se, então, o modo de produção capitalista no setor de serviços.

Para o capitalismo o que importa não é determinada forma de trabalho, mas sua forma social, sua capacidade de produzir, como trabalho assalariado, um lucro para o capitalista. O capitalista é indiferente à determinada forma de trabalho; não lhe interessa, em última análise, se emprega trabalhadores para produzir automóveis, lavá-los, consertá-los, repintá-los, abastecê-los de gasolina, estacioná-los ou convertê-los em sucata. O que lhe interessa é a

diferença entre o preço que ele paga por um agregado de trabalho e outras mercadorias, e o preço que recebe pelas mercadorias - sejam bens ou “serviços”- produzidas ou prestadas, ou seja, o excedente.

O que vale para o capitalista não é determinada forma de trabalho, mas se foi obtido na rede de relações sociais capitalistas, se o trabalhador que o executa foi transformado em homem pago e se o trabalho assim feito foi transformado em trabalho produtivo, isto é, trabalho que produz lucro para o capital. Arrumavam-se camas, limpava-se chão, preparavam-se e serviam-se refeições, crianças eram cuidadas, doentes eram atendidos muito antes que pessoas fossem contratadas para fazer todas essas coisas.

O capitalista passa a se interessar por esses serviços quando pode pagar a pessoas para efetuar determinada atividade lucrativa, como parte de seu negócio, como forma de produção no modo capitalista. E isto só começou em larga escala com a era do capitalismo monopolista que criou o mercado universal e transformou em mercadoria toda forma de atividade do ser humano, inclusive o que até então as pessoas faziam para si mesmas e não para outras.

Braverman afirma que os serviços constituiriam grande parcela da divisão social do trabalho por toda a era capitalista, para não falar nos primeiros tempos, mas não constituiriam uma parte “produtiva” ou lucrativa senão recentemente. A multidão de pessoal empregado era, no início do capitalismo, tanto uma herança das relações feudais e semif feudais sob forma de vasto emprego fornecido pela aristocracia latifundiária, como um reflexo das riquezas criadas pela revolução industrial sob a forma de emprego semelhante fornecido pelos capitalistas e classe média superior.

Lembra o autor que, na concepção de Smith e da economia política clássica, o emprego em serviços representava uma dedução da riqueza, não produzia um excedente. Cita Smith, como se viu anteriormente, ao afirmar que: “o trabalho de um trabalhador adiciona em geral ao valor dos materiais com que trabalha o valor de sua própria manutenção e um lucro, do seu patrão. O trabalho de um empregado doméstico, ao contrário, nada acrescenta ao valor.” Assim não era quando o capitalista estava acumulando capital que empregava trabalho em serviços, mas quando despendia seus lucros.

Braverman assegura que, na economia burguesa moderna, a prestação de serviços é considerada uma excelente fonte de lucro, e que poucos economistas chamariam hoje a prestação de serviço de improdutiva, exceto quando executada pelo trabalhador por conta própria, como a dona de casa em seu lar. Ao invés, as pessoas em geral, tendem a glorificar o serviço como forma característica da produção atual, superior à indústria e com um futuro

promissor. Assinala que, com isso, pode-se perceber a sucessão de teorias econômicas que atribuíam o mais importante papel produtivo a determinada forma de trabalho, o que era mais importante ou que mais rapidamente aumentava na época considerada: os mercantilistas, o trabalho que trazia metais preciosos para o país; os fisiocratas, o trabalho agrícola; os economistas clássicos, o trabalho fabril.

Em decorrência da mecanização, o número de trabalhadores necessários para a indústria, mineração, transporte, comunicações, serviços público mantém-se estacionário. As massas de trabalho sacrificadas pela rápida mecanização da indústria fornecem a quota de trabalho para os setores de escritório, serviços e vendas. As indústrias e o processo de trabalho sujeitas à mecanização liberam massa de trabalho para exploração em outras, em geral menos mecanizadas, áreas de acumulação de capital. Com as repetidas manifestações desse ciclo, o trabalho tende a acumular-se nas indústrias e ocupações que são menos suscetíveis a aperfeiçoamento, na engenharia da produtividade do trabalho.

Em consequência do processo, as taxas de salário nessas novas indústrias e ocupações são mantidas baixas pela contínua disponibilidade de população excedente relativa, criada pela produtividade incessantemente crescente do trabalho em ocupações mecanizadas. Isso, por sua vez, estimula o investimento de capital em formas de trabalho que exigem massas de trabalho manual a baixo custo. Em consequência, vê-se na indústria capitalista uma tendência secular ao acúmulo de trabalho naqueles seguimentos da indústria e do comércio menos afetados pela revolução científica: o setor de serviço, vendas e outras formas de comercialização e trabalho em escritório na medida em que não sejam mecanizados.

O trabalho posto em ação na produção de bens não está, por isso, nitidamente separado do trabalho aplicado à produção de serviços, visto que ambos são formas de produção de mercadorias, e produção em base capitalista cujo objetivo é a produção não apenas de valor de troca, mas de valor excedente para o capitalista.

As várias formas de trabalho que produzem mercadorias para o capitalista devem todas ser consideradas como trabalho produtivo. O operário que constrói um edifício de escritórios e o servente que o limpa toda a noite produzem, do mesmo modo, valor e valor excedente. Segundo Braverman, a mudança em toda forma social de trabalho, a partir do que é, do ponto de vista capitalista, improdutivo, para o que é produtivo, significa a transformação do emprego por conta própria em emprego capitalista, de simples produção de mercadoria em

produção capitalista de mercadoria, de relações entre pessoas para relações entre coisas, de uma sociedade de produtores esparsos em uma sociedade de capitalismo empresarial.

O capitalista que contrata empregados domésticos não está obtendo lucros, mas gastando-os. É claro que esta definição nada tem a ver com a utilidade do trabalho empregado, ou mesmo com sua forma concreta. Este mesmíssimo trabalho tanto pode ser produtivo como improdutivo, dependendo da sua forma social.

O capital é assim não o dinheiro trocado por trabalho, é dinheiro trocado por trabalho com o objetivo de apropriar-se daquele valor que ele cria no que é pago, e acima do que é pago o valor, o valor excedente. Portanto, a transformação do trabalho improdutivo em trabalho produtivo é, para os fins do capitalista de extrair valor excedente, o próprio processo de criação da sociedade capitalista.

A Economia Política clássica, tanto ricardiana como marxista, defrontava-se com um mundo em que a maior parte do trabalho podia ainda ser admitida como improdutivo, uma vez que não contribuía diretamente para o aumento do capital. Mas, desde então, o modo capitalista de produção subordinou a si mesmo todas as formas de trabalho, e todos os processos de trabalho agora passam pelo crivo do capital, deixando para atrás seu tributo de excedente. O trabalho pode, pois, ser improdutivo simplesmente porque ocorre fora do modo capitalista de produção, ou porque, ocorrendo no seio dele, é utilizado pelo capitalista em seu impulso para acumulação, para funções improdutivas mais que produtivas. Braverman assinala que fica claro agora que, enquanto o trabalho improdutivo declinou fora do alcance do capital, aumentou dentro de seu âmbito. A grande massa de trabalho que era admitida como improdutivo, porque não trabalhava para o capital, foi agora transformada em massa de trabalho que é improdutivo porque trabalha para o capital, e devido às necessidades do capital terem aumentado tão notavelmente. Quanto mais produtiva a indústria capitalista se tornou, isto é, quanto maior a massa de valor excedente que ela extrai da população produtiva, tanto maior torna-se a massa de capital procurando sua parcela no excedente. E, quanto maior a massa de capital, maior a massa das atividades improdutivas que servem apenas ao desvio desse excedente e à sua distribuição entre vários capitais.

Nos tempos de Smith e Ricardo, o trabalho improdutivo existia, sobretudo fora do âmbito do capital, e a economia burguesa clássica achou-o dispendioso e instava no sentido de sua redução a um mínimo. Mas, afirma Braverman, desde que a massa de trabalho improdutivo foi virtualmente destruída fora da empresa e recriada em uma base diferente dentro dela, a

Economia burguesa que, como um ramo da ciência gerencial, encara todas as coisas sob o prisma da burguesia, acha impossível manter sua velha atitude.

Despender “milhões para ganhar milhões”, tornou-se o lema, e esta frase em todas as suas variantes na empresa moderna é compreendida em geral no sentido de gastar milhões em mercadejamento, publicidade, promoção, especulação; estas são as áreas a que as rendas empresariais disponíveis são canalizadas, enquanto a produção tornou-se relativamente padronizada e os gastos naquele setor fluem em quantidades medidas e previstas.

Braverman afirma que, para os economistas atuais, a questão da produtividade ou improdutividade perdeu importância. A medida da produtividade do trabalho veio a ser aplicada, o que parece redundante, ao trabalho de todos os tipos, mesmo ao trabalho que não tem produtividade alguma. O trabalho pode desempenhar qualquer tarefa pelo capital, mesmo aquela que nada acrescenta à riqueza nacional. Todos os processos de trabalho são considerados igualmente úteis, inclusive aqueles que produzem, concretizam ou desviam excedente. Agora, porém, assinaladas mudanças ocorreram nas relações entre trabalhadores produtivos e improdutivos no seio da empresa. As funções improdutivas, que anteriormente eram um meio de escapar de ser um trabalhador produtivo, visto as dificuldades oriundas destas atividades, perderam a maior parte de seu atrativo, e tornaram-se meramente outra forma de exploração.

Como se viu em Marx, o trabalho comercial, seu emprego, não é a causa do aumento do excedente, mas uma consequência; o lucro é uma condição prévia da disponibilidade de seus salários mais do que uma consequência das verbas para contratá-lo. O trabalho improdutivo contratado pelo capitalista para ajudá-lo na concretização ou apropriação do valor excedente é, ao ver de Marx, semelhante ao trabalho produtivo em todos os sentidos, exceto um, ele não produz valor e valor excedente e, por conseguinte, aumenta não como causa, mas, muito pelo contrário, como consequência da expansão do valor excedente.

Braverman assinala que Marx não previu nem pretendeu prever a extensão do aumento dos assalariados no comércio e sua transformação num proletariado comercial. O que em Marx era parte inferior e inconseqüente da análise tornou-se uma consequência fundamental do modo capitalista de produção. Assim, os poucos assalariados no comércio, tornaram-se uma vasta e complicada estrutura de ocupações características do trabalho improdutivo no capitalismo moderno. Mas, ao assim se transformar, eles perderam muitas das últimas características que os distinguiam dos trabalhadores na produção. Quando eram poucos se

diferenciavam dos produtivos e, tendo se tornado muitos, passaram a ser semelhantes aos produtivos. Braverman afirma:

Embora o trabalho produtivo e o improdutivo sejam tecnicamente distintos, embora o trabalho produtivo tenha tendido a decrescer na razão do aumento de sua produtividade, enquanto o improdutivo tenha aumentado apenas como consequência do aumento dos excedentes jorrados pelo trabalho produtivo - a despeito dessas distinções, as duas massas de trabalho não estão absolutamente em flagrante contraste e não precisam ser contrapostas uma à outra. Elas constituem uma massa contínua de emprego que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum. (BRAVERMAN, 1977, p. 357).

Nesta seção, como discorreu-se anteriormente, a importância do excedente para a análise do desenvolvimento e o subdesenvolvimento é demonstrada. Para Baran, como se viu, o excedente econômico constitui-se uma categoria central de análise da situação do subdesenvolvimento, pois o aumento dos ativos dos países capitalistas ocidentais no mundo subdesenvolvido decorre apenas parcialmente da exportação de capitais, sendo de fato resultado principalmente da reinversão no exterior de parte do excedente econômico aí conseguido. A importância dos pagamentos externos dos países subdesenvolvidos só se torna claro quando se compreende que a proporção do excedente econômico destes países é removida para o exterior.

Bettelheim classifica o excedente, focando o fato de que a forma de utilização do excedente é fundamental para o desenvolvimento. Assim, o excedente econômico para o desenvolvimento prevê, além dos investimentos produtivos, um conjunto de projetos técnicos e de despesas de investimentos não produtivos que podem suscitar esses investimentos produtivos. Ou seja, é somente graças à destinação de uma fração suficiente do excedente econômico a outros fins, que não os de investimentos, que os próprios investimentos podem contribuir de maneira durável para o crescimento da produtividade do trabalho e para um aumento regular do nível de vida.

Baran e Sweezy em *Capitalismo Monopolista* caracterizam plenamente a empresa no capitalismo contemporâneo, mostrando que a atuação predominante em escala global não é como a do passado, de empresas industriais ou financeiras, sediadas em determinado país capitalista central, e interessadas em exportar mercadorias e capitais ou importar matérias primas, mas a de empresas gigantes multissetoriais espalhadas por vários países. Entendem que, numa sociedade onde impera o regime do capitalismo monopolista altamente desenvolvido, o excedente assume muitas formas e disfarces, sendo que diversos itens da mais-valia adquirem importância em relação à época de Marx. Observam que a participação

no valor excedente, através da forma lucro, constitui-se no meio necessário de expansão dessas empresas multissetoriais. Como se viu, o capitalismo monopolista é um sistema autocontraditório, que tende a criar um excedente cada vez maior, embora não consiga proporcionar o consumo e o investimento para a absorção do excedente crescente (as empresas são fixadoras de preços e os custos são decrescentes). Mas, como o excedente que não pode **ser absorvido** não será **produzido**, segue-se que o estado normal da economia capitalista é a estagnação. As despesas com vendas e o esforço em pesquisa e desenvolvimento estariam ligados à tentativa de afetar a magnitude da demanda efetiva e a produção de artigos vendáveis, respectivamente. Em decorrência, o que o governo absorve é um acréscimo e não uma subtração do excedente privado. Somente quando a absorção governamental continua a se expandir, mesmo depois de alcançada a plena utilização, é que o excedente privado sofre interferência. Para os autores, o excedente apresenta uma tendência crescente no capitalismo, que se deve primordialmente às características da concorrência Monopolista.

A crítica que pode ser levantada a Baran e Sweezy, a partir do exposto na seção I, é de que eles, ao que parece, adotam uma posição subconsumista como explicação para as dificuldades do capitalismo. O capitalismo não apresenta uma incapacidade para o seu desenvolvimento devido ao hiato entre a produção e o consumo; mas, ao mesmo tempo, a restrição do consumo, em determinados momentos na sua trajetória de evolução, é responsável pelas dificuldades enfrentadas pelo sistema. Efetuadas estas ressalvas, tem-se que o resultado não é necessariamente um estado de estagnação, e, além disso, a descrição da utilização do excedente, efetuada pelos autores, e suas repercussões apresenta-se útil para a análise da realização dinâmica, em escala ampliada, em que a utilização do excedente não dirigida somente para a ampliação da produção, mas em outras finalidades, como a pesquisa e a publicidade, pode gerar uma maior estabilidade.

Braverman destacou que a necessidade de gerar um excedente ensejou uma forma nova de administrar. Entende que cada avanço na produtividade reduz o número dos trabalhadores realmente produtivos, amplia o número dos trabalhadores que ficam disponíveis para serem utilizados nas lutas entre empresas pela distribuição do excedente, aumenta a utilização do trabalho em empregos ociosos ou nenhum emprego.

Braverman afirma que é somente na era do monopólio que o modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-los ao mercado, também os remodela para servirem às necessidades do capital. O capitalismo

transformou toda a sociedade em um gigantesco mercado. O primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob a forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; o terceiro é um “ciclo de produto”, que inventa novos produtos e serviços. O trabalho despendido na mera transformação da forma do valor (da forma de mercadoria na forma de moeda ou crédito), incluindo vigilância, caixa e cobrança, registros e contabilidade, começa a aproximar-se ou ultrapassar o trabalho utilizado na produção da mercadoria ou serviço subjacente. O autor ressalta que a forma de valor das mercadorias separa-se da forma física como um vasto império de papel que, sob o capitalismo, torna-se tão real quanto o mundo físico, e que engole crescentes quantidades de trabalho. É o mundo no qual o valor é canalizado e no qual o excedente é transferido, disputado e distribuído. Afirma que é provável que o rápido aumento do trabalho em escritórios deva-se a isso.

Assevera, Braverman, que, no capitalismo, o que importa não é determinada forma de trabalho, mas sua forma social, sua capacidade de produzir, como trabalho assalariado, um lucro para o capitalista. O que lhe interessa é a diferença entre o preço que ele paga por um agregado de trabalho e outras mercadorias, e o preço que recebe pelas mercadorias - sejam bens ou “serviços”- produzidas ou prestadas. Outro aspecto considerado é que os serviços constituiriam grande parcela da divisão social do trabalho por toda a era capitalista, para não falar nos primeiros tempos, mas não constituiriam uma parte “produtiva” ou lucrativa, senão recentemente na economia burguesa moderna. Assinala que, enquanto o trabalho improdutivo declinou fora do alcance do capital, aumentou dentro de seu âmbito. A grande massa de trabalho que era admitida como improdutivo, porque não trabalhava para o capital, foi agora transformada em massa de trabalho que é improdutivo porque trabalha para o capital, e devido às necessidades do capital terem aumentado tão notavelmente. Quanto mais produtiva a indústria capitalista se tornou, isto é, quanto maior a massa de valor excedente que ela extrai da população produtiva, tanto maior torna-se a massa de capital procurando sua parcela no excedente. E, quanto maior a massa de capital, maior a massa das atividades improdutivas que servem apenas ao desvio desse excedente e à sua distribuição entre vários capitais.

5.4 O EXCEDENTE, A NATUREZA E A LÓGICA DO CAPITAL E O CAPITALISMO TARDIO: ROBERT HEILBRONER E ERNEST MANDEL

Esta seção completa as análises apresentadas nas seções anteriores do presente capítulo. Assim, na seção 5.4.1, o foco é o excedente e a lógica do capitalismo, enquanto na seção 5.4.2, com Ernst Mandel, a ênfase é o excedente e o capitalismo tardio.

5.4.1 O Excedente e a lógica do Capitalismo: Robert Heilbroner

Heilbroner (1988) em *A Natureza e a Lógica do Capitalismo* afirma que a extração de riqueza, como fluxo de produção “excedente” canalizada sistematicamente da ampla massa trabalhadora da sociedade para as mãos de um grupo ou classe restrita, não é de modo algum peculiar ao capitalismo. O próprio excedente, em todas as sociedades, identifica-se com a diferença entre o volume de produção necessária para manter a força de trabalho e o volume de produção que a força de trabalho produz. Assevera que se encontra o excedente em todas as sociedades tributárias que deram o salto de comunidades primitivas para civilizadas, salto esse universalmente associado ao surgimento de alguma forma de Estado centralizado. Na verdade, um aspecto principal e, talvez, a razão da formação de tais estados foi exatamente para facilitar a extração do excedente. Assim o autor destaca que nas sociedades pré-capitalistas, os excedentes assumem o aspecto de “riqueza” de objetos desejados, porque incorporaram atributos específicos que são inerentes a suas características materiais. A riqueza se apresenta sob a forma de bens e serviços destinados ao consumo supérfluo, à manutenção e desenvolvimento das forças armadas, a edifícios religiosos, ou simplesmente a serem exibidos. A riqueza, lembra, assume as qualidades de “valores de uso”, para empregar o termo adotado por Marx a partir de Adam Smith e Aristóteles, entre as quais não é menor o valor de uso de expressar o poder e a grandeza do próprio exercício do poder.

Conforme Heilbroner discorre no capítulo 2 da referida obra, página 25, entre esses meios de utilização da riqueza, está ausente a utilização desta para um propósito, ou seja, para o seu uso não como um fim em si mesma, mas como meio para juntar mais riqueza. O que mais se assemelha a isso nos reinos antigos é o emprego das instituições e equipamentos militares religiosos ou reais, não só como símbolos de poder e de prestígio, desejados por si mesmos, mas como instrumentos para a expansão militar, religiosa ou dinástica. O que existe em comum entre essa forma expansiva de utilização do excedente e a realizada no capitalismo

é que este é usado em ambos os sistemas para aumentar o poder de uma classe dominante. Nas antigas civilizações, a riqueza é representada principalmente por concretizações materiais que constituem sua suficiente razão de ser, seu objetivo último. Em contraposição, no capitalismo, a riqueza reside apenas transitoriamente em coisas materiais. Se o capital fosse apenas os bens empregados na produção, ou o dinheiro necessário para adquirir materiais e trabalho, então o capital seria tão velho quanto a civilização, e não haveria propósito em destacá-lo como elemento identificador de determinada espécie de sociedade, digno de se tornar, de fato, seu símbolo histórico.

Heilbroner, mencionando Marx, argumenta que o capital é qualquer dessas duas coisas quando utilizado para desencadear um processo de contínua transformação do capital como dinheiro em capital como mercadorias e, então, em capital como mais dinheiro. Ou seja, a fórmula $D-M-D'$ pela qual Marx esquematiza a metamorfose repetitiva e expansiva mediante a qual o “capital” se manifesta. O Autor assinala que esse processo repetitivo e expansivo orienta-se no sentido de gerar bens e serviços, mediante a organização do comércio e da produção. Mas os atributos físicos dessas mercadorias, mesmo quando sob a forma de objetos de luxo, não são apreciados como provas de êxito final na busca da riqueza, enquanto estejam na posse do capitalista. Ao contrário, sua existência física é um obstáculo que precisa ser superado, pela conversão das mercadorias novamente em dinheiro. Mesmo então, quando elas são vendidas, o dinheiro que se recebe em troca não é visto como produto final da busca, mas apenas como uma etapa em seu ciclo interminável. Afirma que o Capitalismo é o regime do capital, “a forma de governo encontrada quando o poder assume o aspecto notável da dominação, pelos que controlam o acesso aos meios de produção, da grande maioria que deve conseguir “emprego”, o substituto capitalista para a tradicional autorização concedida ao camponês para consumir certa parte da safra que ele próprio cultivou”.

Assinala Heilbroner, que, quando a riqueza está concretizada em objetos que encarnam diretamente prestígio ou poder, não existem meios objetivos de medir o quanto de valorização pessoal ou social está representado por cada um dos elementos que compõem o patrimônio. No regime do capital, porém, desenvolve-se um cálculo rigoroso com respeito a prestígio ou poder, ou seja, o montante do capital monetário. Além disso, por sua natureza muito abstrata, não há fronteiras que as imponham ao tamanho da riqueza pela qual o poder e prestígio são simbolizados, em contraposição às limitações que, freqüentemente, o volume puramente físico de riquezas materiais impõe.

O capital só é poderoso na medida em que é submetido continuamente ao desafio da acumulação, cada capitalista necessariamente distribuindo seu dinheiro pelo público (seus trabalhadores, seus fornecedores) a fim de prover-se de mão-de-obra e dos materiais a partir dos quais seu capital se reconstituirá como mercadoria. Cada capitalista deve conseguir de volta, do público em geral, o capital monetário que despendeu com diversos de seus setores, ao mesmo tempo em que cada capitalista procura conseguir para si mesmo o mais possível do capital monetário de outros capitalistas, que foi distribuído de modo semelhante.

Essa contínua conversão e recuperação constitui a essência do processo de competição, que agora se pode considerar como um elemento do funcionamento do sistema, que provém da natureza mesma do capital. Assinala que competição não significa simplesmente a rivalidade entre vendedores que negociam produtos semelhantes num dado mercado, que é como a economia contemporânea a compreende, mas sim a inevitável exposição de cada capitalista aos esforços de outros para conquistar a maior parte possível do poder de compra do público. Explicita que a procura por obter uma vantagem sobre os outros capitais é de grande importância e, para tanto, são utilizados todos os meios possíveis.

Ao considerar a grande empresa capitalista, Heilbroner indaga sobre quem pode reivindicar os carros que saem da linha de montagem da General Motors. Afirma que não são os trabalhadores, nem a direção da empresa, ou seja, diretor algum, nem mesmo o presidente da companhia, tem o direito legal de reivindicar para si um automóvel, sem que pague por ele; também não são os acionistas, o maior acionista da General Motors não pode, sem pagamento, apossar-se de um carro, simplesmente pelo fato de possuir parte das ações.

Então, quem é o dono do produto? A resposta é que quem o possui é quem detém as instalações físicas e maquinaria, ou seja, o capital. Se a companhia é propriedade individual, seu dono tem direito legal ao que é produzido e pode, de fato, reivindicá-lo para seu uso particular em vez de vendê-lo. No caso de uma sociedade anônima, o dono do capital é um personagem fictício, a sociedade. Conseqüentemente, quem é o dono dos carros da General Motors é a General Motors, uma entidade legal que é investida da propriedade do ativo físico da companhia bem como do direito de contratar seus trabalhadores, desde o porteiro até o presidente. Ou seja, os carros são “propriedade da companhia”.

Heilbroner afirma que essa relação entre o trabalho e a recompensa, em que o trabalhador, incluindo o diretor mais qualificado e mais regamente pago, recebe pelos serviços que presta, mas não está habilitado a fazer reivindicações físicas ou legais sobre o produto, veio a ter pela

primeira vez a existência plena com o capitalismo. Nenhuma sociedade antiga se utiliza da relação do trabalho assalariado como recurso principal de acumular excedente.

O autor examina uma modalidade de obtenção de lucro que se mostra de maneira cada vez mais nítida no capitalismo moderno: a inovação tecnológica. Quando a inovação assume a forma de um novo produto, o capitalista desfruta de um lucro monopolístico, freqüentemente de duração efêmera, e colhe um excedente da sociedade essencialmente do mesmo modo que o comerciante que possui bens escassos e desejados. Heilbroner expõe que, na medida em que os lucros do capitalista de hoje provêm de rendas tecnológicas, torna-se cada vez mais difícil identificar a exploração do trabalho sob a forma de trabalhadores claramente sobrecarregados de trabalho, ou subpagos. Argumenta que a exploração tem uma característica de controle de classe bem como de confisco de classe. O que conta não é simplesmente o meio pelo qual se extrai certa parte da produção social, mas aos objetivos a que em geral se destina essa parte do excedente. O lucro, sob suas diversas formas, representa um meio recente de acumulação de excedente particularmente como mais-valia ou renda tecnológica; o fluxo do excedente para as mãos de uma classe dominante, porém, não teve alteração, a despeito do uso dos direitos de propriedade, em vez da coerção, como meio de sugar a riqueza de baixo para cima.

Assim sendo, é perfeitamente possível que a origem do excedente, na era do capitalismo, tenha-se deslocado gradualmente a partir do comércio, passando pela exploração direta do trabalho assalariado, até as rendas tecnológicas, e que os lucros de hoje em dia consistam de combinações entre essas três formas. O importante, segundo Heilbroner, é que a alocação desse excedente na classe que possui o capital não se modificou com a alteração de suas origens. Em todos os casos, o excedente desloca-se na direção do ápice da sociedade, onde se concentra a propriedade do capital. Em diversas etapas do capitalismo, esse excedente é explicado como oriundo da habilidade do negociante, da função dos capitalistas de arcar com riscos, da produtividade dos bens de capital, ou do poder da tecnologia. Contudo, essas explicações apenas descrevem os recursos estratégicos pelos quais se exerce o poder fundamental do capital. Esse poder fundamental repousa no direito dos donos da riqueza de não a aplicarem para nada, a menos que lhes seja permitido apropriar-se de ganhos de comércio, ou de mais-valia, ou de rendas tecnológicas, ou de recompensas pelo risco corrido, o que quer que apareça quando o capital seja posto ao dispor da sociedade.

Para Heilbroner, o lucro é a energia vital do capitalismo, não apenas por ser o meio pelo qual capitais individuais obtêm seus recursos financeiros para expandir-se, mas por ser a

maneira pela qual se evidencia a relação de dominação. A geração continuada de lucros gera uma atmosfera de euforia, porque comprova que o regime está cumprindo sua missão política, ou seja, organizando a sociedade segundo os princípios e os fins para os quais ela existe. Os lucros, e em consequência o excedente, são, para o capitalismo, o equivalente funcional da conquista de territórios ou da pilhagem, para regimes militares, ou de um aumento do número de crentes, para regimes religiosos, ou da legitimação da autoridade reconhecida, para estados em que haja ocorrido uma mudança de governo.

Heilbroner afirma que, nas ordens pré-capitalistas, não se encontra algo parecido com uma “esfera econômica”. Observa que em todas as sociedades existem empreendimentos materiais e sociais necessários à sobrevivência material. O que impede que essas atividades constituam uma “esfera” é a ausência de quaisquer fronteiras formais que não permitam o exercício do poder do estado sobre a organização ou direção da produção ou distribuição. A área econômica é simplesmente da mesma espécie que a área política.

Assim, o déspota que coleta seu tributo, parte do qual será transferido para o império, está a um só tempo manifestando uma relação política e de obediência, e cumprindo uma função econômica de coleta e distribuição do excedente. Do mesmo modo, o camponês que efetua seus pagamentos de renda, ou que toma parte numa corvéia, está, simultaneamente, demonstrando a relação de obediência explícita na qual se baseia a organização política, e produzindo os meios de subsistência dos quais ele vive e o excedente.

Para que surja uma esfera econômica, é necessário que aquele governo, que tudo permeia e que ninguém contesta, renuncie a parte de sua soberania, reconhecendo, por assim dizer, a existência de uma república autônoma de comércio e produção dentro de seu próprio território.

Segundo Heilbroner, essa importante secessão interna foi consequência da fragmentação política que se seguiu ao colapso do império romano. Tendo início já no século décimo, o estado mercantil encontrou o abrigo protetor de que precisava na poeira dos feudos surgido daquele enorme colapso. Muito gradualmente, em decorrência da importância cada vez maior das condutas mercantis e da crescente dependência de todos os níveis da sociedade em relação ao mecanismo de mercado, surgiram os fundamentos de um regime de capital propriamente dito. No campo, o excedente continuava a ser agregado mediante a dominação política do senhor sobre o servo, mas, nas vilas e cidades, cada vez mais o excedente nascia sob a forma de lucros advindos aos mercadores individuais e, mais tarde, às guildas mercantis.

Dessa forma, mesmo antes de o capitalismo ter surgido de forma completa, o aparecimento de um mundo dos negócios prenunciava sua chegada à Europa feudal dos últimos tempos. O surgimento de uma esfera econômica autônoma teve dois aspectos. O primeiro, foi a consecução de direitos políticos para a burguesia. Este processo só veio a terminar em fins do século dezoito, quando se assentou completamente a fundação de um regime do capital; ou seja, o reconhecimento de explícitas restrições “constitucionais” ao poder do estado de violar o espaço privado do indivíduo, ou de confiscar sua propriedade. O segundo, é que a essa conhecida história de ganho político, contrapôs-se outra, menos conhecida, de perda econômica. Trata-se da perda gradual, pelo estado, de seus direitos de acesso direto ao excedente. Salvo em raras circunstâncias, o Estado perdeu o comando sobre a mão-de-obra e a matéria-prima, ou mesmo sobre o dinheiro, mediante o qual tradicionalmente montava seu poderio secular, religioso ou militar. Embora o estado retivesse as armas do governo, tornou-se dependente do funcionamento de sua república auto-instituída para o provimento das receitas. O poder de tributar pode ser o poder de destruir, mas a capacidade de tributar supõe a existência de uma economia em funcionamento.

Para o autor, existe um conflito entre as duas lógicas de poder: a econômica e a política. Afirmo que isto pode ser visualizado de maneira especialmente nítida ao se comparar os papéis delas duas no controle do fluxo internacional do excedente. A lógica do capital é basicamente uma lógica de expansão do valor. O comércio e a produção são organizados segundo as oportunidades de lucro e não de acordo com as prerrogativas ou coerções da soberania. A lógica do poder político, de maneira inversa, sempre se tem preocupado primordialmente em levar em conta as fronteiras, e não as correntes de produção e distribuição. O alcance e os limites do poder militar e administrativo, e não as possibilidades de lucro, é que têm orientado a expansão dos estados.

Portanto, pode-se observar que Heilbroner ressalta o contraste entre o aspecto de riqueza que os excedentes assumem nas sociedades pré-capitalistas e na sociedade capitalista, ou seja, nas sociedades pré-capitalistas os excedentes assumem o aspecto de “riqueza” de objetos desejados, porque incorporaram atributos específicos que são inerentes a suas características materiais, enquanto na sociedade capitalista a riqueza reside apenas transitoriamente em coisas materiais. Ou seja, nas sociedades pré-capitalistas a riqueza está concretizada em objetos que encarnam diretamente prestígio ou poder enquanto no

capitalismo desenvolve-se um cálculo rigoroso com respeito ao prestígio ou poder que é o montante de capital monetário.

No capitalismo, a origem do excedente se deslocou gradualmente a partir do comércio, passando pela exploração direta do trabalho assalariado, até as rendas tecnológicas, e os lucros de hoje consistem, provavelmente, em uma combinação das três formas. Mas o importante é que a alocação desse excedente para a classe que possui o capital não se modificou com a alteração de suas origens, pois em todos os casos o excedente se desloca em direção ao ápice da sociedade, onde se encontra a propriedade do capital.

Outro aspecto importante salientado é que, para o surgimento de uma esfera econômica, é necessário que o governo renuncie a parte de sua soberania, reconhecendo a existência de uma esfera autônoma de comércio e produção dentro de seu território. Esse acontecimento histórico ocorreu gradativamente, em decorrência da maior importância das condutas mercantis. Ao surgimento de uma esfera econômica contrapõe-se à perda gradual pelo Estado de seus direitos de acesso direto ao excedente. O Estado tornou-se dependente do funcionamento da esfera econômica para o provimento de recursos. Este aspecto destacado por Heilbroner constitui-se em um aspecto importante da característica do Estado em uma sociedade capitalista. Ou seja, o crescimento do Estado e seu financiamento passam a depender de sua capacidade de acessar o excedente econômico de forma indireta, através da tributação e canalização de recursos da esfera econômica.

5.4.2 O Excedente e o Capitalismo Tardio

Mandel entende, conforme discorre em *Capitalismo Tardio* (1982), que o esquema de reprodução é inadequado para explicar, a partir das leis de seu movimento, as fases específicas do modo de produção capitalista. Para o autor, qualquer tentativa no sentido de inferir, com base nesses esquemas, a impossibilidade de uma economia capitalista pura ou o colapso fatal do modo de produção capitalista está condenada ao fracasso. Ou seja, o esquema de reprodução tem um papel definido e específico na análise de Marx, visa explicar como um sistema econômico baseado na pura anarquia do mercado, em que a vida econômica é determinada pela compra e venda, não resulta em caos permanente e em constantes interrupções do processo social. Afirma que é evidente que esquemas destinados a provar a possibilidade de equilíbrios periódicos da economia serão inadequados para uso como instrumental analítico. Torna-se necessário incorporar aos esquemas, desde o início, a tendência ao desenvolvimento desigual dos dois departamentos, dos meios de produção e de

consumo, e o que se distribui por eles. Assevera que os esforços teóricos de Hilferding, Rosa, Henryk Grossmann, Bukharin, Otto Bauer e tantos outros estavam destinados ao fracasso porque eles tentaram investigar os problemas das leis de desenvolvimento do capitalismo com instrumentos projetados para a análise do equilíbrio.

Mandel critica Hilferding por este ter o entendimento de “Que na produção capitalista, a reprodução em escala simples ou ampliada pode prosseguir sem perturbações, enquanto essas proporções forem mantidas.” (HILFERDING, 1923 apud MANDEL, 1992, cap.1, p.18). Entende que Marx não pretendeu, de modo algum, que seus esquemas de reprodução justificassem a pretensa possibilidade da “produção sem perturbações” sob o capitalismo. Ele estava convencido, na verdade, da inerente suscetibilidade do capitalismo às crises. Além disso, ele não atribui essa suscetibilidade apenas à anarquia da produção, mas também à discrepância entre o desenvolvimento das forças de produção e ao desenvolvimento do consumo de massa. Afirma que em certos momentos Hilferding enxerga corretamente a ligação geral entre produção e consumo, por exemplo, quando expõe:

Entretanto, a estreita base oferecida pelas relações de consumo na produção capitalista é a raiz geral da crise econômica, pois a impossibilidade de expandir o consumo é uma pré-condição geral para a estagnação das vendas. Se o consumo pudesse ser ampliado sem restrições, não seria possível a superprodução. Em condições capitalistas, entretanto, a ampliação do consumo implica uma redução na taxa de lucro, pois um acréscimo no consumo das amplas massas está ligado a um aumento nos salários. (HILFERDING, 1923 apud MANDEL, 1992, p.18-19).

Posteriormente Hilferding, conforme Mandel, é desorientado pelos sistemas de reprodução e volta-se para uma teoria da crise baseada na desproporcionalidade “pura”.

Mandel assinala que Rosa acusa Marx de projetar seus esquemas de tal maneira que é absolutamente impossível conseguir uma expansão mais rápida do departamento I em relação ao departamento II. No entanto, conforme lembra, os esquemas não visam a expressar a mais rápida taxa de crescimento no departamento I em relação ao departamento II, o que é inevitável no capitalismo, ou expressar essa expansão rápida, que no capitalismo conduz fatalmente à ruptura do equilíbrio. A intenção do esquema, ao contrário, é provar que, apesar dessa expansão rápida e das rupturas periódicas de equilíbrio, também é possível existir equilíbrios periódicos em condições capitalistas. Se se desconsiderar a hipótese de equilíbrio não se terá de buscar junto aos compradores não-capitalistas a solução para as contradições internas dos esquemas de reprodução. Entende que a solução deve ser encontrada na transferência de mais-valia do departamento II para o departamento I, no decorrer da

equalização da taxa de lucro, tornada necessária pela menor composição orgânica de capital no departamento II. Para Mandel, as crises não são provocadas unicamente por uma desproporcionalidade de valor entre os vários ramos da indústria, mas também por uma desproporcionalidade entre o desenvolvimento do valor de troca e do valor de uso, isto é, pela desproporcionalidade entre a valorização do capital e o consumo. As discussões sobre as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo e as crises que dominaram por mais de meio século, segundo Mandel, reduziram as dificuldades deste desenvolvimento (problema) a um único fator: Por exemplo, para Rosa de Luxemburg, é a dificuldade na realização da mais-valia; para Hilferding, a anarquia da produção; para Henryk Grossmann o fato de que a totalidade da mais-valia disponível deixa de ser suficiente à valorização lucrativa do capital disponível enquanto para Kalecki é a taxa de acumulação recém-criada, isto é, a divisão dessa mais-valia entre o consumo improdutivo e a acumulação, que constitui-se na variável estratégica no sistema.

Mandel entende, no entanto, conforme capítulo I de *O Capitalismo Tardio*, página 25, que qualquer suposição de um único fator se opõe claramente à concepção do modo de produção capitalista como uma totalidade dinâmica, na qual a ação recíproca de todas as leis básicas do desenvolvimento se faz necessária para que se produza um resultado específico. Para o autor, essas variáveis abrangem os seguintes itens: composição orgânica do capital, a distribuição do capital constante entre o capital fixo e o circulante, o desenvolvimento da taxa de mais-valia; o desenvolvimento da taxa de acumulação (a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente), o desenvolvimento do tempo de rotação do capital e as relações de troca entre os dois departamentos. Percebe que:

As flutuações na taxa de lucro são o sismógrafo dessa história, na medida em que expressam com a maior clareza possível o resultado dessa interação em conformidade com a lógica de um modo de produção baseado no lucro – em outras palavras, na valorização do capital. Mas tais flutuações são apenas resultados, que também devem ser explicados pela interação das variáveis. (MANDEL, 1992, p.26).

Assim, para Mandel, o capitalismo é um modo de produção orientado pelo lucro, pela valorização do capital. Portanto, as variações do valor excedente, da taxa de mais-valia, juntamente com outras variáveis, como a composição orgânica do capital, explicam a variação da taxa de lucro. Por exemplo, quando existe um exército industrial de reserva significativo, a taxa crescente de acumulação não exerce influência importante na relação entre a demanda e a

oferta da mercadoria força de trabalho. A taxa de crescimento da composição orgânica do capital não pode ser simplesmente considerada como uma função do progresso tecnológico ligado à concorrência. Esse progresso tecnológico induz a substituição de capital vivo pelo capital morto, de forma a reduzir custos, ou seja, ocasiona um aumento do dispêndio em capital fixo mais rápido do que em salários. No entanto, o crescimento do capital fixo e o rápido crescimento da produtividade social não definem o desenvolvimento da composição orgânica do capital. Isto:

Porque, no caso de a produtividade do trabalho no setor que produz matérias-primas crescer mais rapidamente do que no setor de produção de bens de consumo, o capital constante circulante tornar-se-á relativamente mais barato do que o capital variável, e isso acarretará, em última análise, uma situação em que, apesar do progresso tecnológico acelerado e apesar da acumulação acelerada de mais-valia no capital fixo, a composição orgânica do capital crescerá mais devagar, e não mais rápido do que anteriormente. (MANDEL, 1992, p.27).

A tarefa-chave, a que Mandel se propõe, consiste em analisar o efeito que essas variáveis parcialmente independentes exercem nas situações históricas concretas, para que se possa interpretar e explicar as fases sucessivas da história do capitalismo.

A esse respeito deve-se notar que Mandel prevê com notável precisão a onda longa com tonalidade estagnante.

Mandel expõe que na era do imperialismo o processo de acumulação de capital em economias anteriormente não capitalizadas passou também a subordinar-se à reprodução do grande capital do ocidente. A partir desse ponto, foi a exportação de capital dos países imperialistas, e não o processo de acumulação primária, impulsionado pelas classes dominantes locais, que determinou o desenvolvimento econômico do que seria, mais tarde, denominado “terceiro mundo”. Esse último passou a ser forçado a complementar as necessidades da produção capitalista nos países capitalistas metropolitanos. Assim, o próprio investimento de capital passa a originar-se dos países metropolitanos, e só se estabeleciam as empresas que correspondessem aos interesses da burguesia imperialista. Em consequência, afirma Mandel, o processo da exportação imperialista de capital sufocou o desenvolvimento econômico do chamado “terceiro mundo”. Isso porque, em primeiro lugar, absorveu os recursos locais disponíveis para a acumulação primitiva do capital, por meio de um “escoamento” qualitativamente acrescido. Do ponto de vista da economia nacional, esse escoamento passou a assumir a forma de expropriação contínua, pelo capital estrangeiro, do

produto excedente local, o que acarretou uma redução significativa nos recursos disponíveis para a acumulação nacional de capital.

Mandel discorre que, no século XIX e no início do século XX, as exportações dos países metropolitanos concentravam-se basicamente em bens de consumo, carvão e aço. Após a depressão mundial de 1929, entretanto, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o padrão das indústrias exportadoras imperialistas deslocou-se cada vez mais para máquinas, veículos e bens de capital. Questiona se esse novo curso na estrutura da economia mundial representaria finalmente uma tendência no sentido de uma industrialização sistemática do terceiro mundo, uma universalização do modo de produção capitalista e a eventual homogeneização da economia mundial. Entende que não. Significa, simplesmente, uma mudança nas formas de justaposição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Mais corretamente, estão emergindo novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração de excedente; e estes, embora de natureza diversa, mostram-se ainda mais pronunciados que os da época do imperialismo “clássico”. No que diz respeito a diferenças no nível de acumulação de capital, nota que a maior parte do investimento de capital imperialista no mundo subdesenvolvido não provém da exportação de capitais, mas do reinvestimento dos lucros ali realizados, da dominação crescente do mercado local de capital e da absorção cada vez maior do valor excedente e do produto agrícola excedente, gerados nos próprios países subdesenvolvidos.

Outra questão é que a remuneração mais baixa da força de trabalho nos países semicoloniais, dependentes, que a nos países imperialistas possibilita uma taxa média de lucro mais alta, em termos mundiais - o que explica o fato de o capital estrangeiro fluir para esses países. Mas, por outro lado, a expansão do mercado é conservada dentro de limites restritos em decorrência do baixo nível dos salários reais e pelas reduzidas necessidades dos operários no terceiro mundo, constituindo-se em uma barreira à acumulação do capital. Assim, torna-se mais lucrativo investir fora da indústria. Como resultado, a concentração do capital é travada, impedida a expansão da produção, promovido o escoamento de capital para esferas não industriais e improdutivas e ampliado o exército de proletários e semi-proletários desempregados. Aí reside o real “circuito vicioso do subdesenvolvimento” e não a alegada insuficiência da renda nacional, e a conseqüente taxa insuficiente de poupança. Entende Mandel que o processo de crescimento real do modo de produção capitalista não é acompanhado por um nivelamento efetivo das taxas de lucro.

Mandel em *O Capitalismo Tardio*, no capítulo 3 - *As Três Fontes Principais de Superlucro* -, afirma que o propósito e o significado da acumulação do capital sob a pressão da concorrência envolvem um duplo processo: a expansão da massa de capital e a redução do preço de custo das mercadorias (através de maquinaria aperfeiçoada). Descreve esse processo como uma busca de superlucros, ou seja, o processo de reprodução ampliada é determinado pela procura de superlucros.

Como podem ser obtidos esses superlucros? Mandel entende que é impossível reduzir as condições a um único fator para se conseguir o superlucro. Os superlucros surgem por diversos fatores, tais como: a composição orgânica se encontra acima da média, o preço pago pelo trabalho abaixo de seu valor, o preço pago pelo capital constante abaixo do preço de produção. Assevera que, quando a produção capitalista de mercadorias conquistou e unificou o mercado mundial, ela não criou um sistema uniforme de preços de produção, mas um sistema diversificado de preços nacionais de produção e preços unificados no mercado mundial. Os capitais dos países mais desenvolvidos puderam obter superlucros, pois suas mercadorias podiam ser vendidas acima de seu próprio preço nacional de produção e, no entanto, abaixo do “preço nacional de produção” do país comprador. Assim, o imperialismo longe de nivelar a composição orgânica do capital em escala internacional, ou de conduzir a uma equiparação internacional das taxas de lucro, congelou e intensificou as diferenças internacionais na composição orgânica do capital e do nível das taxas de lucro. Os obstáculos que dificultam o nivelamento da taxa de lucro numa escala nacional adquirem peso ainda maior em escala internacional. A maior imobilidade do capital, a imobilidade predominante da força de trabalho e a existência em larga escala de esferas não capitalistas são os fatores que tornaram possíveis as diferenças no nível de lucro entre as colônias e os países metropolitanos desde o início da era do imperialismo e fizeram do investimento de capital nas colônias e semicolonias uma fonte permanente de superlucros. Ou seja, a diferença no nível de desenvolvimento deve ser atribuída ao fato de que o capitalismo universaliza a circulação, mas não a produção capitalista de mercadorias.

Por outro lado, a diferença de produtividade entre ramos distintos da indústria num mesmo país já industrializado manifesta-se principalmente através do progresso técnico, do aperfeiçoamento das técnicas de produção, da elevação da composição orgânica do capital, e principalmente através da reprodução ampliada do capital fixo.

Os superlucros existentes pela introdução da tecnologia irão desaparecer depois de certo tempo. Assim, a inexistência de restrições à mobilidade do capital conduzirá se se tiver um

mercado de capitais unificado, um sistema unificado de juros e de preços produção, ao desaparecimento dos superlucros. O capital deixará de lado os ramos com menores taxas de lucro e fluirá para os ramos com uma taxa maior. Haverá superprodução nesses setores acarretando a queda dos preços de mercado e a supressão dos superlucros, os ramos que sofreram uma redução de capital não terão condições de suprir a demanda, e os preços de mercado subirão nesses setores. Como resultado ter-se-á um nivelamento da taxa de lucro.

Mas, afirma Mandel, mesmo com uma mobilidade completa do capital não há um nivelamento imediato da taxa de lucro. Existe um considerável período entre o momento quando uma descoberta tecnológica recebe uma aplicação produtiva e o momento em ocorre um nivelamento da taxa de lucro. A mercadoria mais barata, devido à tecnologia mais moderna, nesse período, deve propiciar um superlucro, pois pode ser vendida ao preço social médio.

Conforme o autor, no caso clássico dos monopólios, em que existem restrições decisivas à mobilidade do capital devido à combinação de acordos operacionais entre os mais importantes possuidores de capital e aos volumosos custos de instalação, ou seja, devido a um nível qualitativamente mais alto de concentração e centralização do capital, essa combinação resulta não só em superlucros temporários, mas também em superlucros, duradouros, que são um traço característico da época do capitalismo monopolista.

No entanto, como não existem monopólios absolutos no longo prazo, o crescimento dos superlucros dessas empresas não é desprovido de limites.

Lembra Mandel, que a massa anual de mais-valia é uma magnitude dada, limitada em última instância pelo número de horas trabalhadas pelos assalariados produtivos e que não pode ser aumentada por fenômenos de nenhuma espécie na esfera da circulação. Uma vez que seja dada a massa total de mais-valia e, portanto, a massa total de lucro, os superlucros de um número reduzido de empresas ou ramos monopolistas da indústria só podem ser acrescidos pela transferência de mais-valia de outras empresas ou de outros ramos da indústria. Para cada superlucro haverá uma queda correspondente nos lucros de outras firmas.

Mandel afirma, no capítulo 3, página 64, que a entrada em esferas monopolizadas é sempre difícil de se conseguir. Se, entretanto, uma firma se permitir um superlucro “exagerado”, haverá esforços crescentes de outros grupos capitalistas monopolistas para obter uma parcela desse superlucro. Portanto, esses grupos evitam esses exageros, até porque num sistema em que a maioria dos monopólios está relacionada entre si como fornecedores

recíprocos, a quantidade de mercadorias negociáveis de um monopólio depende dos preços (monopolistas) dos demais monopólios. Por conseqüência, entende Mandel, passa a existir, pelo nivelamento dos superlucros, duas taxas de lucro simultaneamente, uma no setor monopolizado e outra no setor não monopolizado dos países imperialistas.

O processo de nivelamento das taxas de lucro resulta necessariamente numa transferência de valor, uma vez que a soma dos preços de produção é igual à soma dos valores. Portanto, conclui que, se um ramo se apodera de parte da mais-valia produzida em outros ramos, isto só pode significar que esses outros ramos devem vender as mercadorias que produzem abaixo de seu valor. Os superlucros devem ser acompanhados por lucros abaixo da média, obtidos por outros possuidores de mercadorias. Todo o sistema capitalista aparece, assim, como uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade, e como conseqüência, do desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, ramos industriais e empresas, desencadeado pela busca de superlucros.

Assinala Mandel que a procura de superlucros é a força motriz, e a transferência de excedente para as regiões industrializadas só é possível pela existência de zonas, regiões subdesenvolvidas em justaposição às desenvolvidas, acelerando a acumulação, como expõe:

Por todo o sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se determinam reciprocamente, pois enquanto a procura de superlucros constitui a força motriz fundamental por detrás dos mecanismos de crescimento, o superlucro só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos. Por isso o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação.

Sem regiões subdesenvolvidas não pode haver transferência de excedente para as regiões industrializadas, nem conseqüentemente, aceleração da acumulação de capital nestas últimas. Pela duração de toda uma época histórica nenhuma transferência de excedente para os países imperialistas poderia ter ocorrido sem a existência dos países subdesenvolvidos, nem teria havido, naqueles países, aceleração da acumulação do capital. Sem a existência de ramos industriais subdesenvolvidos não teria havido transferência de excedente para os chamados setores dinâmicos, nem a aceleração correspondente da acumulação do capital nos últimos 25 anos. (MANDEL, 1992, p.70).

Para Mandel, as crises de superprodução são explicadas pelas discrepâncias entre a mais-valia e sua realização, entre a realização da mais-valia e a acumulação, sendo que tais discrepâncias não podem ser atribuídas ao acaso, mas derivam das leis internas do modo de produção capitalista, e esta é a razão das oscilações conjunturais do capitalismo.

Mandel afirma que após a guerra ocorreu uma expansão da taxa de mais-valia e uma aceleração a longo prazo da acumulação do capital. Além disso, a expansão constante do mercado nesse período não levou a uma rápida queda da taxa de mais-valia. Entende que a

transformação tecnológica possibilitou uma expansão a longo prazo na taxa de mais-valia, conjugada a um aumento simultâneo dos salários reais que foi a combinação específica que tornou possível o crescimento cumulativo a longo prazo da economia dos estados imperialistas no período 1945/65, em contraste com o período nazista e a Segunda Guerra Mundial. Discorre que, do término da Primeira Guerra Mundial até o início da Segunda Guerra Mundial, o considerável aumento na composição orgânica do capital, resultado da eletrificação generalizada, produziu uma tendência à queda da taxa média de lucros, a qual só poderia ser neutralizada por um aumento correspondente na taxa de mais-valia.

No entanto, após a Primeira Guerra, a classe capitalista, em conseqüência do ambiente pós-revolucionário, teve de fazer concessões ao proletariado para garantir sua dominação política, o que contribuiu para estabilizar ou mesmo reduzir a taxa de mais-valia. Só a vitória do fascismo hitlerista, e em outros países a II Guerra Mundial, é que capacitou ao capital conseguir um aumento na taxa de mais-valia suficientemente amplo para permitir a ascensão temporária da taxa de lucros, apesar da mais alta composição orgânica de capital.

Mandel registra que na época da Grande Depressão já era claro que existia uma tendência para o declínio a longo prazo da exportação do capital para as colônias e semicolônias, em decorrência do caráter monopolista das empresas imperialistas que dominavam a produção colonial de matérias-primas. Assegura que a subacumulação nos países metropolitanos e esse declínio das exportações de capital para as colônias simplesmente reforçaram o aparecimento do capital excedente e a queda da taxa de lucros. O capital excedente, conforme Mandel, só obtém o juro médio e não o lucro médio. No entanto, uma vez que o capital excedente não participa na valorização imediata do capital e que esse juro deve conseqüentemente ser pago da mais-valia social total, a taxa média de lucros é forçada a cair ainda mais.

Esse capital excedente passou a ingressar no Departamento II, sendo criado um novo setor de bens de consumo, para a produção dos chamados bens de consumo duráveis: produção automobilística, aparelhos elétricos (aspiradores de pó, rádios, máquinas de costura, etc.). Em conseqüência, tem-se um aumento da composição orgânica do capital, principalmente nos Estados Unidos, que começou a diminuir a vantagem da distribuição da mais-valia entre os dois departamentos, coincidindo essas modificações com o período de tendência à queda da taxa de lucro e a seguir com a grande crise que abalou a totalidade do departamento I. Esses fatos, segundo Mandel, levaram a uma pressão para elevar a taxa de lucro no departamento I. Esta pressão tomou quatro formas:

- 1) aumento imediato da taxa de mais-valia;
- 2) valorização imediata do capital excedente mediante o rearmamento;
- 3) nova tentativa de diminuir o custo do capital constante;
- 4) redução radical na participação dos custos salariais no preço de custo das mercadorias.

Tão logo a taxa de lucros começou a se elevar outra vez, a expansão do capital estava apta a subir vertiginosamente através da utilização do capital acumulado, mas não valorizado no período 1929/39. O resultado foi a passagem para a terceira “onda longa com tonalidade expansionista”, de 1940 (1945) a 1965.

Esse novo período caracterizou-se pelo fato de que, paralelamente aos bens de consumo industriais feitos por máquinas e das máquinas de fabricação mecânica, se deparava agora com matérias-primas e gêneros alimentícios produzidos por máquinas; Afirmo Mandel: “Longe de corresponder a uma ‘Sociedade Pós-industrial’, o capitalismo tardio aparece assim como o período em que, pela primeira vez, todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados; ao que ainda seria possível acrescentar a mecanização crescente da esfera da circulação (excetuados os serviços de simples conserto) e a mecanização crescente da superestrutura.” (MANDEL, 1992, cap.6, p.133-134).

Entende Mandel que as rendas tecnológicas são superlucros derivados da monopolização do progresso técnico, isto é, de descobertas e invenções que baixam o preço de custo de mercadorias, mas não podem ser generalizadas a determinado ramo de produção e aplicadas por todos os concorrentes devido à própria estrutura do capital monopolista: dimensões do investimento mínimo, controle de patentes, dificuldades de entrada, etc.

Mandel destaca as características principais da terceira revolução tecnológica:

- 1) Aceleração qualitativa do aumento da composição orgânica;
- 2) Transferência de força de trabalho viva, ainda ligada ao processo de produção, do tratamento efetivo das matérias-primas para funções relativas à preparação e supervisão.
- 3) Mudança radical na proporção entre as duas funções da mercadoria força de trabalho, ou seja, a preservação do valor passa a ser mais importante que a criação do valor.
- 4) Mudança radical na proporção entre a criação de mais-valia na própria empresa e a apropriação de mais-valia gerada em outras empresas.
- 5) Mudança na proporção entre os custos de produção e o gasto com a compra de novas máquinas na estrutura do capital fixo e, conseqüentemente também, nos investimentos industriais.
- 6) Diminuição do período de produção.
- 7) Propensão para acelerar a inovação tecnológica e acentuado aumento nos custos de “pesquisa e desenvolvimento”.

- 8) Vida útil mais curta do capital fixo, especialmente da maquinaria. Propensão crescente a introduzir uma planificação exata da produção dentro de cada empresa e o planejamento na economia como um todo.
- 9) Uma composição orgânica mais alta do capital conduz a um aumento na participação do capital constante no valor médio da mercadoria.

O resultado conjunto dessas principais características econômicas da terceira revolução tecnológica é uma tendência à intensificação de todas as contradições do modelo de produção capitalista: a contradição entre a socialização crescente do trabalho e a apropriação privada; a contradição entre a produção de valores de uso e a realização de valores de troca; a contradição entre o processo do trabalho e o processo de valorização; a contradição entre a acumulação de capital e sua valorização, e tudo o mais que segue.

Mandel acredita que o limite interior absoluto do modo de produção capitalista não reside, como acreditava Rosa, na penetração capitalista completa do mercado mundial, na eliminação das esferas não capitalistas, nem na impossibilidade de valorizar o capital total acumulado, mesmo com volume crescente de mais-valia, como julgava Henryk Gossman. Para ele, o limite está vinculado ao fato de que a própria massa de mais-valia diminui necessariamente como resultado da eliminação do trabalho vivo do processo de produção, no decorrer do estágio final de mecanização-automação.

O capitalismo tardio, como uma nova fase do imperialismo ou do capitalismo monopolista, caracterizado por vivenciar uma crise estrutural apresenta como sua marca distintiva não o declínio nas forças de produção, mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento.

O desperdício de forças reais e potenciais de produção pelo capital ocorre não só em relação as forças materiais, mas também às forças produtivas humanas. A era da terceira revolução tecnológica é necessariamente uma época de fusão da ciência, tecnologia e produção, numa escala jamais vista. Afirma Mandel que, na produção cada vez mais automatizada, deixa de haver lugar para operários não qualificados e empregados de escritórios. Uma transformação maciça e generalizada do trabalho manual em intelectual não só é possível pela automação, mas se torna econômica e socialmente essencial. O capitalismo, por um lado, representa o desenvolvimento aperfeiçoado das forças materiais de produção, que poderiam em si mesmas, liberar a humanidade da obrigação de realizar um trabalho mecânico, repetitivo, enfadonho e alienante; por outro lado, representa uma nova ameaça para o emprego e o rendimento, uma nova intensificação da ansiedade, a insegurança, o retorno

crônico do desemprego em massa, as perdas periódicas de consumo e renda. Entende, no entanto, que isso não significa que o capitalismo encontra-se em um período de estagnação absoluta ou de declínio dessas forças ou que em algum momento de sua trajetória tenha que necessariamente encontrar-se nessa situação.

Mandel entende que a redução do tempo de rotação do capital fixo constitui uma das características fundamentais do capitalismo tardio. A origem imediata da redução prende-se à aceleração da inovação tecnológica, o que, por sua vez, é resultado da realocação do capital industrial, investido não apenas na atividade direta de produção, mas também em escala crescente, nas esferas pré-produtivas (pesquisa e desenvolvimento). Como a fonte principal de superlucros reside agora nas “rendas tecnológicas” ou no diferencial de produtividade entre firmas e ramos da indústria, a busca sistemática e contínua de inovações tecnológicas e de superlucros correspondentes torna-se o padrão característico das empresas do capitalismo tardio e, em especial, das grandes empresas. A lógica da terceira revolução tecnológica leva as empresas do capitalismo tardio a planificar as suas vendas, com o resultado familiar dos dispêndios colossais em pesquisa e análise de mercado, publicidade e manipulação de consumidores, obsolescência planejada de mercadorias, e assim por diante. A redução do tempo de rotação do capital fixo cria, para cada empresa, um risco geometricamente proporcional de ser deixada para trás na luta concorrencial, pois o ritmo da concorrência aumenta com o ritmo de reprodução do capital fixo.

A função da concorrência, que é realocar o valor excedente criado na esfera da produção, torna-se muito mais vital do que antes em resultado da pressão emergente no sentido da plena automação. Mandel expõe que, no capitalismo monopolista, não se visa a venda com o máximo de lucros e na velocidade mais rápida possível. Ou seja, em condições de competição monopolista a maximização dos lucros a curto prazo é um objetivo completamente sem sentido. A estratégia das empresas visa à maximização dos lucros a longo prazo, sendo que fatores tais como o domínio do mercado, a repartição do mercado, a familiaridade com a marca, a capacidade futura de atender à demanda, a salvaguarda de oportunidades para inovação, para o crescimento, se tornam mais importantes que o preço de venda que pode ser imediatamente obtido ou a margem de lucro que isso representa. O fator decisivo é a necessidade de tomar decisões estratégicas, ou seja, o planejamento interno da empresa.

O planejamento torna-se possível pelo controle efetivo que o capitalista tem sobre os meios de produção e os trabalhadores em sua empresa, e sobre o capital que pode ser acumulado fora da empresa e menos pela possibilidade de reunir informações externas à empresa. Conforme Mandel, a tendência a uma organização e planejamento aprofundados dentro das companhias do capitalismo tardio repercute na estrutura da classe burguesa e sobre a natureza da própria administração econômica. Existe uma tendência à introdução de métodos mais refinados de administração. Isso dá origem à ilusão de que a burocratização da administração de uma empresa é equivalente a uma burocratização efetiva das funções do capital, ou seja, uma delegação cada vez maior do controle sobre os meios de produção para um exército crescente de gerentes, diretores, engenheiros e chefes, grandes e pequenos. No entanto, para Mandel, isso não corresponde à realidade, pois tem-se uma crescente delegação do poder de decisão sobre questões de minúcia e, por outro lado, a concentração crescente do poder de decisão sobre questões cruciais para a expansão do capital. Há uma tendência para a direção do processo imediato de produção ser tecnicamente separada do processo de acumulação do capital. Isso se exprime pela corporação multidivisional e pela compulsão a subordinar, ainda mais rigorosamente do que antes, a delegação de autoridade às considerações sobre lucratividade global da empresa. Assim, por exemplo, a tecnologia efetiva de produção ou a pesquisa científica no laboratório, a pesquisa de mercado, a propaganda e a distribuição podem alcançar um amplo grau de autonomia. O determinante básico, no entanto, é a lucratividade, a valorização da massa global de capital acumulado. Registra que não se pode confundir articulação técnica do exercício do poder com seu fundamento econômico, a fonte efetiva desse poder.

Ou seja, o futuro e a fortuna das empresas oligopolistas e monopolistas assentam-se na definição de onde e como se realizará a reprodução ampliada. Como a inovação acelerada, a obsolescência acelerada e o tempo de rotação reduzido do capital fixo criam uma incerteza maior na esfera da reprodução, as opções finais nessa esfera constituem as definições estratégicas que definem a vida ou morte das empresas, e as tendências globais da economia. Os donos reais do capital, os grandes acionistas, magnatas industriais e grupos financeiros, reservam tais decisões para si mesmos, sem delegação.

Mandel registra que a descoberta científica e técnica e a inovação tecnológica não são duas categorias idênticas. A aceleração crescente da atividade científica e técnica da invenção foi determinada por grande número de fatores em interação na história da ciência do trabalho e da sociedade. Afirma que as condições objetivas para o aceleração da atividade de

invenção estiveram intimamente relacionadas à Segunda Guerra Mundial e ao subsequente rearmamento do pós-Guerra. De início, a pesquisa e o desenvolvimento tornaram-se um ramo à parte, dentro da divisão do trabalho das grandes companhias. Mais tarde, teve condições de assumir a forma de uma empresa independente; surgiram então os laboratórios de pesquisa operados por particulares, que vendiam suas descobertas e inventos ao preço mais alto. A invenção tornou-se um negócio capitalista organizado, ou seja, a pesquisa tem como objetivo maximizar os lucros da empresa. Ainda mais significativa que a pesquisa pura é a inovação industrial efetiva, o desenvolvimento de novos produtos ou processos de produção. Quanto maior a aceleração da renovação tecnológica e a redução do tempo de rotação do capital fixo, tanto maior será a instalação de novos processos de produção; a construção de unidades de produção inteiramente novas torna-se um empreendimento separado na divisão do trabalho. O fornecimento de fábricas inteiramente equipadas, juntamente com processos de fabricação, *know-how* técnico, patentes e licenças, e também de especialistas mais importantes, torna-se, assim, uma nova forma de investimento de capital ou de exportação de capital.

O capital diretamente investido na esfera de produção conduz a uma produção contínua de mercadorias ou a uma ininterrupta valorização. O capital investido na esfera de pesquisa e desenvolvimento, que segue ou precede a produção efetiva só consegue valorização na medida em que o trabalho ali realizado seja produtivo, isto é, conduza a produção de novas mercadorias. Assim, do ponto de vista da empresa capitalista, quaisquer descobertas ou invenções que não encontrem aplicação constituem *faux frais* de produção, despesas gerais que deveriam ser reduzidas ao mínimo. Mandel registra que os grandes monopólios (oligopólios) não estão jamais totalmente protegidos da concorrência e por isso têm sempre interesse em aperfeiçoar e lançar um novo produto ao mercado, antes e mais maciçamente que os seus concorrentes, sendo que, por esse motivo, estão sempre interessados em expandir a pesquisa e o desenvolvimento sob seu controle. Assim, tem-se que, por um lado, os projetos de pesquisa são dispendiosos e podem não conduzir a nenhum produto comercializável, por outro, a possibilidade de uma inovação simultânea de um concorrente vir a tornar impossível a realização dos superlucros. Tal é a explicação da complexa estratégia inovadora das grandes empresas que as obriga a diversificar sua pesquisa e, ao mesmo tempo, unicamente por motivos de valorização do capital, a estreitar o seu desenvolvimento. Acrescenta que o desenvolvimento cumulativo da ciência e da tecnologia gera um enorme potencial para a liberação da humanidade do trabalho manual fatigante e mecânico que tolhe e mutila o indivíduo.

Mandel distingue, para fins de análise, a internacionalização da realização da mais-valia, a internacionalização da produção da mais-valia, a internacionalização da compra da mercadoria força de trabalho e a internacionalização do controle do capital.

Discorre que a internacionalização da realização da mais-valia, a venda das mercadorias, é uma tendência inerente ao capitalismo. Essa internacionalização cresceu do início do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, mas diminuiu entre 1914 e 1945; com o advento da era do capitalismo tardio aumentou novamente.

A internacionalização da produção de mais-valia na indústria manufatureira fora do setor das matérias-primas era mínima. Hoje constitui o aspecto particular e realmente novo da internacionalização do capital. Assim, a maioria das grandes empresas despende capital constante e variável em muitos países, quer em sucursais sob seu controle direto, quer em associação com outras companhias. Esse processo iniciou-se logo depois da Segunda Guerra Mundial em particular nas indústrias petrolíferas, automobilísticas e de aparelhos elétricos norte-americanas, e hoje é um fenômeno mundial que pela primeira vez proporciona de fato um âmbito diretamente internacional para a concorrência do capital.

A internacionalização da compra da mercadoria força de trabalho é uma consequência inevitável da internacionalização da produção da mais-valia, embora as duas não coincidam necessariamente de forma econômica.

Esses dois processos, o da mobilidade internacional do capital e o da mobilidade internacional da força de trabalho, não são paralelos nem complementares no período do capitalismo tardio (ao contrário de sua tendência no período capitalista juvenil): eles se opõem um ao outro. A força de trabalho aflui das áreas marginais menos desenvolvidas para os centros industriais da Europa Ocidental exatamente pelo mesmo motivo pelo qual o capital não sai (ou sai em quantidade insuficiente) desses centros para aquelas áreas marginais.

A internacionalização do controle do capital, a verdadeira centralização do capital, sempre implica uma transferência de propriedade, seja de um país para outro, seja de um grupo nacional de proprietários de capital para outros.

Somente quando a internacionalização da produção leva à internacionalização da propriedade do capital, em outras palavras, a uma alteração internacional da propriedade do capital, é que realmente se pode falar de uma internacionalização do controle do capital. A infra-estrutura material, conforme Mandel, que permitiu ao capital exercer esse controle, só foi criada pela terceira revolução tecnológica com seu telex, seus jatos e seus produtos característicos.

Mandel assinala que os movimentos internacionais de capital reproduzem e ampliam constantemente o diferencial internacional de produtividade, que é característico da história do capitalismo moderno; esses movimentos são, por sua vez, determinados por esse diferencial. Assinala que, nas últimas décadas do século XIX, ainda existiam grandes reservas de matérias-primas e de força de trabalho não utilizadas, e que ainda não tinham entrado na produção de mais-valia. Essas reservas, combinadas à disponibilidade de excedentes substanciais de capital dos países que se industrializaram primeiro, criaram uma exportação crescente de capital das metrópoles para as colônias. A principal forma de superlucros originava-se das diferenças entre as taxas de lucro das metrópoles e as das colônias. No entanto, entende que a diferença entre a taxa média de lucros das colônias e das metrópoles não resultou em aceleração, mas sim em desaceleração da acumulação de capital nas colônias, pois uma parte substancial da mais-valia capitalisticamente produzida nesses países era drenada para as metrópoles, onde era usada para impulsionar a acumulação ou como renda excedente. Além disso, existia um outro mecanismo de exploração das colônias: a troca desigual. Nesse período, antes da Primeira Guerra e entre guerras, este mecanismo era menos importante, ao contrário do período pós-Guerra, como notará Mandel.

No Pós-Guerra, entende o autor, a troca desigual transforma-se em uma das principais formas de exploração colonial, e a produção direta de superlucros nas colônias passa a ter papel secundário. A mudança decorre de uma série de transformações estruturais da economia capitalista mundial e do movimento internacional do capital. O fluxo principal das exportações de capital não se dá mais das metrópoles para as colônias, mas entre os próprios estados metropolitanos. Nos países subdesenvolvidos, a ênfase dos investimentos estrangeiros deslocou-se da pura produção de matérias primas para a fabricação de bens de consumo.

Para Mandel, o modo de produção capitalista, enquanto produção generalizada de mercadorias, implica um desenvolvimento constante da divisão Social do Trabalho. Quanto a isso, o fenômeno histórico relevante foi a separação progressiva entre a agricultura e a produção artesanais, entre o campo e a cidade, que levou finalmente à contraposição entre os bens de consumo (departamento II) e os meios de produção (departamento I). Afirma que o processo de especialização e divisão do trabalho desenvolveu-se com uma velocidade menor na agricultura do que na indústria até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. Na fase do capitalismo tardio, ao menos em sua primeira onda com tonalidade expansionista, “ocorreu um crescimento da produtividade agrícola maior na agricultura do que na indústria”. Afirma

que a conquista da agricultura pelo grande capital acelerou, por sua vez, a divisão social do trabalho agrícola, que então alcança um estágio qualitativamente superior ao do período da livre concorrência capitalista ou do imperialismo clássico. Todos os traços desse complexo processo de transformação na agricultura contemporânea, a crescente produtividade do trabalho, a penetração do grande capital, os empreendimentos de larga escala, a divisão acelerada do trabalho podem ser sintetizadas sob a rubrica de industrialização crescente da agricultura.

Mandel assinala que o uso crescente de máquinas e produtos químicos na agricultura significa a conversão do processo de produção agrícola num processo análogo ao da produção industrial, onde o esforço constante de reduzir os custos de produção sob a pressão da concorrência se manifesta na dispensa do trabalho vivo e em sua substituição por máquinas. A crescente industrialização da agricultura significa também uma separação crescente de setores inteiros da produção da agricultura propriamente dita e sua conversão em setores industriais “puros”, na indústria alimentícia. Assegura que a separação de setores inteiros da produção da agricultura propriamente dita explica porque a percentagem da população ativa trabalhando na agricultura caiu muito mais que a percentagem da alimentação relativamente ao consumo em geral.

Mandel afirma que, sob crescente socialização objetiva do trabalho, mesmo com a produção generalizada de mercadorias, uma divisão cada vez maior de trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sob as tendências à atomização. Para o autor, o processo de centralização tem caráter técnico e econômico. Assinala:

Tecnicamente, uma divisão crescente do trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das funções intermediárias: daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral. Economicamente, o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente de capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas multinacionais e conglomerados.

A separação entre atividades produtivas anteriormente unificadas torna indispensável à ampliação das funções intermediárias. Se a produção artesanal se separa da agricultura, é preciso garantir aos camponeses a mediação dos instrumentos de trabalho e de bens de consumo que antes eles mesmos faziam a mão, e aos artesãos à mediação dos gêneros alimentícios antes produzidos por eles mesmos por meio do comércio. A ampliação dessas funções intermediárias tende a levar a uma independência crescente das mesmas. (MANDEL, 1992, p.269).

Mandel entende que, quanto mais generalizada a produção de mercadorias, e quanto mais adiantada a divisão de trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e venda contínua. Explicita a

socialização objetiva dos serviços: o alfaiate particular é substituído pela indústria de roupa feita, a empregada doméstica pela mecanização de suas funções sob a forma de aspirador de pó, máquina de lavar roupa, de lavar pratos, etc. Grandes empresas de departamento tendem a acabar com o lojista, grandes bancos com os cambistas privados, etc.

Mandel entende que o capitalismo tardio constitui pela primeira vez na história uma industrialização generalizada, como se pode constatar pela seguinte passagem:

A mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social". Uma das características do capitalismo tardio é que a agricultura está se tornando gradualmente tão industrializada quanto a própria indústria, a esfera da circulação tanto quanto a esfera da produção, o lazer quanto a organização do trabalho. (MANDEL, 1992, p. 271-272).

O autor entende que essas características decorrem do fato de que existe no capitalismo monopolista capitais excedentes não investidos acionados pela tendência à queda da taxa de lucro.

Assim, enquanto o capital era relativamente escasso, concentrava-se normalmente na produção de mais-valia, na produção de mercadorias. Mas à medida que o capital se acumula em quantidades cada vez maiores e uma parcela considerável do capital não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetram cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia. Porém, essa penetração do capital nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução pode levar a um aumento da massa de mais-valia, assumindo parcialmente as funções produtivas do capital industrial, acelerando o tempo de rotação do capital, como é o caso do comércio e do serviço de crédito, reduzindo os custos indiretos de produção e ampliando os limites da produção de mercadorias.

O capital monopolista, conforme defende o autor, apóia o desenvolvimento da industrialização e capitalização intensiva de todos os setores sociais, porque ele próprio participa desse processo. Os conglomerados combinam indiscriminadamente a produção de aço, companhias de aviação, produção de margarina, fabricação de máquinas elétricas, companhias de seguro, especulação de terras e grandes lojas de departamento, etc., a fim de assegurar a taxa média de lucros para o maior volume possível de capital, de minimizar os riscos do investimento especializado e mesmo de explorar as possibilidades crescentes da

administração racionalizada e de especulação marginal, para embolsar superlucros para todo esse capital conglomerado. Entende Mandel que a existência de grandes quantidades de capital que não pode valorizar-se mais na indústria propriamente dita é um pré-requisito para a expansão do chamado setor de serviços, de uma grande diferenciação do consumo, e especialmente do consumo dos assalariados e da classe operária (que é um pré-requisito complementar a essas novas formas e campos de acumulação de capital).

Outra questão destacada pelo autor é que historicamente a expansão do modo de produção capitalista significa uma expansão maciça dos salários monetários e uma expansão do mercado interno para bens de consumo industrializados. A diferenciação da demanda monetária decorreria dos seguintes fatores: do declínio secular da proporção dos meios de subsistência puros, da desorganização progressiva da família proletária enquanto unidade de produção, e sua tendência a se desfazer, mesmo como unidade de consumo, da diferenciação do consumo ou expansão do consumo de mercadorias como resultado da pressão social, da compulsão econômica direta para comprar certas mercadorias e serviços adicionais sem os quais se torna impossível vender a mercadoria força de trabalho, como o carro, e da elevação de nível de cultura e civilização. Mandel registra que, apesar da expansão considerável do consumo do proletariado em países altamente industrializados, o que o modo de produção capitalista não pode fazer é aumentar esse consumo à mesma taxa do aumento da produtividade do trabalho. A obrigação de valorizar e acumular capital impossibilita tal coisa.

O grande aumento dos custos da venda, distribuição e administração é apontado pelo autor como uma expressão das dificuldades crescentes de realização do capitalismo tardio. É uma prova, também, do caráter de desperdício desse modo de produção. Partes desses custos podem ser socialmente justificados, aqueles que facilitam o consumo efetivo de valores de uso, mas a maioria dessas despesas não é determinada pelo interesse dos consumidores, mas pelas condições e contradições específicas do modo de produção capitalista. Registra que o grande aumento das despesas com vendas aplicada nos serviços, bem como com o comércio, tem como objetivo reduzir o tempo de giro do capital produtivo circulante, para conseguir aumentar anualmente a massa de mais-valia produzida.

Sua participação na mais-valia social total equivale ao aumento da produção de mais-valia, decorrente de sua entrada aí. As despesas de custo do setor de serviços não são cobertas por uma produção contínua de mais-valia, mas sim pelo capital social (mais-valia acumulada no passado). Esses custos são repostos por meio da reconstrução de parte do capital social

agregado e não por uma drenagem da produção contínua de mais-valia social. Somente o lucro do setor serviços é parte dessa produção contínua de mais-valia. Sendo que esta não é gerada no setor de serviços.

Mandel afirma que o alto nível dos custos não reduz o volume de lucros das grandes empresas, nem a taxa de lucro, de forma tão decisiva. O que é parasitário nesse crescimento maciço é a dissipação improdutiva do capital social, e não o desperdício de uma parcela substancial da produção regular de mais-valia. O gasto improdutivo do capital excedente significa que a massa social total de mais-valia é menor do que seria se esse capital fosse gasto de maneira produtiva.

No capitalismo do século XX, o setor de serviços na esfera da circulação consiste, conforme Mandel, basicamente na troca entre o possuidor de determinada parcela do capital social agregado, que é gasto de maneira improdutiva, e o possuidor dos rendimentos. Essa troca não participa diretamente da determinação da massa total de mais-valia, mas mesmo assim exerce sobre ela influência indireta importante, pois ajuda a aumentar a massa de mais-valia, reduzindo o tempo de giro do capital circulante. O efeito disso sobre a acumulação de capital é a liberação de parte do capital ocioso para participar na distribuição da mais-valia social agregada. Mas em última instância essa participação só pode ocorrer por duas vias: ou se dá às expensas daquela parcela da mais-valia distribuída entre os possuidores do capital produtivo (reduzindo a taxa média de lucro, ao aumentar o capital total do qual será deduzida a mais-valia total) ou às expensas do salário, aumentando a taxa de mais-valia.

Mandel afirma que a grande expansão do crédito ao consumidor na fase do capitalismo tardio é a evidência das dificuldades crescentes da realização da mais-valia. A expansão do setor de serviços envolve uma tendência a uma expansão geral das funções intermediárias; uma tendência a uma vasta expansão tanto dos custos de venda quanto do crédito ao consumidor e o crescimento do número de trabalhadores assalariados empregados de forma improdutiva. Entende que trabalhador produtivo é aquele que participa na produção de bens materiais e, assim, na produção do valor e da mais-valia. Assevera que a definição de produtivo para aquele trabalho que basta ser realizado de forma capitalista é inadequado. Assevera:

A fronteira entre o capital produtivo e o capital de circulação passa, portanto, entre o trabalho assalariado, que aumenta, muda ou preserva um valor de uso, ou é indispensável para sua realização, e o trabalho assalariado que não representa nada

para o valor de uso, isto é, para a forma física de uma mercadoria, mas que surge apenas em decorrência das necessidades específicas envolvidas, ou seja, alterando (em oposição a criando) a forma de um valor de troca. Ampliando essa definição de Marx, podemos concluir que o verdadeiro capital de serviços – à medida que não seja erroneamente confundido com o capital que produz mercadorias – não é mais produtivo que o capital de circulação. (MANDEL, 1992, p. 284).

A expansão do setor de serviços, para Mandel, é um mal menor. É preferível a existência de capitais excedentes ociosos, embora continue sendo um mal à medida que não tem nenhuma relação direta com o aumento da massa total de mais-valia e por contribuir, indiretamente, muito modestamente para esse aumento, ao reduzir o tempo de rotação do capital.

Para Mandel, a lógica do capitalismo tardio consiste em converter, necessariamente, o capital ocioso em capital de serviços, e ao mesmo tempo, substituir o capital de serviços por capital produtivo, ou seja, substituir serviços por mercadorias: serviços de transporte por automóveis particulares; serviços de teatro e cinema por aparelhos privados de televisão. O desenvolvimento do setor de serviços não pode diminuir a composição orgânica social média do capital e engendrar uma tendência de crescimento da taxa média de lucros. Ao contrário, a fração da mais-valia social global que provém do setor de serviços capitalistas é mais uma dedução do que um acréscimo à mais-valia criada pelo capital produtivo.

Em relação ao dinheiro, Mandel entende que este, enquanto equivalente universal do valor das mercadorias, é a contraparte em valor das quantidades de trabalho socialmente necessárias. Por essa razão, é ao mesmo tempo uma reivindicação sobre parte de todos os recursos de trabalho da sociedade, presentes ou futuros. No contexto da teoria do valor-trabalho, essa definição do dinheiro mostra de imediato que uma desvalorização do dinheiro não pode ter nenhuma influência direta sobre a soma total das quantidades de trabalho a serem distribuídas, só pode determinar sua redistribuição. Mas não se podem distribuir quantidades de trabalho maiores do que as existentes. Como uma crise de superprodução caracteriza-se exatamente pelo fato de que importantes forças produtivas ficam ociosas, a criação inflacionária de dinheiro pode, em determinadas circunstâncias, estimular a acumulação de capital, quando isso leva a um aumento da produção, isto é, da produção de valor excedente. No entanto, embora isto seja verdade não deixa de notar que a grande expansão econômica do capitalismo, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, não resolveu nenhuma das contradições internas fundamentais do modo de produção capitalista. A oscilação periódica dos investimentos determinada pela oscilação periódica da taxa média de lucros, continua sendo a regra. Prevê com acerto, e fora do contexto que se vivenciava à época da elaboração

do “capitalismo tardio”, a transição de uma onda longa com tonalidade expansionista para uma onda longa com tonalidade de estagnação com intensificação da luta de classes.

Mandel assinala que o Estado é mais antigo que o capital, e por isso suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias. Em sociedades pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao desenvolvimento da produção de mercadorias. Nessas sociedades, a propriedade privada assume a forma de apropriação privada da terra e do solo, e não de mercadorias. O estado garante as relações entre os proprietários de terra e sua união contra inimigos externos. Mandel expõe que esse estado é inteiramente inadequado à lógica da produção simples de mercadorias. Seu poder despótico pode obstruir por muito tempo o desenvolvimento da produção de mercadorias, por meio de confiscos sistemáticos, por exemplo. Apenas depois que a acumulação primitiva da usura e do capital mercantil alcançou certo grau de maturidade, alterando de maneira fundamental as relações entre as antigas e as novas classes proprietárias e solapando as formas tradicionais de dominação política por meio da expansão do capital-dinheiro, é que o próprio Estado tornou-se mais explicitamente um instrumento da acumulação progressiva de capital e segundo suas palavras: “o parceiro do modo de produção capitalista.” Segundo Mandel, o estado burguês se distingue de todas as formas anteriores de dominação de classe por uma peculiaridade da sociedade burguesa que é inerente ao próprio modo de produção capitalista: o isolamento das esferas pública e privada da sociedade, que é consequência da generalização sem igual da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência de todos contra todos. Entendimento similar ao de Hilbroner, como se viu anteriormente. O autor questiona quais são os mecanismos concretos pelos quais se exerce o controle da classe burguesa sobre o aparelho do Estado no capitalismo tardio. Entende que o axioma Marxista de que a classe social que controla o excedente social controla também a superestrutura financiada por ele continua prevalecendo em grande medida, ainda que seja cada vez menos enfatizada nos escritos marxistas sobre essa questão.

Mandel afirma, em *O Capitalismo Tardio*, no capítulo 17, página 368, que praticamente todas as tentativas marxistas e não marxistas de explicar a economia capitalista tardia apresentam um denominador comum: a suposição de que a regulamentação privada e estatal da economia conseguiu eliminar ou suspender as contradições econômicas internas desse modo de produção. Registra que reduzir a relação do capital apenas à estrutura

hierárquica da fábrica é ignorar um aspecto decisivo da totalidade desse modo de produção. O capitalismo generalizou a produção de mercadorias e a concorrência. Assinala que a exploração existe em todas as formações sociais e modos de produção baseados na divisão de classes. A forma de exploração especificamente capitalista define-se pela universalização da produção de mercadorias (inclusive da transformação em mercadorias dos meios de produção e da força de trabalho). Questiona: O capitalismo tardio é uma nova fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, apenas seu estágio monopolista, ou um sistema rival que superou completamente as leis de desenvolvimento do capitalismo? Questiona se a regulamentação governamental da economia, o poder dos monopólios, ou ambos, podem revogar para sempre, ou de maneira durável, a operação da lei do valor. Entende que a natureza da ordem social e econômica do mundo contemporâneo permanece capitalista e que a regulamentação da economia feita pelo governo e pelos monopólios é apenas uma tentativa de desviar e atenuar temporariamente a operação da lei do valor, sendo que essa lei inevitavelmente irá prevalecer ao final.

Sob o capitalismo monopolista, da qual o capitalismo tardio é uma fase, é o tamanho gigantesco dos monopólios que constitui uma barreira importante à entrada em setores monopolizados, e assim aumenta a duração da apropriação de superlucros. A ênfase do autor, no entanto, está menos do lado do mercado do que da produção. Em última instância, o controle do mercado é determinado pelo que acontece no domínio da produção, e não no do mercado. Se os superlucros, obtidos através do controle monopolista do mercado, atraem um número suficiente de concorrentes para o mesmo ramo da indústria, a situação de monopólio tende a desaparecer, e com ela os superlucros. O monopólio tende a ser estabilizado pelos fatos econômicos da vida, não por meios extra-econômicos. Mas não permanecerá estável por um período de tempo ilimitado. Os monopólios não conseguem se livrar da lei do valor. No longo prazo, a concorrência necessita afirmar-se, embora não necessariamente a concorrência de preços. Assim, os superlucros dos monopólios estão sempre sujeitos à erosão.

Mandel recorda que um dos fundamentos da teoria do valor e da mais-valia de Marx é a tese de que a quantidade total de novo valor (renda) à disposição da sociedade no processo de produção é fixada ou predeterminada pela quantidade total de trabalho despendido. Essa quantidade pode ser redistribuída no processo de circulação, mas não pode aumentar ou diminuir. A soma dos preços de produção continua igual à dos valores. Assim, se os monopólios asseguram para si superlucros monopolistas permanentes, então eles só podem

derivar de duas fontes ou de uma combinação delas: ou derivam de uma redução do volume de lucro à disposição dos ramos de produção não monopolizados, isto é, sua taxa de lucro cai abaixo da média social; ou vêm de um aumento da taxa social de mais-valia (redução do valor da força de trabalho). Mandel conclui com o auxílio dos esquemas que, quanto maior o lucro monopolista relativamente ao lucro médio, e quanto maior o setor monopolizado, tanto mais rápida será a queda do lucro monopolista ao nível do lucro social médio do começo, ou seu declínio junto com este. O aumento da taxa de mais-valia só pode retardar essa lei, mas não pode aboli-la. Ou seja, o lucro monopolista só pode elevar-se acima do lucro médio se o setor monopolizado só domina ainda uma parte bem pequena da produção. Quanto mais o setor monopolizado se expande, menor se torna a diferença entre o lucro monopolista e o lucro médio.

Mandel critica a suposição de Baran e Sweezy de que os monopólios, por terem a capacidade de manter preços de venda estáveis e gerar excedentes, são permanentemente capitalizados, ou seja, os monopólios seriam bastante independentes, tanto do mercado de vendas em geral quanto do mercado financeiro e monetário. Entende que essa conclusão é equivocada, pois extrapola um fenômeno conjuntural, supondo constituir-se em uma característica permanente. Nota que é verdade que na onda longa de cunho expansionista houve uma profunda elevação geral da taxa de autofinanciamento dos monopólios, mas assim que a taxa média de lucro começou a cair de novo, a taxa de autofinanciamento das sociedades também começou a diminuir.

Conforme Mandel, a transferência sistemática de mais-valia do setor não monopolizado para o setor monopolizado não pode continuar por muito tempo sem causar grandes distúrbios, exceto num caso especial: quando essa transferência é acompanhada de uma alteração na estrutura do consumo, em outras palavras, quando a demanda monetária efetiva desloca-se do consumo dos valores de uso produzidos no setor não monopolizado para aqueles produzidos na esfera monopolizada numa proporção mais ou menos equivalente a essa transferência. Conforme o autor, essa mudança ocorreu no capitalismo tardio às custas dos setores agrícola, têxtil, de sapatos, de madeira e similares. No entanto, essa mudança de forma contínua é problemática, pois é necessário assegurar um declínio relativo durável da demanda de bens produzidos pelos setores não monopolizados, o que é impossível, pois o consumo de alimentos e de roupas não pode cair a zero, como também garantir que esse declínio ocorra numa proporção exatamente correspondente ao processo de redistribuição da

mais-valia social. Além disso, se o capital monopolista reage à crescente inflexibilidade de parte da demanda monetária efetiva total, procurando anexar ramos anteriormente não monopolizados da produção, isso leva automaticamente a uma expansão do setor monopolizado relativamente ao não monopolizado, o que significa redução do volume de superlucros em comparação ao volume total de lucros. Deste modo, a capacidade dos monopólios de assegurar seus superlucros estáveis a longo prazo desaparece ou se mantém de acordo com sua capacidade de manter um mercado constante para as suas mercadorias proporcional a demanda monetária efetiva decorrente da capacidade produtiva de valores de uso no setor monopolizado.

O desenvolvimento da publicidade, da pesquisa de mercado e das vendas constitui-se em uma tentativa de obter essa demanda específica em quantidades exatas. Mas, conforme expõe Mandel, nem um único monopólio de um único setor de produção conseguiu fugir da lei do valor a longo prazo. Depois de uma fase inicial em que conseguiram lucros monopolistas substanciais, todos eles, mais cedo ou mais tarde, passaram por fases de declínio cíclico das vendas. Por essa razão existe uma tendência ao crescimento da pesquisa e do desenvolvimento, da busca de rendas tecnológicas e dos esforços para impedir os perigos de um declínio relativo conjuntural, e particularmente estrutural, na demanda de mercadorias específicas mediante centralização internacional do capital - sociedades multinacionais - e formação de conglomerados.

Mandel afirma que o surgimento de duas taxas médias de lucro no capitalismo monopolista resulta no máximo no retardamento e não na abolição do processo de formação da taxa média social global de lucro. O poder econômico relativo dos monopólios cria obstáculos consideráveis ao processo de equiparação. É preciso mais tempo para que esse se complete. Entende que o surgimento de duas taxas médias de lucro, nos setores monopolizados e não monopolizados, é o resultado de um único movimento de equiparação determinado pela operação de uma única lei do valor. O capital continua fluindo dos setores onde o lucro está abaixo da média para os setores onde os lucros estão acima da média. O surgimento de duas taxas médias de lucro expressa ao mesmo tempo esse movimento único de equiparação e os obstáculos colocados à sua consumação pelas barreiras à entrada, que são sobretudo barreiras de escala. É a combinação do impulso permanente de equiparação da taxa de lucro com as barreiras colocadas pelos monopólios a essa equiparação que leva ao

surgimento de duas taxas médias de lucro, uma ao lado da outra, durante um longo período de tempo que só tendem a convergir a longo prazo.

O autor passa a refletir sobre a função econômica da regulamentação estatal ou da suposta capacidade de libertar de uma vez por todas a economia capitalista tardia da lei do valor e das leis de movimento do modo de produção capitalista. Entende que, no caso em que a ação do Estado se limita a aumentar o nível de emprego ou de incentivar a utilização da capacidade sem inflação, ela é efetiva em certa medida. Mas os efeitos são temporariamente limitados: primeiro, porque só pode exercer uma influência estimulante se ao mesmo tempo aumentar a taxa de mais-valia, sendo que assim aumenta automaticamente as dificuldades de realização na exata medida em que melhora as condições de expansão do capital; segundo, a restrição temporária do alcance das flutuações cíclicas também reduz o efeito positivo da crise para o capital como um todo.

Mandel afirma que a mera estimulação da demanda de consumo é duplamente ineficaz sob o capitalismo: em primeiro lugar diminui a taxa de mais-valia e por isso também a taxa de lucro; em segundo lugar, não aumenta a atividade empresarial de investimento, com a possível exceção de uma alta limitada das despesas do departamento II. Mas se o Estado não deseja apenas aumentar a demanda monetária efetiva dos consumidores finais, mas também elevar o volume global de investimentos, só pode fazê-lo ao assegurar que seus investimentos não entrem em concorrência com os investimentos das empresas capitalistas privadas, ou seja, se não privar essas últimas de seus mercados já restritos. Assim, os investimentos estatais só promovem uma melhora se criarem mercados adicionais, papel que, historicamente falando, como lembra o autor, a produção de armamentos e as obras públicas têm desempenhado.

Mandel acredita que a intervenção do Estado é um aspecto essencial do capitalismo. Afirma que o papel da câmara de compensação geral do capital total, na direção da distribuição da mais-valia social entre diversos ramos da indústria, que era desempenhado principalmente pelos bancos e pelo capital financeiro na época do capitalismo monopolista clássico, é hoje exercido cada vez mais pela ação conjunta do estado e dos grandes monopólios. A economia continua baseada na produção e realização de mais-valia, ainda está sujeita ao controle da lei do valor e ainda é governada pela compulsão de valorizar o capital e pela compulsão conseqüente de crescer. Dentro dessa estrutura, o Estado não pode a longo prazo diminuir, nem tampouco abolir, nenhuma das contradições ou das leis de movimento desse modo de produção. O Estado não pode melhorar as condições de valorização do capital

e ao mesmo tempo reduzir as dificuldades de realização a longo prazo. Se a taxa de lucro diminui, há também uma queda na acumulação de capital, mesmo que o mercado esteja em expansão. Se a taxa de lucro está em alta ou em ascensão, a acumulação de capital ainda diminuirá de velocidade, se ao mesmo tempo houver uma contração relativa do mercado ou se diminuir a utilização da capacidade. Nenhuma combinação de regulamentação estatal e privada da economia conseguiu o milagre de elevar a taxa de lucro e expandir o mercado a longo prazo.

Mandel analisa a afirmação de que as despesas estatais envolvem uma dedução do volume da mais-valia e por isso um retardamento da acumulação do capital. Entende que os economistas burgueses erram por considerar que o pleno emprego prevalece, e que por isso todo capital é investido e obtém a taxa média de lucro. No capitalismo monopolista, parte do capital superacumulado só consegue o juro médio, isto é, é ocioso do ponto de vista da produção de mais-valia, então usá-lo para produzir armamentos ou facilidades estruturais pagas pelo Estado pode perfeitamente aumentar o volume de mais-valia e, assim, também acelerar a acumulação de capital, mesmo que o Estado pague suas contas em parte com o déficit financeiro e em parte com imposto.

Mandel afirma que a terceira revolução tecnológica, o tempo de rotação reduzido do capital fixo, a importância crescente da reprodução da força de trabalho num nível superior de qualificação intelectual e técnica, a importância crescente da pesquisa e desenvolvimento, tudo isso se combinou para gerar uma verdadeira compulsão por maior planejamento econômico dentro das empresas e da sociedade como um todo. Aumentou a necessidade de regulamentação econômica privada e pública e de controle social. Mas os limites dessa eficácia, dessa regulamentação são estabelecidos pela insuperável barreira do caráter de produção de mercadorias e pela compulsão de valorizar o capital.

Em retrospectiva, afirma que as tentativas de modelar o ciclo industrial foram bem-sucedidas pela autonomia relativa das zonas monetárias das grandes potências imperialistas. E essa autonomia relativa só era compatível com uma expansão contínua do mercado mundial, na medida em que a moeda da maior economia capitalista, o dólar, pudesse funcionar como dinheiro mundial, como ocorreu. Registra em *O Capitalismo Tardio*, publicado no ano de 1972, que a erosão contínua do poder de compra do dólar causada pelas dificuldades crescentes de realização da mais-valia e valorização do capital nos Estados Unidos passa a arruinar a função do dólar como moeda mundial. Assinalava à época, que o papel que tinha a

política “nacional” monetária e de crédito de moderar o ciclo industrial sofria a ameaça de ser decisivamente reduzido. Essa ameaça também estaria se tornando realidade na medida em que a onda longa de expansão acelerada, sob condições de uma nova revolução tecnológica, levou a uma nova fase de concentração e centralização aceleradas de capital, que transformou a firma multinacional na forma organizacional decisiva da empresa do capitalismo tardio.

Outra questão considerada é que a terceira revolução industrial causou profundas mudanças nas necessidades das massas trabalhadoras dos países metropolitanos, inclusive a necessidade de mudanças qualitativas na forma e no conteúdo do trabalho; mas o capitalismo tardio é incapaz de atender a essas necessidades. E hoje é mais incapaz ainda, pois a erupção de uma luta universal pela taxa de mais-valia forçou-o na prática a negar direitos anteriormente concedidos ao proletariado. Mandel entende que o capitalismo tardio marca um período do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista em que a contradição entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume uma forma explosiva. A natureza específica das relações de produção capitalistas é a produção mercantil generalizada. A produção mercantil determina a forma particular de apropriação do excedente, que é diferente daquela que ocorreu no feudalismo; determina a forma particular de reconstituição do trabalho social, da ligação entre as unidades de produção. A produção generalizada de mercadorias implica que a força de trabalho e os meios de trabalho se tornaram eles próprios mercadorias. Os homens produzem mercadorias porque o trabalho social à sua disposição foi previamente dividido em tarefas privadas executadas de forma independente umas das outras.

De acordo com Mandel, para que surja a produção generalizada de mercadorias do capitalismo, é preciso que a socialização do trabalho comece a substituir o caráter individual do trabalho. É preciso que à divisão do trabalho entre as várias ocupações se acrescente a divisão do trabalho em manufaturas e grandes empresas. É preciso que a maioria dos produtores deixe completamente de produzir para atender às próprias necessidades e passe a satisfazê-las principalmente por meio do mercado. Isso demanda maquinaria desenvolvida, isto é, um excedente muito maior, sem o qual, de maneira alguma, se pode produzir maquinaria adicional e grandemente ampliada. A produção de máquinas, o desenvolvimento da produtividade material do trabalho, a constante aceleração do processo de socialização objetiva do trabalho são fatores que constituem as façanhas historicamente progressivas do modo de produção capitalista.

Para Mandel a crise das relações de produção capitalistas apresenta-se como crise das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação. A pressão concorrencial permanente para que se reduzam os preços de custo, para o aumento da produtividade do trabalho, para a socialização do trabalho e o aperfeiçoamento da maquinaria e para que se eleve a composição orgânica do capital manifesta-se inevitavelmente por um crescimento desproporcional dos valores de uso. Enquanto todo capitalista individual gostaria de restringir o consumo de seus trabalhadores, a classe capitalista como um todo deve ampliar o mercado de bens de consumo e, ao mesmo tempo, assegurar a valorização do capital. A classe capitalista pode resolver parcialmente essa contradição de várias maneiras. Em primeiro lugar, pode tornar a produção de consumo cada vez mais indireta, de maneira que uma fração crescente do produto total consista em meios de produção, ao invés de consistir de meios de consumo. Em segundo lugar, pode vender uma parte substancial dos bens de consumo produzidos a outras classes sociais que não o proletariado (camponeses e artesãos do próprio país e do exterior) ou alterar o poder de compra em prejuízo dos produtores simples de mercadorias ou de outros capitalistas. Em terceiro, pode vender a crédito uma quantidade cada vez maior de bens de consumo, ao invés de trocá-los por rendimentos (aumento do endividamento privado). Finalmente pode garantir que o aumento do consumo de massa seja proporcionalmente menor que os valores totais das mercadorias, de forma a aumentar a produção de mais-valia relativa. Mas nenhum desses remédios pode suprimir o fato de que a realização da mais-valia e de elevação da taxa de mais-valia decorre do modo de produção capitalista como tal, pois o processo de reprodução do capital representa uma unidade do processo de trabalho e de valorização do capital, por um lado, e do processo de circulação e realização, por outro, de maneira que o capital só pode assegurar o primeiro por meios que, a longo prazo, aumentam a incerteza do segundo, e vice-versa.

Mandel entende que o comércio e o crédito são os dois meios fundamentais de afastar temporariamente as dificuldades de realização de mais-valia. A autonomia crescente do capital comercial e bancário, e o desenvolvimento de uma esfera independente de circulação de mercadorias e dinheiro são o preço pago pelo capital industrial por um relaxamento provisório e parcial das dificuldades permanentes de realização. O surgimento das esferas de circulação e serviços no modo de produção capitalista é um instrumento indispensável para a firme expansão regular da economia monetária e mercantil, sendo que esse processo alcança o apogeu na era do capitalismo tardio, com a comercialização generalizada da arte, do ensino, da pesquisa científica e das vocações individuais.

Mandel afirma que a propriedade privada capitalista, a concorrência entre os muitos capitais leva a um cálculo preciso dentro das empresas e a uma racionalidade parcial relativa à redução dos custos de produção, ou seja, o princípio determinante é a mais rigorosa economia de recursos. Mas o setor estatal, ao contrário, onde não existe nenhum mecanismo social objetivo para a redução constante dos preços, é governado pelo princípio da economia de alocação, que envolve um desperdício permanente de recursos na medida em que os indivíduos ativos nessa área têm interesse material em aumentar essas alocações, pois são dominados pelo desejo de enriquecer, que é geral numa economia que produz mercadorias. Assinala que a propriedade privada capitalista, a apropriação privada de mais-valia e a acumulação privada constituem cada vez mais um obstáculo a um desenvolvimento maior das forças produtivas. Outro aspecto importante é que a centralização estatal (e supranacional) de parte do excedente social tornou-se de novo, como em numerosas sociedades pré-capitalistas, cada vez mais, um requisito material para um crescimento maior das forças produtivas. Mas, embora a crescente centralização estatal da mais-valia social no capitalismo tardio esteja mais bem adaptada à socialização objetiva do trabalho do que a concorrência privada capitalista, ela também está cada vez mais atrasada em relação à tecnologia mais avançada. Esse atraso manifesta-se de maneira muito evidente no fenômeno das empresas multinacionais e de todas as tendências a elas inerentes. O fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é, conforme o autor, uma expressão da tentativa de o capital superar suas contradições internas cada vez mais explosivas e, ao mesmo tempo, é a expressão do fracasso necessário dessa tentativa.

Conforme o entendimento de Mandel, na fase atual do capitalismo, a maioria dos custos de produção foi socializada. A esmagadora maioria dos inventores, pesquisadores, cientistas e doutores jamais poderia desempenhar suas funções se centenas de milhares de trabalhadores, milhões na verdade, não tivessem produzido os laboratórios, os edifícios, as máquinas, os aparatos, os instrumentos e os materiais com os quais operam; se o excedente produzido pela massa total de produtores não lhes tivesse assegurado o tempo de trabalho livre da pressão de reproduzir sua existência imediata, sem o qual não poderiam dedicar-se ao trabalho científico; se gerações passadas e presentes de outros inventores, pesquisadores, cientistas e doutores não tivessem realizado o necessário trabalho antecedente e concomitante, sem o qual, na maioria dos casos, a atividade científica individual seria impossível.

Para Mandel, a força produtiva do indivíduo emancipa-se cada vez mais do esforço físico e nervoso e torna-se cada vez mais uma função do equipamento técnico ou científico e da

qualificação técnica ou científica. A consequência disso é que a fronteira entre tempo de trabalho e tempo livre começa a se tornar fluida. Afirmo que está se aproximando a situação em que a produtividade do trabalho depende mais e mais do aumento do tempo livre. Observa que, em fábricas parcial ou totalmente automatizadas, a função de conservar o capital, desempenhada pelo trabalho vivo, torna-se mais importante do que sua função de produzir mais-valia, pois essas fábricas apropriam-se essencialmente de frações de mais-valia sociais efetivamente geradas em outras firmas. No entanto, a extorsão de mais-valia, e de sobretrabalho, nunca desaparecerá sob as relações de produção capitalistas de reprodução, não importando o quanto ela seja camuflada pelo capitalismo tardio. A divisão social do trabalho, característica do modo de produção capitalista, a divisão entre produtores de mais-valia e todos os que ampliam, ou asseguram o processo de expansão do capital, determina uma estrutura hierárquica no interior de cada empresa, baseada no cumprimento rigoroso da racionalidade parcial e do princípio de realização. As tendências objetivas à socialização e maior qualificação do trabalho, inerente à terceira revolução tecnológica, chocam-se inevitavelmente, e de forma particularmente violenta, com essa hierarquia.

Exposto o pensamento de Mandel, deve-se realizar várias observações adicionais. A obra de Mandel procura identificar as dificuldades do capitalismo na trajetória de sua evolução. O valor excedente (e o excedente) é a variável-chave para o exame dessa evolução, pois embora Mandel, como se viu, não considere que estas dificuldades decorram de um único fator, tem-se entre os fatores principais destacados os fatores diretamente relacionados com o valor excedente, tais como a composição orgânica do capital, o desenvolvimento da taxa de mais-valia, a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente. O lucro, como exposto, constitui o sismógrafo na medida em que expressa a relação entre as diversas variáveis. Ou seja, as variações do valor excedente, da taxa de mais-valia juntamente com outras variáveis como a composição orgânica do capital, explicam a variação da taxa de lucro. Mesmo a variável composição orgânica do capital é apresentada como tendo uma evolução condicionada pela valorização do capital, da ampliação do valor excedente. Assim, a composição orgânica tende a aumentar, pois as empresas são impelidas a procurar superar a concorrência através da ampliação da mais-valia obtida. Ou seja, existe a tendência a aumentar o trabalho não pago levando ao aumento da composição orgânica do capital. Mandel acompanha Marx, pois acredita que existe uma tendência à ampliação do capital constante, com redução da participação da força de trabalho, levando paulatinamente ao declínio da taxa de lucro.

Mandel, procurando atualizar o pensamento de Marx, inclui as grandes empresas em sua análise de forma particular e específica. Acredita que as grandes empresas (monopólios e oligopólios) obtêm uma participação extremamente favorável no valor excedente gerado no sistema.. Note-se que Marx já pressupõe através da equalização da taxa de lucro uma distribuição de mais-valia favorável ao setor mais intensivo em capital (para homogeneizar a taxa de lucro entre os setores). Portanto, Mandel, ao propor taxas de lucros diferenciadas, momentâneas é verdade, pressupõe uma distribuição mais que favorável aos setores oligopolistas. As grandes empresas ou os ramos monopolistas da indústria, portanto, aumentam a sua capacidade de participar no excedente gerado em todo o sistema. Além disso, em decorrência do avanço tecnológico e de sua capacidade financeira e da pressão da concorrência, essas empresas investem em pesquisa e em desenvolvimento significativos recursos, condicionando, porém, o desenvolvimento às possibilidades de valorização. Portanto, a explicação para a efetiva adoção de uma inovação está no valor excedente gerado ou apropriado pela empresa inovadora com a sua adoção.

Para Mandel, o planejamento em nível da empresa se aprofunda, sendo que as tarefas de direção do processo imediato de produção são separadas do processo de acumulação do capital, ressaltando que, embora as tarefas imediatas possam alcançar um amplo grau de autonomia, o determinante básico é a valorização da massa global de capital acumulado. Mandel assinala a importância para a empresa de sua participação no excedente global. Ou melhor, de que forma o capital global da empresa, o conjunto formado por suas várias divisões e unidades distribuídas em escala global é valorizado.

Outra questão ressaltada por Mandel é que a expansão do mercado na época do capitalismo tardio tem sua razão vinculada à terceira revolução tecnológica, a transição da tecnologia produtiva baseada em motores elétricos simples para a eletrônica e a automação e a energia nuclear. Embora a proposição da terceira revolução tecnológica nas datas que ocorreu não se apresente como um argumento indiscutível em decorrência da evidência empírica, ao que parece as inovações tecnológicas se aceleraram não só devido ao aumento das despesas com pesquisas e desenvolvimento, mas também devido a sua organização como ramo autônomo da divisão do trabalho, possibilitadas pela valorização das rendas tecnológicas que se tornaram a principal fonte de superlucros.

A concepção de que a onda longa de prosperidade do pós-Guerra constitui uma onda longa com tonalidade expansionista parece ser essencialmente correta, embora errada a apreciação do papel da tecnologia em seu esgotamento, ou seja, apresenta um viés tecnologista em detrimento das variáveis sociais e políticas.

Conforme Mandel, a Terceirização decorre do desenvolvimento das forças produtivas, que, de um lado, autonomiza e multiplica as atividades de intermediação, e, de outro, diversifica o consumo, expandindo, sobretudo, o setor de serviços. Mandel entende como trabalhador produtivo aquele que participa da produção de bens materiais, da produção do valor e do valor excedente. Dessa maneira, não considera como produtivo, por ser imaterial, os serviços. A tendência à terceirização e o entendimento de que os serviços não são produtivos conduz aos resultados que Mandel apresenta. Os serviços, por serem improdutivos, utilizam o valor excedente, não gerando eles mesmos essa mais-valia, significando o seu desenvolvimento acentuado o prenúncio das dificuldades nos setores produtivos (agricultura e indústria). Os serviços representam uma dedução da mais-valia e, portanto, arrefecem a acumulação.

Mas se se adotar como pertinente o entendimento alternativo ao proposto por Mandel, tem-se que os serviços são produtivos, geram valor e valor excedente. Por essa concepção, os serviços são produtivos, bem como todas as atividades que produzem valores de uso, como mercadorias, ou seja, em que o trabalho despendido nelas seja produtivo para o capital. Conforme lembra Braverman, como exposto anteriormente, na economia burguesa moderna, a prestação de serviços é considerada uma excelente fonte de lucro, e os serviços devem ser considerados produtivos. Na verdade, a transformação do trabalho improdutivo em trabalho produtivo é, para os fins do capitalista de extrair valor excedente, o próprio processo de criação da sociedade capitalista.

No entanto, deve-se registrar que, da mesma forma que um setor industrial exige um excedente agrícola, um setor de serviços exige a existência de um excedente agrícola e também um excedente industrial. A amplitude do desenvolvimento do setor de serviços está condicionada, portanto, a amplitude do excedente dos setores agrícola e industrial e vice-versa. Os serviços constituem parte do conjunto de mercadorias consumidas pela classe trabalhadora, de sua cesta de consumo, de forma crescente com o avanço da civilização que o capitalismo propicia. No entanto, deve-se lembrar, conforme exposto anteriormente no exame

da obra de Baran, que muitas das demandas consideradas necessárias na sociedade capitalista deixariam de sê-lo em uma sociedade alternativa.

O entendimento de que o setor serviços é produtivo tem como consequência lógica que o desenvolvimento destes setores leva ao crescimento da mais-valia e, portanto, a conclusão de que a incorporação dessas atividades, que possuem uma menor composição orgânica, produzirá, de forma não prevista por Mandel, efeitos positivos sobre a taxa de lucro. Esse efeito, portanto, atuaria no sentido de atenuar a inevitável tendência à queda da taxa de lucro proposta por Marx.

Como se viu, Baran e Sweezy localizam a causa das dificuldades do capitalismo em um problema real, o excedente crescente e as dificuldades de realização. A consequência é a estagnação. Para Mandel, a restrição do consumo projeta não uma impossibilidade do capitalismo. Esse se desenvolve, progride. Mas, ao mesmo tempo, não se tem a possibilidade de um desenvolvimento contínuo, sem percalços, em decorrência da restrição do consumo. Nessa perspectiva, entende-se que a posição de Mandel é a mais pertinente.

Mandel na Introdução a obra *O Capitalismo Tardio* (1982) assinala que o renascimento da teoria econômica marxista coincidiu com uma ofensiva neo-ricardiana contra o marginalismo “neoclássico”, conduzido pela chamada Escola de Cambridge inspirada por “Piero Sraffa”. Entende que, embora positiva essa evolução, “Os marxistas contemporâneos têm o dever de sustentar todos os progressos decisivos conseguidos por Marx frente a Ricardo, e que os teóricos neo-ricardianos estão agora procurando anular.” (MANDEL, 1982, p.6). O próximo capítulo é dedicado à análise da obra de alguns representantes dessa escola.

6 O EXCEDENTE, A DEMANDA EFETIVA E OS ECONOMISTAS DE CAMBRIDGE

No capítulo anterior, em sua introdução, foram destacadas as mudanças ocorridas no capitalismo do século XX em relação ao século anterior, tais como o crescimento das empresas e o surgimento das grandes empresas oligopolísticas, o impacto das grandes inovações, etc. Observou-se ainda que o pensamento econômico, em suas várias vertentes, passou a considerar tais transformações. Assim, ocorreu um ataque ao pensamento econômico hegemônico que considerava que a única função da firma era transformar insumos em produtos. O pressuposto de que as empresas possuem uma dimensão limitada, ponto essencial dos modelos de concorrência perfeita, é questionado com o surgimento, mesmo no esquema teórico dominante, de alternativas que procuram incorporar esta nova realidade (concorrência imperfeita).

Outro acontecimento que teve importância para o desenvolvimento do pensamento econômico foi a Grande Depressão. Primeiro, por deixar evidente as deficiências da teoria prevalecente para retratar a realidade e, segundo, por criar um ambiente favorável, como decorrência da crise, para o questionamento de verdades estabelecidas. Robinson, por exemplo, afirma que a teoria neoclássica foi rompida a partir de dentro por dois movimentos do pensamento que surgiram nos anos 1930, pela contradição evidente entre a doutrina do equilíbrio constante dos manuais e os fatos da realidade durante a Grande Depressão: a retomada da teoria da demanda efetiva e a rejeição do conceito de produtividade marginal. Tem-se, nesse ambiente, especialmente com Keynes, a refutação à doutrina de que um sistema econômico competitivo tenderia ao pleno emprego de fatores, e em particular, da força de trabalho (isto é, ao equilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho que deveria determinar o salário).

Joan Robinson, em 1953, através do texto *a Função de Produção e a Teoria do Capital*, critica o modelo de crescimento de Solow no que se refere à agregação do capital sob a forma de um bem homogêneo único na função de produção macroeconômica, e dá a partida, ao que se passou a denominar a controvérsia sobre o capital.

Esses movimentos, acrescidos à contribuição de Sraffa na obra *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* (1983), que mostra como alterações nas participações relativas dos salários e lucros afetam os preços relativos das mercadorias, evidenciando que não se pode conceber uma medida do capital como uma quantidade independente da distribuição e dos preços, modificaram e influenciaram a renovação da teoria econômica pelo número de questões que levantaram, e que acabaram conduzindo a um chamado retorno a teorias ou a perguntas na tradição clássica (onde o excedente e o valor excedente são categorias centrais), e até mesmo para alguns ao abandono das teorias do valor.

Deve-se observar, com vistas à exposição, que este retorno ocorre muitas vezes através de autores com forte inspiração keynesiana, como Joan Robinson, por exemplo. Na verdade, tem-se que a assimilação da obra dos clássicos, de Marx, de Sraffa e de Keynes (e Kalecki), ocorre em diversos níveis. Tem-se, portanto, os neoricardianos, os neo-marxistas, os pós-keynesianos, dentre outras correntes, como definições que expõem a descendência do pensamento dos autores; embora a influência nesses grupos, sintetizados muitas vezes como de heterodoxos, ocorra em maior ou menor grau pela consideração das obras referidas (dos clássicos, de Marx, de Keynes e Kalecki e Sraffa) e seus desdobramentos.

A análise da obra, do pensamento, de autores contemporâneos constitui-se em tarefa extremamente complicada, pois falta ao observador a perspectiva histórica para fazer uma avaliação de uma obra recente ou em andamento. Em reforço a essa situação, vive-se em um mundo onde longe de se ter uma teoria única em economia tem-se teorias alternativas coexistindo. No entanto, esta situação não determina uma condição de falta de cientificidade, em especial se se considerar termos, conforme um número significativo de filósofos e epistemólogos, como característica a diversidade dos discursos científicos. Dentro desse entendimento não existiria algo como a ciência com a pretensão de verdade absoluta. Haveria teorias coexistindo com pretensões de verdade, sendo que o poder de explicação e a objetividade são os fatores condicionantes da validade de uma teoria. Não é pretensão no presente capítulo dar conta do conjunto de desenvolvimentos decorrentes da múltipla influência dos autores citados sobre o conjunto dos autores contemporâneos. O objetivo é bem mais modesto.

O procedimento adotado no presente capítulo é de examinar o pensamento de um grupo selecionado de autores com enfoque no excedente. O objetivo, no entanto, não é examinar o conjunto da obra desses autores e de seu pensamento que, por sua extensão,

exigiriam para cada autor um trabalho específico à parte. Seguindo o fio condutor do presente trabalho é finalidade verificar de que forma, em que momento, o conceito de excedente é utilizado por esses autores no exame da economia capitalista¹, pelo menos em momentos significativos de seu pensamento. A própria escolha dos autores escolhidos está relacionada a esta verificação.

Assim, no presente capítulo é examinado parcelas da obra de Sraffa, Garegnani, Kalecki e de Joan Robinson, autores que diretamente ou indiretamente assimilam o conceito em suas análises. Sraffa, pela importância que a obra *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* tem para a crítica da economia neoclássica e para o retorno aos clássicos, como viu-se anteriormente, e pela importância para o desenvolvimento do pensamento de autores marxistas (a partir da transformação dos valores em preços). Garegnani, por sua síntese das teorias do excedente e a consideração da obra de Sraffa nesse contexto, o núcleo das teorias excedentárias, e correspondente crítica recebida, bem como sua proposição de incluir uma análise da demanda efetiva. Kalecki, por razões mais que evidentes, pois esse autor, como Keynes, enfoca a teoria da demanda efetiva, sendo que a função da teoria da demanda efetiva, num cenário marxista que é onde Kalecki busca seus fundamentos, é dar conta da realização do valor excedente (excedente).

Por fim Joan Robinson, pelo poder de crítica e por esta procurar em suas reflexões considerar o pensamento de Ricardo, Kalecki, Marx, Sraffa e Keynes. Robinson e Kalecki permitem que se vislumbre a importância do excedente na dinâmica da economia capitalista.

6.1 A CRÍTICA A TEORIA ECONÔMICA E O NÚCLEO DAS TEORIAS DO EXCEDENTE

Piero Sraffa, como exposto anteriormente, produz uma crítica vigorosa à teoria hegemônica que acaba por produzir um retorno a perguntas na tradição clássica (em que o excedente e o valor excedente são categorias centrais). Na presente seção, no item 6.1.1, apresentam-se a obra *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* de Sraffa e a crítica decorrente. No item 6.1.2 apresenta-se a análise de Garegnani que procura, estimulado pela obra de Sraffa, definir o núcleo das teorias do excedente.

¹ A intenção é verificar aspectos significativos da obra desses autores no que respeita ao excedente e à economia capitalista.

6.1.1 Piero Sraffa

Piero Sraffa, como expõe na introdução a sua obra *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* investiga as propriedades de um sistema econômico que não depende das variações na escala de produção ou nas proporções dos fatores. Afirma que este ponto de vista, que é o dos antigos economistas clássicos, de Adam Smith a Ricardo, tem estado submerso e esquecido desde o advento do método “marginalista”. Lembra que Ricardo seguiu um método que consiste em isolar o cereal como o único produto que é requerido para a sua própria produção e para a produção de todas as demais mercadorias. Assim a taxa de lucro do produtor de cereal se determina independente do valor, comparando simplesmente a quantidade física do lado dos meios de produção com a quantidade física do lado do produto, compondo-se ambas da mesma mercadoria. Sraffa retoma o conceito de excedente de Ricardo e, reformulando-o mediante a generalização do esquema do trigo que produz trigo, consegue determinar simultaneamente os preços e aquela das duas variáveis distributivas que não é tomada como dada². Sraffa elimina a categoria valor trabalho e com isso o conceito de valor absoluto.

Em Sraffa não se vê o conceito de trabalho objetivado em mercadorias, e sim o conceito de condições de produção; tampouco vê-se o conceito de mais-valia, mas sim o conceito de uma relação salário e lucro dentro do produto líquido (do excedente). O produto líquido, o excedente de Sraffa, assemelha-se ou corresponde aproximadamente, embora diferenças de enfoque, à receita bruta de Marx, conforme exposto no capítulo 3. Deve-se lembrar que este define receita bruta como a parte do valor³ e a parte do produto bruto medida por este que resta depois de deduzir a parte do valor e a parte dos produtos por ele medida da produção global que repõe o capital constante adiantado e consumido na produção. A receita bruta é, portanto, igual ao salário (ou a parte do produto que tem a destinação de se tornar novamente na receita do trabalhador) mais o lucro e mais a renda (que Sraffa não explicita). Para Sraffa, portanto, toda a produção além das necessidades de substituição de mercadorias consumidas na produção é definida como excedente.

² Ricardo frente às objeções de Malthus de que o Capital (os salários) inclui artigos de natureza distinta do produto final desenvolve nos *Princípios de Economia Política e Tributação* uma teoria do valor na qual o trabalho incorporado cumpre um papel análogo ao do “trigo”, desenvolvido no Ensaio Sobre os Lucros.

³ Sraffa não utiliza a teoria do valor, deve-se considerar dessa definição somente o produto físico.

O enfoque sraffiano é, portanto, o da circularidade do processo de produção mercantil capitalista, na tradição clássica desde Quesnay: mercadorias são produzidas por meio de mercadorias – inclusive o trabalho como meio de produção geral e reproduzível.

Sraffa constrói um modelo de produção circular em que os produtos são também meios de produção. O trabalho é transformado nos seus meios de subsistência que, no lugar do trabalho, surgem como meios de produção entre os outros meios de produção. No esquema de Sraffa, as quantidades de bens, ou melhor, os produtos e os meios de produção, são tomados como dados. Portanto, o que se pressupõe é uma configuração produtiva. Sraffa trata das propriedades de um sistema econômico que são independentes da natureza da tecnologia. Ao introduzir as quantidades, ou melhor, a configuração produtiva, descartam-se as hipóteses sobre se os rendimentos são constantes, crescentes ou decrescentes.

Assim, tomando-se como referência a configuração produtiva dada, pode-se definir um produto líquido ou excedente, ou seja, um conjunto de bens, cada um dos quais é a diferença entre a quantidade em que o mesmo bem aparece entre os produtos e a quantidade em que ele aparece entre os meios de produção.

Como Sraffa exemplifica:

280 arrobas de trigo + 12 t de ferro → 575 arrobas de trigo

120 arrobas de trigo + 8 t de ferro → 20 ton. de ferro

O excedente social é de 175 arrobas de trigo, visto que se utilizam 400 arrobas de trigo e 20 toneladas de ferro para a produção das 575 arrobas de trigo e 20 toneladas de ferro.

O excedente não pode ser separado antes que os preços sejam determinados, como acontece com a reposição das matérias-primas, porque o lucro deve ser distribuído em proporção aos meios de produção (ou capital) adiantados em cada indústria (trigo ou ferro no exemplo), e tal proporção entre dois agregados de bens heterogêneos (a taxa de lucro) não pode ser examinada antes que se conheçam os preços dos bens.

Por outro lado, não se pode acatar a separação do excedente até que se conheçam os preços, porque, como ver-se-á, os preços não podem ser determinados antes de se conhecer a taxa de lucro. O resultado é que a distribuição do excedente deve ser determinada através do mesmo mecanismo e ao mesmo tempo em que se determinam os preços das mercadorias.

A taxa de lucro é introduzida como uma incógnita que deve ser igual em todas as indústrias; então:

$$(AaPa + BaPb + \dots + KaPk) (1+R) = AaPa$$

$$(Abpa + BbPb + \dots + Kbpk) (1+R) = Bpb$$

$$\dots$$

$$(Akpa + Bkpb + \dots + Kkpk) (1+R) = Kpk$$

Onde:

'a', 'b', 'k' são as mercadorias, cada uma produzida por uma indústria distinta.

A, B, K são as quantidades anualmente produzidas de 'a', 'b', 'k'

Aa, Ba, Ka são as quantidades de 'a', 'b', 'k' utilizadas anualmente pela indústria que produz A. E Ab, Bb, Kb são as correspondentes quantidades utilizadas para produzir b, e assim sucessivamente.

Todas as quantidades acima especificadas, deve-se notar, são conhecidas, as incógnitas a determinar são pa, pb, pk que indicam, respectivamente, os valores unitários das mercadoria 'a', 'b', 'k' que se forem adotados, restabelecerão a posição inicial.

Como se supõem que o sistema esteja num estado de auto-reposição então:

$$Aa + Ab + \dots + Ak \leq A; Ba + Bb + \dots + Bk \leq B; \dots; Ka + Kb + \dots + Kk \leq K.$$

Isto é, a quantidade produzida de cada mercadoria é no mínimo igual à quantidade da mesma que é utilizada por todos os ramos de produção em seu conjunto. Assim, esse sistema contém k equações independentes que determinam os k-1 preços e a taxa de lucro.

Sraffa adverte sobre um possível efeito da existência de um excedente. Chama a atenção de que, previamente à existência deste excedente, cada mercadoria aparecia tanto entre os meios de produção como entre os produtos e, em conseqüência, cada uma delas entrava diretamente ou indiretamente na produção de todas as demais, desempenhando um papel na determinação dos preços. A partir do surgimento desse excedente surge a possibilidade da existência de uma nova classe de bens de luxo que não é utilizada, nem como instrumentos de produção nem como artigos de subsistência na produção de outras mercadorias. Assim, como exemplifica Sraffa, se uma inovação vier a reduzir à metade a quantidade de cada um dos meios de produção que são necessários para produzir uma unidade

de bem de luxo deste tipo, o preço dessa mercadoria cairia pela metade, mas as relações de preços das outras mercadorias e as taxas de lucro permaneceriam inalteradas. Isto ocorre porque os bens de luxo são utilizados somente na sua reprodução. Ressalta que, se isso ocorresse numa mercadoria que entra nos meios de produção, todos os preços ficariam afetados e a taxa de lucro variaria.

Assim, eliminando do sistema a equação que representa a produção de um bem de luxo, as equações restantes continuarão formando um sistema determinado que será satisfeito pelas soluções do sistema mais amplo. Por outro lado, eliminando uma das outras equações, dos bens que não são de luxo, o número de incógnitas não fica reduzido, pois as mercadorias em questão aparecem como meio de produção nas outras equações, e o sistema fica indeterminado. Sraffa assim diferencia as mercadorias que entram (direta e indiretamente) na produção de todas as mercadorias. A estas denomina de básicas⁴ e as que não entram (direta e indiretamente) denomina de não básicas. Sraffa mostra, portanto, que apenas os processos de produção das mercadorias que entram diretamente ou indiretamente na produção de cada uma das mercadorias do sistema afetam os preços e a taxa de lucro. Sraffa, como Ricardo, entende que os bens de luxo não afetam a taxa de lucro⁵. Deve-se notar que os neoricardianos, como Sraffa, e os autores que procuraram se dedicar ao problema da transformação dos valores em preços, como Bortkiewicz e Winterniz, chegam aos mesmos resultados.

Bortkiewicz, por exemplo, expõe:

Se é realmente certo que o nível da taxa de lucro de modo algum depende das condições de produção dessas mercadorias que não entram nos salários reais, então a origem do lucro deve ser claramente procurada nas relações salariais e não na capacidade que tem o capital de aumentar a produção. (BORTKIEWICZ, 1907 apud DESAI, 1984, p.96-97).

No esquema de Sraffa, a taxa de lucro apresenta-se como uma relação entre o valor do produto líquido (o excedente) e o valor global dos meios de produção: o salário fica implicitamente determinado (num primeiro momento), bem como o valor dos meios de subsistência (através das mercadorias necessárias para a subsistência).

⁴ O preço de um produto não básico depende dos preços de seus meios de produção; mas estes não dependem dele. Enquanto em um produto básico o preço de seus meios de produção dependem de seu próprio preço e o seu preço depende do preço de seus meios de produção.

⁵ A taxa de lucro para Ricardo depende, como exposto no capítulo 3, das condições de subsistência, da agricultura.

Assim, neste contexto, para cada indústria o valor dos meios de produção majorado pela taxa de lucro geral é igual ao valor do produto. Para isto é necessário que aquilo que uma indústria obtém do seu produto com base em seu preço lhe permita adquirir os meios de produção necessários aos preços destes meios; bem como de que o valor do excedente no sistema, com base nos preços dos bens que o constituem, seja distribuído entre as indústrias de modo que cada uma delas obtenha a taxa geral de lucro.

Na abordagem de Sraffa, o excedente significa excedente físico, o produto excedente em termos físicos, ou seja, o vetor de preços que é buscado como solução é, por definição, aquele que distribui o excedente de forma a permitir uma taxa de lucro uniforme.

Sraffa considera somente o capital circulante⁶, mas na parte segunda de sua obra remove esta restrição. O procedimento adotado é que considera os instrumentos duráveis de produção como parte dos fatores absorvidos no processo de produção, da mesma forma que as matérias-primas, por exemplo, que são totalmente consumidas no processo produtivo. A parte do capital durável que não foi consumida no processo produtivo, uma máquina em uso, por exemplo, passa a ser tratada como um produto anual conjunto da indústria.

Sraffa discorre:

Por exemplo, uma máquina de tecer entra nos meios de produção, no princípio do ano, junto com o fio, o combustível etc., com que é empregada; e no final do ano a máquina mais velha e parcialmente desgastada que emerge do processo será considerada como produto conjunto com o volume de produção de meias do ano. (SRAFFA, 1983, p. 229).

Sraffa, portanto, não utiliza o capital fixo, na parte I, como hipótese simplificadora, pois entende que pode demonstrar os seus principais resultados de forma facilitada, desconsiderando inicialmente este capital.

A solução do sistema de equações de Sraffa implica de fato a determinação lógica dos preços e das taxas de lucro e de salários, quando são dadas as condições técnicas de produção, a distribuição de renda e a composição da demanda final, e não uma explicação teórica efetiva dos níveis dos preços, salários e taxas de lucro. Sraffa posteriormente considera que a participação dos salários, além do componente de subsistência, deve incluir uma parcela do produto excedente. Portanto, o mais lógico seria, quando considerasse a divisão do excedente

entre trabalhadores e capitalistas, separar as duas partes componentes do salário e considerar apenas a parte do excedente como variável; enquanto que os bens necessários para a subsistência dos trabalhadores continuariam aparecendo entre os meios de produção.

Deve-se notar que ao se considerar os salários como compostos por bens necessários para a subsistência, mesmo que em nível variável, se está considerando este da mesma forma que o combustível para motores ou o alimento para o gado. Mais de acordo com a proposição de que a finalidade do capitalismo é a valorização do capital, em que o papel do trabalhador, como o das máquinas e os insumos, visam a esta finalidade.

Sraffa, no entanto, adverte que evitará toda a intromissão no conceito de salário e passa a seguir a tratar todo o salário como variável. Desta maneira, os bens necessários ao consumo dos trabalhadores passam a ser considerados como produtos não básicos. Assim, uma melhora nos métodos de produção dos bens necessários para a vida não mais afetará diretamente a taxa de lucro e os preços dos outros produtos. A taxa de lucro poderá ser afetada, mas tal ocorrerá por fatores determinados exogenamente, ou melhor, fora do sistema de produção. Sraffa abandona, portanto, como evidente, a idéia de um salário adiantado. Sraffa ao não considerar os produtos necessários ao consumo dos trabalhadores como básicos, considera que estas mercadorias, nos termos de Marx, não delimitam o valor da força de trabalho. Assim, camisas para o trabalhador, ou outra mercadoria da cesta de consumo dele, não são utilizadas para a reprodução do trabalhador (como mercadoria).

Sraffa revela que, para isso, a quantidade de trabalho empregada em cada indústria tem que ser agora representada explicitamente, ocupando o lugar das correspondentes quantidades de bens de subsistência. Denomina L_a, L_b, \dots, L_k as quantidades anuais de trabalho empregadas respectivamente nas indústrias produtoras de A, B, ..., K, e as define como frações do trabalho anual da sociedade, que se consideram como unidade, de modo que

$$L_a + L_b + \dots + L_k = 1$$

w = salário por unidade de trabalho que será expresso, como os preços em termos da medida de valor escolhida.

Assim:

$$(A_a + B_{apb} + \dots + K_{apk}) (1+r) + L_a w = A_p a$$

$$(A_{bpa} + B_{bpb} + \dots + K_{bpk}) (1+r) + L_b w = B_p b$$

⁶ Incluída a parte circulante do capital constante, como as matérias primas e os insumos industriais.

$$\dots\dots\dots$$

$$(A_k p_a + B_k p_b + \dots + K_k p_k) (1+r) + L_k w = K_k p_k$$

onde $A_a + A_b + \dots + A_k \leq A$; $B_a + B_b + \dots + B_k \leq B$;.....; $K_a + K_b + \dots + K_k \leq K$

Ao considerar que o trabalho participa do excedente, o esquema adquire um “[...] grau de liberdade no sentido de que não é possível determinar as incógnitas se uma das variáveis distributivas (salário ou taxa de lucro) não for tomada como dada. Deste modo, a distribuição do produto líquido não é uma circunstância determinada pelo modelo, mas uma circunstância que o modelo toma do exterior.” (NAPOLEONI, 1977, p.162.).

Tendo Sraffa definido o excedente como incluindo não só os salários como também o lucro, o nível de salário passa a ser uma incógnita. Deve-se fixar uma unidade de medida para preços e para o salário que poderá ser constituída por um preço qualquer, mais significativamente pelo próprio produto líquido. A renda nacional de um sistema num estado de auto-reposição consiste no conjunto de mercadorias que resta após se ter extraído do produto nacional bruto, item por item, os bens que vão repor os meios de produção absorvidos em todas as indústrias.

Assim:

$$|(A - (A_a + A_b + \dots + A_k)| p_a + |(B - (B_a + B_b + \dots + B_k)| p_b + \dots + |K - (K_a + K_b + \dots + K_k)| p_k = 1^7$$

Sraffa denomina este conjunto de mercadorias de mercadoria composta que se converte assim na medida de valor em que se expressam os salários e os preços.

Sraffa passa no capítulo III - proporções entre o trabalho e os meios de produção - a apreciar o efeito da modificação da distribuição sobre os preços. Inicialmente considera que toda a renda foi para os salários, portanto o r da equação é eliminado. Os valores das mercadorias são proporcionais à seu custo em trabalho, ou seja, à quantidade de trabalho que foi usada direta e indiretamente para produzi-la. Em seqüência passa a considerar uma diminuição dos salários. Em suas palavras:

Suponhamos que os preços permaneceram invariáveis enquanto os salários se reduziram e surgiu uma taxa de lucro. Visto que, em qualquer indústria, a poupança derivada da redução salarial dependeria do número de homens empregados, enquanto que o necessário para pagar lucros a uma taxa uniforme dependeria do valor total dos meios de produção utilizados, as indústrias com uma proporção suficientemente baixa de trabalho em relação aos meios de produção teriam um

⁷ O valor desta subtração, uma mercadoria composta, forma a renda nacional, o excedente que Sraffa iguala a 1.

déficit, enquanto as indústrias, com uma proporção suficientemente alta, teriam um excedente sobre seus pagamentos por salários e lucros. (SRAFFA, 1983, p.188).

Sraffa procura mostrar que a diminuição do salário leva a que uma indústria que tem uma composição K/L mais elevada (intensiva em capital) não produza um excedente, tenha um déficit como denomina, para remunerar a taxa uniforme de lucro da economia (de duas indústrias por hipótese); enquanto a indústria mais intensiva em trabalho terá um excedente, superávit, que deverá ser distribuído com a primeira (intensiva em capital) através de uma variação dos preços para restabelecer o equilíbrio. A consequência lógica com os elementos até aqui colocados seria um aumento do preço da indústria mais intensiva em capital, e diminuição da menos intensiva homogeneizando a taxa de lucro.

Assim, a redução dos salários leva a uma taxa de lucro maior que a anterior e à modificação dos preços, pois senão ter-se-iam taxas de lucro diversas. Esperaria-se que as empresas com elevada participação do trabalho imediato proporcionassem uma taxa de lucro superior às das mercadorias com menor requerimento de trabalho imediato. Em consequência necessitariam que os preços das primeiras mercadorias diminuíssem enquanto os preços das segundas aumentassem, restabelecendo uma taxa de lucro uniforme.

Sraffa, no entanto, nota que o preço do produto de uma indústria com uma baixa proporção entre trabalho e meios de produção não se elevaria necessariamente em relação aos seus meios de produção com uma redução salarial. A razão é que os meios de produção são o(s) produto(s) de uma ou mais indústrias que podem empregar, por sua vez, uma proporção ainda mais baixa entre trabalho e meios de produção (intensivo em capital); em tal caso, o preço do produto, embora produzido por uma indústria com déficit, poderia baixar em termos de seus meios de produção.

Sraffa argumenta que, quando os salários descem, o preço do produto de uma indústria com baixa proporção entre trabalho e seus meios de produção (intensivo em capital) pode elevar-se e descer alternativamente em relação a seus meios de produção; enquanto que o preço do produto de uma indústria com alta proporção entre o trabalho e seus meios de produção (indústria com excedente) pode cair, elevar-se ou mover alternativamente com esta queda dos salários. No entanto, nenhum desses produtos pode manter seu preço estável em relação a seus meios de produção, qualquer que seja a amplitude, longa ou curta, de sua variação salarial.

Conforme o autor, os movimentos de preços relativos de dois produtos vêm a depender não apenas das “proporções” entre trabalho e meios de produção pelas quais foram respectivamente produzidas, mas também das “proporções” pelas quais esses meios de produção foram, por sua vez, produzidos e assim sucessivamente”.

Ou seja, os preços relativo de dois produtos podem mover-se, com uma baixa de salários, em direção oposta da que seria esperada com base em suas proporções entre trabalho e meios de produção, pelos quais foram respectivamente produzidos.

Sraffa infere, a partir do exposto, que, num sistema com duas ou mais indústrias básicas, a indústria com mais baixa proporção entre o trabalho e o capital seria uma indústria com déficit, e a que tivesse a proporção mais alta seria a indústria com superávit.

Com a redução salarial, portanto, seriam necessárias modificações de preços nas indústrias com excedente e nas com déficits para restabelecer o equilíbrio em cada indústria. Sraffa assinala que existe uma proporção crítica entre o trabalho e os meios de produção que marcaria a fronteira entre as indústrias com déficit e as com superávit:

Haveria uma proporção crítica entre o trabalho e os meios de produção que marcaria a fronteira entre as indústrias com déficit e com excedente. Uma indústria que empregasse essa proporção particular mostraria um equilíbrio - a poupança procedente da redução salarial proporcionaria exatamente o necessário para o pagamento de lucros a taxa geral. (SRAFFA, 1993, p.188).

Preliminarmente antes de se examinar esta proporção crítica, deve-se mostrar por que Sraffa dirige sua atenção para essa proporção crítica. Sraffa assinala que a necessidade de ter que expressar o preço de uma mercadoria em termos de outra que é escolhida arbitrariamente como padrão complica o estudo dos movimentos de preços que acompanham uma variação da distribuição. Torna-se impossível dizer, ante qualquer flutuação particular de preços, se ela surge como conseqüência das peculiaridades da mercadoria que está sendo medida, ou que surge das peculiaridades da mercadoria adotada como padrão. A mercadoria adotada como padrão de medida pode modificar seu valor em decorrência da modificação dos salários e das desigualdades das proporções entre o trabalho e os meios de produção nos sucessivos estratos em que se pode analisar esta mercadoria (bem como as que estão sendo medidas).

A questão que passa a ser tratada por Sraffa é resumida por Joan Robinson de forma concisa nas seguintes palavras:

Quando os salários não são dados pelas condições técnicas, que significam os preços? Uma variação da partilha do excedente entre os salários e os lucros modifica

os preços relativos. Mas para avaliar o excedente que deve ser repartido é preciso conhecer os preços. Foi este o problema que Ricardo não conseguiu resolver. (ROBINSON, 1988, p.181).

Assim, o efeito real das alterações na distribuição sobre os preços apenas pode ser avaliado em presença de um padrão invariável que assim se mantenha perante modificações no coeficiente lucro-salário. Ricardo, como se viu, procurou esse padrão no trabalho, como o seu valor absoluto. Sraffa abandona a idéia do valor absoluto, reformula esta unidade de medida ricardiana através do seu esquema de produção circular, ou seja, através da mercadoria padrão.

Examina, como se viu, a proporção crítica entre o trabalho e os meios de produção que marcaria a fronteira entre as indústrias com déficit e com excedente, ou melhor, uma indústria que empregasse essa proporção mostraria um equilíbrio, ou seja a poupança procedente da redução salarial proporcionaria exatamente o necessário para o pagamento de lucros à taxa geral. Esta suposta indústria empregaria meios de produção que fossem produzidos mediante trabalho e meios de produção nas mesmas proporções e assim sucessivamente.

Deve-se observar, preliminarmente, que Sraffa, ao tratar de identificar a proporção equilibradora, substitui a proporção entre a quantidade de trabalho e o valor dos meios de produção pela razão entre o produto líquido e os meios de produção, a qual denomina razão padrão como ver-se-á na seqüência.

A mercadoria padrão composta que se constrói *ad hoc* é constituída de um conjunto de mercadorias, de bens básicos, caracterizado pela circunstância de que cada mercadoria particular intervém, como meio de produção, na mesma proporção em que aparece no produto. Sraffa passa a construir esta mercadoria da seguinte forma:

1) O Sistema da **qual parte** considera somente as indústrias básicas⁸:

90 t ferro + 120 t carvão + 60 arrobas de trigo + 3/16 trabalho → 180 t ferro

50 t ferro + 125 t carvão + 150 arrobas trigo + 5/16 trabalho → 450 t carvão

40 t ferro + 40 t carvão + 200 arrobas trigo + 8/16 trabalho → 480 arrobas trigo

180 285 410 1

⁸ Isola as indústrias básicas, afastando as indústrias de luxo, pois só estas intervém direta e indiretamente na produção de outras mercadorias. Este recurso é consistente com o objetivo de Sraffa, um primeiro passo, pois pretende construir uma mercadoria padrão em que cada mercadoria aparece como meio de produção na mesma proporção em que aparece no produto.

2) Observa que o ferro, no esquema acima, se produz em quantidade suficiente somente para sua reposição; portanto, a renda nacional constitui-se somente de carvão (165 t) e trigo (70 arrobas). Procura, a partir deste sistema, obter um sistema que tenha as proporções requeridas (mesmas mercadorias, combinadas nas mesmas proporções, que o conjunto de seus próprios meios de produção).

Para tal, efetua uma redução na escala do sistema: considera o total da indústria de ferro, $\frac{3}{5}$ da indústria do carvão e $\frac{3}{5}$ da indústria que produz trigo, originando o seguinte sistema:

90 t ferro + 120 t carvão + 60 arrobas de trigo + $\frac{3}{16}$ trabalho \rightarrow 180 t ferro

30 t ferro + 75 t carvão + 90 arrobas de trigo + $\frac{3}{16}$ trabalho \rightarrow 270 t carvão

30 t ferro + 30 t carvão + 150 arrobas de trigo + $\frac{6}{16}$ trabalho \rightarrow 360 arrobas trigo

150 225 300 12/16

As proporções em que são produzidas (180 : 270 : 360) são iguais àquelas em que entram em seus meios de produção (150 : 225 : 300). A mercadoria composta está formada com as proporções: 1 t ferro, 1 $\frac{1}{2}$ t de carvão, 2 arrobas de trigo.

A esta mercadoria Sraffa denomina, como já se viu, mercadoria padrão e o conjunto de equações tomadas nas proporções que geram a mercadoria padrão denomina **sistema padrão**. Observa que em qualquer sistema econômico está encerrado um sistema padrão em miniatura (como deduziu-se acima) que pode ser trazido à luz eliminando as partes não requeridas. Observa-se que o fato de no sistema padrão as mercadorias serem produzidas nas mesmas proporções em que entram nos meios de produção totais implica que a taxa a que a quantidade produzida excede à quantidade absorvida na produção é a mesma para cada uma das mercadorias. No exemplo anterior:

(90 t ferro + 30 t ferro + 30 t ferro) (1+R) = 180 t ferro

(120 carvão + 75 t carvão + 30 t carvão) (1+R) = 270 t carvão

(60 arrobas trigo + 90 arrobas trigo + 150 arrobas trigo) (1+R) = 360 arrobas trigo

A taxa que a quantidade produzida excede à quantidade absorvida na produção é a mesma para todas as mercadorias, ou seja, 20%. A taxa ou a proporção que o produto total do sistema

padrão excede aos seus meios de produção total (razão entre o produto líquido e os meios de produção) denomina razão padrão⁹.

A possibilidade de se calcular a razão entre duas coleções de mercadorias, sem necessidade de reduzi-las a uma medida comum de preço, decorre de que ambas as coleções de mercadorias são construídas nas mesmas proporções, são quantidades da mesma mercadoria composta (no caso 1 t ferro, 1½ t carvão, 2 arrobas de trigo). Assim, mesmo que se multiplicassem as mercadorias individuais por seus preços não se afetaria a razão padrão, pois os valores dos dois totais (das mercadorias individuais e do produto total) se alterar-se-iam da mesma forma que os seus componentes. Da mesma maneira, a razão padrão entre o produto líquido e os meios de produção (o excedente padrão) seria a mesma para qualquer alteração na distribuição.

Sobre a mercadoria padrão e o sistema padrão Robinson observa:

A graça disso reside no fato de que, quando o salário calculado nos termos desse padrão sobe, sobem os preços de algumas mercadorias que o compõem (cujos custos são compostos por uma alta proporção de salários) e baixam os preços de outras (cujos custos são compostos por uma alta proporção de lucros), de modo que ambos os efeitos se compensam de tal forma a manter inalterada a razão valor excedente/valor dos meios de produção. E assim se obtém uma razão excedente/meios de produção tecnicamente determinada e independente da distribuição do excedente entre salários e lucros. (ROBINSON, 1988, p.182).

Se o excedente (o produto líquido), da hipótese anterior, está dividido entre salários e lucros¹⁰ na proporção de $\frac{3}{4}$ para salários e $\frac{1}{4}$ para os lucros, a taxa de lucro será 5%, ou seja, $\frac{1}{4}$ do produto líquido padrão de 20%. A taxa de lucro no sistema padrão aparece como uma razão entre quantidades de mercadorias, independente de seus preços. Assim reformulando tem-se: $r = R(1-w)$, uma relação inversa entre salários e lucros.

Ou seja, o excedente (o produto líquido) medido pela proporção entre dois conjuntos, que são ambas quantidades da mesma mercadoria composta, ao ser dividido entre salários e lucros, produz uma taxa de lucro¹¹ que é, também, uma razão entre quantidades de mercadorias independente dos preços.

A relação anterior permite ainda uma forma alternativa de medida dos preços das mercadorias sem que seja necessário a recorrência ao produto líquido padrão. Constitui-se na quantidade

⁹ Deve-se notar que a razão excedente/meios de produção aqui calculada pressupõe um salário nulo.

¹⁰ Sraffa ao demonstrar que os salários e a taxa de lucros são determinados fora do sistema de equações procura mostrar que a remuneração do capital não é determinada pela produtividade física.

¹¹ O lucro é também uma mercadoria composta. Ou seja, é parte do excedente (que é também uma mercadoria composta). A razão entre esta mercadoria composta (o lucro) e as mercadorias absorvidas na produção produz a taxa de lucro. A definição da taxa de lucro a partir da razão padrão como vimos acima é uma abreviação deste procedimento para cálculo da taxa de lucro.

de trabalho que pode ser comprada pelo produto líquido padrão. Reordenando a equação anterior, tem-se: $1/w = R/R-r$

Sraffa mostra, ainda, que os preços podem ser fixados através de sua redução a quantidades de trabalho ao invés do produto líquido padrão. Para tal, agregam-se diferentes quantidades de trabalho dispendidas em cada meio de produção em suas diferentes etapas e multiplica-as pelo salário e a taxa de lucro composta de acordo com o período em que foram executadas.

Para demonstrar Sraffa, inicialmente, utiliza uma equação que representa a produção da mercadoria “a”, onde os salários e os preços se expressam em termos da mercadoria padrão.

$$(A_a P_a + B_a P_b + \dots + K_a P_k) (1+r) + L_a W = A P_a$$

Passa, então, a substituir as mercadorias que formam os meios de produção de A por seus próprios meios de produção e quantidades de trabalho.

Sraffa mostra que se se substituir as mercadorias que formam os próprios meios de produção por mercadorias e trabalho que devem ser usados para produzir estas, dever-se-á multiplicar pelo fator $(1+r)$ o trabalho e por $(1+r)^2$ os meios de produção. Se se substituir este meio de produção pelos meios de produção e trabalho requeridos para a sua produção, dever-se-á utilizar o fator lucro por mais um ano, ou seja, aos meios de produção será aplicado o fator $(1+r)^3$ e ao trabalho $(1+r)^2$.

Assim ao se continuar esta operação, ter-se-á junto ao trabalho direto, realizado no processo produtivo presente, sucessivas quantidades totais de trabalho que se poderá recolher a cada fase, e que denomina de $L_{a1}, L_{a2}, \dots, L_{an}$, obtendo a equação de redução para o produto, na forma de uma série infinita:

$$A P_a = L_a W + L_{a1} W (1+r) + \dots + L_{an} W (1+r)^n$$

Portanto, Sraffa demonstra que os preços dependem, conjuntamente, da quantidade de trabalho, da sua distribuição nos diversos períodos de produção e da repartição entre salários e lucros. Pode-se visualizar, também na equação acima, que no caso em que não existem lucros pode-se constatar que os preços se tornam proporcionais ao trabalho direto e indireto necessário à produção de cada mercadoria.

Posto estes resultados, deve-se fazer algumas observações adicionais. Ao Sraffa ter definido o excedente como incluindo não só os salários como também o lucro, tem-se que o nível de salário passa a ser uma incógnita. Sraffa deixa de considerar o lucro como um

resíduo, como diz Garegnani, que ver-se-á na seqüência. Considera todo o salário como variável sem ter um valor determinado. Dessa maneira, não pode haver nenhuma divisão do trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente. O trabalho excedente não pode ser a fonte de mais-valia, do lucro.

Como observou-se, em Marx a questão debatida era a validade de sua transformação dos valores em preços e sua repercussão, pois ele entendia que os preços se desviam dos valores, como Sraffa mostra que efetivamente ocorre quando a taxa de lucro é positiva. O lucro existe porque parte do excedente não é destinado aos salários. Mas por que parte do excedente é destinado aos salários e parte aos lucros? No esquema de Sraffa nada se diz sobre o que determina a distribuição do excedente. Na Teoria de Marx, por exemplo, existe uma explicação sobre a origem do excedente, ou seja, este tem origem na exploração; em Sraffa, o excedente é pressuposto, não se sabendo nada sobre sua origem.

Deve-se mencionar ainda que, no esquema de Sraffa, se pressupõe que salários e lucros são gastos nas mesmas mercadorias e nas mesmas proporções destas, ou seja, os trabalhadores e os capitalistas têm o mesmo padrão de consumo. Assim, quando o preço da mercadoria padrão é expresso em termos de seus próprios meios de produção, este preço é invariável em relação a alterações dos salários e das taxas de lucro.

No entanto, o preço da mercadoria, quando determinado em termos de qualquer outra mercadoria, varia quando a distribuição da renda varia. As mudanças tecnológicas, por sua vez, provocam uma modificação na forma da mercadoria padrão. As condições de produção são responsáveis exclusivas pelos preços quando não há excedente. Contudo, a partir da existência de um excedente, a distribuição deste pode influenciar os preços e a taxa de lucro através da modificação da composição dos salários (hipótese que Sraffa não faz). Neste caso, a influência da demanda se faria sentir através da modificação da estrutura e da configuração produtiva. Seria necessário um novo sistema de equações que as relacionassem.

Todavia estas questões não estão postas, pois Sraffa pretende investigar as propriedades que não dependem de variações na escala de produção ou na proporção dos fatores, pretende investigar a lógica reprodutiva de uma economia mercantil, podendo, portanto, prescindir de um padrão de medida invariável, de valor absoluto, como procurava Ricardo. Mostra com este esquema, como viu-se, a oposição entre salários e lucros e que os preços dependem da quantidade de trabalho e sua distribuição nos diversos períodos de produção e da repartição entre salários e lucros, sendo estes positivos, entre outros resultados.

A repercussão do livro de Sraffa *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* é ampla. Pode-se considerar algumas destas repercussões.

Sraffa, ao evidenciar que não se pode conceber uma medida do capital como uma quantidade independente da distribuição e dos preços, produziu uma crítica vigorosa à teoria neoclássica, pois o conceito de produtividade marginal do capital, como exposto nessa teoria torna-se descabido. Ou seja, Sraffa demonstra de forma decisiva que não existe uma quantidade de capital independente da taxa de lucro. Neste sentido, Robinson chega a afirmar (ROBINSON, 1988, p.153): “A função do prelúdio a uma crítica de Sraffa é principalmente negativa - derrubar a teoria da produtividade marginal e arar o espaço para que uma análise marxista dos problemas modernos possa se desenvolver.”

Em decorrência da obra de Sraffa, tem-se que diversos autores na tradição clássica passam a negar a função da lei do valor. Nesse grupo, embora diferenças, tem-se autores como Garegnani, Napoleoni, Steedman e outros. Estes negam a existência de um problema da transformação uma vez que se pode determinar o sistema de preços de produção sem necessidade da lei do valor. Tem-se um retorno aos clássicos através dos neo-ricardianos ou pós-sraffianos.

No âmbito marxista, o problema da transformação assume nova forma, sendo saudada por alguns como a solução do problema da transformação. Ou que o sentido da proposição de Marx estaria correto. Meek, Morishima, Médio, entre outros. Meek (1971, p.230), por exemplo, postula que Sraffa, como Marx, procura demonstrar que “o modo como as razões de preços se desviam das razões de trabalho incorporado são determinados pela razão entre trabalho direto e indireto na indústria cujas condições de produção representam uma espécie de ‘média’ daquelas que prevalecem em toda a economia.”

Deve-se lembrar que Engels expôs que o argumento definitivo contra a formulação anti-marxista será demonstrado ao se mostrar como se pode formar e se forma a taxa média de lucro, sem ferir a lei do valor, mas, ao contrário, fundamentando-se nela, ou seja, demonstrando como os preços de produção se fundamentam no valor trabalho, revelando as mediações entre valores e preços. Marx neste sentido assinalou que a taxa média de lucro é encontrada ao se dividir a mais-valia total produzida em toda a economia pelo total dos meios de produção da economia. Esta razão determina o modo como as razões de preço de equilíbrio se desviam das razões de trabalho incorporado. Portanto, se se encontrasse uma indústria em

que a composição orgânica do capital fosse igual à média social, ter-se-ia que a razão entre a mais-valia e os meios de produção seria igual a razão entre a mais-valia e os meios de produção de toda a economia. Neste caso, a taxa média de lucro em toda a economia seria determinada pela razão entre a mais-valia e os meios de produção desta indústria. Nesta indústria média de Marx, visto resultados de Sraffa, ter-se-ia que considerar as alterações que os salários exerceriam sobre os preços dos meios de produção empregados nesta indústria de composição média. O sistema Sraffiano satisfaz a proposição de Marx que estabelece a identidade simultânea entre as somas dos valores e dos preços de produção e entre as massas de mais-valia e de lucros, desde que respeitadas as restrições de considerar apenas o sistema básico e a de adotar o sistema como *numeraire* das equações de preço de produção. No entanto, como se conclui, as condições são por demais restritivas para que o sistema assim padronizado tenha relevância empírica.

Encontra-se mesmo em autores não marxistas, que não adotam a teoria do valor trabalho, a idéia de que os preços se desviam dos valores de forma sistemática. Robinson, por exemplo, afirma:

A chamada transformação dos valores em preços deu origem a muita controvérsia desorientadora, mas é apenas um quebra-cabeça matemático. Como Sraffa mostrou, as condições técnicas de produção e a parcela dos salários no produto líquido determinam a taxa de lucros, dando uma série de preços normais para determinados produtos, e a série correspondente de valores – o tempo de trabalho direta e indiretamente necessário à produção de uma unidade das respectivas mercadorias. Os preços não são exatamente proporcionais aos valores, mas são sistematicamente relacionados com eles de acordo com o nível da taxa de lucro. (ROBINSON, 1981, p. 41).

Este entendimento, ou seja, a possibilidade de se determinar tanto a taxa de lucro quanto os preços de produção, sem ferir a lei do valor, fundamentando-se nela, está implícito na formulação de Sraffa das quantidades datadas de trabalho, como se viu acima. Ver-se-á na seqüência que Garegnani e os Neoricardianos entendem que a taxa de lucro que relaciona os valores e os preços é a decorrente do setor de bens salário.

A crítica à posição neoclássica inspirada pela obra de Sraffa, a função negativa como exposta por Robinson, e a inexistência de dogmas estabelecidos leva à existência, ou à convivência, de propostas teóricas alternativas. Neste sentido, tem-se espaço para a assimilação, em maior ou menor grau, por uma teoria de *insights* de outra, como, por exemplo, os autores vinculados à abordagem Sraffiana do excedente que se propõem a tarefa

de reviver à abordagem clássica incorporando novos *insights*, como o princípio da demanda efetiva.

Tem-se, neste ambiente, um retorno, também, aos fundamentos de Keynes pela tentativa de expurgar os elementos neoclássicos na apresentação desse autor, ou seja, negar a síntese neoclássica da teoria geral (Hicks). A negação da síntese neoclássica leva a que exista a necessidade de absorção de novos elementos teóricos para se incorporar aos elementos fundamentais propostos por Keynes na teoria geral (pós-keynesianos). A importância de Keynes para o retorno aos clássicos e para a redescoberta do conceito de excedente, neste ambiente, será examinada na seqüência antes de se examinar o entendimento de Joan Robinson e o papel do excedente em sua análise.

Cada um dos itens acima resumidos como decorrentes da influência da obra de Sraffa exigiria um trabalho específico à parte, não se constituindo objeto do presente trabalho. No entanto, a direção das questões e o papel que o excedente (e do valor excedente) no rumo das questões acima expostas devem ser avaliados. Portanto, na seqüência, procura-se, frente à obra de Sraffa, examinar o pensamento de Garegnani, que procura mostrar através do exame dos clássicos e de Marx, inspirado em Sraffa, o núcleo das teorias do excedente.

6.1.2 Pierangelo Garegnani

Pierangelo Garegnani (1984) assinala os desenvolvimentos teóricos que abalaram a teoria dominante: a refutação de que o sistema econômico competitivo tenderia ao pleno emprego e à crítica a noção do capital como uma quantidade mensurável independente da distribuição. Afirma que a incerteza teórica se disseminou entre os economistas que acreditam que a antiga teoria dominante deve ser abandonada e novos enfoques teóricos devem ser explorados e se revela também pela natureza defensiva de muitos dos novos trabalhos ligados à teoria tradicional. Em decorrência dessa situação, Garegnani entende que vale a pena retornar a enfoque que possa ter sido prematuramente abandonado, visto suas repercussões sobre a ordem social. Passa a considerar o enfoque que tem seu centro na noção de um “excedente social”. Ou seja, o enfoque de Quesnay, Smith, Ricardo e Marx. No seu trabalho se apóia fortemente em Sraffa.

Garegnani procura delimitar o que entende como o centro das teorias do excedente (*Surplus*). Nota que nessa abordagem a determinação do tamanho do excedente era o foco em

torno do qual essas teorias de distribuição se moviam. Duas magnitudes eram supostamente conhecidas previamente para a determinação do excedente:

- 1- O Salário real, ou seja, as quantidades das diferentes mercadorias que entram nos salários.
- 2- O produto social, isto é, o agregado de mercadorias produzidas no ano.

Um dado produto social, conhecidas as condições de produção, implica um número conhecido de trabalhadores empregados. Este número de trabalhadores multiplicado pelo salário físico conhecido resulta a parte dos trabalhadores, o consumo necessário. O excedente, portanto, é determinado subtraindo do produto social o consumo necessário.

Garegnani assinala que a característica peculiar das teorias do excedente é seu caráter residual. Ou seja, existe a suposição de que salários e produto social podem ser previamente determinados, embora a diferença da forma como estes são determinados pelos diversos autores (Quesnay, Smith, Ricardo, Marx), como se viu nos capítulos 1 a 4.

Registra que o que estes autores têm em comum é a noção de um salário regulado por forças econômicas e sociais que seriam mais bem estudadas se realizadas separadamente daquelas que afetam o produto social e suas demais partes e não um conceito de salário regulado pelos meios de subsistência. Portanto, este entendimento sobre os salários explica o seu tratamento como um dado, ou magnitude de variabilidade independente, quando se aborda a determinação das outras partes do produto.

Por sua vez, o volume do produto social depende fundamentalmente de dois conjuntos de circunstâncias:

- a) o estágio alcançado pela acumulação de capital que governa o número de trabalhadores produtivos empregados;
- b) as condições técnicas da produção que regulam o produto físico que pode ser obtido dos trabalhadores empregados.

O produto pode assim ser considerado como um dado, magnitude de variabilidade independente.

Resulta que as teorias do excedente têm um núcleo que é isolado do resto da análise porque o salário, o produto social e as condições técnicas de produção aparecem como predeterminados. Garegnani observa que o salário real e o produto social são as variáveis independentes dentro do núcleo, mas que o tratamento destas magnitudes como variáveis independentes não implica a negação das possibilidades de influência do excedente sobre os

salários, sobre o produto social. Esse tratamento implica que estas influenciam na sua multiplicidade e diversidade, de acordo com as circunstâncias, sejam deixadas fora do núcleo, bem como todos os outros fatores determinantes do salário, do produto social e das condições técnicas de produção.

Garegnani (1984) observa que o produto social, os salários, e o excedente são agregados físicos. Na verdade, são agregados de mercadorias heterogêneas. A questão que se coloca é de como reduzir a uma unidade comum de medida as mercadorias heterogêneas. Retomará as questões postas nestas teorias até Marx. A título de exposição, Garegnani supõe que o consumo necessário adiantado ao início do ano, se reproduziu e que o lucro agregado possa ser obtido em termos físicos como um produto excedente. O produto excedente e o consumo necessário constituir-se-iam em mercadorias diferentes ou tomadas em proporções diferentes. A razão entre as duas magnitudes poderia mostrar a quantidade de produto excedente (mercadoria composta) por unidade de consumo necessário (mercadoria composta), mas não daria a taxa de lucros, isto é, a razão entre os valores das magnitudes.

Garegnani (1984) expõe: as duas magnitudes são dadas quando expressos em agregados físicos; serão dadas também quando expressas em magnitudes de valor? Se não for este o caso e se as magnitudes do valor forem dependentes da taxa de lucros, a determinação dos lucros como um excedente fica ameaçado. Assim, tem-se:

$$\text{Produto social} - \text{consumo necessário} = \text{Fração do produto que não o salário} \quad (1)$$

$$\frac{\text{Produto social} - \text{consumo necessário}}{\text{Consumo necessário}} = \text{Taxa de lucro} \quad (2)$$

Segundo Garegnani, pode-se cair num raciocínio circular quando, seguindo a abordagem excedentária, tenta-se determinar o lucro por diferença como é feito nas equações (1) e (2). Deveria-se conhecer o tamanho do produto social para determinar a taxa de lucro, mas só se pode conhecer o produto social determinando antes esta taxa de lucro. Garegnani considera que o valor do produto e do consumo necessário pode ser medido em termos de trabalho incorporado, supondo, portanto que a proporção entre lucros e salários é a mesma para todas as mercadorias, nos termos de Ricardo. Assim: $P-N/N$ (3)

Nessa Formulação as mercadorias são produzidas somente com os salários adiantados, desconsiderando os meios de produção.

Defende que Marx em sua análise da relação intrínseca que liga salários e lucros tomou o caminho aberto pelas teorias de valor de Ricardo. Para o autor, no que se refere ao

núcleo da teoria, o avanço básico de Marx sobre Ricardo é a teoria dos preços de produção, isto é, sua tentativa de solucionar o problema de mensuração dos agregados.

Entende que Marx em sua solução introduziu um avanço sobre Ricardo através da concepção do capital constante. Como o capital constante em Marx foi analisado no capítulo III, não se detém aqui no exame deste. Basta observar que a taxa de lucro passa a ser determinada por:

$$R = S / (C + V) \quad (4)$$

Garegnani (1984) afirma que a “mais-valia” (S) é equivalente ao (P-N) de Ricardo e é medida pela quantidade de “trabalho excedente”, sendo C e V as quantidades de trabalho incorporado no capital constante e no variável. Como se viu, no capítulo 3, Ricardo considerou que as mercadorias se trocavam de acordo com a quantidade de trabalho necessária para produzi-la, existindo modificações da regra em que as mercadorias se trocariam de acordo com o trabalho incorporado, mas seu argumento em relação aos lucros permaneceu baseado nessa regra.

Para Marx, no entanto, geralmente as mercadorias não se trocam de acordo com as quantidades de trabalho, pois, se assim fosse, as mercadorias produzidas com uma composição orgânica mais alta teriam uma taxa de lucro menor. A competição impede que as mercadorias se troquem na proporção do trabalho incorporado. Como se observou no capítulo sobre Marx, e como ressalta Garegnani, a divergência entre os preços relativos e as quantidades de trabalho incorporado implicam meramente numa redistribuição de mais-valia até atingir uma proporção uniforme para o capital total empregado.

Garegnani prossegue considerando dois setores, onde se tem uma taxa uniforme de lucros determinada pela seguinte operação, como prevê o esquema de Marx:

$$R = \frac{S_c + S_a}{(C_a + C_c) + (V_a + V_c)} \quad (5)$$

E então os preços de produção:

$$\begin{aligned} P_a &= (C_a + V_a) (1 + r) \\ P_c &= (C_c + V_c) (1 + r) \end{aligned} \quad (6)$$

Garegnani prossegue afirmando que Marx considerou a possibilidade de existir um erro, ao se considerar os valores do capital constante e variável, pois estes a rigor deveriam ser considerados como preços de produção. Mostra, ao considerar, a título de exemplo, uma economia com dois produtos, que ao se expressar o capital constante e o variável em termos

de preços obtém-se que a taxa de lucro uniforme será determinada pelas equações de preço simultaneamente com os preços relativos das duas mercadorias, como demonstra:

$$PC = (CcPa + VcPc) (1+r) \quad (7)$$

$$Pa = (CaPa + Va Pc) (1+r)$$

Bastando dividir as equações por um dos dois preços para se descobrir que as equações de Marx, pela hipótese de dois setores, possui somente uma variável desconhecida, ou seja, o preço relativo Pc/Pa .

Garegnani assinala que o tamanho da mais-valia muda em relação ao capital à medida que ela é distribuída. Esta mais-valia é um preço de produção, do produto excedente, e muda em relação ao capital se os preços relativos divergirem das correspondentes razões de trabalho incorporado. Afirma:

This surplus Value is in fact the price of production of the surplus product, and cannot but change relative to that of social capital when, with the redistribution of surplus value, relative 'prices' in general come to diverge from relative 'values'.
(GAREGNANI, 1984, p.308).

Ou seja, Garegnani ressalta que a taxa de lucro é um valor relativo do produto social (do valor do produto excedente) em termos de capital social (do valor do produto social) e não pode ser igual à razão entre a quantidade de trabalho incorporado nos dois agregados, a menos que as mercadorias em geral se troquem de acordo com o trabalho incorporado. Assinala que o erro de Marx consiste em uma tentativa de tratar como partes de um único método de determinação da taxa de lucro e preços, o que na verdade são dois métodos alternativos e equivalentes, notando que cada um deles é suficiente para determinar a taxa de lucro.

Garegnani entende que a relação lucro-salário pode ser obtida, também, a partir da equação $r = P-N/N$ de Ricardo. Ou pela equação $R = S/C+V$ de Marx, onde a taxa de lucro é a única variável desconhecida e as equações expressam a proporção que a mais-valia (ou produto excedente onde é possível) mantém com o capital. Esta alternativa depende da possibilidade de expressar os lucros e o capital em termos que sejam proporcionais aos seus valores, sem preços desconhecidos, de forma que a taxa de lucro seja a única variável desconhecida. Garegnani irá examinar esse método de equações de preços para determinar os lucros.

Esse método é uma generalização da equação 6, de acordo com o exposto em *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, por Sraffa, visto anteriormente. Garegnani observa que, quando se considera que o capital constante é composto de um conjunto de mercadorias, e não somente por uma, tem-se que o capital constante de cada indústria tem que ser distinguido em tantas quantidades de trabalho incorporado quantos forem os tipos de meios de produção, sendo que cada um tem um diferente preço de produção. Existe a suposição de um salário real uniforme e, portanto, tem-se que o capital variável se compõe de uma mesma mercadoria salário composta, que pode se designar um único preço resultante de suas mercadorias componentes. Assim, seguindo Sraffa, Garegnani pressupõe um número K de mercadorias a, b,....., k e :

- 1) “a”, por exemplo, sendo produzido com o capital constante. A_a, B_a, \dots, K_a consistindo, respectivamente, das mercadorias a,b,.....,k
- 2) Que “a” está sendo produzido também com uma quantidade L_a de trabalho direto equivalente ao capital variável V_a e à mais-valia S_a .

Tem-se que a quantidade de trabalho direto e indireto A incorporado na produção será:

$A = L_a + (A_a + B_a + \dots, K_a)$ e, sucessivamente, para B, C, ...K tem-se como quantidades análogas;

$B = L_b + (A_b + B_b + \dots K_b)$

$C = L_c + (A_c + B_c + \dots K_c)$

- 3) que w é a quantidade de trabalho necessária para produzir o salário real dado de forma que $L_a w$ passa a representar o capital variável V_a e, conseqüentemente, $L_b w$ de V_b , e sucessivamente.
- 4) Por fim completando as equações do sistema, tem-se que as quantidades de trabalho incorporado nos componente físicos de uma unidade da mercadoria salário, λ , que é escolhida como unidade de valor.

Assim tem-se:

$$[(A_a P_a + B_a P_b + \dots + K_a P_k) + L_a w] (1+r) = A P_a$$

$$[(A_k P_a + B_k P_b + \dots + K_k P_k) + L_b w] (1+r) = K P_k \quad (8)$$

$$a \lambda p_a + b \lambda p_b + \dots g \lambda p_g = 1$$

O sistema agora contém K+1 equações e incógnitas: a taxa de lucros r e os k preços de produção p_a, p_b, p_k .

Garegnani (1984) afirma que estas equações são as expostas em *Produção de Mercadoria por Meio de Mercadorias* e descendem das equações 4 e 5 de Marx, uma vez que essas sejam modificadas pela aplicação dos preços de produção ao capital constante e

variável. Afirma que para se estimar os capitais de acordo com os seus preços de produção teve-se a necessidade de distinguir o capital constante de uma indústria, diga-se a, nas quantidades Aa, Ba, \dots, Ka . Ao se realizar esta operação, torna-se dispensável a mensuração desta quantidade em termos de trabalho incorporado. Os preços de produção pa, pb, \dots, pk podem ser diretamente aplicados às quantidades a, b, c, \dots, k correspondentes (utilizadas como capital constante). A utilização dos preços de produção pode ser aplicável ao capital variável Law , que pode também ser medido em um montante físico de uma mercadoria salário composta.

Garegnani assinala que, ao se implementar a modificação proposta por Marx, tem-se o desaparecimento das quantidades de trabalho incorporado, e o que considera o mais importante, à possibilidade de determinação da taxa de lucros simultaneamente com os preços.

Garegnani, por fim, conclui que se tem uma solução para a determinação dos lucros quando se abandonam as hipóteses da mensuração por trabalho. Nesta, as premissas da abordagem do excedente, as quais o salário real e o produto social são dados para a determinação dos preços e da taxa de lucro, permaneceram intocadas e também, portanto, a noção dos lucros como resíduo. Entende, no entanto, que um raciocínio baseado na comparação entre equações e incógnitas de um sistema de $(K+1)$ equações simultâneas, não pode substituir a transparência das equações 2 e 3. Entende que a realidade não é tão simples como a exposta por essas equações. Mas que a perda da imagem proporcionada por essas seria uma perda. Passa, então, a realizar a determinação da taxa de lucro mantendo orientação que conserve tal imagem (o lucro como resíduo). Para tal, passa a considerar o método das equações *Surplus* e o setor de bens salários.

Garegnani (1984), portanto, procura determinar a taxa de lucro como um resíduo. Observa as equações de preço das mercadorias a, b, \dots, h . Estas mercadorias incluem: os bens salários a, b, \dots, g , componentes da “mercadoria salário” (composta) e também os seus meios de produção diretos e indiretos. A definição dessas mercadorias, cujo número indica por h (com $h < k$) implica que nas suas h equações de preços, encontram-se $h+1$ incógnitas, os h preços e a taxa de lucro r . Assim, essas h equações e mais a última equação do sistema 8 ($a\lambda_p + b\lambda_{pb} + \dots + g\lambda_{pg} = 1$), que define a mercadoria salário como a unidade de valor, serão suficientes para determinar a taxa de lucro e os h preços (mercadoria salário) independente das demais equações $(k-h)$.

Garegnani (1984), na esteira de Sraffa, mostra que somente as mercadorias componentes da mercadoria salário e os seus meios de produção importam para a determinação da taxa de lucro (Sraffa considera os produtos básicos). Lembra-se, novamente, antes de avançar, que Garegnani se propõe a determinar a taxa de lucro como um resíduo. As condições técnicas de produção das outras mercadorias - os bens de luxo e os seus específicos meios de produção - serão relevantes para determinar os preços dessas mercadorias, sendo a taxa de lucro da economia determinada pelos bens salários (H preços). Garegnani convida a observar mais de perto a parte do sistema produtivo que direta ou indiretamente reproduz os salários agregados adiantados aos trabalhadores no ano (bens salário). Expressa o produto líquido anual e os salários pagos em termos de trabalho comandado de Smith, ou seja, em termos de quantidade de trabalho que esses agregados de mercadorias podem comprar. Essas duas quantidades irão ser conhecidas antes de a taxa de lucro e de preços ser conhecida, mantendo a imagem procurada.

Observa Garegnani que o produto líquido em salários anuais de L trabalhadores irá evidentemente comandar L anos - de trabalho, onde L é o número de trabalhadores empregados na economia. Os salários pagos no setor de bem salário, por sua vez, serão para os L_v anos de trabalho requeridos para a produção direta e indireta do consumo necessário. Esses salários irão comandar L_v trabalhadores ano, onde L_v são os trabalhadores empregados no setor de bens de salário.

Segue-se que no setor de bens salário a quantidade de lucro em termos de trabalho comandado constitui um *Surplus Value* ($L-LV$) que é conhecida antes de a taxa de lucros e os preços relativos serem determinados. Este valor coincide com a mais-valia de Marx visto $L=V+S$ e $L_v=V$ restringindo a mais-valia do setor de bens salário, não da economia como um todo. Além disso, essa mais-valia está expressa, em termos de trabalho comandado e não em termos de trabalho incorporado.

O montante da mais-valia é $L-LV$, falta o cálculo do valor dos meios de produção. Garegnani reduz a trabalho comandado o valor dos meios de produção. Esse procedimento leva a expressar o valor no trabalho comandado dos meios de produção como uma função onde a taxa de lucro é a única variável desconhecida.

Garegnani (1984) considera a produção desses meios de produção como resultado de sucessivos estágios de produção (trabalho datado). O resultado desse procedimento é que o capital será reduzido a salários e a um resíduo de meios de produção que será encurtado, cada

vez mais, conforme se pretenda, e retroceda nos sucessivos estágios. A vantagem do procedimento é que os salários são medidos em trabalho comandado. Os salários avançados serão dados pelos trabalhos datados, mas a vantagem é que esta variável será conhecida, ao contrário dos meios de produção.

Para exemplificar, Garegnani considera uma economia onde os salários são constituídos apenas de milho. Os trabalhadores são distribuídos para produzir arado e cereal. O arado, por sua vez, não é produzido com a utilização de meios de produção. O milho é produzido com um arado por trabalhador. Os trabalhadores empregados no setor integrado de bens salário (L_v) serão utilizados metade na produção de cereal ($lv/2$) e metade na substituição de arados ($lv/2$). O capital avançado consistirá de salários e arados.

Se se observar os trabalhos datados, ver-se-á que $L_v/2$ anos de trabalho são aplicados no momento (-2) para produzir os arados que serão então usados no sucessivo estágio de produção junto com $L_v/2$ anos de trabalho (momento -1). Tem-se que os salários são reduzidos a trabalho comandado, a qual o capital total do setor de bens salário foi reduzido, sendo iguais aos trabalhos datados $L_v/2$ avançados em (-2) e $L_v/2$ avançados em (-1). A taxa de lucro emerge da distribuição do valor excedente ($L-L_v$) em proporção a ambos os salários avançados e o tempo que foram avançados, da seguinte forma:

$$L-L_v = r \frac{L_v}{2} + 2r \frac{lv}{2} + r^2 \frac{L_v}{2} \quad (9)$$

Sendo que $r \frac{L_v}{2}$ indica a parte da mais-valia alocada aos capitalistas que adiantaram os salários pagos no momento (-1). Os termos $2r \frac{lv}{2}$ e $r^2 \frac{L_v}{2}$ mostram a parte da mais-valia destinada aos capitalistas que adiantaram os salários pagos no momento (-2). Tem-se que a taxa de lucro é a única variável desconhecida do sistema.

Garegnani, com a finalidade de mostrar de forma mais clara os resultados da solução, divide ambos os lados da equação 9 por L_v , obtendo:

$$\frac{L-L_v}{L_v} = r \frac{1}{2} + 2r \frac{1}{2} + r^2 \frac{1}{2} \quad (10)$$

Assim do lado esquerdo da equação, encontra-se o valor excedente por trabalhador, em termos de trabalho comandado, no setor de bens salário. Garegnani nota que este é igual à mais-valia de Marx S/V e depende do nível do salário real e o trabalho direto ou indiretamente requerido para a produção. No lado direito da equação, tem-se a função que

expressa a quantidade de lucro por trabalhador, também expressa em trabalho comandado, necessária para pagar a taxa de lucro r .

A função, denominada por Garegnani de função lucro, depende da distribuição proporcional do tempo de trabalho na produção de bens salários. Esta função tem uma propriedade importante que se mantém para qualquer tipo de capital circulante ou capital fixo de eficiência constante. A taxa de lucros depende exclusivamente de duas circunstâncias: A razão $L-LV/LV$ entre mais-valia e salários do setor de bens salário e a distribuição proporcional do tempo de trabalho na produção da mercadoria salário que determina a função lucros.

Fica evidente também que um aumento de salário, na hipótese de manutenção da composição das mercadorias, levaria a uma diminuição da taxa de lucros, pois a razão $L-LV/LV$ (taxa de mais-valia) diminuiria com o aumento de L . Nesta situação, a “função lucros” permaneceria invariável.

No entanto, quando ocorre uma mudança da composição do salário real, decorrente de uma alteração de salário, a variação na taxa de mais-valia decorrente desta mudança pode ser acompanhada por qualquer alteração na distribuição temporal do trabalho necessário e, conseqüentemente, por qualquer alteração na “função lucros”. O resultado é que a taxa de lucros pode variar numa direção oposta à variação da taxa de mais-valia.

Garegnani (1984, p.319) afirma que este método revelou que a determinação da taxa de lucros do sistema está mais próxima das conclusões de Marx do que esperava. Ou seja, a taxa de lucros depende de duas circunstâncias: a taxa de mais-valia S/V e da proporção entre meios de produção e trabalho.

O erro de Marx se relaciona com a forma como concebeu a composição orgânica c/v . Ou seja, a proporção entre trabalho e meios de produção não pode ser expressa pela razão c/v , pois tem que ser expressa pela distribuição temporal proporcional do trabalho necessário à produção da mercadoria salário. Lembra que esta é uma conseqüência da impossibilidade de medir o capital por uma única magnitude que se constituiu em ponto-chave na crítica à teoria marginalista. Além disso, a proporção de trabalho para meios de produção, da qual depende a taxa de lucros, é a do setor integrado de bens salário e não da economia como um todo.

Deve-se mencionar que as equações neo-ricardianas se baseiam exclusivamente nos coeficientes técnicos de produção e na cesta de reprodução dos trabalhadores. A taxa de lucro difere daquela proposta por Marx, pois difere do quociente entre a mais-valia total e o valor

do capital total e depende somente da cesta de consumo dos trabalhadores e das condições (diretas e indiretas de sua produção), não sendo dependente das condições de produção dos bens de luxo ou dos meios de produção usados na produção dos mesmos. Portanto, pretende fundamentar a teoria dos lucros e preços exclusivamente nas condições físicas da produção e no salário real, dispensando a lei do valor.

A leitura de Marx efetuada por Garegnani e a conseqüente disposição de, a partir de Sraffa, formular um novo conjunto de proposições teóricas (a escola neoricardiana ou pós keynesiana) recebeu diversas críticas dos autores marxistas. Não se examina este ponto.

No entanto, uma breve avaliação de alguns pontos críticos destacados de forma mais intensa devem ser mencionados, Garegnani coloca Marx na tradição clássica *approach surplus* ao afirmar que a magnitude do excedente está determinada pela diferença entre produto e consumo necessário. A crítica levantada, por exemplo, por Chattopadhyay (2000), é que em Garegnani não se encontra nenhuma especificidade de Marx em relação a Ricardo, a não ser o ponto em que este destaca que Marx corrigiu o erro de Ricardo ao considerar o capital constante. Marx, por exemplo, afirmará que Ricardo não compreendeu a natureza do valor excedente ou do lucro, já supõe uma quantidade de trabalho definitiva de trabalho e pergunta como é dividido, quando a pergunta mais importante é como é criado. Ressalta que os clássicos trataram o capital como uma coisa e a produção capitalista como eterna. Marx mostra como o capital produz, mas também como é produzido. Ele não é um excedente em geral, mas um específico, forma específica de *surplus*, constituindo a forma do valor excedente, que produz o capital. Afirmar que o processo de produção criou o capital é somente outra expressão para dizer que este criou o valor excedente.

Garegnani (1984) afirma que o esquema analítico de Marx remanesce a Ricardo. Ou seja, a teoria do valor em ambos tem o mesmo papel: a finalidade era determinar a taxa de lucro e os preços relativos. A crítica marxista é de que o papel da teoria do valor de Marx era revelar a lei econômica do movimento da sociedade capitalista (gênesis, desenvolvimento). Garegnani de maneira descritiva descreve a exploração no sistema feudal e capitalista no sentido da distribuição desigual do produto entre o servo e o senhor ou entre o trabalhador assalariado e o capitalista, ou seja, a ordem existente não permite que o trabalhador aproprie o produto inteiro. Marxistas argumentam que Garegnani não se preocupa com a maneira específica que o excedente aumenta e é apropriado pelo capitalista. Para Marx, como se viu, a exploração é precisa. A taxa de valor excedente é a expressão exata do grau de exploração do

trabalhador pelo capitalista. Exploração é simplesmente a apropriação do valor excedente, do tempo de trabalho excedente, como se viu em Marx. Sem dúvida, a questão levantada pelos marxistas mostra a forma específica que surge e é apropriado o excedente na economia capitalista. Marx mostra, como ninguém, que a forma específica na qual o excedente não pago é tirado dos produtores imediatos determina a relação de dominação e de sujeição.

Portanto, a proposta de se obter a taxa de lucro e os preços diretamente dos coeficientes técnicos de produção e do salário real equivale, na prática, a escamotear sumariamente o conteúdo social incorporado nessas variáveis a começar pela exploração do trabalho. Ao se considerar os coeficientes técnicos, tem-se que ter em conta que estes aumentam ou diminuem com a dimensão e a intensidade do trabalho. A taxa de lucro é função da taxa de mais-valia. E a taxa de mais-valia é dependente da jornada e da intensidade do trabalho mostrando o equívoco de considerar os coeficientes técnicos sem o conteúdo social explicitado pela análise do valor trabalho. Ou seja, ao omitir a duração e a intensidade do trabalho, os neoricardianos desconsideram a dependência funcional da taxa de lucro em relação à taxa de mais-valia.

Pode-se verificar, no entanto, que Garegnani, ao procurar tratar o lucro (o excedente) como resíduo implicitamente, reintroduz a exploração como o motivo do lucro, ao contrário de Sraffa, como se viu, em que o excedente incluía não só os salários como também o lucro, e o nível de salário é uma incógnita.

Uma outra questão para ser refletida ao se questionar sobre a proposição de abandono da teoria do valor é que, na economia de Marx, se tem uma percepção do capital como um sujeito cujo objetivo é a expansão do valor, que se amplia e se realiza através do valor excedente, isto é, da riqueza abstrata, constituindo-se, portanto em um importante instrumento de análise da economia capitalista. Compreender que a finalidade diretora da economia capitalista é a produção de valor e não de valores de uso e, portanto, de valor excedente e não somente de produto excedente é importante para a compreensão do que determina a dinâmica da economia capitalista. O capital, enquanto fundo de valor, assume várias formas, tanto é dinheiro, como determinado estoque de “bens de capital”, como mercadorias produzidas que serão vendidas. A economia sraffiana ou *surplus approach* tem uma concepção do capital como um conjunto de bens de capital, ficando privado da possibilidade de tratar o capital como valor que se valoriza, como substância em movimento e perde, com isso, uma dimensão essencial da economia capitalista.

Por fim, deve-se mencionar que Garegnani, como os economistas nessa tradição, entende que, em decorrência da crise da teoria dominante, decorrente da crítica ao capital, é necessário desenvolver a demanda efetiva a partir da abordagem do excedente. Este assunto, ou seja, o princípio da demanda efetiva a partir da existência de um conceito explícito ou implícito de excedente será retomado na próxima seção onde a acumulação de capital ou a dinâmica, em detrimento de um modelo estático, será priorizada. Por questão de exposição, efetua-se um breve exame de alguns aspectos do entendimento deste autor, antes de se examinar o pensamento de Kalecki e Robinson.

6.2 O EXCEDENTE, A DEMANDA EFETIVA E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: PIERANGELO GAREGNANI, MICHAL KALECKI E JOAN ROBINSON.

A Teoria Geral de Keynes representou uma espécie de retorno do neoclassicismo para o classicismo, na medida em que Keynes, como Smith e Ricardo, interessaram-se, acima de tudo, pela questão da oscilação da renda global, diferente do problema neoclássico típico que consiste em distribuir de maneira mais racional uma determinada renda.

Meek (1971, p. 239) afirma que o trabalho de Keynes, neste sentido, contribui para a reabilitação de um conceito clássico como o excedente. Refere-se ao fato de que Ricardo considerava a acumulação como função do excedente social em particular, da parte consistente dos lucros. Assinala que, nesse momento, a idéia de que o volume de acumulação era determinado pela capacidade de acumular, tendia a predominar sobre a idéia de que ele era governado pela taxa de remuneração da acumulação. No entanto, no período pós-ricardiano predominou a idéia de que a poupança é uma função mais ou menos exclusiva da taxa de juros. Dessa idéia foi um passo para a idéia de que a poupança e os investimentos eram mantidos automaticamente iguais por alterações na taxa de juro.

A crítica ao trabalho de Keynes, que permitiu a transição do pensamento micro (neoclássico) para o macro (keynesiano), se dirigiu ao entendimento de que a poupança é uma função da taxa de juro; defendendo alternativamente que a poupança é uma função da renda. Keynes se preocupa com o estudo das causas das variações da renda. Mas a variação que preocupa Keynes é muito diferente da que preocupa Ricardo: Keynes estudou as forças que produzem a curto prazo; Ricardo analisou as forças responsáveis pelo aumento da renda a longo prazo.

Keynes, como Ricardo, salientou que se devia considerar a poupança como uma função da renda. Ricardo considerou que a acumulação é levada a efeito por uma classe social, a que se servia do excedente, do lucro (os trabalhadores não possuíam capacidade de acumular). Para Keynes, a poupança é uma função da renda agregada da comunidade em geral, abstraindo as diferenças entre as classes sociais. Deve-se chamar a atenção aqui, embora essa terminologia seja estranha a Keynes, que em termos clássicos essa poupança se origina do excedente da comunidade em geral.

Na verdade, existem duas interpretações da importância de Keynes. Uma delas está associada aos nomes de Garegnani, Eatwell e Milgate de orientação neo-ricardiana ou clássica. Nesta, a contribuição de Keynes das que a antecederam, é o ajuste do sistema diante de variações nos componentes exógenos da demanda (a discrepância entre a poupança e o investimento) via variações da renda e não da taxa de juros, como se destacou acima. Além disso, o mecanismo do multiplicador dá conta não apenas da mudança na variável de ajuste, mas permite também determinar a configuração de equilíbrio associada a cada valor das variáveis exógenas. Esta configuração, como é sabido, não supõe necessariamente o pleno emprego da força de trabalho ou a plena utilização da capacidade instalada.

A outra interpretação pode ser identificada como a escola Pós-Keynesiana encabeçada por Davidson, Kregel, Eichner e outros, em que o papel de destaque atribuído à incerteza que cerca qualquer decisão que envolva tempo e, em particular, a incerteza associada à decisão de investir. As duas interpretações parecem trazer aspectos capitais do pensamento de Keynes.

Com a crise da economia neoclássica e afastando-se da concepção de concorrência deste paradigma, o excedente (considerando ou não uma teoria do valor) passa a ocupar um papel destacado nas diversas concepções e teorias. O conceito de competição, no sentido de que esta envolve uma concorrência que envolve o preço, mas não somente os preços, mas o esforços do vendedor (fabricante) de ganhar lucros por todos os meios era pensada no paradigma neoclássico como a competição imperfeita. Como nos diz Blaug (1999, p.230):

[...] but it is of course ironic that the only competition that is ever observed in a capitalist economy is labeled imperfect¹²,

¹² [...] é irônico que a única competição que é observada na economia capitalista [por esta teoria] está definida como imperfeita.” (BLAUG, 1999, p.230, tradução nossa).

Assim, com a crise da teoria hegemônica, o central para a competitividade das empresas pode ser evidenciado, ou seja, a habilidade da firma de manter a parcela da produção (ou de ampliar). Na verdade a capacidade de conduzir a sua taxa de expansão é que é o critério de sua competitividade. E aqui se deve observar que é da relação entre o preço e os custos que aparece a margem de lucro, que, por sua vez, vai gerar uma capacidade de acumulação de recursos interna à firma. Estes recursos serão usados para financiar o crescimento em suas diversas formas. Além disso, a empresa por sua dimensão financeira pode participar no excedente ou no valor excedente gerado no sistema de forma a implementar os seus recursos internos e o seu crescimento. A competição é orientada, conseqüentemente, em torno do comportamento do investimento e não do comportamento de mercado por si mesmo.

Para os pós-keynesianos, em especial os “fundamentalistas” (os do segundo grupo), por exemplo, a decisão de investimento deve ser considerada como uma escolha de portfólio. Como se está assumindo que decisões de investimento são tomadas baseadas nas expectativas de longo prazo dos empresários sobre o futuro incerto, isso significa que, no curto prazo, os empresários podem não estar interessados em comprometer seus recursos financeiros em atividades produtivas. Além disso, para estes, a hipótese mais usual é a da escolha de um *mark-up*, um excedente sobre os custos, para obter um “retorno estratégico sobre um volume padrão de produção”. Na teoria de Keynes, o conceito de comportamento convencional é uma resposta à incerteza. A preferência pela liquidez, também, só se justifica como defesa contra a incerteza. A atividade de produção seria um destes processos para os quais a incerteza circundante seria relativamente pequena. Em contraste, decisões de acumulação de riqueza referem-se a escolhas muito mais incertas.

Keynes possuía consciência da finalidade da firma e da existência de um excedente entre os preços e os custos, pois afirmou (1979) que a firma tem como objetivo terminar com mais dinheiro do que começou. Para Keynes o comportamento de cada firma individual, ao fixar a sua produção diária, é determinado: “[...] pelas expectativas a curto prazo - expectativas relativas ao custo da produção em diversas escalas e expectativas relativas ao produto da venda desta produção.” (KEYNES,1983, p.43).

Mas Keynes não escapa das limitações do sistema Marshaliano e sua formulação quanto à determinação interna (à empresa) do investimento: “[...] limitou-se a percepção da

importância do grau de confiança (versus incerteza) atribuindo, porém, um papel nebuloso a subjetividade dos capitalistas - a seus *animal spirits*.” (COUTINHO, 1983, p. I-VIII).

Vê-se, portanto, que ao se permitir que a firma cresça com seus próprios recursos, se está introduzindo um novo elemento determinante do investimento, os recursos internos à empresa. Estes recursos internos à empresa, que se pode considerar que condicionam os limites do seu endividamento, podem ser utilizados para incrementar atividades produtivas bem como o investimento em atividades que sustentam a participação num mercado de concorrência imperfeita (tais como investimento em propaganda, diferenciação do produto). Neste sentido é que na esfera produtiva os elementos anteriormente subsumidos no grau de confiança, como a acumulação de recursos e a possibilidade de uso para garantir as vendas através da diferenciação do produto e propaganda, por exemplo, passam a ser explicitados, sem que, no entanto, o grau de confiança perca relevo. Antes não estava explícito, mas afetava o grau de confiança.¹³ Esse é um ponto que, a partir de Keynes, é possível avançar.

Deve-se, por fim, comentar de forma breve que após a revolução keynesiana que, a despeito de se prender a aspectos macroeconômicos vinculados ao curto prazo marshalliano, o enfoque na dinâmica capitalista volta à cena. Os artigos de Harrod, de 1939 e Domar de 1946 vinculam explicitamente a dinâmica capitalista a seus resultados de longo prazo. O objetivo de ambos, embora através de métodos diferentes, é demonstrar a instabilidade da trajetória de crescimento das economias capitalistas. Os autores demonstram analiticamente que o equilíbrio de *steady-state* é algo improvável, isto é, as variáveis endógenas do sistema não tendem a um estado de movimento estável. Em outras palavras, o equilíbrio com pleno emprego é um caso particular e instável em uma economia capitalista em crescimento. As economias capitalistas deverão, via de regra, apresentar um crescimento *irregular* – alternando períodos de crescimento acelerado com períodos de queda acentuada do nível de atividade econômica – e desemprego elevado, portanto em desacordo com a realidade do pós-guerra. Posteriormente autores pós-keynesianos, como, por exemplo, Nickolas Kaldor e Luigi Pasinetti, desenvolveram modelos em que a trajetória de crescimento de longo-prazo mostrava-se estável e caracterizada pelo pleno emprego da força de trabalho. Essas contribuições teóricas são atribuídas aos chamados *pós-keynesianos de Cambridge*, para os quais há uma íntima relação entre a distribuição funcional da renda e o crescimento. Ou seja,

¹³ O Gradativo acúmulo de recursos internamente à firma e a possibilidade de utilizar estes recursos para moldar ou influenciar a procura por seus produtos, dentro de certos limites, influencia o grau de confiança dos dirigentes da firma.

a distribuição da renda entre salários e lucros (na qual há sempre um excedente implícito) é fator fundamental para o crescimento econômico.

Tem-se também modelos de crescimento inspirados a partir dos trabalhos de Kalecki ,1954, e Steindl, 1956. Nessa classe de modelos se admite que o ajuste entre poupança e investimento seja feito através de variações no grau de utilização da capacidade produtiva; e não por intermédio de variações da participação dos lucros na renda. A distribuição da renda entre salários e lucros é determinada pela política de formação de preços das firmas, ou seja, pelas suas decisões a respeito do nível da taxa de *mark-up* sobre os custos diretos de produção.

Nesses modelos, deve-se mencionar a distribuição, ou seja, que a participação dos lucros e dos salários são variáveis fundamentais para o crescimento. Portanto, pode-se visualizar, pelo menos implicitamente que, em um grupo, o ajuste entre poupança e investimento é realizado através da participação do lucro na renda, poderia-se dizer, através do excedente na forma lucro e que para o outro grupo o ajuste ocorre através da utilização da capacidade produtiva, ou seja, de modificações no nível do excedente (em relação ao excedente potencial). Esta afirmação sobre o excedente potencial ficará mais evidente no desenvolvimento do presente capítulo.

Portanto, exposto, de forma geral, o impacto da *Teoria Geral* e o papel desta no questionamento à teoria hegemônica e sua contribuição para o retorno do excedente como categoria para análise da economia capitalista, passa-se a examinar a contribuição de Kalecki e Robinson. Previamente far-se-á uma breve avaliação de como Garegnani assimila a influência “keynesiana” na concepção do excedente. Este breve exame desse autor permite delimitar o contorno geral da pesquisa dos denominados “Neoricardianos ou Pós-sraffianos”.

6.2.1 - O Excedente e a Demanda Efetiva em Garegnani

Viu-se no capítulo anterior como Garegnani desenvolveu o núcleo das teorias do excedente. Garegnani no artigo *Notes on consumption, Investment and effective demand* (1978) passa a considerar o problema teórico posto pela influência, de longo prazo, do consumo sobre o investimento. A idéia pré-keynesiana é que o nível de investimento é determinado pela decisão da comunidade em poupar. Assim, consumo deve ser desestimulado para se obter um grande investimento. Garegnani afirma que a crítica de Keynes mostrou a fraqueza desse argumento, sendo esta crítica amplamente aceita no curto prazo. No entanto,

no longo prazo, a situação teórica permanece incerta. Afirma que os termos da discussão são modificados significativamente pela crítica à noção do “Capital” como um fator de produção. Afirma que a teoria tradicional, na qual investimento planejado se ajusta a poupança planejada, parece centrar na idéia de uma função demanda elástica com respeito à taxa de juro, e que esta idéia não tem sido questionada no curso da controvérsia keynesiana. Lembra que Keynes adotou o conceito de “eficiência marginal do capital” e focou sua crítica na noção de que a taxa de juro iria ser flexível suficiente para equilibrar a poupança e decisões de investimento.

No referido artigo nota, por exemplo, que a idéia de que a taxa de juros é o fator que provoca a igualação entre a poupança e o investimento atribuída aos clássicos por Keynes não pode ser encontrada em Ricardo. A taxa de juros aparece em Ricardo como um fenômeno subordinado ao rateio dos lucros e governado por este último. Nenhum papel é atribuído aos juros a não ser aquele de distribuir lucros entre aqueles que emprestam o dinheiro e aqueles que assumem o risco de empregar o capital na produção. Ricardo identificou a decisão de poupar com a decisão para investir. Segundo Garegnani, a lei de Say para Ricardo não era o resultado de uma análise do processo poupança-investimento, mas mais o resultado de uma falta de análise. Portanto, a teoria de Ricardo está aberta no sentido de que não fornece as premissas capazes de justificar a tendência do investimento se ajustar à poupança nem depende da existência de tal tendência. Conforme Garegnani, são as teorias marginalistas que consideram a distribuição como resultado da demanda e oferta de fatores de produção, que fornecem as premissas de que o papel da taxa de juros é de equilibrar as decisões de investimento e de poupança. A escola clássica de Keynes, portanto, tem pouco a ver com Ricardo. Deve-se lembrar que esta proposição clássica criticada por Keynes relaciona-se com a existência de forças que levam ao pleno emprego.

As proposições da teoria do juro são duas: a primeira refere-se à possibilidade de estabelecer uma relação inversa entre o volume de investimento planejado e a taxa de juro; a segunda refere-se à suposição de que a taxa de juros é suficientemente sensível para promover o equilíbrio entre a poupança e o investimento. Como consequência, se não se pode supor a primeira proposição então a segunda também não pode ser suposta também.

Keynes mostrou, deve-se registrar antes de avançar no exame da teoria marginalista, que a sensibilidade da taxa de juro para a divergência entre investimento e poupança de forma a eliminar esta pode ser prejudicada, visto que moeda tem valor por si, “moeda conta”, como

diriam os pós-keynesianos. O estado de expectativa também pode prejudicar, além da moeda, pois pode criar obstáculos ao equilíbrio no mercado de trabalho e de investimento. Portanto, a controvérsia relacionada à validade da tradicional teoria do pleno emprego se produz principalmente sobre os problemas relacionados à sensibilidade da taxa de juros.

A teoria marginalista da distribuição se articula na noção de fator de produção que pode ser empregado em proporções variáveis no sistema econômico. Os bens de capital estão entre estes fatores, e a aplicação da noção de fator a estes bens levanta uma série de problemas. Os bens de capital, como outros valores produzidos, assumem o valor decorrente de seus preços de oferta. Mas a livre competição envolve que a parte da renda nacional destinada aos proprietários desses bens, acima do que é necessário para a recolocação dos bens, tem de ser distribuída em proporção ao valor daqueles bens, produzindo uma taxa de retorno uniforme em todos os tipos de bens de capital.

Neste ponto, Garegnani nota que se se considerar a taxa de lucro uniforme, do ponto de vista destas teorias (marginalistas), onde cada taxa de remuneração é o preço do serviço do fator, os vários bens de capital terão que aparecer como as quantidades, medidas por seus valores, de um único fator de produção: o capital. A taxa de retorno do capital será determinada pelas condições de demanda e oferta deste fator especial. Ou seja, o juro é considerado como o preço para os serviços do “capital”, determinado pelas condições de demanda e oferta deste fator, simultaneamente como o preço do uso dos outros fatores.

Garegnani lembra então que se deve identificar um fator de produção, o capital, como uma quantidade valor que pode assumir a forma de um bem específico, apropriado para a situação. Mas a questão é que a quantidade de capital não é definida até que se tenha especificado o padrão na qual o valor será mensurado.

Garegnani procura demonstrar a fraqueza das premissas decorrentes da noção de uma função de investimento elástica com respeito à taxa de juro, independente destes obstáculos. A introdução do fator “capital” é incompatível com a lógica na qual o esquema marginalista de fator de produção repousa.

O autor argumenta que os fatores de produção são empregados na teoria marginalista conforme varia o preço dos seus serviços. Mas acontece que esse princípio só pode ser deduzido das condições do equilíbrio na produção, se as quantidades do fator puderem todas

ser definidas independente do sistema de preços, pois como Sraffa demonstrou não existe uma quantidade de capital independente da taxa de lucro. Ou seja, existe a possibilidade de inversões na direção dos movimentos dos preços, mesmo quando os métodos de produção permanecem inalterados ao se alterar a taxa de lucro.

Garegnani afirma:

As the rate of interest and the wage rate vary, the Switch of the switch of techniques or the change in the relative outputs of consumption goods might well change the proportions between the two factors in a direction contrary to that assert in marginalist theory. (GAREGNANI, 1978, p.350).

A dependência do valor do capital da distribuição torna sem sentido comparar as proporções de capital/trabalho requerida para diferentes técnicas, ou em diferentes linhas de produção, e mesmo recorrer a alguma comparação entre a proporção dos dois fatores, capital e trabalho, na economia a diferentes taxas de juros.

O autor afirma que a ordem na qual as técnicas para a produção das mercadorias são elencadas, com referência às suas proporções de capital/trabalho irá depender do sistema de preços relativos, e, portanto, da taxa de juros ou dos salários na qual a comparação é feita. Acontece que nesta comparação a razão capital/trabalho irá mudar de direção com a variação da distribuição. Irá depender das mercadorias em termos da qual o valor dos bens de capital é mensurado. A mudança na taxa de juro muda a relação em tal caminho que quando se avalia por um padrão, tem-se um aumento na razão capital/trabalho, quando se examina por outro padrão, tem-se uma diminuição nesta razão.

Garegnani passa a analisar a relação entre a taxa de juro e o valor dos bens de capital em uso, assumindo como constante a quantidade de trabalho empregado e o equilíbrio no mercado para os produtos. Entende que o valor dos bens de capital empregado irá variar com a taxa de juro por dois caminhos diferentes.

Em primeiro lugar, existe as mudanças no valor do capital físico empregado em que não existe correspondente mudança física no capital. Estas mudanças serão devidas à mudança no valor relativo dos bens de capital em relação à mercadoria usada como padrão de valor. Em segundo lugar, existem as mudanças no valor do capital na qual existe a correspondente mudança física no capital. Garegnani assinala que a tese tradicional, de que a

queda da taxa de juro iria garantir um aumento físico, é uma conclusão inválida, pois agora se sabe que não existe razão para que este tipo de mudança deva ter um sinal maior do que o outro. Argumenta que, quando se combinam esses dois tipos de mudança de valor, pouco ou nada da validade geral permanece da forma de relacionamento entre o valor do capital físico e a taxa de juros.

Garegnani afirma então que, mesmo sob a hipótese de uma quantidade constante de trabalho empregada, é difícil imaginar a relação entre o valor dos bens de capital e a possível taxa de juro como uma função demanda por capital. Isto é, como a base de uma função demanda por recursos investíveis, capazes de determinar, junto com a função oferta de tais recursos, a taxa de juro.

Para o autor, mesmo a hipótese da constância na quantidade de trabalho não tem validade. A teoria tradicional assume um mecanismo que equaliza a quantidade demandada e ofertada de trabalho e, portanto, garante que a quantidade empregada iria permanecer constante. No entanto, entende Garegnani que a relação salário real e trabalho empregado apresenta as mesmas características com relação às quantidades de capital e taxa de juro¹⁴.

Afirma que estes fatos lançam dúvidas sobre a explicação da distribuição em torno da demanda e oferta de fatores, por razões totalmente independentes de qualquer argumento keynesiano que considere os obstáculos que a moeda ou o estado das expectativas possam levantar para a tendência ao equilíbrio no mercado de trabalho e investimento.

Entende que estas são as fraquezas da noção de uma função por investimento elástica com respeito à taxa de juro. Portanto, mesmo que se possa admitir que a taxa de juros é sensível à divergência entre investimento planejado e poupança planejada, não se pode defender que a taxa de juro pode garantir que as decisões para investir irá se ajustar para as decisões para poupar, nem para defender que a demanda agregada irá tender para o nível compatível com o pleno uso dos recursos produtivos disponíveis na economia.

Garegnani assinala, portanto, que tanto para um período longo de análise, como para o curto prazo, o nível de investimento deve ser considerado independente da propensão a poupar. Destaca, em decorrência, duas possíveis situações: A primeira é aquela na qual o incentivo para o investimento privado permanece, por longo período de tempo, em um nível que a demanda agregada pressiona os limites da capacidade produtiva disponível, em quase todos os maiores setores da economia. Neste caso haverá tendência a existir inflação, que

¹⁴ Uma modificação na distribuição afeta os preços das mercadorias salário (o salário real).

pode reduzir o consumo, para dar lugar ao forte nível de investimento. Assinala que em tais condições a queda ou a redução do consumo - especialmente daqueles bens que estão ligados ao equipamento produtivo que pode ser usados para bens de investimento - pode resultar em um efeito de reconciliar o alto nível de investimento com estabilidade de preços.

A segunda situação, que entende como a mais usual, é aquela em que o investimento privado não alcance o limite disponível da capacidade produtiva. Neste caso, uma queda ou uma redução do aumento no consumo pode não ter nenhum efeito direto no aumento do investimento, sendo que o efeito indireto pode ser negativo em decorrência de redução da demanda do consumidor e a redução do incentivo para investir.

Pode-se observar que a afirmação de Garegnani pressupõe, de forma implícita, a concepção de um excedente potencial associado com a introdução de um conceito “keynesiano” como o incentivo a investir. Da mesma forma, pode-se constatar em Robinson um desenvolvimento similar, como ver-se-á.

Garegnani argumenta que a refutação de Keynes à plena utilização dos fatores repousa essencialmente no questionamento à teoria do juro como o equilibrador da poupança e do investimento, e não na rigidez dos salários nominais. Como esta teoria, do juro, decorre da explicação dominante da distribuição, que é centrada na oferta e demanda de fatores de produção, decorre que a crítica da concepção do capital que dá base a esta teoria fornece um suporte melhor do que o fornecido por Keynes para estabelecer o princípio da demanda efetiva a longo prazo. Argumenta Garegnani que a teoria apropriada para desenvolver a demanda efetiva é fornecida pela abordagem do excedente, da distribuição encontrada nos economistas clássicos e em Marx. Garegnani entende que o núcleo central da teoria, ou seja, das teorias do excedente, *surplus approach*, deve ser amparada por teorias auxiliares, tais como a da demanda efetiva e do nível do produto e emprego (combinadas com estas)¹⁵. Garegnani, no entanto, descarta as expectativas, como expõe Robinson, por achar que elas introduzem um elemento ilegítimo no longo prazo. Robinson, ao contrário, entende que é a expectativa de lucro que constitui, a qualquer momento, a força-motriz da acumulação. Optou-se, portanto, pelo exame da obra de Robinson e Kalecki, não avançando no exame da obra de Garegnani, no que se refere ao exame do excedente e da demanda efetiva na análise da acumulação da economia capitalista. O excedente e as expectativas, a acumulação e o

¹⁵ Luigi Pasinetti, nesse sentido, afirma: “A teoria de Keynes de procura efetiva, que continuou resistente à reconciliação com a teoria econômica marginal, quase não suscita problemas quando inserida diretamente nas discussões anteriores dos economistas clássicos” Pasinetti (apud Robinson, 1979, p.153).

progresso técnico serão tratados, portanto, no exame de Kalecki e Robinson na seqüência, por questões de delimitação do trabalho, como anteriormente exposto no início do capítulo.

6.2.2 O Excedente e a Demanda efetiva: Michal Kalecki

Michael Kalecki possui juntamente com Keynes um lugar destacado no pensamento econômico, em especial por sua contribuição ao problema da realização da mais-valia (do excedente), ou seja, a determinação da demanda efetiva e com o que posteriormente passou a se tratar na literatura como crescimento econômico. Ao surgir a *Teoria Geral* de Keynes, Kalecki, como é bem conhecido, já havia estabelecido a primeira formulação precisa e sistemática do papel da demanda efetiva no processo de reprodução capitalista.

Os clássicos entendiam, como se viu, que, quanto maior fosse a poupança maior seria a acumulação do capital. A parte da produção não consumida, isto é, poupada, seria utilizada para a acumulação. Ou seja, como exposto por Say, um produto ao ser criado gera um mercado para outros produtos em toda a grandeza de seu próprio valor. Portanto, se é a produção que cria a demanda, então esta última tem um papel passivo. A acumulação do capital e o progresso econômico dependem apenas da produção, não existindo obstáculo pelo lado da demanda.

Para Ricardo, como exposto anteriormente, a parte poupada da renda seria utilizada para a acumulação do capital ou para empréstimo para outros capitalistas, que a usariam para acumulação: assim, toda poupança se transformaria em acumulação de capital e seria vendida.

Portanto, a acumulação de capital e o crescimento econômico passam a ser determinados apenas pelas condições de produção. Em conseqüência, quanto maior for a taxa de lucro maior será a taxa de poupança e maior a taxa de acumulação. Como conclusão os salários passam a condicionar a acumulação do capital¹⁶.

Kalecki está familiarizado com os esquemas de reprodução de Marx e com a literatura marxista de realização. Embora não utilize a terminologia de Marx em seus escritos, é notória a influência dos estudos desse autor sobre os esquemas de reprodução, e os respectivos desdobramentos na literatura sobre seu pensamento.

¹⁶ Ricardo propunha a abolição da lei dos cereais, conforme exposto no capítulo 3, de forma coerente com este entendimento, pois o encarecimento dos meios de subsistência afetaria a taxa de lucro e, portanto, a acumulação.

Portanto, a partir do modelo de reprodução de reprodução de Marx e do debate que se sucedeu, como se viu no capítulo IV, na seção 4.1, Kalecki desenvolve o entendimento sobre a demanda efetiva, a realização no processo de acumulação de capital.

Como se observou no referido capítulo, o valor da oferta é igual a $P = C + V + S$, mas para produzir o custo para os capitalistas foi $C + V$ e, portanto, a sua oferta é maior do que sua demanda. Dessa forma se os capitalistas realizarem somente $C+V$ eles não realizam a mais-valia, os lucros. Neste ponto surge a questão levantada por Rosa: Como surge a demanda para S ? Como é que os capitalistas conseguem em conjunto realizar a mais-valia, auferir lucro? A resposta, que Kalecki esclarece de forma clara, é que estes comprem um dos outros mercadorias em um montante maior do que a correspondente ao valor $C+V$. Estas mercadorias são os bens de consumo por estes utilizados e os bens de investimento que utilizam na acumulação. Por conseguinte, a realização do valor excedente depende destes gastos. Ou seja, os lucros serão determinados pelo investimento e o consumo capitalista. Kalecki desenvolve gradativamente e de forma específica este entendimento e seus desdobramentos como ver-se-á a partir da análise de parcela de sua obra na seqüência.

Kalecki observa em *O Problema da Demanda efetiva em Tugan Baranovski e Rosa de Luxemburg* (1977b) que os dois autores cometeram erros em suas teoria: Rosa de Luxemburg exagerou a importância dos mercados externos para a reprodução ampliada, ao considerar como relevante o total das exportações e não as importações líquidas. Da mesma forma, ao incluir os gastos públicos, como a demanda de armamentos, na categoria de mercados, considerou o total do gasto governamental sem diferenciar o gasto financiado por déficits ou pelos lucros, de um lado, do gasto financiado pelos salários, de outro, pois este último não eleva a demanda global apenas transfere o consumo dos trabalhadores para o governo¹⁶. Por último, Rosa não trata do progresso técnico como determinante, e nesse sentido como “Demanda Externa”. A teoria de Tugan, por sua vez, como já se observou, não é capaz de apresentar um motivo para os capitalistas investirem exatamente o necessário para garantir a plena utilização da capacidade produtiva num processo de longo prazo.

Kalecki, através de uma argumentação diferente da de Rosa de Luxemburg, também partilha da opinião de que a reprodução ampliada não é um processo natural no capitalismo,

¹⁶ Uma outra forma de se expor estes argumentos, com outra terminologia, é afirmar que os gastos realizados financiados pelos salários (através dos impostos) na verdade diminuem o salário real aumentando o excedente (os lucros) e, portanto, as dificuldades de realização. Este ponto ficará mais evidente com o desenvolvimento da exposição da argumentação de Kalecki e Robinson.

mas depende principalmente de certas propriedades do progresso técnico em sentido amplo, não sendo descartada, no entanto, a importância dos “mercados externos”.

O progresso técnico expande as possibilidades de investimentos, mas não é garantia de que o investimento gerado seja suficiente para atingir a plena ocupação da capacidade produtiva nem para manter seu nível de utilização. O pensamento de Kalecki é influenciado por Rosa e Tugan no que diz respeito à análise da demanda efetiva do ciclo endógeno e até mesmo do papel do progresso técnico, por outro, inova independentemente no que se refere à relação consumo-lucro-investimento, ao risco crescente e a uma teoria das decisões de investimento.

Kalecki em *O Mecanismo de Recuperação Econômica* (1977c) expõe que durante a Depressão o existente equipamento de capital é utilizado em pequeno grau: o equipamento ocioso é a contrapartida da força de trabalho desempregada. Pergunta a que se deve atribuir o fato de que o proprietário do equipamento ocioso, que encontra uma oferta permanente de trabalho desempregado, não se empenha na produção? Afirma que qualquer empresário individual certamente responderia que isso seria uma proposição não lucrativa, pois os preços que ele poderia vender sua produção nem mesmo cobririam seus custos correntes, isto é, as despesas com matérias-primas, salários, impostos etc. Assim, uma redução de salários é recomendada como uma forma de superar a depressão.

Kalecki passa então a supor que os salários bem como os impostos são reduzidos. Os empresários visto a melhora na relação preços-salários utilizam seu equipamento em toda a capacidade e, conseqüentemente, desaparece o desemprego. Kalecki neste momento indaga: a Depressão está superada? Responde que de jeito nenhum, visto que os bens produzidos ainda têm que ser vendidos. Agora a produção se elevou consideravelmente e, como resultado do aumento na relação preço-salário, a parte da produção equivalente aos lucros (incluindo a depreciação) dos capitalistas (empresários e rentistas) cresceu ainda mais¹⁷.

Uma pré-condição para o equilíbrio a esse nível mais alto de produção é a de que a parte dela que não é consumida pelos trabalhadores ou pelos funcionários públicos deve ser adquirida pelos capitalistas com seus maiores lucros; em outros termos, os capitalistas devem gastar imediatamente todo seu lucro adicional em consumo e investimento.

Kalecki passa a examinar uma situação diversa, onde o aumento do investimento *per se*, sem uma diminuição do salário, causa uma elevação da produção. Supõe que, como

¹⁷ Ou seja, por hipótese, o excedente potencial ou os “fatores de distribuição” alteraram-se. Ou mesmo nos termos de Robinson, como ver-se-á, a razão de exploração se modificou.

resultado de alguma inovação tecnológica importante, há um aumento do investimento associado a sua propagação, e que para os capitalistas é possível estimular seus investimentos, mesmo se seus lucros não aumentaram ou se seu consumo não foi diminuído *ad hoc*. O financiamento do investimento adicional é realizado pela assim chamada criação de poder de compra. Há um aumento da demanda por créditos bancários, e estes são concedidos pelos bancos. Os recursos usados pelos empresários para a construção de novos estabelecimentos atingem as indústrias de bens de investimento.

Essa demanda adicional põe em operação o equipamento ocioso e o trabalho desempregado. O aumento do emprego é uma fonte de demanda adicional por bens de consumo e isso, por sua vez, gera um nível mais alto de emprego nas respectivas indústrias. Finalmente, a despesa de investimento adicional vai, diretamente e através dos gastos dos trabalhadores, para os bolsos dos capitalistas (está-se supondo que os trabalhadores não poupam). Os lucros adicionais retornam aos bancos como depósitos. Os créditos bancários aumentam em montante igual ao investimento adicional, e os depósitos em valor igual aos lucros adicionais. Kalecki afirma em *O Mecanismo da Recuperação Econômica*:

Nas seções anteriores encaramos o problema de se os lucros resultantes da redução de custos são investidos. No caso agora considerado, os lucros, para usar um paradoxo, são investidos antes mesmo de existirem. Os lucros que não são investidos não podem ser mantidos porque são eliminados pela subsequente queda da produção e dos preços. A criação de poder de compra para financiar o investimento adicional eleva a produção do baixo nível atingido na depressão e, assim, cria lucros iguais a esse investimento. (KALECKI, 1977c, p.24).

Nessa mesma obra pode-se observar de que forma o excedente está presente quando Kalecki utiliza alternativamente a poupança para mostrar como ocorre a realização da produção e do valor excedente (considerando a demanda efetiva).

Kalecki utiliza a hipótese de um sistema fechado onde as despesas e a arrecadação são negligenciáveis. Distingue as seguintes classes sociais: capitalistas, trabalhadores e pequenos proprietários. Supõe que os trabalhadores e pequenos proprietários consomem toda a renda. Considera:

I - Bens de investimento - substituição e expansão de equipamentos mais acumulação de estoques.

II - Bens de consumo, incluído os bens intermediários que lhe são necessários.

O valor da produção de cada setor será dividido em consumo, que se representa aqui por $C1$ ou $C2$ e poupança que se designa por $S1$ ou $S2$. Assim $I = C1+S1$ (Setor de bens de Investimento) e $II = C2+S2$ (setor de bens de consumo).

O **consumo do departamento I ($C1$)** é suprido pelo departamento II, ou seja, parte da produção dos bens de consumo do departamento II é consumida nesse mesmo departamento pelos trabalhadores, pequenos proprietários e capitalistas; e parte não, pois como estes últimos não consomem todos os seus lucros, surge um excedente de bens de **consumo nesse departamento** correspondendo **à parte não consumida dos lucros**, ou seja, à poupança neste departamento, $S2$. (O excedente do dep. II serve para o consumo no dep. I).

É evidente, portanto, que o consumo no departamento I é igual à poupança no departamento II. Ou seja, $C1=S2$. O excedente de bens de consumo no departamento II é vendido ao trabalhador e capitalista do departamento I. Essa equação básica, como se viu, pode ser encontrada na discussão dos esquemas de reprodução ampliada de Marx.

Além disso, essa equação é equivalente à igualdade entre a poupança e o investimento, pois se $C1=S2$ e se $I= C1+ S1$ então $I= S2+S1$. Ou seja, $I=S$

Ou alternativamente como $I = C1+S1$ e $C1=S2$ tem-se: $C1 + S1 = S2+S1$

O lado esquerdo dessa equação nada mais é do que o valor do produto do departamento I, ou seja, o investimento total I. O lado direito é a soma da poupança em ambos os departamentos, ou a poupança total S. Assim, essa equação é equivalente a $I = S$.

Conforme Kalecki, essa equação mostra que em certo sentido o investimento financia a si próprio. O autor assinala, por exemplo, que se o investimento no decorrer de sua execução for financiado por crédito bancário ou pelas reservas líquidas das firmas ver-se-á que o investimento, na medida em que é levado a termo, cria sua contrapartida na poupança. Uma parte da poupança surge diretamente no departamento I (no próprio setor de investimento). A segunda parte da poupança é o equivalente da venda do excedente de bens de consumo do departamento II aos trabalhadores e capitalistas do departamento I. Essas poupanças realizadas pelos empresários que lucraram com a demanda gerada pelo maior investimento acumulam-se como depósitos. Se o investimento é financiado pelas reservas líquidas dos empresários em questão, o processo resultará numa transferência dos depósitos desses empresários para outros capitalistas. Se o investimento, segundo Kalecki, é financiado por crédito bancário a curto prazo, as poupanças em forma de depósitos serão disponíveis para

absorver a emissão de debêntures e ações pelos empresários que estão investindo. Assim, estes últimos estão em condições de pagar os créditos bancários contraídos.

Finalmente, se o investimento é financiado por crédito bancário a longo prazo, a poupança, que é a contrapartida do maior investimento, dilatará os depósitos ou será usada para o pagamento dos empréstimos bancários. Assinala que, para o volume de investimento, não há limites financeiros no sentido formal. O problema real é se esse financiamento do investimento cria ou não pressões inflacionárias.

Kalecki, ao procurar mostrar se um determinado volume de investimento produz pressões inflacionárias, deixa implicitamente demonstrado que esta pressão está condicionada pela dimensão do investimento e do excedente. Para Kalecki o ponto crucial, no problema de se certo nível de investimento cria ou não cria pressões inflacionárias, são as possibilidades de expansão da oferta de bens de consumo em resposta a sua demanda. Supõe que, enquanto o investimento é aumentado, a produção de bens de consumo não pode ser acelerada porque as capacidades produtivas já estão plenamente utilizadas no princípio do período considerado e não se expandem no decorrer desse período. Em tal caso, o aumento no departamento I da procura de bens de consumo causaria uma elevação do preço desses bens. Os preços crescerão até o ponto onde os lucros poupados, S_2 , serão iguais a C_1 , e os salários reais cairão. A reação dos trabalhadores à redução dos salários reais consistirá numa demanda por maiores salários monetários e, assim, terá início uma espiral de preços e salários. Assim, pode-se verificar que o investimento aumentado no setor I não pode ser efetuado, pois o excedente existente no setor de bens de consumo não permite a implementação de uma maior quantidade de trabalhadores (ou de trabalho) no setor I. Note-se que o aumento de bens de consumo destinados ao setor I é necessário para os trabalhadores aumentarem a produção dos bens de investimento. Kalecki mostrará que o investimento só poderá ser implementado através da inflação, pois esta fará surgir o excedente necessário no setor de bens de consumo para implementar o investimento pretendido. No entanto, a realização do nível de investimento e da inflação estará condicionada pela luta pela distribuição entre salários e lucros.

Kalecki assinala que, na situação em que a capacidade de produção do setor II é suficiente para atender o aumento do investimento (da produção do setor I), quer porque a capacidade de produção do departamento já é adequada, quer porque ocorrem investimentos durante o período, se terá, nesse caso, um aumento da produção, e não dos preços, que será elevada até o ponto onde S_2 é igual a C_1 . Em outras palavras, **a produção do departamento**

II aumentará a tal ponto que o **excedente nesse departamento** correspondente à parte dos lucros que não é consumida, S2, será igual, a preços constantes, ao ampliado C1.

Assim, através da utilização de parte do excedente potencial (ou de sua totalidade) do setor II, decorrente da maior utilização da capacidade produtiva do equipamento do setor 2, é possível aumentar a produção do setor I (bens de investimento) e, por conseqüência, da economia como um todo. Esta questão ficará mais clara com Robinson.

Kalecki entende que o investimento pode ser limitado. Considera que isto pode ocorrer não por causa das dificuldades de financiar seu aumento sem causar inflação, mas por causa da indisposição dos empresários de expandir suas aplicações de capital. Em tal situação, o investimento público adquire uma importância crucial para o processo do rápido desenvolvimento econômico.

Kalecki em *Teoria da Dinâmica Econômica* (1983), na parte segunda, trata sobre a determinação dos lucros e da renda nacional. No capítulo sobre os lucros e o Investimento, Capítulo IV, dentro de suposições simplificadoras, trata inicialmente do consumo dos capitalistas para, ao final do processo, concluir pela dependência dessa variável da variável investimento, ou seja, o investimento é a variável fundamental. Não se reproduz aqui a formalização algébrica utilizada pelo autor para demonstrar tal entendimento, pois foge aos objetivos pretendidos. Kalecki mostra, no entanto, que os lucros atuais são determinados pelo investimento corrente e pelos lucros no tempo anterior, ano anterior, por exemplo. Por sua vez, os lucros do ano anterior serão determinados pelo investimento do ano anterior (T-1) e pelos lucros do ano que antecede o anterior (T-2), e assim sucessivamente. Kalecki ressalta que os lucros ao tempo t são função linear do investimento ao tempo t, t-1, t-2 e que os coeficientes de investimento I_t , I_{t-1} , I_{t-2} nessa relação serão 1, q, q² etc., respectivamente. Como q é menor que 1, provavelmente bem menor que 1, a série 1, q, q² será rapidamente decrescente e conseqüentemente, segundo Kalecki, entre I_t , I_{t-1} , I_{t-2} ..., somente os coeficientes relativamente perto no tempo contarão na determinação dos lucros P_t . Os lucros, desse modo, serão função tanto do investimento corrente como do investimento recente. Os lucros seguem o investimento com um hiato temporal. Como resultado, deve-se realçar, até esse momento, que Kalecki marca a dependência dos lucros ao investimento. Ou seja, o lucro será uma função do investimento.

Kalecki afirma que a poupança dos capitalistas antecede os lucros. Esse resultado pode parecer um paradoxo, conforme Kalecki. O senso comum sugeriria a seqüência contrária, isto

é, que a poupança é determinada pelos lucros. Mas não é o caso. O consumo dos capitalistas em certo período resulta de suas decisões baseadas nos lucros do passado. Uma vez que, entretanto, os lucros mudam, a poupança real não corresponde à disposição de renda pretendida. A poupança real que é igual ao investimento irá preceder os lucros.

Para Kalecki, os lucros são iguais aos gastos em investimento e consumo capitalista. E os trabalhadores não poupam, qualquer que seja o nível de investimento no período. Portanto, as variações dos lucros não afetam o consumo dos capitalistas, pois este está determinado pelos lucros do passado. Assim, o investimento se transforma em lucros não consumidos, igual ao volume de poupança.

Na parte quarta da *Teoria da Dinâmica Econômica*, que trata sobre a determinação do investimento, Kalecki subdivide sua análise em dois capítulos: no capítulo 8 considera o capital da empresa e o investimento, e na seqüência, no capítulo 9, se dedica particularmente à determinação do investimento.

Kalecki destaca que a limitação do tamanho da firma pelo mercado para seus produtos é bem real, mas ainda assim não explica a existência de firmas grandes e pequenas dentro do mesmo ramo. Há, contudo, um outro fator de importância decisiva na limitação do tamanho de uma firma: O capital da empresa, isto é, a quantidade de capital que a firma possui. O acesso de uma firma ao mercado de capitais, ou, em outras palavras, o volume do capital que pode esperar dos investidores é determinado, em grande parte, pelo volume do capital dessa empresa. Seria impossível uma firma tomar emprestado capital acima de certo limite determinado pelo volume de seu capital de empresa. Assim, uma firma que pense em expandir-se deve encarar o fato de que, dado o volume do capital da empresa, o risco aumenta com a quantia investida. O tamanho de uma firma, portanto, conforme Kalecki, é circunscrito pelo volume do capital da empresa, tanto através de sua influência na capacidade de conseguir capital emprestado como através de seu efeito no grau de risco.

A expansão de uma firma depende da sua acumulação de capital a partir dos lucros correntes. Isso permitira à firma realizar novo investimento sem defrontar-se com os obstáculos representados por um mercado de capital limitado ou pelo risco crescente. Não só a poupança feita a partir dos lucros correntes poderá ser investida diretamente nos negócios, como também esse aumento do capital da firma irá possibilitar-lhe contrair novos empréstimos. Kalecki ressalta que há o risco de que o investimento financiado por uma emissão de ações não aumente os lucros da companhia proporcionalmente, tanto quanto a emissão aumentou o capital acionário e de reserva. Se a taxa de rendimento do novo investimento não igualar, pelo

menos a antiga taxa de lucros, então os dividendos dos antigos acionistas em geral e do grupo controlador em particular irão se espremer. É claro que, quanto maior for a nova emissão, maior também será o risco desse tipo.

Evidente a divergência de Kalecki em relação ao paradigma neoclássico, por exemplo. Pode-se, também, verificar a importância do excedente (os lucros) para o crescimento da empresa e para o crescimento da produção, pois tanto os recursos próprios para tal dependem do excedente entre as receitas e os custos como os recursos de terceiros dependem do tamanho do capital (que depende, por sua vez da utilização passada dos lucros para o seu crescimento).

Kalecki, no importante capítulo 9, volta-se para os determinantes das decisões de investir. O problema, como diz, consiste em achar os determinantes da taxa de decisões de investimento, ou melhor, a quantidade de decisões de investir por unidade de tempo. Tendo ocorrido decisões de investir, em um dado período de tempo, seguem-se com hiato temporal os investimentos efetivos. O hiato temporal se deve em grande parte ao período de construção, mas também a fatores como as decisões empresariais retardadas.

A poupança das firmas em sentido estrito, diz Kalecki, consiste na depreciação mais os lucros não distribuídos. Acrescenta ainda a poupança pessoal que os grupos controladores investiram em suas companhias por meio da subscrição das ações.

O incremento líquido de capital em equipamento por unidade de tempo afeta de modo adverso a taxa de decisões de investimento, isto é, sem esse efeito, a taxa de decisões de investimento seria maior. Um aumento no volume de capital em equipamento – se os lucros P , se mantiverem constantes significa uma redução da taxa de lucros.

Da mesma forma que uma elevação dos lucros dentro do período considerado torna convidativos projetos de investimento adicional, a acumulação de capital em equipamento tende a restringir os limites dos planos de investimentos.

Em resumo: a taxa de decisões de investimento, D , é como primeira aproximação, função crescente da poupança bruta, S , e da taxa de modificação do montante dos lucros P/t , e é função decrescente da taxa de modificação do estoque de capital em equipamento, K/t .

Kalecki, a partir dessas proposições, desenvolve sua demonstração, que não se expõe aqui, para, por fim, mostrar que a acumulação do capital fixo depende de três fatores: a disponibilidade de recursos financeiros próprios, a variação dos lucros e a variação no estoque de capital fixo. Pode-se verificar, aqui, portanto, que para Kalecki a forma que assume o

produto excedente, no caso mais específico o estoque de capital fixo, afeta a acumulação. Kalecki considera ainda em sua demonstração um fator relativamente constante que está embutido na equação dos determinantes do investimento que prevê a influência dos demais fatores que não os três anteriores (como as inovações).

Para Kalecki, a participação dos trabalhadores na renda depende do grau do monopólio e da relação matérias-primas/salários em cada setor e do peso relativo dos diversos setores na economia. Utiliza o conceito de grau de monopólio para a política de fixação de preços das empresas. Quanto maior o grau de monopólio, constante a estrutura de custos, menor será a participação dos salários na renda. O grau de monopólio, portanto, pode ser utilizado para explicar a distribuição entre salários e lucros, como para explicar a distribuição de lucros entre as empresas.

Conforme o autor, a parcela do lucro bruto no valor adicionado depende do grau de monopólio, enquanto o montante do lucro realizado anualmente depende dos gastos capitalistas. Em outras palavras, Kalecki mostra através da parcela do lucro no valor adicionado o percentual do excedente (potencial) na renda, mas que o nível deste excedente, e da renda, dependerá dos gastos dos capitalistas. Em decorrência da importância do excedente e, por consequência, dos gastos dos capitalistas para o crescimento da renda, é que Kalecki se preocupa até os seus últimos trabalhos com os determinantes dos investimentos. Com Robinson, que se examina na seqüência, esta proposição ficará mais evidente.

Antes, deve-se mencionar que Josef Steindl, como Kalecki, considera que o investimento não é função exclusiva da taxa de lucro, mas também do estoque de capital. Steindl coloca o nível desejado da capacidade ociosa como parte da estratégia empresarial; então as empresas manteriam uma capacidade ociosa planejada. Assim, se a utilização estiver abaixo do nível desejado, da capacidade ociosa desejada, isso funcionará como um fator de desestímulo ao investimento (estando acima do nível desejado ocorrerá um estímulo ao investimento). Dessa forma para Steindl:

As Margens de lucro bruto aumentadas podem ser compensadas por um grau reduzido de utilização, de modo que não haja um desvio da renda real dos salários para o lucro, mas um desvio da renda potencial dos trabalhadores para um desperdício em capacidade excedente.

[...]

Diríamos, nesse caso, que a mais-valia só pode ser realizada na medida em que exista um montante correspondente de investimento e de consumo dos capitalistas. Se esse montante não aumentar, o crescimento da taxa de mais-valia produzida não trará nenhum aumento na mais-valia realizada, mas apenas na capacidade excedente. (STEINDL, 1983, p. 260).

O argumento de Steindl mostra uma outra possibilidade de se encarar a formação da renda e da acumulação. Ou seja, no capitalismo exposto por Steindl, o excedente potencial (e seu respectivo valor) não é realizado, ou melhor, não é produzido em sua plena dimensão como uma estratégia da empresa. Esta parte ficará mais evidente após se analisar o pensamento de Joan Robinson, na seqüência.

6.2.3 Excedente, Demanda Efetiva e Acumulação em Joan Robinson.

Bhaduri (1984, p.200) entende que a obra de Kalecki mostrou a Robinson a possibilidade de combinar a teoria de Keynes com a visão mais ampla que Marx tinha do capitalismo. Afirma que para Robinson a introdução de Sraffa aos princípios de Ricardo forneceu uma chave importante: O conceito do rendimento como excedente poderia combinar-se com o princípio Keynesiano da demanda efetiva para obter o princípio *rector* do crescimento capitalista. Isto representou sua ruptura final com a teoria econômica ortodoxa. Se o rendimento é o excedente obtido através da demanda efetiva, este não poderia explicar-se em termos da concepção ortodoxa da produtividade do capital.

Em reforço a esse entendimento remete-se às declarações da própria autora, pois esta afirma:

Tão logo a incerteza das expectativas que guiam o comportamento econômico é admitida, o equilíbrio desaparece do argumento e a história toma seu lugar. A teoria pós-keynesiana volta-se para o passado, dando as mãos a Ricardo e Marx, passando por sobre 60 anos de predomínio das doutrinas neoclássicas, de 1870 até a grande depressão. Isso explica o paradoxo de que a análise pós-keynesiana venha igualmente de duas fontes aparentemente incompatíveis como a interpretação que Piero Sraffa dá a Ricardo e a interpretação que Michal Kalecki faz da teoria do emprego. (Robinson, 1979a, p.156).

Robinson supõe que, se o trabalho não auxiliado pelo equipamento de capital é menos produtivo que o trabalho auxiliado pelo capital, existe a necessidade que se considere que o produto excedente, quando se usa capital, seja um ingresso dos proprietários, um rendimento. No entanto, quando se afirma que isto se explica pela propriedade do capital simplesmente se elide o problema, porque a “propriedade” é um conceito político-legal, de modo que a

“produtividade do capital” não pode explicar somente por si a existência do rendimento capitalista.

A aproximação de Robinson com Ricardo, através de Sraffa e de Marx, principalmente em sua obra mais madura, é comentada por vários autores. Independente da assertiva sobre o momento quando a autora recebeu essa influência, o importante é assinalar que na obra desta pode-se verificar uma forte influência de Keynes, como seria de se esperar, dos clássicos, em especial através de Sraffa, de Marx e Kalecki e, portanto, embora o excedente não seja referenciado de forma constante no seu instrumental de análise, pode-se observar que se encontra implícita a sua existência. E mesmo, em diversos momentos, utiliza o excedente explicitamente em reforço ao seu instrumental (vocabulário) keynesiano para sua análise.

Pode-se verificar que, no andamento de sua obra, Robinson passa a utilizar o conceito de razão de exploração, ou seja, a razão fluxo lucros líquidos/folha de salários em substituição ou de forma equivalente à taxa de mais-valia de Marx (não considerando a teoria do valor).

Gradativamente Robinson passa a explicitar o excedente; o excedente potencial, por exemplo, é referido explicitamente em várias de suas obras mais adiantadas. Contudo, mesmo nas ocasiões em que não se utiliza explicitamente do excedente para realizar as suas análises, pode-se observar que a autora em seus modelos o considera implicitamente. Este fato decorre provavelmente da crescente influência de Marx, Kalecki e Sraffa (Ricardo). A obra da autora será examinada por este prisma, quando utiliza o excedente, quer de forma explícita ou implícita, em suas análises. Tal procedimento permitirá verificar o poder de explicação do conceito, bem como seus limites, para a análise de fenômenos e a compreensão da economia capitalista contemporânea descrita por outras formas.

Joan Robinson, em *Um Estudo da Economia Marxiana* (1977) comenta que a idéia sobre o investimento e a demanda efetiva não ficou totalmente desenvolvida em Marx, lamentando que este não completou os manuscritos que tratam do investimento líquido.

Para ela a idéia principal, no entanto, é suficientemente clara.

Parte do excedente quer do grupo I quer do grupo II é poupado, isto é, não despendido nos produtos do grupo II (bens de consumo); $v_1 + s_1$ excedem então C_2 , e devem ser compensados por um gasto equivalente em bens de equipamento novos a partir de S_2 . A poupança significa venda sem compras, e apenas pode prosseguir suavemente se for compensada por um investimento equivalente – compras sem vendas. Tal equilíbrio é possível, como mostra numa série de exemplos numéricos, mas o equilíbrio é um acidente nas cruéis condições de produção [capitalista]. (ROBINSON, 1977, p.104, acréscimo do autor).

Robinson assinala o fato de que Marx ressaltou que, à medida que o poder produtivo se desenvolve, se encontra em desacordo com a estreita base em que repousam as condições de consumo. Esse entendimento junto com as equações de reprodução sugerem que Marx tencionava elaborar uma teoria cuja direção, para Robinson, provavelmente seria esta:

[...] o consumo pelos trabalhadores é limitado pela sua pobreza, enquanto o consumo pelos capitalistas é limitado pela sua avidez por capital o que os leva mais a acumular do que a gozar luxuosamente. A procura de bens de consumo (o produto do grupo II) é desta forma restringida. Mas se a produção das indústrias de bens de consumo é limitada pelo mercado, a procura de bens de equipamento (de capital)(grupo I) é por sua vez restringida, porque **o capital constante das indústrias de bens de consumo** não se expandirá suficientemente depressa para absorver a **produção potencial** das indústrias de meios de produção. Assim, a distribuição dos rendimentos, entre salários e mais-valia, é tal que provoca uma tendência crônica para o desequilíbrio entre os dois grupos de indústrias. (ROBINSON, 1977, p.105 -106, grifo nosso).

Robinson, no capítulo sobre a demanda efetiva de *Um Estudo Sobre a Economia Marxiana*, cap. VI, reflete sobre o incentivo ao investimento. Ou seja, se os capitalistas estivessem sempre preparados para investir os seus excedentes em bens de equipamento, sem olhar à probabilidade de lucro, o produto do capital de equipamento seria suficiente para preencher a diferença entre o consumo e a máxima produção potencial¹⁸. O equilíbrio entre os dois grupos de indústria seria auto-ajustável e não ocorreriam as crises, por mais reduzido que fosse o nível de consumo. Robinson afirma que é necessário mostrar que o investimento depende da taxa de lucro e que a taxa de lucro depende, por último, do poder de compra. Entende Robinson que é necessário, em suma, dar origem a uma teoria da taxa de lucro baseada no princípio da procura efetiva, como ver-se-á adiante, com o avanço da exposição de partes da obra da autora. Por ora, importante registrar, que Robinson entende como necessário formular uma teoria da taxa de lucro, e, portanto do lucro (do excedente) a partir da demanda efetiva.

Robinson em *A Função de Produção e a Teoria do Capital* (1978) critica a noção de ser a taxa de juros o “custo da espera”. Assinala que na floresta de Adam Smith, o estado primitivo, não havia capital e lucro. Mas ainda assim poderia existir juro. Alguns caçadores poderiam consumir mais do que poderiam matar e outros poderiam querer consumir no futuro. Os últimos poderiam emprestar aos primeiros uma parte de sua caça do dia, em troca

¹⁸ Potencial nas condições da sociedade capitalista em exame. Baran como ver-se-á falará sobre um excedente potencial e por consequência em um produto potencial diferente. Considera o produto potencial e o excedente que uma sociedade poderia mobilizar em uma organização racional.

de uma promessa no futuro. Portanto, Robinson entende que mesmo em uma sociedade primitiva existe a necessidade da produção de um excedente de um determinado produto, no caso para um determinado produtor, para a existência do juro. Robinson trata de uma sociedade primitiva.

Mas em uma sociedade capitalista o produtor imediato tem que produzir um excedente sobre os bens necessários, e o juro decorre da possibilidade de gerar este excedente. Robinson, mostra que tem claro esta condição, pois expõe:

A razão de haver sempre uma demanda por empréstimos a uma taxa de juros positiva, em uma economia onde há apropriação dos meios de produção e onde os meios de produção são escassos, é a de que os recursos gastos agora podem ser usados para empregar mão-de-obra no processo produtivo, a qual produzirá, no futuro, um excedente sobre os custos de produção. Os juros são produtivos porque os lucros são positivos (embora, ao mesmo tempo, os custos e as dificuldades de obter recursos respondam em parte pela manutenção da escassez do equipamento produtivo, e desta forma contribuam para a manutenção do nível de lucros). (ROBINSON, 1953 apud HARCOURT, 1978, p.39).

Em *A Acumulação do Capital* Robinson (1960) afirma que a sua preocupação central é com os problemas dinâmicos, o crescimento global da economia, sendo que essa preocupação constitui um retorno do interesse sobre problemas clássicos e, portanto, tem como resultado o renascimento da teoria clássica. Portanto, adverte ao leitor no prefácio dessa obra que muitas de suas páginas serão familiares para os leitores cultos. No entanto não foram os clássicos que inspiraram estas idéias e sim a tentativa de generalizar a Teoria Geral e realizar uma análise de longo prazo da análise de Keynes de curto prazo. Assinala, no entanto, que a introdução de Sraffa aos *Princípios* de Ricardo foi uma importante inspiração para tal.

No modelo simples adotado em a *Acumulação do Capital* para o estudo do processo de acumulação do capital, Robinson supõe apenas duas classes: a dos trabalhadores e a dos capitalistas. Só há uma técnica de produção de bens de consumo, que requer um conjunto específico de bens de consumo de bens de capital e determinado montante de trabalhadores, obedecendo a um padrão temporal de produção. Os bens de capital existentes são adequados a esta única técnica possível. O montante de emprego é determinado pelo estoque existente de bens de capital, e a hipótese de pleno emprego é relaxada para que se possam discutir as conseqüências de um excedente e, alternativamente, uma escassez da força de trabalho. A economia é composta de dois setores (ou departamentos), um produtor de bens de consumo (para os trabalhadores) e um produtor de bens de capital. Os trabalhadores estão alocados entre esses dois setores, de modo que os que produzem bens de consumo o fazem para consumo próprio e para o consumo dos que estão empregados no setor de investimento. Os

trabalhadores do setor de bens de investimento produzem máquinas novas (quando há investimento líquido positivo) e máquinas para substituir as que vão desgastando-se no decorrer do tempo, para produção de bens de consumo.

Neste modelo simples é destacada a relação entre o excedente, o lucro e a acumulação:

Para obtener ganancias tiene que haber un excedente de producción por trabajador por sobre el consumo por familia obrera que se necesita para mantener la fuerza de trabajo. Pero la existencia de un potencial excedente técnico no es condición suficiente para que se realicen utilidades. También es necesario que los empresarios estén haciendo inversiones. La proposición de que la tasa de utilidades es igual a la ratio entre acumulación y existencia de capital (cuando no se consumen las ganancias) tiene dos filos; sin ganancias, los empresarios no pueden acumular, si no acumulan no tienen ganancias. (ROBINSON, 1960, p.87).

Robinson oferece um resumo de suas proposições básicas, considerando a técnica constante:

en una economía con una sola técnica, y sin consumo basado en las utilidades, cuando la oferta de trabajo se adapta a la demanda, a partir de una situación dada (producida por la historia anterior), la futura tasa de acumulación es limitada:

- (1) Por el excedente técnico disponible, sobre los salarios de subsistencia, para los trabajadores ocupados.
- (2) Dentro de ese limite, es limitada por el excedente sobre el nivel de los salarios reales que los trabajadores están dispuestos a aceptar y pueden hacerse pagar (creando una barrera inflacionaria contra una caída de los salarios reales).
- (3) Dentro de ese limite, la acumulación está limitada por la energía con que los empresarios la efectúan.
- (4) Cuando la magnitud de la fuerza de trabajo es independiente de la demanda de trabajadores por parte de los empresarios, el máximo de la posible tasa de acumulación es fijado por la tasa de incremento de la fuerza de trabajo. Cuando la acumulación no alcanza esta tasa, se desarrolla una desocupación a largo plazo. (ROBINSON, 1960, p.95).

Robinson nos *Ensaio Sobre o Crescimento Econômico (1980)* apresenta quatro ensaios, sendo que aqui se examinará, o primeiro, o segundo e o terceiro ensaios, especialmente o segundo, *um modelo de acumulação* e o terceiro, *um modelo de progresso técnico*. Esta prioridade decorre que nesses escritos se pode encontrar os principais resultados expostos em *Acumulação do Capital*.

No primeiro ensaio, que trata sobre os preços normais, na parte que discute a taxa de lucro afirma:

As condições técnicas e a taxa de lucro determinam o padrão dos preços normais, inclusive do preço do tempo de trabalho em termos de cada mercadoria; as taxas de salários nominais determinam o nível de preços em dinheiro correspondente. Mas o que determina a taxa de lucro?

Marx às vezes fecha seu sistema (seguindo Ricardo) supondo uma taxa de salários reais governada pelo padrão de vida convencional (o valor do tempo de trabalho) e,

às vezes, tomando como dada a parcela do lucro líquido no valor da produção líquida (a taxa de exploração). Marshall escamoteia o problema atrás da cortina de fumaça dos sentimentos morais. Os neoclássicos atuais vivem procurando definições, girando em torno de uma argumentação circular. Sraffa exime-se de apresentar qualquer observação sobre o assunto. Von Neumann supõe uma taxa de salários reais precisamente especificada em termos de quantidades específicas de mercadorias específicas [...] A questão sobre o que determina a taxa de lucros normal, quando a taxa de salários não deve ser tomada como dada, é um enorme vácuo na doutrina econômica tradicional. (ROBINSON, 1983, p.312).

Robinson entende que a introdução de conceitos keynesianos na argumentação permite que se dê um grande passo à frente. Há uma relação de equilíbrio entre poupança líquida e a renda líquida. No curto prazo, diz Robinson, período ao qual se limitava à argumentação formal da *Teoria Geral*, a igualdade da poupança e do investimento se verifica principalmente por meio da variação do nível de utilização de um dado equipamento, isto é, através da variação do nível da renda total.

No equilíbrio competitivo a longo prazo, a relação da renda total com o estoque de capital é determinada dentro de certos limites pelas condições técnicas (varia conforme a taxa de investimento, mas não necessariamente de forma a auxiliar a colocar em linha a poupança). A distribuição da renda, registra, é fortemente influenciada pela taxa de investimento. Considerando-se qualquer valor de renda líquida, o volume de gastos de consumo será tanto maior quanto maior for a parcela da renda destinada aos assalariados; a proporção da poupança será maior em rendas originadas de lucros líquidos que em rendas referentes a salários. Qualquer que seja a relação entre o investimento líquido e o estoque de capital, o nível de preços deve permitir que a distribuição de renda seja tal que a poupança líquida por unidade de valor de capital seja igual a ele. Assim, dada a propensão a poupar de cada tipo de renda (as condições de parcimônia), a taxa de lucro é determinada pela taxa de acumulação de capital. Argumenta Robinson:

O peso principal da igualdade entre poupança e investimento (a preços normais) recai sobre a distribuição da renda entre as classes. O nível dos preços normais tem que fazer com que a taxa de lucros leve a distribuição de renda a fazer com que a relação entre poupança e estoque de capital seja igual a taxa de acumulação. A questão, portanto, passa de: o que determina a taxa de lucro? Para: o que determina a taxa de acumulação de capital?. (ROBINSON, 1983, p.313).

Pode-se observar na passagem acima que Robinson considera que o peso principal da igualdade entre poupança e investimento recai sobre a distribuição da renda entre as classes. Ou seja, Robinson implicitamente afirma que esta igualdade está condicionada a relação consumo necessário e produto excedente gerado no sistema. Dada esta distribuição e dada a propensão a investir, tem-se a acumulação do capital.

Robinson afirma no referido ensaio, ao analisar a taxa geral de acumulação na economia como um todo, que a oferta de recursos investíveis não serve de guia, porque a acumulação gera a poupança que ela mesma exige. Os limites desse processo são fixados “*pelo nível ao qual é possível forçar os salários reais a descer*”. Em qualquer estado de coisas dado, ocorre a fixação de certo limite superior à taxa de acumulação possível pela barreira inflacionária que passa a operar quando a queda dos salários reais encontra a resistência dos salários nominais ascendentes. Sem chegar a esse limite, a oferta de recursos investíveis será aquela que a taxa de acumulação exigir. Portanto, Robinson entende que a acumulação está limitada pelo excedente potencial da economia capitalista em questão. A taxa de acumulação, abaixo do nível estabelecido pelo mínimo tolerável das taxas de salário reais, pode ser de quanto quiser. Adverte que isso não significa que uma elevação da taxa de acumulação numa economia acima daquilo que tem sido no passado não encontre quaisquer obstáculos. Significa apenas que a oferta financeira não prescreve qual tem que ser a taxa normal de acumulação.

No segundo ensaio *Um Modelo de Acumulação* inicia diferenciando o tempo histórico do tempo lógico com a finalidade de contrapor os economistas que procuraram enquadrar as proposições de Keynes na análise do equilíbrio. Argumenta que na construção de modelos históricos três questões não podem ser deixadas de lado: a definição de taxa de lucro, a escolha do nível de agregação e a conceituação do termo capital. A taxa de lucro corrente - isto é, a relação entre lucros brutos correntes, menos depreciação, e o valor do estoque de capital aos custos correntes de reposição - não é idêntica à taxa de lucro que se espera obter dos investimentos, sendo feitos atualmente. Ambas as taxas de juros a autora considera entidades vagas e complexas.

Robinson afirma que para se construir um modelo causal tem-se que começar não das relações de equilíbrio, mas de regras e motivos que governam o comportamento humano. Entende que é necessário especificar a que espécie de economia o modelo se aplica. No caso, uma economia capitalista sem controle onde as firmas são livres dentro de limites amplos de decidir quanto à quantidade e forma do investimento que irão realizar, quanto à política de preços e a proporção de lucros distribuídos aos acionistas.

A autora afirma que partindo de sua situação inicial, as interações dos elementos independentes e as condições físicas e técnicas em que operam determinam o nível e o movimento do emprego, da produção, dos preços, a taxa de juros, os rendimentos reais etc. à

medida que o tempo passa. Podem-se então agrupar sob os seguintes títulos os determinantes do equilíbrio:

- a) condições técnicas
- b) política de investimentos
- c) condições de parcimônia
- d) condições de concorrência
- e) barganha salarial
- f) condições financeiras

Robinson discorre nos *Ensaio sobre a Teoria do Crescimento Econômico* sobre estes determinantes. Sobre estes interessa a esse trabalho alguns aspectos ressaltados pela autora.

Sobre a política de investimentos a autora afirma que a proposição da *Teoria Geral*, de que a taxa de investimento tende a ser aquela que iguala à taxa a eficiência marginal do capital à taxa de juros pertence ao “reino do faz de conta”. Entende como razoável supor que uma taxa de acumulação mais alta exige um nível mais alto de lucros e, portanto do excedente, tanto porque “[...] este oferece mais vantagens no jogo, como porque ele melhora a disponibilidade financeira.” (ROBINSON, 1983, p.331).

Robinson afirma que as firmas normalmente retêm dos lucros brutos algo mais do que consideram como a cota de depreciação adequada para manter seu capital preexistente intacto. Entende que o mecanismo central da acumulação é o impulso das firmas no sentido de sobreviver e crescer e, em decorrência, supõe que essa política com respeito à distribuição de dividendos se enquadre nos interesses da firma enquanto tal, em vez de nos dos acionistas. Em relação às empresas, Robinson considera as retenções e a distribuição dos lucros. A razão entre a poupança líquida realizada pelas firmas e seus lucros, então, dependem de três conjuntos de fatores: os procedimentos empregados no cálculo da depreciação; a estrutura de sua dívida, com os encargos dos juros aplicáveis a ela; e sua política com relação aos dividendos.

A proporção normal dos lucros totais poupados, então, depende de dois fatores - a proporção dos lucros distribuídos pelas firmas e a proporção de seus rendimentos que os capitalistas poupam. Afirma que na teoria clássica e na de Marshall a taxa de acumulação de capital era governada pela poupança. Robinson lembra que nesse modelo a taxa de

acumulação depende das decisões que as firmas tomam em relação ao investimento. Analisa o significado de que a poupança é igual ao investimento. Afirma que quando se encara a proposição como uma afirmação das condições de equilíbrio, ela significa que qualquer que seja a taxa de investimento, o nível e a distribuição da renda têm que ser de molde a induzir as firmas e as famílias, entre elas, a desejar poupar em igual proporção. Qualquer que seja a relação entre capital-renda, o nível de preços com relação aos salários nominais será tal, em condições de equilíbrio, que propiciará lucros suficientes para produzir uma taxa de poupança igual à taxa de investimento líquido.

Robinson mostra uma outra maneira para se acompanhar a relação poupança-investimento. Quando há um nível mais elevado de dispêndio (mantendo-se constante os salários nominais) em investimento bruto, em um ano, em comparação com o do anterior, haverá um aumento do nível das atividades econômicas e do nível dos preços (com relação a taxa de salários nominais) que, a princípio, é menos do que apropriado ao acréscimo do investimento bruto; é que a elevação dos lucros leva algum tempo antes de se traduzir em dividendos maiores, e o dispêndio leva algum tempo para ser reajustado às alterações da renda. Em qualquer ponto desse processo, a poupança e o investimento têm que ser iguais no sentido do truísmo, e em ponto nenhum tem que ser iguais no sentido do equilíbrio.

Robinson afirma que a poupança líquida é o excedente da renda líquida assim definida, sobre o consumo, e esse excedente é idêntico ao investimento líquido. Refere-se, portanto, que o valor a ser acrescido ao capital é igual à poupança líquida (ou seja, os rendimentos menos o consumo dos capitalistas, ou *rentiers* como denomina Robinson. Argumenta que qualquer excedente do valor do investimento líquido com relação à poupança das famílias é equivalente ao lucro não distribuído, portanto, para a autora, lucro líquido não distribuído é parte do investimento líquido que não se acha coberto por empréstimos. Aqui Robinson define como a participação no excedente e no rendimento acontece contemporaneamente, mostrando que o lucro não distribuído é utilizado na acumulação.

Conforme a autora pode haver interligação entre as condições de parcimônia e a taxa de acumulação na medida em que a política de distribuição das firmas pode ser influenciada por seus planos de investimento. Se um aumento da acumulação se traduzir em uma menor distribuição de lucros, tem-se um efeito mais fraco na elevação dos lucros, pois haverá uma diminuição do consumo dos capitalistas (lembrando que a taxa de lucro decorre do consumo capitalista e dos investimentos).

Robinson lembra que uma elevação das margens de lucro não aumenta o total de lucros, a menos se for precedida por um aumento correspondente do investimento bruto ou da distribuição aos capitalistas. Ao reduzir as vendas, sem o aumento correspondente do investimento, o lucro bruto será mais ou menos o mesmo só que obtido com uma produção menor, haverá menor nível de emprego e subutilização de plantas. Uma redução da margem, ao contrário, eleva a taxa dos salários reais sem reduzir os lucros. Robinson mostra a relação entre a utilização da capacidade e o nível de lucros onde fica implícito que a dimensão do lucro está vinculada com o excedente realizado, como ficará mais evidente à medida que se avança na exposição de Robinson.

Para a autora, o salário nominal deve subir quando a taxa de investimento juntamente com o consumo dos capitalistas que ela gera se encontra a um nível tal que deprime o salário real abaixo daquilo que os trabalhadores estão dispostos a aceitar. Robinson afirma aqui, na verdade, que o excedente potencial (ou a taxa de exploração), dadas às condições do momento, não pode ser aumentadas.

Robinson assinala que o mecanismo central do modelo é o desejo das firmas acumular, supõe que esse desejo seja influenciado pela taxa de lucro esperada. A taxa de investimento que as firmas estão planejando para o futuro será, portanto, tanto mais alta quanto maior for a taxa de lucro sobre o investimento. Observa que se se avaliar o estoque de capital existente com base na mesma taxa de lucro pode-se então expressar os seus planos em termos de uma taxa de acumulação (para poder avaliar o investimento e o capital com a mesma taxa de lucro de forma a evitar ou reduzir a distorção da qual Robinson tinha presente entre o valor do capital e do investimento). E então afirma:

A dupla relação entre a taxa de lucro e a taxa de acumulação agora se torna evidente. A acumulação que se realiza em uma situação dada determina o nível dos lucros que nela se podem obter, e portanto (com base no tipo de expectativa que foi formulada) determina a taxa de lucro esperada do investimento. A taxa de lucro por sua vez influencia a taxa de acumulação. A taxa de lucro gerada por uma situação dada pode induzir uma taxa de acumulação maior ou menor que aquela que de fato está se realizando. (ROBINSON, 1983, p.338).

Robinson procura examinar a relação entre a taxa de lucros causada pela taxa de acumulação e a taxa de acumulação que a taxa de lucro induzirá. Assim, quando as firmas se acham em uma situação em que a taxa de acumulação é mais alta que aquela que seria justificada pela taxa de lucro que gera, os planos de investimento sendo traçados produzirão uma taxa de acumulação mais baixa.

Por outro lado, quando a taxa corrente de acumulação for menor do que aquilo que seria justificado pela taxa de lucro que ela esta gerando, as firmas estarão planejando aumentar a taxa de acumulação (a menos que haja algum impedimento).

O nível do investimento afeta a capacidade instalada de forma que depende da dimensão do estoque de capital. Se a alteração do valor do estoque de capital, a taxa de acumulação, for excessiva em relação à taxa de lucro, os capitalistas nos seus planos de investimento diminuirão a sua taxa de acumulação. Observa-se aqui que, embora Robinson defina que a taxa de acumulação é maior ou menor do que seria justificado (ficando a justificativa a critério do empresário no caso) que ela não entende, pelo menos diretamente, que a taxa de acumulação é excessiva ou não em relação ao estoque de capital existente, mas sim em relação ao lucro que é dependente da própria acumulação. Ou seja, a acumulação está condicionada pela distribuição. A parcela do valor excedente (ou do excedente potencial) que será realizada dependerá da energia que os capitalistas efetivarem a acumulação. O valor excedente que será realizado não está determinado pela distribuição prévia. Mas está, poderia-se dizer por ora, relacionado a esta, pois conforme Robinson, o consumo capitalista e o investimento (os lucros) não poderão ser ampliados no momento em que o salário real estiver no mínimo aceitável (o excedente potencial não pode ser ampliado). Portanto, embora o conceito de Robinson de excedente não possa ser definido como sendo um resíduo, no sentido de ter-se definido primeiro o salário e o produto, pode-se constatar que, para a autora, o conceito está presente. O excedente efetivo, no sentido de Robinson, seria definido através da distribuição entre salários e lucros que se consubstanciaria pela iniciativa da classe capitalista que detém a iniciativa das ações (no caso o investimento). O consumo dos capitalistas e o investimento definirão o lucro (o excedente efetivo) mas condicionado à razão de exploração, como irá referir Robinson em obras posteriores.

Robinson passa então a confrontar a taxa de crescimento desejada (resultante do entusiasmo das firmas) com a taxa de crescimento possível (em decorrência do crescimento populacional e do conhecimento técnico). Expõe as fases de crescimento através de eras: idade do ouro, platina e bronze. Através destas, faz suposições sobre o crescimento em hipotéticos casos.

Supõe a idade de ouro. Nesta com uma dada taxa de acumulação desejada igual à taxa possível, formada pela taxa de crescimento da população e pela produção *per capita*, começando com quase pleno emprego e uma composição do estoque de equipamento

apropriada à taxa desejada de acumulação, mantém-se um nível que se aproxima muito do pleno emprego. Na medida em que o progresso técnico eleva a produção *per capita*, a taxa de salários reais aumenta igualmente. A taxa de lucro sobre o capital permanece constante. As técnicas de produção são escolhidas cada vez que se realiza investimento bruto, mediante o critério representado pelo grau de mecanização apropriado à taxa de lucro, e as margens de lucro bruto são compatíveis com a utilização normal da planta. Do ponto de vista das firmas, pode-se dizer que prevalece o equilíbrio, uma vez que a taxa de acumulação desejada está sendo realizada. Do ponto de vista da oferta e da demanda globais de mão-de-obra, pode-se dizer que prevalece a harmonia.

Para a idade de ouro limitada supõe que se tem estoque de planta adequado à taxa de acumulação desejada (que é superior à taxa de crescimento da população) e com o pleno emprego já alcançado, a taxa de acumulação desejada não pode ser realizada, porquanto a taxa de crescimento da produção *per capita* (mesmo com o estímulo representado pela escassez de mão-de-obra) não é suficiente para torná-la possível. Ou seja, Robinson expõe que, nesse caso, o crescimento da produtividade de uma mão de obra plenamente ocupada não permite que a taxa de acumulação, o investimento se amplie. Com o pleno emprego, e um dado consumo de trabalhadores, o lucro (e o excedente) só pode ser ampliado com o aumento do excedente por trabalhador (Se está supondo a jornada fixa).

Robinson denomina idade de ouro bastarda aquela idade em que não existe escassez de mão de obra. Na verdade, a mão de obra é abundante em relação às necessidades. No caso suposto pela autora, a taxa de salários se recusa a baixar além de certo nível determinado. Afirma:

Uma taxa de acumulação mais elevada significa uma taxa de salários reais mais baixa. Quando a taxa de acumulação desejada é maior que a taxa ligada aos salários reais mínimos aceitáveis, o desejo tem que ser contido. (ROBINSON, 1983, p.345).

Evidente aqui que a taxa de acumulação, e portanto o investimento, não pode ser ampliado em decorrência da impossibilidade de se expandir o excedente potencial ou de modificar a razão de exploração como dirá posteriormente Robinson, como ver-se-à.

Supõe a idade de platina galopante, quando o entusiasmo é intenso e existe uma grande massa de mão de obra desempregada disponível, mas quando a taxa de crescimento desejada não pode ser atingida por falta de planta básica para produzir planta. As indústrias de

bens de investimentos se defrontam com um mercado que favorece os vendedores e uma grande parcela do investimento é canalizada para a ampliação do setor de bens de investimento; à medida que ele cresce, mais mão-de-obra é empregada e a relação entre o investimento bruto e a produção de mercadorias se eleva com o desenrolar do processo. Conseqüentemente, a taxa de lucro se eleva. A menos que o progresso técnico seja suficientemente rápido, a taxa de salários decairá.

Robinson nos *Ensaio*s procura investigar o efeito de um grau maior ou menor de parcimônia para, como afirma, verificar de que modo esses processos se desenvolvem. Observa que com o aumento da poupança tem-se uma queda nos gastos com mercadorias, tendendo a provocar situações de depressão, uma vez que os recursos liberados de um tipo de produção não podem ser transferidos imediatamente para outro e, enquanto isso, a lucratividade se vê reduzida. No entanto pretende examinar o efeito da parcimônia, nas eras, de uma poupança alta ou baixa ao invés de esta subir ou descer.

A autora considera inicialmente as idades de ouro. Observa que com qualquer taxa determinada de acumulação, maior parcimônia resulta em taxa de lucro mais baixa. Quando a taxa de crescimento real se vê limitada apenas pela taxa desejada, então uma parcimônia maior se acha ligada a uma taxa de acumulação menor. Robinson nota que este é o paradoxo central da *Teoria Geral*. Ou seja, o aumento da poupança implica uma queda do consumo e não sendo esta compensada pelo incremento do investimento, e da taxa de acumulação, tem-se uma taxa de lucro mais baixa (lembrando novamente que a taxa de lucro é igual ao consumo capitalista mais o investimento). Portanto como afirma Robinson:

[...] uma parcimônia maior não pode promover diretamente uma taxa de crescimento mais elevada, mas, quando a propensão a acumular é mais alta do que aquilo que as condições técnicas permitem realizar, a parcimônia tende a reduzir a necessidade de restrição e permite que o crescimento possível se realize a um nível mais alto de salários reais. (ROBINSON, 1983, p.347).

Robinson assinala inicialmente que se a acumulação é limitada pela taxa desejada, ou seja, se não existe uma restrição técnica, a poupança leva a uma acumulação menor. Na passagem acima, no entanto, afirma que a parcimônia possibilita um crescimento mais alto, quando a propensão a acumular é maior do que as condições técnicas permitem. A importância do produto potencial do excedente potencial já pode ser vislumbrada na análise de Robinson. A este ponto retornar-se-á detalhadamente à medida que se avançar.

Robinson destaca que é uma condição necessária para a existência de uma idade de ouro o crescimento da demanda efetiva em proporção à taxa de crescimento da economia e que, se a produção *per capita* se eleva em decorrência do progresso técnico, a taxa de salários deve se elevar na mesma medida, de modo que a demanda de mercadorias acompanhe a produção. Na situação em que a política monopolista faz os preços inelásticos com relação à queda dos custos, registra Robinson que:

[...] a parcela representada pelo lucro e, portanto, pela poupança, na composição da renda se eleva, mas apenas porque o nível do emprego e a produção obtidos de um dado equipamento se vêem reduzidos. Nesse caso, há uma queda dos salários reais (ou o fracasso da elevação exigida), sem um aumento correspondente dos lucros. (ROBINSON, 1983, p.347).

Neste caso, o excedente efetivo (na forma lucro) não se eleva, mas a razão de exploração (terminologia adotada por Robinson em vários momentos) se ampliou.

Na passagem acima descrita, pode-se observar que, ao aumentar a parcela representada pelo lucro no preço das mercadorias, tem-se um aumento potencial do excedente por mercadoria produzida. Mas, em decorrência do menor volume de mercadorias vendidas, o excedente efetivo, sua dimensão global, é menor do que seria possível sem a redução da produção.

Na idade de platina, conforme Robinson, a cada ponto do processo de aceleração ou desaceleração da acumulação, o salário real correspondente a uma dada taxa de acumulação será tanto menor quanto maior for a proporção consumida dos lucros. A conseqüência, segundo Robinson, é que uma parcimônia baixa pode provocar a detenção de um processo de aceleração, devido a se atingir o nível mínimo tolerável dos salários reais, processo esse que, com maior parcimônia, poderia ir mais adiante.

Robinson observa, como exposto acima, que dada uma taxa de acumulação, portanto dado um nível de investimento, o salário real será menor quanto maior for a proporção consumida dos lucros. Ou seja, Robinson afirma, de outro modo, que considerando agora, por hipótese, o investimento como dado, um aumento do consumo capitalista levará a uma redução dos salários (lembrando sempre que os lucros são iguais ao consumo mais o investimento por definição). Portanto, neste caso, tem-se um aumento do excedente (dos lucros) pela redução dos salários (na idade de platina as condições iniciais não permitem o crescimento contínuo).

Robinson acredita que, no caso em que os salários reais limitam a taxa de crescimento, por não poderem ser reduzidos, uma parcimônia maior possibilita mais investimento (na situação em que acumulação desejada é maior). Neste caso, assinala que cada parcela de consumo que se realiza a partir dos lucros, dos *rentiers* ou dos capitalistas, ocorre às expensas da

acumulação. Essa afirmativa de Robinson significa em outras palavras que se o crescimento da acumulação não pode ocorrer através da expansão do excedente, dos lucros, este deve ocorrer através de uma melhor utilização do excedente disponível, existente na forma lucro (ao ser investido em vez de consumido pelos capitalistas ou *rentiers*).

Robinson passa a supor eventos aleatórios: por exemplo, um surto de gastos de consumo ou uma ocorrência de inovações excepcionais que de tempos em tempos elevam a demanda efetiva e fazem com que o nível de lucros se eleve. Assinala que sob essa suposição a taxa desejada de crescimento recebe um impulso no sentido ascendente quando ocorre uma elevação dos lucros. Esse lucro elevado pode permanecer durante algum tempo depois de ter cessado a causa, em decorrência de muitas firmas estarem realizando inversões em bens de capital que estão gerando lucros para todas elas, e nenhuma está levando em consideração a concorrência que terá de enfrentar quando os planos das demais tiverem terminado. À medida que surge novo equipamento, a capacidade produtiva se eleva com relação à demanda efetiva (o excedente potencial do sistema não é realizado). A expectativa de lucro se deteriora, e assim Robinson mostra a oscilação da acumulação em relação à desejada.

A autora passa a examinar em seu modelo os salários e os lucros. Em relação aos salários, afirma que o nível da taxa de salários nominais constitui um acidente histórico. Em relação à elevação dos salários afirma que se encontram três situações: A primeira pela escassez de mão de obra. A segunda decorre do fato de que a força de trabalho organizada se recusa a aceitar uma queda dos salários reais abaixo do que já obteve. E, por fim, é quando os salários se encontram no nível mínimo de subsistência. Fora desses casos, o nível das taxas de salários nominais pode subir continuamente.

Em relação aos lucros, Robinson supõe que a margem de lucro tem que propiciar um lucro por trabalhador empregado, que propicie lucro a uma taxa dada sobre o valor do capital por trabalhador em cada linha de produção. Afirma que, para manter um nível de preços de mercadorias, é preciso que a variação da taxa global dos salários nominais por hora seja apenas igual à taxa global de elevação da produção homem/hora. Ou seja, mostra que, para manter um nível de preços estável, a participação do excedente deve ser mantida estável, ou melhor, que a razão de exploração ou a taxa de mais-valia se mantenha estável.

Robinson prossegue afirmando que se os salários nominais se elevam a um ritmo mais rápido, os custos diretos se elevam. Com empresas oligopolísticas, os preços sobem por um *mark-up* em relação aos custos. Em conseqüência, os salários reais são os mesmos. Evidente

aqui que a variação dos preços decorre do conflito distributivo, pela intenção das empresas (capitalistas) em manter a participação do valor excedente na renda, ou de, nos termos de Robinson, manter a relação de exploração. Robinson acrescenta:

A conseqüente queda da parcela representada pelos salários reais no valor da produção impede a demanda (em termos reais) por pessoa empregada de se elevar com a mesma rapidez que a produção por pessoa. É verdade que as margens mais altas tendem a ser absorvidas em grande parte por custos de vendas mais altos, mas as rendas derivadas delas (nas agências de publicidade, etc.) tendem a ser do tipo de classe média acima referido. (ROBINSON, 1983, p. 359).

Robinson, na passagem acima, destaca um ponto exposto por autores marxistas, como Baran e Sweezy, como se viu anteriormente, em que parte do excedente pode ser utilizado para implementar as vendas. Neste caso, a utilização do excedente neste fim será contabilizado através de uma ampliação dos custos ou de uma dedução dos lucros. Robinson ainda defende neste ensaio, que:

Os modelos keynesianos [...] destinam-se a projetar a longo prazo a tese central da Teoria Geral segundo a qual as firmas têm liberdade, dentro de limites amplos, de acumular quanto quiserem, e a taxa de poupança da economia como um todo se acomoda à taxa de investimento que elas delimitam. (ROBINSON, 1983, p. 364).

Fica claro que a liberdade dentro de limites amplos a que Robinson se refere na passagem acima é dada pela razão de exploração ou pelo excedente potencial. Ou seja, como a capacidade produtiva e o excedente potencial se modificam no tempo, conforme avança a acumulação, este se constitui em um limite amplo para as firmas acumularem. Quando esta capacidade é forçada, com a plena utilização do excedente potencial, é que a acumulação sofre restrições.

Passa-se agora a analisar no pensamento de Robinson a relação entre o excedente e o progresso técnico, lembrando que o progresso técnico é um elemento importante nas preocupações da autora. Preliminarmente, para introduzir o assunto, e antes de se examinar o terceiro Ensaio, pode-se citar uma passagem de Steindl no artigo *Progresso técnico, Distribuição e Crescimento* que expõe:

No começo de sua história, o homem aprendeu, através de invenções e melhoramentos, a produzir um excedente acima da subsistência mínima necessária para a sobrevivência. Oferece-se a oportunidade para alguns, através da coerção e violência, para extrair o excedente. A oportunidade foi aproveitada; em conseqüência surgiu a divisão da sociedade em escravos e seus senhores, na qual se basearam as grandes civilizações urbanas. O progresso técnico, ao que parece, gerou desigualdades na distribuição de rendas. Num certo sentido, essa mudança, em princípio nunca foi revertida. Entretanto, o subsequente aumento da produtividade ano se refletiu constantemente em desigualdade crescente, tem havido algo

semelhante a um contramovimento, expresso num aumento gradual do nível de subsistência, ocasionado pela pressão de baixo e por várias circunstâncias especiais (tais como, por exemplo, o pleno emprego da Europa atual). Isto foi acompanhado por uma gradual abrandamento das formas de escravidão, tendo a violência se tornado menos conspícua: a coerção física tornou-se redundante na medida em que a desigualdade foi “embutida” na sociedade pela educação, pela propriedade e por outras instituições. Assim, o progresso técnico apresenta duas faces: de um lado, aumenta a desigualdade; de outro, oferece a oportunidade para o aumento do padrão mínimo de subsistência do trabalhador; o resultado destas duas forças depende das circunstâncias. (STEINDL, 1980, p.41).

Celso Furtado¹⁹, por exemplo, entende que é a produtividade, que está relacionada ao progresso técnico, e a estratificação social, que determinam o nível do excedente, como fica evidente pelas duas passagens que seguem:

Interessa-nos frisar que a estratificação social – relações assimétricas entre grupos ou agentes sociais com repercussões significativas nos níveis de consumo dos membros de uma coletividade – pressupõe a existência da especialização ao nível das atividades produtivas, ou seja, de aumento na eficácia do trabalho, mas deve ser considerada como um processo autônomo, como um dado primário na explicação da existência de um excedente, que não seja a simples contrapartida do crescimento demográfico. Admitimos, portanto, a existência de dois processos básicos: a divisão social do trabalho e a estratificação social. O primeiro não é causa suficiente para que exista um excedente e o segundo não poderia existir na ausência do primeiro. Em síntese: o tema central da teoria do excedente são as formas inigualitárias de apropriação do fruto do aumento da produtividade do trabalho. Do que dissemos do parágrafo anterior decorre que a produtividade do trabalho e o grau de desigualdade social (o perfil de repartição da renda) determinam em uma dada sociedade o nível do excedente. (FURTADO, 1976, p.19).

Para Furtado o progresso técnico aumenta a desigualdade; de outro lado, proporciona a intensificação do processo de acumulação. Afirma neste sentido:

Em síntese: o modo capitalista de produção – ou seja, a forma mercantil de apropriação do excedente aplicado ao controle direto das atividades produtivas – resultou ser um sistema de poder mais eficaz do que as formas autoritárias de apropriação do excedente que até então havia prevalecido em todas as formações sociais. Demais, o modo capitalista de produção revelou ser a porta aberta ao aprofundamento da divisão social do trabalho e, por conseguinte, ao avanço da técnica. Daí que, consolidado o novo sistema de dominação social, o processo de acumulação se haja intensificado consideravelmente, dando início ao período de extraordinário desenvolvimento das forças produtivas conhecido como Revolução Industrial. (FURTADO, 1976, p.43).

Robinson discorda da idéia de que a redução da participação dos salários na renda decorra do progresso técnico, ou seja, que este seja o causador, em última instância, deste processo. Segundo ela, não apenas não há prova de que o progresso técnico se dê às expensas do

¹⁹ Celso Furtado afirma que: “São as desigualdades dos níveis de consumo dos membros de uma coletividade que constituem a indicação irretorquível da existência de um excedente. Portanto a teoria do excedente constitui a face econômica da teoria da estratificação social.” (FURTADO, 1976, Prefácio, cap. I, p. 18).

trabalho como, na verdade, ele tende a criar novas profissões e a gerar novas oportunidades de emprego, decorrentes da necessidade de serviços cada vez mais profissionais e técnicos. Por outro lado, ao baratear o custo dos bens produzidos em massa permite, até mesmo, por meio da elevação do salário real (mediante a redução dos preços), o crescimento do consumo. Robinson entende, portanto, que a má distribuição da renda não é um resultado necessário do progresso técnico.

No terceiro ensaio de *Ensaio sobre a Teoria do crescimento Econômico*, sob o título *um modelo de progresso técnico*, tem-se uma análise da acumulação que, nas palavras de Robinson, procura formular uma análise que leve em conta a mudança técnica.

Para tal, adota diversas suposições simplificadoras. A argumentação se restringe a um sistema fechado de iniciativa privada concorrencial pura, a produção de bens de consumo é homogênea e não se modifica, em especificação ou em composição, à medida que o tempo passa; supõe também uma força de trabalho constante e homogênea. E ainda que a indústria possa ser nitidamente dividida em dois setores - um que produz equipamentos e outro que produz bens de consumo. O progresso técnico em sua totalidade se concentra na melhoria do projeto dos equipamentos a serem usados no setor de bens de consumo.

A planta básica, suposta por Robinson, exigida para equipar o setor de investimento é empregada para produzir a si própria e para produzir o equipamento do setor de consumo. Suas especificações permanecem fisicamente inalteradas com o passar do tempo, sendo sempre o mesmo o número de operários necessários para operar os equipamentos. Apenas o produto se altera.

Os equipamentos recém-produzidos do setor de consumo estão constantemente se alterando. A autora utiliza três unidades para medi-lo: a produção em sua capacidade máxima, o nível de emprego que oferece e o custo real. Assim, o custo físico de um equipamento do setor de bens de consumo consiste numa certa quantidade de tempo de trabalho e de tempo de utilização da planta básica; o custo real de uma unidade de equipamento do setor de consumo é o seu preço quando nova em termos de tempo de trabalho, à taxa de lucros vigente.

Robinson considera a taxa de salários nominais como constante e toma como unidade para o equipamento do setor de consumo uma planta que emprega um dado número de homens quando funciona com sua capacidade normal. Dessa forma, o valor nominal de uma planta é uma medida do capital, por pessoa, no setor de bens de consumo, dada a taxa de lucro, dada a relação entre capital de giro e capital fixo quando a planta funciona com sua

capacidade máxima, e dada a vida útil da planta. Supõe, adicionalmente, que o número de firmas, apesar de grande, seja constante através do tempo. Cada firma pode operar um número indefinido de plantas sem incorrer em economias ou deseconomias de escala.

Robinson argumenta que seu modelo possibilita um critério muito simples para a classificação dos tipos de melhoramentos, de acordo com a tendência que apresentam com relação à economia ou ao emprego de capital. Afirma preliminarmente que o custo real de cada planta consiste nos serviços dos trabalhadores e na planta do setor de investimento, que são exigidos em proporções fixas e de especificações físicas imutáveis. Esse custo real se reflete no custo nominal da produção de cada planta juntamente com a formação do capital de giro do setor de consumo necessário para pô-la em funcionamento, decorrentes de uma taxa de salários nominais e taxa de lucro dadas. Define então o melhoramento neutro e com tendência:

Quando o custo nominal de uma nova planta (com seu capital de giro) é o mesmo da antiga, e sua vida útil potencial é a mesma enquanto que sua produção é maior, o melhoramento é neutro.

[...]

Quando o projeto mais recente reduz o custo por unidade de planta em termos de dinheiro (o que reflete o custo físico real) o melhoramento se reveste de uma tendência de economia de capital. A produção por trabalhador no setor de investimento em termos de capacidade produtiva do setor de consumo se terá elevado em proporção maior que a produção por trabalhador no setor de bens de consumo. Da mesma forma, um custo mais elevado por unidade de planta implica na presença de uma tendência no sentido do dispêndio de capital no melhoramento. (ROBINSON, 1983, p.371).

Um melhoramento de projeto que eleve a produção, tanto por trabalhador como por unidade de custo real de planta, cria uma técnica superior às demais até então conhecidas.

Conforme Robinson, um melhoramento neutro sempre significa que o novo projeto é superior a todos aqueles conhecidos até então, mas isso não ocorre necessariamente no caso de melhoramento com tendência. Assevera que quando a tendência é tão forte (no sentido da economia do capital) que reduz a produção por trabalhador no setor de bens de consumo, ou (no sentido do emprego do capital) que reduz a produção por unidade de custo real de capital, a nova técnica não é superior, nesse sentido, à anterior. Os melhoramentos desse tipo podem ser chamados de melhoramentos parciais; eles reduzem um dos elementos do custo em detrimento da elevação de outro. Se não houver nada melhor, vale a pena empregar um melhoramento parcial, com um projeto de planta com menor produção por trabalhador, desde que (com a taxa vigente de lucro) o custo por planta seja mais baixo em medida mais que proporcional; ou empregar um projeto que eleve a produção por trabalhador em proporção

menor do que aumenta o custo por unidade de planta, desde que a redução em custos de mão-de-obra por unidade de produção não seja menor que o aumento em custo de capital por unidade de produção com a taxa de lucro vigente. Uma nova técnica que satisfaça esse critério será preferível com a taxa de lucro vigente, apesar de não ser superior a todas as técnicas conhecidas.

Robinson passa a estabelecer as características de uma idade de ouro, progresso neutro, com a finalidade de estabelecer as desarmonias que podem ocorrer. A idade de ouro é útil para demonstrar os tipos de desarmonia que podem ocorrer. Apresenta as três condições em que uma idade de ouro não pode se apresentar: a ocorrência de tendência no progresso técnico, a possibilidade de mudança no ritmo do progresso técnico e a desarmonia entre a taxa de acumulação de capital e a taxa de crescimento da produção possibilitada pelo progresso técnico.

Inicialmente a autora passa a considerar o progresso técnico em uma idade de ouro, para posteriormente examinar a desarmonia que pode ocorrer. Sintetizam-se as condições supostas dessa idade de ouro para que se possa retratar as modificações posteriores decorrentes do progresso técnico e para que se possa examinar como a acumulação com progresso técnico e o excedente são relacionados em Robinson.

Robinson supõe uma economia em que se verifica um crescimento homogêneo e contínuo. Existe uma taxa contínua de progresso técnico, no sentido de que, a intervalos de tempo idênticos, surgem novos projetos; cada novo projeto eleva a produção por operário de bens de consumo em uma dada proporção, em comparação com o anterior, o custo **real** por planta (isto é, por operário empregado no setor de bens de consumo) permanece constante com o passar do tempo. Em resumo, verifica-se um progresso técnico neutro com uma taxa contínua. A série de técnicas oferecidas, propõe Robinson, à medida que o tempo passa, é constituída por beta-menos, beta-mais, beta-mais-mais, etc. A taxa de crescimento global é governada pelo ritmo do progresso técnico. As firmas continuamente ajustam os preços normais dos bens de consumo de forma que possam vender a produção máxima da planta que estão operando. Não há poupança feita a partir dos salários. As firmas distribuem aos capitalistas (sob a forma de juros e dividendos) uma proporção constante dos lucros líquidos e, daquilo que recebem, uma proporção constante é aplicada na compra de bens de consumo. Nessas condições, na idade de ouro, a taxa de salários reais se eleva na mesma proporção que a produção por trabalhador. O custo da mão-de-obra em termos de seu produto permanece constante para

cada empregador, permanecendo também constante a taxa de lucro sobre o capital. O consumo das famílias dos trabalhadores e das famílias dos capitalistas se eleva no mesmo compasso da elevação da produção de bens de consumo. Toda a economia permanece em equilíbrio nas condições de uma idade de ouro. Ou seja, elevação contínua da demanda se dá em compasso com a elevação contínua da produção potencial, mantendo assim a tensão da economia. Existe, portanto, um pleno uso do excedente potencial. As expectativas de lucros sobre o investimento são continuamente confirmadas e, por conseguinte, renovadas. O investimento é mantido a um ritmo que permite a concretização dos benefícios do progresso técnico. A parcela representada pelos salários na composição da renda líquida, da mesma forma que a razão entre o valor do capital e a renda líquida, se mantêm constantes com o passar do tempo.

Robinson passa a fazer algumas avaliações considerando ainda a idade de ouro. Afirma que quando num modelo em uma idade de ouro se verifica o progresso técnico (sendo o equilíbrio mantido continuamente), tem-se que a existência de uma taxa de lucro constante decorre de uma taxa de salários nominais que está subindo ou de um preço dos bens de consumo que está caindo. Por ser mais conveniente, Robinson supõe que a taxa de salários nominais seja constante. O preço dos bens de consumo, portanto, vai caindo à medida que o tempo passa. Pode-se verificar que, com a idade de ouro, Robinson mostra uma situação em que a acumulação e o progresso técnico ocorrem da melhor forma possível: ou seja, à medida que aumenta a produção por trabalhador (com o progresso técnico), a participação do trabalhador permanece constante (com aumento real de salário) e o investimento realizado é suficiente (dado um consumo dos capitalistas) para a plena realização da produção. Supõe, portanto, que ocorreu um aumento da produção por homem e a parcela da participação dos trabalhadores se manteve constante, conseqüentemente com aumento real de salários²⁰.

Além disso, acredita que a participação dos lucros (do valor excedente nos termos de Marx) permaneceu constante e que o produto excedente em termos físicos se ampliou. Dados esses pressupostos supõe que o investimento (dado consumo do capitalista ou rentier) seja suficiente para a plena utilização da capacidade. Esta situação, altamente improvável, como nota, passa a ser modificada adiante.

²⁰ Em termos de Marx, a razão valor excedente/ valor da força de trabalho (a taxa de mais-valia) permaneceu constante. Em termos de Robinson, a taxa de exploração permaneceu constante. Deve-se notar que, enquanto a taxa de mais-valia e a razão de exploração permaneceram constantes, o produto excedente se ampliou (embora não seu valor).

Robinson passa a abordar três tipos de condições inexistentes na idade de ouro: a ocorrência de tendência no progresso técnico, a possibilidade de mudança no ritmo do progresso técnico e a desarmonia entre a taxa de acumulação de capital e a taxa de crescimento econômico possibilitada pelo progresso técnico. Note-se que na verdade Robinson está falando em crescimento do capital (acumulação) e crescimento do produto.

Robinson passa a analisar o progresso com tendência. Não se examinará as particularidades analisadas por Robinson, mas devemos ressaltar que como resultado dessa transição para uma nova idade de ouro tem-se uma relação capital/mão-de-obra em termos reais mais alta do que a antiga. Na nova idade de ouro, a relação entre a força de trabalho do setor de investimento e a do setor de bens de consumo é mais alta do que na velha, e o estoque de planta básica é maior. Durante a transição, tem que ter havido um período em que o investimento bruto foi dirigido à construção de planta básica nova.

Enquanto isso ocorria, diz Robinson, a produção dos bens de consumo crescia a um ritmo menor do que o da idade de ouro (pode ser mesmo que tenha de fato caído durante algum tempo). Robinson relaxa a suposição de a mudança técnica ser realizada de forma que se mantivesse o pleno emprego. O que na verdade ocorre depende de como as firmas reagem à forma que o progresso assume. Quando o progresso técnico é neutro, basta que cada firma mantenha o valor de seu capital constante (em termos de tempo de trabalho) e que todas coletivamente mantenham o pleno emprego com uma taxa de lucro constante, com taxa de salários reais se elevando em proporção a produção *per capita*. Afirma que quando o progresso técnico é tendencioso não se podem satisfazer todas as condições.

Assim, quando as firmas estão para substituir, por suposição, a planta beta-menos-menos e descobrem que alfa é agora a técnica preferível e destinam a ela a mesma soma (com taxas constantes de salário nominal) que a planta velha custou originalmente, irão adquirir um número de plantas e oferecer menos empregos, uma vez que a técnica alfa exige um custo real mais alto por trabalhador empregado no setor de bens de consumo. Conseqüentemente, o nível de emprego do setor de bens de consumo irá diminuir e a redução resultante do consumo dos trabalhadores reduzirá os rendimentos das firmas como um todo e provocará condições próprias de uma depressão.

Se, por hipótese, as firmas decidem substituir a planta beta-menos-menos por um número igual de plantas alfa, oferecendo o mesmo volume de emprego, surgirá um excedente de

demanda de mão de obra; é que a demanda do setor de investimento se elevou (pois o custo da técnica alfa é maior), enquanto que os empregos oferecidos no setor de bens de consumo não se reduziram.

Inversamente, com uma tendência à economia de capital, a política de manter constante o valor real do capital provocaria uma fase de prosperidade, e a política de manter constante o nível de emprego do setor de consumo provocaria uma fase de depressão. A política intermediária de apenas conservar uma demanda constante de mão de obra implica uma liberação de mão de obra do setor de investimento, acompanhada de um aumento correspondente do emprego no setor de bens de consumo.

Robinson passa a considerar a tendência (intensiva ou não na utilização de capital) e a parcimônia. Supõe que o progresso tendencioso (intensivo ou não na utilização de capital) se realize em condições de pleno emprego. Nesse caso, a relação entre o investimento bruto e o consumo se eleva perante uma tendência à utilização de capital e se reduz em presença de uma tendência à economia de capital. Considera o efeito sobre a poupança; para tal, pressupõe constante a taxa de salários nominais.

Quando se mantém o pleno emprego, diz, os custos de mão de obra em termos nominais permanecem constantes, quer os trabalhadores estejam se deslocando de um setor para o outro ou não. Supõe que as firmas continuem a pagar, não importa o que aconteça, as mesmas quantias em dinheiro aos capitalistas e que estes continuem a gastar o que recebem na compra de bens de consumo.

Durante um período de transição em que os trabalhadores estejam se deslocando para o setor de investimento, a produção de bens de consumo se eleva com velocidade menor que a produção *per capita*. Os capitalistas e os trabalhadores mantêm a mesma parcela relativa de consumo, aconteça o que acontecer; se os preços caírem, e o consumo por unidade de dispêndio nominal se elevar, mais devagar ou mais depressa ou no mesmo compasso da produção de bens de consumo.

O que ocorre, de fato, nessa situação, é que as firmas tomadas em conjunto financiam o investimento que julgam necessário fazer através da retenção dos lucros. No caso da tendência a intensidade de capital, elas impõem a parcimônia aos capitalistas exatamente na medida necessária para atender ao investimento adicional que se está levando a fim.

Robinson afirma aqui que a parcela do consumo capitalista ou do consumo dos *rentiers* será reduzida (através da retenção) sendo destinada ao investimento. Ou seja, o produto excedente ou o valor excedente será composto de parcela maior de meios de produção (investimento).

Acredita que, ao contrário, quando a tendência se apresenta na direção da economia de capital, elas permitem aos capitalistas o “consumo do capital que está sendo poupado”. Esta afirmação de Robinson, como é óbvio, não deve ser interpretada de forma literal, considerado capital os equipamentos; evidente que, nessa forma física, não podem ser consumidos pelos capitalistas. Refere-se que as firmas providenciaram a diminuição da retenção e, portanto, o possível aumento do consumo dos capitalistas. O excedente irá mudar sua composição.

Lembra Robinson que quando ocorre uma suposta transição de uma idade de ouro para outra com a mesma taxa de crescimento e uma relação mais alta entre capital real e mão de obra, a taxa de lucro sobre o capital terá diminuído. Uma vez que a taxa de salário foi elevada na mesma proporção que a produção de bens de consumo, o lucro bruto por trabalhador, distribuído pela força de trabalho como um todo, terá se elevado na mesma proporção, mas o valor do capital por trabalhador se terá elevado em proporção maior.

Esta possibilidade aventada por Robinson lembra a ressaltada por Marx para a queda da taxa de lucro, embora este tenha entendido que esta queda pode ocorrer mesmo com uma queda na participação do trabalhador (como se viu no capítulo 4). Ao contrário, a tendência de economizar capital eleva a taxa de lucro.

Mas, por outro lado, nota Robinson, se, por hipótese, as firmas pagam aos capitalistas a mesma proporção dos lucros, e este é consumido, a taxa de lucro se eleva se a tendência é no sentido de utilização de capital e abaixa se a tendência é no sentido de economizar capital. Deve-se lembrar que para Robinson os lucros dependem do consumo dos *rentiers* e dos investimentos, portanto um incremento dos investimentos, em decorrência da hipótese de uso intensivo de capital, e o consumo capitalista mantido, resultará em lucros mais altos.

Robinson elabora mais algumas reflexões decorrentes de suas hipóteses e apresenta seus resultados: Se a taxa de lucro fosse a mesma após a realização da transição, a parcela representada pelos salários no valor da produção seria menor onde a tendência fosse no sentido do emprego de capital, e maior onde ela fosse no sentido de economizar capital. Se o capital e a renda líquida forem avaliados em termos de bens de consumo, a razão global capital/renda terá sido elevada por uma transição tendente à utilização de capital e diminuída por uma transição tendente à economia de capital.

Quando se segue a política adequada, no sentido da intensificação ou de economia do capital, de forma a se manter o pleno emprego com uma taxa de lucro constante, a tendência é a queda

ou elevação contínua da parcela representada pelos salários no valor da produção, bem como a uma elevação ou queda contínua na relação global capital/renda.

Ao constante crescimento da produção de bens de consumo, acompanhada por uma modificação contínua da relação capital/renda, com uma taxa de lucro constante, é o que Robinson denomina uma quase idade de ouro. Esse conceito, contudo, depende de suposições bastante improváveis, como a argumentação, que se acabou de apresentar, demonstrou.

Robinson passa a considerar o progresso técnico inconstante. Se, por hipótese, ocorre um salto no progresso técnico, no sentido de que os últimos projetos para plantas do setor de consumo constituem um melhoramento maior do que aquilo que havia ocorrido anteriormente e ainda é suposto que a concorrência entre as firmas seja suficientemente forte para manter os preços caindo com os custos, dá-se uma queda dos preços mais rápida (uma elevação mais rápida dos salários reais) do que antes, e algumas das plantas mais antigas se tornam obsoletas mais depressa do que se esperava com base na experiência anterior. As firmas apanhadas por uma queda inesperada dos preços sofrem perdas, no sentido de que têm que depreciar plantas que não cobriram ainda seu custo inicial. A partir dessas hipóteses supõe que, se elas se recusam a ser forçadas a encerrar suas atividades, e se conseguem os recursos financeiros necessários, elas vão responder ao desafio através da reposição da planta obsoleta. O resultado será um aumento da demanda de novas plantas, cria-se uma fase de prosperidade para o investimento. Inversamente, surge um período de depressão, quando o progresso técnico esmorece ou a concorrência se abrandam.

Robinson, por fim, passa a considerar a reação provocada pelas modificações do ritmo de investimento sobre a escolha de técnicas entre aquelas disponíveis em um dado momento. Se antes de se delinear a fase de prosperidade prevalecessem condições próximas ao pleno emprego, seria provocada uma situação inflacionária, haveria escassez de mão-de-obra e a cômoda suposição de que as taxas de salário são constantes se tornaria insustentável. Na turbulência de uma situação fora de equilíbrio não se pode fazer uma generalização simples, mas certamente não seria razoável esperar que as firmas envolvidas numa disputa por mão de obra escolhessem técnicas menos mecanizadas. Inversamente, em condições de depressão, se as firmas reagem ao nível de salários reais, ao invés de fazê-lo com relação ao estado da oferta de mão de obra, a tendência será no sentido da escolha de técnicas mais mecanizadas, que reduzam o nível de emprego oferecido por um dado valor real do capital. O fato de que o progresso técnico tende a ser instável, sendo, portanto, imprevisível, tende a aumentar a

parcimônia. As firmas prudentes preferem errar do lado seguro e gostam de cancelar as plantas em sentido financeiro antes que se tornem de fato obsoletas. Isso tende a elevar as reservas para amortização e a reduzir na mesma medida aquilo que é contado como lucros líquidos distribuíveis; cria, portanto, uma tendência a reduzir a taxa de lucro ligada a qualquer taxa de crescimento dada.

Pode-se verificar, pelo exposto, que para Robinson o progresso técnico decorre da valorização da força de trabalho, ou seja, para ela o progresso técnico se constitui em um fenômeno subordinado à natureza e ao estágio das relações sociais de produção. Isso é, considera essa valorização como o elemento condicionante (nas economias capitalistas) não apenas da “escolha” das técnicas, mas também do custo do investimentos e da própria taxa de lucro. Em outros termos, o excedente e seu valor, representados na taxa de lucro, e as oscilações e perspectivas de sua produção e realização, no caso afetadas pelo preço da força de trabalho, condicionam o progresso técnico.

No entanto, isto não significa que o progresso técnico está condicionado à situação vigente no mercado de trabalho. Robinson afirma em outra ocasião, por exemplo, que o progresso técnico não é inibido por uma deficiência na procura de mão de obra. Ou seja, a luta concorrencial entre as empresas e o uso industrial, de descobertas feitas na causa da ciência ou da guerra também aumentam a produtividade, mesmo quando existe um excedente de mão-de-obra disponível. O próprio acúmulo dos conhecimentos científicos é, segundo Robinson, fator de estímulo ao progresso técnico. Mas a condição fundamental, embora a autora não explicita nestes termos, é a expectativa de valorização.

Robinson e Eatweel em seu livro texto a *Introdução a Economia* (1978), capítulo 4, escrito, poderia-se dizer, em sua maturidade intelectual, registra vários pontos que valem a pena aqui destacar, visto que representam uma simplificação de seus escritos, em especial de alguns resultados de *Acumulação de capital* e dos *Ensaio*s que se acabou de analisar, e um resumo, por se tratar de um livro texto, de vários pontos de sua visão acabada sobre o progresso técnico. Questiona se um aumento no lucro por homem empregado conduz a uma elevação da taxa de investimento. Afirma que não necessariamente, pois entende que é igualmente provável que um rendimento maior por unidade de trabalho reduza ou aumente a quantidade de trabalho que um homem está disposto a efetuar, da mesma forma podem lucros mais fáceis fazer um grupo de capitalistas sentir que não há necessidade de lutar tão arduamente para expandir seus negócios. Acredita que a queda do nível de emprego, quando a

produção por trabalhador cresce mais rapidamente que o produto total, é um sério problema no mundo capitalista. Esta queda no emprego é descrita como desemprego tecnológico. Mas isto porque não existe uma economia racional. A mão de obra liberada pelo crescimento da produção por trabalhador poderia ser transferida do setor de consumo para o setor de investimento para acelerar a acumulação. Robinson diz que, se o investimento for considerado adequado, o consumo poderia ser elevado aumentando o pagamento aos trabalhadores por unidade de trabalho.

Portanto, se o nível de consumo fosse considerado satisfatório, a quantidade de trabalho poderia ser reduzida, encurtando-se a jornada de trabalho, alongando-se as férias, concedendo-se aposentadoria com menos tempo de serviço ou prolongando-se a educação.

Pode-se verificar aqui uma certa similitude com Marx, como se viu no capítulo 4, em que este considerou as possibilidades abertas pelo desenvolvimento do capitalismo para uma nova sociedade.

Os salários reais em elevação concorrem para amenizar a possibilidade da produtividade crescente causar o chamado desemprego tecnológico. Já se verificou que, se os salários reais permanecem constantes à medida que cresce o produto por trabalhador, o lucro por homem empregado se eleva. Conseqüentemente, para manter empregada uma força de trabalho constante, conservando-se inalterada a participação das poupanças nos lucros, seria necessário aumentar continuamente a parcela do investimento no produto. Quando os salários reais se elevam na mesma proporção que o produto por trabalhador, o problema da absorção de poupanças crescentes é muito menos sério. A participação dos lucros no valor da produção é, então, mais ou menos constante, e uma razão constante entre investimento e renda é suficiente para permitir que os lucros sejam realizados e que seja mantido o nível de emprego.

Para garantir uma proporção constante entre as quantidades de emprego nos dois setores não basta a neutralidade das inovações por si só. Tal resultado requer não somente que as inovações sejam tecnicamente neutras, mas também que o salário se eleve em proporção ao crescimento da produção por trabalhador e que a participação do investimento na renda se mantenha constante. Se os salários crescessem numa menor proporção, o produto total cresceria menos que o produto por trabalhador; as condições de crescimento equilibrado seriam perturbadas, muito embora o progresso técnico tivesse sido tecnicamente neutro

Robinson em *Contribuições a Economia Moderna* (1979a), na parte que dedica a comentar o capital e os lucros, ressalta que, no sistema de análise de Marx, o problema de

realizar o excedente, isto é, da procura efetiva, é mais ou menos separado do processo de acumulação. Destaca que Kalecki desenvolveu, a partir do esquema da reprodução ampliada, do volume II de *O Capital*, uma análise integrada. Ele mostrou, diz Robinson (com mais clareza do que Keynes), que os lucros constituem não só o motivo para o investimento, mas também o financiamento para sustentá-lo, ressaltando também que o desenvolvimento não depende apenas do investimento (o produto do departamento I), mas também exige um aumento adequado na produção de mercadorias-salário (departamento II), como se viu anteriormente na parte dedicada a Kalecki.

Robinson ao comentar a obra de Kalecki destaca uma limitação do seu modelo, que passa a ser parte de discussões sobre o capital. Em suas palavras:

Mas seu modelo - no qual os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ficam com o que eles gastam - mostra a determinação apenas do fluxo de lucro na renda nacional. Não discute a formação da taxa de lucro sobre o capital. Para definir a taxa de lucro é necessário definir o valor do estoque de capital, e ninguém parece capaz disso. (ROBINSON, 1979a, p. 17).

Robinson, na referida obra, diz ainda que Marx ressaltou a maneira pela qual as regras capitalistas do jogo estimulam a acumulação e o progresso técnico. Seus capitalistas não estão interessados em viver luxuosamente. Eles exploram o trabalho para acumular e aumentam a produtividade para terem um excedente maior para investir. A produtividade do trabalho é amadurecida como se estivessem em uma “estufa”. Eles impedem que os trabalhadores recebam qualquer parcela da maior produção, pois, se estes consumissem mais, haveria menor acumulação, e o crescimento da riqueza total seria retardado.

Em seqüência, nas *Contribuições*, argumenta que Keynes, antes de se preocupar com os problemas do desemprego, ao descrever o florescente capitalismo do mundo anterior a 1914, fez uma análise que é essencialmente igual à de Marx. Para demonstrar, Robinson transcreve algumas passagens de Keynes, onde se pode visualizar que este possuía, pelo menos implicitamente, a noção de um excedente econômico, bem como da importância deste para o crescimento da riqueza. A saber:

"A Europa estava organizada, social e economicamente, de modo a assegurar a máxima acumulação de capital. Embora houvesse uma certa melhoria continuada nas condições cotidianas da vida da massa da população, a sociedade estava constituída de maneira a deixar grande parte da renda aumentada sob o controle da classe menos capaz de consumi-la. Os novos ricos do século XIX não foram criados para grandes despesas, e preferiam o poder que o investimento lhes dava aos prazeres do consumo imediato. De fato, foi precisamente **a desigualdade da**

distribuição de riqueza que possibilitou as vastas acumulações de riqueza fixa e de **melhorias de capital** que distinguiram aquela época de todas as outras. Nisso reside, de fato, a principal justificativa do sistema capitalista. Se os ricos tivessem gasto sua nova fortuna na sua própria satisfação, o mundo há muito teria considerado esse regime intolerável. Mas, como abelhas, eles pouparam e acumularam, para maior vantagem de toda a comunidade, porque eles próprios tinham finalidades mais limitadas em perspectiva. A imensa acumulação de capital fixo que, para grande vantagem da humanidade, se processou durante o meio século anterior à guerra, jamais poderia ter ocorrido numa sociedade em que a riqueza fosse dividida **equitativamente**. As ferrovias do mundo, que aquela era construiu como um monumento à posteridade, foram não menos que as pirâmides do Egito, o **fruto de um trabalho** que não tinha **liberdade de consumir**, no desfrute imediato, o equivalente pleno de seus esforços." (KEYNES, 1919 apud ROBINSON, 1979a, p. 96, grifo nosso).

Robinson cita ainda a seguinte passagem de Keynes:

Duas pirâmides, dois monumentos aos mortos, são duas vezes melhores que uma; isso não acontece, porém com duas ferrovias de Londres a York.

[...]

Na medida em que os milionários encontram satisfação na construção de enormes mansões para lhes abrigar os corpos quando vivos, e pirâmides para dar-lhes guarida após a morte, ou, arrependendo-se de seus pecados, levantam catedrais e fazem doações a mosteiros ou missões no exterior, o dia em que **a abundância de capital** interferira **com a abundância da produção** pode ser adiado. A abertura de buracos no chão, paga com as poupanças, aumentará o emprego, e não só o emprego, mas o dividendo nacional real de bens e serviços úteis. (KEYNES, 1936 apud ROBINSON, 1979a, p.97, grifo nosso).

Deve-se notar que no pensamento de Keynes acima exposto está evidente a repercussão da forma física que o produto excedente assume sobre a acumulação, pois expõe “duas pirâmides [...] são duas vezes melhores do que uma”, mas duas ferrovias de Londres a York não são melhores do que uma²¹.

Robinson, em diversos momentos, expõe seu pensamento sobre a acumulação e o excedente. O conceito de poupança e de investimento é central, como se viu ao longo do aqui já exposto, para se entender a forma como a autora entende que deva ocorrer a acumulação. Em *Contribuições à Economia Moderna*, afirma que os colaboradores de Keynes incluíam entre os itens principais de sua discussão a relação entre a procura e a produção. Assinala que Khan descobriu que a poupança, durante qualquer período, é necessariamente igual ao investimento nesse mesmo período. Kahn imaginou cordões colocados em torno das indústrias de investimento e bens de consumo, e estudou as transações entre elas. Robinson observa: “O excesso da renda do setor de consumo sobre seu próprio consumo, isto é, a poupança é igual ao dispêndio sobre consumo do setor de investimento. Assim, a soma das

²¹ Em Keynes, este aumento do capital irá afetar o que denominará posteriormente de eficiência marginal do capital (do investimento).

poupanças do setor de consumo e do setor de investimento é igual ao valor do investimento” (ROBINSON, 1979a, p.13).

Pode-se observar aqui que Robinson considera, nesta situação, que o excedente (ou os lucros) realizado seja igual à poupança.²² Posteriormente ampliará seu modelo de forma a prever no consumo do excedente (dos lucros) o consumo dos *rentiers*. Nesta ocasião, a poupança passa a não ter uma dimensão equivalente à da totalidade do excedente (do excedente efetivo). A parte destinada aos capitalistas poderá ser consumida ou poupada (o investimento é levado a cabo pelas empresas). Robinson enfatiza que a poupança significa menor dispêndio em consumo e limitação do mercado dos produtos, o que reduz a lucratividade do investimento e, por sua vez, o investimento significa o uso do trabalho para produzir bens que não estão disponíveis para o consumo, e isso aumenta a procura em relação à oferta.

Robinson, no artigo *Acumulação e Exploração: uma análise na tradição de Marx, Sraffa e Kalecki* (1988) elaborado com a colaboração de Amit Bhaduri”, se propõe a formular um pensamento experimental que se passa a analisar, pois importante para que se verifique como, através da razão de exploração e do excedente potencial, Robinson elabora sua análise. Robinson formula um pensamento experimental:

[...] elaborado de forma a revelar o significado de um estoque de autoreposição, a demonstrar a relação entre a produção técnica de um excedente e sua realização como lucro e mostrar o papel do “animal spirits” mesmo num estado estacionário. (ROBINSON, 1988, p.11).

Para tal apresenta um modelo Sraffiano, ou uma família de modelos, conforme expõe, na qual se inclui a distribuição nos termos de Marx e a realização nos termos de Kalecki. Seu método consiste, em elaborar o modelo de Sraffa, tratando inicialmente de um problema de cada vez e depois recombinação cada um desses problemas. Tal como o modelo de Sraffa, o modelo descreve uma sociedade constituída por duas classes em uma economia capitalista pura, sem comércio exterior e sem taxaço. Na maior parte, a discussão é conduzida em termos de um sistema com um único método de produção com preços normais de longo prazo.

Inicialmente, Robinson considera um estado estacionário. Assinala que Sraffa não precisou perguntar se o seu sistema estava ou não estava crescendo.

Conforme a autora, o produto líquido, o excedente no sentido de Sraffa, pode ou não incluir alguns itens físicos a serem adicionados ao estoque, e os trabalhadores recebem uma parcela

²² Desconsidera o consumo dos capitalistas, ou melhor, inclui o consumo dos capitalistas ou *rentiers* do departamento II junto com o consumo dos trabalhadores sobre a denominação de consumo do departamento.

do valor do produto líquido e não uma quantidade de bens de consumo específicos. Nesse aspecto, como ressalta, seu sistema é uma modificação do dele, pois faz uma distinção em termos físicos entre os meios de produção, que são básicos no sentido de Sraffa, cada um deles participando direta ou indiretamente do produto de todas as mercadorias, e os bens de consumo, que não são básicos. Há uma força de trabalho constante, que trabalha durante uma jornada-padrão diária e anual, e um estoque de meios de produção que é mantido intacto pela contínua substituição, conforme vão se esgotando, enquanto o fluxo global do produto líquido vai sendo consumido. A quantidade de cada item constitutivo do estoque depende do montante do requerido pelo fluxo global de produção e do seu período de reposição. A duração do período de reposição do estado de auto-reposição é o mínimo múltiplo comum do período de reposição de todos os itens. O estoque de cada item é representado, portanto, pelo montante de tempo de trabalho direta ou indiretamente necessário para produzi-lo e pelo padrão de tempo segundo o qual é empregado o trabalho. No estado estacionário, a força de trabalho total mantém o total do estoque básico (e também produz um volume de itens não básicos para consumo); mas, através do método de subsistemas, o trabalho incorporado em cada item particular pode ser diferenciado do resto.

Conforme supõe Robinson, a existência do estoque de auto-reposição pode ser investigada desde o começo, no tempo. Nota, no entanto, que este não é um processo no tempo histórico. Ele nunca atinge um momento em que o estoque foi formado pela primeira vez (após o término de um suposto período inicial de gestação), mas continua indefinidamente para o passado. A qualquer estágio do processo, por mais longínquo que seja, há um estoque de meios de produção já existente nas proporções adequadas, pois se supõe que o mesmo método de produção tenha sido usado desde o começo dos tempos. A parcela do salário real no excedente (produto líquido) pode, em princípio, ficar em algum ponto entre zero e o máximo fisicamente possível. Dada a especificação física do modelo, uma taxa de lucros particular e uniforme para toda a economia, se vincula a um padrão de preços particular para todos os itens do fluxo de produção (incluindo aí itens não básicos) e para os estoques de insumos, assim como um padrão para as razões lucros brutos/salários em cada indústria. Robinson, a partir dos resultados de Sraffa, assinala que comparando-se uma taxa de lucro mais alta com uma mais baixa, o padrão de preços pode ser extremamente diferente, mas o nível geral de preços deve ser mais alto e a taxa de salário real menor.

Robinson expressa a razão fluxo de lucros líquidos / folha de salários como a taxa de exploração, assinalando que Marx definiu esse elemento em termos de valor trabalho. A taxa

ou melhor, a razão de exploração não é determinada pela especificação técnica do sistema. Ela é um elemento independente da situação, que pode ser explicado pelos acasos da luta de classes. Mas nota que, no modelo formal, não há causalidade. A taxa de lucro determina e é determinada pela razão de exploração, seja ela qual for.

Robinson passa a considerar no modelo o fato de os *rentiers* e os trabalhadores consumirem diferentes cestas físicas de itens não-básicos - bens supérfluos e bens de consumo essenciais (embora possa haver itens comuns).

O valor do fluxo de supérfluos, em dólares, é igual ao fluxo de renda auferida pelos *rentiers*; o valor dos bens consumidos pelos trabalhadores é igual à folha de salários. Isso requer um estoque um tanto diferente de meios de produção para cada razão de exploração; a parte principal do estoque não é afetada, mas deve haver uma capacidade produtiva suficiente para produzir itens não básicos fisicamente diferentes. Robinson assinala:

E agora chegamos a um quebra-cabeças. A razão de exploração é logicamente anterior aos fluxos de bens supérfluos e de bens de consumo essenciais, mas os estoques necessários à produção desses itens já deve existir. Os marxistas há muito reconheceram o problema como a “crise de proporcionalidade” - para cada taxa de salário real dada deve corresponder uma certa divisão da capacidade produtiva entre o setor de investimento e do setor de bens de consumo. (ROBINSON, 1988, p. 93).

Robinson observa que a uma taxa de salário real diferente, implicando uma taxa de exploração diferente, deve corresponder uma proporção diferente entre os setores, ao passo que uma mudança repentina no salário real desequilibra as proporções de estoque com relação aos fluxos de produção. Registra que, quando os estoques estão em equilíbrio com relação ao produto, deve-se supor que o investimento feito nos dois tipos de estoque teve como base expectativas corretas com referência aos retornos que caberiam a cada um desses setores.

Robinson, sob a inspiração keynesiana, considera as expectativas. Assinala que se pode apresentar objeções à introdução das expectativas na análise, no caso, no modelo de Sraffa, mas o fato é que as expectativas subjetivas mantidas no passado se manifestam nos estoques objetivos atuais. Portanto, não reconhecer explicitamente os estoques equivale a ignorar a importância das expectativas mantidas - de forma correta ou errônea - como característica essencial do tempo na análise. Essa mesma consideração se aplica à formação dos preços. Quando há uma taxa de lucros uniforme, as margens de lucro bruto (o excedente dos rendimentos sobre os custos primários) para as cestas de produtos não-básicos são determinadas. Um produto que requer uma razão capital/produto maior apresenta margens brutas proporcionalmente maiores a qualquer nível da taxa de lucro. Cada tipo de produto

incluído no fluxo de produção requer uma determinada taxa de investimento bruto para manter seu estoque intacto e uma determinada reserva retirada do lucro líquido para gerar a taxa de lucro dada sobre o valor do seu estoque de produtos básicos de longa e curta duração, sobre seu capital.

Mas, na indústria, os preços têm que ser fixados antes da realização da venda. O nível dos custos unitários, com equipamentos de longa duração, depende do nível de utilização desses equipamentos. As margens brutas, em cada linha de produção, são fixadas de maneira a cobrir os custos e a produzir uma taxa de lucro líquido subjetiva-normal num nível padrão de utilização da capacidade produtiva. A taxa de lucros *ex-post* de cada linha de produção será normal quando a taxa padrão de produto for realizada. Se o produto real for maior que o padrão, os lucros serão acima do normal e vice-versa. Afirma Robinson que o quebra-cabeças - a crise da proporcionalidade revisitada sob a forma da questão de saber como os estoques podem se adequar exatamente a qualquer padrão de distribuição da renda - é precisamente o resultado do pressuposto de que as expectativas no passado foram exatamente corretas. Assinala que ao se considerar no modelo que os estoques se adequaram à distribuição de renda se está pressupondo que as expectativas no passado foram corretas. Aponta, no entanto, que exceto num experimento intelectual puro pode-se postular que uma taxa de lucros absolutamente uniforme seja realizada, pois as expectativas jamais podem ser exatamente corretas. No tipo de modelo em que a taxa de lucro é tecnicamente determinada, pode-se postular que ela seja uniforme, mas, nessa situação, as condições de realização do excedente físico sob a forma de lucro são deixadas no ar.

Robinson passa a considerar as variações na exploração. Num estado estável, com expectativa confiável, a razão de exploração é, por assim dizer, introduzida no estoque de produtos básicos. Uma mudança de uma razão de exploração para outra requer uma adaptação apropriada do estoque. Um aumento da razão de exploração, na relação entre o produto excedente e o consumo necessário, devido, por exemplo, a um aumento no poder de monopólio ou da redução da resistência dos sindicatos, causa uma elevação das margens de lucro e um aumento na distribuição dos rendimentos aos *rentiers*. Isso provoca um aumento dos gastos com produtos supérfluos, o que pode levar à produção desses produtos ao nível máximo da capacidade produtiva, aumentando ainda mais sua lucratividade. Uma queda no consumo de bens de consumo essenciais ameaça e até pode mesmo reverter o aumento do

fluxo de lucros do setor. Robinson supõe que esta modificação seja definitiva e que a nova situação dure, e se espere que dure, indefinidamente, de modo a criar um novo estado de expectativas de longo prazo. Em decorrência ter-se-á investimento bruto abaixo do nível de reposição nas indústrias de bens de consumo essenciais e acima do nível de reposição nas indústrias de bens supérfluos, até que a taxa de lucro seja equalizada entre os setores, num novo nível mais alto, sendo a composição do estoque de produtos básicos reajustada correspondentemente.

Robinson passa a supor a acumulação sem o consumo dos *rentiers*, ou seja, introduz um modelo no qual não há consumo a partir dos lucros e no qual o investimento líquido prossegue. Há uma taxa de crescimento dada pela razão global valor do fluxo de investimento líquido/valor do estoque. Nesse caso, como se está numa economia de um único método de produção, o nível de emprego deve aumentar na mesma proporção que a taxa de crescimento. Considera que a taxa de crescimento deve estar embutida no sistema desde o início; uma única técnica vai-se reproduzindo numa base de eterna expansão. Observa que, no caso considerado, as economias de escala estão sendo excluídas. Robinson observa um ponto essencial que se deve destacar:

Quando a taxa de crescimento é dada, a razão de exploração correspondente é determinada, mas não é verdade que a razão de exploração determine por si mesma a taxa de crescimento. A razão de exploração determina o excedente potencial do sistema, mas serão necessárias decisões de investimento tomadas por capitalistas ativos para que esse excedente seja transformado em lucros. (ROBINSON, 1988, p. 97).

A relação entre o excedente e a demanda efetiva aparece de forma visível aqui. O excedente potencial, dado pela razão de exploração, em dado momento constitui o marco possível para a acumulação. O investimento e a poupança determinarão o excedente efetivamente realizado, ou a parcela do excedente potencial que será realizado. A dimensão do excedente potencial, dada a relação de exploração, está determinada pela capacidade de produção do sistema. Em decorrência, no longo prazo, a ampliação da capacidade produtiva está condicionada à proporção entre o excedente realizado e o excedente potencial do sistema. Steindl, como se viu, considera que o investimento está relacionado com o nível da capacidade utilizada (e, portanto, do excedente potencial realizado).

Robinson passa a considerar o consumo dos *rentiers*. Afirma que, quando se combina o crescimento com o consumo dos *rentiers*, o excedente (produto líquido) consiste de

acréscimos líquidos ao estoque de produtos básicos mais o fluxo de produtos não-básicos. O fluxo de produto contém três elementos físicos: o complexo de produtos básicos (reposições e acréscimos) e as cestas de bens supérfluos e de consumos essenciais.

O fluxo dos lucros líquidos realizados se compõe, agora, de dois elementos: investimento líquido e o consumo dos *rentiers*. O que está de acordo com o famoso epigrama de Kalecki: “Os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam.” (ROBINSON, 1988, p.97).

A autora supõe, na seqüência, que a taxa de crescimento foi gerada pelas decisões dos capitalistas ativos (empreendedores) que dirigem os negócios e que eles também decidem sobre o montante de lucros a ser distribuído aos *rentiers* sujeito, é claro, ao total dos lucros, resultado das limitações impostas pela resistência da classe trabalhadora. Considera que, se os *rentiers* tiverem uma propensão a poupar, então o fluxo de consumo dos *rentiers* está relacionado com os lucros distribuídos. Ou seja, $C = a + (1-s) D$, onde C é o fluxo dos *rentiers* e D os lucros distribuídos.

Em conseqüência, tem-se que, quando o investimento excede às retenções, a renda dos *rentiers* excede os gastos de consumo, e a poupança por estes realizada corresponde exatamente ao montante exigido para financiar o excesso de investimento sobre os lucros retidos.

Robinson assinala que postular um dado salário real físico antecipadamente requer que os demais elementos do modelo girem em torno dele, de modo que as condições técnicas, a razão de exploração, a realização do excedente potencial e a taxa de lucros sejam consistentes com ele. Afirma ainda:

Se começarmos pela outra ponta, descobriremos que o **nível dos salários reais** de uma economia particular depende, antes de tudo, das **condições técnicas** e dos **estoques de meios de produção existentes**, que determinam o produto líquido que o sistema pode **gerar** em um estado de auto-reposição. Em segundo lugar, depende da **participação dos lucros** no produto líquido, que é governada pela taxa de acumulação e do consumo de supérfluos, sujeito aos **limites da razão de exploração** permitida pelas condições sociais. (ROBINSON, 1988, p.98-99, grifo nosso).

Robinson afirma, explicitamente, que a participação do lucro no produto líquido ou excedente (no novo valor acrescido) é governada pela taxa de acumulação e do consumo dos supérfluos. Mas sujeita, e aí o ponto importante a expor, aos limites da razão de exploração permitida pelas condições sociais, ou seja, pelo excedente potencial, no sentido clássico ou marxista, gerado no sistema.

Robinson, no referido artigo assinalará, ainda, que os capitalistas, nos vários setores da indústria, fixam seus preços de venda com relação aos custos, de acordo com as diferentes estratégias de busca de lucros. A interação existente entre eles estabelece o grau de monopólio, isto é, o *mark-up* global adicionado à folha de salários total. E assinala:

Mas até que os fluxos de produto de mercadorias sejam vendidos aos preços fixados no mercado o “markup” sobre a folha de salários permanece apenas como um excedente potencial. Os gastos com investimento e consumo feitos pelos capitalistas determinam quanto desse excedente potencial é realizado realmente como lucros. (ROBINSON, 1988, p. 99).

Por fim Robinson conclui que esse é o ponto ao qual um modelo econômico com um único método de produção pode chegar. Uma economia de um único método de produção jamais será encontrada na história do capitalismo, pois a acumulação de capital é sempre acompanhada do surgimento das inovações técnicas e, a qualquer momento, o estoque existente de meios de produção é composto principalmente de fósseis de fases de desenvolvimento técnico anteriores, ao mesmo tempo em que o investimento bruto corrente vai instalando os tipos mais modernos de equipamentos. Para aplicar o modelo ao tempo histórico, deve-se levar em consideração a mudança. A mudança, como se viu, Robinson procurou analisar através da acumulação com progresso técnico.

Em diversos outros momentos pode-se constatar a importância da noção de excedente no pensamento da autora, especialmente na parte mais adiantada de sua obra. Um destes momentos ocorre quando trata da questão do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Em *Filosofia Econômica* (1964) examina essa temática, como o próprio título do capítulo V, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, mostra. No referido capítulo, Robinson observa que se se tentar localizar algo que ilumine a questão do desenvolvimento a longo prazo se encontrará por todo o lado a predição de que a taxa de lucro deverá cair. Assim, os argumentos de Ricardo, dos neoclássicos, de Marx, Marshall, Keynes levam todos a esta conclusão.

Na seqüência, Robinson irá assinalar, argumento reiterado ao longo de sua obra, que numa economia de empresa privada, as decisões de investir são tomadas à luz dos possíveis lucros, e como os possíveis lucros são diminuídos pela frugalidade dos indivíduos temos como consequência que esta frugalidade é um fator deflacionário e depressivo numa economia de mercado. Só é útil à acumulação, na medida em que a propensão para investir é

forte o suficiente. Quando a propensão a investir é fraca, a frugalidade só a torna mais fraca. Assinala que, para se compreender os motivos do investimento, tem-se que compreender a natureza humana e a maneira pela qual ela reage às várias formas de sistema econômico e social a qual tem que operar.

Afirma Robinson que Harrod, embora as deficiências do seu tratamento dos determinantes da acumulação, deu uma importante contribuição, pois salientou a distinção entre a taxa de acumulação requerida para realizar a taxa natural de crescimento, isto é, a taxa tecnicamente possível, e a taxa que realmente ocorre numa economia não-planificada de iniciativa privada. A taxa natural de crescimento é governada pela taxa de crescimento da força de trabalho e pela taxa de crescimento da produção *per capita*. O seu diagnóstico, como diz Robinson em *Filosofia Econômica*: “[...] é que a acumulação real é normalmente menor do que a taxa requerida para realizar a **tecnicamente possível** taxa de crescimento de produção.” (ROBINSON, 1964, p. 105, grifo nosso).

Robinson argumenta, na seqüência, como em outras partes de sua obra, como visto anteriormente, que o investimento apresenta um limite. Define esse limite:

Dada uma organização perfeita, ajudada por instituições sociais apropriadas e operada com probidade e sabedoria, continuará a haver um limite à quantidade de investimento que pode ser realizado por qualquer força de trabalho determinada (as exportações costumavam pagar pelo equipamento importado, como parte do investimento). O **limite** é estabelecido pelo excedente por homem empregado na promoção de simples necessidades de consumo, sobre o seu próprio consumo. A proporção entre o excedente e o consumo por homem governa a **proporção máxima da força de trabalho** que pode ser **imputada ao investimento**. (Isto é, obviamente, uma simplificação crua de uma questão intrincada, mas o princípio fundamental prevalece, contudo, por mais sofisticadas que as suas complexidades pareçam). (ROBINSON, 1964, p.111, grifo nosso).

Na obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1981), Robinson formula um capítulo específico sobre o excedente e a acumulação, capítulo 2. Neste discorre sobre o pensamento de Smith, Ricardo e Marx, examinando como eles consideraram o excedente em suas análises.

Afirma que “Ricardo tratou o excedente como constituído de duas partes separadas: a renda e os lucros.” Destaca ainda nessa obra que a determinação dos salários não está relacionada com a produtividade marginal do trabalhador. É da essência do sistema de Ricardo, lembra a autora, que o salário, em termos de produto, seja dado independente do volume do emprego ou do produto médio por homem. Robinson, referenciando a economia de trigo de Ricardo diz: "Do produto subtrai-se a conta anual de salários e sementes necessários ao emprego de

um homem, no ano seguinte. O restante é o excedente ou produto líquido. Isso constitui o lucro do agricultor. A taxa de lucro sobre o capital é então a razão entre o excedente, como fluxo de trigo que é produzido, e o estoque auto-renovável de trigo investido na produção.” (ROBINSON, 1981, p.30).

Segundo Robinson a contribuição de Marx foi à concepção de que a capacidade de trabalho também é vendida pelo seu valor. O salário é avaliado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. O trabalho tem, assim, a qualidade excepcional de produzir mais do que seu próprio valor. Diz Robinson que “Isso poderia parecer, hoje, uma maneira bem metafísica de ver as coisas, mas a idéia básica é simples e bastante sólida – é que empregando o trabalho e outros insumos físicos, é possível produzir mercadorias que se vendem por mais do que seu custo – isto é, obter lucro.” (ROBINSON, 1979a, p. 216-217).

Robinson acredita que os preços relativos de determinadas mercadorias não foram relevantes para o argumento principal de Marx, pois se relacionavam com a divisão geral do produto líquido (ou o valor acrescido) da indústria como um todo, entre **salários** e **lucros**. A taxa geral de exploração - a razão entre lucros líquidos e salários - é a chave da distribuição. Conforme a autora:

Essa formulação torna possível nos concentrarmos na principal preocupação de Marx - S/V - a taxa de exploração ou a razão entre excedente e salários. (ROBINSON, 1981, p.32).

Robinson argumenta ainda, de forma coerente com o seu pensamento exposto nas obras anteriormente examinadas, que, em uma economia monotécnica, o volume potencial de emprego depende do estoque total existente de meios de produção e da razão entre o capital físico agregado e o trabalho, mas a realização do volume potencial de emprego depende do estado da procura efetiva. O volume de produção que os negócios julgam lucrativo é o volume que eles esperam vender por um fluxo de recebimentos que excede seu custo por uma margem suficiente. Pode-se verificar aqui que Robinson defende que o volume de emprego depende do estado da procura efetiva. Ou seja, Robinson tem presente que o nível do excedente realizado, em relação ao excedente potencial decorrente da capacidade produtiva do sistema, depende da demanda efetiva. Os indivíduos ao por de lado parte de sua renda acumulam riqueza, consumindo menos que sua renda permitiria. Este fato, conforme ressalta, por exemplo, em *Introdução à Teoria do Emprego* (1980, p.17), não acarretaria dificuldade alguma, se a decisão de poupar conduzisse diretamente a uma procura de capital real: casas,

máquinas, navios etc. Se isso ocorresse, a parte poupada de renda geraria emprego na indústria de bens de capital, assim como a parte gasta em consumo geraria emprego na indústria de bens de consumo. O desejo de poupar não seria então causa de desemprego. Tem-se aqui, portanto, que o conceito de poupança é, em certo sentido, relacionado a uma decisão individual. Deve-se observar, no entanto, que essa está em grande parte relacionada ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a dimensão do excedente econômico. Relação esta que passa a ser captada, dentro de uma terminologia keynesiana, por uma maior propensão a poupar decorrente do crescimento da renda²³.

Robinson reproduz em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* o argumento apresentado em outras partes de sua obra de que a parcela do lucro bruto a curto prazo e a taxa de lucros sobre o capital, a longo prazo, são governadas pelo investimento e pela propensão ao consumo. Afirma que essa é a teoria keynesiana da distribuição. Robinson argumenta que, embora o próprio Keynes tivesse rejeitado Ricardo e desaprovado Marx, essa teoria se relaciona com os clássicos. A função do lucro é ser acumulado. A despesa com rendimento não-ganho é uma exploração extra dos trabalhadores que não é justificada pela sua utilidade para a sociedade.

Por fim, ao considerar uma hipotética economia, Robinson reapresenta no capítulo dois, que trata sobre o excedente e a acumulação, os argumentos já apresentados em diversos momentos de sua obra. Considera, nesse capítulo, uma economia isoladamente abstraindo o setor agrícola, o governo, o comércio exterior e, na primeira fase, o dispêndio em artigos de luxo. E questiona: como é possível aos capitalistas (tomados em conjunto) obter lucro vendendo bens de salário a trabalhadores cujos salários eles próprios estão pagando? A resposta está de acordo com o anteriormente exposto em outros momentos, como em a economia Marxiana, por exemplo. A diferença é que aqui Robinson nomeia a causa do aumento da riqueza e da capacidade produtiva:

[...] os salários estão sendo pagos não só para a produção de um fluxo de bens de salário, mas também aos trabalhadores dedicados ao investimento na substituição e ampliação do estoque de meios de produção. O dispêndio desses salários proporciona o excesso dos recebimentos das vendas dos bens salário sobre a própria conta dos salários. Parte desse excesso cobre o custo da substituição e ampliação dos meios de produção (inclusive o estoque do departamento II quando o emprego aumenta) que aumentam sua riqueza e sua capacidade produtiva. É esse o

²³ Observando, é claro, que a poupança está relacionada com o nível de renda e não diretamente com as classes sociais. A parcela da classe trabalhadora que, através da diferenciação salarial, possui uma maior participação na renda e, portanto participa no excedente gerado no processo produtivo, em termos clássicos e marxistas, possui uma propensão a poupar maior que os outros segmentos da classe trabalhadora.

mecanismo essencial da exploração ou extração de um excedente do emprego do trabalho. (ROBINSON, 1981, p. 36).

Robinson expõe, na passagem acima, o entendimento de que o mecanismo essencial da exploração ou extração do excedente que leva ao aumento da riqueza e da capacidade produtiva é o excedente de bens salário sobre o consumo de bens salário no setor produtor de bens de consumo (o excedente nesse setor). Este excedente destinado aos trabalhadores do setor dos meios de produção possibilita a substituição e ampliação dos meios de produção. Pode-se ver aqui a influência de Kalecki.

Robinson, no referido capítulo, ao analisar a demanda efetiva utiliza um vocabulário que demonstra a influência de Marx e Keynes ao descrever como o capitalista pode obter lucros:

Um capitalista individual não pode, é claro, obter lucros com os seus próprios gastos. Os lucros de cada um dependem do dispêndio de todos. O volume de investimento que um capitalista individual quer realizar, em qualquer período de tempo, depende das **expectativas** de lucro, tal como ele as vê, da expansão de seus negócios e da “disposição” ou “**ambição de mais-valia**”, que o impulsiona a sair em busca de lucros. O volume que ele pode realizar depende das finanças que controla, seja dos lucros de seu negócio já existente, ou de empréstimos. Um projeto de investimento não pode ser financiado com os lucros que proporcionará no futuro – é preciso ser financiado antecipadamente. A disponibilidade de financiamento tem uma influência importante sobre a taxa de acumulação, mas a provisão do financiamento não é suficiente, por si só, para garantir que o investimento seja realizado. (ROBINSON, 1981, p. 36, grifo nosso).

Do exposto acima por Robinson, pode-se verificar que as expectativas são fundamentais para a realização do investimento. Mas estas expectativas são relacionadas à ambição da obtenção do valor excedente, do lucro, do excedente.

Robinson afirma que a teoria de Keynes focalizou uma economia capitalista desenvolvida e pretendia discutir a ascensão e queda do emprego e do nível da capacidade produtiva já existente. A questão a ser desenvolvida numa economia industrial de terceiro mundo é a variação da capacidade produtiva, mas entende que a questão também envolve o princípio de demanda efetiva ou, como explicita, “da realização da mais-valia” em termos marxistas.

Mas o ponto que se deve destacar para finalizar esta exposição de Robinson é que, como se pode concluir pelo exposto pela autora na passagem acima, as expectativas são fundamentais para a realização do investimento. Mas estas expectativas estão relacionadas com a ambição da obtenção do valor excedente, do lucro, do excedente.

Por fim, deve-se mencionar que a interpretação que Piero Sraffa dá a Ricardo e a interpretação que Michal Kalecki faz da teoria do emprego parecem ser contraditórias, pois

enquanto para Sraffa um aumento dos salários implica em uma redução dos lucros, em Kalecki e em Robinson um aumento dos salários não implica necessariamente em uma redução dos lucros. Este fato decorre de que a solução de Sraffa pressupõe a determinação lógica dos preços, das taxas de lucro e de salário, dadas as condições técnicas, a distribuição de renda e a composição da demanda final, e não uma explicação teórica efetiva dos níveis de preços, salários e taxa de lucro. Ou seja, Sraffa pressupõe um excedente dado. Enquanto para Kalecki e Robinson, mesmo no curto prazo, o lucro realizado, ou seja, o excedente efetivo, dependerá do gasto realizado pelos capitalistas.

7 CONCLUSÃO

Pode-se observar ao longo do trabalho que é com os fisiocratas que o excedente passa a se constituir em um conceito central, embora, antes desses, diversos autores consideraram em suas análises o conceito de excedente.

Os fisiocratas concluem que se o produto social, para eles constituído inteiramente de mercadorias agrícolas, deve ser obtido ano após ano, uma parte dele teria de ser reempregada na produção, mesmo ao se considerar a ausência de crescimento da produção. Esta parte reempregada deveria contemplar, além dos meios de produção necessários, uma parte para a subsistência dos trabalhadores agrícolas. A parte restante da produção constituiria o excedente. O excedente, assim concebido, era como uma dádiva da natureza. A origem do excedente estava baseada somente na produção agrícola e, como se viu, a renda fundiária era a única forma desse excedente (valor). Posteriormente, diversos outros autores em outros momentos utilizaram o conceito de excedente e de valor excedente para a análise do capitalismo, tendência que adquiriu força e se desenvolveu de forma peculiar a partir da Revolução Industrial.

Já Smith analisa uma economia capitalista em plena expansão. Amplia o conceito de excedente, ou seja, a origem do excedente não estava baseada somente na agricultura, mas sim, de forma geral, em toda a produção. O lucro, que para os fisiocratas constituía-se em uma espécie de salário, passa a se constituir em uma nova categoria de renda. Como se viu, essa interpretação do lucro sobre o capital constitui-se não somente em fenômeno conceitual, mas também histórico. O excedente, resultado do trabalho produtivo, promove a acumulação; o novo capital aumenta a produtividade, o excedente. Smith concebe que a divisão do trabalho aumenta a produtividade, o excedente por trabalhador; altera, portanto, o conceito de produtividade, ou seja, da capacidade de produzir excedente (produto líquido). Aceita a definição fisiocrática da produtividade como a capacidade para a geração de excedente, mas afirma que essa capacidade encontra-se no trabalho. Assinala, ainda, que o aumento do estoque de capital decorre do volume das poupanças limitado pela dimensão do excedente. Ou seja, da parte da produção acima da necessária para a reprodução do sistema: o que for poupado, não consumido, será retransformado em capital.

Ricardo, como se observou, afasta a objeção assinalada por Smith de que não haveria equivalência entre a quantidade de trabalho empregada na produção de cada objeto e a quantidade de trabalho que este objeto, uma vez produzido, pode comprar no mercado (*labour comanded* na expressão de Smith). A falta de coincidência entre as relações de troca e as relações entre as quantidades de trabalho contido nas mercadorias passa, então, a ser analisada por Ricardo. A dificuldade que Ricardo encontra é a seguinte: o trabalho contido numa mercadoria é a soma de dois componentes: (a) o trabalho prestado no processo produtivo e que teve como produto a mercadoria e o trabalho indireto, constituído pelo trabalho contido nos meios de produção necessários para produzir essa mercadoria; (b) e pelo trabalho contido nos meios de produção que produziram aqueles meios de produção, e assim sucessivamente. Como a relação entre trabalho direto e trabalho indireto é diferente de mercadoria para mercadoria, uma modificação de salários provoca uma modificação nas relações de troca das mercadorias, mesmo se as quantidades de trabalho que as mercadorias contêm permanecerem invariáveis. A formulação central de Ricardo, na verdade, era de que o trabalho incorporado às mercadorias era o determinante dos preços. As modificações, em relação à regra de que os preços eram proporcionais ao volume de trabalho incorporado devido às diferentes razões capital/trabalho, era somente um fator modificador de importância secundária. Esse ponto será posteriormente desenvolvido por Sraffa, mostrando que a dimensão do excedente, dos lucros, nos termos de Ricardo, afeta de forma diferenciada os preços das diversas mercadorias. Ricardo entende, no entanto, que existe uma relação inversa, em condições estacionárias, entre os salários e os lucros.

Ricardo tinha uma visão de que a contribuição das máquinas para a produção era a contribuição do trabalho passado. Para Ricardo, o conceito de capital era idêntico ao de ferramentas e máquinas bem como aos de outros meios de produção. O capital, para ele, é a parte da riqueza empregada na produção e consiste em alimentos, roupas, matérias-primas e máquinas, como afirma nos *Princípios*, no capítulo V que trata sobre os salários. O capital é a parte da riqueza de um país empregada na produção e consiste em alimentos, roupas, etc. Assinala que a quantidade de capital pode aumentar sem que a totalidade ou alguma fração dele tenha maior valor do que antes, podendo inclusive ter um valor ainda menor

Ricardo, no capítulo XXXI sobre a maquinaria, revela que seu entendimento anterior, de que a introdução da maquinaria é benéfica para a todas as diferentes classes da sociedade, era um equívoco, pois o excedente (o produto líquido) pode aumentar enquanto declina o

rendimento da classe trabalhadora. Argumenta que o excedente pode aumentar enquanto o rendimento bruto pode declinar, ou seja, a mesma causa que pode aumentar o excedente (o produto líquido) de um país pode tornar a população excedente e deteriorar as condições de vida dos trabalhadores.

Ricardo preocupou-se com o crescimento econômico. Para ele o crescimento do excedente e sua aplicação é a causa do crescimento econômico. A condição necessária e suficiente é a existência de uma taxa média de lucro suficientemente elevada. Com a própria valorização do capital, haverá poupanças abundantes, e o desenvolvimento econômico estará assegurado pelo aumento do emprego e pelas melhorias das técnicas de produção. A riqueza, o crescimento e o desenvolvimento são considerados, por Ricardo, a partir da capacidade de gerar e utilizar o produto líquido, os rendimentos (o excedente). A riqueza de um país para Ricardo é destacada no Capítulo XX – *Valor e Riqueza*:

“De tudo que foi dito resulta que a riqueza de um país pode ser aumentada de duas maneiras: pela utilização de uma parte maior dos rendimentos na manutenção do trabalho produtivo, o que não aumentará somente a quantidade como o valor do volume total de mercadorias; ou, sem empregar nenhuma quantidade adicional de trabalho, fazendo com que a mesma quantidade, seja mais produtiva - o que contribuirá para a **abundância**, mas não para aumentar o **valor** das mercadorias (RICARDO,1982, p. 192, grifo nosso).

A evolução da taxa de lucro dependerá, como se viu, dos preços agrícolas: na medida em que terras menos férteis são necessárias para a produção, o seu custo (em trabalho) se eleva e, com isso, haverá um aumento dos preços agrícolas e um aumento da renda da terra, visto que nas terras mais férteis, em decorrência da uniformidade das taxas de lucros, se estabelecerá o pagamento de um diferencial aos proprietários de terra em decorrência da diferença da produtividade do trabalho nas diferentes terras. O aumento dos preços agrícolas levará a um declínio da taxa de lucro, visto que Ricardo considera que os salários constituem-se principalmente de produtos agrícolas (compram esses produtos), portanto, em diminuição da taxa de lucro em toda a economia (o maior custo em trabalho para a produção dos produtos agrícolas na terra marginal leva a um aumento do custo dos produtos agrícolas). Esse resultado será substituído posteriormente, na tradição de Ricardo, pelo resultado de que a taxa de lucro será afetada somente por modificações oriundas das indústrias produtoras de bens básicos.

Marx assinala que o excedente, e o trabalho excedente, não são uma característica exclusiva do capitalismo. Afirma que o que distingue o capitalismo dos demais modos de produção é que no capitalismo os instrumentos de trabalho e o trabalho acumulado são a fonte de renda e do poder da classe social dominante. Marx, como se observou, procura mostrar como ocorre a apropriação do excedente, pois, enquanto nas sociedades que precederam o capitalismo, esta ocorria mediante um ato de domínio ligado à posição entre usufrutuários e usufruídos, na sociedade capitalista todos os sujeitos apresentam-se como trocadores. Para tal, explicita a sua teoria do valor e do valor excedente, como se acompanhou, ao longo do capítulo 4. Argumenta que a capacidade de trabalho, a força de trabalho, é a fonte de valor. Entende que a força de trabalho só pode ser uma mercadoria se os trabalhadores tiverem liberdade de vender sua capacidade de trabalhar, e, para que isso ocorra, as restrições feudais à mobilidade da força de trabalho tiveram que ser removidas; os trabalhadores foram separados dos meios de produção (propriedade). Ou seja, o possuidor da força de trabalho, ao invés de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, passa a oferecer à venda, como mercadoria, sua própria força de trabalho.

Marx nota que, enquanto um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram neles como meio de produção. Produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho. No entanto, é o seu contato com o trabalho vivo, o único meio de conservar e realizar esses produtos do trabalho passado como valores de uso. Esse entendimento mostra um ponto importante, consistente, que pode ser invocado contra a proposição de não considerar as mercadorias de bens salário como básicas e o excedente como um resíduo. Marx afirma, como se observou, que a produção anual tem de fornecer todos os objetos (valores de uso) com os quais tem de ser repostos os componentes materiais do capital consumidos no decorrer do ano. Deduzidos estes componentes, resta o produto líquido ou o excedente, no qual se encontra a mais-valia. Assinala que, com a parte da jornada que o trabalhador repõe o valor diário da força de trabalho produz um equivalente ao valor dela já pago, repõe o capital variável com o valor novo criado (o trabalho necessário). Ao período do processo de trabalho em que o trabalhador exerce suas atividades além dos limites do trabalho necessário, Marx denomina como trabalho excedente. Marx deixa claro que a produção da mais-valia é o objetivo da produção, e que é a grandeza relativa do excedente que mede a riqueza. Mas, e aí o ponto importante, a grandeza do excedente determina-se pela sua relação não com o resto do produto total, mas com aquela parte do produto em que se

representa o trabalho necessário. Portanto, para Marx, não se pode, simplesmente, dizer que a mais-valia é a forma particular assumida pelo produto excedente quando a produção se destina ao mercado; pelo contrário, o sobretrabalho e o excedente correspondente têm origem na forma social específica do processo produtivo, ou seja, no fato de o processo produtivo se destinar à produção de valor e da mais-valia, e de o trabalho assumir a forma social de trabalho assalariado.

Argumenta Marx que a circulação do dinheiro como capital é uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor existe dentro de um movimento sempre renovado, ou seja, para os capitalistas, a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações. Esta apropriação se torna possível pela existência do trabalho assalariado. Notará, ainda, que em uma sociedade onde não predomina o valor de troca, mas o valor de uso, o trabalho excedente é limitado e não existe uma necessidade ilimitada de trabalho excedente, de apropriação crescente da riqueza abstrata.

Para Marx, a acumulação decorre do trabalho não pago e do correspondente excedente, ou seja, o capitalista passa a trocar parte do trabalho do trabalhador já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um *quantum* maior de trabalho vivo alheio. Com uma massa de mais-valia dada, uma dessas partes é tanto maior quanto menor for a outra. Assim, permanecendo iguais as demais circunstâncias, é a proporção em que se realiza esta partilha que determina a grandeza da acumulação. Marx expõe que, da parte que o capitalista acumula, diz-se que poupa porque não a consome, isto é, porque exerce a sua função de capitalista, a função de enriquecer. Mas, em outro momento, ao analisar a reprodução e a crise, presume a possibilidade de compra sem venda e vice-versa, admitindo a possibilidade da parte não consumida não ser acumulada. A função de enriquecer pode ser momentaneamente, para o capitalista individual, manter as reservas em dinheiro ou papéis como se pode entender claramente a partir das proposições de Keynes e da análise da Demanda Efetiva. A questão que aparece então é se a função de enriquecer, por meio da compra de papéis e títulos, constitui-se em uma negação ao entendimento de que o objetivo da produção capitalista é a produção e apropriação do excedente, do valor excedente. Entende-se que não, como se depreendeu, pela análise de Hilferding e de Joan Robinson, como retonar-se-á adiante.

Marx assinala que, com a acumulação e com o desenvolvimento da força produtiva que a acompanha, o trabalho mantém e perpetua um valor capital constantemente crescente

mesmo sem alteração do valor novo. Ou seja, dada quantidade de trabalho põe em movimento quantidades crescentes de meios de produção. A relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. Não é uma relação entre duas grandezas independentes: por um lado, o capital e, por outro, o tamanho da população trabalhadora, mas é uma relação entre o trabalho pago e não pago da mesma classe trabalhadora. Com a força produtiva do trabalho, cresce a massa de produtos na qual se representa determinado valor e, por conseguinte, também a massa de produtos que se representa na mais-valia de dada grandeza, o produto excedente. Marx mostra, como se viu, que, com o prosseguimento da acumulação, pode ocorrer um aumento dos salários pelo aumento da demanda de trabalho; mas a elevação do preço do trabalho está condicionada a limites, pois o trabalhador existe para as necessidades de valorização dos valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho são, ao mesmo tempo, métodos de elevar a mais-valia ou o excedente que é o elemento constitutivo da acumulação. A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valia. Portanto, para Marx, o valor excedente e o respectivo excedente são, por um lado, o objetivo da acumulação (valorização) e por outro, o meio para esta (através da contínua transformação em capital). Marx argumenta que os métodos de produção da mais-valia, do excedente, são, simultaneamente, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meios de desenvolver os métodos de produção da mais-valia. Em torno da produção do valor excedente, da eficácia da produção para atingir este objetivo, gira o sistema. O desenvolvimento das forças produtivas, que levam à acumulação da riqueza, torna crescentemente desnecessário o emprego da força de trabalho. Existe uma liberalização do trabalho, mas no capitalismo esta liberalização assume a forma de desemprego estrutural (o exército de reserva).

Marx irá mostrar o surgimento do capital comercial e do juro a partir do valor excedente e do excedente. Como se viu, e se pode sintetizar aqui, o autor revela que o capital mercantil faz lucro ao não pagar inteiramente ao capital produtivo o trabalho não pago (aos trabalhadores), que está contido na mercadoria, e no momento em que, ao vender a mercadoria, exige o pagamento dessa parte contida na mercadoria, que ele não pagou ao

capitalista industrial. Demonstra que o juro, em uma sociedade capitalista, se institucionaliza como uma nova categoria de renda pelo fato de o capital tornar-se mercadoria. E esta mercadoria é negociada entre o fornecedor do recurso e o capitalista ativo uma vez que o dinheiro emprestado poder ser transformado em capital, ou seja, de poder funcionar e produzir determinado valor excedente, lucro médio, além do seu valor original. Parte do lucro pode ser convertida em juros que ocorre pela separação dos capitalistas industriais e monetários. A dimensão do capital comercial e dos juros está condicionada à dimensão do valor excedente gerado no sistema. Ou seja, a dimensão das atividades voltadas ao comércio e ao comércio de dinheiro está condicionada à dimensão do excedente econômico.

Marx argumenta que no capitalismo o excedente não é simplesmente um resíduo físico, mas trabalho excedente que assume a forma de trabalho não pago, a mais-valia. Defende ainda que a riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não dependem do trabalho excedente, mas da sua produtividade e das condições mais ou menos ricas em que acontece, ou seja, é da produtividade do trabalho que depende quanto valor de uso é produzido em determinado tempo e, portanto também no tempo de trabalho excedente. A dimensão desse excedente e do produto, os valores de uso, é que determinam à riqueza e as possibilidades de expansão. Marx diferencia o valor excedente de suas formas, afirma que, quando o lucro é retransformado em capital, essa forma determinada de mais-valia, o lucro, não constitui a fonte do novo capital. Nessa transformação a mais-valia só é convertida de uma forma a outra. Entende que é a mercadoria e seu valor, o produto excedente e o valor excedente, que funcionam como capital. Ou seja, valor não se origina de uma transformação em rendimento: ele tem de existir antes de poder ser transformado em rendimento e assumir essa configuração. Segundo Marx, é o produto excedente, um conjunto de mercadorias, que é usado no processo produtivo com a finalidade de valorização que constitui o capital. Para tal, as condições que caracterizam uma economia capitalista precisam estar presentes, como anteriormente se viu. Marx afirma que existem dois traços característicos que distinguem o modo de produção capitalista: primeiro, ele reproduz seus produtos como mercadoria, a mercadoria é o caráter dominante e determinante do produto; segundo, o motivo determinante e a finalidade da produção capitalista é a produção da mais-valia.

Hilferding mostra que uma parte do capital global social destinado à produção encontra-se sempre ociosa sob a forma de capital monetário, e que a magnitude desse capital

monetário ocioso está sujeita a fortes variações. A ociosidade do capital, segundo Hilferding, está em contradição com a função do capital que é a de produzir um valor excedente (lucros). Portanto, existe a necessidade de reduzir ao mínimo essa ociosidade. Esta meta constitui uma nova função do crédito. Hilferding afirma que o capitalista monetário enquanto credor, nada tem a ver com o que é feito com seu capital no processo de produção, embora esse emprego seja, em realidade, a condição necessária da relação de empréstimo. Ou seja, afirma, em outras palavras, que o processo de valorização, de criação de valor excedente, é condição necessária da relação de empréstimo.

A explicação de Hilferding, desenvolvida tendo por base Marx, é que existem sempre grandes somas de dinheiro disponíveis para serem utilizadas, encontrando sua utilização no direito ao rendimento (a participação no valor excedente em sua forma lucro). Por isso, o acionista está sempre em condições de poder recuperar seu capital por meio da venda de suas ações, do seu direito a participar no valor excedente (no lucro) e, nessa medida, encontra-se nas mesmas condições do capitalista monetário. O movimento de ações não é movimento de capital, é apenas uma compra e venda de títulos de renda; as oscilações de seus preços não afetam diretamente o capital industrial realmente ativo, cujo rendimento elas representam. De acordo com Hilferding, o preço das ações, além de depender do rendimento, depende também do nível da taxa de juros pela qual são capitalizados. Portanto, não tem sentido considerar o preço das ações como parte da alíquota do capital industrial. Hilferding argumenta que a magnitude do lucro gerado pela própria empresa deixa de ser o limitador imediato ao crescimento da empresa. A sociedade anônima não cresce apenas por acumulação do seu próprio lucro. O capital monetário acumulado por inteiro passa a poder ser utilizado. A sociedade anônima recorre diretamente ao capital conjunto da classe capitalista.

Com a expansão do sistema acionário, a propriedade capitalista cada vez mais se converte em uma propriedade limitada que confere ao capitalista um simples título de mais-valia, que não lhe permite intervir decididamente no andamento da produção. As ações não podem representar mais esse dinheiro, porque esse dinheiro passou para as mãos dos vendedores de mercadorias, tornando-se sua propriedade. Mas também não representam, de modo algum, o próprio capital produtivo. Pois, em primeiro lugar, os proprietários de ações não têm direito à parte alguma do capital produtivo, mas apenas ao rendimento. Em outras palavras, a participação no lucro e no valor excedente ocorre através dos dividendos, o ganho com a especulação ocorre em decorrência das oscilações das valorizações dos preços dos títulos (e as perdas também). Os preços dos títulos, como se sabe, decorrem da capitalização

do rendimento, dos dividendos, aí sim, dependente do lucro e da mais-valia. Mas o ganho (e a perda) decorre da oscilação da valorização da participação da mais-valia, do lucro (dividendo), e não do lucro realmente realizado.

A pessoa individual tem direito somente ao rendimento; sua propriedade, que antes significava a efetiva disposição dos meios de produção e, com isso, a gerência da produção, transformou-se agora num simples título de rendimento e lhe tirou a disponibilidade da produção. Economicamente, porém, a mobilização consiste na possibilidade que têm os capitalistas de, a todo o momento, poder retirar seu capital investido na forma de dinheiro e transferi-lo para outras esferas.

Baran afirma que uma intensa luta teórica foi travada, na realidade, para firmar-se o princípio de que o arrendamento da terra (e os juros do capital) não são necessariamente custos de produção, mas componentes do excedente econômico. Numa fase posterior, porém, quando o proprietário e o usuário feudal foram substituídos pelo empregador capitalista e pelo banqueiro, seus lucros foram purgados do estigma do excedente e promovidos à condição de preços necessários de recursos escassos, ou de recompensas indispensáveis pela “espera”, “abstinência” ou “risco”. Baran assinala que a transição do feudalismo para o capitalismo competitivo determinou não apenas uma grande expansão do excedente econômico, mas também a transferência de grande parte dele, do senhor feudal, para o empreendedor capitalista; por sua vez, a transição do capitalismo competitivo para o monopolista ocasionou enorme aumento do volume absoluto do excedente econômico e a passagem de seu controle das mãos dos pequenos capitalistas para umas poucas empresas gigantes. Destaca as transformações profundas ocorridas na estrutura da empresa capitalista e nas alterações decorrentes na distribuição e no modo de utilização do excedente econômico: pródigos salários e gratificações para os gerentes de sociedades anônimas; generosos honorários para advogados, peritos em relações públicas, especialistas em propaganda, analistas de mercado e advogados administrativos, dispêndios significativos com burocracia e representação – que eram desconhecidos à época do capitalismo competitivo.

Bettelheim ressalta que, o entendimento de que a grandeza econômica mais importante para o crescimento é o investimento e não o excedente econômico tem sua origem na análise dos economistas da segunda metade do século XIX. Esta análise fica somente no nível da empresa e do consumidor, pois não permite que se estabeleçam os vínculos existentes entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a amplitude e as formas de utilização do

fundo de investimento. Bettelheim ressaltou, como se viu, os diversos empregos possíveis do excedente para o desenvolvimento: 1) investimentos produtivos novos; 2) investimentos improdutivos novos que servem indiretamente ao desenvolvimento; 3) despesas de desenvolvimento; 4) aumento no montante total dos ganhos individuais dos produtores, trabalhadores, quando esses aumentos são seguidos de um aumento de produção; 5) crescimento das “despesas sociais gerais”. Bettelheim traz à luz que certas despesas de consumo podem ter efeito no desenvolvimento (como ocorre com certos aumentos dos gastos gerais da reprodução simples). Em conseqüência, o aumento do excedente utilizado no desenvolvimento não se identifica necessariamente com uma queda do consumo, nem mesmo com uma queda da parte do consumo final no produto total. Então, aumento do consumo pode elevar a demanda efetiva e propiciar um conjunto de despesas que, por sua particularidade, podem vir a viabilizar e animar o investimento. Portanto, aumento do excedente utilizado no desenvolvimento não significa queda no consumo. Ou seja, é somente graças à destinação de uma fração suficiente do excedente econômico a outros fins, que não os de investimentos, que os próprios investimentos podem contribuir de maneira durável para o crescimento da produtividade do trabalho e para um aumento regular do nível de vida.

Baran e Sweezy substituem a tendência decrescente da taxa de lucro pela lei do excedente. Adotam, ao que parece, uma equivocada tese de subconsumo. Como se viu pelo exame das obras de Robinson, Lênin, Mandel e Kalecki, a proposição razoável mostra que não existe uma impossibilidade da reprodução, mas que as dificuldades de realização existem. Os autores demonstram diversas formas de utilização do excedente econômico em uma economia capitalista contemporânea, que passam a constituir características destas economias. Entre elas: a importância da publicidade, por seu efeito sobre a magnitude da procura global efetiva e, portanto sobre o nível de renda e emprego, e não por causar uma redistribuição das despesas dos consumidores entre diferentes mercadorias; o esforço multibilionário em pesquisa e desenvolvimento que estaria muito mais relacionado com a produção de artigos vendáveis do que com a missão de fazer progredir a ciência e a tecnologia; assim como o militarismo, entre outros fatores.

Os autores entendem, assim, que as crescentes despesas com publicidade e promoção de vendas bem como a diferenciação do produto têm contribuído para a redução do excedente via desperdícios e via trabalho não produtivo. No entanto, nem estes gastos, nem o militarismo apresentam um crescimento capaz de acompanhar o crescimento do excedente econômico.

Já a contribuição de Braverman mostra que, o que distingue a força de trabalho humana da do animal, um boi como exemplifica, que moerá mais trigo do que come, se mantido no serviço por adestramento e compulsão, não é sua capacidade de produzir um excedente, mas seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. Braverman destacou que a necessidade de gerar um excedente ensejou uma forma nova de administrar. Entende Braverman que cada avanço na produtividade reduz o número dos trabalhadores realmente produtivos, amplia o número dos trabalhadores que ficam disponíveis para serem utilizados nas lutas entre empresas pela distribuição do excedente, aumenta a utilização do trabalho em empregos ociosos ou nenhum emprego.

Já Hilbroner ressalta o contraste entre o aspecto de riqueza que os excedentes assumem nas sociedades pré-capitalistas e na sociedade capitalista, ou seja, nas sociedades pré-capitalistas, os excedentes assumem o aspecto de “riqueza” de objetos desejados, porque incorporaram atributos específicos que são inerentes a suas características materiais, já na sociedade capitalista, a riqueza reside apenas transitoriamente em coisas materiais. Salienta, ainda, que para o surgimento de uma esfera econômica foi necessário que o governo renunciasse à parte de sua soberania, reconhecendo a existência de uma esfera autônoma de comércio e produção dentro de seu território. Esse acontecimento histórico ocorreu gradativamente, em decorrência da maior importância das condutas mercantis. Ao surgimento de uma esfera econômica contrapôs-se a perda gradual pelo Estado de seus direitos de acesso direto ao excedente. O Estado tornou-se dependente do funcionamento da esfera econômica para o provimento de recursos. Esse aspecto destacado por Heilbroner constitui-se em uma importante característica do Estado em uma sociedade capitalista. Ou seja, o crescimento do Estado e seu financiamento passam a depender de sua capacidade de acessar o excedente econômico de forma indireta, através da tributação e canalização de recursos da esfera econômica.

Para Mandel, o valor excedente (e o excedente) é a variável-chave para o exame dessa evolução, pois, como se viu, embora não considere que estas dificuldades decorram de um único fator, tem-se, entre os fatores principais destacados, os fatores diretamente relacionados com o valor excedente, tais como: a composição orgânica do capital, o desenvolvimento da taxa de mais-valia, a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida

improdutivamente. O lucro, como exposto, constitui o sismógrafo na medida em que expressa a relação entre as diversas variáveis. Ou seja, as variações do valor excedente, da taxa de mais-valia juntamente com outras variáveis, como a composição orgânica do capital, explicam a variação da taxa de lucro. Mesmo a variável composição orgânica do capital é apresentada como tendo uma evolução condicionada pela valorização do capital, da ampliação do valor excedente. Assim, a composição orgânica tende a aumentar, pois as empresas são impelidas a procurar superar a concorrência através da ampliação da mais-valia obtida.

Mandel, procurando atualizar o pensamento de Marx, inclui as grandes empresas em sua análise de forma particular e específica. Acredita que as grandes empresas (monopólios e oligopólios) obtêm uma participação extremamente favorável no valor excedente gerado no sistema. Mandel, ao propor taxas de lucros diferenciadas, momentâneas é verdade, pressupõe uma distribuição mais que favorável aos setores oligopolistas. As grandes empresas ou os ramos monopolistas da indústria, portanto, aumentam a sua capacidade de participar no excedente gerado em todo o sistema. Em decorrência do avanço tecnológico e de sua capacidade financeira e da pressão da concorrência, estas empresas investem em pesquisa e em desenvolvimento significativos recursos, condicionando, porém, o desenvolvimento às possibilidades de valorização. Portanto, a explicação para a efetiva adoção de uma inovação está no valor excedente gerado ou apropriado pela empresa inovadora com a sua adoção. Para Mandel, o planejamento em nível da empresa se aprofunda, sendo que as tarefas de direção do processo imediato de produção são separadas do processo de acumulação do capital, ressaltando que, embora as tarefas imediatas possam alcançar um amplo grau de autonomia, o determinante básico é a valorização da massa global de capital acumulado. Assinala a importância para a empresa de sua participação no excedente global. Ou melhor, de que forma o capital global da empresa, o conjunto formado por suas várias divisões e unidades distribuídas em escala global, é valorizado.

Conforme Mandel, a terceirização decorre do desenvolvimento das forças produtivas, que, de um lado, autonomiza e multiplica as atividades de intermediação e, de outro, diversifica o consumo, expandindo, sobretudo, o setor de serviços. Mandel entende como trabalhador produtivo aquele que participa da produção de bens materiais, da produção do valor e do valor excedente. Os serviços, por serem improdutivos, utilizam o valor excedente,

não gerando eles mesmos esta mais-valia, significando o seu desenvolvimento acentuado o prenúncio das dificuldades nos setores produtivos (agricultura e indústria).

Mandel adota uma concepção, que parece não ser a mais correta, diverge de entendimento alternativo, como o de Rubin, por exemplo, que entende que os serviços podem ser produtivos ou não. Para Rubin, para ser produtivo, então, um determinado serviço precisaria produzir valor de uso e produzir mais-valia. Além disso, como expôs Braverman, na economia burguesa moderna, a prestação de serviços é considerada uma excelente fonte de lucro, e os serviços devem ser considerados produtivos. Na verdade, a transformação do trabalho improdutivo em trabalho produtivo é, para os fins do capitalista de extrair valor excedente, o próprio processo de criação da sociedade capitalista. No entanto, deve-se registrar que, da mesma forma que um setor industrial exige um excedente agrícola, um setor de serviços exige a existência de um excedente agrícola e também de um excedente industrial. A amplitude do desenvolvimento do setor de serviços está condicionada, portanto, à amplitude do excedente dos setores agrícola e industrial, e vice versa. Como os serviços constituem parte do conjunto de mercadorias consumidas pela classe trabalhadora, de sua cesta de consumo, de forma crescente com o avanço da civilização que o capitalismo propicia, tem-se um forte argumento para considerar, pelo menos em parte, os serviços como produtivos. Pode-se lembrar, no entanto, conforme exposto por Baran, no capítulo 5, que muitas das demandas consideradas necessárias na sociedade capitalista deixariam de sê-lo em uma sociedade alternativa. Por fim, deve-se mencionar que o entendimento de que o setor serviços é produtivo tem como consequência lógica dois resultados: o desenvolvimento desses setores leva ao crescimento da mais-valia e à incorporação de atividades com menor composição orgânica, produzindo, de forma não prevista por Mandel, efeitos positivos sobre a taxa de lucro. Este efeito, portanto, atuaria no sentido de atenuar a inevitável tendência à queda da taxa de lucro proposta por Marx.

Conforme Mandel, o papel da câmara de compensação geral do capital total, na direção da distribuição da mais-valia social entre diversos ramos da indústria, que era desempenhado principalmente pelos bancos e pelo capital financeiro na época do capitalismo monopolista clássico, é hoje exercido cada vez mais pela ação conjunta do Estado e dos grandes monopólios. A economia continua baseada na produção e realização de mais-valia, ainda sujeita ao controle da lei do valor e governada pela impulso de valorizar o capital e pela compulsão consequente de crescer. Dentro dessa estrutura, o Estado não pode a longo prazo diminuir, tampouco abolir, nenhuma das contradições ou das leis de movimento desse modo

de produção. O Estado não pode melhorar as condições de valorização do capital e ao mesmo tempo reduzir as dificuldades de realização a longo prazo. O autor afirma que, enquanto todo capitalista individual gostaria de restringir o consumo de seus trabalhadores, a classe capitalista como um todo deve ampliar o mercado de bens de consumo e, ao mesmo tempo, assegurar a valorização do capital. A classe capitalista pode resolver parcialmente essa contradição de várias maneiras: primeiro, pode tornar a produção cada vez mais indireta, em segundo lugar, pode vender uma parte substancial dos bens de consumo produzidos a outras classes sociais que não o proletariado; em terceiro, pode vender a crédito uma quantidade cada vez maior de bens de consumo; por fim, pode garantir que o aumento do consumo de massa seja proporcionalmente menor que os valores totais das mercadorias, de forma a aumentar a produção de mais-valia relativa.

Entende que o comércio e o crédito são os dois meios fundamentais de afastar temporariamente as dificuldades de realização de mais-valia. A autonomia crescente do capital comercial e bancário, e o desenvolvimento de uma esfera independente de circulação de mercadorias e dinheiro são o preço pago pelo capital industrial por um relaxamento provisório e parcial das dificuldades permanentes de realização. Mas, enquanto Baran e Sweezy localizam a causa das dificuldades do capitalismo em um problema real, ou seja, o excedente crescente e as dificuldades de realização, tendo como consequência a estagnação, Mandel entende que a restrição do consumo projeta não uma impossibilidade do capitalismo. Esse se desenvolve, progride. Mas, ao mesmo tempo, não se tem a possibilidade de um desenvolvimento contínuo, sem percalços, em decorrência da restrição do consumo. Em perspectiva, entende-se que a posição de Mandel é a mais pertinente.

A partir do final do século XIX com Jevons, Menger e Walras surge uma nova versão teórica que representa, para muitos, um marco divisor entre a economia clássica e a economia moderna, essa considerada realmente científica. Tendo por base o marginalismo introduzido na teoria econômica por esses três pensadores, desenvolve-se a denominada economia neoclássica que hoje se constitui na teoria dominante no ensino acadêmico. O conceito de excedente, a partir desse período, é abandonado, restringindo-se praticamente aos círculos marxistas. No entanto, como se viu, no século XX, tem-se alguns acontecimentos que terão importância para o desenvolvimento do pensamento econômico e para o retorno ao conceito de excedente como categoria central de análise. A Grande Depressão deixa evidente as deficiências da teoria prevalecente para retratar a gravidade dos fatos verificados e cria um

ambiente favorável, como decorrência da crise, para o questionamento de verdades estabelecidas. Keynes refuta a doutrina pela qual um sistema econômico competitivo tenderia ao pleno emprego de fatores e em particular da força de trabalho. A crítica, o trabalho de Keynes, que permitiu a transição do pensamento micro (neoclássico) para o macro (keynesiano) se dirigiu ao entendimento de que a poupança é uma função da taxa de juro, defendendo que a poupança é uma função da renda. Keynes se preocupa com o estudo das causas das variações da renda. Como se viu no capítulo 6, a variação que preocupa Keynes é, por exemplo, muito diferente da que preocupa Ricardo: Keynes estudou as forças que produzem a curto prazo; Ricardo analisou as forças responsáveis pelo aumento da renda a longo prazo. Keynes, como Ricardo, salientou que se devia considerar a poupança como uma função da renda. Ricardo considerou que a acumulação é levada a efeito por uma classe social, a que se servia do excedente, do lucro (os trabalhadores não possuíam capacidade de acumular). Para Keynes, a poupança é uma função da renda agregada da comunidade em geral, abstraindo as diferenças entre as classes sociais. Mas, embora essa terminologia seja estranha a Keynes, em termos clássicos essa poupança se origina do excedente da comunidade em geral. Portanto, essa transição do enfoque micro para o macro contribui para o retorno ao conceito de excedente.

Posteriormente Joan Robinson, em 1953, através do artigo *a Função de Produção e a Teoria do Capital*, critica o modelo de crescimento de Solow, no que se refere à agregação do capital sob a forma de um bem homogêneo único na função de produção macroeconômica, e dá a partida ao que se passou a denominar a controvérsia sobre o capital. Esses movimentos foram acrescidos com a contribuição de Sraffa na obra *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* que mostra como alterações nas participações relativas dos salários e lucros afetam os preços relativos das mercadorias, evidenciando que não se pode conceber uma medida do capital. Essas contribuições produziram uma crítica vigorosa à teoria dominante e um retorno ao excedente como categoria central de análise.

Sraffa, a partir da idéia de que com mercadoria (insumos) se produz mercadorias (produto), introduz o conceito de um excedente, teórico, entre as mercadorias produzidas em relação às mercadorias requeridas que dispensa a noção de valor. O excedente de Sraffa é a parte da produção resultante depois de deduzida a parte que repõe o capital constante adiantado e consumido na produção. Mercadorias são produzidas por meio de mercadorias. Mercadorias são também meios de produção (capital). Sraffa mostra que, antes do surgimento

de um excedente, cada mercadoria aparece tanto entre os meios de produção como entre os produtos, ou seja, cada mercadoria entra direta e indiretamente na produção de todas as demais, desempenhando um papel na determinação dos preços. Com o excedente, surge a possibilidade da existência de uma nova classe de bens de luxo que não é utilizado, nem como instrumento de produção nem como artigo de subsistência na produção de outras mercadorias. As condições de produção dessas mercadorias não afetam a taxa de lucro da economia. Os bens de luxo não afetam a taxa de lucro, porque são apenas utilizados em sua reprodução. Para Sraffa, a taxa de lucro da economia como um todo é determinada tão logo se conheçam o excedente e a proporção do excedente da indústria padrão destinada aos salários. Sraffa, dentro desse enfoque, em que mercadorias produzem mercadorias, tendo em vista as proporções entre o trabalho e os meios de produção em que estas são produzidas, considera as repercussões das modificações das distribuições. Conclui que os preços relativos dos produtos, de dois produtos, por exemplo, vêm a depender não apenas da “proporções” entre trabalho e meios de produção pelas quais foram respectivamente produzidos, mas também das proporções pelas quais esses meios de produção foram, por sua vez, produzidos, e assim sucessivamente.

Sraffa, ao determinar os preços através de sua redução a quantidades de trabalho datado, demonstra que os preços dependem, conjuntamente, da quantidade de trabalho, da sua distribuição nos diversos períodos de produção e da repartição entre salários e lucros. Mostra a oposição entre salários e lucros, ou seja, o lucro existe porque parte do excedente não é destinada aos salários. Produz uma crítica vigorosa à economia tradicional, pois demonstra que o capital por ser uma mercadoria, mesmo que composta, é produzido por mercadorias e, portanto, é afetado por uma variação na distribuição, logo atingindo a proposição neoclássica de remuneração do fator capital.

Garegnani procura mostrar que as teorias do excedente, na tradição de Quesnay, Clássica e de Marx, têm um núcleo que é isolado do restante da análise, porque o salário, o produto social e as condições técnicas de produção aparecem como predeterminados. O salário real e o produto social são as variáveis independentes dentro do núcleo. Garegnani demonstra que é possível, com base em Sraffa, determinar o excedente como resíduo, dentro da tradição clássica e de Marx, abandonando a hipótese de mensuração pelo trabalho. Deve-se lembrar que, para Marx, enquanto um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram neles como meio

de produção. Produtos são, por isso, não só resultados, mas, ao mesmo tempo, condições do processo de trabalho, no entanto é o seu contato com o trabalho vivo o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valores de uso. Por conseguinte, para Marx como para os clássicos, e para a proposição que parece ser a mais consistente, não tem sentido não se considerar as mercadorias de bens salário como básicas e, portanto, o excedente como um resíduo, diante da importância da atividade humana no processo produtivo.

Garegnani mostrou, como se viu, que é possível esta definição de duas formas. A primeira é muito similar à de Sraffa. A segunda, se caracterizaria pelo fato de que a taxa de lucro depende exclusivamente de duas circunstâncias: (a) da razão entre o excedente (a mais-valia como denomina) e os salários do setor de bens salário, e (b) da distribuição proporcional do tempo de trabalho na produção da mercadoria salário que determina a função lucros. Garegnani, a partir da determinação do excedente como um resíduo, conclui que um aumento do salário, na hipótese da manutenção das mercadorias, levaria a uma diminuição da taxa de lucros, resultado de acordo com o esperado para os clássicos e para Marx. Mas conclui também que, quando ocorre uma mudança de composição no salário real, o que seria de se esperar com uma variação do salário, a modificação do excedente (mais-valia), decorrente dessa mudança, pode ser acompanhada por qualquer mudança na distribuição temporal do trabalho necessário e, conseqüentemente, por qualquer mudança na “função lucros”. A taxa de lucros pode variar numa direção oposta a uma variação da taxa de mais-valia.

Neste ambiente, diversos autores procuram produzir teorias alternativas. Kalecki, por exemplo, juntamente com Keynes, tem um lugar destacado na história do pensamento econômico, em especial por sua contribuição ao problema da realização da mais-valia (do excedente), ou seja, a determinação da demanda efetiva e com o que posteriormente passou a se tratar na literatura como crescimento econômico. Kalecki está familiarizado com os esquemas de reprodução de Marx e com a literatura marxista de realização. Embora não utilize a terminologia de Marx, é notória a influência dos seus estudos sobre os esquemas de reprodução e respectivos desdobramentos na literatura sobre seu pensamento.

Kalecki esclarece de forma cristalina como os capitalistas conseguem em conjunto realizar a mais-valia, auferir lucro, ao comprar uns dos outros. Essas mercadorias são os bens de consumo por eles comprados e os bens de investimento que utilizam na acumulação. Portanto, a realização do valor excedente depende desses gastos. Ou seja, os lucros serão

determinados pelo investimento e pelo consumo capitalista. Para Kalecki os lucros são iguais aos gastos em investimento e consumo capitalista, e os trabalhadores, não poupam, qualquer que seja o nível de investimento no período. Dessa forma, as variações dos lucros não afetam o consumo dos capitalistas, pois este está determinado pelos lucros do passado. A acumulação do capital fixo depende de três fatores: a disponibilidade de recursos financeiros próprios, a variação dos lucros e a variação no estoque de capital fixo. Pode-se verificar, aqui, portanto, que, para Kalecki, a forma que assume o produto excedente, no caso mais específico ampliação do estoque de capital fixo, afeta a acumulação. Para Kalecki a parcela do lucro bruto no valor adicionado depende do grau de monopólio, enquanto o montante do lucro realizado anualmente depende dos gastos capitalistas. Em outras palavras, Kalecki demonstra através da parcela do lucro no valor adicionado o percentual do excedente (potencial) na renda, mas que o nível desse excedente, e da renda, dependerá dos gastos dos capitalistas.

Robinson procura combinar a teoria de Keynes com a visão mais ampla que Marx tinha do capitalismo. A análise da obra de Robinson permite que se conclua que realmente a afirmação de Bhaduri era procedente quando expôs que, para Robinson, a introdução de Sraffa aos *Princípios* de Ricardo forneceu uma chave importante: o conceito do rendimento como excedente poderia combinar-se com o princípio keynesiano da demanda efetiva para obter o princípio *rector* do crescimento capitalista.

Como se viu, a autora procura combinar esses dois conceitos, nem sempre de forma explícita, mas os deixa claro em diversos momentos, como se pode exemplificar com algumas das passagens expostas no capítulo 6: “A razão de exploração determina o excedente potencial do sistema, mas serão necessárias decisões de investimento tomadas por capitalistas ativos para que esse excedente seja transformado em lucros.” (ROBINSON, 1988, 97). Ou então: “Uma parcimônia maior não pode promover diretamente uma taxa de crescimento mais elevada, mas, quando a propensão a acumular é mais alta do que aquilo que as condições técnicas permitem realizar, a parcimônia tende a reduzir a necessidade de restrição e permite que o crescimento possível se realize a um nível mais alto de salários reais.”(ROBINSON, 1983, p.347). E ainda: “Mas até que os fluxos de produto de mercadorias sejam vendidos aos preços fixados no mercado o *markup* sobre a folha de salários permanece apenas como um excedente potencial. Os gastos com investimento e consumo feitos pelos capitalistas determinam quanto desse excedente potencial é realizado realmente como lucros.” (ROBINSON, 1988, p.99). Além do mais, em *Contribuições à Economia Moderna*: “Poderia parecer, hoje, uma maneira bem metafísica de ver as coisas, mas a idéia básica é simples e bastante sólida – é que

empregando o trabalho e outros insumos físicos, é possível produzir mercadorias que se vendem por mais do que seu custo – isto é, obter lucro.” (ROBINSON, 1979a, p. 216-217). Robinson mostra que, embora a propensão a investir ou as decisões de investimento, “a energia da acumulação”, estejam em parte relacionadas com o próprio desenvolvimento da acumulação, como se viu, as expectativas são importantes. O produto e o excedente potencial nem sempre são realizados. O nível em que esses serão realizados está relacionado às expectativas. Portanto, as expectativas são importantes, constituem um elemento novo introduzido pelos teóricos da demanda efetiva. Mas, mesmo estas, estão relacionadas à ambição de obtenção do valor excedente, do lucro, do excedente. A própria composição do excedente, à medida que prossegue a acumulação, afeta as expectativas.

Assim, convive-se com várias teorias alternativas que têm suas raízes ou foram influenciadas pelos clássicos, por Marx, por Sraffa, por Keynes e por teóricos da demanda efetiva, em maior ou menor grau. Portanto, longe de se viver em um mundo de uma teoria única em economia, tem-se teorias alternativas coexistindo. No entanto, essa situação, como se expôs no Capítulo 6, não determina uma condição de falta de cientificidade, em especial se se considerar, conforme um número significativo de filósofos e epistemólogos, que a história das ciências humanas apresenta, como característica, a diversidade dos discursos científicos. Dentro desse entendimento, não existiria algo como a ciência com a pretensão de verdade absoluta. Teriam-se teorias que não perdem seu *status* de científicas coexistindo com pretensões de verdade. Dessa maneira, em economia, teriam-se discursos científicos alternativos coexistindo. Embora não se tenha efetuado uma comparação entre essas teorias, tarefa talvez impossível mediante padrões plenamente aceitáveis para todos os contendores, de forma a tentar verificar a superioridade de seu poder de explicação, o importante é que cada uma delas possui aspectos importantes para a análise e compreensão da economia capitalista, sendo que, entre essas, o conceito de excedente e de valor excedente constitui-se em aspecto central das análises.

Além disso, para um grupo de contendores, o valor excedente e o excedente mostram de forma irretorquível a existência de uma exploração no sistema, e esse é o ponto essencial de condenação ao sistema capitalista. Deve-se mencionar, é verdade, que pela teoria do valor trabalho fica implícito que o produto social, ou seu valor, deve ser imputado somente aos produtores diretos, mas ao que parece tal concepção prende-se ao fato de que a intenção era identificar a gênese do excedente e da exploração de forma mais coerente possível. A prova

disso é que existem pessoas ávidas de trabalho, de acesso ao uso dos meios de produção de forma a obter uma participação no produto e ser explorado à taxa convencional. Assim sendo, ninguém sustentaria que o trabalhador empregado é explorado enquanto o desempregado não o é. Em etapas subseqüentes podem ser introduzidas qualificações. Pois em nenhum estado concebível da sociedade, pode o trabalhador receber para consumo o valor total de seu produto. Uma série de funções improdutivas, mas necessárias, tem de ser cumprida com o fundo produzido, e ,conseqüentemente, também mantidas as pessoas a elas associadas, ou seja, existe a necessidade de um fundo de reserva e de acumulação social. Outro ponto que hoje pode-se vislumbrar de forma privilegiada, em decorrência dos acontecimentos históricos, é que, mesmo em uma sociedade em que foi abolida a propriedade dos meios de produção, pode ocorrer exploração como uma usurpação contra os trabalhadores, que é efetuada tirando-se proveito de um conveniente esquema administrativo: a especialização da função gerencial e governamental, ou seja, pelo acesso privilegiado ao excedente. Assim, a abolição da propriedade privada é condição necessária, mas não suficiente para a abolição da exploração.

Para outro grupo, a produção de um excedente ampliado, como resultado de um progresso técnico redutor dos custos gerais de reprodução do sistema, não se assenta mais em uma relação inversa entre salários e lucros. O limite da acumulação passa a estar dado não somente pelas condições de produção de mais-valia, mas sim pelas condições de sua realização dinâmica em escala ampliada. Logo, a vantagem do capitalismo em relação às economias socialistas conhecidas ou instituídas até hoje estaria em que o incremento do excedente, devido ao progresso técnico e à acumulação, é tão fantástico que permitiria uma vantagem dinâmica, visto ampliação do consumo, diferenciado é verdade, mas incorporando parcelas crescentes de consumidores. Dependeria, então, a vantagem decisiva, da possibilidade de modificações que propiciassem a utilização de partes do excedente, para elevar parcelas significativas da população acima de um nível mínimo de subsistência (de uma vida decente como diz Baran). A questão posta, então, é se essa modificação é possível nos marcos de uma sociedade capitalista.

Essas são questões limites que podem ser postas, como muitas outras, como se viu, sendo que através dos conceitos de excedente e valor excedente se podem apreender aspectos essenciais da economia capitalista.

Para finalizar, pode-se argumentar, como se pretende ter demonstrado, que o excedente e o valor excedente constituem-se em categorias fundamentais para a análise das

características essenciais do mundo em que se vive, importante ponto de partida para a compreensão de economia capitalista e sua evolução.

REFERÊNCIAS

- BARAN, P.A. **A Economia Política do Desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BARAN, P.A. **Excedente Económico e Irracionalidad Capitalista**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973.
- BARAN, P.A; SWEZZY, P.M. **Capitalismo Monopolista: Um Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- BETTELHEIM, C. **Planificação e Crescimento Acelerado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- BHADURI, A. In memorian. Joan Robinson: Retrato de una Rebelde Intelectual. **El Trimestre Económico**, México, n. 202, p.199-202, abr./jun.1984.
- BLAUG, M. Misunderstanding Classical Economics: The Sraffian Interpretation of the Surplus Approach. **History of Political Economy, Durham**, v.31, n.2, p. 213-235, 1999.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- CANTILLON, R. Essai Sur la nature du Commerce em général [1755]. Disponível em [Http://www.eumed.net/cursecon/economistas/cantillon.htm](http://www.eumed.net/cursecon/economistas/cantillon.htm). Acesso em: 24 set. 2006.
- CHANDLER JÚNIOR, A. **Strategy and Structure: Chapters in the history of industrial enterprise**. Cambridge: Mit, 1990.
- CHATTOPADHYAY, P. Surplus School and Marx on Garegnani's Marx Reading. 2000. Disponível em: www.iwgv.org/. Acesso em: 24 set.2006.
- CLIFTON, J.A . Competition and Evolution of Modes of Production. **Cambridge Journal of Economics**, London ,v.1, n.2, p.137-151, 1977.
- COUTINHO, L. Apresentação. In: Steindl, J. **O capitalismo americano**. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. I-VIII.
- DESAI , M. **Economia Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- DOBB, M. H.**Teorias de Valor e Distribuição desde Adam Smith**. Lisboa: Presença, 1977a. (Biblioteca de Textos Universitários).

DOBB, M. H. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

DOBB, M.H. **Os Salários**. São Paulo: Cultrix, 1977b.

DOMAR, E. Capital expansion, rate of growth and Employment. *Econometrica*, New York, v.14, n.2, p.137-147, 1946.

FURTADO, C. **Prefácio a Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

GAREGNANI, P. Notes on consumption, Investment and effective demand. **Cambridge Journal of Economics**, London v. 2, n. 4, p.335-352, December, 1978.

GAREGNANI, P. Notes on consumption, investment and effective demand: II. **Cambridge Journal of Economics**. London, v. 3, n.1, p.63-82, March, 1979.

GAREGNANI, P. **El capital en la teoria de la distribución**. Barcelona: oikos-tau, 1982.

GAREGNANI, P. Value And Distribution in the classical Economists And Marx- **Oxford Economic Papers**, Oxford, v.36, n.2, p. 291-325, 1984.

GAREGNANI P. Misunderstanding classical economics? A reply to Blaug. **History of Political Economy**, Durham, v.34, n.1, p. 241-254, 2002.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. **O Capital**: Crítica de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. I-LXXII.

HARCOURT, G.C. **Capital e Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

HARROD R. F. Essay in Dynamic Theory. **The Economic Journal**. Oxford, v.49, n.193, p. 14-33, March, 1939.

HEILBRONER, R. **A Natureza e a Lógica do Capitalismo**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos).

HELLER, C. **Oligopólio e Progresso Técnico no Pensamento de Joan Robinson**. São Paulo: Hucitec, 2000.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HODGSKIN, T. **A Defesa do Trabalho contra as Pretensões do Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro:Campus, 1988.

KALECKI, M. Um Teorema sobre o Progresso Técnico. In: MIGLIOLI, J. (Org.). **Kalecki: Economia**. São Paulo: Ática, 1980.

KALECKI, M. As Equações Marxistas de Reprodução. In: MIGLIOLI, J. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977a. p.1-9.

KALECKI, M. O Problema da Demanda Efetiva em Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburg. In: MIGLIOLI, J. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977b. p.10-18.

KALECKI, M. O Mecanismo da Recuperação Econômica. In: MIGLIOLI, J. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977c. p.21-28.

KALECKI, M. O Problema do Financiamento do Desenvolvimento Econômico. In: MIGLIOLI, J. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977d. p.141-163.

KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia Capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. A. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. A. The Characteristics of an Entrepreneur Economy. In: MOGGRIDGE, Donald (Org.) **The General Theory and After: A Supplement: CWJMK**: Londres: Macmillan, 1979. vol. 29, p. 87-101.

KUNTZ, R.N. **Capitalismo e Natureza**: Ensaio sobre os fundadores da economia política. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KURZ, H. ; SALVADORI, N. Mark Blaug on the “Sraffian Interpretation of the Surplus Approach”. **History of Political Economy**, Durham, vol 34, n.1, p.225-236, 2002.

LABINI, P.S. **Oligopólio e Progresso Técnico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: O Processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. V.1.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. V.2.

MANDEL, E. **A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx**: de 1843 até a redação de O Capital. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**: História Crítica do Pensamento Econômico. In: _____. O capital. São Paulo: Difel, 1980. Livro 4, V.1

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**: A Economia Vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982 a.

MARX, K. **O Rendimento e suas Fontes**: A Economia Vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982b.

MARX, K. **O Capital**: Crítica de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. Livro 1, v. I, t.1.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**: História Crítica do Pensamento Econômico: In: _____. O capital. São Paulo: Difel, 1983b. Livro 4, V.2

MARX, K. **O Capital**: Crítica de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. Livro 1, v. I, t.2.

MARX, K. **O Capital**: Crítica de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. Livro 2.

MARX, K. **O Capital**: Crítica de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1984c. Livro 3, v. 3, t. 1.

MARX, K. **O Capital**: Crítica de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 3, v. 3, t. 2.

MEEK, R.L. **Economia e Ideologia**. O Desenvolvimento do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MEEK, R.L. **Smith, Marx e After**. Ten essays in the development of economic thought. London: Chapman and Hall, 1977.

MORISHIMA, M.; CATEPHORES, G. **Valor, Exploração e Crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

NAPOLEONI, C. **O Valor na Ciência Econômica**. Lisboa: Presença: Martins Fontes, 1980. (Biblioteca de Textos Universitários).

NAPOLEONI, C. **O Pensamento Econômico do Século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUESNAY, F. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROBINSON, J. **Collected Economic Papers**. New York: Augustus M. Kelley, 1951.

ROBINSON, J. **La Acumulación de Capital**. México: Fondo de Cultura, 1960.

ROBINSON, J. **Filosofia Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

ROBINSON, J. **Economic Heresies: some old-Fashioned Questions in Economic Theory**. New York: Basic Books., 1970.

ROBINSON, J. **Estudo da Economia Marxiana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1977.

ROBINSON, J. ; EATWEEL, J. **Introdução a Economia**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

ROBINSON, J. **Contribuições a Economia Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a.

ROBINSON, J. Garegnani on effective demand. **Cambridge Journal of Economics**. London, V. 3, N.1, p. 179-180, June, 1979b.

ROBINSON, J. **Introdução à Teoria do Emprego**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

ROBINSON, J. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ROBINSON, J. **Ensaio Sobre a Teoria do Crescimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROBINSON, J. **Novas Contribuições a Economia Moderna**. São Paulo: Vértice, 1988.

RUBIN, I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, T. **Revolução Científica - Técnica e Acumulação de Capital**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SINGER, P. Trabalho Produtivo e Excedente. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n.1, p.101-131, jan./mar.1981.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, v.1,1983a.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, v.2, 1983b.

SRAFFA, P. Apresentação. In: RICARDO. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. I-VIII.

SRAFFA, P. **Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STEEDMAN, I. **Marx after Sraffa**. London: Verso, 1981.

STEINDL, J. Progresso técnico, Distribuição e Crescimento In: MIGLIOLI, J. (Org.). **Progresso Técnico e Teoria Econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980. p.39-57.

STEINDL, J. **Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SWEEZY, P. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.